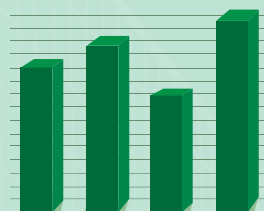


REVISTA CTEO



Consultoria Técnica de Economia e Orçamento

v. 3 n. 1 janeiro/dezembro 2014



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

REVISTA CTEO

Consultoria Técnica de Economia e Orçamento

v. 3 n. 1 janeiro/dezembro 2014

São Paulo

ISSN 2316-8005

Expediente

Editor Rodrigo Mantovani Policano

Comissão Editorial Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Márcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre, Thiago de Carvalho Alves

Equipe Técnica Consultores Técnicos Economistas: Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Márcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre, Thiago de Carvalho Alves

Capa Equipe de Comunicação - CCI.3

Revista CTEO Consultoria Técnica de Economia e Orçamento - Palácio Anchieta
Viaduto Jacareí, 100, 2º andar, sala 212-B - Bela Vista, São Paulo - SP

CEP 01319-900

e-mail: cte2@camara.sp.gov.br

www.camara.sp.gov.br

Ficha catalográfica elaborada pela Equipe de Biblioteca da CMSP – SGP.32

Revista CTEO Consultoria Técnica de Economia e Orçamento / Câmara Municipal de São Paulo - vol. 3, n. 1 (2014) - São Paulo: CMSP, 2014-

Anual

ISSN 2316 - 8005

1. Orçamento público- Periódicos 2. Finanças públicas - Periódicos I. Câmara Municipal de São Paulo.

CDU 336.1

Todo o conteúdo deste periódico, exceto onde está identificado, está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição-Uso Não-Comercial 3.0 Unported (CC-BY-NC 3.0)

16ª Legislatura - 2014

Mesa Diretora:

Presidente: José Américo
1º Vice-Presidente: Marco Aurélio Cunha
2º Vice-Presidente: Aurélio Miguel
1º Secretário: Claudinho de Souza
2º Secretário: Adilson Amadeu
1º Suplente: Gilson Barreto
2º Suplente: Dalton Silvano

Vereadores:

Abou Anni	Marco Aurélio Cunha
Adilson Amadeu	Mario Covas Neto
Alfredinho	Marquito
Andrea Matarazzo	Milton Leite
Antonio Carlos Rodrigues	Nabil Bonduki
Ari Friedenbach	Natalini
Arselino Tatto	Nelo Rodolfo
Átilio Francisco	Noemi Nonato
Aurelio Miguel	Orlando Silva
Aurélio Nomura	Ota
Calvo	Patrícia Bezerra
Coronel Telhada	Paulo Fiorilo
David Soares	Paulo Frange
Donato	Pr. Edemilson Chaves
Edir Sales	Reis
Eduardo Tuma	Ricardo Nunes
Eliseu Gabriel	Ricardo Young
Florianio Pesaro	Roberto Tripoli
Goulart	Sandra Tadeu
Jair Tatto	Senival Moura
Jean Madeira	Souza Santos
José Police Neto	Toninho Paiva
Juliana Cardoso	Toninho Vespoli
Laércio Benko	Vavá

Sumário

A Consultoria Técnica de Economia e Orçamento.....	6
Orçamento	8
1. Orçamento Aprovado - 2014.....	9
2. Execução Orçamentária 2013.....	16
3. Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015.....	20
4. Proposta Orçamentária para 2015.....	36
Finanças Públicas.....	57
5. A Pesquisa Mensal de Serviços - PMS e a Arrecadação de ISS 2011 - 2013.....	58
6. Operações Urbanas Consorciadas e os Recursos de CEPACs	65
7. Outorga Onerosa na Cidade de São Paulo.....	74
8. Endividamento Público Municipal - Dívida Consolidada e Restos a Pagar	87
9. Índice de Participação dos Municípios - ICMS.....	95
10. Partilha da Parcela de ICMS pertencente aos Municípios.....	105
Economia.....	113
11. Impactos da Tributação e das Transferências de Renda sobre a Pobreza e a Distribuição de Renda no País.....	114
12. Produto Interno Bruto Municipal de 2011.....	124
13. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal - IFDM (Edição 2014).....	131

Desenvolvimento Urbano.....142

- 14. Uso do Solo Urbano no Município de São Paulo - 1991 a 2012.....143
- 15. Variações Populacionais e Habitacionais - 2000 a 2010.....154
- 16. Saneamento Básico na Região Metropolitana de São Paulo - 2011.....167
- 17. Saneamento Básico na Região Metropolitana de São Paulo RMSP -
2012.....176
- 18. Manejo de Resíduos Sólidos na Região Metropolitana de São
Paulo.....185

Educação.....196

- 19. Dados do INEP sobre Ensino Fundamental na Região Metropolitana de
SP.....197
- 20. Mudanças Demográficas e o Comportamento das Matrículas no Ensino
Básico216
- 21. Censo Escolar 2013 - Estrutura Física das Escolas Públicas de Ensino
Básico da Região Metropolitana e Município de São Paulo.....234
- 22. IDEB 2013 - Redes municipais de Ensino Fundamental - RMSP.....253

Saúde.....264

- 23. Despesas e Desempenho do Sistema de Saúde - São Paulo265

A Consultoria Técnica de Economia e Orçamento – CTEO

Ao final de mais um ano de atividades, a Consultoria Técnica de Economia e Orçamento - CTEO apresenta o terceiro número da Revista CTEO, na qual são publicados estudos e pesquisas elaborados pelo seu corpo técnico ao longo dos últimos 12 meses.

Departamento ligado diretamente à Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Paulo – CMSP, a CTEO foi criada em 2007, no contexto de uma reforma administrativa da Casa. Desde a sua implantação, a consultoria está estruturada com quatro unidades: o gabinete do Consultor Geral de Economia e Orçamento, CTEO-1 (Equipe de Assessoria e Consultoria Econômico-Financeira do Processo Legislativo); CTEO-2 (Equipe de Assessoria e Consultoria de Controle Externo) e CTEO-3 (Equipe de Assessoria e Consultoria Administrativa e de Planejamento Orçamentário).

Entre outras atividades, compete à CTEO-1 assessorar a Comissão de Finanças e Orçamento no exame técnico das matérias legislativas sujeitas ao seu estudo e prestar apoio técnico ao processo legislativo referente aos projetos de plano plurianual, diretrizes orçamentárias, lei orçamentária anual. Entre as tarefas desempenhadas por CTEO-2, está a elaboração dos boletins mensais, através dos quais cumpre o seu papel de realizar pesquisas e estudos e de acompanhar a execução orçamentária da gestão fiscal do município. CTEO-3 participa do processo de planejamento e elaboração da proposta orçamentária anual e do plano plurianual da Câmara Municipal, bem como acompanha a sua execução.

Desde o ano 2012, a CTEO, anualmente, disponibiliza sua publicação 'Revista CTEO', que é constituída por uma coletânea das pesquisas e estudos, originalmente, divulgados nos boletins 'Indicador Paulistano' e o 'Indicador Metropolitano' produzidos pela consultoria.

O Indicador Paulistano é uma publicação mensal com informações sobre a arrecadação das receitas e a execução das despesas orçamentárias da cidade de São Paulo, analisando, ainda, a conjuntura e os indicadores econômicos relevantes para as finanças do município. Através de estudos específicos, o Indicador Paulistano aborda assuntos de interesse para a cidade sempre com foco nos aspectos atinentes às finanças públicas e o orçamento.

O Indicador Metropolitano, outra publicação mensal da CTEO, apresenta estudos sobre os municípios da região metropolitana de São Paulo, concentrando-se nas questões relativas à economia e ao desenvolvimento regional. Além do estudo técnico, essa publicação divulga, também, a cada edição um acompanhamento da arrecadação das receitas e da execução das despesas orçamentárias dos 39 municípios que integram a região metropolitana de São Paulo.

Compõem esta edição da Revista CTEO os estudos apresentados no 'Indicador Paulistano' e no 'Indicador Metropolitano' dos meses de dezembro/2013 a novembro/2014. Os estudos estão organizados em 6 tópicos: Orçamento, Finanças Públicas, Economia, Desenvolvimento Urbano, Educação e Saúde.

Deseja-se, por meio das pesquisas produzidas pela CTEO, contribuir para uma melhor compreensão da complexa realidade na qual os cidadãos de São Paulo convivem e, assim, através da produção do conhecimento, colaborar com o debate legislativo municipal.

Coletânea de Estudos

Orçamento

1. Orçamento Aprovado - 2014*

No último dia 18 de dezembro, a Câmara Municipal de São Paulo - CMSP aprovou, em definitivo, o Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2014.

A partir do recebimento da proposta orçamentária em 30/setembro, a Comissão de Finanças e Orçamento - CFO da CMSP iniciou a análise e a discussão do projeto. Durante a tramitação do projeto da lei orçamentária houve alteração em itens de receita propostos pelo Executivo. O projeto enviado previa receita total de R\$ 50,7 bilhões. No Substitutivo aprovado na CFO, a receita do IPTU prevista no projeto original encaminhado pelo Executivo sofreu uma redução inicial, em função de alterações no projeto referente ao IPTU, Lei nº 15.889/2013, que representou uma diminuição na arrecadação prevista desse tributo em aproximadamente R\$ 167 milhões.

Posteriormente, decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo suspendendo, liminarmente, os efeitos da Lei nº 15.889/2013, implicou redução da previsão de receita referente ao IPTU em cerca de R\$ 805,6 milhões. No entanto, esses recursos foram mantidos no Orçamento aprovado, estando classificados como receita condicionada. Despesas, identificadas com fonte de recursos 07, nesse igual montante de R\$ 805,6 milhões estão vinculadas a uma futura decisão judicial.

As tabelas a seguir sintetizam os valores da proposta encaminhada pelo Executivo e o Orçamento aprovado.

* Publicado no Indicador Paulistano nº 42 - dezembro/2013.

Valores em R\$ milhões	Empenho 2012	Orçado 2013	Proposta 2014	Substitutivo da CFO	Aprovado 2014	Var. % Apr14/ Orç13
ADMINISTRAÇÃO DIRETA						
Receitas Correntes	33.626.180.676	35.622.340.251	40.390.895.735	40.223.848.735	40.223.848.735	13%
IPTU	5.037.416.751	5.323.726.736	6.815.756.835	6.648.709.835	6.648.709.835	25%
ISS	9.830.326.263	9.704.567.462	10.774.689.288	10.774.689.288	10.774.689.288	11%
ITBI	1.198.388.502	1.298.667.094	1.480.773.443	1.480.773.443	1.480.773.443	14%
IR	1.138.943.697	1.223.306.663	1.333.909.288	1.333.909.288	1.333.909.288	9%
ICMS	6.152.986.019	6.661.385.968	7.114.850.097	7.114.850.097	7.114.850.097	7%
IPVA	1.982.465.076	1.908.239.643	2.063.130.914	2.063.130.914	2.063.130.914	8%
Total dos itens de impostos detalhados acima	25.340.526.308	26.119.893.566	29.583.109.865	29.416.062.865	29.416.062.865	13%
Recursos SUS - Fundo a Fundo	1.195.296.389	1.545.147.000	1.986.647.210	1.986.647.210	1.986.647.210	29%
FUNDEB (bruto)	2.642.107.271	3.343.682.834	3.423.942.664	3.423.942.664	3.423.942.664	2%
Receitas de Valores Mobiliários (aplicações)	560.329.198	388.922.577	419.276.065	419.276.065	419.276.065	8%
Multas de Trânsito	828.141.395	925.502.400	1.190.500.000	1.190.500.000	1.190.500.000	29%
Demais Receitas Correntes	3.061.378.570	3.299.191.874	3.787.419.931	3.787.419.931	3.787.419.931	15%
(-) deduções da Rec. Corrente	-1.717.874.943	-1.819.786.190	-1.959.341.873	-1.959.341.873	-1.959.341.873	8%
Receitas Correntes - deduções (A)	31.908.305.733	33.802.554.061	38.431.553.862	38.264.506.862	38.264.506.862	13%
Receitas de Capital (B)	2.784.204.882	5.377.308.206	9.121.422.920	9.121.422.920	9.127.490.477	70%
Operações de Crédito	94.795.769	47.902.424	49.985.715	49.985.715	49.985.715	4%
Transferências	487.617.303	2.495.405.893	5.935.670.564	5.935.670.564	5.935.670.564	138%
02 - União	56.537.490	1.658.761.163	5.452.827.050	5.452.827.050	5.452.827.050	229%
03 - Estado	430.639.935	836.644.730	482.843.514	482.843.514	482.843.514	-42%
Cessão de Direitos Creditórios - PPI	0	953.800.000	370.000.000	370.000.000	370.000.000	-61%
Cessão de Direitos Creditórios - FMSAI	0	340.000.000	360.000.000	360.000.000	360.000.000	6%
Operações Urbanas	1.869.638.399	912.222.000	1.173.478.564	1.173.478.564	1.173.478.564	29%
Demais Receitas de Capital	2.201.791.811	627.977.889	1.232.288.077	1.232.288.077	1.238.355.634	97%
Total Líq. da Receita da Administração Direta	34.692.510.615	39.179.862.267	47.552.976.782	47.385.929.782	47.391.997.339	21%

Valores em R\$ milhões	Empenho 2012	Orçado 2013	Proposta 2014	Substitutivo	Aprovado	Var. % Prop14/
Despesas Correntes - Total (C)	25.959.229.746	25.712.630.990	28.713.866.740	28.631.387.285	28.666.789.270	11%
Despesas Correntes - Fonte 00	20.172.147.589	18.876.247.690	21.014.513.691	20.932.034.236	20.469.855.312	8%
Despesas Correntes - Outras Fontes	5.787.082.156	6.836.383.300	7.699.353.049	7.699.353.049	8.196.933.958	20%
Pessoal e Encargos - Total	8.242.468.104	9.111.158.732	10.072.478.524	10.069.981.171	10.070.082.171	11%
Pessoal e Encargos - Fonte 00	5.653.330.620	5.713.810.415	6.428.597.315	6.426.099.962	6.414.156.868	12%
Pessoal e Encargos - FUNDEB (04)	2.589.137.483	3.366.100.317	3.443.833.209	3.443.833.209	3.443.833.209	2%
PASEP	329.645.110	346.784.353	444.662.213	443.001.743	443.001.743	28%
Precatórios - despesa corrente	391.170.872	466.920.027	585.447.829	582.950.476	582.950.476	25%
Juros e Encargos da Dívida	2.624.304.041	2.988.093.998	3.101.628.911	3.079.912.801	3.079.912.801	3%
Outras Despesas Correntes - Total	15.092.457.601	13.613.378.260	15.539.759.305	15.481.493.313	15.516.794.298	14%
Outras Despesas Correntes - Fonte 00	11.894.512.928	10.174.358.277	11.484.287.465	11.426.021.473	11.080.516.893	9%
Outras Despesas Correntes - Outras Fontes	3.197.944.673	3.439.019.983	4.055.471.840	4.055.471.840	4.436.277.405	29%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (OST-PJ) - Total	11.300.975.492	10.015.770.345	11.020.214.931	11.020.214.931	11.136.175.556	11%
OST - PJ - Fonte 00	8.577.341.546	7.025.343.488	7.436.438.337	7.436.438.337	7.271.411.162	4%
OST - PJ - Outras Fontes	2.723.633.946	2.990.426.857	3.583.776.594	3.583.776.594	3.864.764.394	29%
Subvenção ônibus (Compensações Tarifárias)	960.786.217	660.000.000	1.651.297.318	1.594.701.796	1.488.609.171	126%
Limpeza Urbana (Adm. Direta)	1.757.715.144	passou a ser executada pela adm. indireta				
Outras Despesas Correntes - restante	2.830.695.893	2.937.607.915	2.868.247.056	2.866.576.586	2.892.009.571	-2%
Despesas de Capital (D)	4.730.271.815	7.863.115.477	12.298.252.739	12.213.685.194	12.288.381.209	56%
Investimentos	3.514.739.708	6.177.894.179	10.366.071.969	10.281.504.424	10.356.200.439	68%
Precatórios - despesa de capital	381.090.379	263.003.349	571.500.000	569.002.647	569.002.647	116%
Investimentos - fonte 00	1.699.561.590	2.183.379.009	2.140.346.490	2.055.778.945	1.866.430.866	-15%
Investimentos - fonte não 00	1.815.178.119	3.994.515.170	8.225.725.479	8.225.725.479	8.489.769.573	113%
Inversões Financeiras	31.102.594	460.240.000	366.614.000	366.614.000	366.614.000	-20%
Amortização da Dívida	1.184.429.513	1.224.981.298	1.565.566.770	1.565.566.770	1.565.566.770	28%

Valores em R\$ milhões	Empenho 2012	Orçado 2013	Proposta 2014	Substitutivo	Aprovado	Var. % Prop14/ Orç13
Precatórios - total	772.261.250	729.923.376	1.156.947.829	1.151.953.123	1.151.953.123	58%
Pagamento Dívida - total	3.808.733.554	4.213.025.296	4.667.185.681	4.645.469.571	4.645.469.571	10%
Reserva de Contingência (E)	-	1.000.000	110.000.000	110.000.000	1.000	
Despesa PMSP (C + D + E)	30.689.501.560	33.576.746.467	41.122.119.479	40.955.072.479	40.955.171.479	22%
Superávit Corrente (I = A - C)	5.949.075.988	8.089.923.071	9.717.687.122	9.633.119.577	9.597.717.592	19%
Déficit de Capital (II = B - D)	-1.946.066.933	-2.485.807.271	-3.176.829.819	-3.092.262.274	-3.160.890.732	27%
Superávit Orçamentário (I + II - E)	3.479.649.581	5.603.115.800	6.430.857.303	6.430.857.303	6.436.825.860	15%
Receita Legislativo (a partir 2013)	-	7.500.000	6.290.000	6.290.000	6.290.000	-16%
Despesa Legislativo (CMSP + TCMSP)	523.359.474	841.077.355	795.610.000	795.610.000	793.610.000	-6%
Receita da Adm. Indireta	2.463.398.416	2.854.425.766	3.171.038.248	3.171.038.248	3.171.038.248	11%
IPREM	2.293.288.325	2.551.641.347	2.725.172.043	2.725.172.043	2.725.172.043	7%
Autarquia Hospitalar	2.912.499	1.818.740	2.009.682	2.009.682	2.009.682	10%
HSPM	4.464.083	2.236.999	2.898.040	2.898.040	2.898.040	30%
AMLURB		0	85.248.646	85.248.646	85.248.646	
Demais	162.733.508	298.728.680	355.709.837	355.709.837	355.709.837	19%
Despesa da Adm. Indireta	5.184.251.270	7.623.964.211	8.812.575.551	8.812.575.551	8.820.544.108	16%
IPREM	3.833.042.369	4.359.192.692	5.018.017.486	5.018.017.486	5.018.017.486	15%
Autarquia Hospitalar	901.298.838	854.604.418	1.049.612.297	1.049.612.297	1.051.163.297	23%
HSPM	173.572.603	257.829.975	219.450.270	219.450.270	219.450.270	-15%
AMLURB		1.692.990.654	2.011.312.245	2.011.312.245	2.011.462.245	19%
Demais	276.337.460	459.346.472	514.183.253	514.183.253	520.450.810	13%
Déficit da Adm.	2.720.852.854	4.769.538.445	5.641.537.303	5.641.537.303	5.649.505.860	18%
IPREM	1.539.754.044	1.807.551.345	2.292.845.443	2.292.845.443	2.292.845.443	27%
Autarquia Hospitalar	898.386.338	852.785.678	1.047.602.615	1.047.602.615	1.049.153.615	23%
HSPM	169.108.520	255.592.976	216.552.230	216.552.230	216.552.230	-15%
AMLURB		1.692.990.654	1.926.063.599	1.926.063.599	1.926.213.599	14%
Demais	113.603.952	160.617.792	158.473.416	158.473.416	164.740.973	3%
Receita Consolidada (Direta + Indireta)	37.155.909.031	42.041.788.033	50.730.305.030	50.563.258.030	50.569.325.587	20%
Total da Despesa Orçamentária	36.397.112.305	42.041.788.033	50.730.305.030	50.563.258.030	50.569.325.587	20%

A Tabela 4.2 apresenta comparativo dos valores, por órgão da administração municipal, do orçamento para 2013, da proposta do executivo para 2014 e os valores aprovados para 2014 pela CMSP.

Tabela 4.2 - Despesa por Órgão - Orçamento 2013, Proposta 2014 e Aprovado 2014 – em R\$

Cód	Descrição da Fonte	Orçamento 2013	Proposta 2014	Aprovado 2014	Var.% Apr14/ Orç13
01	Autarquia Hospitalar Municipal	854.604.418	1.049.612.297	1.051.163.297	23%
02	Hospital do Servidor Público Municipal	257.829.975	219.450.270	219.450.270	-15%
03	Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	4.359.192.692	5.018.017.486	5.018.017.486	15%
04	Serviço Funerário do Município de São Paulo	126.210.000	186.525.000	186.725.000	48%
09	Câmara Municipal de São Paulo	585.507.355	536.700.000	534.700.000	-9%
10	Tribunal de Contas do Município de São Paulo	255.570.000	252.620.000	252.620.000	-1%
11	Secretaria do Governo Municipal	485.959.765	588.542.983	591.527.983	22%
12	Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras	722.409.329	705.368.121	575.429.121	-20%
13	Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão	189.057.533	234.765.592	234.765.592	24%
14	Secretaria Municipal de Habitação	1.086.007.974	1.314.189.428	1.314.412.428	21%
16	Secretaria Municipal de Educação	7.914.456.075	9.072.625.515	9.022.636.700	14%
17	Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico	536.497.298	501.699.322	501.699.322	-6%
18	Secretaria Municipal da Saúde	48.000.000	-	-	
19	Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	300.229.702	498.345.947	522.164.092	74%
20	Secretaria Municipal de Transportes	1.500.299.732	2.413.085.367	2.250.427.220	50%
21	Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos	156.776.376	169.092.848	169.093.848	8%
22	Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras	1.752.187.725	3.281.088.340	3.292.098.340	88%
23	Secretaria Municipal de Serviços	26.464.708	62.941.585	62.957.585	138%
24	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	337.779.633	195.620.711	196.020.711	-42%
25	Secretaria Municipal de Cultura	285.801.826	323.266.685	336.819.685	18%
27	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	234.385.329	200.319.482	207.409.482	-12%
28	Encargos Gerais do Município	7.498.868.410	8.078.003.333	7.940.623.047	6%
30	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Trabalho e Empreendedorismo	105.972.215	91.074.812	91.474.812	-14%
31	Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas	8.686.558	8.980.458	8.980.458	3%
32	Controladoria Geral do Município de São Paulo	3.138.556	15.910.295	15.910.295	407%
34	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	104.174.618	61.702.106	62.757.106	-40%
36	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	12.931.672	17.421.327	22.778.127	76%
37	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	125.321.840	141.329.908	131.329.908	5%
38	Secretaria Municipal de Segurança Urbana	333.606.214	349.320.814	350.987.814	5%
39	Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial	-	11.058.968	11.058.968	
40	Secretaria Municipal de Relações Governamentais	-	4.617.583	5.827.583	

Cód.	Descrição da Fonte	Orçamento 2013	Proposta 2014	Aprovado 2014	Var.% Apr14/ Orç13
41	Subprefeitura Perus	26.146.145	25.229.233	28.666.591	10%
42	Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	30.542.067	34.206.524	40.428.145	32%
43	Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	28.187.488	31.104.292	36.527.781	30%
44	Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	21.630.738	25.283.057	29.633.675	37%
45	Subprefeitura Santana/Tucuruvi	30.990.113	31.630.856	35.754.361	15%
46	Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	25.349.880	29.267.447	33.813.811	33%
47	Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	28.603.795	30.587.361	37.001.440	29%
48	Subprefeitura Lapa	30.279.369	32.818.251	38.327.662	27%
49	Subprefeitura Sé	55.575.622	64.170.133	71.196.240	28%
50	Subprefeitura Butantã	38.949.015	39.806.603	46.565.974	20%
51	Subprefeitura Pinheiros	33.465.875	36.574.400	40.319.866	20%
52	Subprefeitura Vila Mariana	30.353.889	33.288.362	36.817.840	21%
53	Subprefeitura Ipiranga	35.458.178	37.626.693	44.184.636	25%
54	Subprefeitura Santo Amaro	31.655.482	34.062.069	40.369.303	28%
55	Subprefeitura Jabaquara	25.804.571	26.471.966	29.105.136	13%
56	Subprefeitura Cidade Ademar	23.873.820	26.020.837	31.547.859	32%
57	Subprefeitura Campo Limpo	43.472.444	40.661.926	48.613.285	12%
58	Subprefeitura M'Boi Mirim	60.803.295	36.327.575	42.900.365	-29%
59	Subprefeitura Capela do Socorro	35.445.054	37.353.309	48.774.804	38%
60	Subprefeitura Parelheiros	21.981.372	28.256.437	33.134.421	51%
61	Subprefeitura Penha	38.133.932	43.572.617	49.347.086	29%
62	Subprefeitura Ermelino Matarazzo	24.118.452	26.280.846	30.601.068	27%
63	Subprefeitura São Miguel	39.481.442	41.574.123	46.355.261	17%
64	Subprefeitura Itaim Paulista	31.820.502	32.654.426	38.040.392	20%
65	Subprefeitura Moóca	34.180.183	39.269.664	43.639.474	28%
66	Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	32.721.745	35.420.419	39.883.488	22%
67	Subprefeitura Itaquera	36.903.632	40.487.238	46.635.800	26%
68	Subprefeitura Guaianases	30.316.598	35.477.765	39.474.364	30%
69	Subprefeitura Vila Prudente	33.436.372	21.444.593	30.095.876	-10%
70	Subprefeitura São Mateus	50.718.484	52.852.851	58.604.859	16%
71	Subprefeitura Cidade Tiradentes	21.569.503	22.169.045	25.352.115	18%
72	Subprefeitura de Sapopemba	-	21.412.983	28.892.923	-
76	Fundo Municipal de Despesas da Câmara Municipal	-	3.300.000	3.300.000	-
77	Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Contas	-	2.990.000	2.990.000	-
78	Secretaria Municipal de Licenciamento	-	50.897.361	50.897.361	-
79	Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres	-	13.465.413	13.666.413	-
80	Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	9.119.391	7.372.900	7.372.900	-19%
81	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana/ Fundo Munic.de Limpeza Urbana	1.692.990.654	2.011.312.245	2.011.462.245	19%
83	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	143.854.006	152.223.034	152.223.034	6%

Cód.	Descrição da Fonte	Orçamento 2013	Proposta 2014	Aprovado 2014	Var.% Apr14/ Orç13
84	Fundo Municipal de Saúde	5.657.127.975	7.297.605.935	7.278.710.313	29%
85	Fundação Theatro Municipal de São Paulo	64.264.543	80.211.271	80.211.271	25%
86	Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	624.949.125	681.509.000	681.509.000	9%
87	Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	1.017.906.240	1.820.783.068	1.821.850.068	79%
88	Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural	1.709.300	463.480	463.480	-73%
89	Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	3.329.356	700.000	1.420.000	-57%
90	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	130.407.193	87.349.839	87.349.839	-33%
91	Fundo Municipal de Habitação	115.898.532	87.851.048	93.918.605	-19%
93	Fundo Municipal de Assistência Social	796.509.181	771.851.476	862.951.601	8%
94	Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	82.148.571	174.562.000	174.912.000	113%
95	Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	12.830.000	10.000.000	10.000.000	-22%
96	Fundo Municipal de Turismo	600.000	1.000	1.601.000	167%
97	Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano	2.144.455	1.500.000	1.500.000	-30%
98	Fundo de Desenvolvimento Urbano	160.000.000	498.000.000	498.000.000	211%
99	Fundo Municipal de Iluminação Pública	286.102.926	279.695.476	280.544.276	-2%
	TOTAL	42.041.788.033	50.730.305.030	50.569.325.587	20%

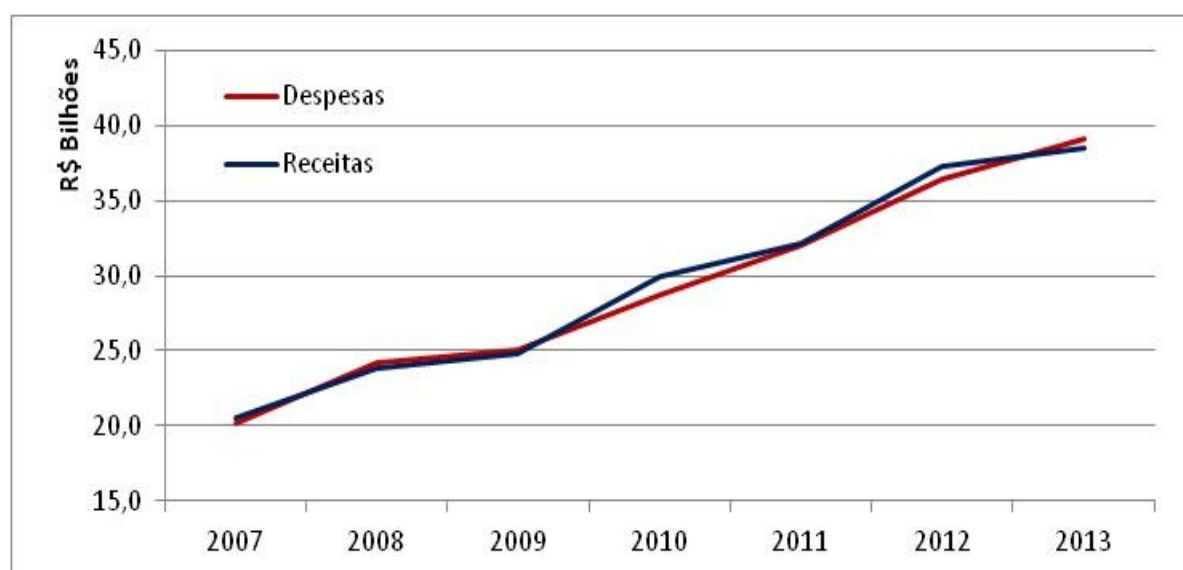
2. Execução Orçamentária 2013*

No exercício de 2013, a execução orçamentária consolidada (administração direta e indireta) totalizou R\$ 39,1 bilhões (valores empenhados), representado um crescimento nominal de 7,4% em relação à execução do ano anterior. No orçamento aprovado pela CMSP para o ano de 2013, o valor previsto era de R\$ 42,04 bilhões; no entanto, ao longo do exercício, conforme autorização constante na lei orçamentária, este valor foi suplementado para R\$ 42,6 bilhões, por meio da utilização de R\$ 560,8 milhões de recursos do superávit financeiro (diferença entre o ativo e passivo financeiro apurados no balanço patrimonial) do exercício anterior.

Os dados para a elaboração do gráfico e da tabela a seguir foram obtidos do Sistema de Orçamento e Finanças - SOF em 28/01/2014, sendo, portanto, dados preliminares, sujeitos a alterações.

O Gráfico 4.1 ilustra a evolução da execução orçamentária do município desde 2007, ano em que houve a consolidação (adm. direta e indireta) do orçamento.

Gráfico 4.1 - Evolução das Receitas e Despesas Orçamentárias - 2007 a 2013 em R\$ correntes



Fontes: Balanços Anuais da PMSP e SOF

* Publicado no Indicador Paulistano nº 43 - janeiro/2014.

A tabela 4.1 apresenta os valores de alguns dos principais itens da receita e despesa municipais:

Tabela 4.1 - Comparativo da Despesa e Receita - Execução Orçamentária 2012 e 2013 - em milhões de R\$ correntes

Descrição	Orçado 2012 (R\$ milhões)	Empenhado 2012 (R\$ milhões)	Orçado 2013 (R\$ milhões)	Empenhado 2013 (R\$ milhões)	Var % Emp. 2013/ 2012
ADMINISTRAÇÃO DIRETA					
Receitas Correntes	33.748,38	33.737,53	35.622,34	36.520,09	8,2%
IPTU	4.963,85	5.027,44	5.323,73	5.460,47	8,6%
ISS	9.112,57	9.935,28	9.704,56	10.027,12	0,9%
ITBI	1.252,89	1.200,74	1.298,67	1.415,36	17,9%
IR	1.100,01	1.154,91	1.223,31	1.284,29	11,2%
ICMS	6.672,49	6.152,99	6.661,39	6.944,28	12,9%
IPVA	1.903,84	1.982,47	1.908,24	2.025,50	2,2%
<i>Total dos itens detalhados acima</i>	25.005,64	25.453,83	26.119,89	27.157,04	6,7%
Recursos SUS - Fundo a Fundo	1.397,10	1.194,84	1.545,15	1.458,55	22,1%
FUNDEB (bruto)	2.946,48	2.642,11	3.343,68	3.090,97	17,0%
Receitas de Valores Mobiliários (aplicações)	460,56	571,12	388,92	539,14	-5,6%
Multas de Trânsito	832,36	819,32	925,50	849,98	3,7%
Demais Receitas Correntes	3.106,25	3.056,32	3.299,20	3.424,40	12,0%
(-) deduções da Rec. Corrente	-1.772,72	-1.719,14	-1.819,79	-1.996,27	16,1%
Receitas Correntes - deduções (A)	31.975,66	32.018,39	33.802,55	34.523,81	7,8%
Receitas de Capital (B)	4.195,40	2.800,95	5.377,31	1.307,74	-53,3%
Operações de Crédito	109,06	94,80	47,90	0,00	100,0 %
Transferências	1.579,84	487,62	2.495,41	538,03	10,3%
02 - União	565,79	56,54	1.658,76	134,21	137,4
03 - Estado	1.012,76	430,64	836,64	403,81	-6,2%
Cessão de Direitos Creditó- rios - PPI	500,00	0,00	953,80	0,00	
Cessão de Direitos Creditó- rios - FMSAI	300,00	0,00	340,00	0,00	
Operações Urbanas	803,32	1.869,64	912,22	323,02	-82,7%
Demais Receitas de Capital	903,18	348,90	627,98	446,69	28,0%
Total da Receita da Adm. Direta	36.171,06	34.819,34	39.179,86	35.831,55	2,9%

Descrição	Orçado 2012 (R\$ milhões)	Empenhado 2012 (R\$ milhões)	Orçado 2013 (R\$ milhões)	Empenhado 2013 (R\$ milhões)	Var % Emp. 2013/ 2012
ADMINISTRAÇÃO DIRETA					
Despesas Correntes - Total (C)	25.573,67	25.959,23	25.712,63	25.473,21	-1,9%
Despesas Correntes - Fonte 00	19.338,82	20.172,15	18.876,25	18.675,08	-7,4%
Despesas Correntes - Outras Fontes	6.234,86	5.787,08	6.836,38	6.798,14	17,5%
Pessoal e Encargos - Total	8.592,58	8.242,47	9.111,16	8.931,16	8,4%
Pessoal e Encargos - Fonte 00	5.579,42	5.653,33	5.713,81	5.520,55	-2,3%
Pessoal e Encargos - FUNDEB (04)	2.968,36	2.560,09	3.366,10	3.224,21	25,9%
PASEP	324,65	329,65	346,78	354,50	7,5%
Precatórios - despesa corrente	421,77	391,08	466,92	452,54	15,7%
Juros e Encargos da Dívida	2.790,67	2.624,30	2.988,09	2.071,46	-21,1%
Outras Despesas Correntes - Total	14.190,42	15.092,46	13.613,38	14.470,60	-4,1%
Outras Despesas Correntes - Fonte 00	10.968,73	11.894,51	10.174,36	11.083,07	-6,8%
Outras Despesas Correntes - Outras Fontes	3.221,70	3.197,94	3.439,02	3.387,52	5,9%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (OST - PJ)	10.674,63	11.300,98	10.015,77	10.560,21	-6,6%
OST - PJ - Fonte 00	7.810,94	8.577,34	7.025,34	7.668,88	-10,6%
OST - PJ - Outras Fontes	2.863,69	2.723,63	2.990,43	2.891,33	6,2%
Subvenção ônibus (Compensações Tarifárias)	660,00	960,79	660,00	1.210,00	25,9%
Limpeza Urbana (Adm. Direta)	1.238,91	1.757,72			-100,0%
Outras Despesas Correntes - restante	1.616,88	1.072,98	2.937,61	2.700,39	151,7%
Despesas de Capital (D)	7.175,43	4.730,27	7.863,12	4.959,00	4,8%
Investimentos	5.683,23	3.514,74	6.177,89	3.684,87	4,8%
Precatórios - despesa de capital	411,11	381,38	263,00	445,87	16,9%
Investimentos - fonte 00	2.427,01	1.699,56	2.183,38	1.810,91	6,6%
Investimentos - fonte não 00	3.256,23	1.815,18	3.994,52	1.873,97	3,2%
Inversões Financeiras	8,67	31,10	460,24	22,21	-28,6%
Amortização da Dívida	1.483,52	1.184,43	1.224,98	1.251,92	5,7%
Precatórios - total	832,88	772,46	729,92	898,41	16,3%
Despesa da Dívida - total	4.274,19	3.808,73	4.213,03	3.323,38	-12,7%
Reserva de Contingência (E)	1,00	0,00	1,00	0,00	
Despesa PMSP (C+D+E)	32.750,11	30.689,50	33.576,75	30.432,21	-0,8%
Superávit Corrente (I = A - C)	6.401,99	6.059,16	8.089,92	9.050,60	49,4%
Déficit de Capital (II = B - D)	-2.980,04	-1.929,32	-2.485,81	-3.651,26	89,3%
Superávit Orçamentário (I + II - E)	3.420,95	4.129,84	5.603,12	5.399,34	30,7%

Descrição	Orçado 2012 (R\$ milhões)	Empenhado 2012 (R\$ milhões)	Orçado 2013 (R\$ milhões)	Empenhado 2013 (R\$ milhões)	Var % Emp. 2013/ 2012
Receita Legislativo*		3,27	7,50		-100,0%
Despesa Legislativo	706,39	526,35	841,08	600,29	14,0%
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA					
Receita da Adm. Indireta	2.563,54	2.462,67	2.854,43	2.630,90	6,8%
Despesa da Adm. Indireta	5.278,11	5.184,25	7.623,96	8.073,93	55,7%
Déficit da Adm. Indireta	2.714,56	2.721,58	4.769,54	5.443,03	100,0%
CONSOLIDADO (ADM. DIRETA e INDIRETA)					
Receita Orçamentária	38.734,60	37.285,29	42.041,79	38.462,45	3,2%
Despesa Orçamentária	38.734,60	36.400,10	42.041,79	39.106,43	7,4%
Superávit/Déficit Consolidado	0,00	885,18	0,00	-643,98	-172,8%

Fonte: SOF, posição 28/01/2014, dados preliminares, sujeitos a alterações.

* Dados sobre a receita realizada do Poder Legislativo estavam indisponíveis no SOF.

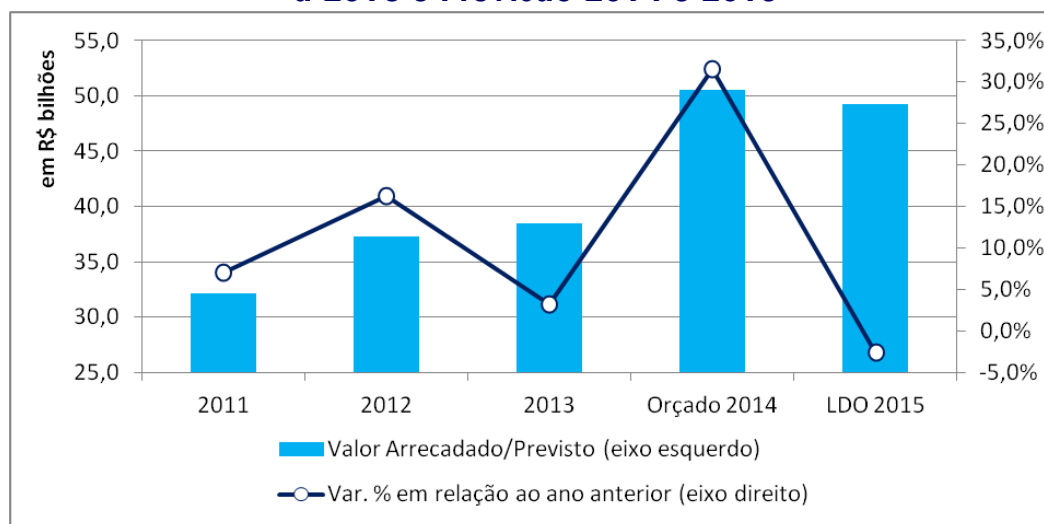
Conforme a tabela 4.1, a execução orçamentária, em 2013, registrou um déficit orçamentário consolidado de R\$ 643,98 milhões, sendo que a administração direta (excluindo CMSP e TCMSP) obteve um superávit orçamentário de R\$ 5,40 bilhões e a administração indireta apresentou um déficit de R\$ 5,44 bilhões. Deve-se ainda considerar as despesas do Poder Legislativo no total de R\$ 600,2 milhões. Vale ressaltar que, em 2013, a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana, órgão da administração indireta, entrou em efetiva operação, gerenciando serviços de limpeza urbana, que antes eram executados pela Secretaria Municipal de Serviços, órgão da administração direta, o que explica a grande variação no resultado da administração direta e indireta em relação a 2012.

3. Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015*

Conforme disposto na Lei Orgânica do Município, a Câmara Municipal recebeu do Poder Executivo o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO para o ano de 2015. Com periodicidade anual, a LDO, que é um dos instrumentos de planejamento público definidos pela Constituição Federal, compreende as metas e prioridades da administração, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente. A LDO estabelece, também, orientações gerais para elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro subsequente e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

O Projeto de LDO estima para o ano de 2015 uma receita orçamentária para a prefeitura de São Paulo de R\$ 49,2 bilhões (Gráfico 4.1), o que representaria um valor 2,6% menor que o orçamento aprovado para 2013.

Gráfico 4.1 - Receita Orçamentária - São Paulo - Arrecadado 2011 a 2013 e Previsão 2014 e 2015



Fonte: Balanço Anual 2011 a 2013, Orçamento 2014 e Projeto LDO 2015

O valor estimado baseia-se no comportamento da arrecadação em 2014 e na projeção para 2015 de um cenário macroeconômico¹, no qual se espera um crescimento do Produto Interno Bruto - PIB de 2,03%, do PIB do setor de serviços de 2,25% e uma taxa de inflação de 5,75%. O valor definitivo para o orçamento de 2015 será ainda determinado pela lei orçamentária, servindo a estimativa constante na LDO de parâmetro para a definição das prioridades e das metas fiscais.

(1) Os valores que constituem o cenário utilizado basearam-se em dados do Relatório *Focus* produzido pelo Banco Central (posição em 14/03/2014).

* Publicado no Indicador Paulistano n° 47 - maio/2014.

A queda da receita com relação ao orçamento para 2014 deve-se, principalmente, ao comportamento previsto das receitas de capital, das quais se estima uma redução de 30,2% (ou de R\$ 2,8 bilhões em termos nominais). O item 'Alienação de Bens' responde por R\$ 1,3 bilhão desta queda e 'Transferências de Capital', do qual a maior parcela refere-se a alienação de CEPACs, responde por R\$ 919 milhões.

Apesar da queda, os valores projetados para receitas de capital, particularmente das 'Transferências de Capital', são significativamente superiores aos realizado em 2013. Comparativamente ao realizado em 2013, as 'Transferências de Capital' projetadas na proposta de LDO representam um aumento de 853% (ou de R\$ 4,6 bilhões).

Tabela 4.1 - Receita Orçamentária no Município de São Paulo: Realizado 2013, LOA 2014 e LDO 2015 - em R\$ mil correntes

Receitas	Realizado	LOA	LDO 2015			Var.% B/A
	2013	2014 (A)	2015 (B)	2016	2017	
Receita Total (= I + II + III + IV)	38.462.559	50.569.326	49.247.340	52.603.805	55.694.755	-2,6%
Receitas Correntes (I)	37.710.663	41.588.453	43.256.054	46.598.830	50.284.568	4,0%
Receita Tributária	18.565.985	20.495.743	21.588.801	23.356.088	25.254.912	5,3%
Receita de Contribuições	1.171.054	1.279.375	1.319.490	1.396.269	1.476.342	3,1%
Receita Patrimonial	713.665	521.976	647.407	715.216	786.192	24,0%
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	391.412	495.922	447.383	484.653	525.498	-9,8%
Transferências Correntes	14.504.028	15.897.946	16.717.893	18.098.826	19.600.527	5,2%
Outras Receitas Correntes	2.364.519	2.897.492	2.535.079	2.547.777	2.641.097	-12,5%
Receitas Intra Orçamentárias (II)	1.428.209	1.668.516	1.599.982	1.686.073	1.775.388	-4,1%
Deduções de Transferências Correntes (III)	-2.003.025	-1.959.342	-2.080.434	-2.253.772	-2.442.924	6,2%
Receitas de Capital (IV)	1.326.711	9.271.699	6.471.738	6.572.674	6.077.723	-30,2%
Operações de Crédito	-	49.986	58.333	58.333	41.667	16,7%
Alienações de Bens	11.630	1.299.717	6.672	6.803	5.745	-99,5%
Amortizações de Empréstimos	25.242	22.537	24.853	26.642	28.619	10,3%
Transferências de Capital	539.327	6.061.165	5.141.837	5.178.015	4.634.481	-15,2%
Outras Receitas de Capital	750.513	1.838.294	1.240.043	1.302.881	1.367.211	-32,5%

Fonte: Projeto de LDO 2015, LOA 2014 e Balanço Anual 2013

Para as receitas correntes, o projeto de LDO 2015 estima um crescimento de 4,0% com relação ao orçamento 2014. Para a 'Receita Tributária' é esperado um crescimento de 5,3%, percentual inferior a taxa de inflação (IPCA) prevista para 2015. Ressalte-se que o valor orçado para 2014 continha (como receita condicionada) montante de R\$ 805,6 milhões relativo ao aumento da arrecadação de IPTU decorrente da atualização da Planta Genérica de

Valores, que foi suspensa. Considerando o orçamento 2014 sem as receitas condicionadas, o aumento previsto no projeto de LDO seria de 9,6%.

Quanto às receitas de transferências, que representam os recursos provenientes da União e do Estado (ICMS, IPVA, FUNDEB, dentre outras), prevê-se crescimento de 5,2% em relação ao orçamento 2014.

Pelo lado das despesas, a proposta de LDO projeta despesa de capital no valor de R\$ 9 bilhões, o que representa uma queda de 29,4% em relação ao orçamento 2014. O principal componente são os investimentos, para os quais se planeja queda de 34,9%. Com relação a despesa de capital, repete-se o comportamento da receita de capital. Apesar da queda, os valores projetados são significativamente superiores aos realizado em 2013. Comparativamente ao realizado em 2013, os investimentos projetados na proposta de LDO representam um aumento de 81,5% (ou de R\$ 3,1 bilhões).

Tabela 4.2 - Despesa Orçamentária no Município de São Paulo: Empenhado 2013, LOA 2014 e LDO 2015 - em R\$ mil correntes

Receitas	Realizado	LOA	LDO 2015			Var.% B/A
	2013	2014 (A)	2015 (B)	2016	2017	
Despesa Total (= IV + V + VI)	39.136.092	50.569.326	49.247.340	52.603.805	55.694.755	-2,6%
Despesas Correntes (IV)	33.979.326	37.825.339	40.243.626	43.178.162	46.386.053	6,4%
Pessoal e Encargos	10.062.499	16.368.466	17.584.638	18.945.650	20.437.726	7,4%
Juros e Encargos da Dívida	2.071.456	3.080.913	2.813.952	2.853.925	2.878.840	-8,7%
Outras Despesas Correntes	21.845.371	18.375.960	19.845.036	21.378.587	23.069.487	8,0%
Despesas de Capital (V)	5.156.767	12.743.985	9.002.714	9.424.643	9.307.702	-29,4%
Investimentos	3.863.744	10.776.755	7.013.830	7.220.884	6.789.064	-34,9%
Inversões Financeiras	41.103	399.364	300.000	300.000	300.000	-24,9%
Amortizações da Dívida	1.251.920	1.567.867	1.688.884	1.903.759	2.218.638	7,7%
Reserva de Contingência (VI)	-	1	1.000	1.000	1.000	99900,0%

Fonte: Projeto de LDO 2015, LOA 2014 e Balanço Anual 2013

Para as despesas correntes projeta-se expansão de 6,4%, sendo que para 'Pessoal e Encargos' se estima crescimento de 7,4% e para 'Outras Despesas Correntes', 8,0%. Quanto aos pagamentos da dívida, espera-se uma queda dos 'Juros e Encargos da Dívida' (despesa corrente) de 8,7%, e um aumento de 7,7% das 'Amortizações da Dívida' (despesa de capital). Na soma dos dois itens, os pagamentos da dívida devem cair 3,1% (de R\$ 4,6 bilhões para R\$ 4,5 bilhões).

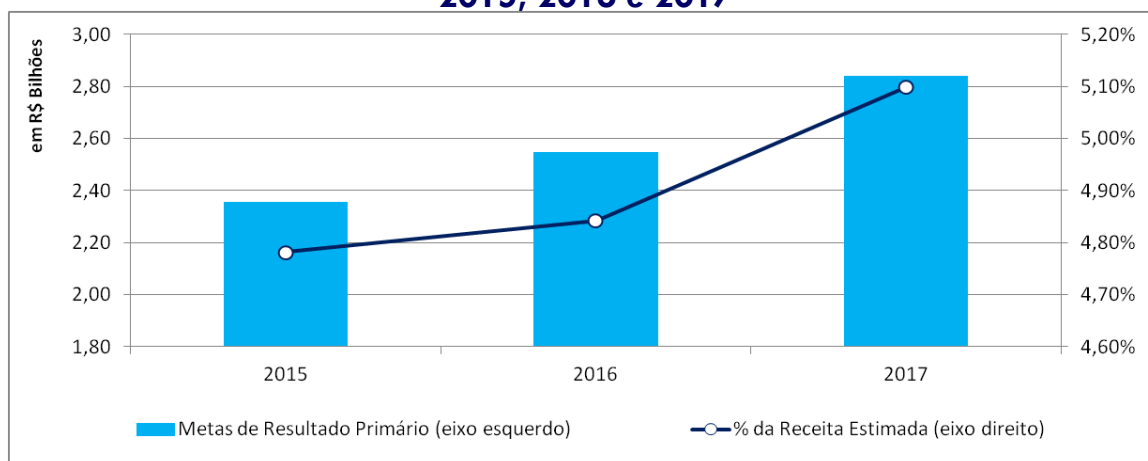
Metas Fiscais

Além de orientar a elaboração do orçamento, a LDO foi incumbida pela Lei Complementar nº 101 de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) de dispor sobre o equilíbrio das contas públicas. Um dos dispositivos criados pela LRF e que compõe a LDO é o Anexo de Metas Fiscais, no qual são definidas metas anuais de resultado primário e de resultado nominal para o exercício a que se referirem e para os dois subsequentes.

O resultado primário representa a diferença entre as receitas não-financeiras e despesas não financeiras. É um indicador que permite verificar a economia destinada para o pagamento dos encargos e amortizações da dívida pública. Quanto maior o valor do resultado primário, melhor é a situação fiscal.

A LDO 2015 estabelece para o próximo ano meta de resultado primário de R\$ 2,35 bilhões, o que corresponde a 4,8% do total da receita estimada para o próximo ano. O Gráfico 4.2 informa os valores das metas de resultado primário definidas na LDO para os anos de 2015 a 2017, e o quanto isto percentualmente representa do valor do orçamento estimado para cada ano.

Gráfico 4.2 - LDO 2015 - Metas de Resultado Primário e % da Receita Estimada 2015, 2016 e 2017

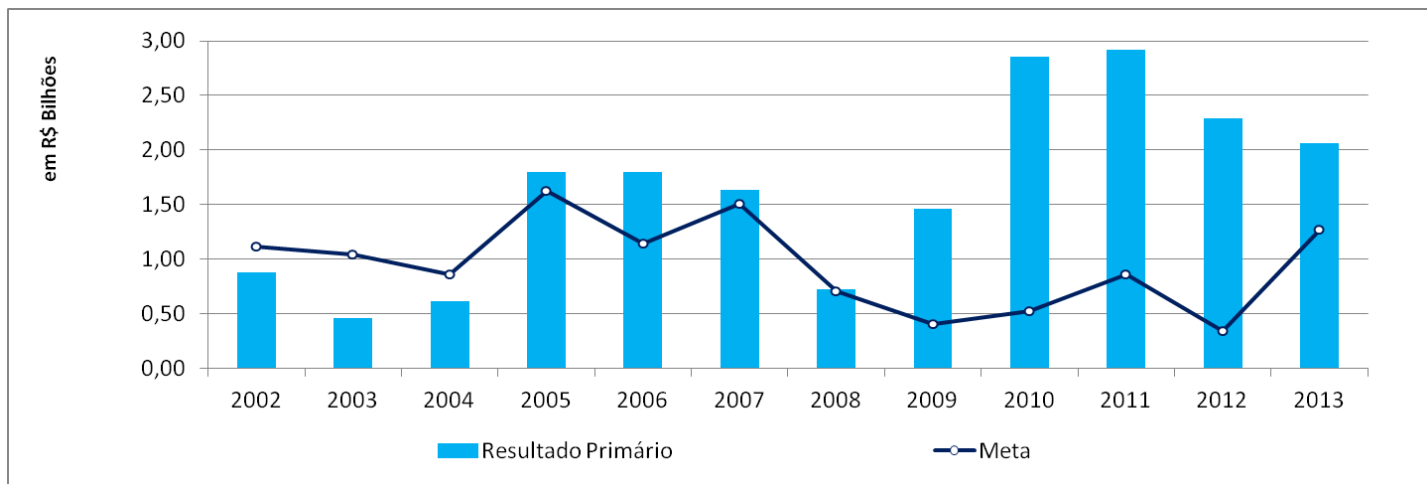


Fonte: LDO 2015

Além de definir as metas, a LDO também avalia também o cumprimento das metas do ano anterior. A LDO 2013 (Lei nº 15.613/2012) havia estipulado uma meta de resultado primário de R\$ 1,27 bilhão para o ano de 2013. O resultado primário efetivamente realizado pelo município, no ano passado, foi de R\$ 2,06 bilhões (5,4% do total da receita), portanto, cumprindo com folga a meta estabelecida.

O Gráfico 4.3 mostra a evolução das metas e dos resultados primários realizados nos últimos anos. Na série desde 2002, apenas nos três primeiros anos, nos quais foram registrados déficits orçamentários, o resultado primário não atingiu a meta. Em 2008, ano em que se voltou a registrar déficit orçamentário, o resultado primário (de R\$ 720,5 milhões) ficou ligeiramente acima da meta (de R\$ 704,3 milhões).

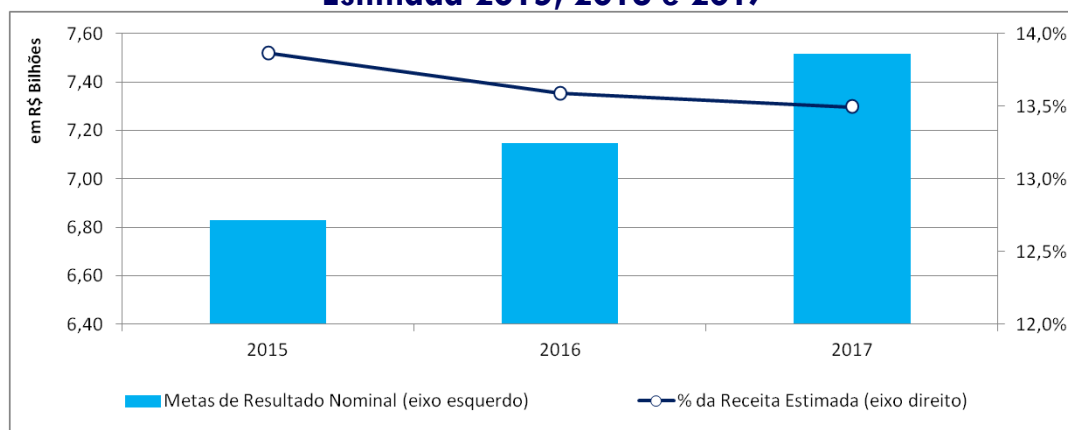
Gráfico 4.3 - Evolução das Metas e do Resultado Primário - 2002 a 2013



Fonte: LDO 2015

Quanto ao resultado nominal, ele é definido como a variação total nos gastos do governo e medido como o valor do crescimento da dívida fiscal líquida, portanto, diferentemente do resultado primário, quanto maior o resultado nominal pior é a situação fiscal. A LDO 2015 estabelece para 2015 uma meta de resultado nominal (ou crescimento da dívida) de R\$ 6,83 bilhões, ou que representa 13,9% do total da receita estimada para o próximo ano. O Gráfico 4.4 apresenta os valores das metas de resultado nominal definidas na LDO para os anos de 2014 a 2016, e o quanto percentualmente representa da estimativa de valor orçado.

Gráfico 4.4 - LDO 2014 - Metas de Resultado Nominal e % da Receita Estimada 2015, 2016 e 2017

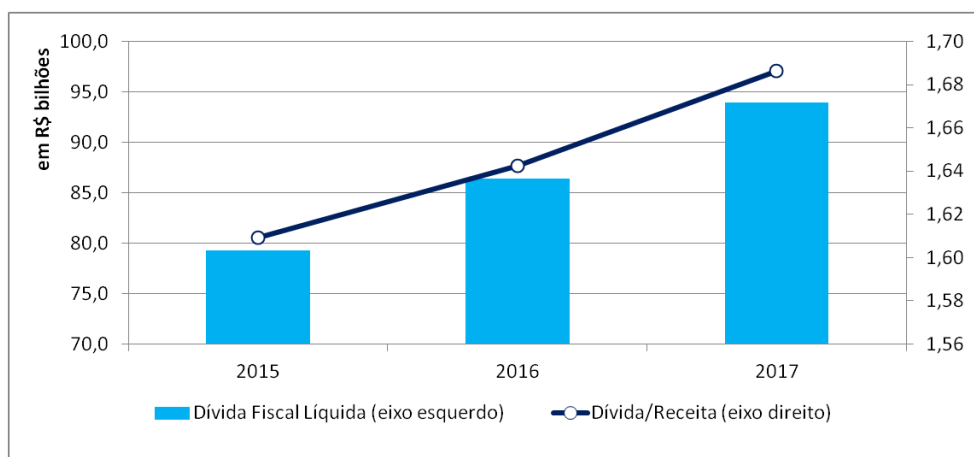


Fonte: LDO 2015

Apesar de os valores das metas serem crescentes, elas crescem a uma taxa inferior a da receita total, e portanto, conforme o Gráfico 4.4 mostra, percentualmente, o resultado nominal representará uma taxa decrescente da receita total.

Considerando os resultados nominais previstos, o projeto de LDO apresenta também a trajetória da dívida pública municipal. Adotando a relação dívida/receita como medida da capacidade do ente de saldar a dívida, o Gráfico 4.5 mostra uma piora (aumento) deste indicador para os últimos anos.

Gráfico 4.5 - Evolução da Dívida Fiscal Líquida e do Indicador Dívida/Receita 2015 a 2017

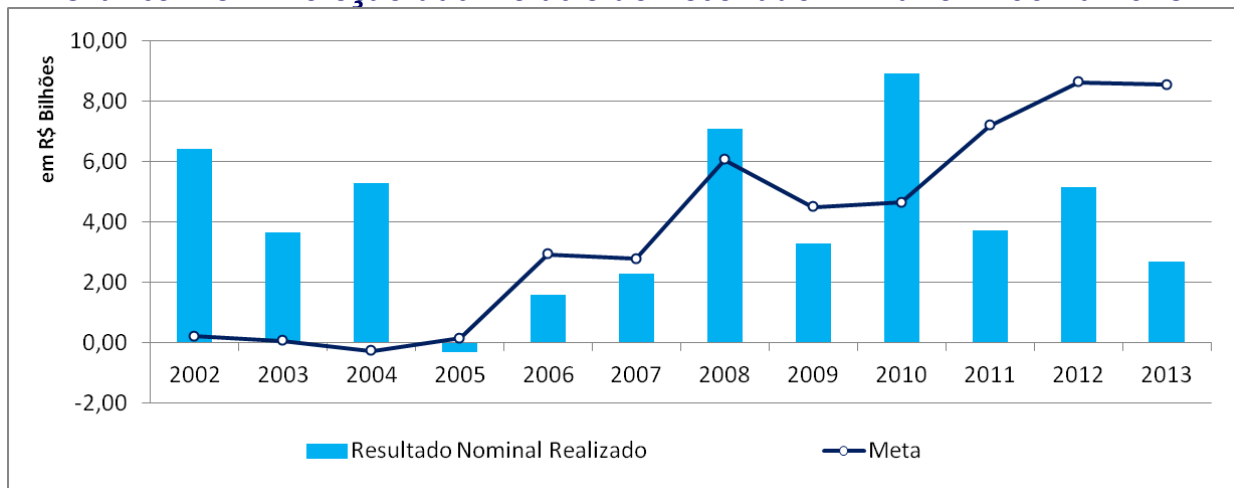


Fonte: LDO 2015

A LDO 2013 (Lei nº 15.613/2012) havia estabelecido uma meta de resultado nominal de R\$ 4,74 bilhões para o ano de 2013. O resultado primário efetivamente realizado pelo município, em 2013, foi de R\$ 2,68 bilhões, valor que cumpriu pelo terceiro ano consecutivo a meta estabelecida.

O Gráfico 4.6 apresenta a evolução de 2002 a 2013 das metas e do resultado nominal efetivamente realizado. Nos anos de 2002 a 2004, 2008 e 2010, as metas de resultado nominal não foram cumpridas. De 2002 a 2004, as metas foram relativamente mais restritivas, assumindo valores significativamente menores (portanto, mais difíceis de serem cumpridas). Além disso, nesses anos, assim como nos outros anos (2008 e 2010) em que a meta não foi cumprida, o IGP-DI, índice que reajusta o valor da dívida da prefeitura com a União, registrou variações significativamente mais elevadas, fazendo com que o a dívida municipal crescesse

Gráfico 4.6 - Evolução das Metas e do Resultado Primário - 2002 a 2013



Fonte: Projeto LDO 2015

com maior intensidade. Nos anos em que a meta não foi cumprida, a variação do IGP-DI foi em média 13,3%, enquanto que, nos anos em que a meta foi cumprida, a variação média foi de 4,3%.

Prioridades e Metas

Conforme disposto na Constituição Federal, constam no projeto de LDO as metas e prioridades da administração para o exercício financeiro subsequente. As metas “são a mensuração das ações de governo para definir quantitativamente e qualitativamente o que se propõe ser atendido”², e prioridade “é a hierarquia a que devem submeter-se as metas”².

A Tabela 4.3 apresenta as prioridades e metas, especificando o valor previsto na proposta de LDO 2015 a ser despendido em cada meta do Programa e Metas 2013-2016, bem como compatibilizando-as com as ações orçamentárias incluídas no Plano Plurianual - PPA 104-2017 e na Lei Orçamentária Anual - LOA 2014. Ressalta-se que o valor estimado para 2015 inclui apenas os valores de implementação da meta em 2015, não estão considerados os valores para a manutenção dos equipamentos e serviços.

(2) *Contabilidade Pública na Gestão Municipal*, Nilton de Aquino Andrade, respectivamente, págs. 23 e 28

Tabela 4.3 - Metas e Prioridades - Integração Projeto LDO2015, Programa de Metas 2013-2016, PPA 2014-2017 e LOA 2014

Projeto de LDO 2015		Programa de Metas	PPA 2014-2017 e LOA 2014		
Descrição	Valor (R\$)	nº meta	Descrição da ação orçamentária no PPA 2014-2017	Cód. Ação	Valor (R\$) LOA 2014*
Inserir aproximadamente 280 mil famílias com renda de até meio salário mínimo no Cadastro Único para atingir 773 mil famílias cadastradas	28.791.198	1	Inserção das famílias no Cadastro Único	4306	27.199.998
Beneficiar 228 mil novas famílias com o Programa Bolsa Família;	-	2	<i>Meta financiada por Programa Federal</i>		
Implantar 60 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS);	4.610.000	3	Implantação de Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	3395	4.410.000
Implantar 7 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS);	641.000	4	Implantação de Centros de Referência Especializadas de Assistência Social - CREAS	3396	441.000
Garantir 100.000 vagas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC);	-	5	<i>Meta financiada por Programa Federal</i>		
Formalizar aproximadamente 22.500 microempreendedores individuais	2.459.023	6	Formalização de microempreendedores individuais	4313	2.323.120
Ampliar em 20 mil o número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos e implantar 3 novos Centros Integrados (CIEJA)	1.000.785	7	Construção, reforma e ampliação de equipamentos educacionais (ver Detalhamento da Ação: "Construção de CIEJAS	1430	19.465.600
			Alfabetização de Jovens e Adultos (ação orçamentária inclui as novas vagas criadas a partir da meta mais as vagas existentes)	2826	12.617.803
Implantar 5 Centros de Referência Especializados para a População em Situação de Rua (Centros Pop)	400.000	8	<i>Entregas em 2013</i>		
Implantar 2 restaurantes comunitários	310.000	9	Implantação de Restaurantes Comunitários	3393	620.000
Implantar 22 Serviços de Acolhimento Institucional à população em situação de rua	1.940.625	10	Implantação de Serviços de Acolhimento Institucional à População em Situação de Rua	5840	2.240.000
Promover ações para a inclusão social e econômica da população em situação de rua	1.047.915	12	Ações permanentes de integração e promoção social e econômica da população em situação de rua	4321	1.090.000

* - Para os valores referentes a LOA 2014 (Tabela 4.3), desconsiderou-se os recursos da fonte 07 (receita condicionada)

Projeto de LDO 2015		Programa de Metas	PPA 2014-2017 e LOA 2014		
Descrição	Valor (R\$)	nº meta	Descrição da ação orçamentária no PPA 2014-2017	Cód. Ação	Valor (R\$) LOA 2014
Implementar 4 Centros de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional e desenvolver ações de apoio à agricultura urbana e periurbana	2.500.000	13	Projetos de abastecimento e segurança alimentar e nutricional (Ver Detalhamento da Ação: "Implantação de Centros de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional")	1131	3.000.000
Ampliar a jornada escolar de 100 mil alunos da Rede Municipal de Ensino	9.777.823	15	Ampliação da jornada escolar - Programa Mais Educação (ação orçamentária corresponde às novas vagas da meta mais a manutenção das vagas existentes)	4303	18.473.866
Ampliar a Rede CEU em 20 unidades, expandindo a oferta de vagas para a educação infantil	155.000.000	16	Construção, reforma e ampliação de Centros Educacionais Unificados - CEU	3360	231.601.000
Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e construir 243 Centros de Educação Infantil	486.790.000	17	Construção de Centros de Educação Infantil - CEI	3359	278.210.000
Construir 65 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs) e um Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI);	183.635.364	18	Construção de Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEI	3358	26.001.000
Expandir a oferta de vagas para educação infantil por meio da rede conveniada e outras modalidades de parcerias	70.128.700	19	Operação e Manutenção de CEIs e Creches da rede conveniada e outras modalidades de parcerias (ação orçamentária corresponde às novas vagas da meta mais a manutenção das vagas existentes)	2825	896.714.447
Instalar 32 unidades da Rede Hora Certa distribuídas em cada uma das Subprefeituras	56.000.000	20	Instalação de Unidades da Rede Hora Certa	3371	56.000.000
Desenvolver o processo de inclusão do módulo do prontuário eletrônico do paciente (PE) na rede municipal de saúde, integrada ao Sistema SIGA;	3.600.000	21	Implantação do prontuário Eletrônico integrado ao Sistema SIGA	3370	42.000.000
Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e construir 3 hospitais, ampliando em 750 o número de leitos do sistema municipal de saúde;	201.166.667	22	Construção e Instalação de Hospitais	3366	10.500.000

Projeto de LDO 2015		Programa de Metas nº meta	PPA 2014-2017 e LOA 2014		
Descrição	Valor (R\$)		Descrição da ação orçamentária no PPA 2014-2017	Cód. Ação	Valor (R\$) LOA 2014
Recuperar e adequar 16 hospitais municipais, com a ativação de 250 leitos	29.512.000	23	Reforma, recuperação e adequação de hospitais	3372	134.382.000
Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento, construir e instalar 43 Unidades Básicas de Saúde – segundo o modelo da UBS Integral	49.500.000	24	Construção e Instalação de Unidades Básicas Integrais de Saúde	3367	162.000.000
Reformar e melhorar 20 Prontos Socorros utilizando o modelo conceitual da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e implantar 5 novas UPAs	79.000.000	25	Construção e Reformas para a Instalação de Unidades de Pronto Atendimento	3369	28.000.000
Implantar 30 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)	9.164.000	26	Construção e Instalação de Centros de Atenção Psicossocial	3364	54.976.000
Construir, requalificar ou reformar 16 equipamentos culturais	13.750.000	27	Construção, requalificação ou reforma de equipamentos culturais	3400	40.008.000
Alcançar um calendário anual que inclua uma Virada Cultural no Centro, duas descentralizadas e outros pequenos e médios eventos em diferentes temáticas e regiões da cidade	13.210.080	28	Eventos culturais	4310	12.705.000
Viabilizar três Centros Culturais de Referência;	15.000.000	29	Construção e reforma de Centros Culturais de Referência	3399	3.000.000
Criar o Programa Cultura Viva Municipal com a ativação de 300 Pontos de Cultura	8.750.000	30	Implantação de Pontos e Pontões de Cultura - Cultura Viva	3401	8.350.000
Conceder 300 Bolsas Cultura para agentes culturais da cidade	2.328.700	32	Bolsa Cultura	4309	2.200.000
Atingir 160 projetos anuais de fomento às linguagens artísticas	61.272.331	33	Fomento às linguagens artísticas	4312	57.886.000
Atingir 500 projetos fomentados pelo Programa para Valorização das Iniciativas Culturais (VAI) e pelo VAI 2	8.468.000	34	Execução do Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais	4311	9.500.000
Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e produzir 55 mil unidades habitacionais	218.581.846	35	Construção de Unidades Habitacionais	3354	522.346.301
Beneficiar 70 mil famílias no Programa de Urbanização de Favelas	143.218.771	36	Urbanização de Favelas	3357	195.453.540
Beneficiar 200 mil famílias no Programa de Regularização Fundiária	75.343.552	37	Regularização Fundiária	3356	78.828.065

Projeto de LDO 2015		Programa de Metas	PPA 2014-2017 e LOA 2014		
Descrição	Valor (R\$)	nº meta	Descrição da ação orçamentária no PPA 2014-2017	Cód. Ação	Valor (R\$) LOA 2014
Ampliar o efetivo da Guarda Civil Municipal em 2.000 novos integrantes;	12.000.000	38	Operação e Manutenção da Guarda Civil Metropolitana	2192	45.366.146
Instalar 1 Casa Abrigo e 1 Casa de Passagem para ampliar a capacidade de atendimento de proteção às mulheres vítimas de violência	3.544.123	41	Implantação da Casa Abrigo e da Casa de Passagem	3412	2.441.942
Reestruturar as Casas de Mediação nas 31 inspetorias regionais da Guarda Civil Metropolitana para promover a cultura de mediação e a solução pacífica de conflitos	127.020	42	Reestruturar as Casas de Mediação nas Inspetorias Regionais da GCM	4326	120.000
Implementar as ações do Plano Juventude Viva como estratégia de prevenção à violência, ao racismo e à exclusão da juventude negra e de periferia	12.069.474	43	Ações do Plano Juventude Viva	4318	8.804.000
Implementar 2 novos espaços de convivência e 8 novos serviços de proteção social a crianças e adolescentes vítimas de violência	4.000.000	44	Proteção especial a crianças, adolescentes e jovens em risco social (ação orçamentária corresponde à meta de implantação de novos serviços mais a operação de todos os serviços existentes)	6221	102.454.060
Ampliar e modernizar 1 Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa e construir 1 Centro Olímpico de Iniciação e Formação;	145.111.667	45	Construção, Ampliação e Modernização de Centros Olímpicos	3374	250.000.000
Criar 1 Parque de Esportes Radicais	9.000.000	46	Implementação de Parque de Esportes Radicais	3375	15.000.000
Promover a prática de atividades esportivas, recreativas e de lazer por 14 horas aos finais de semanas nas 32 subprefeituras	12.000.000	47	Promoção de atividades esportivas, recreativas e de lazer por 24 horas	4304	6.315.964
Requalificar 50 equipamentos esportivos entre Centros Desportivos da Comunidade (CDC) e Clubes-Escola	6.000.000	48	Reforma de Equipamentos Esportivos	3511	6.400.000
Construir 5 Centros de Iniciação Esportiva – CIE	5.290.000	49	Construção de Centros de Iniciação Esportiva	3373	15.870.000
Tornar acessíveis 850 mil m ² de passeios públicos	45.885.000	50	Reforma e Acessibilidade em Passeios Públicos	1169	51.950.000
Efetivar o funcionamento da Central de Libras	9.000.000	53	Operação e Manutenção da Central de Interpretação de Libras, intérpretes e guias-intérpretes	4323	6.500.000

Projeto de LDO 2015		Programa de Metas	PPA 2014-2017 e LOA 2014		
Descrição	Valor (R\$)	nº meta	Descrição da ação orçamentária no PPA 2014-2017	Cód. da Ação	Valor (R\$) LOA 2014
Implantação de 10 residências inclusivas para pessoas com	560.000	55	Implantação de Residências inclusivas	3392	1.120.000
Implantação de 5 Centros Especializados de Reabilitação (CER)	11.780.000	56	Construção e Instalação de Centros Especializados de Reabilitação (CER)	3365	48.640.000
Viabilizar a implementação das Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 que incluem no currículo oficial da rede de ensino a temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena;	1.000.000	58	Capacitação de professores da Rede Municipal de ensino - Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008	4327	1.000.000
Reestruturar os 5 Centros de Cidadania da Mulher, redefinindo	573.705	60	Reestruturação dos Centros de Cidadania da Mulher	4329	542.000
Desenvolver ações permanentes de combate à homofobia e respeito à	5.000.000	61	Ações permanentes de combate à homofobia	4319	3.877.000
Implantar a Ouvidoria Municipal de Direitos Humanos	508.800	62	Implantação da Ouvidoria Municipal de Direitos Humanos	3406	436.618
Implementar a Educação em Direitos Humanos na rede municipal de	809.612	63	Ações de Educação em Direitos Humanos	2142	1.177.218
Criar a Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça no âmbito do	989.178	64	Ações de promoção do Direito à Memória e à Verdade	4317	989.178
Criar e implantar a Política Municipal para Migrantes e de Combate à	892.618	65	Implementação de uma política municipal para migrantes	8411	652.000
Fortalecer os Conselhos Tutelares, dotando-os de infraestrutura adequada e oferecendo política permanente de formação	500.000	66	Administração dos Conselhos Tutelares (Ver Detalhamento da Ação: "Política permanente de formação dos Conselhos Tutelares")	2157	17.839.876
Implantar 08 novas Unidades de Referência à Saúde do Idoso (URSI)	3.200.000	67	Construção e Instalação de Unidades de Referência à Saúde do Idoso (URSI)	3368	3.200.000
Implantar 15 Centros Dia destinados à população idosa	1.550.000	68	Implantação de equipamentos de proteção e convivência da pessoa idosa	3398	1.550.000
Desenvolver campanha de conscientização sobre a violência contra a pessoa idosa	100.000	69	Ações permanentes de inclusão da pessoa idosa (Ver Detalhamento da Ação: "Campanha de conscientização sobre a violência contra a pessoa idosa")	4320	1.254.338
Implantar 05 unidades de instituições de Longa Permanência do Idoso (ILPI)	310.000	70	<i>Entregas em 2013</i>		1.000

Projeto de LDO 2015		Programa de Metas	PPA 2014-2017 e LOA 2014		
Descrição	Valor (R\$)	nº meta	Descrição da ação orçamentária no PPA 2014-2017	Cód. da Ação	Valor (R\$) LOA 2014
Requalificar a infraestrutura e os espaços públicos do Centro	28.795.615	72	Operação Urbana Centro	5194	3.000.000
			Requalificação de Bairros e Centralidades (Ver Detalhamentos da Ação: "Requalificação do Anhangabaú e calçadas do centro", "Requalificação do Mercado Municipal", "Requalificação do Pq. Dom Pedro II", "Requalificação do Pátio do Pari")	3352	136.000.000
Implantar 42 áreas de conexão wi-fi aberta, com qualidade e estabilidade de sinal	10.000.000	73	Operação e Manutenção das Praças Digitais	4305	10.000.000
Realizar as obras previstas no âmbito da Operação Urbana Consorciada Água Espreada (OUCAE) (exclusão do Túnel da Roberto Marinho	391.754.816	75	Operação Urbana Água Espreada	3387	560.478.564
Criar 32 programas de requalificação do espaço público e melhoria de bairro	32.000.000	76	Requalificação de Bairros e Centralidades (Ver Detalhamentos da Ação: "Programa de Requalificação do Espaço Público em cada subprefeitura")	3352	136.000.000
Criar 1 Parque Tecnológico Municipal na Zona Leste e apoiar e criação do Parque Tecnológico Estadual do Jaguaré	5.000.000	80	Criação de Parque Tecnológico da Zona Leste	3405	23.500.000
Implantar o Programa VAI TEC para o incentivo de desenvolvedores de tecnologias inovadoras, abertas e colaborativas	3.000.000	81	Operação e Manutenção do VAI TEC	4315	3.000.000
Concluir as fases II e III do Programa de Mananciais, beneficiando 70 mil famílias	809.323.010	84	Execução do Programa de Mananciais	3355	1.260.175.000
Readequar e requalificar com ações prioritárias 34 Parques e Unidades de Conservação Municipais	60.000.000	86	Reforma e Adequação de Parques e Unidades de Conservação Municipais	3404	52.801.000
Implantar 32 polos de Educação ambiental, capacitando e sensibilizando 120.000 cidadãos	1.801.038	87	Educação Ambiental	6669	1.701.500
Plantar 900 mil mudas de árvores em passeios públicos, canteiros centrais e no Sistema de Áreas Verdes	6.681.600	88	Implantação de Projetos Ambientais (ver Detalhamento da Ação: "Plantio de Árvores")	7127	22.761.572
Ampliar a coleta seletiva municipal para os 21 distritos que ainda não são atendidos	-	89	<i>Meta viabilizada por meio do contrato de concessão dos serviços de coleta de resíduos sólidos</i>		39.065.496

Projeto de LDO 2015		Programa de Metas	PPA 2014-2017 e LOA 2014		
Descrição	Valor (R\$)	nº meta	Descrição da ação orçamentária no PPA 2014-2017	Cód. Ação	Valor (R\$) LOA 2014
Obter terrenos, projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e construir 4 novas centrais de triagem automatizadas	12.600.000	90	Implantação de Centrais de Triagem de Material Reciclável Automatizadas	3390	12.600.000
Implantar 84 novos Ecopontos	15.336.000	91	Implantação de Ecopontos	3391	12.766.000
Promover a compostagem dos resíduos sólidos orgânicos provenientes das 900 Feiras Livres Municipais e dos serviços de poda da cidade	-	92	<i>Meta viabilizada por meio do contrato de concessão dos serviços de coleta de resíduos sólidos</i>		
Projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e construir 150 km de novos corredores de ônibus	1.252.457.679	93	Implantação e Requalificação de Corredores	3378	1.581.896.568
Projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e construir 150 km de novos corredores de ônibus	1.252.457.679	93	Implantação e requalificação de terminais de ônibus urbanos	3750	200.886.500
Implantar uma rede de 400 km de vias cicláveis	20.000.000	97	Implantação de Vias Cicláveis - Ciclovias, Ciclofaixas e Ciclorrotas	3377	20.000.000
Modernizar a rede semafórica	57.896.856	98	Modernização Semafórica	1240	110.000.000
Projetar, licitar, licenciar e garantir a fonte de financiamento para a execução do Plano Viário Sul	453.608.381	99	Execução do Plano Viário Sul	5007	390.500.000
Concluir obras do complexo Nova Radial	89.999.000	100	Implantação do Complexo Nova Radial	3384	80.000.000
Projetar, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento e construir a ponte Raimundo Pereira de Magalhães	100.000.000	101	Construção da Ponte Raimundo Pereira de Magalhães	3382	-
Ampliar o Programa de Proteção ao Pedestre atingindo 18 novas grandes avenidas e 14 locais de intensa circulação de pedestres	3.000.000	102	Operação e Manutenção da Sinalização do Sistema Viário (Ver Detalhamento da Ação: "Programa de Proteção ao Pedestre")	4658	68.280.000
Construir a Alça do Aricanduva	6.700.000	103	Construção da Alça do Aricanduva	3381	3.300.000
Realizar intervenções de controle de cheias em bacias dos córregos: Ponte Baixa, Zavuvus, Sumaré/Água Preta, Aricanduva, Cordeiro, Praça da Bandeira, Av. Anhaia Mello, Freitas/Capão Redondo, Paraguai/Éguas, Riacho do Ipiranga, Tremembé, Ribeirão Perus e Paciência e desenvolver o projeto para intervenção nos córregos do Itaim Paulista	745.100.000	105	Intervenções de controle de cheias em bacias de córregos	5013	995.811.710

Projeto de LDO 2015		Programa	PPA 2014-2017 e LOA 2014		
Descrição	Valor (R\$)	nº meta	Descrição da ação orçamentária no PPA 2014-2017	Cód. Ação	Valor (R\$) LOA 2014
Desenvolver o programa de drenagem e manejo das águas pluviais, com a criação de uma instância municipal de regulação, articulação e monitoramento da drenagem urbana	6.666.667	106	Desenvolvimento de Estudos, Projetos e Instrumentos de Políticas Urbanas (Ver Detalhamento da Ação: "Desenvolvimento de políticas integradas de drenagem com estudos prospectivos de bacias e instrumentos de gestão" e "Criação do Programa Municipal de Drenagem")	1241	32.719.434
Criar 32 Centros de Atendimento ao Cidadão CAC	15.000.000	107	Implantação das Centrais de Atendimento ao Cidadão	3350	851.000
Ampliar e modernizar os serviços oferecidos por meio do 156	25.000.000	108	Modernização e manutenção da Central de Atendimento Telefônico - 156	4300	60.000.000
Integrar os sistemas de informação dos diversos órgãos municipais (Guarda Civil Metropolitana, Campanha de Engenharia de Tráfego, SAMU, Defesa Civil) e implantar a Central de Operações da Defesa Civil para a gestão de riscos e respostas a desastres	7.500.000	110	Implantação da Central de Operações da Defesa Civil	3409	5.501.000
Implantar um Sistema de Informação Geográfica, com dados abertos e livre consulta pelo público	2.300.000	111	Desenvolvimento do Sistema de Informações Geográficas do Município de São Paulo - SIGSP	3408	4.700.000
Realizar 44 Conferências Municipais Temáticas	1.757.110	115	Realização de Conferências Municipais Temáticas	8401	1.660.000
Implantar o Gabinete Digital, como instrumento de transparência e participação social	310.100	116	Implantação e Manutenção do Gabinete Digital	2101	310.100
Fortalecer os Órgãos Colegiados Municipais, dotando-os de infraestrutura e gestão adequadas para a realização das atribuições previstas em lei	200.000	117	Operação e Manutenção dos Conselhos e Espaços Participativos Municipais	2803	11.563.321
Revisar a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo	2.172.500	121	Desenvolvimento de Estudos, Projetos e Instrumentos de Políticas Urbanas (Ver Detalhamento da Ação: "Desenvolvimento de ações participativas para a revisão do marco regulatório - LUOS")	1241	32.719.434
Revisar os Planos Regionais Estratégicos	577.500	122	Desenvolvimento de Estudos, Projetos e Instrumentos de Políticas Urbanas (Ver Detalhamento da Ação: "Desenvolvimento de ações participativas para a revisão do marco regulatório - PRE")	1241	32.719.434

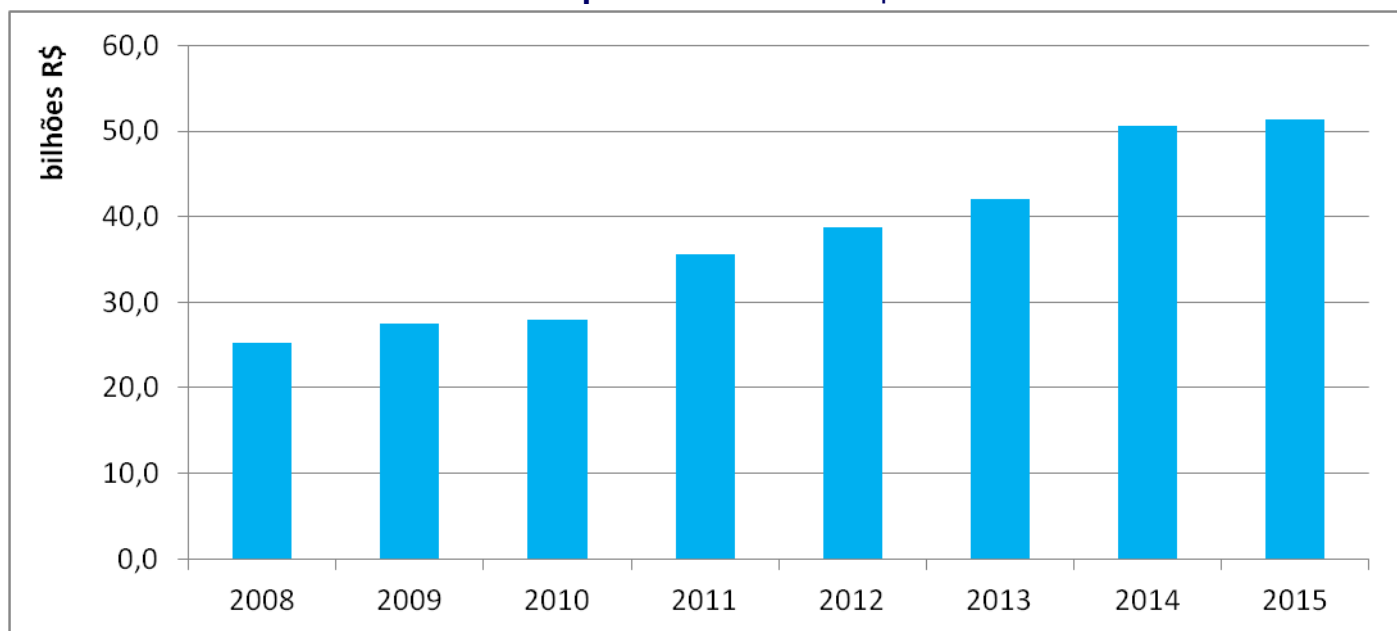
Projeto de LDO 2015		Programa de Metas	PPA 2014-2017 e LOA 2014		
Descrição	Valor (R\$)	nº meta	Descrição da ação orçamentária no PPA 2014-2017	Cód. Ação	Valor (R\$) LOA 2014
Aprovar a Operação Urbana Mooca/Vila Carioca, a revisão da Operação Urbana Água Branca e iniciar os estudos do projeto Arco Tietê	5.250.000	123	Desenvolvimento de Estudos, Projetos e Instrumentos de Políticas Urbanas (Ver Detalhamento da Ação: "Desenvolvimento de Estudos e Instrumentos de Política Urbana e de Gestão"	1241	32.719.434
Operação Braços Abertos	15.638.400	124	-	-	-

Fonte: Projeto LDO 2015, Programa de Metas 2013-2016, PPA 2014-2017 e LOA 2014

4. Proposta Orçamentária para 2015*

Conforme disposto na Lei Orgânica do Município, a Câmara Municipal recebeu do Poder Executivo, no último dia 30 de setembro, o Projeto de Lei Orçamentária - PLOA para o ano de 2015. Na proposta, o valor do orçamento consolidado (Administração Direta, Indireta e Legislativo) é de R\$ 51,3 bilhões, montante 1,5% superior ao orçamento aprovado para 2014.

Gráfico 4.1 - Evolução Anual dos Orçamentos Consolidados Aprovados – 2008 a 2014 e Proposta 2015 – em R\$ bilhões



Fonte: LOA 2008 a 2014 e PLOA 2015

Conforme a proposta, o valor estimado para a arrecadação de 2015 partiu de um cenário macroeconômico projetado de acordo com as expectativas de mercado apresentadas no Relatório *Focus Séries* do Banco Central do dia 06/06/2014, no qual se esperava uma expansão de 1,73% do Produto Interno Bruto - PIB e uma taxa de inflação (IPCA/IBGE) de 6,08%, para o próximo ano. O Relatório *Focus Séries* do Banco Central mais recente, de 24/10/2014, aponta uma expectativa média de 1,0% de crescimento do PIB e de 6,3% para a taxa de inflação.

O cenário econômico exerce influência principalmente sobre as receitas correntes da Prefeitura, das quais a Proposta 2015 estima um crescimento nominal, em relação ao Orçamento 2014, de 6,9%, percentual pouco superior a inflação esperada (Tabela 4.1).

* Publicado no Indicador Paulistano nº 52 - outubro/2014.

Tabela 4.1 - Receita – Comparativo Orçamento 2014 x Proposta 2015 – em R\$

	Orçamento 2014 (I)	Arrecadado até Set/14 (II)	Proposta 2015 (III)	(III / I) %	Var.% (III / I)
RECEITA CORRENTE - PMSP (A)	40.223.848.735	29.597.682.889	43.016.527.363	73,6%	6,9%
Receita Tributária	20.494.292.686	15.337.325.479	22.638.721.490	74,8%	10,5%
- ISS	10.774.689.288	8.020.631.284	11.863.217.228	74,4%	10,1%
- IPTU	6.648.709.835	5.021.993.082	7.243.872.785	75,5%	9,0%
- ITBI	1.480.773.443	1.076.185.719	1.660.676.232	72,7%	12,1%
Receita de Transferências	15.897.872.033	11.490.490.702	16.596.613.463	72,3%	4,4%
- ICMS	7.114.850.097	5.064.937.841	7.447.995.686	71,2%	4,7%
- IPVA	2.063.130.914	1.987.234.139	2.147.107.809	96,3%	4,1%
Demais Rec Correntes	3.831.684.016	2.769.866.709	3.781.192.410	72,3%	-1,3%
RECEITA DE CAPITAL - PMSP (B)	9.127.490.477	711.332.832	6.860.170.304	7,8%	-24,8%
Transferências de Capital	5.935.670.564	481.092.769	4.707.360.139	8,1%	-20,7%
- União	5.452.827.050	206.534.066	4.227.309.255	3,8%	-22,5%
Demais Rec. Capital	3.191.819.913	230.240.063	2.152.810.165	7,2%	-32,6%
- Operações Urbanas - CEPAC	1.173.478.564	-	600.000.000	0,0%	-48,9%
DEDUÇÕES DA REC. CORRENTE – PMSP (C)	-1.959.341.873	-1.533.152.274	-2.034.888.020	78,2%	3,9%
RECEITA PMSP (D=A+B+C)	47.391.997.339	28.775.863.448	47.841.809.647	60,7%	0,9%
ADM. INDIRETA (E)	3.171.038.248	2.072.378.537	3.483.478.474	65,4%	9,9%
LEGISLATIVO (F)	6.290.000	5.943.620	7.460.000	94,5%	18,6%
RECEITA TOTAL (D+E+F)	50.569.325.587	30.854.185.605	51.332.748.121	61,0%	1,5%

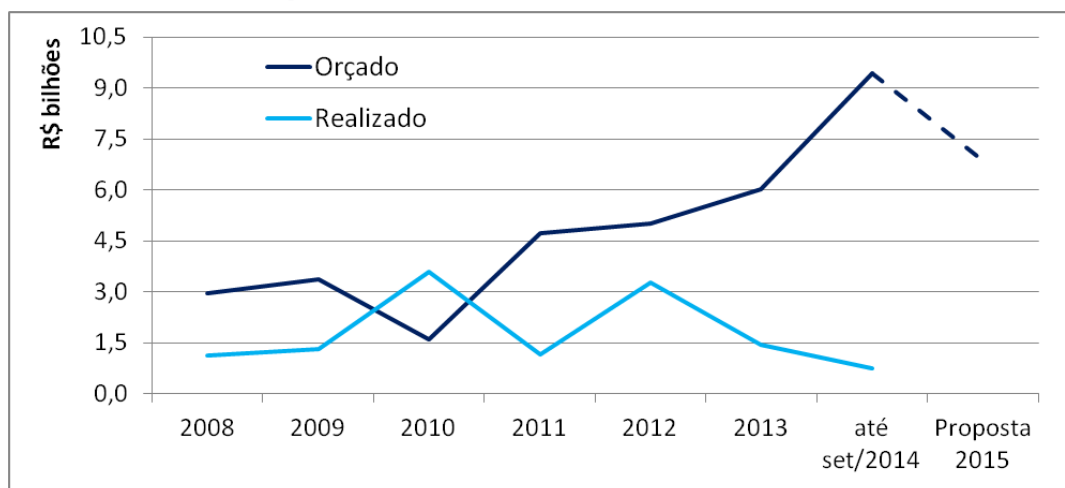
Fonte: LOA 2014 e Proposta Orçamentária 2015 (PL 467/14)

Até o mês de setembro, a arrecadação no ano de 2014 foi 6,4% superior à relativa ao mesmo período de 2013. Projetando esse percentual de crescimento, estima-se que a arrecadação alcance um montante próximo de R\$ 41 bilhões ao final de 2014. Neste caso, o valor da proposta 2015 representaria um crescimento significativo de 25,3% (ou de R\$ 10,4 bilhões) sobre essa estimativa. As receitas de capital explicariam grande parte deste aumento. A proposta estima receitas de capital da PMSP em R\$ 6,9 bilhões, sendo que até setembro/14, a PMSP arrecadou R\$ 771,3 milhões nessas receitas.

Com relação ao orçamento 2014, o valor na proposta para as receitas de capital apresenta uma queda de 24,8%. A queda concentra-se nas transferências de capital, principalmente, nas da União, que foram reduzidas de R\$ 5,5 bilhões para R\$ 4,2 bilhões. No entanto, a redução deve-se, sobretudo, à alta base de comparação que o orçamento de 2014 representa.

Comparativamente aos orçamentos anteriores, o nível da Proposta para as receitas de capital situa-se em patamar historicamente elevado, apesar da baixa realização (Gráfico 4.2).

Gráfico 4.2 - Evolução Receitas de Capital - PMSP - 2008 a 2014 e Proposta 2015 - em R\$ bilhões de 2015



Fonte: Balanços Anuais 2008 a 2013, LOA 2014 e Proposta 2015.

Entre as receitas correntes, assim como no orçamento de 2014, está incluída na proposta 2015, sob a forma de receita condicionada, o aumento da arrecadação de IPTU caso haja decisão favorável da justiça à aplicação da Lei Municipal nº 15.889/2013, que revisa a Planta Genérica de Valores (PGV). O Tribunal de Justiça de São Paulo suspendeu, por meio de liminar, efeitos da lei aprovada pelo Legislativo e sancionada pelo Executivo.

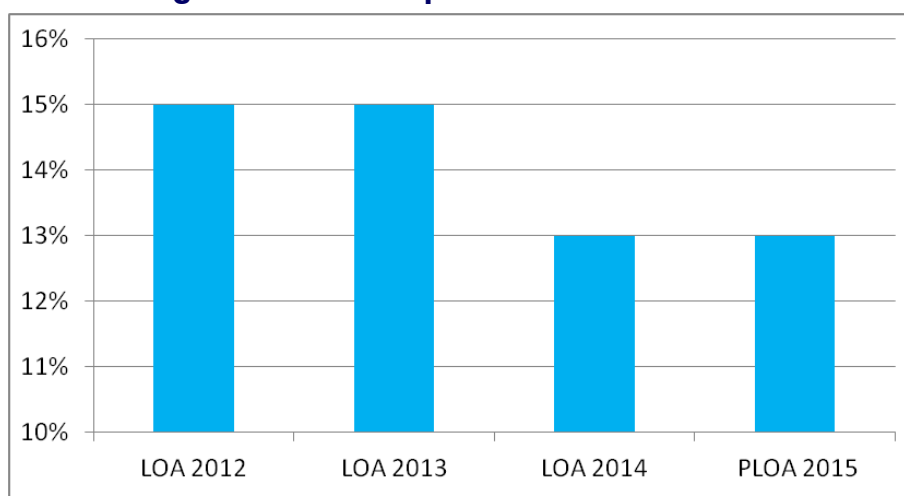
Na proposta 2015, R\$ 789 milhões de IPTU estão sob a forma de receita condicionada (no orçamento 2014 eram R\$ 805,6 milhões). Excluindo o efeito da parte condicionada, o aumento previsto na arrecadação de IPTU é de 10,5%.

Despesas Orçamentárias

Nesta seção são apresentados o detalhamento das despesas na Proposta 2015 por grupo da despesa, função, fonte de recursos e órgão, comparativamente ao Orçamento Atualizado 2014 e à execução do orçamento (liquidação) até setembro/2014.

O orçamento atualizado corresponde ao valor inicial previsto em lei mais as suplementações que ocorrem ao longo da execução orçamentária. Ao longo da execução do orçamento, o Poder Executivo pode remanejar os recursos até o limite de um percentual fixado na LOA. A LOA 2014 autorizou o Poder Executivo a suplementar até 13% do total da despesa fixada (art. 10), sendo que a suplementação de determinadas dotações estão excluídas deste limite (art. 11). A PLOA 2015 autoriza o Poder Executivo suplementar dotações até o mesmo limite de 13% da despesa total (art. 10) e, igualmente, mantém as mesmas exclusões do limite (art. 11). A suplementação de determinada dotação orçamentária é coberta pela anulação de mesmo valor de outra dotação ou, ainda, por outros meios, como, por exemplo, pela utilização de recursos financeiros acumulados em anos anteriores (superávit financeiro), dos quais, até setembro, foram utilizados R\$ 386,3 milhões para suplementar o orçamento 2014.

Gráfico 4.3 - Margem de Remanejamento LOA 2012 a 2014 e PLOA 2015



Fonte: LOA 2012 a 2014, PLOA 2015

A Tabela 4.2 apresenta o detalhamento das despesas contidas na proposta orçamentária para 2015, por grupo de despesa, comparativamente ao orçamento atualizado e execução até setembro/2014:

Tabela 4.2 - Comparativo – Orçamento 2014 x Proposta 2015 por Grupos da Despesa – em R\$

	Orçamento Atualizado 2014 (A)	Liquidado até Set/14 (B)	Proposta 2015 (C)	(B/A) %	Var.% (C/A)
DESPESA CORRENTE (I)	39.467.009.961	25.555.618.496	40.716.043.425	64,8%	3,2%
Pessoal e Encargos Sociais	16.507.855.982	11.130.936.289	17.651.213.436	67,4%	6,9%
Juros e Encargos da Dívida	3.080.912.801	2.043.903.430	2.744.099.836	66,3%	-10,9%
Outras Despesas Correntes	19.878.241.178	12.380.778.777	20.320.730.153	62,3%	2,2%
DESPESA DE CAPITAL (II)	11.488.624.573	3.417.526.663	10.506.704.696	29,7%	-8,5%
Investimentos	9.555.514.326	2.203.841.860	8.703.747.742	23,1%	-8,9%
Inversões Financeiras	365.243.477	111.434.120	32.636.547	30,5%	-91,1%
Amortização da Dívida	1.567.866.770	1.102.250.684	1.770.320.407	70,3%	12,9%
Reserva de Contingência (III)	1.000	0	110.000.000	0,0%	10999900%
DESPESA TOTAL (I + II + III)	50.955.635.534	28.973.145.159	51.332.748.121	56,9%	0,7%

Fonte: Proposta Orçamentária 2015 (PL 467/14) e Portal da Transparência (<http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/contas/despesas/Paginas/default.aspx> em 13/10/2014)

O maior grupo da despesa, 'Outras Despesas Correntes', apresenta, comparativamente ao Orçamento Atualizado 2014, crescimento de 2,2%. Para as despesas com 'Pessoal e Encargos Sociais', estima-se expansão de 6,9%. Os pagamentos da dívida (Juros e Encargos + Amortização) somam R\$ 4,5 bilhões, o que representa uma queda de 2,9% em relação ao atualizado 2014. No entanto, deve-se considerar que no Orçamento 2014 estão incluídas Despesas de Exercícios Anteriores - DEA relativas aos serviços da dívida no valor de R\$ 393,8 milhões. Descontado o DEA, o valor dos pagamentos da dívida na proposta 2015 cresce 6,1% em relação ao orçado 2014.

Em termos de volume, destaca-se a queda nos investimentos (de R\$ 852 milhões). A redução concentra-se nos projetos "Implantação e Requalificação dos Corredores" (queda de R\$ 460 milhões) e "Execução do Programa de Mananciais" (redução de R\$ 292 milhões). Apesar da queda, o valor proposto para Investimentos é significativamente superior ao valor liquidado até setembro desse ano.

Dentre os Investimentos, a Tabela 4.3 apresenta os maiores projetos previstos na Proposta e o seu respectivo valor.

Tabela 4.3 - Investimentos - Maiores Projetos – Proposta 2015 - em R\$

Cód.	Descrição dos Projetos	Orçamento Atualizado 2014	Liquidado até Set/14	Proposta 2015	(B)/(A)%	Var.%(C)/(A)
3378	Implantação e Requalificação de Corredores	1.493.755.036	109.087.690	1.034.178.982	7,3%	-30,8%
5013	Intervenções de controle de cheias em bacias de córregos	1.077.639.182	251.552.165	956.851.133	23,3%	-11,2%
3355	Execução do Programa de Mananciais	590.578.336	82.187.935	882.083.281	13,9%	49,4%
3354	Construção de Unidades Habitacionais	614.899.639	238.942.476	438.880.551	38,9%	-28,6%
3357	Urbanização de Favelas	219.533.991	86.243.163	437.301.673	39,3%	99,2%
3750	Implantação e requalificação de terminais de ônibus urbanos	156.323.465	43.360.903	406.852.191	27,7%	160,3%
3374	Construção, Ampliação e Modernização de Centros Olímpicos	95.476.340	-	277.722.504	0,0%	190,9%
3356	Regularização Fundiária	120.636.764	53.145.535	248.640.445	44,1%	106,1%
3359	Construção de Centros de Educação Infantil - CEI	363.739.285	45.600.058	231.586.768	12,5%	-36,3%
3352	Requalificação de Bairros e Centralidades	105.275.501	6.474.093	230.525.411	6,1%	119,0%
3360	Construção, reforma e ampliação de Centros Educacionais Unificados - CEU	62.105.202	17.257.366	224.733.933	27,8%	261,9%
3366	Construção e Instalação de Hospitais	4.500.000	73.831	210.900.000	1,6%	4587%
5007	Execução do Plano Viário Sul	379.080.000	5.381.573	164.302.316	1,4%	-56,7%
1193	Obras e Serviços nas Áreas de Riscos Geológicos	130.369.495	15.568.064	154.905.804	11,9%	18,8%
3382	Construção da Ponte Raimundo Pereira de Magalhães	9.682.400	2.653	143.753.000	0,0%	1385%
3369	Construção e Reformas para a Instalação de Unidades de Pronto Atendimento	18.000.000	1.761.724	130.130.000	9,8%	622,9%
5100	Intervenções no sistema viário	51.340.988	27.882.454	121.466.684	54,3%	136,6%
% do Investimento Total		44,9%	41,7%	59,1%		

Fonte: Proposta Orçamentária 2015 (PL 467/14) e Portal da Transparência (<http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/contas/despesas/Paginas/default.aspx> em 13/10/2014)

Os projetos listados na Tabela 4.3 totalizam R\$ 6,3 bilhões e correspondem a 72,3% do total dos Investimentos da Proposta 2015. Na maior parte, são projetos que constam no Orçamento 2014, mas que até setembro apresentam um baixo grau de execução. Entre esses projetos estão alguns citados como prioritários pelo Executivo na mensagem que acompanha a Proposta. Na educação, o Executivo destaca o atendimento da demanda por educação infantil (Construção de Centros de Educação Infantil - CEI, R\$ 231,6 milhões) e a expansão da Rede CEU (Construção, reforma e ampliação de Centros Educacionais Unificados - CEU, R\$ 224,7 milhões). Na saúde, a proposta destina recursos para a ação “Construção e Instalação de Hospitais” (R\$ 210,9 milhões), dentro da qual se sobressai o Hospital de Parelheiros (R\$ 160 milhões). Na mobilidade urbana, o Executivo destaca o projeto “Implantação e Requalificação de Corredores” (R\$ 1,0 bilhão), no qual estão previstos, entre outros, a requalificação

do corredor Inajar de Souza (R\$ 318,3 milhões), perimetral Bandeirantes/Salim Farah Maluf (R\$ 152,3 milhões) e perimetral Itaim Paulista/São Mateus (R\$ 143,1 milhões).

A proposta destaca também obras de combate a enchentes e alagamentos. Dentro do projeto “Intervenções de controle de cheias em bacias de córregos”, no valor de R\$ 956,9 milhões, estão previstas intervenções nos Córregos Ponte Baixa (R\$ 126,3 milhões), Sumaré/Água Preta (R\$ 120,0 milhões), Cordeiro (R\$ 100,9 milhões), Zavuvus (R\$ 97,0 milhões) e Ipiranga (R\$ 144,8 milhões).

A Tabela 4.4 apresenta, comparativamente, ao orçamento atualizado para 2014, a distribuição da despesa por função.

Tabela 4.4 - Despesa por Função
Proposta 2015 x Orçamento Atualizado e Liquidado 2014 – em R\$

Cód.	Descrição da Função	Orçamento Atualizado 2014 (A)	Liquidado até Set/2014 (B)	Proposta 2015 (C)	% do Total	(B)/(A)%	Var.%(C)/(A)
01	Legislativa	795.110.000	395.136.029	851.770.000	1,7%	49,7%	7,1%
02	Judiciária	163.002.737	102.815.879	179.133.118	0,3%	63,1%	9,9%
04	Administração	932.486.592	430.095.829	940.619.236	1,8%	46,1%	0,9%
05	Defesa Nacional	493.270	217.273	506.908	0,0%	44,0%	2,8%
06	Segurança Pública	505.718.960	273.516.246	510.500.158	1,0%	54,1%	0,9%
07	Relações Exteriores	614.970	246.253	405.000	0,0%	40,0%	-34,1%
08	Assistência Social	1.084.488.564	666.732.253	1.185.992.464	2,3%	61,5%	9,4%
09	Previdência Social	7.055.854.756	4.942.750.236	7.611.951.193	14,8%	70,1%	7,9%
10	Saúde	8.557.592.880	5.397.925.336	9.225.346.752	18,0%	63,1%	7,8%
11	Trabalho	214.423.809	54.158.622	200.082.675	0,4%	25,3%	-6,7%
12	Educação	9.699.558.644	5.802.788.202	9.903.898.707	19,3%	59,8%	2,1%
13	Cultura	493.317.997	271.973.591	554.463.980	1,1%	55,1%	12,4%
14	Direitos da Cidadania	109.725.563	38.418.707	116.954.362	0,2%	35,0%	6,6%
15	Urbanismo	5.829.970.137	2.762.616.435	4.978.479.295	9,7%	47,4%	-14,6%
16	Habituação	1.836.429.297	647.582.660	2.302.792.594	4,5%	35,3%	25,4%
17	Saneamento	1.423.963.102	383.316.247	1.163.018.691	2,3%	26,9%	-18,3%
18	Gestão Ambiental	573.975.463	138.482.003	301.405.397	0,6%	24,1%	-47,5%
20	Agricultura	12.122.405	251.646	-	0,0%	2,1%	-100%
23	Comércio e Serviços	136.979.265	20.082.804	109.555.000	0,2%	14,7%	-20,0%
24	Comunicações	208.576.390	137.079.335	217.893.800	0,4%	65,7%	4,5%
26	Transporte	4.978.160.668	2.395.950.343	4.363.854.955	8,5%	48,1%	-12,3%
27	Desporto e Lazer	545.146.370	131.536.376	658.143.587	1,3%	24,1%	20,7%
28	Encargos Especiais	5.797.922.694	3.965.188.761	5.845.980.249	11,4%	68,4%	0,8%
99	Reserva de Contingência	1.000	0	110.000.000	0,2%	0,0%	10999900%
TOTAL		50.955.635.534	28.958.861.065	51.332.748.121	100%	56,8%	0,7%

Fonte: Proposta Orçamentária 2015 (PL 467/14) e Portal da Transparência (<http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/contas/despesas/Paginas/default.aspx> em 13/10/2014)

No detalhamento por função, destaca-se, em termos de volume, o crescimento nas despesas da função Saúde de R\$ 667,8 milhões (ou 7,8%) e de R\$ 556,1 milhões (ou 7,9%) na função Previdência Social. Em termos percentuais, apesar da baixa execução até o mês de setembro, sobressai o crescimento previsto de 25,4% (ou R\$ 466,4 milhões) na função Habitação, que está

concentrado em dois projetos já apresentados na Tabela 4.3: “3355-Execução do Programa de Mananciais” e “3357-Urbanização de Favelas”.

Entre as variações negativas, destaca-se, em termos de volume, a redução em R\$ 851,5 milhões das despesas na função Urbanismo. Grande parte deve-se às operações urbanas, cujas despesas totais previstas caíram de R\$ 1,5 bilhão no orçamento atualizado até set/2014 para R\$ 827,6 milhões na proposta 2015. Desta queda total de R\$ 635,0 milhões, R\$ 418,2 milhões referem-se a redução das despesas da operações na função urbanismo.

A Tabela 4.5 detalha, comparativamente ao orçamento 2014, as despesas por fonte de recursos.

Tabela 4.5 - Despesa por Fonte de Recursos - Orçamento e Liquidado 2014 x Proposta 2015 - em R\$

Cód.	Descrição da Fonte	Orçamento Inicial 2014	Orçamento Atualizado 2014 (A)	Liquidado até Set/2014 (B)	Proposta 2015 (C)	(B)/(A)%	Var.%(C)/(A)
00	Tesouro Municipal	30.170.458.477	32.250.325.222	20.948.243.553	32.105.146.421	65,0%	-0,5%
01	Operações de Crédito	49.985.715	49.985.715	2.001.446	80.610.513	4,0%	61,3%
02	Transferências Federais	8.646.695.677	6.785.394.009	1.906.505.971	7.804.296.048	28,1%	15,0%
03	Transferências Estaduais	681.517.695	859.612.063	420.057.398	618.473.622	48,9%	-28,1%
04	Fundo Constitucional da Educação	3.443.833.209	3.443.833.209	2.409.565.940	3.476.364.213	70,0%	0,9%
05	Outras Fontes ¹	82.173.358	82.174.216	17.963.975	111.562.683	21,9%	35,8%
06	Recursos Próprios da Administração Indireta	2.843.842.321	2.852.173.843	1.830.791.173	2.970.636.595	64,2%	4,2%
07	Receita Condicionada	805.625.003	628.826.602	-	789.000.000	0,0%	25,5%
08	Tesouro Municipal - Recursos Vinculados	3.778.222.899	3.938.438.993	1.425.263.887	3.260.118.588	36,2%	-17,2%
09	Recursos Próprios da Empresa Dependente ²	66.971.233	64.871.661	12.751.816	116.539.438	19,7%	79,6%
TOTAL		50.569.325.587	50.955.635.534	28.973.145.159	51.332.748.121	56,9%	0,7%

(1) Na Proposta 2014, o grupo “Outras Fontes” (código 05) refere-se aos recursos (e a sua rentabilidade) transferidos de pessoas ao FUMCAD (Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente).

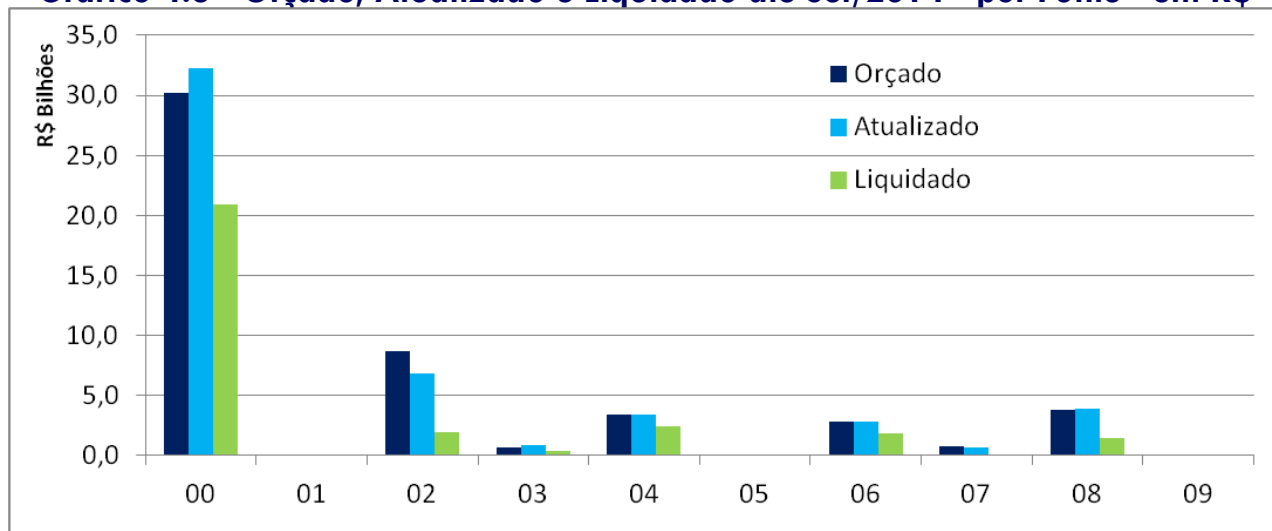
(2) Refere-se a recursos próprios da COHAB - Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo

Fonte: Proposta Orçamentária 2015 (PL 467/14) e Portal da Transparência (<http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/contas/despesas/Paginas/default.aspx> em 13/10/2014)

A principal fonte são os recursos do próprio Tesouro Municipal (advindos da arrecadação de impostos, taxas, transferências constitucionais e outras receitas próprias), que somam R\$ 32,1 bilhões. Comparativamente ao orçamento atualizado/2014, a proposta prevê uma queda de 0,5% das despesas com recursos desta fonte. No entanto, comparativamente ao orçamento

inicial 2014, a proposta 2015 representa um crescimento de R\$ 1,9 bilhão (ou 6,4%). Ao longo da execução do orçamento, a PMSP remanejou recursos, suplementando dotações cuja fonte era Tesouro Municipal. Conforme o Gráfico 4.3 mostra, as dotações anuladas eram, majoritariamente, da fonte 02 - Transferências Federais.

Gráfico 4.3 - Orçado, Atualizado e Liquidado até Set/2014 - por Fonte - em R\$



Fonte: Portal da Transparência: <http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/contas/despesas/Paginas/default.aspx> em 13/10/2014

Originalmente, no orçamento 2014, as dotações suportadas pelas Transferências Federais somavam R\$ 8,6 bilhões. Ao longo da execução até setembro/2014, parte dessas dotações foram anuladas, restando R\$ 6,8 bilhões. Na proposta 2015, as Transferências Federais totalizam R\$ 7,8 bilhões, o que representa um crescimento de 15,0% em relação ao atualizado/2014.

A terceira principal fonte são os recursos vinculados ao Fundo Constitucional da Educação / FUNDEB (04), que na proposta 2015 estão estimados no valor de R\$ 3,5 bilhões. Na sequência, aparecem recursos vinculados do Tesouro Municipal (08), de R\$ 3,3 bilhões, que se referem basicamente a recursos provenientes das Operações Urbanas e os vinculados aos fundos municipais (Fundo de Desenvolvimento de Trânsito; Fundo de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, Fundo de Iluminação Pública, entre outros) cuja receita tem destinação específica.

A fonte Receita Condicionada (07) refere-se ao já mencionado aumento na arrecadação de IPTU, caso haja decisão da justiça favorável à aplicação da Lei Municipal nº 15.889/2013, que revisa a Planta Genérica de Valores (PGV).

A Tabela 4.6 detalha a despesa por órgão da administração direta e indireta proposta para 2014 comparativamente ao Orçamento aprovado para 2013.

Tabela 4.7 - Despesa por Órgão - Orçamento 2014 x Proposta 2015 – em R\$

Cód	Descrição da Fonte	Orçamento Atualizado 2014 (A)	Liquidado até Set/2014 (B)	Proposta 2015 (C)	(B)/(A)%	Var.%(C)/(A)
01	Autarquia Hospitalar Municipal	1.207.117.567	747.522.234	1.298.641.021	61,9%	7,6%
02	Hospital do Servidor Público Municipal	243.748.530	160.806.306	296.405.792	66,0%	21,6%
03	Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	5.018.017.486	3.646.874.585	5.540.681.592	72,7%	10,4%
04	Serviço Funerário do Município de São Paulo	186.725.000	85.262.612	166.000.000	45,7%	-11,1%
09	Câmara Municipal de São Paulo	534.700.000	279.468.948	575.390.000	52,3%	7,6%
10	Tribunal de Contas do Município de São Paulo	252.620.000	127.792.340	268.920.000	50,6%	6,5%
11	Secretaria do Governo Municipal	580.647.983	247.637.943	267.721.433	42,6%	-53,9%
12	Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras	596.362.519	235.127.975	601.261.990	39,4%	0,8%
13	Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão	233.052.533	99.834.798	270.580.850	42,8%	16,1%
14	Secretaria Municipal de Habitação	772.074.835	153.626.538	1.174.885.021	19,9%	52,2%
16	Secretaria Municipal de Educação	9.598.445.706	5.766.708.717	9.790.906.985	60,1%	2,0%
17	Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico	376.545.192	183.953.847	431.379.612	48,9%	14,6%
19	Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	390.329.622	118.005.908	539.880.708	30,2%	38,3%
20	Secretaria Municipal de Transportes	2.324.597.383	1.638.553.800	2.045.155.785	70,5%	-12,0%
21	Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos	170.907.187	107.140.123	187.431.459	62,7%	9,7%
22	Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras	3.317.759.627	622.484.299	1.613.014.994	18,8%	-51,4%
23	Secretaria Municipal de Serviços	64.760.500	26.114.632	63.365.896	40,3%	-2,2%
24	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	170.620.711	87.704.289	177.849.160	51,4%	4,2%
25	Secretaria Municipal de Cultura	361.097.126	193.269.448	395.315.379	53,5%	9,5%
27	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	278.169.432	76.107.288	221.697.558	27,4%	-20,3%
28	Encargos Gerais do Município	8.017.268.375	5.327.509.163	8.181.066.538	66,5%	2,0%
30	Secretaria Municipal do Trabalho e do Empreendedorismo	106.761.753	33.922.251	193.651.818	31,8%	81,4%
31	Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas	8.980.458	3.338.085	6.381.059	37,2%	-28,9%
32	Controladoria Geral do Município de São Paulo	15.910.295	8.092.404	20.389.803	50,9%	28,2%
34	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	62.236.061	23.381.559	68.849.419	37,6%	10,6%
36	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	22.728.127	5.424.684	17.783.985	23,9%	-21,8%
37	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	130.931.820	53.958.327	881.089.400	41,2%	572,9%
38	Secretaria Municipal de Segurança Urbana	350.967.814	212.502.465	469.895.108	60,5%	33,9%
39	Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial	12.108.968	4.619.448	12.839.093	38,1%	6,0%

Tabela 4.7 - Despesa por Órgão - Orçamento 2014 x Proposta 2015 – em R\$

Cód	Descrição da Fonte	Orçamento Atualizado 2014 (A)	Liquidado até Set/2014 (B)	Proposta 2015 (C)	(B)/(A)%	Var.%(C)/(A)
40	Secretaria Municipal de Relações Governamentais	19.827.583	10.248.982	13.505.062	51,7%	-31,9%
41	Subprefeitura Perus	28.887.421	16.073.396	25.986.985	55,6%	-10,0%
42	Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	40.252.628	24.517.443	36.123.029	60,9%	-10,3%
43	Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	37.103.886	21.333.273	33.153.745	57,5%	-10,6%
44	Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	29.055.124	14.745.149	25.959.378	50,7%	-10,7%
45	Subprefeitura Santana/Tucuruvi	36.955.720	21.621.217	34.315.606	58,5%	-7,1%
46	Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	33.414.072	19.379.814	29.944.414	58,0%	-10,4%
47	Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	37.723.887	20.814.057	32.565.895	55,2%	-13,7%
48	Subprefeitura Lapa	38.579.433	19.478.899	36.054.635	50,5%	-6,5%
49	Subprefeitura Sé	68.543.233	39.431.660	66.674.887	57,5%	-2,7%
50	Subprefeitura Butantã	47.954.744	28.755.473	44.363.035	60,0%	-7,5%
51	Subprefeitura Pinheiros	40.918.602	25.606.220	39.408.278	62,6%	-3,7%
52	Subprefeitura Vila Mariana	37.043.596	22.559.914	35.293.605	60,9%	-4,7%
53	Subprefeitura Ipiranga	46.219.459	27.223.679	41.731.313	58,9%	-9,7%
54	Subprefeitura Santo Amaro	41.881.321	20.057.225	36.429.749	47,9%	-13,0%
55	Subprefeitura Jabaquara	29.395.396	15.993.011	27.680.889	54,4%	-5,8%
56	Subprefeitura Cidade Ademar	30.880.695	17.089.975	27.835.043	55,3%	-9,9%
57	Subprefeitura Campo Limpo	52.929.212	32.622.109	47.953.079	61,6%	-9,4%
58	Subprefeitura M'Boi Mirim	43.326.622	20.400.922	37.610.337	47,1%	-13,2%
59	Subprefeitura Capela do Socorro	50.292.556	23.477.920	39.685.059	46,7%	-21,1%
60	Subprefeitura Parelheiros	33.193.013	12.716.805	31.446.533	38,3%	-5,3%
61	Subprefeitura Penha	48.701.721	24.843.087	45.984.185	51,0%	-5,6%
62	Subprefeitura Ermelino Matarazzo	32.818.394	17.816.363	27.320.970	54,3%	-16,8%
63	Subprefeitura São Miguel	45.704.681	23.934.278	42.864.903	52,4%	-6,2%
64	Subprefeitura Itaim Paulista	36.773.427	21.906.460	34.103.795	59,6%	-7,3%
65	Subprefeitura Moóca	44.424.650	26.159.107	42.683.228	58,9%	-3,9%
66	Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	38.756.589	22.803.611	36.008.348	58,8%	-7,1%
67	Subprefeitura Itaquera	47.056.369	25.799.947	42.401.286	54,8%	-9,9%
68	Subprefeitura Guaianases	38.254.073	23.258.092	36.745.511	60,8%	-3,9%
69	Subprefeitura Vila Prudente	31.406.276	21.967.958	31.770.191	69,9%	1,2%
70	Subprefeitura São Mateus	56.990.849	27.081.410	54.919.653	47,5%	-3,6%
71	Subprefeitura Cidade Tiradentes	25.043.959	12.660.267	23.490.476	50,6%	-6,2%
72	Subprefeitura de Sapopemba	27.617.234	6.805.904	19.553.615	24,6%	-29,2%
74	Secretaria Municipal de Comunicação e Informação Social	-	-	155.292.800	-	-
75	Fundo Municipal de Parques	-	-	1.000	-	-
76	Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal de São Paulo	4.800.000	1.472.832	4.610.000	30,7%	-4,0%
77	Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Contas	2.990.000	686.002	2.850.000	22,9%	-4,7%
78	Secretaria Municipal de Licenciamento	52.297.210	34.178.942	70.406.193	65,4%	34,6%
79	Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres	13.666.413	5.043.016	17.611.865	36,9%	28,9%
80	Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	7.372.900	3.297.087	21.672.223	44,7%	193,9%

Tabela 4.7 - Despesa por Órgão - Orçamento 2014 x Proposta 2015 – em R\$

Cód	Descrição da Fonte	Orçamento Atualizado 2014 (A)	Liquidado até Set/2014 (B)	Proposta 2015 (C)	(B)/(A)%	Var.%(C)/(A)
81	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana/ Fundo Munic.de Limpeza Urbana	2.002.982.245	1.245.599.574	2.063.937.338	62,2%	3,0%
83	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	251.134.508	129.806.625	201.736.521	51,7%	-19,7%
84	Fundo Municipal de Saúde	7.106.726.783	4.489.596.796	7.630.299.939	63,2%	7,4%
85	Fundação Theatro Municipal de São Paulo	92.611.271	71.708.571	122.165.121	77,4%	31,9%
86	Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	678.679.000	286.258.400	614.000.000	42,2%	-9,5%
87	Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	1.813.787.212	664.161.587	1.393.925.997	36,6%	-23,1%
88	Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural	463.480	-	463.480	0,0%	0,0%
89	Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	6.458.269	5.108.192	3.200.000	79,1%	-50,5%
90	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	87.349.839	19.173.199	114.762.683	21,9%	31,4%
91	Fundo Municipal de Habitação	94.199.262	13.091.266	134.250.971	13,9%	42,5%
93	Fundo Municipal de Assistência Social	888.126.601	579.946.199	928.190.388	65,3%	4,5%
94	Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	295.806.031	62.374.715	79.707.839	21,1%	-73,1%
95	Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	820.200	789.200	2.190.000	96,2%	167,0%
96	Fundo Municipal de Turismo	101.000	-	1.000	0,0%	-99,0%
97	Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano	1.500.000	-	1.500.000	0,0%	0,0%
98	Fundo de Desenvolvimento Urbano	498.000.000	167.297.195	509.000.000	33,6%	2,2%
99	Fundo Municipal de Iluminação Pública	351.644.276	207.627.118	300.974.588	59,0%	-14,4%
Total Geral		50.955.635.534	28.973.145.159	51.332.748.121	56,9%	0,7%

Fonte: Proposta Orçamentária 2015 (PL 467/14) e Portal da Transparência (<http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/contas/despesas/Paginas/default.aspx> em 13/10/2014)

Nas variações por órgão, observa-se o crescimento de 52,2% (ou de R\$ 402,8 milhões) das despesas da Secretaria Municipal de Habitação (órgão 14), que se deve principalmente a elevação, em relação ao atualizado, das despesas da “Execução do Programa de Mananciais”, das quais a Secretaria ficará responsável por R\$ 752,5 milhões (do total de R\$ 882,1 milhões). Na proposta 2015, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (órgão 37) passará a ser o órgão integralmente responsável pelas dotações orçamentárias vinculadas às operações urbanas, que totalizam R\$ 827,6 milhões. Isso explica o crescimento de 572,9% (ou de R\$ 750,2 milhões) das despesas dessa secretaria, e grande parte da queda de 51,4% (R\$ 1,7 bilhão) das despesas da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras (órgão 22), que no orçamento atualizado/2014 é responsável por R\$ 954,4 milhões das dotações das operações urbanas.

Ainda conforme a proposta, a Secretaria Executiva de Comunicação deixa de ser uma unidade orçamentária pertencente a Secretaria de Governo Municipal (órgão 11) e passa a ser um novo órgão orçamentário, a Secretaria de Municipal de Comunicação e Informação Social (órgão 74).

Cabe, também, destacar algumas ações de importância, dados os seus montantes. A maior ação é “Administração da Unidade” no valor de R\$ 6,40 bilhões (crescimento de 10,8% em relação ao atualizado/2014), que compreende, sobretudo, as despesas com pessoal e serviços de terceiros dos órgãos municipais que compartilham dos valores dessa ação.

Na sequência, a segunda maior ação é “Aposentadorias e Pensões”, no valor de R\$ 5,49 bilhões, um crescimento de 10,3% em relação ao atualizado/2014. Com este aumento da despesa prevista com as aposentadorias e pensões, o déficit orçamentário do IPREM, segundo a Proposta 2015, será da ordem de R\$ 2,62 bilhões, crescimento de 14,5% sobre o déficit previsto no orçamento para 2014 (R\$ 2,29 bilhões).

A terceira maior ação, que se refere ao serviço da dívida municipal com o governo federal, é “Serviço da Dívida Pública Interna - Refinanciamento”, no valor de R\$ 4,04 bilhões, o que representa um aumento de 0,1% em relação ao valor orçado para o ano de 2014. A relativa estabilidade deve-se a já mencionada inclusão no Orçamento 2014 do pagamento de R\$ 393,8 milhões de Despesas de Exercícios Anteriores - DEA. Descontado o valor relativo ao DEA do Orçamento 2014, a proposta 2015 apresenta um crescimento de 10,9%, patamar próximo ao crescimento da Receita Líquida Real (definida pela Medida Provisória 2.185-35/2001), à qual os pagamentos da dívida pública estão, contratualmente, vinculados. Do valor contido na proposta, R\$ 1,38 bilhão tem destinação prevista para amortização do principal da dívida.

Despesas Constitucionais - Saúde e Educação

Com relação aos gastos constitucionais e legais nas áreas de saúde e educação, a proposta orçamentária destina o equivalente a 32,38% (R\$ 10,8 bilhões) da Receita Resultante de Impostos às despesas relacionadas à manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, da educação infantil e inclusiva, atendendo ao art. 208 da Lei Orgânica do Município, que estabelece 31,0% como o mínimo obrigatório. Em cumprimento ao art. 212 da Constituição Federal e ao art. 2º da Lei nº 13.245/01, que fixam 25,0% como o mínimo obrigatório, a proposta prevê a aplicação de 27,64% (R\$ 9,2 bilhões) da Receita Resultante de Impostos, especificamente, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Tabela 4.8 - Despesas Constitucionais - Saúde e Educação em % da Receita Resultante de Impostos

	Mínimo Legal	Proposta 2015
Educação (CF art. 212 e LOM art. 208)		
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25,0%	27,64%
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino + Educação Inclusiva	31,0%	32,38%
Saúde (EC 29/00)	15,0%	18,48%

Fonte: Proposta Orçamentária 2015 (PL 467/14)

Para as ações e serviços públicos de saúde, a proposta destina 18,48% (R\$ 6,2 bilhões) da receita decorrente de impostos, em conformidade com a Emenda Constitucional 29/00 e com a Lei Complementar nº 141/12 que determinam a aplicação mínima de 15,0%.

Regionalização por Subprefeitura

A Proposta 2015 apresenta os valores das ações regionalizadas por subprefeitura. Do valor total de R\$ 51,3 bilhões, R\$ 6,1 bilhões (12% do total) das despesas foram regionalizadas. A Tabela 4.9 informa o valor destinado para a região de cada subprefeitura.

Tabela 4.9 - Despesa Regionalizada - Proposta 2015 – em R\$

Subprefeitura	Proposta 2015
A Definir/Supra-Regional	45.240.820.289
Perus	153.882.768
Pirituba/Jaraguá	221.359.008
Freguesia/Brasilândia	83.602.971
Casa Verde/Cachoeirinha	37.333.986
Santana/Tucuruvi	102.845.547
Jaçanã/Tremembé	155.647.209
Vila Maria/Vila Guilherme	62.880.269
Lapa	228.297.977
Sé	285.465.605
Butantã	209.426.114
Pinheiros	82.435.845
Vila Mariana	301.522.293
Ipiranga	305.019.086
Santo Amaro	227.614.371
Jabaquara	137.306.510
Cidade Ademar	141.880.906
Campo Limpo	105.441.268
M'Boi Mirim	710.644.168
Capela do Socorro	613.504.060
Parelheiros	336.428.421
Penha	98.529.098
Ermelino Matarazzo	68.250.435
São Miguel	82.900.010
Itaim Paulista	173.915.720
Moóca	249.946.074
Aricanduva/Formosa/Carrão	39.555.350
Itaquera	461.581.225
Guaianases	52.766.552
Vila Prudente	60.293.885
São Mateus	214.803.665
Cidade Tiradentes	54.040.520
Sapopemba	32.806.923
Total	51.332.748.121

Fonte: Proposta Orçamentária 2015 (PL 467/14)

Conforme mostra a tabela, as regiões abrangidas pelas subprefeituras do M'Boi Mirim e Capela do Socorro recebem projetos em valor significativamente superior às demais, em razão de investimentos como a "Execução do Programa Mananciais". A despesa regionalizada na subprefeitura do M'Boi Mirim totaliza R\$ 710,6 milhões, sendo que a "Execução do Programa Mananciais" corresponde a 33% deste valor (R\$ 234,5 milhões). Destaca-se, também, a "Execução do Plano Viário Sul" no valor de R\$ 150,4 milhões. A despesa regionalizada na subprefeitura da Capela do Socorro soma R\$ 613,5 milhões, sendo que a "Execução do Programa Mananciais" representa 48% desse total (R\$ 293,8 milhões).

Resultado Primário e Nominal

A Proposta 2015 revisa as metas fiscais de resultado primário e nominal para o ano de 2014 estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2015 (Lei 16.047/2014).

O resultado primário representa a diferença entre as receitas não financeiras e despesas não financeiras. É um indicador que permite verificar a economia destinada para o pagamento dos encargos e amortizações da dívida pública. Quanto maior o valor do resultado primário, melhor é a situação fiscal. Originalmente, a LDO 2014 (Lei 15.841/2013) havia definido a meta de resultado primário, para o ano de 2014, em R\$ 2,11 bilhões. A LDO 2015 revisou a meta para R\$ 1,11 bilhão e a Proposta de Lei Orçamentária 2015 a reduz para R\$ 50 milhões (Tabela 4.8)

**Tabela 4.8 - Resultado Primário e Nominal 2014
LDO 2015 e PLOA 2015 - em R\$ mil**

Metas Fiscais 2014	LDO 2015 (I)	PLOA 2015 (II)	Diferença (II - I)
Resultado Primário	1.112.929	50.000	-1.062.929
Resultado Nominal	6.810.460	8.012.410	1.201.950

Fonte: LDO 2015 (Lei 16.047/14) e Proposta Orçamentária 2015 (PL 467/14)

O resultado nominal é medido como o valor do crescimento da dívida fiscal líquida, portanto, diferentemente do resultado primário, quanto maior o resultado nominal pior é a situação fiscal. A LDO 2015 estabelece para 2014 uma meta de resultado nominal (ou crescimento da dívida) de R\$ 6,81 bilhões e a Proposta Orçamentária aumenta este valor para R\$ 8,01 bilhões.

Conforme a mensagem que acompanha a proposta, o Executivo justifica as revisões das metas fiscais pelo fato de que, ao longo dos últimos anos, houve um acúmulo de saldos financeiros na fonte 08 - Recursos Vinculados referentes às operações urbanas e aos fundos municipais FUNDURB e FEMA. Segundo a proposta, a velocidade de execução dos projetos a que esses saldos estão vinculados tem sido acima das expectativas, o que eleva as despesas primárias. Como as receitas (fonte 08) que financiam essas despesas foram contabilizadas em anos anteriores, o efeito dos gastos sobre a execução orçamentária de 2014 é de redução do resultado primário.

Tabela 4.9 - Saldos Acumulados e Recursos Financeiros Utilizados - em R\$

	Saldos Acumulados* (até 06/10/2014)	Saldos (Superávits) Utilizados para a Abertura de Créditos Adicionais (até 06/10/2014)
Operação Urbana Água Espreada	1.705.159.671	242.110.537
Operação Urbana Faria Lima	469.605.916	23.644.837
Operação Urbana Água Branca	555.066.282	23.372.605
Operação Urbana Centro	37.770.821	0
FUNDURB	190.616.433	0
FEMA	196.274.191	56.978.699
TOTAL	3.154.493.315	346.106.678

Fonte: (*) Saldos estimados pela CTEO baseados na execução orçamentárias e nos demonstrativos do sistema SOF.

A Tabela 4.9 apresenta os saldos acumulados e os superávits financeiros utilizados ao longo da execução 2014. Apesar da redução prevista do resultado primário em R\$ 1,06 bilhão, a execução orçamentária de 2014, até 06/setembro, utilizou apenas R\$ 346,1 milhões de recursos financeiros frutos dos saldos acumulados (superávit financeiro) de anos anteriores vinculados às operações urbanas, FUNDURB e FEMA.

Informações sobre a Proposta Orçamentária 2015

O Projeto de Lei Orçamentária está disponível no site da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão: http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/orc_orc_proposta_2015.php

A Consultoria Técnica de Economia e Orçamento - CTEO da Câmara Municipal disponibiliza no link: http://www.camara.sp.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=367, estudos e relatórios sobre a Proposta 2015.

A seguinte tabela procura apresentar o orçamento de forma a destacar as interrelações entre receitas e despesas da administração direta e indireta, mostrando como a primeira financia a segunda.

	Orçamento 2014	Atualizado até Setembro 2014 (I)	Arrecadado/ Empenhado até Setembro 2014 (II)	Proposta 2015 (III)	(II) / (I)	Var. % (III)/(II)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA						
Receitas Correntes	40.223.848.735	40.223.848.735	29.597.682.889	43.016.527.363	73,6%	6,9%
IPTU	6.648.709.835	6.648.709.835	5.021.993.082	7.243.872.785	75,5%	9,0%
(-) Receita Condicionada	805.625.003	805.625.003	-	789.000.000	0,0%	-2,1%
IPTU Líquido (- Rec. Condic.)	5.843.084.832	5.843.084.832	5.021.993.082	6.454.872.785	85,9%	10,5%
ISS	10.774.689.288	10.774.689.288	8.020.631.284	11.863.217.228	74,4%	10,1%
ITBI	1.480.773.443	1.480.773.443	1.076.185.719	1.660.676.232	72,7%	12,1%
IR	1.333.909.288	1.333.909.288	967.355.829	1.554.504.640	72,5%	16,5%
ICMS	7.114.850.097	7.114.850.097	5.064.937.841	7.447.995.686	71,2%	4,7%
IPVA	2.063.130.914	2.063.130.914	1.987.234.139	2.147.107.809	96,3%	4,1%
PPI	353.997.809	353.997.809	319.877.099	481.896.803	90,4%	36,1%
Recursos SUS - Fundo a Fundo	1.986.647.210	1.986.647.210	1.250.430.722	2.081.888.000	62,9%	4,8%
FUNDEB (bruto)	3.423.942.664	3.423.942.664	2.415.072.227	3.455.471.664	70,5%	0,9%
Receitas de Valores Mobiliários	419.276.065	419.276.065	519.970.173	698.226.252	124%	66,5%
Operação Urbana Água	-	-	56.050.286	133.476.636		
Operação Urbana Faria Lima	-	-	27.850.263	63.430.152		
FUNDO ESPECIAL OPERAÇÃO URBANA ÁGUA BRANCA - FEAB	-	-	7.870.469	20.029.668		
Operação Urbana Centro	-	-	-	10.630.824		
FUNDURB	-	-	12.366.141	9.000.000		
Multas de Trânsito	1.190.500.000	1.190.500.000	626.008.461	948.231.987	52,6%	-20,4%
Demais Receitas Correntes	3.433.422.122	3.433.422.122	2.327.986.310	3.433.438.277	67,8%	0,0%
(-) deduções da Rec. Corrente	-1.959.341.873	-1.959.341.873	-1.533.152.274	-2.034.888.020	78,2%	3,9%
Receitas Correntes - deduções (A)	38.264.506.862	38.264.506.862	28.064.530.615	40.981.639.343	73,3%	7,1%
Receitas de Capital (B)	9.127.490.477	9.127.490.477	711.332.832	6.860.170.304	7,8%	-24,8%
Operações de Crédito	49.985.715	49.985.715	5.500.000	80.610.513	11,0%	61,3%
Transferências	5.935.670.564	5.935.670.564	481.092.769	4.707.360.139	8,1%	-20,7%
02 - União	5.452.827.050	5.452.827.050	206.534.066	4.227.309.255	3,8%	-22,5%
03 - Estado	482.843.514	482.843.514	274.558.703	480.050.884	56,9%	-0,6%
Cessão de Direitos Creditórios - PPI	370.000.000	370.000.000	-	500.000.000	0,0%	35,1%
Cessão de Direitos Creditórios - FMSAI	360.000.000	360.000.000	-	360.000.000	0,0%	0,0%
Operações Urbanas	1.173.478.564	1.173.478.564	-	600.000.000	0,0%	-48,9%
Operação Urbana Água Branca	200.000.000	200.000.000	-	400.000.000	0,0%	100,0%
Operação Urbana Faria Lima	50.000.000	50.000.000	-	200.000.000	0,0%	300,0%
Operação Urbana Água Espreada	920.478.564	920.478.564	-	-	0,0%	-100%
Operação Urbana Centro	3.000.000	3.000.000	-	-	0,0%	-100%
FUNDO ESPECIAL OPERAÇÃO URBANA ÁGUA BRANCA - FEAB	-	-	2.073.140	-		
Outorga Onerosa	498.000.000	-	141.945.531	500.000.000	28,5%	0,4%
Demais Receitas de Capital	740.355.634	740.355.634	82.794.532	112.199.652	11,2%	-84,8%
Total Líq. da Receita da Administração Direta	47.391.997.339	47.391.997.339	28.775.863.448	47.841.809.647	60,7%	0,9%

	Orçamento 2014	Atualizado até Setembro 2014 (I)	Arrecadado/ Empenhado até Setembro 2014 (II)	Proposta 2015 (III)	(III) / (I)	Var. % (III)/(II)
Despesas Correntes - Total (C)	28.666.789.270	30.101.101.541	23.436.081.133	30.471.345.940	77,9%	1,2%
Despesas Correntes - Fonte 00	20.469.855.312	22.014.720.400	17.824.361.452	22.284.532.101	81,0%	1,2%
Desp Correntes - Outras Fontes	8.196.933.958	8.086.381.141	5.611.719.681	8.186.813.839	69,4%	1,2%
Operação Urbana Água Espreada	-	648.892	389.570	-	60,0%	-100%
Pessoal e Encargos - Total	10.070.082.171	10.232.442.875	7.205.163.413	10.638.874.576	70,4%	4,0%
Pessoal e Encargos - Fonte 00	6.414.156.868	6.576.517.572	4.655.674.507	7.066.930.363	70,8%	7,5%
Pessoal e Encargos - FUNDEB	3.443.833.209	3.443.833.209	2.409.565.940	3.476.364.213	70,0%	0,9%
PASEP	443.001.743	443.001.743	431.460.493	430.994.775	97,4%	-2,7%
Precatórios - despesa corrente	582.950.476	582.950.476	412.929.548	676.483.537	70,8%	16,0%
Juros e Encargos da Dívida	3.079.912.801	3.079.912.801	2.581.371.423	2.743.548.236	83,8%	-10,9%
Outras Despesas Correntes	15.516.794.298	16.788.745.865	13.649.546.297	17.088.923.128	81,3%	1,8%
Outras Despesas Correntes - Fonte 00	11.080.516.893	12.463.021.278	10.587.315.522	12.474.053.502	84,9%	0,1%
Outras Despesas Correntes - Outras Fontes	4.436.277.405	4.325.724.588	3.062.230.775	4.614.869.626	70,8%	6,7%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (OST-PJ)	11.136.175.556	13.195.995.570	10.502.153.169	12.622.064.621	79,6%	-4,3%
OST - PJ - Fonte 00	7.271.411.162	8.855.505.141	7.505.625.031	8.597.072.473	84,8%	-2,9%
OST - PJ - Outras Fontes	3.864.764.394	4.340.490.429	2.996.528.138	4.024.992.148	69,0%	-7,3%
Subvenção ônibus (Compensações Tarifárias)	1.488.609.171	1.488.609.171	1.192.200.000	1.422.175.002	80,1%	-4,5%
Outras Despesas Correntes - restante	2.892.009.571	2.104.141.124	1.955.193.127	3.044.683.505	92,9%	44,7%
Despesas de Capital (D)	12.288.381.209	10.955.514.224	5.235.073.509	10.054.141.602	47,8%	-8,2%
Investimentos	10.356.200.439	9.057.453.977	3.374.006.472	8.284.469.560	37,3%	-8,5%
Precatórios - despesa de capital	569.002.647	569.002.647	407.055.688	660.660.981	71,5%	16,1%
Investimentos - Tesouro Municipal	1.866.430.866	2.240.173.788	1.372.253.482	1.175.756.222	61,3%	-47,5%
Investimentos - Operações de Crédito	49.985.715	49.985.715	4.121.022	80.610.513	8,2%	61,3%
Investimentos - Rec. Federais	5.376.822.026	3.607.369.524	404.405.383	4.255.712.268	11,2%	18,0%
Investimentos - Rec. Estaduais	483.835.134	597.832.061	388.488.897	487.790.884	65,0%	-18,4%
Investimentos - Outras Fontes	10.001.000	10.001.858	1.325.506	10.000.000	13,3%	0,0%
Investimentos - Receita Condicionada	264.044.094	207.105.693	-	465.711.074	0,0%	124,9%
Investimentos - Rec. Vinculados	2.305.081.604	2.344.985.337	1.203.412.183	1.808.888.599	51,3%	-22,9%
Operação Urbana Água Espreada	560.478.564	801.940.209	479.280.737	133.476.636	59,8%	-83,4%
Operação Urbana Faria Lima	50.000.000	73.644.837	60.618.586	263.430.152	82,3%	257,7%
Operação Urbana Água Branca	44.903.735	44.903.735	22.859.338	420.029.668	50,9%	835,4%
Operação Urbana Centro	3.000.000	3.000.000	2.760.000	10.630.824	92,0%	254,4%
FUNDURB	498.000.000	498.000.000	265.562.410	509.000.000	53,3%	2,2%
Demais - (fonte 08)	1.646.699.305	923.496.556	372.331.113	472.321.319	40,3%	-48,9%
Inversões Financeiras	366.614.000	332.493.477	295.500.266	4.374.547	88,9%	-98,7%
Amortização da Dívida	1.565.566.770	1.565.566.770	1.565.566.770	1.765.297.495	100%	12,8%
Precatórios - total	1.151.953.123	1.151.953.123	819.985.236	1.337.144.518	71,2%	16,1%
Pagamento Dívida - total	4.645.469.571	4.645.479.571	4.146.938.193	4.508.845.731	89,3%	-2,9%
Reserva de Contingência (E)	1.000	1.000	-	110.000.000	0%	10999900%
Despesa PMSP (C + D + E)	40.955.171.479	41.056.616.765	28.671.154.641	40.635.487.542	69,8%	-1,0%

	Orçamento 2014	Atualizado até Setembro 2014 (I)	Arrecadado/ Empenhado até Setembro 2014 (II)	Proposta 2015 (III)	(II) / (I)	Var. % (III)/(II)
Superávit Corrente (I = A - C)	9.597.717.592	8.163.405.321	4.628.449.483	10.510.293.403	56,7%	28,7%
Déficit de Capital (II = B - D)	-3.160.890.732	-1.828.023.747	-4.523.740.676	-3.193.971.298	247%	74,7%
Superávit Orçamentário (I+II-E)	6.436.825.860	6.335.380.574	104.708.806	7.206.322.105	1,7%	13,7%
Receita Legislativo (Fundos CMSP e TCMSP)	6.290.000	6.290.000	5.943.620	7.460.000	94,5%	18,6%
Despesa Legislativo (CMSP + TCMSP)	793.610.000	795.110.000	619.365.276	851.770.000	77,9%	7,1%
Receita da Adm. Indireta	3.171.038.248	3.171.038.248	2.062.095.660	3.483.478.474	65,0%	9,9%
IPREM	2.725.172.043	2.725.172.043	1.804.762.912	2.916.046.147	66,2%	7,0%
Autarquia Hospitalar	2.009.682	2.009.682	1.758.007	66.931.919	87,5%	3230%
HSPM	2.898.040	2.898.040	5.530.577	7.369.000	191%	154,3%
AMLURB	85.248.646	85.248.646	51.107.766	93.005.567	60,0%	9,1%
Demais	355.709.837	355.709.837	198.936.398	400.125.841	55,9%	12,5%
Despesa da Adm. Indireta	8.820.544.108	9.103.908.769	7.072.662.451	9.845.490.579	77,7%	8,1%
IPREM	5.018.017.486	5.018.017.486	3.653.800.248	5.540.681.592	72,8%	10,4%
Autarquia Hospitalar	1.051.163.297	1.207.117.567	1.059.012.013	1.298.641.021	87,7%	7,6%
HSPM	219.450.270	243.748.530	223.839.001	296.405.792	91,8%	21,6%
AMLURB	2.011.462.245	2.002.982.245	1.732.281.222	2.063.937.338	86,5%	3,0%
Demais	520.450.810	632.042.941	403.729.966	645.824.836	63,9%	2,2%
Déficit da Adm. Indireta	5.649.505.860	5.932.870.521	5.010.566.791	6.362.012.105	84,5%	7,2%
IPREM	2.292.845.443	2.292.845.443	1.849.037.336	2.624.635.445	80,6%	14,5%
Autarquia Hospitalar	1.049.153.615	1.205.107.885	1.057.254.006	1.231.709.102	87,7%	2,2%
HSPM	216.552.230	240.850.490	218.308.424	289.036.792	90,6%	20,0%
AMLURB	1.926.213.599	1.917.733.599	1.681.173.456	1.970.931.771	87,7%	2,8%
Demais	164.740.973	276.333.104	204.793.568	245.698.995	74,1%	-11,1%
Receita Consolidada (Direta + Indireta)	50.569.325.587	50.569.325.587	30.843.902.728	51.332.748.121	61,0%	1,5%
Total da Despesa Orçamentária	50.569.325.587	50.955.635.534	36.363.182.369	51.332.748.121	71,4%	0,7%
Superávit/Déficit Consolidado	0,00		(*)	0,00		
Superávit Financeiro Utilizado		386.309.947	386.309.947			
(*) A ser apurado no fim do exercício						

Finanças Públicas

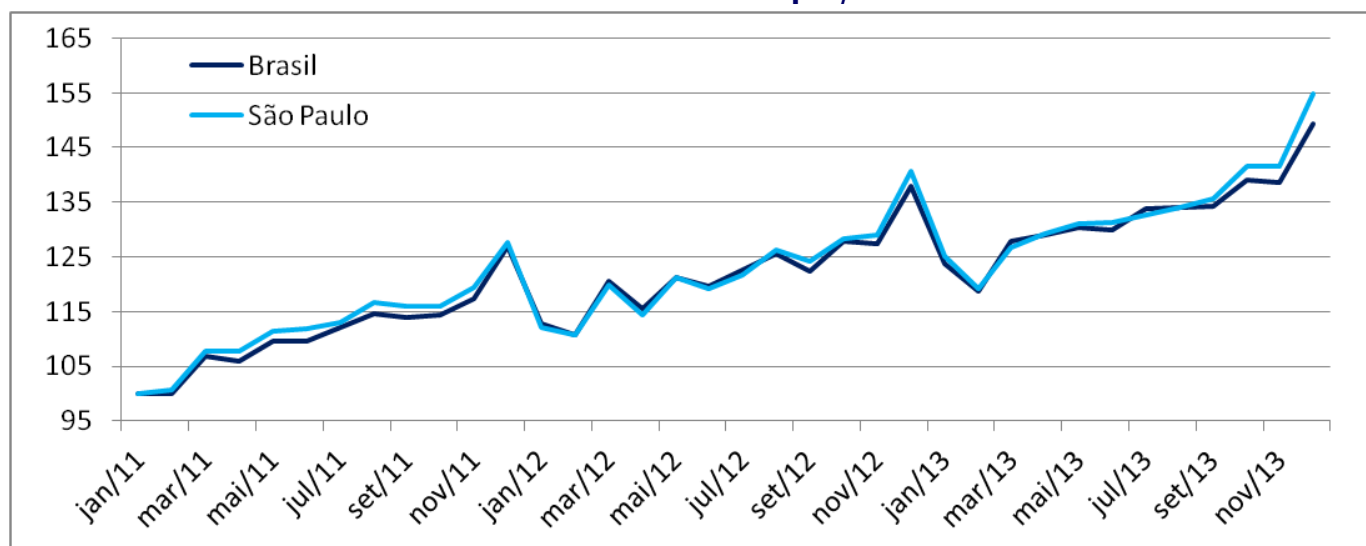
5. A Pesquisa Mensal de Serviços - PMS e a Arrecadação de ISS 2011-2013*

Este texto apresenta comparativamente a evolução da arrecadação do Imposto sobre Serviços - ISS, principal item da receita do município de São Paulo, e do índice de receita nominal de serviços paulista divulgado pela Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE nos anos de 2012 e 2013.

A Pesquisa Mensal de Serviços - PMS é divulgada mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, tendo por objetivo produzir indicadores que permitam o acompanhamento da evolução conjuntural do setor de serviços, investigando a receita bruta de serviços nas empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas, que desempenham como principal atividade um serviço não financeiro, excluídas as áreas de saúde e educação.

O Gráfico 4.1 apresenta a evolução mensal do índice de receita nominal de serviços nacional e do estado de São Paulo desde o início da série histórica¹:

Gráfico 4.1 - Evolução do Índice de Receita Nominal de Serviços - Brasil e Estado de São Paulo - índice base jan/11 = 100



Fonte: Pesquisa Mensal de Serviços - PMS / IBGE.

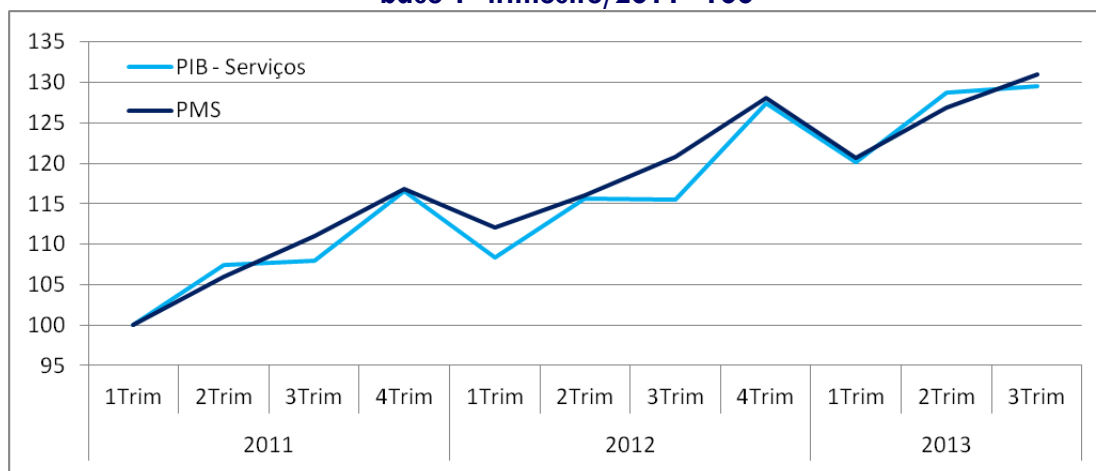
O índice de receita de serviços paulista apresenta uma evolução mensal próxima ao do índice nacional. No acumulado do ano de 2013, observou-se um crescimento nominal de 9,2% do

(1) O IBGE divulga a série histórica partir de janeiro/2012. No entanto, para 2012 são divulgados também a taxa de variação interanual (mês sobre mesmo mês do ano anterior), tornando possível calcular o índice para os meses de 2011

* Publicado no Indicador Paulistano n° 44 - fevereiro/2014

índice paulista e de 8,5% do índice nacional. Os picos presentes nos meses de novembro e dezembro e vales, nos meses de janeiro e fevereiro indicam a existência de sazonalidade no setor de serviços.

**Gráfico 4.2 - Índice de Receita Nominal - PMS e PIB de Serviços - Brasil
base 1º trimestre/2011=100**



Fonte: Pesquisa Mensal de Serviços - PMS / IBGE.
PIB de Serviços / IBGE - índice dos valores correntes

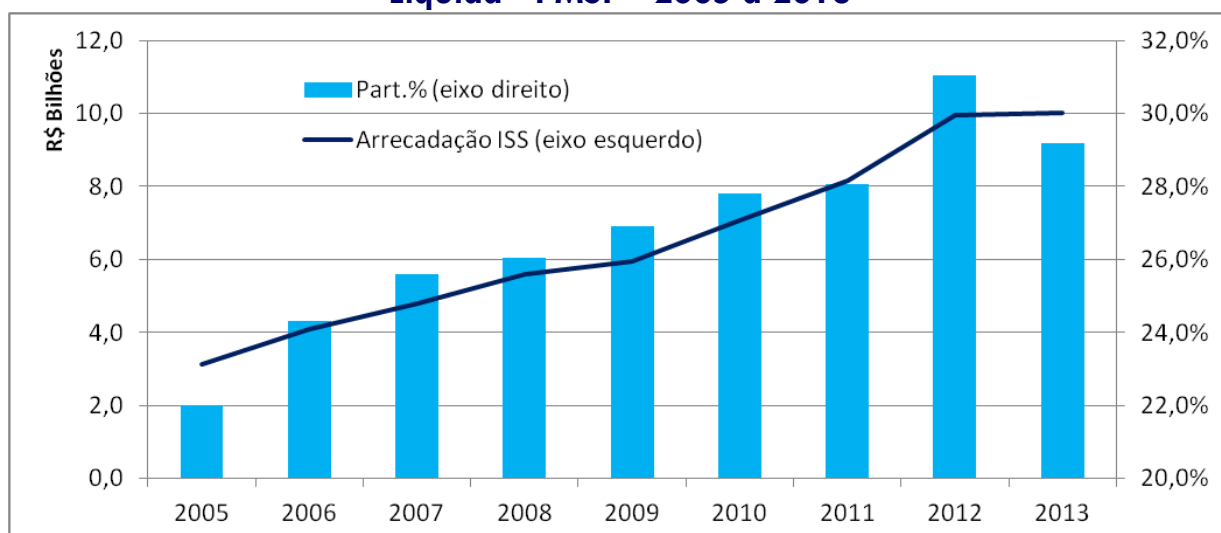
Apesar de adotar uma metodologia própria, o índice de receita nominal apresenta uma alta correlação (coeficiente de correlação linear igual a 0,975²) com o Produto Interno Bruto de Serviços (Gráfico 4.2). Entre as diferenças metodológicas, a PMS não abrange as atividades de comércio e de serviços de saúde, educação, administração pública, serviços financeiros, serviços domésticos e de aluguel imputado. Além disso, o PIB de serviços é uma medida do valor adicionado da produção do setor, enquanto que o índice da PMS é uma medida de receita bruta, o que o torna mais apropriado para fins de análise da arrecadação de ISS, uma vez que a base de cálculo do imposto é o preço do serviço, que corresponde à receita bruta com ele obtida.

(2) Cálculo elaborado por esta Consultoria.

Imposto sobre Serviços - ISS

O ISS é um imposto cujo fato gerador é a prestação de serviço, sendo a base de cálculo o preço do serviço prestado diretamente para as famílias ou negociados entre empresas. Nos últimos anos, a arrecadação de ISS constituiu-se na principal fonte de arrecadação de recursos do município, apresentando um significativo aumento na participação da Receita Corrente Líquida.

Gráfico 4.3 - Arrecadação de ISS e Participação % do ISS na Receita Corrente Líquida - PMSP - 2005 a 2013



Fonte: Balançetes PMSP 2005 a 2012.

De acordo com o Gráfico 4.3, houve, em 2013, uma queda na participação do ISS na receita corrente de arrecadação e uma estabilidade em relação a arrecadação de 2012. Em 2013, a receita de ISS atingiu o montante de R\$ 10,0 bilhões, valor apenas 0,9% superior ao arrecadado no ano de 2012. No entanto, deve-se destacar que, com relação às receitas de ISS no ano de 2012, houve um ingresso extraordinário de transferências de saldo relativo a depósitos judiciais, representando um impacto positivo de R\$ 834,5 milhões³ na arrecadação do imposto. As transferências foram autorizadas pela Lei Municipal nº 15.406/2011, que permitiu a conversão de 70% dos depósitos judiciais em receita orçamentária. Sem esse efeito, a participação do ISS na receita corrente, em 2012, teria sido menor, de 28,4%, e, portanto, inferior a participação registrada em 2013 de 29,2%. Nesta mesma base, a arrecadação de ISS em 2012 teria sido de R\$ 9,1 bilhões, e, assim, o crescimento da arrecadação em 2013 seria de

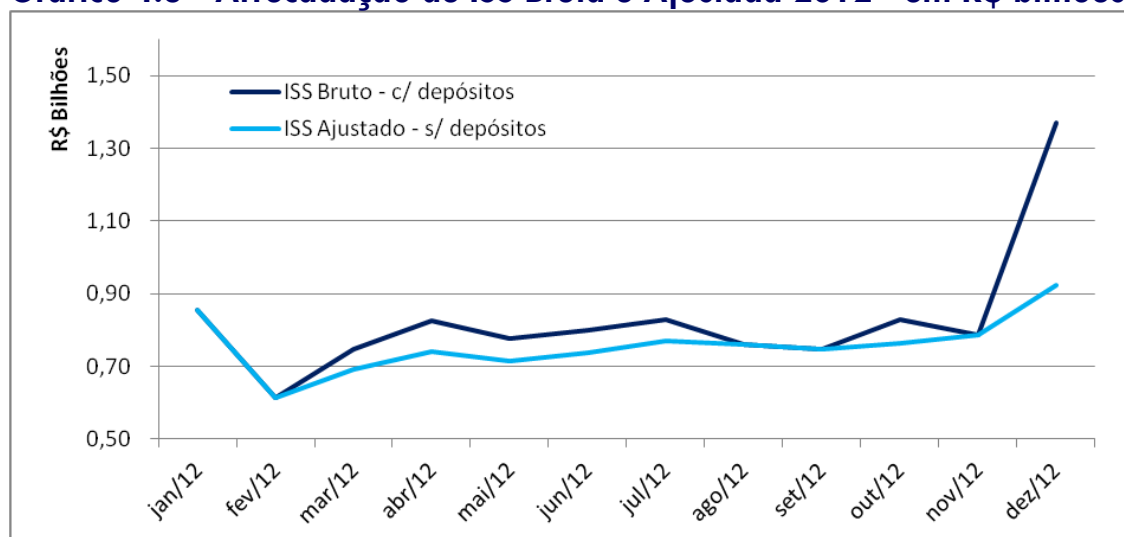
(3) Em 2012, depósitos no valor de R\$ 889,3 milhões foram convertidos em receita orçamentária, sendo que R\$ 834,5 milhões foram relativos a receita de ISS. Fonte: Relatório Anual de Fiscalização do Tribunal de Contas do Município fls. 34

10,1% em relação ao ano anterior, percentual relativamente próximo à variação de 9,2% apontada no índice de receitas do setor de serviços paulista pela PMS.

A observação da evolução mensal da arrecadação de ISS e do índice receita da PMS permite uma análise mais precisa da relação entre as duas séries. Para o exame da arrecadação mensal de ISS deve-se ajustar os seus valores, a fim de expurgar os efeitos extraordinários da transferência do saldo dos depósitos judiciais. Essas transferências, apesar de impactarem positivamente a arrecadação de ISS, não refletem a atividade do setor de serviços daquele momento, mas de períodos anteriores, quando o saldo foi acumulado.

Os balancetes patrimoniais analíticos da PMSP contabilizam mensalmente o valor dos depósitos judiciais convertidos em receita; no entanto, não discriminam o quanto é relativo à receita de ISS. O Relatório Anual de Fiscalização do Tribunal de Contas do Município do exercício de 2012 informa que depósitos no valor de R\$ 889,3 milhões foram convertidos em receita orçamentária, sendo que R\$ 834,5 milhões, ou 93,8% do total, foram relativos a receita de ISS. A partir desse percentual, podemos, por aproximação, estimar que nos meses em que houve transferência, 93,8% do valor dos depósitos convertidos são referentes à receita de ISS. Adotando esse critério, é possível estimar a receita ajustada de ISS sem os efeitos da conversão dos depósitos judiciais. O Gráfico 4.3 mostra a evolução da arrecadação de ISS bruto (com os depósitos) e ajustado (sem os depósitos).

Gráfico 4.3 - Arrecadação de ISS Bruta e Ajustada 2012 - em R\$ bilhões

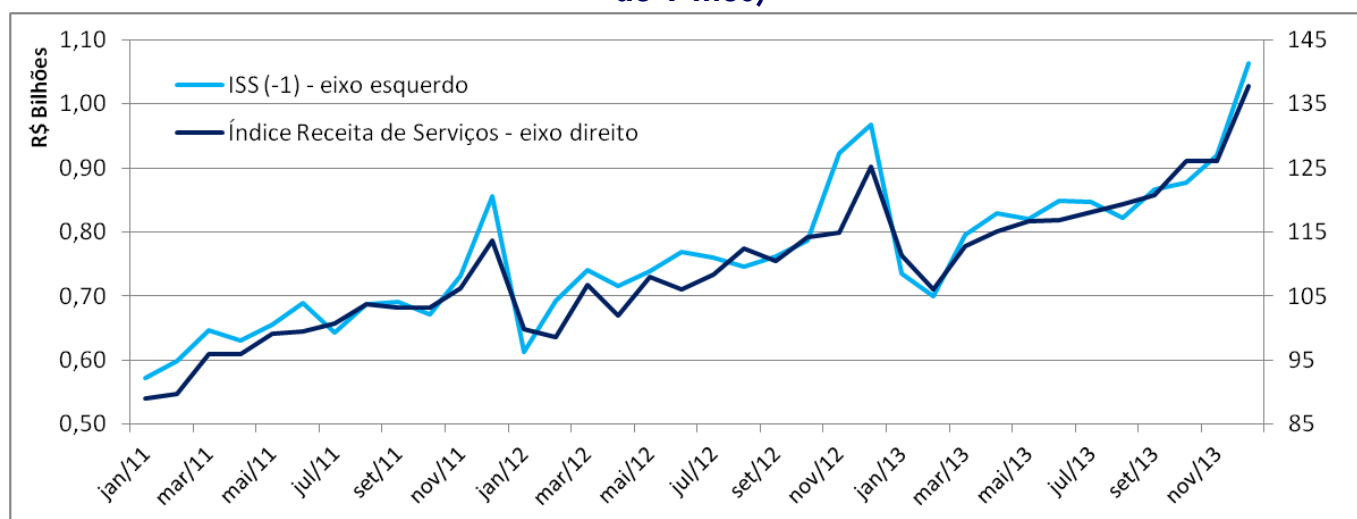


Fonte: Balancetes Mensais 2012 - PMSP

Outra particularidade em relação a arrecadação de ISS é o disposto na legislação tributária municipal. A regra geral é que o sujeito passivo deva recolher, até o dia 10 de cada mês, o ISS correspondente aos serviços prestados, tomados ou intermediados de terceiros, relativos ao mês anterior. Portanto, considerando a regra geral, existe uma defasagem de um mês entre a atividade no setor de serviços (apurada pela PMS) e a arrecadação efetiva de ISS. Ou seja, a receita do imposto em um determinado mês reflete a atividade do setor de serviços do mês anterior.

O Gráfico 4.4 apresenta a evolução conjunta da arrecadação de ISS (defasada em um mês) e o índice de receita nominal de serviços - PMS.

Gráfico 4.4 - Índice de Receita Nominal de Serviços e ISS ajustado (com defasagem de 1 mês)



Fontes: Balançetes Mensais - PMSP 2012 e 2013
Pesquisa Mensal de Serviços/IBGE

As séries seguem padrões semelhantes, com mesma tendência de crescimento. O índice de receita de serviços apresenta picos sazonais nos meses de dezembro, e a arrecadação de ISS, com um mês de defasagem, em janeiro. Aos picos são sucedidas fortes retrações sazonais nos meses seguintes.

Uma forma estatística de quantificar a relação entre o crescimento da receita no setor de serviço paulista e o crescimento da arrecadação do ISS é a estimação através de modelagem econométrica⁴. A partir dessa técnica, estimou-se que, ao longo do período analisado, a cada 1,0% de crescimento da receita do setor de serviços paulista a arrecadação de ISS no município de São Paulo cresceu 1,39%, valor estatisticamente significativo e superior a 1,0%.

As alíquotas de ISS que incidem sobre o preço dos serviços não são progressivas, ou seja não aumentam quando o valor do serviço aumenta. O fato de a arrecadação crescer a uma taxa superior ao da receita do setor de serviços pode ser devido a diferentes fatores.

Primeiramente, parte dos contribuintes são empresas que optaram pelo regime tributário diferenciado, o Simples Nacional. Podem optar pelo Simples as microempresas (ME) com receita bruta de até R\$ 360 mil e empresa de pequeno porte (EPP) com receita bruta de até R\$ 3,6 milhões no ano-calendário. Desta forma, as empresas que estiverem um pouco abaixo do limite, um aumento da receita bruta de, por exemplo, 1% poderá fazer com que a arrecadação de ISS aumente em mais de 1%, na medida em que estas empresas deixam de ser optantes do Simples e passem a contribuir pela regra geral. Em 2013, 8,9% da receita de ISS foi recolhida por empresas optantes.

Outra possibilidade é a de que os setores de serviços com maiores alíquotas incidentes tenham tido um desempenho melhor do que os serviços em que a alíquota seja menor. A alíquota do imposto pode ser de 2,0%; 3,0% ou 5,0% dependendo do tipo de serviço. Se os serviços enquadrados no rol da alíquota de 5,0% apresentaram um crescimento relativamente maior aos demais, conseqüentemente, a arrecadação de ISS crescerá a uma taxa superior à média de crescimento do setor de serviços.

Por fim, cabe destacar que a Pesquisa Mensal de Serviços abrange um conjunto de empresas diferente da base de empresas contribuintes do ISS paulistano. Além de o índice da PMS abranger todo o estado de São Paulo, o rol de serviços compreendidos pela PMS não é exatamente o mesmo dos serviços sujeitos à incidência de ISS.

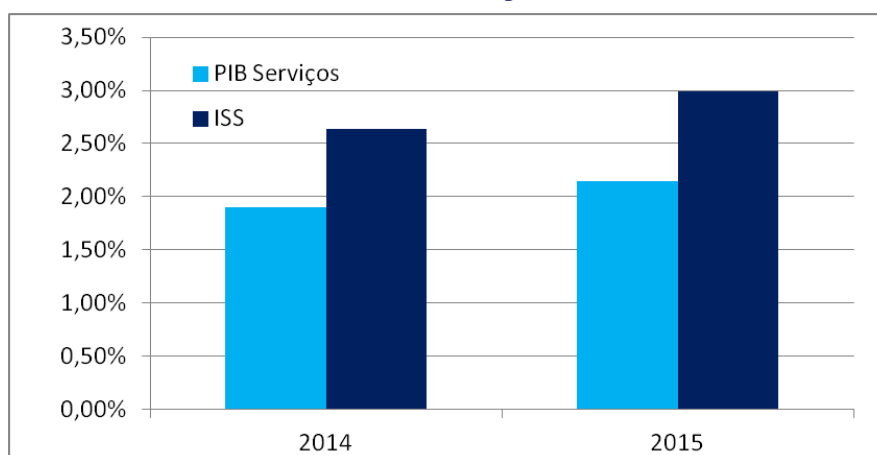
(4) Especificação e resultado do modelo de regressão estimado:

$$\begin{aligned} \log(\text{ISS}) &= 13,92 + 1,39 \cdot \log(\text{PMS}_{t-1}) \\ \text{erro-padrão} &(0,347) \quad (0,074) \\ R^2 &= 0,912 \end{aligned}$$

Teste com os resíduos (teste Breusch-Godfrey LM) da regressão não rejeitam a hipótese nula de que não há correlação serial ($p=0,59$)

A partir das expectativas de mercado para o crescimento do PIB de serviços, divulgadas pelo Banco Central do Brasil (fonte: *Focus Series 14/02/2014*), pode-se, de forma simplificada e com as limitações mencionadas anteriormente, projetar uma taxa de crescimento da arrecadação de ISS para os próximos anos. A mediana da expectativa atual de mercado para o crescimento real do setor de serviços para 2014 e 2015 é, respectivamente 1,9% e 2,15%. Adotando o valor estimado de 1,39% para a resposta da arrecadação de ISS para cada 1% de crescimento do setor de serviços, pode-se projetar, para esses anos, um crescimento real da arrecadação de ISS de aproximadamente 2,64% e 2,99%.

Gráfico 4.4 - Expectativa de Crescimento Real do PIB Serviços e Estimativa de Crescimento Real da Arrecadação de ISS - 2014 e 2015



Fonte: Focus Series / BCB 14/02/2014

6. Operações Urbanas Consorciadas e os Recursos de CEPACs*

As Operações Urbanas Consorciadas são um instrumento de planejamento urbano previsto no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001). O Estatuto define as operações urbanas como um conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental. O município define, por lei, um perímetro urbano que será objeto das intervenções para o qual é estabelecido o programa de obras. A região dentro do perímetro de cada Operação Urbana é contemplada com maior flexibilidade quanto aos limites de construção estabelecidos pela Lei de Zoneamento, mediante o pagamento de uma contrapartida financeira.

Em qualquer região da cidade, o município pode outorgar onerosamente, conforme autorizado pelo Estatuto da Cidade, um direito de construir área (em m²) acima dos limites básicos (coeficiente de aproveitamento básico) estabelecidos na legislação municipal. Assim, o interessado adquire, mediante pagamento (outorga onerosa), o direito de aumentar a área de construção até o limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento máximo, de acordo com regras estabelecidas em legislação específica. Os recursos da outorga onerosa são direcionados para o Fundo Municipal de Urbanização – FUNDURB – e utilizado na implantação de melhorias na cidade como um todo.

Para os imóveis contidos no perímetro de uma Operação Urbana Consorciada, essa outorga onerosa do direito adicional de construção somente pode ser obtida através da compra de títulos chamados Certificado de Potencial Adicional de Construção - CEPAC. Os CEPACs são valores mobiliários emitidos pela Prefeitura, sendo que cada CEPAC equivale a determinado valor de m² para utilização em área adicional de construção ou em modificação de usos dentro do perímetro de uma Operação Urbana Consorciada. Os recursos obtidos pelo Município com a venda de CEPACs devem obrigatoriamente ser utilizados para financiar as intervenções previstas na mesma Operação Urbana Consorciada.

* Publicado no Indicador Paulistano n° 45 - março/2014.

Desta forma, a Prefeitura define um estoque de potencial construtivo adicional na região da operação, e emite antecipadamente no mercado financeiro os CEPACs equivalentes ao valor desse estoque. Uma vantagem desse sistema para a Prefeitura é a antecipação da receita, que ocorre no momento da venda dos CEPACs, e não no momento da efetiva conversão deste em potencial construtivo adicional, que poderá se dar futuramente, conforme o interesse do comprador.

As emissões de CEPACs pela Prefeitura podem ser objeto de colocações privadas ou públicas. Nas colocações públicas, a venda de CEPACs são realizadas por meio de leilão em bolsa de valores. Nas colocações privadas, a Prefeitura emite os CEPACs para o pagamento das obras e das desapropriações previstas nas intervenções da Operação Urbana Consorciada.

Atualmente, no município de São Paulo duas Operações Urbanas emitiram CEPACs: Operação Urbana Consorciada Faria Lima e a Operação Urbana Consorciada Água Espriada. A Operação Urbana Centro (Lei 12.349/1997) foi aprovada antes do Estatuto da Cidades e, portanto, não previa o instrumento do CEPAC. A Operação Urbana Água Branca, também, foi originalmente aprovada antes do Estatuto da Cidade, pela Lei 11.774/1995, mas, ano passado, com a 15.893/2013 foi revisada, tendo sido adequada à legislação federal (Estatuto da Cidade) e municipal (Plano Diretor Estratégico).

Operação Urbana Consorciada Faria Lima

A Operação Urbana Consorciada Faria Lima (Lei 11.732/1995) compreende 650 hectares e está situada na região sudoeste do município de São Paulo. Até o momento, no âmbito desta operação urbana, foram leiloados 520.107 CEPACs no valor total de R\$ 1,05 bilhão, e houve a colocação privada de 117.452 CEPACs no valor de R\$ 140,97 milhões, somando 637.559 títulos emitidos no valor total de R\$ 1,19 bilhão (Tabela 4.1).

Do total de CEPACs emitidos, 566.273 foram convertidos em potencial construtivo adicional e os restantes 71.286 permanecem de circulação.

**Tabela 4.1 - Operação Urbana Faria Lima
CEPACs - Resumo Geral - posição em 19/02/2014**

	CEPACs	R\$
Leilado	520.107	1.047.908.464
Colocações Privadas	117.452	140.971.609
CEPAC - Total Emitido	637.559	1.188.880.073
Convertidos	566.273	
Em Circulação	71.286	
CEPAC - Total	650.000	
CEPAC - Saldo	12.441	

Fonte: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/arquivos/oufl/ouc_faria_lima_estoque_geral_19_02_2014.pdf

Conforme a Tabela 4.2 informa, o valor total das receitas da Operação Urbana Faria Lima, até 31/01/2014, foi de R\$ 1,98 bilhão, sendo que R\$ 1,46 bilhão já foram gastos, restando um saldo de R\$ 512 milhões.

**Tabela 4.2 - Operação Urbana Faria Lima
Movimentação Financeira até 31/01/2014**

	R\$
Entradas (A)	1.977.832.298
Outorga Onerosa	465.321.921
Leilão de CEPAC	1.047.908.464
CEPAC - Colocação Privada	140.971.609
Outras Entradas	4.039.838
Receita Financeira Líquida	319.590.466
Saídas (B)	-1.465.362.531
Obras e Serviços	-861.871.027
Habitação de Interesse Social-Real Parque	-200.635.483
Taxa de Administração	-85.013.497
Outras Despesas	-5.721.462
Desapropriações	-183.810.255
Desapropriação - HIS Real Parque	-7.810.807
Transporte Coletivo - Metrô	-120.500.000
Saldo (= A - B)	512.469.768

Fonte: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/oufinanceiro2014/ou_farialima_financeirojan14_publicacao.pdf

Entre as principais intervenções que receberam recursos da operação urbana, estão: construção dos túneis Jornalista Fernando Vieira de Mello e Max Feffer; prolongamento da Avenida Hélio Pellegrino e implantação de avenida duplicada no eixo formado pela Rua Funchal e Rua Haroldo Veloso; reconversão urbana do Largo da Batata/Terminal Capri. Para a Habitação de Interesse Social, foram destinados R\$ 200,6 milhões para a urbanização da Favela Real Parque. No transporte coletivo, foram destinados R\$ 120,5 milhões para a implantação da linha 4 - Amarela do Metro.

Operação Urbana Consorciada Água Espraiada

A Operação Urbana Consorciada Água Espraiada (Lei nº 13.260/2001 e Lei 15.416/2011) foi aprovada já na vigência do Estatuto da Cidade, portanto podendo desde o início utilizar os dispositivos da lei federal, entre eles a emissão de CEPACs. Até o momento, no âmbito desta operação urbana, foram auferidos R\$ 2,89 bilhões com leilões de CEPACs, além de R\$ 55,0 milhões com colocações privadas de CEPACs (Tabela 4.3).

Do total de 3.390.999 CEPACs emitidos, 2.939.045 foram convertidos em potencial construtivo adicional e o restante (451.954) permanece de circulação.

**Tabela 4.3 - Operação Urbana Água Espraiada
CEPACs - Resumo Geral - posição em 19/02/2014**

	CEPACs	R\$
Leilado	3.254.899	2.891.275.029
Colocações Privadas	136.100	55.030.820
CEPAC - Total Emitido	3.390.999	2.946.305.849
Convertidos	2.939.045	
Em Circulação	451.954	
CEPAC - Total	3.750.000	
CEPAC - Saldo	359.001	

Fonte: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/arquivos/ouae/ouc_agua_espraiada_estoque_geral_19_02_2014.pdf

Até 31/01/2014 o total de receitas da Operação Urbana Água Espreada foi de R\$ 3,46 bilhões, sendo que R\$ 1,36 bilhão já foram gastos, restando um saldo de R\$ 2,01 bilhões.

**Tabela 4.3 - Operação Urbana
Água Espreada
Movimentação Financeira até 31/01/2014**

	(R\$)
Entradas (A)	3.456.050.020
Leilão de CEPAC	2.891.275.029
CEPAC - Colocação Privada	55.030.820
Receita Financeira Líquida	509.744.172
Saídas (B)	-1.364.417.398
Obras e Serviços	-491.152.328
Habitação de Interesse Social	-150.264.211
Taxa de Administração	-89.136.495
Outras Despesas	-21.391.471
Desapropriação	-285.756.572
Desapropriação - HIS	-163.745.049
Transporte Coletivo - Metrô	-162.971.272
Saldo (= A - B)	2.091.632.622

Fonte: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/oufinanceiro2014/ou_aguaespraiada_financeirojan14_publicacao.pdf

Entre as principais intervenções que receberam recursos da operação urbana, estão: construção da Ponte Otávio Frias Filho (Ponte Estaiada); projetos e obras relativos às vias locais do Brooklin, prolongamento da Av. Jornalista Roberto Marinho até a Rodovia dos Imigrantes (Túnel e Via Parque - vias de acesso local aos bairros da região e um grande parque linear com aproximadamente 612 mil m²); Parque Chuvisco e prolongamento da Avenida Chucri Zaidan. Em relação à Habitação de Interesse Social, foram destinados R\$ 150,26 milhões à população moradora do Jd. Edith e demais assentamentos irregulares ao longo do Córrego Água Espreada. Para o transporte coletivo, foram destinados R\$ 162,97 milhões implantação da Linha 17 - Ouro do Metrô.

Operação Urbana Consorciada Água Branca

A Operação Urbana Água Branca foi originalmente aprovada pela Lei 11.774/1995. Recentemente, a operação urbana passou por uma revisão, através da Lei 15.893/2013, que a adequou ao Estatuto da Cidade e ao Plano Diretor Estratégico, bem como alterou o seu plano urbanístico. A Lei 15.893/2013 autorizou o município a emitir CEPACs, no âmbito da Operação Urbana Água Branca, o que, até o momento, não ocorreu. Toda a receita da operação urbana provém de outorga onerosa, no valor de R\$ 543,2 milhões, e de receitas financeiras, no valor de R\$ 84,2 milhões, alcançando um total de R\$ 627,4 milhões. Conforme mostra a Tabela 4.4, foram despendidos R\$ 60,9 milhões com os recursos dessa operação urbana.

**Tabela 4.3 - Operação Urbana
Água Branca
Movimentação Financeira até 31/01/2014**

	(R\$)
Entradas (A)	627.367.071
Outorga Onerosa	543.196.247
Receita Financeira Líquida	84.170.825
Saídas (B)	-60.859.811
Obras e Serviços	-25.903.775
Taxa de Administração	-30.089.009
Outras Despesas	-210.321
Saldo (= A - B)	566.507.261

Fonte: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/oufinanceiro2014/ou_aguabranca_financeirojan14_publicacao.pdf

Operação Urbana Centro

A Operação Urbana Centro foi instituída pela Lei 12.349/1997 visando a requalificação urbana e a criação de estímulos e benefícios para atrair os investidores na construção de habitações, hotéis e de edifícios destinados à cultura, à educação e ao lazer.

Sem pretender priorizar a arrecadação de recursos financeiros, a Operação Urbana Centro arrecadou, até 31/01/2014, R\$ 44,3 milhões. As outorgas onerosas respondem por R\$ 29,1 milhões e as receitas financeiras, por R\$ 15,2 milhões. Dos recursos que ingressaram, R\$ 8,3 milhões foram consumidos, restando um saldo de R\$ 36,0 milhões (Tabela 4.4)

Tabela 4.4 - Operação Urbana Centro

Movimentação Financeira até 31/01/2014

	(R\$)
Entradas (A)	44.261.851
Outorga Onerosa	29.095.143
Receita Financeira Líquida	15.166.708
Saídas (B)	-8.282.464
Obras e Serviços	-3.064.792
Taxa de Administração	-1.061.972
Desapropriação	-4.017.193
Outras Despesas	-210.321
Saldo (= A - B)	35.979.387

Fonte: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/oufinanceiro2014/ou_centro_financeirojan14_publicacao.pdf

Orçamento 2014

No conjunto das operações urbanas, a Lei Orçamentária para o ano 2014 prevê a arrecadação de receita com a alienação de CEPACs, no valor de R\$ 1,17 bilhão, sendo a maior parte referente a Operação Urbana Água Espreada, na qual se estima o ingresso de R\$ 920,5 milhões (Tabela 4.5).

Tabela 4.5 - Lei Orçamentária 2014 - Receitas

	(R\$)
Receita de Alienação de CEPAC	1.173.478.564
Operação Urbana Água Espraiada	920.478.564
Operação Urbana Consorciada Água Branca	200.000.000
Operação Urbana Faria Lima	50.000.000
Operação Urbana Centro	3.000.000

As receitas de cada operação urbana está vinculada às intervenções e obras realizadas no âmbito da própria operação. A Tabela 4.6 detalha as dotações orçamentárias para qual estão destinados os recursos da respectiva operação urbana, conforme consta na Lei Orçamentária 2014. Na tabela, o valor não representa o total da obra, mas o quanto está previsto de ser executado ao longo do exercício de 2014.

Tabela 4.6 - Despesas - Lei Orçamentária 2014

	(R\$)
Operação Urbana Água Espraiada	920.478.564
3387 - Operação Urbana Água Espraiada	560.478.564
3742 - Participação no sistema de transporte sobre trilhos	200.000.000
3354 - Construção de Unidades Habitacionais	160.000.000
Operação Urbana Água Branca	200.000.000
1032 - Construção da Fábrica do Samba	82.176.265
5013 - Intervenções de controle de cheias em bacias de córregos	62.920.000
5193 - Operação Urbana Água Branca	44.903.735
1682 - E5128 - E3068 - Elaboração de Projetos da Operação Urbana Água Branca	10.000.000
Operação Urbana Faria Lima	50.000.000
5184 - Operação Urbana Faria Lima	50.000.000
Operação Urbana Centro	3.000.000
5194 - Operação Urbana Centro	3.000.000
Total	1.173.478.564

Fonte: Lei Orçamentária 2014 - Demonstrativo de Operações Urbanas - Fonte 08 - DOC 08/03/2014, pág. 35

Com relação a Operação Urbana Água Espreada, o orçamento 2014 apresenta um detalhamento das obras incluídas na ação '3387 - Operação Urbana Água Espreada', com previsão de despesas no valor de R\$ 560,5 milhões. A Tabela 4.7 apresenta as intervenções listadas na Lei Orçamentária e os valores de execução previstos para o ano de 2014.

**Tabela 4.7 - Ação 3387 - Operação Urbana Água Espreada
Orçamento 2014**

	(R\$)
3387 - Operação Urbana Água Espreada	560.478.564
Operação Urbana Consorciada Água Espreada	308.478.564
Prolongamento da Av. Chucri Zaidan até interligação com Av. João Dias incluindo Túnel	85.000.000
Pontes sobre o Rio Pinheiros (Ponte Laguna)	50.000.000
Desenvolvimento Urbano - Operação Urbana Água Espreada	40.000.000
Viadutos Dr. Lino de Moraes Leme, Franklin Magalhães, George Corbisier, Viaduto Pedro Bueno e Mário Campos	30.000.000
Implantação de Parque Linear e Via Parque	20.000.000
Canalização do Córrego Água Espreada e do Pinheirinho	15.000.000
Implantação do Parque do Chuvisco	12.000.000

7. Outorga Onerosa na Cidade de São Paulo*

Este estudo trata da utilização da outorga onerosa na cidade de São Paulo, apresentando o seu conceito, a fórmula de cálculo da contrapartida financeira e a evolução da sua arrecadação.

A outorga onerosa é a concessão, pelo Poder Público, de potencial construtivo adicional acima do resultante da aplicação do coeficiente de aproveitamento básico, até o limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento máximo, mediante pagamento de contrapartida financeira.

As normas gerais de outorga onerosa estão previstas nos artigos 28, 29, 30 e 31 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade. No Município de São Paulo, a Lei nº 13.430, de 13 de setembro de 2002 - Plano Diretor Estratégico, e a Lei nº 13.885, de 25 de agosto de 2004, fixaram as áreas e os coeficientes de aproveitamento, os estoques de potencial construtivo adicional e definiram as formas de cálculo para a cobrança das contrapartidas e eventuais isenções.

4.1 Coeficiente de Aproveitamento

Coeficiente de aproveitamento é a relação entre a área construída computável de uma edificação e a área total do lote ou gleba, podendo ser: básico, que resulta do potencial construtivo gratuito inerente aos lotes ou glebas urbanos; máximo, que não pode ser ultrapassado; e mínimo, abaixo do qual o imóvel poderá ser considerado subutilizado.

Os coeficientes de aproveitamentos estabelecidos pelo Plano Diretor Estratégico (PDE) de 2002 foram diferenciados para cada zona, de acordo com as características da área. Os Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras (PREs), instituídos pela Lei nº 13.885/2004, estabeleceram os limites máximos, observando as regras gerais definidas pelo PDE, e não alteraram os limites básicos.

O coeficiente de aproveitamento básico pode ser igual 1 e 2 e o coeficiente de aproveitamento máximo, que deve considerar a proporcionalidade entre infraestrutura existente e o aumento da densidade esperado em cada área, pode ser igual a 1; 2; 2,5 e 4.

* Publicado no Indicador Paulistano nº 48 - junho/2014.

Por exemplo, nas zonas exclusivamente residenciais (ZER) o coeficiente de aproveitamento mínimo e máximo são iguais a 1, ou seja, as construções não poderão ter área maior do que a área do terreno. Já nas ZCPb (zona centralidade polar) e ZCLb (zona centralidade linear), nas quais se procura estimular a implantação de usos não residenciais, reduzindo sua ocorrência em áreas residenciais, o coeficiente de aproveitamento básico é 2 e o máximo varia de 2 até 4, ou seja, as construções até 2 vezes a área do terreno são gratuitas e há a possibilidade de atingir até 4 vezes a área do terreno, mediante compra da área adicional ao coeficiente gratuito ou transferência de potencial construtivo de um outro imóvel.

4.2 Estoque de Potencial Construtivo Adicional

Para cada um dos distritos do Município, com exceção de Ananguera, Grajaú, Marsilac, Paraleiros e Raposo Tavares (áreas de proteção ambiental) foi definido um estoque de potencial construtivo adicional para uso residencial e não residencial a ser concedido mediante outorga onerosa. Os estoques da área adicional totalizaram 9,769 milhões de m², sendo 6,919 milhões de m² (71%) para uso residencial e 2,850 milhões de m² (29%) para uso não residencial, conforme tabela 4.1.

Do total de estoque residencial, 31% estão localizados na região sul, 30% na região leste, 21% na região oeste, 13% na região norte e 5% no centro. Em relação ao estoque não residencial, 28% estão localizados na região sul, 27% na região leste, 21% na região oeste, 13% na região norte e 11% no centro.

Tabela 4.1 - Estoque de potencial construtivo adicional (em mil m²)

Região5	Região8	Distrito	Residencial			Não residencial		
			Estoque	Comprometido	%	Estoque	Comprometido	%
Centro	Centro		365	262	72%	295	225	76%
		Bela Vista	50	50	100%	40	41	102%
		Bom Retiro	40	37	93%	30	31	103%
		Cambuci	20	20	100%	10	1	9%
		Consolação	80	66	82%	60	59	98%
		Liberdade	25	25	100%	105	66	63%
		República	20	0	0%	10	0	0%
		Santa Cecília	90	64	71%	30	28	92%
		Sé	40	0	0%	10	0	0%
Leste			2109	1018	48%	774	220	28%
	Leste 1		1606	971	60%	664	209	31%
		Água Rasa	100	100	100%	80	13	16%
		Aricanduva	30	25	83%	10	0	0%
		Artur Alvim	20	0	0%	10	0	1%
		Belém	50	50	100%	40	20	51%
		Brás	90	0	0%	90	6	7%
		Cangaíba	60	0	1%	20	0	1%
		Carrão	100	100	100%	40	5	13%
		Moóca	160	160	100%	40	40	99%
		Pari	80	10	13%	40	2	5%
		Penha	150	7	5%	30	3	11%
		São Lucas	100	50	50%	50	0	0%
		Sapopemba	16	14	90%	4	0	5%
		Tatuapé	350	209	60%	120	57	47%
		Vila Formosa	150	150	100%	40	40	100%
		Vila Matilde	60	24	39%	20	0	1%
		Vila Prudente	90	71	79%	30	22	73%
	Leste 2		503	47	9%	110	11	10%
		Cidade Líder	25	4	16%	5	2	43%
		Cidade Tiradentes	9	0	0%	1	0	0%
		Ermelino Matarazzo	15	3	20%	5	1	18%
		Guaianases	50	1	1%	10	0	0%
		Iguatemi	4	0	0%	1	0	0%
		Itaim Paulista	60	5	9%	10	0	0%
		Itaquera	100	12	12%	20	0	0%
		Jardim Helena	12	0	0%	3	0	0%
		José Bonifácio	80	0	0%	10	0	0%
		Lajeado	5	0	0%	1	0	0%
		Parque do Carmo	10	0	0%	3	0	0%
		Ponte Rasa	15	4	28%	5	0	1%
		São Mateus	40	14	36%	10	0	0%
		São Miguel	40	0	0%	10	7	68%
		São Rafael	3	0	0%	1	0	0%
		Vila Curuçá	15	1	5%	5	0	0%
		Vila Jacuí	20	3	15%	10	1	11%
Norte			876	532	61%	377	164	43%
	Norte 1		515	386	75%	161	123	76%
		Jaçanã	15	8	56%	5	5	98%
		Mandaqui	90	43	47%	20	16	81%
		Santana	190	139	73%	60	60	100%
		Tremembé	5	1	29%	1	0	0%
		Tucuruvi	70	60	85%	30	28	94%
		Vila Guilherme	40	40	100%	10	10	96%
		Vila Maria	80	80	100%	30	3	10%
		Vila Medeiros	25	15	59%	5	0	9%

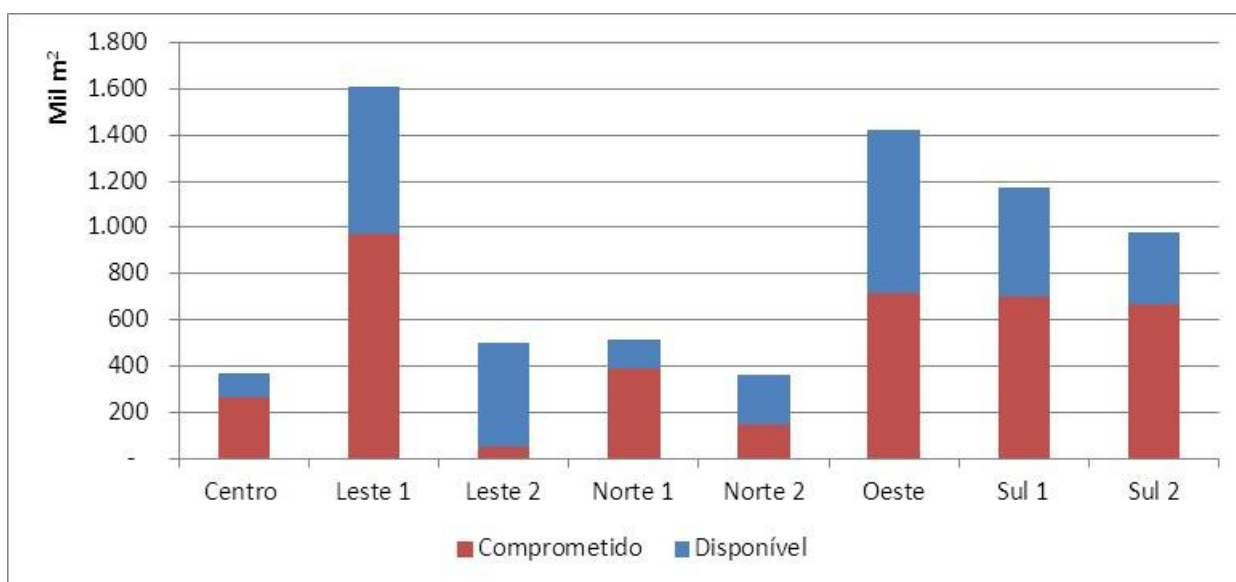
Tabela 4.1 - Estoque de potencial construtivo adicional (em mil m²)

Região5	Região8	Distrito	Residencial			Não residencial		
			Estoque	Comprometido	%	Estoque	Comprometido	%
	Norte 2		361	147	41%	216	41	19%
		Anhanguera		Não se aplica			Não se aplica	
		Brasilândia	15	2	14%	5	0	0%
		Cachoeirinha	35	9	27%	15	1	4%
		Casa Verde	50	49	98%	20	15	74%
		Freguesia do Ó	100	26	26%	30	2	5%
		Jaraguá	16	16	100%	4	1	30%
		Limão	15	15	100%	80	8	9%
		Perus	10	0	0%	2	0	0%
		Pirituba	60	17	29%	40	15	39%
		São Domingos	60	12	20%	20	0	1%
Oeste	Oeste		1422	715	50%	603	367	61%
		Alto de Pinheiros	45	9	20%	15	11	74%
		Barra Funda	100	26	26%	80	2	2%
		Butantã	100	10	10%	40	14	35%
		Itaim Bibi	170	32	19%	90	90	100%
		Jaguara	10	2	16%	10	0	0%
		Jaguare	32	32	100%	8	8	100%
		Jardim Paulista	60	39	66%	50	44	89%
		Lapa	75	75	100%	20	20	100%
		Morumbi	30	30	100%	10	53	528%
		Perdizes	230	122	53%	40	31	78%
		Pinheiros	120	32	27%	110	27	24%
		Raposo Tavares		Não se aplica			Não se aplica	
		Rio Pequeno	60	42	70%	20	1	6%
		Vila Leopoldina	190	190	100%	60	60	100%
		Vila Sônia	200	74	37%	50	5	11%
Sul			2147	1370	64%	801	435	54%
	Sul 1		1170	703	60%	480	171	36%
		Cursino	110	110	100%	40	13	33%
		Ipiranga	110	110	100%	10	10	100%
		Jabaquara	170	64	38%	80	11	14%
		Moema	190	60	32%	100	38	38%
		Sacomã	120	120	100%	80	2	3%
		Saúde	270	94	35%	70	24	34%
		Vila Mariana	200	145	73%	100	73	73%
	Sul 2		977	667	68%	321	263	82%
		Campo Belo	100	39	39%	20	18	92%
		Campo Grande	130	127	98%	50	50	100%
		Campo Limpo	50	24	48%	20	0	1%
		Capão Redondo	20	19	95%	10	5	49%
		Cidade Ademar	35	21	60%	15	0	0%
		Cidade Dutra	25	4	14%	5	0	0%
		Grajaú		Não se aplica			Não se aplica	
		Jardim Ângela	5	0	0%	1	0	0%
		Jardim São Luís	80	11	14%	10	10	97%
		Marsilac		Não se aplica			Não se aplica	
		Parelheiros		Não se aplica			Não se aplica	
		Pedreira	10	0	2%	2	0	0%
		Santo Amaro	250	170	68%	100	100	100%
		Socorro	22	3	14%	8	0	4%
		Vila Andrade	250	249	100%	80	80	100%
Total Município de São Paulo			6919	3897	56,3%	2850	1410	49,5%

Segundo relatório de Situação Geral dos Processos disponibilizado no site da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, atualizados até 09/06/2014, o equivalente a 56,3% do estoque residencial e 49,5% do estoque não residencial já estavam comprometidos. Foram considerados como estoque comprometido os processos com situação “Quitado” e “Comprometido”. Como verificado na tabela 4.1, o estoque residencial ou havia se esgotado ou estava próximo de se esgotar (menos de mil m²) em 20 distritos, e o não residencial, em 17 distritos. Não houve utilização do estoque residencial em 14 distritos, e do estoque não residencial em 24 distritos.

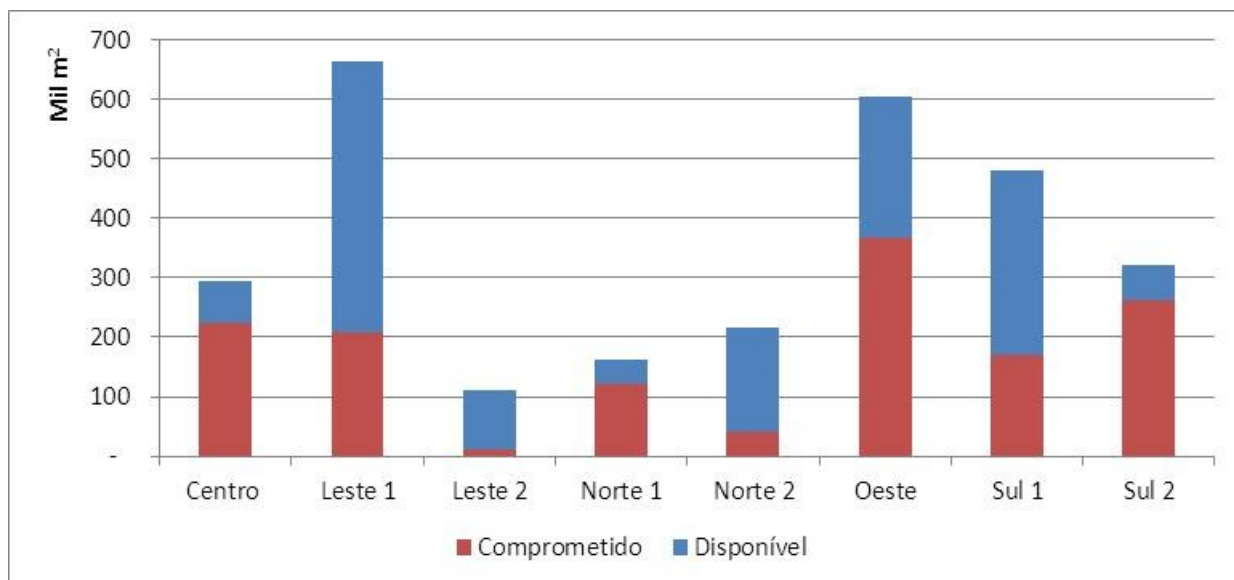
Os gráficos 4.1 e 4.2 apresentam quanto do estoque está comprometido e quanto está disponível por região.

Gráfico 4.1 - Estoque de potencial construtivo adicional - residencial



Fonte: Situação Geral dos Processos, disponível no site da PMSP/Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, posição 09/06/2014.

Gráfico 4.2 - Estoque de potencial construtivo adicional - não residencial



Fonte: Situação Geral dos Processos, disponível no site da PMSP/Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, posição 09/06/2014.

Com a divisão da cidade em 8 regiões, em relação ao uso residencial, observa-se que, enquanto a região Leste 1 foi a região que mais construiu acima do limite gratuito, 970,7 mil m², a região Leste 2 foi a região com menor área adicional construída, 46,9 mil m². Na região Oeste a área excedente somou 715 mil m², na região Sul 1, 703 mil m², na região Sul 2, 667 mil m², na região Norte 1, 386 mil m², na região Centro, 262 mil m² e na região Norte 2, 147mil m².

Quanto ao uso não residencial, a área de construção excedente foi maior na região Oeste (366,7 mil m²) e menor na Leste 2 (10,9 mil m²).

4.3 Cálculo da Contrapartida Financeira

O Plano Diretor Estratégico de 2002 estabelece a seguinte equação para o cálculo da contrapartida financeira referente à outorga onerosa:

$$Ct = Fp \times Fs \times [vt/CAb]$$

Onde: **Ct** = contrapartida financeira relativa a cada m² de área construída adicional.

Fp = fator de planejamento, entre 0,25 e 1,4.

Fs = fator de interesse social, entre 0 e 1,0.

vt = valor do m² do terreno fixado na Planta Genérica de Valores (PGV).

CAb = Coeficiente de Aproveitamento Básico.

Cada distrito possui um fator de planejamento (Fp) discriminado por uso residencial e não residencial. Conforme Quadro 15A, da Parte I, Anexo à Lei n° 13.885, de agosto de 2004, o fator de planejamento para fins residenciais varia de 0,6 a 1,2 e para fins não residenciais varia de 0,25 a 1,4.

A tabela 4.2 exibe o número de distritos por fator de planejamento e região. Como pode ser observado, em 64 distritos o fator de planejamento residencial é mínimo (0,6) e em 17 distritos é igual a 0,7. Os dois maiores fatores de planejamento residencial estão na região oeste, nos distritos de Alto de Pinheiros (1,2) e Itaim Bibi (1,0).

Em relação ao fator de planejamento não residencial, os menores coeficientes ocorrem na região leste e norte e os maiores na região oeste e sul. Na região leste, ele varia de 0,25 (Cidade Tiradentes) a 0,8 (Tatuapé). Na região norte, varia de 0,3 (Brasilândia e Cachoeirinha) a 0,7 (Santana, Pirituba, São Domingos, Tremembé e Jaçanã). No centro, ele varia de 0,7 (Bom Retiro, Cambuci e Liberdade) a 1,0 (Sé). Na região sul, varia de 0,35 (Pedreira) a 1,2 (Moema) e na região oeste, de 0,5 (Vila Sônia) a 1,4 (Itaim Bibi).

O fator de interesse social (Fs) varia de 0 a 1 dependendo da finalidade, conforme tabela 4.3.

Tabela 4.2 - Número de distritos conforme fator de planejamento (Fp) e região

Residencial							Não Residencial						
Fp	Centro	Leste	Norte	Oeste	Sul	Total de distritos	Fp	Centro	Leste	Norte	Oeste	Sul	Total de distritos
0,6	4	29	14	6	11	64	0,25		1				1
0,65			3			3	0,3		8	2			10
0,7	3	4		4	6	17	0,35		2			1	3
0,8	1			2	2	5	0,4					1	1
1				1		1	0,45		5	3			8
1,2				1		1	0,5		3		1	1	5
							0,6		4	3	1	1	9
							0,65			4			4
							0,7	3	9	5	3	11	31
							0,8	2	1		3	1	7
							0,9	2			2	1	5
							1	1			1	1	3
							1,1				1		1
							1,2				1	1	2
							1,4				1		1

Fonte: Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras do Município de São Paulo, Quadro 15A, da Parte I, Anexo à Lei Nº 13.885, de agosto de 2004.

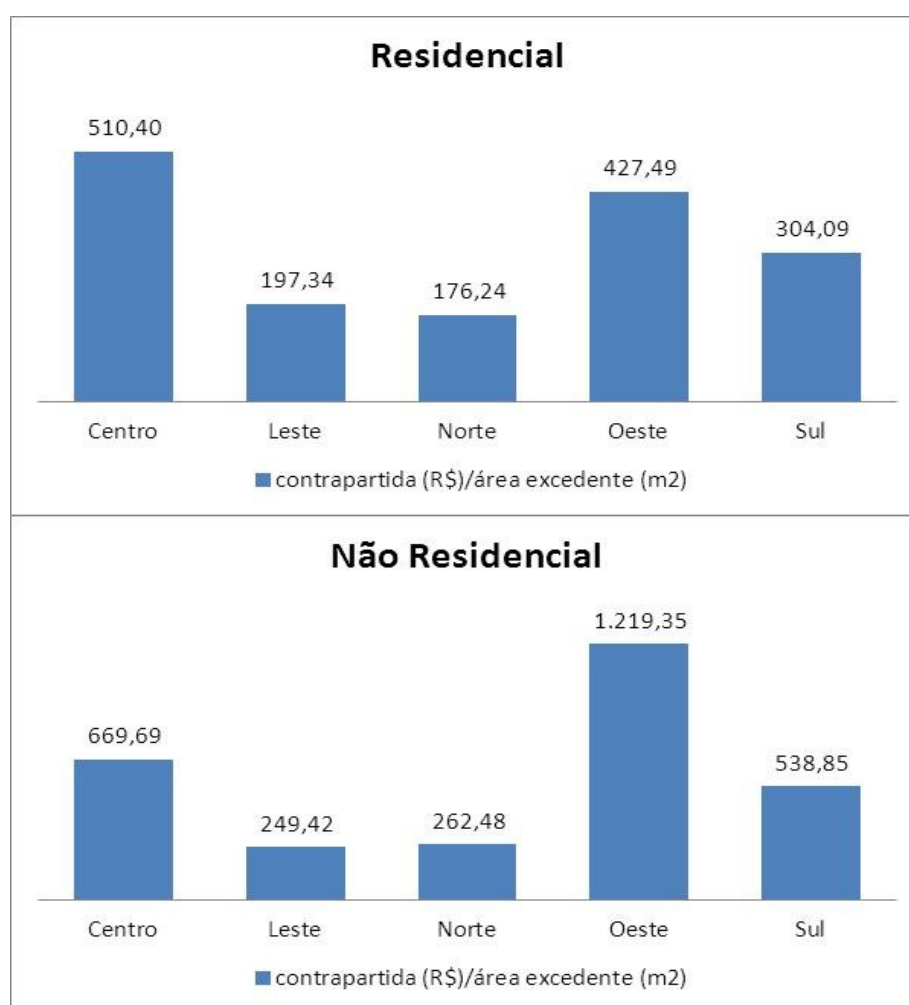
Tabela 4.3 - Fator de interesse social (Fs) para efeito de cálculo da contrapartida financeira correspondente à outorga onerosa

Uso Habitacional	Fs	Entidades Mantenedoras sem fins Lucrativos	Fs
Habitação de Interesse Social - HIS	0,0	Templos Religiosos	0,0
Habitação do Mercado Popular - HMP até 50 m²	0,5	Hospitais e Clínicas	0,3
Habitação do Mercado Popular - HMP até 70 m²	0,9	Universidades	0,3
Habitação maior que 70m²	1,0	Escolas e Creches	0,3
		Equipamentos Culturais e Afins	0,3
Institucional		Outras Entidades Mantenedoras de:	
Hospitais Públicos	0,0	Hospitais	0,7
Escolas Públicas	0,0	Universidades	0,7
Postos Públicos de Saúde e Creches	0,0	Escolas	0,7
Unidades Administrativas	0,0	Equipamentos Culturais e Afins	0,7
Instituições de Cultura, Esporte e Lazer	0,0		
Outras Atividades	1,0		

Fonte: Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras do Município de São Paulo, Quadro nº 16A, da Parte I, Anexo à Lei nº 13.885, de 25 de agosto de 2004

O gráfico 4.3 e a tabela 4.4 trazem os valores médios das contrapartidas financeiras referente a outorga onerosa por metro quadrado de área excedente, dos processos com situação “quitado” e “comprometido” do relatório de Situação Geral dos Processos, disponibilizado no site da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Os processos com situação “comprometido” são aqueles não concluídos, que ainda estão em análise ou com “comunique-se” ou que não efetuaram o recolhimento da outorga onerosa ou outras pendências, mas que afetam o estoque de potencial construtivo adicional. Pela indisponibilidade de dados, admitiu-se para os processos com situação “quitado”, o ano de expedição do alvará de aprovação de edificação nova ou de reforma como o ano de pagamento da outorga onerosa e para os processos com situação “comprometido”, o exercício de 2014, para fins de atualização dos valores pelo IPCA de maio/2014.

Gráfico 4.3 - Contrapartida financeira por m² de área excedente (R\$/m²)



Fonte: Situação Geral dos Processos, disponível no site da PMSP/Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, posição 09/06/2014.

Para fins residenciais, a região Centro apresentou a maior contrapartida média por metro quadrado de construção acima do coeficiente básico (R\$ 510,40) seguida da região Oeste (R\$ 427,49), Sul (R\$ 304,09), Leste (R\$ 197,34) e Norte (R\$ 176,24).

Para uso não residencial, a região com maior valor de contrapartida por metro quadrado de construção excedente foi a região Oeste (R\$ 1.219,35) e com a menor contrapartida por metro quadrado de construção adicional, a região Leste (R\$ 249,42).

A tabela 4.4 lista os 5 distritos com maiores e menores contrapartidas médias por metro quadrado de construção acima do coeficiente básico por tipo de uso. Os dados dos distritos de Guaianases (uso residencial), Sacomã e Sapopemba (uso não residencial) apresentam valores iguais a zero, já que referem-se a construções que se enquadraram em um dos casos que o fator de interesse social (Fs) é igual a zero.

Tabela 4.4 - 5 Distritos com maiores e menores valores médios de contrapartida por m² de área excedente

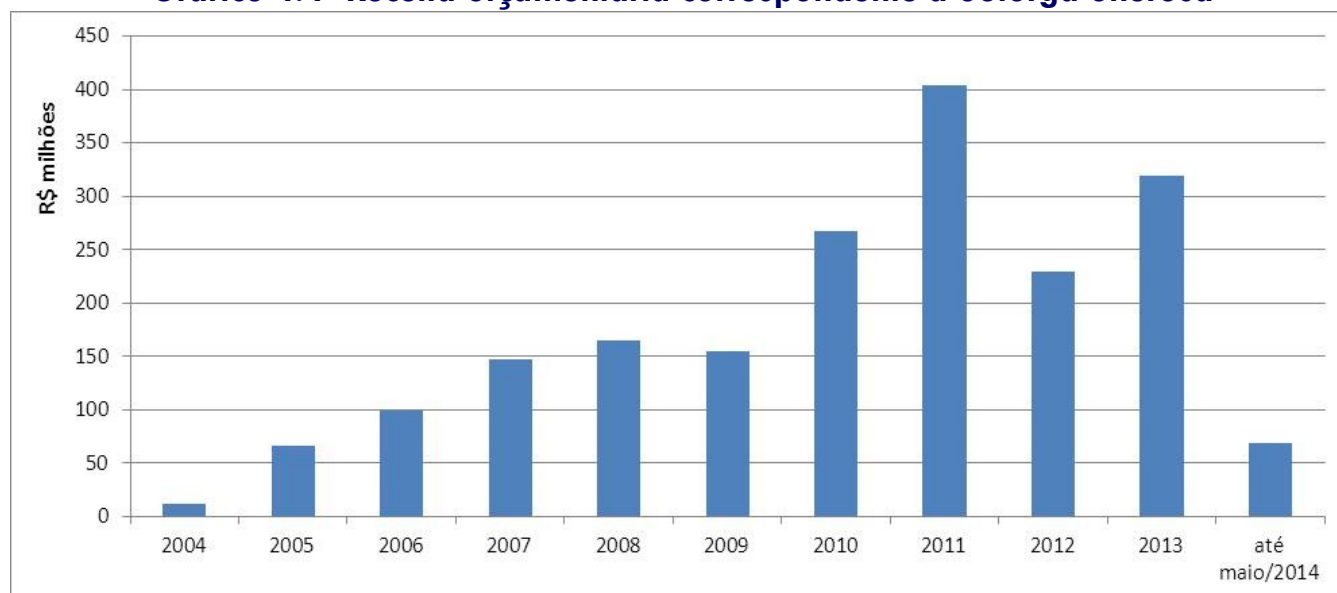
5 MAIORES CONTRAPARTIDAS POR M2			
Residencial		Não Residencial	
Distrito	R\$/m2	Distrito	R\$/m2
Itaim Bibi	1.079,63	Itaim Bibi	2.480,21
Moema	1.030,72	Jardim Paulista	1.912,63
Jardim Paulista	926,31	Alto de Pinheiros	1.269,00
Consolação	898,29	Moema	1.139,00
Alto de Pinheiros	864,75	Pinheiros	1.109,38
5 MENORES CONTRAPARTIDAS POR M2			
Residencial		Não Residencial	
Distrito	R\$/m2	Distrito	R\$/m2
Ermelino Matarazzo	37,87	Vila Jacui	48,38
Vila Curuçã	26,75	Cidade Líder	26,57
Vila Matilde	19,24	Jaragua	15,71
Jaragua	10,81	Sacomã	-
Guaianases	-	Sapopemba	-
Média Município	295,25		659,52

4.4 Receita Orçamentária

As receitas oriundas de outorga onerosa estão limitadas ao estoque de potencial de construção adicional definido no Plano Diretor Estratégico. Assim, uma vez que o estoque tenha se esgotado, ou seja, quando o perfil definitivo no que se refere à densidade de construção tenha sido atingido, como tem ocorrido em diversos distritos da cidade, os recursos de outorga onerosa se extinguirão.

Entre 2004 até maio de 2014, o Município de São Paulo arrecadou com outorga onerosa do direito de construir R\$ 1,9 bilhão, em valores atualizados pelo IPCA, segundo dados do Sistema de Orçamento e Finanças – SOF. Os valores anuais atualizados são exibidos no gráfico 4.4.

Gráfico 4.4- Receita orçamentária correspondente à outorga onerosa



Fonte: SOF, posição 09/06/2014.

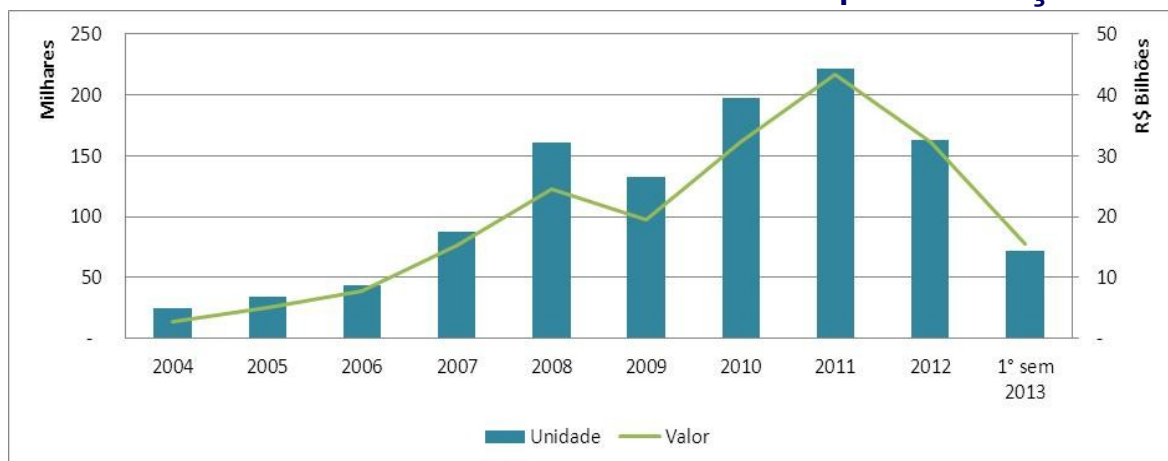
Os recursos auferidos com outorga onerosa vão para o Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDURB e somente poderão ser utilizados em investimentos em habitação, infraestrutura viária e de transportes e em ações para recuperação do meio ambiente.

4.5 Outorga Onerosa e Mercado Imobiliário

A evolução da receita de outorga onerosa no período de 2004 a 2014 dependeu não apenas das mudanças dos componentes do cálculo da contrapartida, como ocorreu em 2010, quando houve aumento do valor venal devido à revisão da Planta Genérica de Valores (PGV) pela Lei nº 15.044, de 03 de dezembro de 2009, mas, principalmente, do crescimento do mercado imobiliário.

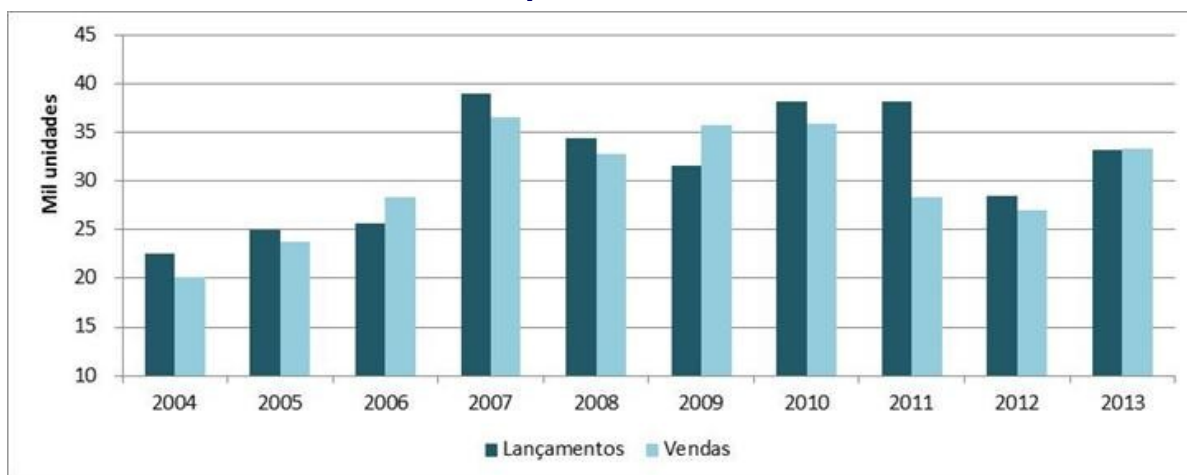
Nos gráficos 4.5 e 4.6 podem ser observados, respectivamente, os valores (atualizados pelo INCC-DI de maio/2014) e quantidade de financiamentos imobiliários concedidos para construção pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos - SBPE e o volume de lançamentos e vendas de imóveis residenciais no Município de São Paulo.

Gráfico 4.5 - Financiamentos imobiliários concedidos para construção - SBPE



Fonte: Bacen

Gráfico 4.6 - Lançamento e Vendas de imóveis residenciais no Município de São Paulo



Fonte: SECOVI-SP

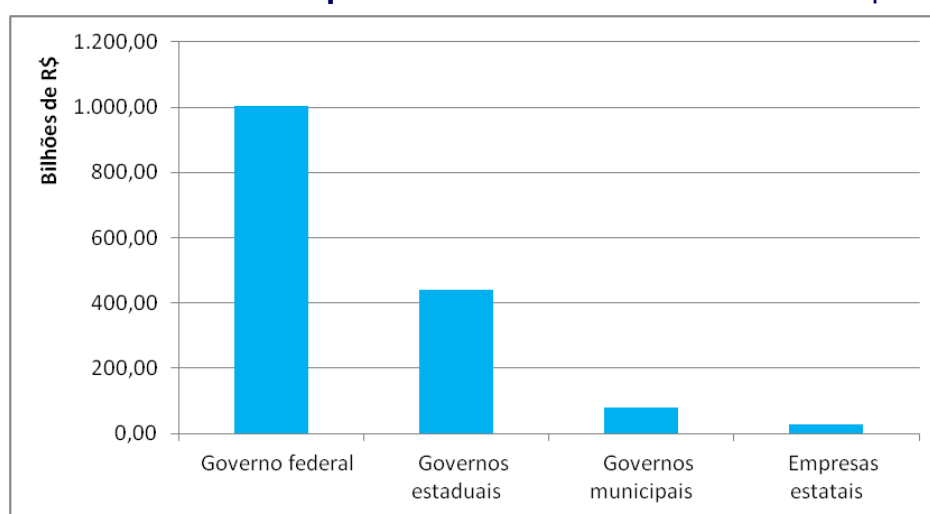
Entre os fatos que influenciaram o mercado imobiliário e, conseqüentemente, afetaram a arrecadação de outorga onerosa estão: Lei Federal 10.931/04, que se tornou o marco regulatório do financiamento imobiliário, que conferiu mais segurança a compradores e financiadores; em 2005, resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN), que determinou que no mínimo 65% dos recursos captados em depósito de poupança pelos agentes financeiros fossem direcionados a operações de financiamento imobiliário, o que garantiu maior disponibilidade de recursos para financiamento da produção e aquisição de imóveis; em 2006 a 2007, abertura de capital das incorporadoras; em 2009, início do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e aumento do valor máximo do imóvel para enquadramento no SFH (passa de 350 mil para R\$ 500 mil), crise financeira internacional; em 2010, recuperação da economia, aumento de preços e custos do setor; 2012 foi um período de ajustes no volume de lançamentos (diminuição dos estoques); 2013, setor de construção retoma os lançamentos, set/2013 elevação do valor máximo do imóvel para se enquadrar no SFH e para utilização dos recursos do FGTS de R\$ 500 mil para R\$ 750 mil.

8. Endividamento Público Municipal - Dívida Consolidada e Restos a Pagar*

Este texto visa apresentar brevemente dados sobre o endividamento público dos municípios brasileiros, abordando tanto a dívida consolidada de longo prazo como também as obrigações de curto prazo (as despesas inscritas em restos a pagar) que não são contabilizadas na dívida pública.

Ao final de 2012, a dívida líquida do setor público, compreendendo governos federal, estaduais e municipais e empresas estatais, alcançou o valor de R\$ 1,55 trilhão, o equivalente a 35,2% do Produto Interno Bruto. Deste valor, o governo federal é responsável por R\$ 1,0 trilhão (65% do total), enquanto que os governos municipais responderam por R\$ 78,3 bilhões (5% do total).

Gráfico 1.1 - Dívida Líquida do Setor Público 2012 - em R\$ bilhões



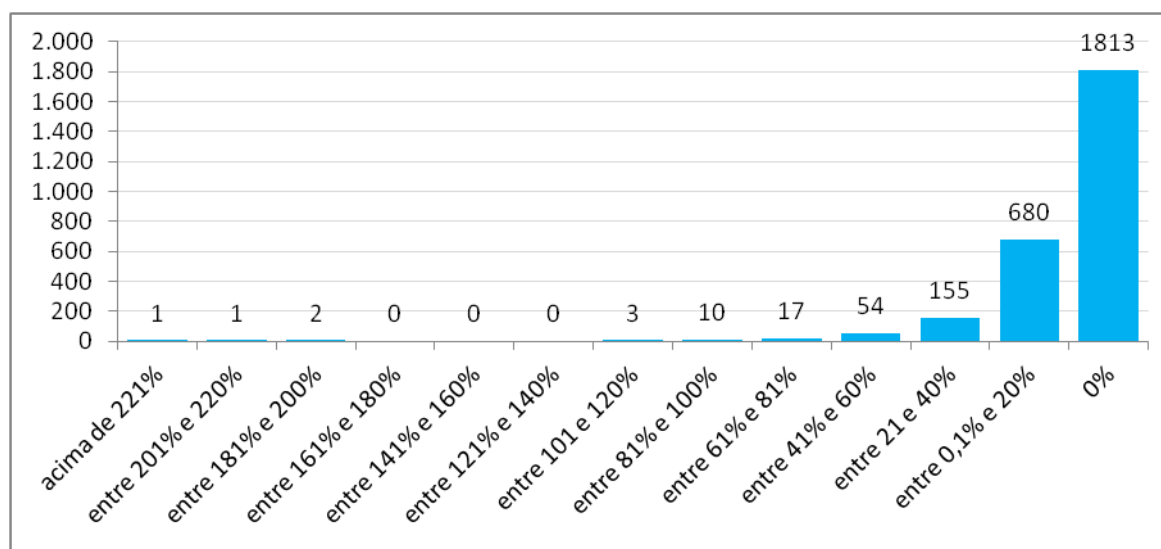
Fonte: Banco Central do Brasil, Boletim, Seção Finanças Públicas (BCB Boletim/F. Públ.)

Ressalte-se que, do valor de R\$ 78,3 bilhões devidos pelos governo municipais, o Município de São Paulo é responsável por cerca de R\$ 65,2 bilhões. Excluindo o Município de São Paulo a dívida líquida dos municípios brasileiros representou, em 2012, o equivalente a 4,2% de suas receitas correntes, o que representa um baixo grau de endividamento dos municípios brasileiros.

* Publicado no Indicador Metropolitano nº 32 - janeiro/2014.

O histograma abaixo (Gráfico 1.2) apresenta a distribuição dos municípios brasileiros com relação a porcentagem que a Dívida Consolidada Líquida (DCL) de cada município representa da respectiva Receita Corrente Líquida (RCL). Os dados, extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 2º quadrimestre de 2013, foram compilados pela Secretaria do Tesouro Nacional e abrangem 2.736 municípios brasileiros, nos quais residem 134 milhões de habitantes¹.

Gráfico 1.2 - Distribuição da DCL/RCL entre os Municípios Brasileiros - 2º Quadrimestre 2013



Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal - 2º Quadrimestre de 2013 - STN

Conforme o gráfico 1.2, apenas quatro municípios (Cezarina-GO, General Salgado-SP, São Paulo-SP e Mauá-SP) da amostra abrangida pela STN possuem uma DCL que supera o limite de endividamento definido pela Resolução do Senado Federal nº40/2001 para os municípios brasileiros de 120% da RCL.

Destaque-se que parte significativa da amostra, 1.813 municípios (ou 66% do total), ou não apresenta dívida ou tem sua disponibilidade de caixa superior a suas obrigações financeiras.

(1) Em razão da incompatibilidade dos dados, pode haver pequenas divergências entre os valores calculados para a razão (DCL/RCL) utilizando os dados do FINBRA e os valores divulgados no Relatório de Gestão Fiscal 2º Quadrimestre de 2012.

Também nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo - RMSP, observa-se, em geral, o mesmo grau de baixa relação Dívida Consolidada Líquida (DCL)/ Receita Corrente Líquida (RCL).

Tabela 1.1 - Municípios da RMSP - 2º Quadrimestre de 2013

Município	Dívida Consolidada Líquida (DCL)	Receita Corrente Líquida (RCL)	DCL/RCL
São Paulo	62.544.373.783	33.886.010.698	184,57%
Mauá	1.304.663.858	718.995.162	181,46%
Pirapora do Bom Jesus*	43.456.044	37.765.379	115,07%
Rio Grande da Serra	35.252.600	50.126.586	70,33%
Ferraz de Vasconcelos*	138.754.946	208.981.707	66,40%
Guarulhos	1.875.746.364	2.899.497.971	64,69%
Osasco	913.683.246	1.493.891.233	61,16%
Cajamar	103.786.292	302.574.692	34,30%
Santo André	494.079.737	1.587.938.370	31,11%
Itaquaquecetuba	117.707.863	401.037.542	29,35%
São Bernardo do Campo	598.299.956	2.714.681.788	22,04%
Juquitiba*	10.073.683	48.646.891	20,71%
Carapicuíba	74.479.511	372.802.809	19,98%
Ribeirão Pires	35.891.765	191.756.549	18,72%
Diadema	166.068.342	898.317.292	18,49%
Jandira*	17.452.634	176.826.038	9,87%
São Caetano do Sul	85.864.443	991.888.781	8,66%
Cotia	27.583.681	569.715.728	4,84%
Embu	10.758.766	378.414.062	2,84%
Suzano	12.236.743	470.010.410	2,60%
Salesópolis	361.604	27.952.150	1,29%
Itapevi*	498.079	371.661.582	0,13%
Biritiba-Mirim	0	33.604.039	0,00%
Taboão da Serra	-6.618.049	520.499.361	-1,27%
São Lourenço da Serra	-1.699.085	30.286.056	-5,61%
Franco da Rocha	-11.976.631	183.331.590	-6,53%
Mogi das Cruzes	-70.025.217	853.196.556	-8,21%
Francisco Morato	-18.511.597	203.824.928	-9,08%
Poá	-29.209.432	274.144.427	-10,65%
Santa Isabel	-11.559.576	106.405.061	-10,86%
Arujá	-21.420.886	179.159.973	-11,96%
Mairiporã	-23.740.836	150.548.960	-15,77%
Caieiras	-27.222.793	170.989.270	-15,92%
Guararema	-32.331.830	165.991.611	-19,48%
Itapeçerica da Serra	-57.350.161	289.924.787	-19,78%
Santana de Parnaíba	-102.586.786	516.969.100	-19,84%
Barueri	-794.228.233	1.805.194.385	-44,00%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal 2º Quadrimestre de 2013 - STN. Por indisponibilidade de dados não são apresentados os municípios de Embu-Guaçu e Vargem Grande Paulista.

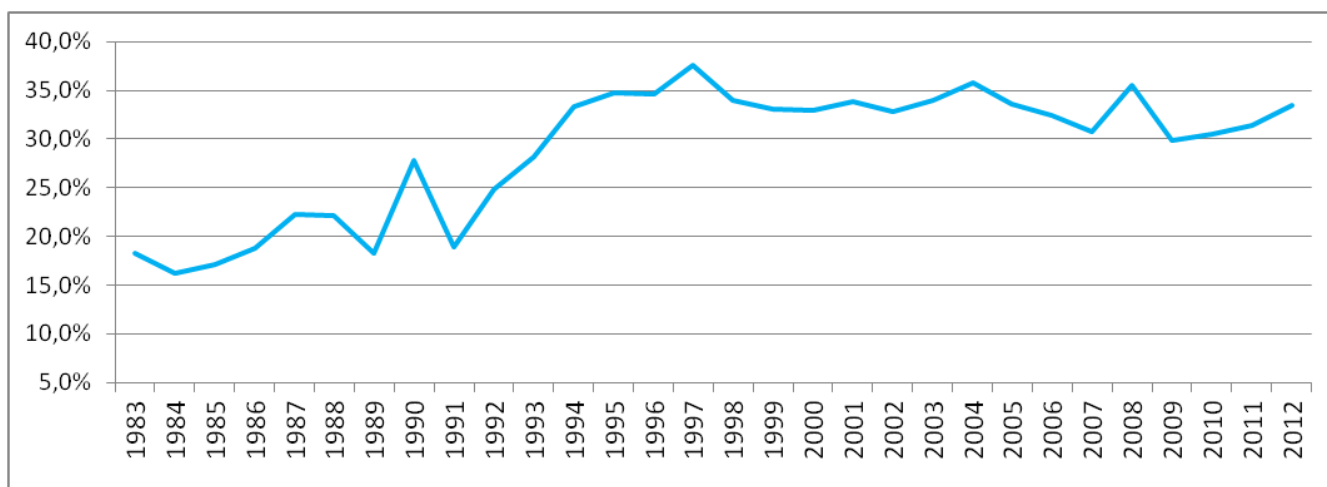
(*) Por indisponibilidade de dados as informações dos municípios de Juquitiba e Jandira são relativas ao 1º quadrimestre de 2013 e dos municípios de Pirapora do Bom Jesus, Ferraz de Vasconcelos e Itapevi são relativas ao 3º quadrimestre de 2012

De 37 municípios da RMSF listados na Tabela 1.1, 14 deles apresentam dívida líquida negativa, ou seja, sua disponibilidade de caixa é superior a suas obrigações financeiras. Em 16 deles, a razão DCL/RCL é inferior a 35%. Em 2 municípios (São Paulo e Mauá), a DCL supera 120% da RCL, e, em Pirapora do Bom Jesus, a DCL supera o limite de alerta de 108% da RCL (definido pelo inciso III do § 1º do art. 59 da LRF).

A Evolução do Endividamento - Da Dívida Consolidada à Inscrição de Restos a Pagar

Observando a evolução histórica da participação dos estados e municípios na dívida líquida do setor público (Gráfico 1.3), percebe-se um ponto de inflexão no ano de 1997, com a edição da Lei nº 9.496/97, através da qual a União ficou autorizada a assumir a dívida pública mobiliária dos Estados e do Distrito Federal. Durante a década de 80 e primeira metade dos anos 90, as finanças estaduais e municipais caracterizaram-se por desequilíbrios crescentes. O refinanciamento das dívidas, estendido também aos municípios pela Medida Provisória nº 1.811/1999, caracterizou-se pela assinatura de um programa de ajuste e pelo estabelecimento de metas fiscais¹.

Gráfico 1.3 - Evolução da Participação (%) dos Estados e Municípios na Dívida Líquida do Setor Público - 1983 a 2012



Fonte: Banco Central do Brasil, Boletim, Seção Finanças Públicas (BCB Boletim/F. Públ.)

(1) Fonte: Nascimento, Edson Ronaldo; Debus, Ilvo. Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Tesouro Nacional. Disponível em: <http://www3.tesouro.gov.br/hp/downloads/EntendendoLRF.pdf>

Posteriormente, a Lei Complementar nº 101/00, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF reforçou as ações de ajuste e equilíbrio das contas públicas. Enquanto o equilíbrio orçamentário já era previsto na Lei nº 4.320/64, a LRF adota a noção de equilíbrio das “contas primárias”, ou seja, o equilíbrio sem considerar as receitas não-primárias, como as operações de crédito, que acarretam um aumento da dívida pública².

Conceitualmente, a dívida pública consolidada é a que dispõe de mais de 12 meses para integral pagamento, agregando também as operações de crédito inferiores a 12 meses, cujas receitas tenham constado no orçamento. No entanto, alguns estudos recentes destacam que a inscrição de restos a pagar transformou-se na principal variável de ajuste das contas municipais, em detrimento da contratação de dívida de longo prazo³. Os restos a pagar são valores pendentes de pagamento, ocorrendo quando a despesa foi empenhada, e por algum motivo, não foi paga no encerramento do exercício. A LRF veda, no último ano de mandato do prefeito, a inscrição em restos a pagar de empenhos sem que haja disponibilidade de caixa para saná-los.

Como Toledo Jr. (2012) destaca, “a dívida consolidada municipal, em proporção à receita municipal, é baixa, muitas vezes inexistente e, caso não paga, sujeita a Administração e o gestor a fortes penalidades”⁴. Já o inadimplemento das despesas inscritas em restos a pagar não acarreta, de pronto, nenhuma sanção. “Se a Prefeitura não paga fornecimento de carne na merenda escolar, nenhuma punição embarça o Governo e o gestor, quando muito, em futuro distante, tal débito pode se transformar num precatório judicial”⁴.

A partir das informações do Finanças Brasil - FINBRA de 2007 a 2012⁵ da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (disponível em <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/prefeituras-governos-estaduais/sobre>), é possível compor uma base comum formada por 4.203 municípios (abrangendo 164 milhões de habitantes). O Gráfico 1.4 mostra a evolução do valor (atualizados a preços de dezembro/2012) das despesas inscritas em restos a pagar dessa amostra de municípios. Observa-se uma tendência de crescimento real, que é interrompida em 2008 e em 2012, que são os últimos anos dos respectivos mandatos de prefeito. Entre os anos 2008 e 2012, observa-se um crescimento real de 38% das despesas inscritas em restos a pagar.

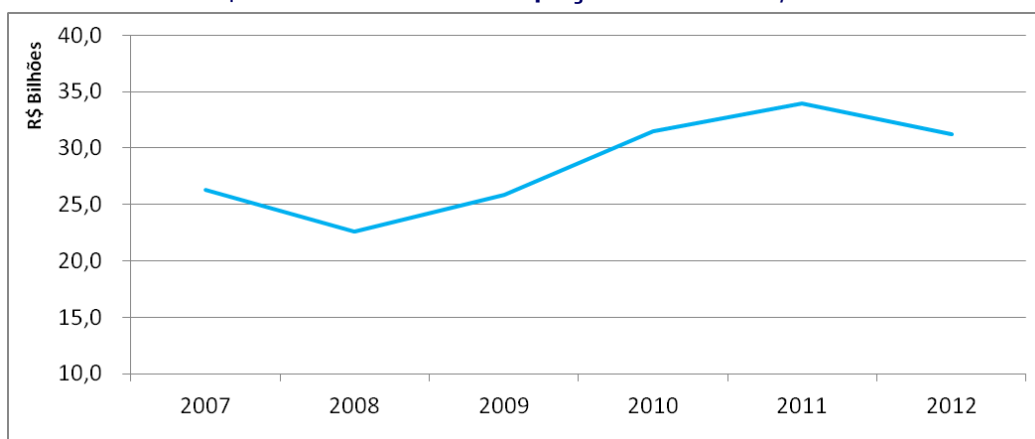
(2) Fonte: Nascimento, Edson Ronaldo; Debus, Ilvo. Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Tesouro Nacional. Disponível em: <http://www3.tesouro.gov.br/hp/downloads/EntendendoLRF.pdf>

(3) “Índice Firjan de Gestão Fiscal 2012” - disponível em <http://www.firjan.org.br/ifgf/downloads/>

(4) Flávio C. de Toledo Jr. “A Irrelevância do Resultado Primário na Análise das Contas dos Prefeitos - Restos a Pagar, a grande fonte de financiamento dos municípios”, Governet - Boletim de Orçamento e Finanças, Dezembro 2012, nº 92

(5) Em razão da incompatibilidade dos dados, pode haver pequenas divergências entre os valores calculados para a razão (DCL/RCL) utilizando os dados do FINBRA e os valores divulgados no Relatório de Gestão Fiscal 2º Quadrimestre/2012.

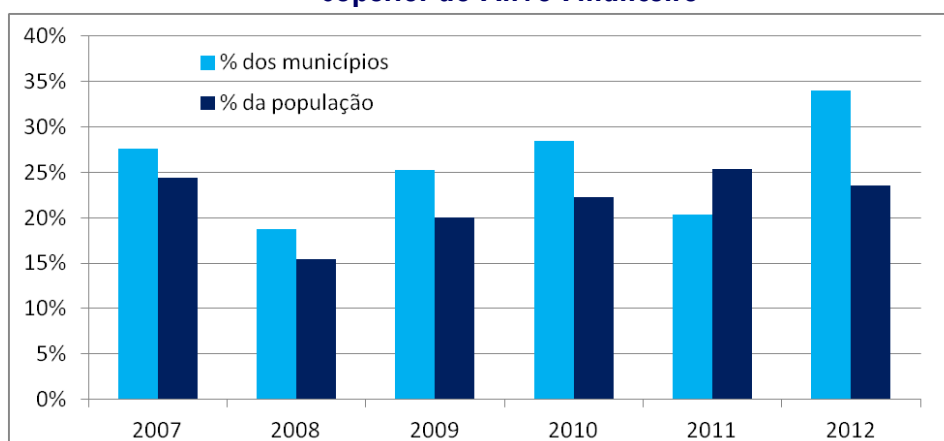
Gráfico 1.4 - Evolução Restos a Pagar - Municípios
R\$ bilhões - atualizados a preços de dezembro/2012



Fonte: FINBRA 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012 - STN

A partir da base de dados Finanças Brasil - FINBRA, o Gráfico 1.5 apresenta a evolução da porcentagem de municípios em que, ao final do respectivo exercício, a inscrição de restos a pagar foi em valor superior ao do seu ativo financeiro apurado no balanço patrimonial. O ativo financeiro registra os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários, representando um indicador da disponibilidade de recursos para quitar as obrigações de curto prazo.

Gráfico 1.5 - Evolução da Participação (%) dos Municípios com valor de Restos a Pagar superior ao Ativo Financeiro

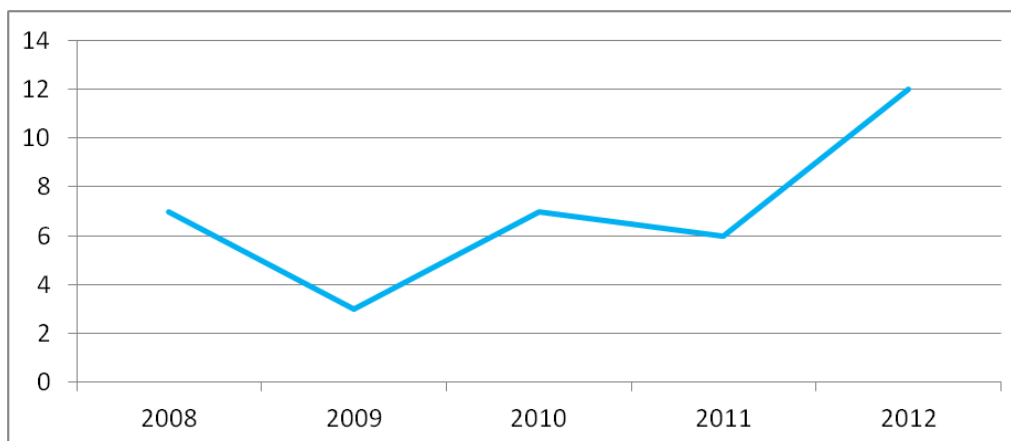


Fonte: FINBRA 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012 - STN

O ano de 2012, apesar de representar o último ano do mandato de prefeito, foi o que apresentou maior percentual (34% do total da base) de municípios que inscreveram em restos a pagar despesas superiores ao valor do seu ativo financeiro. Encontraram-se nesta situação 1.545 municípios, que abrangem uma população de 40,3 milhões de habitantes (24% do total da amostra).

Observa-se também na RMSP uma elevação da quantidade de municípios com inscrição de restos a pagar em valor superior ao ativo financeiro no ano de 2012 (Gráfico 1.6). Na base FINBRA constam, sistematicamente, de 2008 a 2012, 35 municípios (do total de 39 municípios) da RMSP. Destes, 12 municípios inscreveram em restos a pagar valor superior ao seu ativo financeiro. Em 2011, havia 6 municípios da RMSP nesta situação.

Gráfico 1.6 - Evolução do nº de Municípios com valor de Restos a Pagar superior ao Ativo Financeiro - RMSP* - 2008 a 2012



Fonte: FINBRA 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012 - STN

(*) Por indisponibilidade de dados, não constam informações de 4 municípios: Ferraz de Vasconcelos, Pirapora do Bom Jesus, Santa Isabel e Vargem Grande Paulista.

A Tabela 1.2 detalha os valores de restos a pagar, valores do ativo financeiro e da diferença entre eles apurados ao final do exercício de 2012 por município da RMSP.

Tabela 1.2 - Municípios da RMSP* - Restos a Pagar e Ativo Financeiro 2012 (em R\$)

Município	Restos a Pagar (I)	Ativo Financeiro (II)	(II – I)
Biritiba-Mirim	22.227.059	19.032.322	-3.194.737
Carapicuíba	49.333.534	45.289.005	-4.044.529
Embu-Guaçu	7.696.457	2.572.498	-5.123.958
Francisco Morato	20.697.615	16.137.208	-4.560.406
Itaquaquecetuba	112.406.492	93.085.697	-19.320.796
Juquitiba	6.253.796	4.636.465	-1.617.332
Mauá	174.413.907	51.845.937	-122.567.970
Ribeirão Pires	34.892.339	32.055.860	-2.836.480
Salesópolis	5.842.847	4.456.614	-1.386.233
São Caetano do Sul	245.454.805	41.733.425	-203.721.381
São Lourenço da Serra	5.345.661	2.721.387	-2.624.274
Taboão da Serra	84.703.832	47.278.936	-37.424.897

Município	Restos a Pagar (I)	Ativo Financeiro (II)	(II – I)
Arujá	9.626.792	14.336.072	4.709.280
Barueri	31.227.369	539.728.520	508.501.151
Caieiras	8.737.148	23.110.686	14.373.538
Cajamar	61.338.242	83.445.698	22.107.456
Cotia	17.483.149	227.821.233	210.338.084
Diadema	82.173.247	420.156.318	337.983.072
Embu	71.001.617	95.803.059	24.801.443
Franco da Rocha	640.075	68.150.146	67.510.071
Guararema	24.179.938	25.107.887	927.950
Guarulhos	309.616.741	366.333.276	56.716.535
Itapeçerica da Serra	5.186.027	57.706.021	52.519.994
Itapevi	35.215.846	138.281.783	103.065.936
Jandira	29.229.630	75.223.104	45.993.474
Mairiporã	10.263.803	82.288.566	72.024.764
Mogi das Cruzes	89.212.846	254.985.724	165.772.878
Osasco	155.648.836	362.426.504	206.777.668
Poá	14.371.341	23.766.185	9.394.843
Rio Grande da Serra	11.597.881	17.289.276	5.691.394
Santana de Parnaíba	24.165.752	174.746.871	150.581.120
Santo André	124.526.004	358.954.819	234.428.815
São Bernardo do Campo	173.111.274	691.447.557	518.336.283
São Paulo	2.670.904.351	6.247.228.814	3.576.324.464
Suzano	16.474.908	47.774.534	31.299.627

Fonte: FINBRA 2012 - STN

(*) Não estão incluídos informações de 4 municípios: Ferraz de Vasconcelos, Pirapora do Bom Jesus, Santa Isabel e Vargem Grande Paulista.

Conclusão

De forma geral, ao longo deste texto, procurou-se mostrar que a dívida consolidada líquida dos municípios brasileiros em relação às suas receitas correntes é relativamente baixa. No entanto, a evolução das despesas inscritas em restos a pagar no últimos anos merece maior atenção, para que não venha a comprometer a saúde fiscal dos municípios brasileiros.

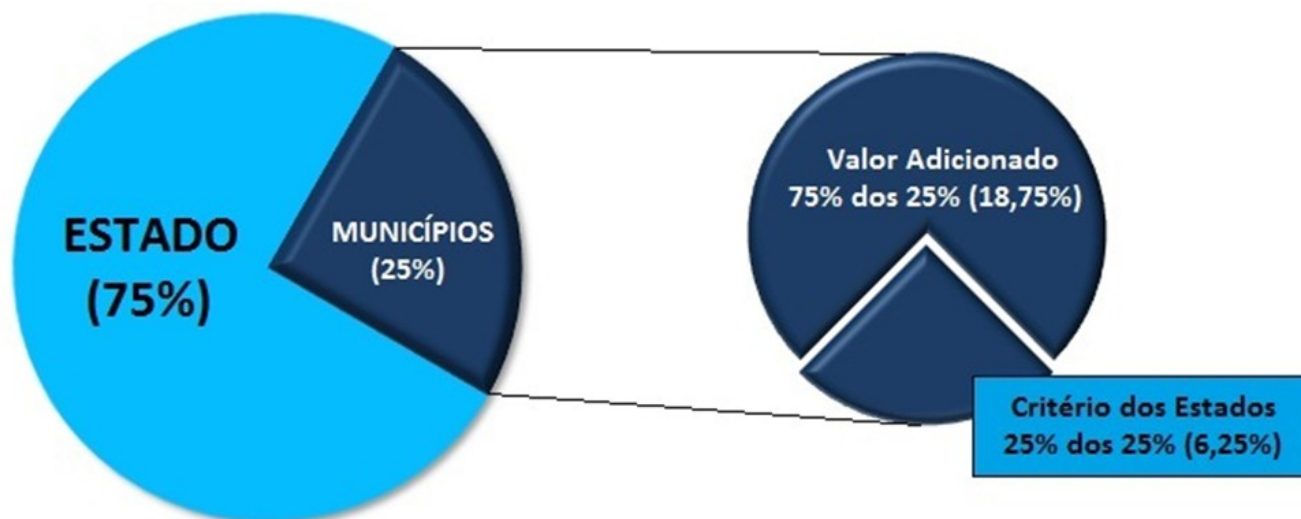
9. Índice de Participação dos Municípios - ICMS*

1.1 - Visão Geral

O ICMS, ou Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação é um imposto estadual (somente governos estaduais e o distrito federal tem competência para instituí-lo), previsto pela Constituição Federal em seu artigo 155, que também prevê (no artigo 158), os critérios de distribuição da arrecadação do referido imposto entre determinados entes da federação.

Segundo o já citado artigo 158, a arrecadação do ICMS deve ser dividida entre estados e municípios, sendo que 75% dessa arrecadação pertence aos estados enquanto o restante (25%) vai para os municípios. Desses 25%, o mínimo de 75%, deve ser distribuído entre os municípios de acordo com o valor adicionado¹ relativo à circulação de mercadorias e à prestação de serviços realizados em seus territórios. Os outros 25% (no máximo) podem ser distribuídos de acordo com critérios adicionais de cada estado. O Gráfico 1.1 ilustra toda a distribuição com base nas porcentagens limites definidas na Constituição:

Gráfico 1.1 - Distribuição da arrecadação do ICMS



1 - A Lei Complementar federal nº 63, de 1990, conceituou o valor adicionado como o valor de saídas menos entradas de mercadorias, mais as prestações de serviços do ICMS. Já para os contribuintes do Simples Nacional, a Lei Complementar federal nº 123, de 2006, estabeleceu o valor adicionado como 32% da Receita Bruta de operações e prestações do ICMS.

* Publicado no Indicador Metropolitano nº 34 - março/2014.

No estado de São Paulo é a lei 8.510 de 29 de Dezembro de 1993 que dispõe sobre a partilha dos 25% do ICMS pertencentes aos municípios. Os índices de participação dos municípios na arrecadação do imposto são apurados anualmente, com dados do exercício anterior ao ano do cálculo, para aplicação no exercício seguinte ao ano do cálculo, de acordo com a seguinte divisão:

1) Valor adicionado (76%): relação percentual entre o valor adicionado ocorrido no município e o valor total do estado. É usada a média dos dois exercícios anteriores ao da apuração do índice de participação.

2) População (13%): relação percentual entre a população de cada município e a população total do estado de acordo com o último censo demográfico do IBGE.

3) Receita Tributária Própria (5%): relação percentual entre a receita tributária própria de cada município e a soma das receitas tributárias de todos os municípios paulistas. Para a apuração deste item considera-se receita tributária própria as receitas provenientes da arrecadação dos impostos previstos no artigo 156, incisos I a III da Constituição Federal (IPTU, ITBI e ISS) no exercício anterior ao da apuração do índice de participação.

4) Área Cultivada (3%): relação percentual entre a área cultivada de cada município e a soma de todas as áreas cultivadas no estado existentes no exercício anterior ao da apuração. Essas áreas são levantadas pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento.

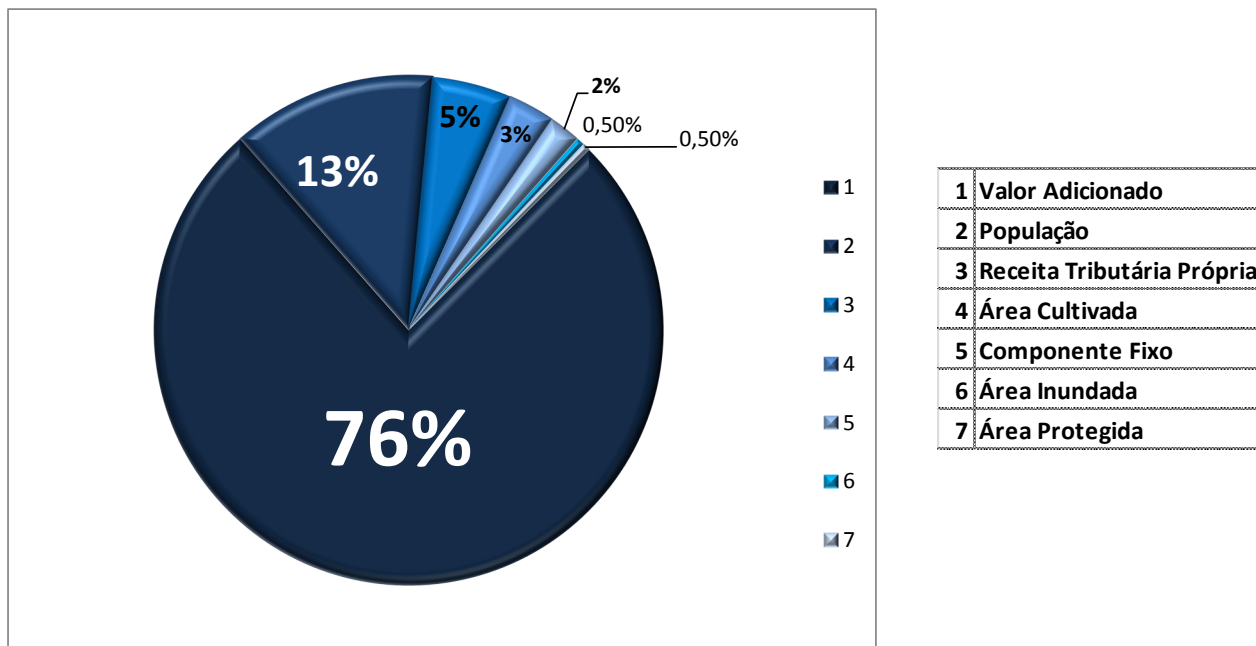
5) Área Inundada (0,5%): relação percentual entre a área dos reservatórios de água de cada município e a soma das áreas de todos os reservatórios do estado existentes no exercício anterior, para fins de geração de energia elétrica, apuradas pela Secretaria de Energia.

6) Área Protegida (0,5%): calculada com base nos índices de área protegida, obedecendo os critérios estabelecidos pela Secretaria do Meio Ambiente

7) Componente Fixo (2%): valor fixo igualmente repartido entre todos os municípios do estado.

O Gráfico 1.2 traz o resumo da composição do índice de participação dos municípios na arrecadação do ICMS:

Gráfico 1.2 - Critérios Partilha do ICMS (25% pertencentes aos municípios) - Estado de São Paulo

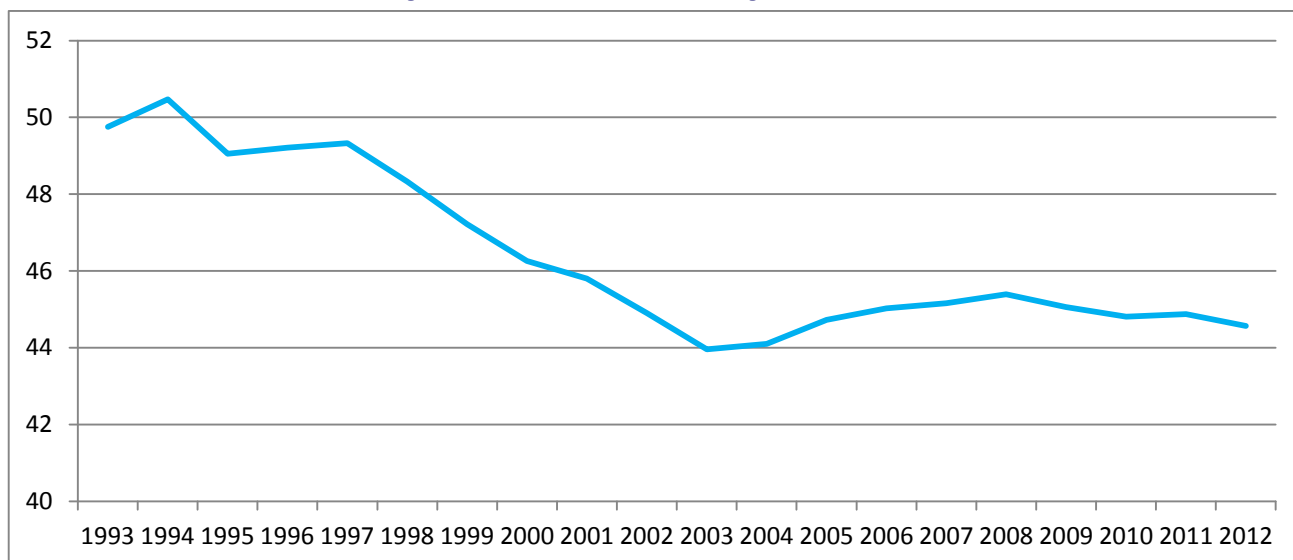


Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de SP - FAZESP

1.2 - Índice de Participação na arrecadação do ICMS - Região Metropolitana de São Paulo

Olhando para a região metropolitana, o índice de participação dos municípios dessa região, apurado em 2012 foi de 44,564 (a soma dos índices dos 39 municípios), ou seja, dos 25% de arrecadação do ICMS destinados aos municípios, a região metropolitana receberá em 2014, 44,56%. Ao longo do tempo, a participação da RMSP vem diminuindo como o Gráfico 1.3, que traz a soma dos índices de participação de 1993 até 2012, mostra:

Gráfico 1.3 - Evolução do Índice de Participação - ICMS - RMSP (1993-2012)

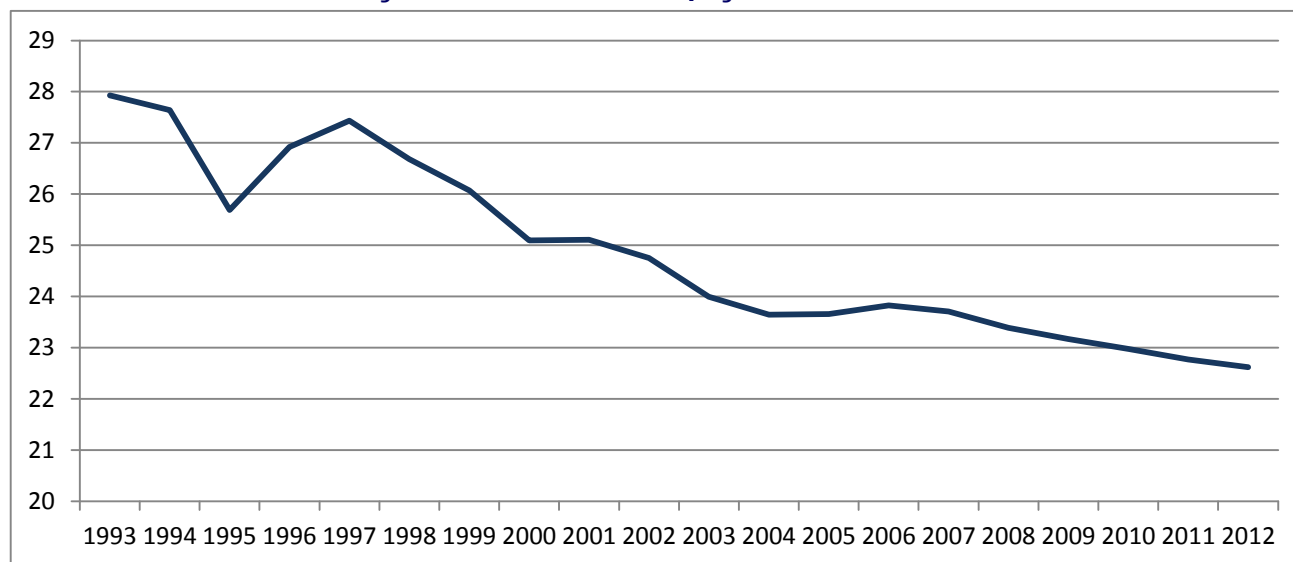


Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de SP - FAZESP

Em 1993, o índice de participação da RMSP era de 49,75% chegando a 50,47% em 1994. A partir daí, até 2003, o índice passou a cair chegando ao valor de 43,95%. Em 2004 iniciou-se um período de leve recuperação, até 2008 quando a tendência voltou a ser de queda.

O comportamento do índice do município de São Paulo foi parecido. Em 1993, seu valor era de 27,92% (aproximadamente 60% dos repasses da RMSP), porém ao longo das duas últimas décadas esse valor vem caindo, como mostra o Gráfico 1.4:

Gráfico 1.4 - Evolução do Índice de Participação - ICMS - São Paulo (1993-2012)

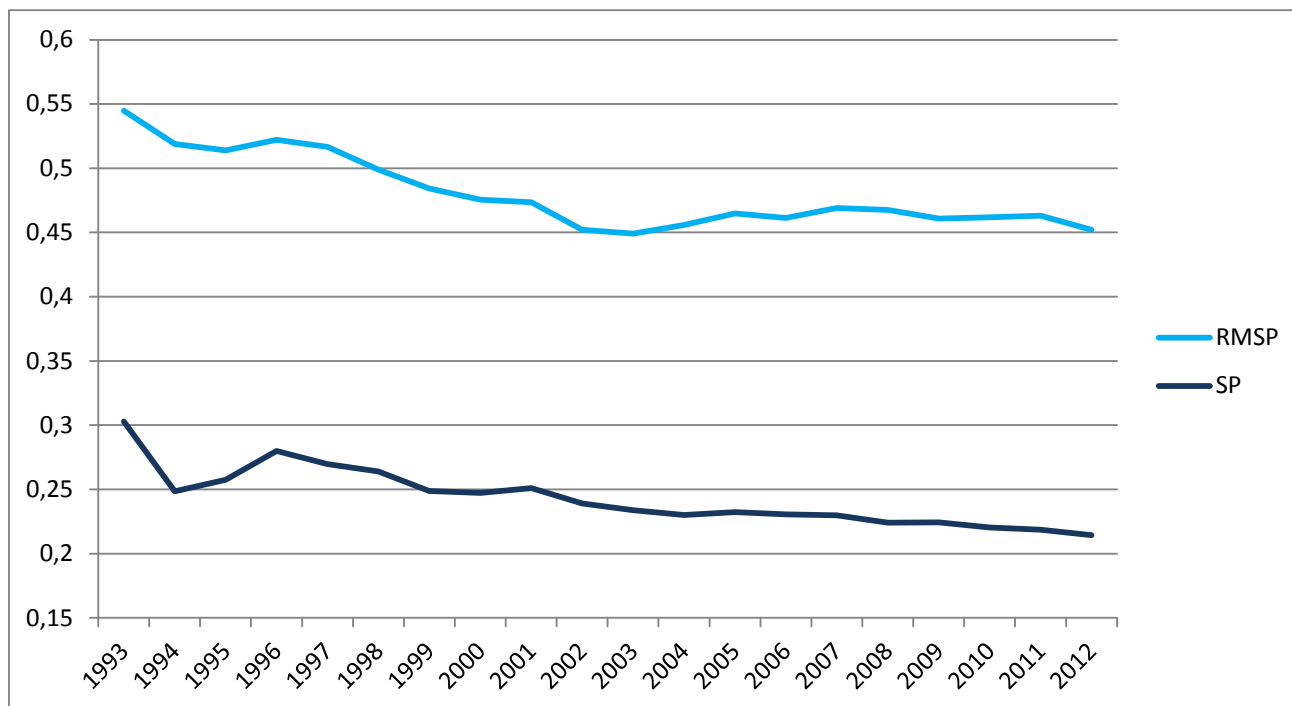


Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de SP - FAZESP

Desde 1997, quando atingiu 27,43%, o percentual de repasses para o município de São Paulo apresenta queda, chegando em 2012 ao valor de 22,62%. A provável razão para esse comportamento (tanto em relação ao município de São Paulo quanto da RMSP) é uma maior “distribuição” do dinamismo econômico entre as regiões do estado. Algumas grandes indústrias deixaram a região metropolitana para se instalarem no interior, além de um desenvolvimento nos setores agrícola e de serviços maior no interior do estado em comparação com a RMSP. Essa dinâmica econômica influencia a geração do valor adicionado, que é o principal componente do índice de participação calculado pelo governo do estado. Outro fator com menos peso no cálculo do índice, mas que também favorece uma diminuição da participação da região metropolitana é a população, que cresceu mais no interior do que na RMSP e, portanto aumenta o índice de participação dos municípios da primeira região.

O Gráfico 1.5 traz a evolução, entre 1993 e 2012, da porcentagem de valores adicionados da RMSP e do município de São Paulo em relação ao total do estado. É possível perceber uma tendência de queda nos dois casos, embora em relação à RMSP a trajetória tenha se estabilizado a partir de 2003.

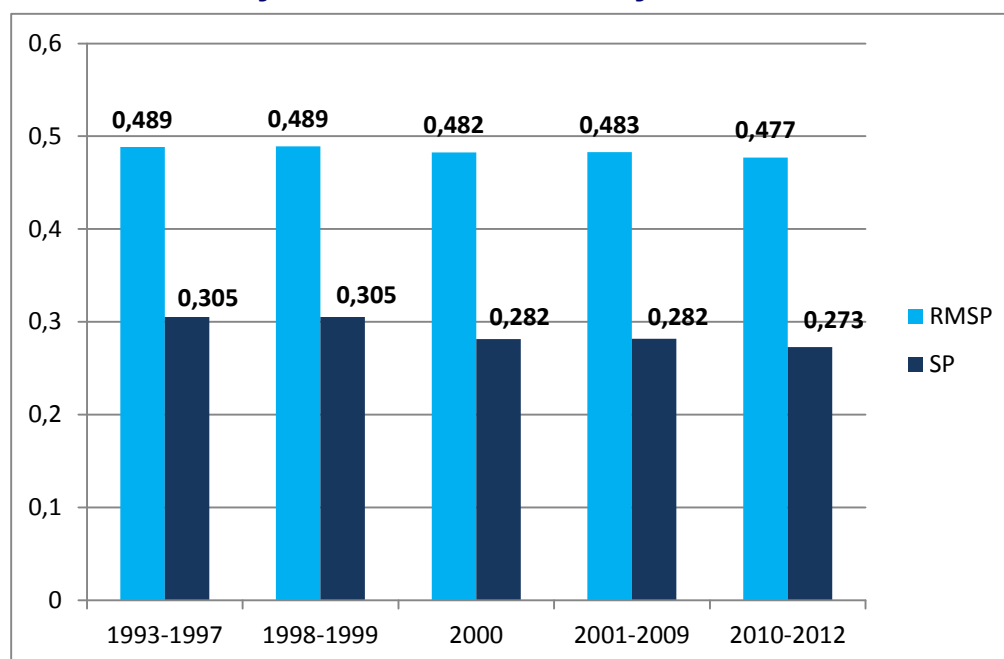
Gráfico 1.5 - Evolução do componente “Valor Adicionado” - RMSP e SP (1993 - 2012)



Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de SP - FAZESP

O Gráfico 1.6 traz, para o intervalo de 1993 a 2012, as porcentagens da população da RMSP e do município de São Paulo em relação ao total do estado usadas pela Secretaria da Fazenda no cálculo do índice de participação:

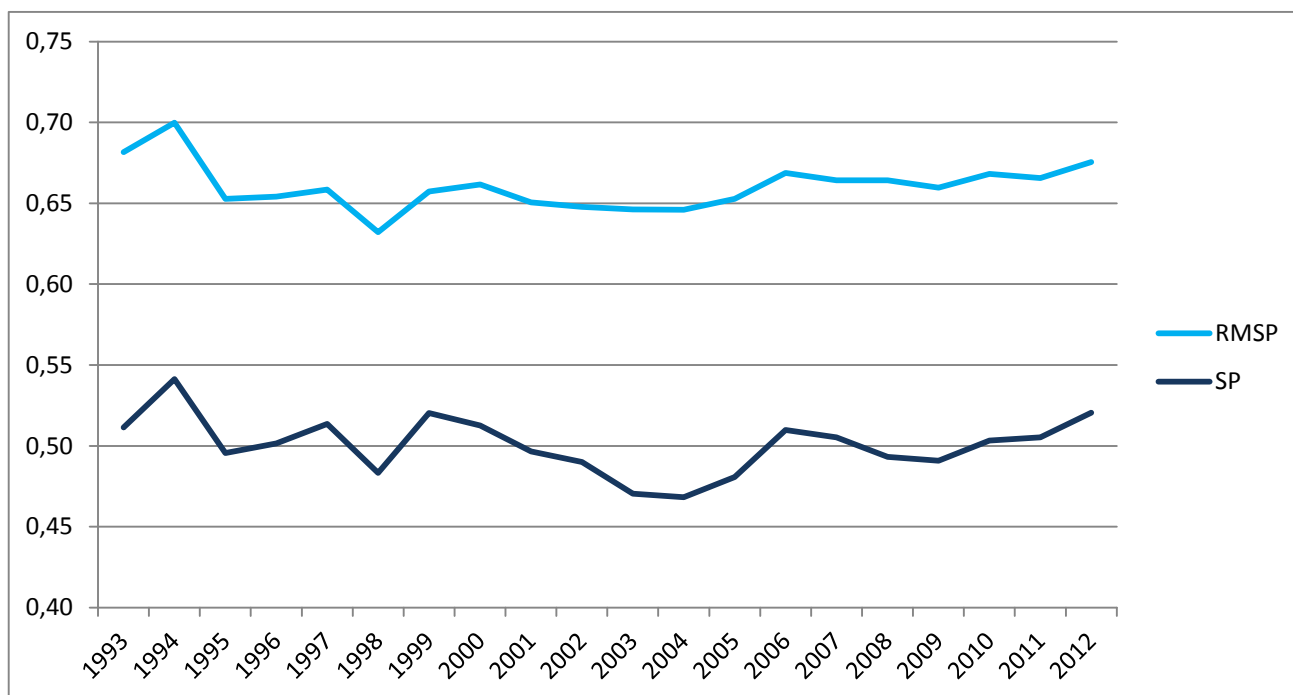
Gráfico 1.6 - Evolução do componente “População” - RMSP e SP (1993 - 2012)



Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de SP - FAZESP

Outro componente no cálculo do índice de participação, a porcentagem da receita tributária própria em relação à soma dos municípios, apresentou relativa estabilidade no período 1993-2012. O Gráfico 1.7 apresenta a trajetória deste componente para RMSP e para o município de São Paulo.

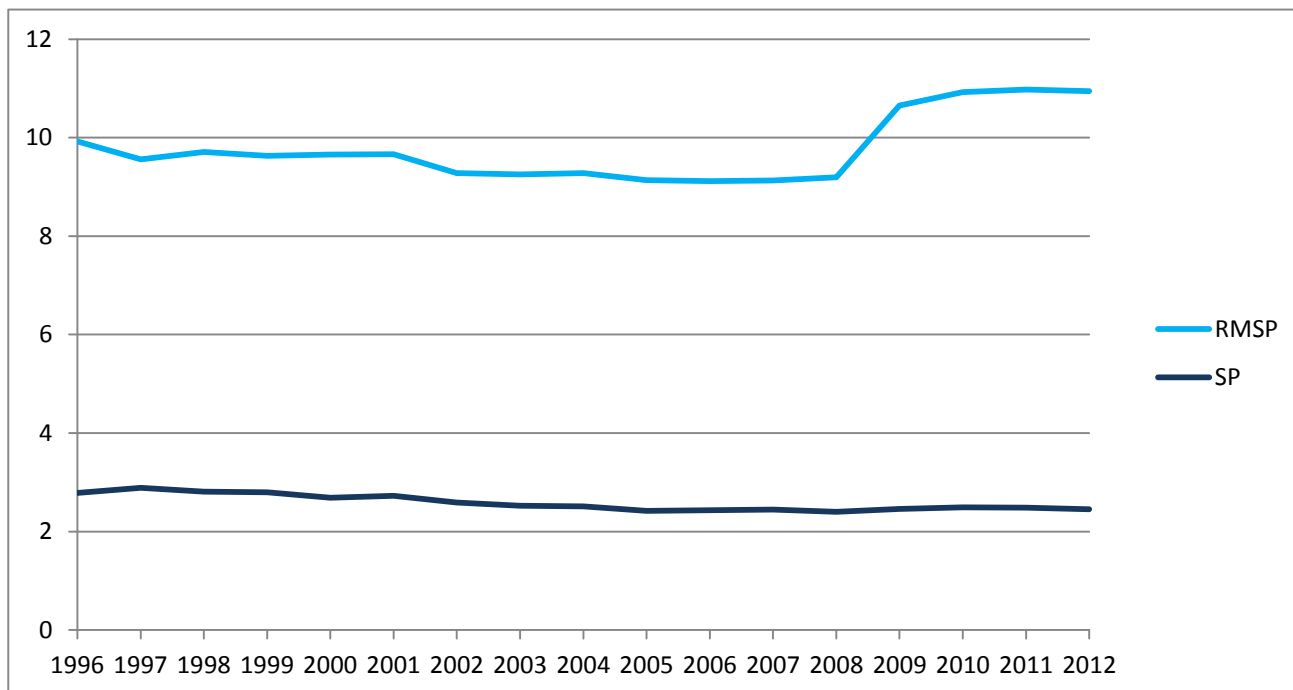
Gráfico 1.7 - Evolução do componente “Receita Tributária Própria” - RMSP e SP (1993 - 2012)



Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de SP - FAZESP

Em relação ao componente área cultivada, dada a predominância de zonas urbanas na RMSP, seus índices são bastante baixos, não ultrapassando 1% durante todo o período 1993-2012 (oscilou entre 0,77% e 0,53%). Já as áreas inundadas (áreas que se destinam à formação de reservatórios para geração de energia elétrica, conforme levantamento da Secretaria de Energia), houve uma diminuição do índice durante o período que passou de 5,30% em 1993 para 3,52% em 2012. Por fim, o índice de área protegida, apurado pela Secretaria do Meio Ambiente, de acordo com o Anexo da Lei 8.510/93, em que se incluem, além da área protegida ponderada, fatores como área territorial, valor adicionado e renda “per capita”, apresentou aumento no período de disponibilização dos dados (1996 a 2012) para a RMSP. O Gráfico 1.8 traz a trajetória deste componente para RMSP e município de São Paulo:

Gráfico 1.8 - Evolução do componente “Índice de Área Protegida” - RMSP e SP (1993 - 2012)



Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de SP - FAZESP

Enquanto houve uma melhora deste índice para RMSP, como mencionado anteriormente, no caso do município de São Paulo registrou-se uma tendência de leve queda (em 1996 o índice era de 2,78 passando para 2,45 em 2012).

Olhando para cada município da RMSP individualmente e tomando como base os índices de participação apurados em 2012, São Paulo com 22,62, Guarulhos (3,68), São Bernardo do Campo (3,29), Barueri (2,229) e Osasco (1,275) apresentaram os cinco maiores índices da região. No outro extremo (cinco menores) estão São Lourenço da Serra (0,0153), Pirapora do Bom Jesus (0,0163), Salesópolis (0,0229), Biritiba-Mirim (0,0298) e Juquitiba (0,0302). A Tabela 1.1 traz o índice de participação apurado em 1993 e 2012 para todos os municípios da região metropolitana de São Paulo.

Em termos de variações dentro do período 1993-2012, Santana do Parnaíba melhorou seu índice em 602% (saiu de 0,075 em 93 para 0,5288 em 2012), obtendo a maior variação positiva, seguida de Itapevi com 231,88% (saiu de 0,192 para 0,638) e Cajamar com 136,73% (de 0,2069 para 0,4898). A Tabela 1.2 traz a variação entre 1993-2012 dos três principais componentes do índice de participação para esses três municípios. Como pode ser observado, os três apresentaram variações muito expressivas no item “valor adicionado” que compõe 76% do índice de participação. Valor adicionado também explica porque o índice de participação de Itapevi subiu mais que o de Cajamar apesar deste último ter tido maiores variações em dois quesitos.

Tabela 1.1 - Índice de Participação do ICMS por município da RMSP

Municípios - RMSP	1993	2012	Var(%)
Arujá	0,118	0,180	53%
Barueri	1,366	2,229	63%
Biritiba-Mirim	0,024	0,030	22%
Caieiras	0,118	0,160	35%
Cajamar	0,207	0,490	137%
Carapicuíba	0,225	0,278	24%
Cotia	0,390	0,642	64%
Diadema	1,283	1,019	-21%
Embu	0,237	0,473	99%
Embu-Guaçu	0,051	0,067	31%
Ferraz de Vasconcelos	0,159	0,155	-2%
Francisco Morato	0,050	0,086	73%
Franco da Rocha	0,097	0,150	55%
Guararema	0,073	0,089	22%
Guarulhos	3,801	3,688	-3%
Itapecerica da Serra	0,181	0,356	96%
Itapevi	0,192	0,638	232%
Itaquaquecetuba	0,257	0,323	26%
Jandira	0,135	0,172	27%
Juquitiba	0,026	0,030	16%
Mairiporã	0,054	0,103	90%
Mauá	1,495	0,837	-44%
Mogi das Cruzes	0,671	0,744	11%
Osasco	1,260	1,276	1%
Pirapora do Bom Jesus	0,034	0,016	-51%
Poá	0,110	0,150	37%
Ribeirão Pires	0,224	0,158	-30%
Rio Grande da Serra	0,040	0,041	1%
Salesópolis	0,026	0,023	-11%
Santa Isabel	0,057	0,077	35%
Santana de Parnaíba	0,075	0,529	602%
Santo André	2,016	1,157	-43%
São Bernardo do Campo	4,102	3,296	-20%
São Caetano do Sul	1,237	1,144	-8%
São Lourenço da Serra	0,017	0,015	-11%
São Paulo	27,926	22,623	-19%
Suzano	0,855	0,545	-36%
Taboão da Serra	0,494	0,486	-2%
Vargem Grande Paulista	0,070	0,090	29%

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de SP - FAZESP

Tabela 1.2 - Variações dos Componentes (1993-2012) dos três Municípios com maior Crescimento do Índice de Participação

Município	Valor Adicionado	População	Receita
Santana de Parnaíba	1002,68%	121,29%	292,43%
Itapevi	317,72%	42,11%	45,66%
Cajamar	152,01%	45,38%	51,29%

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de SP - FAZESP

No outro extremo, com as piores variações estão Pirapora do Bom Jesus que viu seu índice diminuir de 0,033 para 0,016 (queda de 51,39%), Mauá com queda de 44,02% (saiu de 1,494 para 0,836) e Santo André (queda de 42,61% - saiu de 2,016 para 1,157). Como já mostrado anteriormente (Gráfico 1.4), o município de São Paulo também apresentou queda no seu índice (18,99%). A Tabela 1.3 traz a variação, entre 1993-2012, dos três principais componentes do índice de participação para os três municípios com as piores variações, além dos dados para o município de São Paulo.

Tabela 1.3 - Variações dos Componentes (1993-2012) dos três Municípios com maior Redução do Índice de Participação mais o Município de São Paulo

Município	Valor Adicionado	População	Receita
Santo André	-45,32%	-15,95%	-32,48%
Mauá	-50,24%	8,19%	-8,23%
Pirapora do Bom Jesus	-73,34%	50,95%	18,54%
São Paulo	-29,21%	-10,61%	1,77%

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de SP - FAZESP

Assim como no caso das maiores variações, o item valor adicionado acaba explicando o que ocorreu com o índice de participação destes municípios com grandes variações negativas, mesmo com outros componentes apresentando variações positivas expressivas (como o caso de Pirapora do Bom Jesus com o item população).

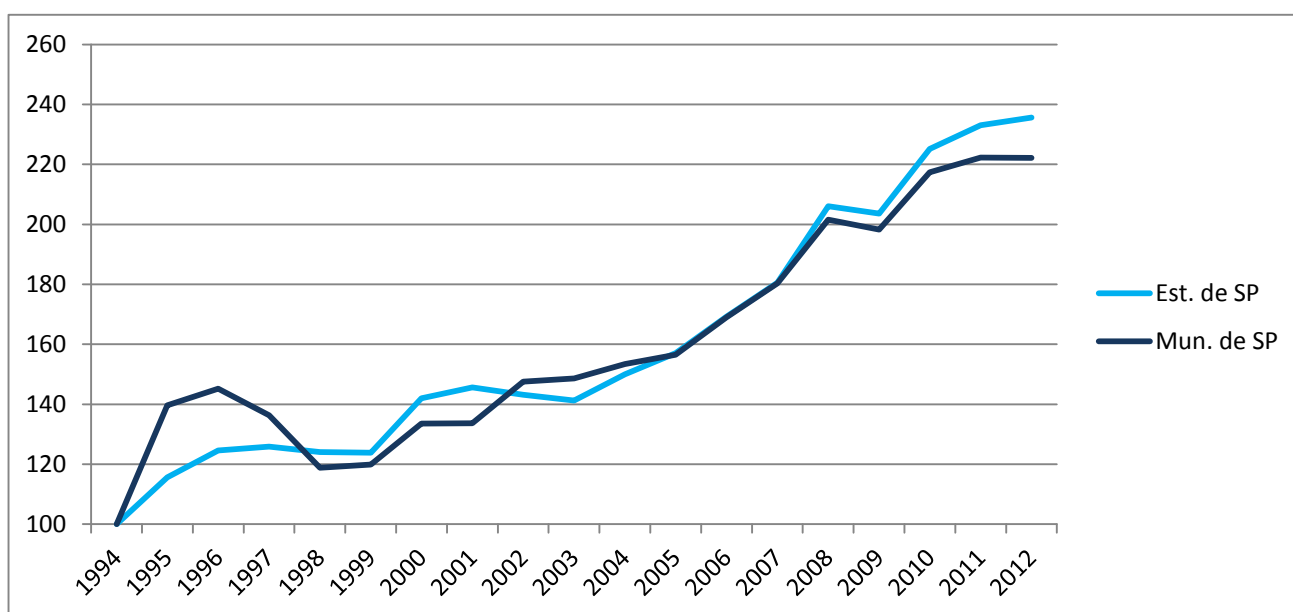
1.3 - Conclusão

Pelas informações disponibilizadas pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo é possível concluir que durante o período de 1993-2012 houve uma queda no índice de participação dos municípios da região metropolitana de São Paulo (incluindo o próprio município de São Paulo).

Vários fatores podem explicar esse comportamento, mas principalmente uma maior descentralização econômica no estado que viu a saída de indústria instalada na região metropolitana para o interior do estado e um desenvolvimento econômico mais acelerado dessa segunda região frente à primeira o que afeta o componente valor adicionado que corresponde a 76% da distribuição do ICMS entre os municípios no estado de São Paulo.

Apesar dessa queda no índice de participação, o valor do repasse aos municípios da região metropolitana aumentou, dado que durante o período de 1994 a 2012, a arrecadação nominal de ICMS cresceu mais de 800%. Considerando o IPCA no período, em termos reais a arrecadação mais que dobrou (algo em torno de 135% de crescimento). O índice de participação da região metropolitana caiu em torno de 11% no mesmo período. Olhando para São Paulo, por exemplo, que teve uma redução em torno de 18% no seu índice de participação entre 1994 e 2012, o repasse nominal da cota parte do ICMS cresceu nominalmente 687% no período e, considerando a inflação, cresceu em termos reais aproximadamente 122% (assim como no caso do estado, mais que dobrou), o que mostra que mesmo com a queda do índice, o aumento da arrecadação mais que compensou no período essa queda. O Gráfico 1.9 traz um índice (1994 = 100) mostrando a evolução da arrecadação real de ICMS e os repasses para o município de São Paulo. Como pode ser observado, os dois valores no período em questão, “caminharam” bem próximos apesar da queda do índice de participação.

Gráfico 1.9 - Evolução da Arrecadação Real* do ICMS - Estado de SP e Município de SP - (1994=100)



Fonte: ICMS - Secretaria da Fazenda do Estado de SP/ IPCA - Ipeadata / Elaboração CTEO

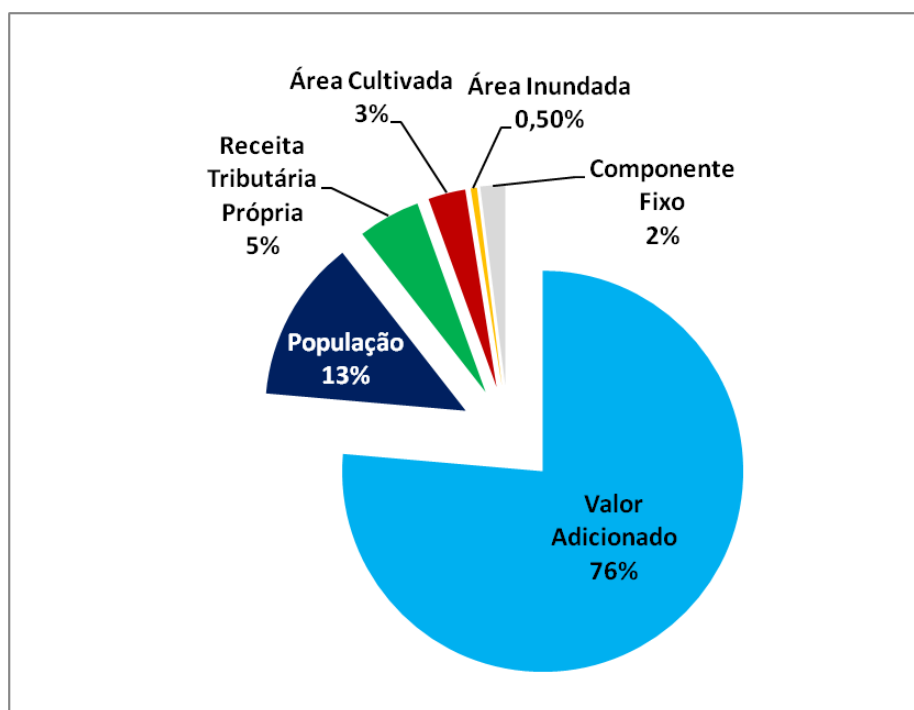
* - valores corrigidos com base em reais de 2012

10. Partilha da Parcela de ICMS pertencente aos Municípios*

O ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) é o principal imposto arrecadado pelos estados brasileiros. Conforme dispõe o art. 158 da Constituição Federal, parcela de 25% da arrecadação de ICMS dos estados deve ser repartida com os municípios. De acordo com esse artigo, a divisão dessa parcela entre os municípios deve respeitar alguns critérios. Pelo menos 75% devem ser repartidos de acordo com o valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços realizadas em seus territórios e, até 25%, devem ser repartidos conforme dispuser lei estadual.

No estado de São Paulo, a parcela do ICMS pertencentes aos municípios é tratada pela Lei nº 8.510 de 29 de Dezembro de 1993, que adota os seguintes critérios:

Gráfico 1.1 - Critérios para a Divisão do ICMS entre Municípios Paulistas



* Publicado no Indicador Metropolitano nº 39 - agosto/2014.

1) Valor adicionado (76%): relação percentual entre o valor adicionado ocorrido no município e o valor total do estado.

2) População (13%): relação percentual entre a população de cada município e a população total do estado de acordo com o último censo demográfico do IBGE.

3) Receita Tributária Própria (5%): relação percentual entre a receita tributária própria de cada município e a soma das receitas tributárias de todos os municípios paulistas.

4) Área Cultivada (3%): relação percentual entre a área cultivada de cada município e a soma de todas as áreas cultivadas no estado existentes no exercício anterior ao da apuração.

5) Área Inundada (0,5%): relação percentual entre a área dos reservatórios de água de cada município e a soma das áreas de todos os reservatórios do estado existentes no exercício anterior, para fins de geração de energia elétrica.

6) Área Protegida (0,5%): calculada com base nos índices de área protegida, obedecendo os critérios estabelecidos pela Secretaria do Meio Ambiente

7) Componente Fixo (2%): valor fixo igualmente repartido entre todos os municípios do estado.

O valor adicionado representa o principal critério para a repartição do ICMS. Além do mínimo de 75% determinados pela Constituição Federal, o estado de São Paulo aloca, adicionalmente, 1% para ser dividido proporcionalmente ao valor adicionado gerado em cada município paulista. Essa divisão pode gerar desequilíbrios, conforme ressaltado por algumas análises recentes¹. Um município com uma população pequena, mas no qual se localizem importantes plantas industriais, receberá valores altos de repasse de ICMS, enquanto que um município com uma grande população, mas sem uma atividade industrial relevante, tenderá a receber valores significativamente mais baixos. Desta forma, municí-

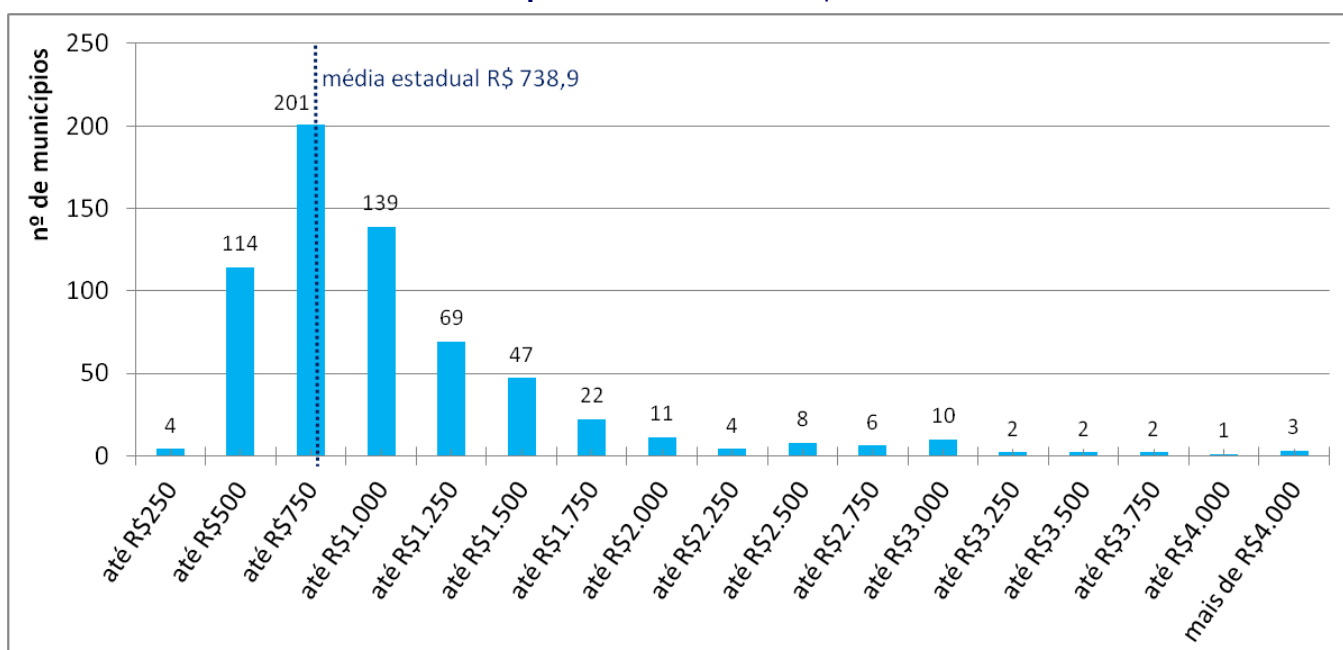
(1) "Desequilíbrios na distribuição da cota-parte ICMS", Bernard Appy e Ricardo Sakamoto, O Estado de São Paulo 04/08/2014, página B2.

pios economicamente mais ricos recebem um valor mais alto de transferência *per capita*, comparativamente a municípios mais pobres.

Ao fazerem essa análise, os críticos defendem um modelo mais igualitário, no qual as transferências de ICMS independa da situação econômica dos municípios. No limite dessa visão, as transferências dependeriam exclusivamente da população, ou seja os repasses seriam num mesmo valor *per capita* para todos os municípios.

O Gráfico 1.2 apresenta a distribuição dos valores per capita dos repasse de ICMS aos municípios no ano de 2013.

Gráfico 1.2 - Distribuição de frequência dos valores per capita dos repasses de ICMS aos municípios paulistas em 2013 - R\$



Fonte: Secretaria da Fazenda - GESP - <https://www10.fazenda.sp.gov.br/DIPAM/ConsultaIndice/DipamConsultaIndicesFinais.aspx>

Em 2013, entre os 645 municípios do estado, a média de repasse per capita foi de R\$ 738,90. Quatro municípios, sendo dois deles da Região Metropolitana de São Paulo - RMSP (Carapicuíba e Francisco Morato), receberam menos de R\$ 250,00 *per capita*. Por outro lado, 26 municípios (apenas Barueri da RMSP) receberam mais de R\$ 2.500,00 de repasse *per capita*.

A Tabela 1.1 informa os valores dos repasses recebidos pelos municípios da RMSP em 2013. A tabela mostra também a participação percentual de cada município no valor adicionado e na população do estado.

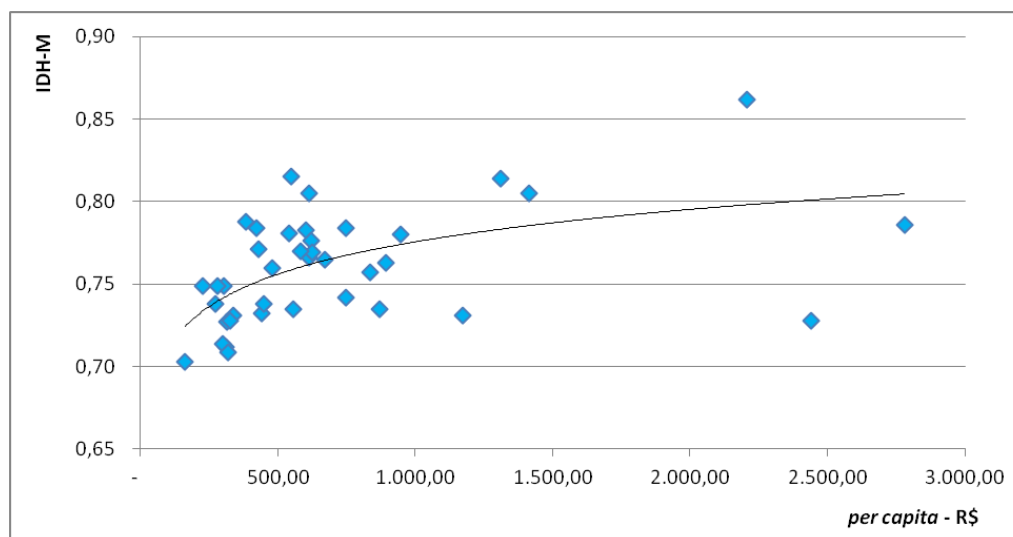
Tabela 1.1 - Valores dos repasses per capita de ICMS aos municípios paulistas em 2013 - em R\$

Município	Valor Adicionado VA (R\$)	% do VA Total	População	% da Pop. Total	Repasso ICMS (R\$)	Repasso ICMS per capita R\$
Arujá	1.466.269.977	0,2%	74.905	0,2%	56.056.237	748,36
Barueri	21.002.613.756	2,7%	240.749	0,6%	669.615.484	2.781,38
Biritiba-Mirim	122.262.387	0,0%	28.575	0,1%	8.907.736	311,73
Caieiras	1.165.113.428	0,2%	86.529	0,2%	46.930.387	542,37
Cajamar	4.789.665.591	0,6%	64.114	0,2%	156.595.195	2.442,45
Carapicuíba	1.484.058.771	0,2%	369.584	0,9%	85.104.824	230,27
Cotia	5.584.718.475	0,7%	201.150	0,5%	190.684.498	947,97
Diadema	9.182.744.642	1,2%	386.089	0,9%	322.578.395	835,50
Embu das Artes	3.831.405.551	0,5%	240.230	0,6%	133.871.315	557,26
Embu-Guaçu	418.911.847	0,1%	62.769	0,2%	19.150.405	305,09
Ferraz de Vasconcelos	947.871.735	0,1%	168.306	0,4%	46.361.087	275,46
Francisco Morato	308.766.827	0,04%	154.472	0,4%	25.477.555	164,93
Franco da Rocha	934.057.284	0,1%	131.604	0,3%	44.758.292	340,10
Guararema	812.488.642	0,1%	25.844	0,1%	30.389.651	1.175,89
Guarulhos	32.948.450.485	4,3%	1.221.979	3,0%	1.092.932.014	894,40
Itapeçerica da Serra	3.185.240.121	0,4%	152.614	0,4%	114.121.742	747,78
Itapevi	5.519.026.671	0,7%	200.769	0,5%	174.989.830	871,60
Itaquaquecetuba	2.082.643.678	0,3%	321.770	0,8%	96.429.705	299,69
Jandira	1.345.398.198	0,2%	108.344	0,3%	51.991.669	479,88
Juquitiba	152.398.273	0,02%	28.737	0,1%	9.244.725	321,70
Mairiporã	659.602.133	0,1%	80.956	0,2%	31.049.295	383,53
Mauá	6.906.441.174	0,9%	417.064	1,0%	257.357.977	617,07
Mogi das Cruzes	6.051.814.624	0,8%	387.779	0,9%	233.814.297	602,96
Osasco	10.514.822.934	1,4%	666.740	1,6%	414.427.450	621,57
Pirapora do Bom Jesus	58.216.522	0,01%	15.733	0,04%	4.950.508	314,66
Poá	913.104.564	0,1%	106.013	0,3%	45.602.400	430,16
Ribeirão Pires	1.135.151.342	0,1%	113.068	0,3%	47.692.208	421,80
Rio Grande da Serra	236.207.459	0,03%	43.974	0,1%	12.439.318	282,88
Salesópolis	64.074.861	0,01%	15.635	0,04%	6.934.770	443,54
Santa Isabel	473.844.710	0,1%	50.453	0,1%	22.816.054	452,22
Santana de Parnaíba	4.300.596.730	0,6%	108.813	0,3%	142.844.149	1.312,75
Santo André	9.266.521.254	1,2%	676.407	1,6%	371.488.889	549,21
São Bernardo do Campo	31.680.750.657	4,1%	765.463	1,9%	1.083.130.499	1.415,00
São Caetano do Sul	10.409.398.437	1,3%	149.263	0,4%	329.838.376	2.209,78
São Lourenço da Serra	66.031.052	0,01%	13.973	0,03%	4.581.187	327,86
São Paulo	169.447.127.372	21,9%	11.253.503	27,3%	6.943.044.110	616,97
Suzano	4.642.274.882	0,6%	262.480	0,6%	176.103.527	670,92
Taboão da Serra	4.134.637.347	0,5%	244.528	0,6%	153.393.900	627,31
Vargem Grande Paulista	635.720.623	0,1%	42.997	0,1%	25.060.774	582,85
Total Estado SP	775.129.117.998	100%	41.262.199	100%	30.487.852.310	738,88

Fonte: Secretaria da Fazenda - GESP - <https://www10.fazenda.sp.gov.br/DIPAM/ConsultaIndice/DipamConsultaIndicesFinais.aspx>

Nota-se, dentro da RMSP, que os municípios que recebem um valor maior de transferências *per capita* são aqueles com um nível mais alto de renda e IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal). O IDH-M é um indicador do nível de desenvolvimento humano que mede três dimensões da população do município: longevidade, educação e renda. Quanto se comparam as transferências *per capita* com o IDH-M, observa-se, como mostra o Gráfico 1.3, uma relação positiva entre repasse *per capita* e o IDH-M.

Gráfico 1.3 - IDH-M e Transferências per capita de ICMS em R\$ - Municípios RMSP

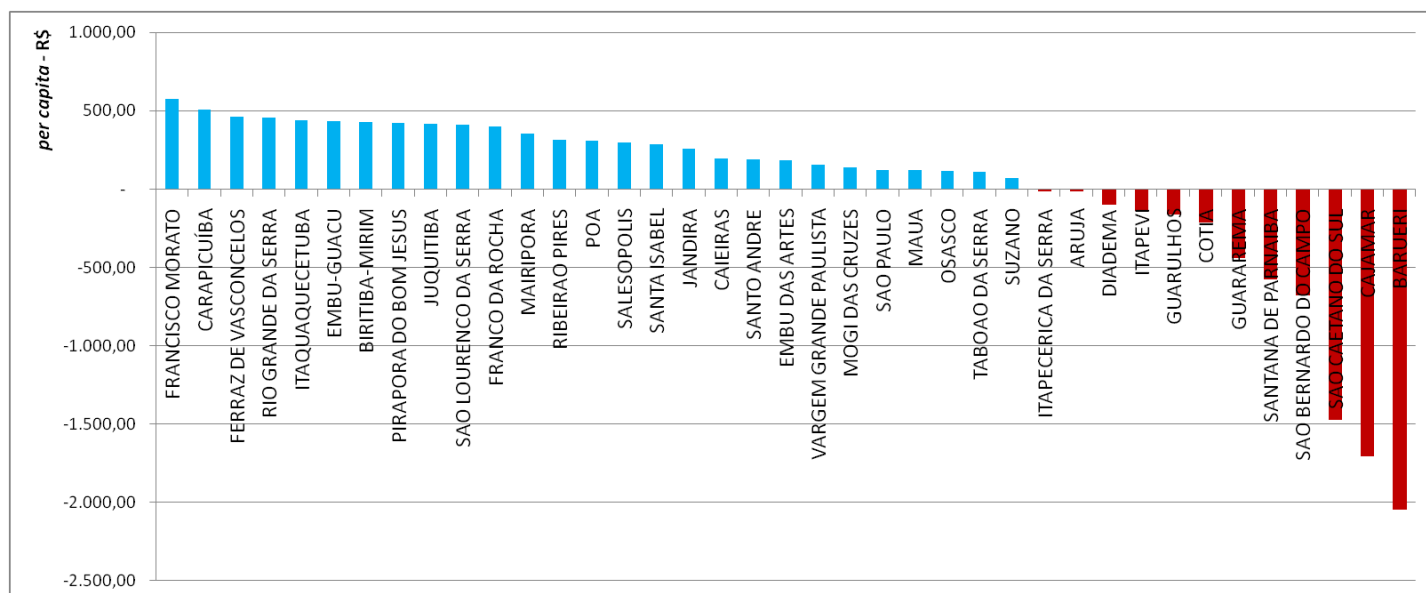


Fonte: IDH-M - IPEA, PNUD Brasil e Fundação João Pinheiro; http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/
Transferências ICMS - Secretaria da Fazenda - GESP - <https://www10.fazenda.sp.gov.br/DIPAM/ConsultaIndice/DipamConsultaIndicesFinais.aspx>

Essa relação positiva já é esperada. O fato de o município produzir um maior valor adicionado significa um maior potencial para a geração de renda, o que, por si só, impacta diretamente o IDH-M, na dimensão renda. Assim, uma sistemática alternativa de repasse de ICMS que desse menos relevância ao valor adicionado teria como resultado a transferência de mais recursos para os municípios com IDH-M mais baixos.

Como um exercício de comparação, o Gráfico 1.4 aponta as variações *per capita* de transferências de ICMS por município da RMSP, no caso de os repasses serem do mesmo valor *per capita* (de R\$ 738,90) para todos os municípios.

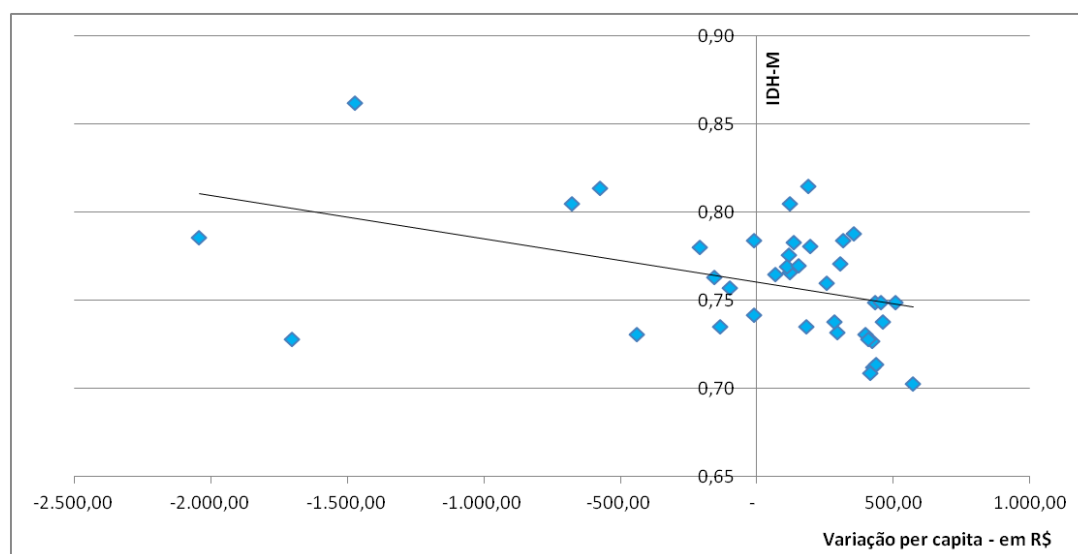
Gráfico 1.4 - Variação da transferência per capita de cada município da RMSP para caso os repasses fossem de um mesmo valor per capita - em R\$



Fonte: Secretaria da Fazenda - GESP - <https://www10.fazenda.sp.gov.br/DIPAM/ConsultaIndice/DipamConsultaIndicesFinais.aspx>

Conforme o Gráfico 1.5 mostra, há uma relação negativa entre o IDH-M e o ganho resultante de o repasse *per capita* ser fixo. Assim, quanto menor o IDH-M do município, maior tende a ser a variação positiva do repasse *per capita* recebido pelo município.

Gráfico 1.5 - IDH-M e variação da transferência per capita de cada município da RMSP para caso os repasses fossem de um mesmo valor per capita - em R\$

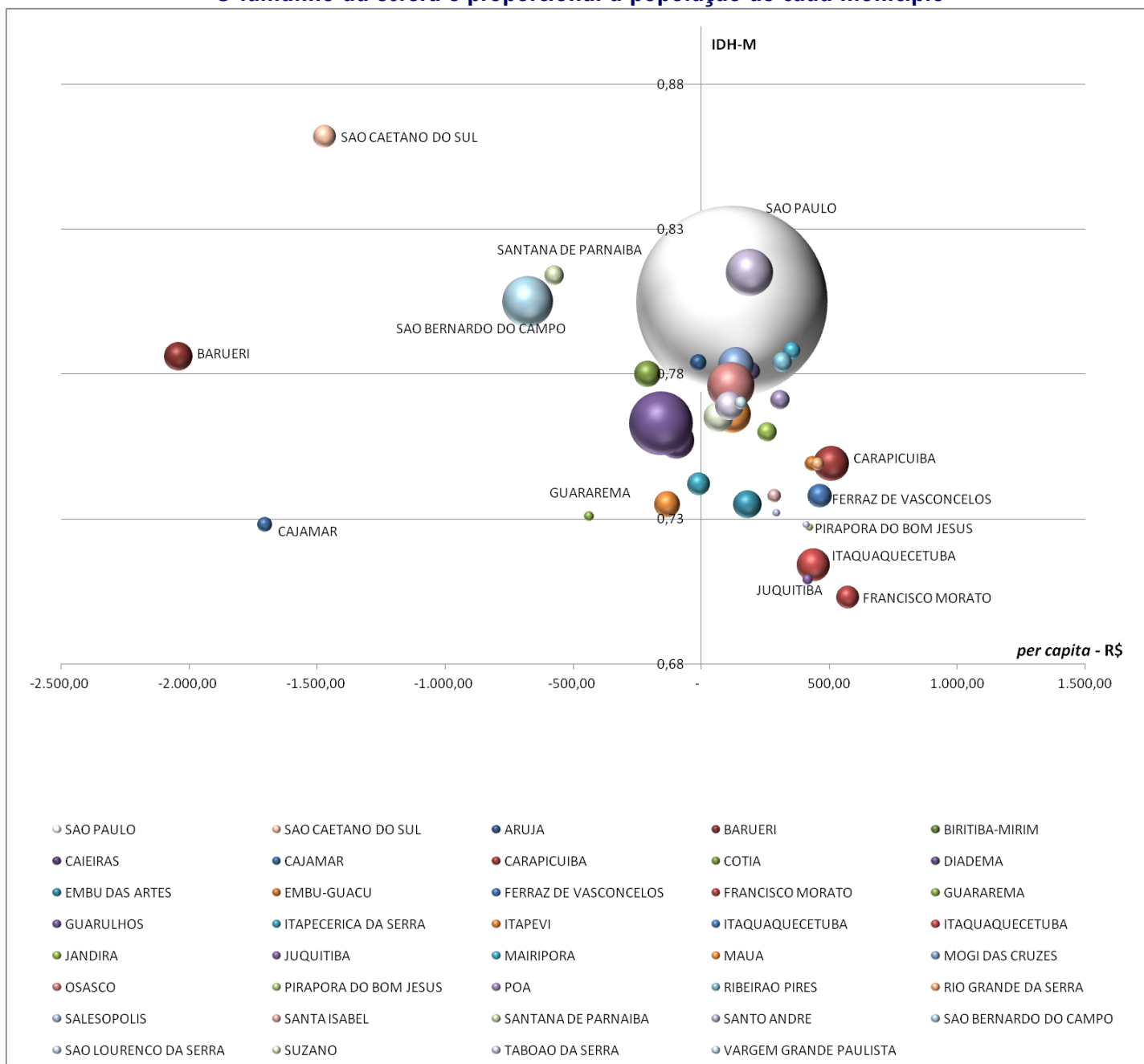


Fonte: IDH-M - IPEA, PNUD Brasil e Fundação João Pinheiro; http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/
 Transferências ICMS - Secretaria da Fazenda - GESP - <https://www10.fazenda.sp.gov.br/DIPAM/ConsultaIndice/DipamConsultaIndicesFinais.aspx>

Destacando a população de cada município, o Gráfico 1.6 mostra a relação entre o IDH-M e variação em reais (R\$) da transferência per capita de cada município da RMSP para caso os repasses fossem de um mesmo valor per capita. No gráfico, os municípios da RMSP são representados por esferas, sendo o tamanho da esfera proporcional a população do respectivo município.

Como pode-se observar, os municípios com IDH-Ms mais baixos (Francisco Morato, Juquitiba, Itaquaquecetuba, Pirapora do Bom Jesus, Ferraz de Vasconcelos, Carapicuíba)

Gráfico 1.6 - IDH-M e variação da transferência per capita de cada município da RMSP para caso os repasses fossem de um mesmo valor per capita - em R\$
O tamanho da esfera é proporcional à população de cada município



Fonte: IDH-M - IPEA, PNUD Brasil e Fundação João Pinheiro; http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/
 Transferências ICMS - Secretaria da Fazenda - GESP - <https://www10.fazenda.sp.gov.br/DIPAM/ConsultaIndice/DipamConsultaIndicesFinais.aspx>

são aqueles que, no gráfico, aparecem mais à direita (as transferências aumentariam mais). Já municípios com os IDH-Ms mais altos (São Caetano do Sul, Santana de Parnaíba, São Bernardo do Campo, Barueri) aparecem mais à esquerda, ou seja as transferências diminuiriam em um cenário em que os repasses dependessem apenas da população da cidade.

De acordo com o tamanho das esferas, percebe-se também que a maior parte da população da RMSP situa-se em municípios que seriam beneficiados com um repasse fixo em termos *per capita*. Principalmente, em razão do município de São Paulo, no qual reside (11,3 milhões) mais da metade da população da RMSP, e que teria um aumento *per capita* de R\$121,93.

Economia

11. Impactos da Tributação e das Transferências de Renda sobre a Pobreza e a Distribuição de Renda no País*

Este artigo visa apresentar os resultados de estudos recentes a respeito dos efeitos da tributação e dos programas de transferências de renda sobre a pobreza e a distribuição de renda no Brasil. Esses trabalhos procuram medir os efeitos das ações do Estado brasileiro, através dos impostos diretos, impostos indiretos, transferências de renda e gastos sociais entre as faixas de renda da população. Entre os estudos recentes destacamos, a seguir, dois: “*Taxation, inequality and the illusion of the social contract in Brazil*”¹ (“Tributação, desigualdade e a ilusão do contrato social no Brasil”) e “*The effects of Brazil’s high taxation and social spending on the distribution of household income*”² (“Os efeitos da alta tributação e do gasto social do Brasil sobre a distribuição da renda domiciliar”).

4.1 “Tributação, desigualdade e a ilusão do contrato social no Brasil”

A partir dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2008-2009 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2009, este estudo estimou os impactos dos impostos e dos programas de transferências de renda sobre a renda domiciliar por meio de um modelo de microssimulação denominado BRAHMS³ (Brazilian Household Microsimulation Model). Para avaliar a eficácia dos impostos e das transferências de renda em reduzir a desigualdade social, os autores utilizaram diferentes conceitos de renda. ‘*Renda Privada*’ representa a renda antes do recebimento de transferências governamentais e do pagamento de impostos. ‘*Renda Bruta*’ corresponde a ‘*Renda Privada*’ mais as transferências diretas⁴ recebidas do governo. Subtraindo da ‘*Renda Bruta*’ impostos diretos (imposto de renda pessoa física e as contribuições para a seguridade social), temos a ‘*Renda Disponível*’. Por fim, deduzindo-se os impostos indiretos da “*Renda Disponível*”, temos a “*Renda Final*”.

(1) “*Taxation, inequality and the illusion of the social contract in Brazil*” (2014), Rozane Bezerra de Siqueira e José Ricardo Bezerra Nogueira, disponível em:

<http://brazilconference2014.worldeconomicassociation.org/wp-content/uploads/WEA-brazilconference2014-Siqueira-Nogueira.pdf>

(2) “*The effects of Brazil’s high taxation and social spending on the distribution of household income*” (2013), Sean Higgins e Claudiney Pereira, disponível em: http://stonecenter.tulane.edu/uploads/CEQWPNo7_EffectHighTaxOnIncomeDistBrazil_May_2013-1405717953.pdf

(3) Brazilian Household Microsimulation Model, descrito em: “*Simulating Brazil’s Tax-Benefit System Using BRAHMS, the Brazilian Household Microsimulation Model*” (2006) Immervoll, H., Levy, H., Nogueira, J. R. B., O’Donoghue, C., e Siqueira, R. B.,

(4) As transferências consideradas no estudo compreendem: Pensões, Salário Família, auxílio desemprego, bônus salarial PIS/PASEP, Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada.

* Publicado no Indicador Paulistano n° 51 - setembro/2014.

A população foi dividida pela renda domiciliar *per capita* em 5 grupos (quintis). O 1º quintil é composto pelos 20% mais pobres da população, e assim sucessivamente, até o 5º quintil, que é formado pelos 20% mais ricos.

A Tabela 4.1 informa os valores da renda média, nas quatro definições citadas, dos domicílios que compõe cada quintil.

Tabela 4.1 - Renda Média Domiciliar por Quintil (R\$/mês) - 2009

	1º Quintil	2º Quintil	3º Quintil	4º Quintil	5º Quintil	Média Geral
Renda Privada	354	749	963	1.573	4.178	1.771
Renda Bruta ¹	506	953	1.308	1.983	5.195	2.244
Renda Disponível ²	499	922	1.260	1.878	4.570	2.048
Renda Final ³	306	686	984	1.509	3.875	1.667
Nº médio de pessoas por domicílio	5,05	4,48	3,87	3,57	3,15	4,02

(1) Renda Bruta = Renda Privada + Transferências Diretas

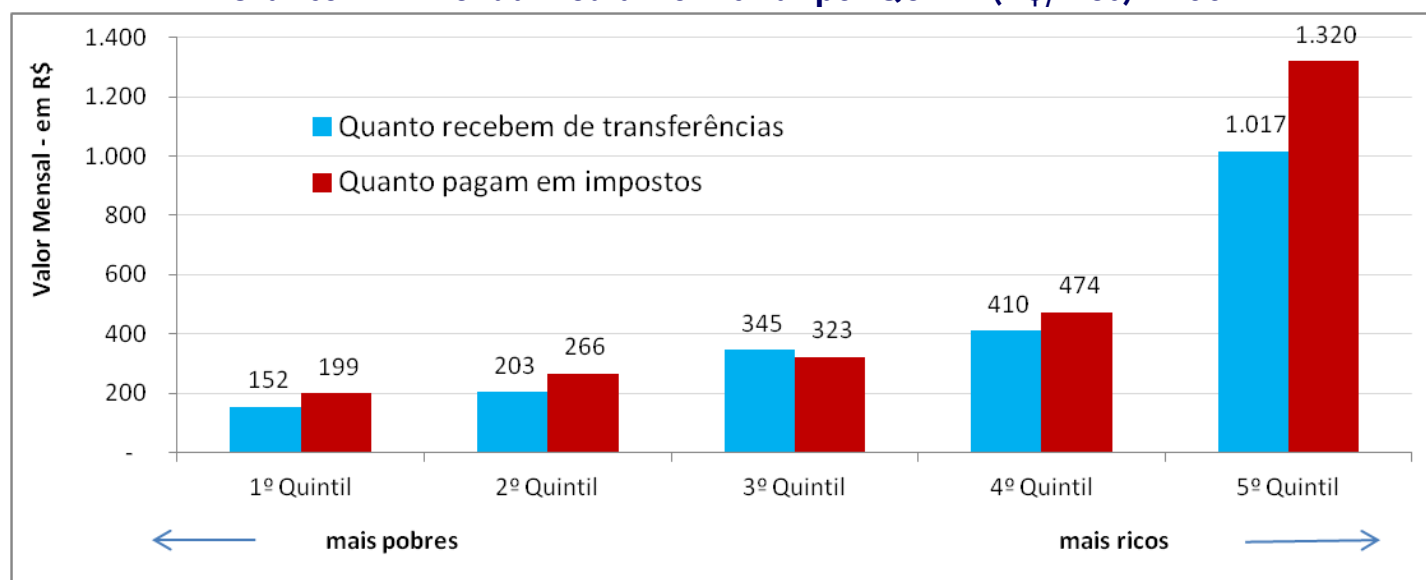
(2) Renda Disponível = Bruta - Impostos diretos

(3) Renda Final = Renda Disponível – Impostos Indiretos

Fonte: "Taxation, inequality and the illusion of the social contract in Brazil" (2014), Rozane Bezerra de Siqueira e José Ricardo Bezerra Nogueira.

Conforme os dados do estudo apontam, considerando os impostos e as transferências de renda, os mais pobres (1º e 2º quintis) são contribuintes líquidos, em termos monetários. (Gráfico 1.1). A contribuição domiciliar média líquida é de R\$ 47,00/mês no 1º quintil e R\$ 63,00/mês no 2º quintil. O 3º quintil, cuja renda domiciliar média é de R\$ 963,00, é o único beneficiário líquido, no valor médio de R\$ 22,00/mês. Para os 4º e 5º quintis, a contribuição líquida é, respectivamente, de R\$ 64,00/mês e de R\$ 303,00/mês.

Gráfico 4.1 - Renda Média Domiciliar por Quintil (R\$/mês) - 2009

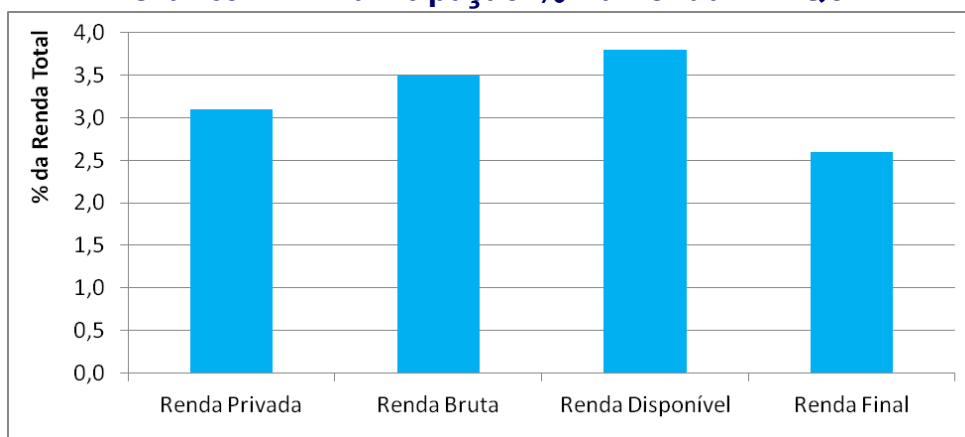


Fonte: "Taxation, inequality and the illusion of the social contract in Brazil" (2014), Rozane Bezerra de Siqueira e José Ricardo Bezerra Nogueira.

Após a ação estatal, através dos impostos e das transferências, a distribuição da renda torna-se mais desigual, o que pode ser observado pela queda da participação percentual do 1º e do 2º quintis na renda total do país.

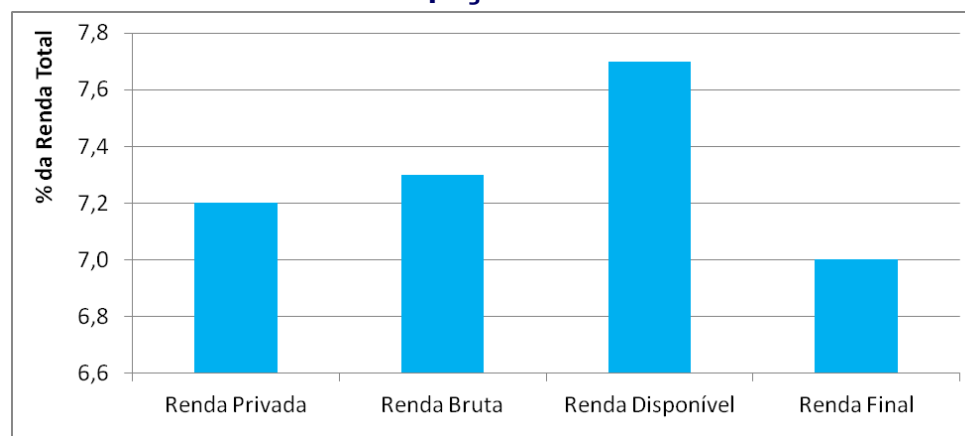
Os Gráficos 4.1 e 4.2 apresentam, respectivamente, as participações percentuais do 1º e do 2º quintis na renda total em cada conceito de renda. Conforme os gráficos ilustram, tanto para o 1º quintil como para o 2º quintil, a participação na *Renda Privada* (antes de impostos e transferências) é superior à participação na *Renda Final* (após impostos e transferências). Em ambos casos, a participação na renda aumenta após o recebimento das transferências (*Renda Bruta*) e após o pagamento dos impostos diretos (imposto de renda pessoa física e contribuição para seguridade social (*Renda Disponível*)). No entanto, após o pagamento dos impostos indiretos (*Renda Final*), a participação passa a ser inferior à renda antes das ações

Gráfico 4.2 - Participação % na Renda - 1º Quintil



Fonte: "Taxation, inequality and the illusion of the social contract in Brazil" (2014), Rozane Bezerra de Siqueira e José Ricardo Bezerra Nogueira.

Gráfico 4.3 - Participação % na Renda - 2º Quintil

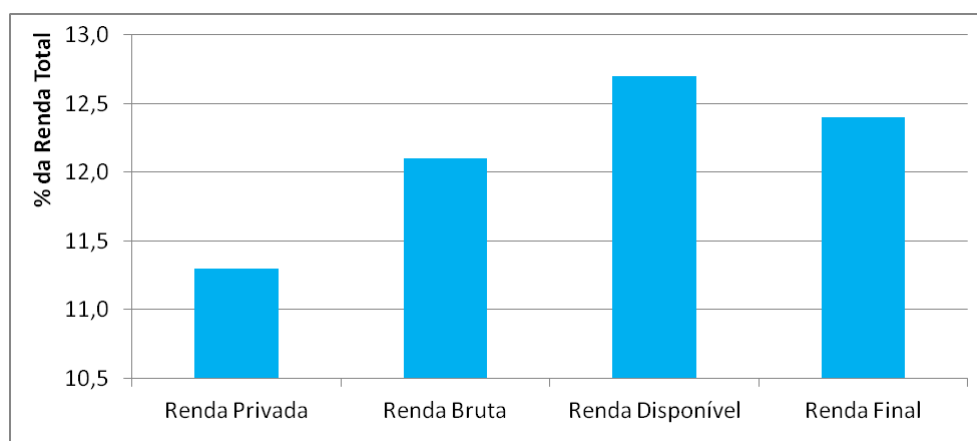


Fonte: "Taxation, inequality and the illusion of the social contract in Brazil" (2014), Rozane Bezerra de Siqueira e José Ricardo Bezerra Nogueira.

governamentais consideradas no estudo (*Renda Privada*). Para os quintis menores, os impostos indiretos têm um peso maior, uma vez que o consumo, e conseqüentemente os impostos incidentes sobre ele, representam uma fração maior da renda.

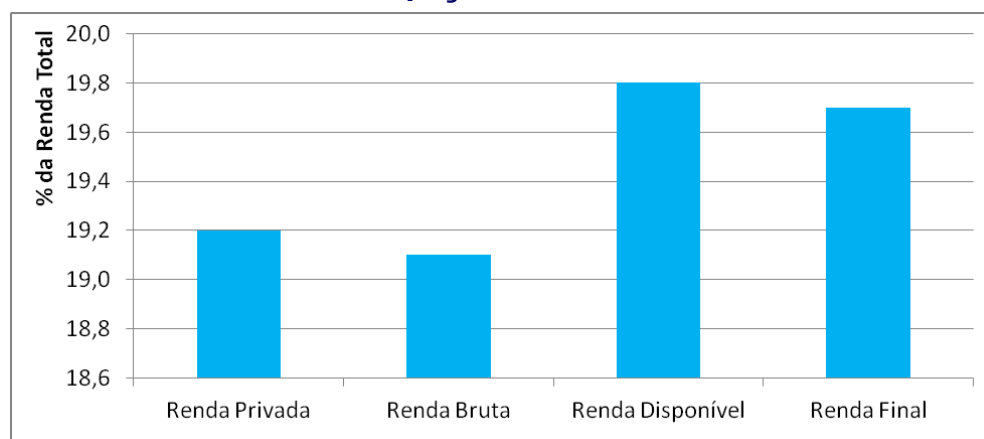
Os 3º e 4º quintis são os únicos que apresentam uma participação maior na *Renda Final* comparativamente à *Renda Privada*, ou seja, a ação governamental melhora as suas participações (Gráficos 4.3 e 4.4). O 3º quintil ganha participação tanto com transferências como com pagamento de impostos diretos. Com relação ao 4º quintil, há uma pequena queda na participação com impostos diretos e ganho com as transferências. Ambos os quintis sofrem uma pequena queda de participação com os impostos indiretos.

Gráfico 4.4 - Participação % na Renda - 3º Quintil



Fonte: "Taxation, inequality and the illusion of the social contract in Brazil" (2014), Rozane Bezerra de Siqueira e José Ricardo Bezerra Nogueira.

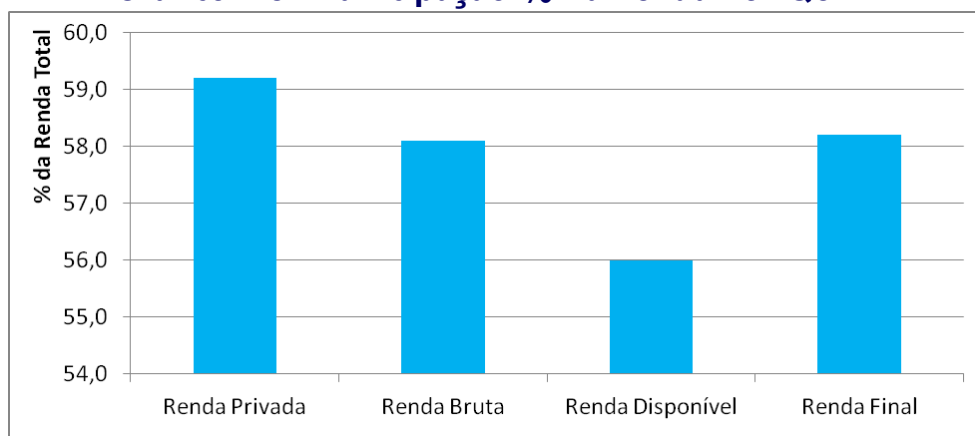
Gráfico 4.5 - Participação % na Renda - 4º Quintil



Fonte: "Taxation, inequality and the illusion of the social contract in Brazil" (2014), Rozane Bezerra de Siqueira e José Ricardo Bezerra Nogueira.

Por fim, no 5º quintil, a Renda Privada (antes de impostos e transferências) é superior a Renda Final. Há uma perda na participação com transferências e com pagamento de impostos diretos. Com os impostos indiretos, há um ganho de participação, uma vez que o consumo, e consequentemente os impostos incidentes sobre ele, representam uma fração menor da renda comparativamente ao outros quintis.

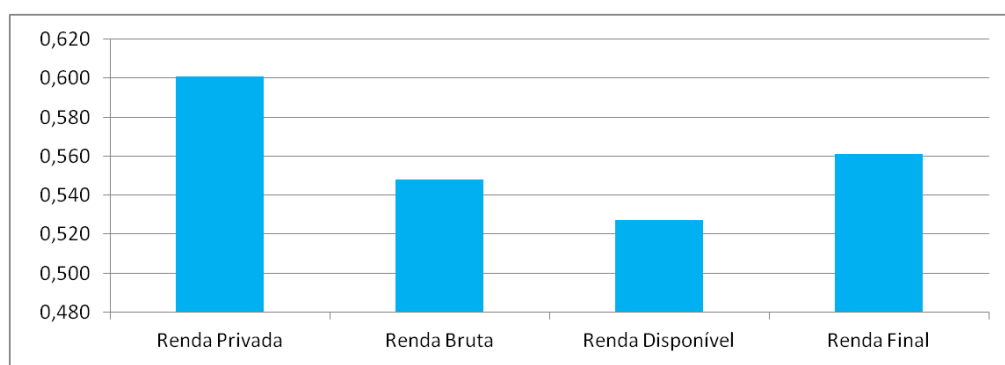
Gráfico 4.6 - Participação % na Renda - 5º Quintil



Fonte: "Taxation, inequality and the illusion of the social contract in Brazil" (2014), Rozane Bezerra de Siqueira e José Ricardo Bezerra Nogueira.

A fim de comparar a distribuição da renda em cada uma das etapas consideradas, o estudo calcula para cada uma delas o índice de Gini. O índice de Gini é um indicador utilizado na literatura econômica para medir a distribuição de renda de uma população, numa escala que assume valores de 0 (máxima igualdade: todos com a mesma renda) a 1 (máxima desigualdade: toda a renda concentrada numa única pessoa).

Gráfico 4.7 - Índice de Gini - Estágios da Renda - 2009



Fonte: "Taxation, inequality and the illusion of the social contract in Brazil" (2014), Rozane Bezerra de Siqueira e José Ricardo Bezerra Nogueira.

As transferências de renda ('Renda Bruta') reduziram o índice de Gini em 5,3%. Os impostos diretos ('Renda Disponível') diminuíram, adicionalmente, o índice em 2,1%, totalizando 7,5% de redução. Conforme o estudo aponta, essa redução é considerada pequena, quando comparada à que ocorre em países desenvolvidos. Nos países da OECD⁵, por exemplo, os efeitos combinados considerando as transferências e os impostos diretos reduzem o índice de Gini, em média, 14,3%. Em países da União Europeia, o declínio médio é de 19,9%.

Quando os impostos indiretos são deduzidos da 'Renda Disponível', o índice de Gini do Brasil sobe 3,4%, fazendo com que o resultado final estimado pelo estudo seja que a ação governamental com impostos e transferências diretas reduz o índice de Gini em 4,0%.

Deve-se ressaltar que além das transferências, os impostos financiam também outros gastos sociais, como saúde e educação, que tendem a beneficiar mais os grupos de menor renda. Esses outros gastos, que não foram até aqui considerados, são incluídos na análise do estudo a seguir.

4.2 “Os efeitos da alta tributação e do gasto social do Brasil sobre a distribuição da renda domiciliar”

O segundo estudo, “*The effects of Brazil’s high taxation and social spending on the distribution of household income*” (“Os efeitos da alta tributação e do gasto social do Brasil sobre a distribuição da renda domiciliar”) estimou os efeitos distributivos diretamente dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2008-2009, combinados com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2008. Os efeitos dos impostos e das transferências diretas foram calculados a partir dos dados reportados nessas pesquisas de quanto os indivíduos, efetivamente, pagaram de impostos ou receberam de benefícios, sem a necessidade de modelos de simulação desses valores. A desvantagem é que os indivíduos nem sempre informam corretamente os valores para a pesquisa, e, em alguns casos, para manter a consistência desses valores foram necessários ajustes.

(5) OECD - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Diferentemente do estudo anterior, este não trata as pensões da seguridade social como transferência governamental (assunto sobre o qual não existe consenso na literatura), mas como uma renda privada dos indivíduos. São considerados: gastos em assistência social (transferências diretas e outras despesas de assistência social) e despesas com saúde e com educação no nível federal, estadual e municipal. A PNAD 2008 tem informações sobre a utilização do serviço público de saúde pelos domicílios pesquisados. No estudo, a despesa pública (federal, estadual e municipal) com saúde foi repartida entre as famílias que utilizaram os serviços de saúde de acordo com o tipo de serviço utilizado. A despesa com educação (federal, municipal e estadual) foi dividida entre os estudantes que declararam frequentar escola pública de acordo com o nível educacional (da pré-escola até o ensino superior) informado. Para avaliar o impacto dos impostos e dos gastos sociais, o estudo utilizou diversas medidas de desigualdade e pobreza. O estudo utilizou os valores *per capita* da linha de pobreza proposta pelo Banco Mundial de US\$⁷ 1,25/dia (ultra pobreza), US\$ 2,50/dia (pobreza extrema), US\$ 4,00/ dia (pobreza moderada) e também as linhas utilizadas para determinar a elegibilidade do programa Bolsa Família para o benefícios básico (R\$ 70/mês ou US\$ 1,34/dia) e para o benefício variável (R\$ 140/mês ou US\$ 2,69/dia).

De acordo com os dados do estudo, conforme a Tabela 4.2 mostra, a ultra pobreza é reduzida em 54% pelas transferências diretas (já descontados os impostos diretos). A extrema pobreza é reduzida em 26%, e a moderada em 11%. No entanto, depois de descontados os pagamentos de impostos indiretos, a redução da ultra pobreza passa a ser menor, de 24%. Com relação a extrema pobreza e pobreza moderada, o índice de incidência é aumentado, respectivamente, em 8% e 18% em relação a renda inicial (sem considerar o pagamentos dos impostos e o recebimento das transferências).

(7) Todos os valores expressos em dólares (US\$) estão ajustados pela paridade do poder de compra, ou seja, na conversão para (R\$) foi utilizado não apenas a taxa de câmbio, mas o poder de compra da moeda medida através de uma “cesta internacional” de bens.

Tabela 4.2 - Índices de Incidência e Índice de Gini para os diferentes conceitos da renda - 2009

	Renda de Mercado (I)	Renda Disponível* (II)	Renda Final** (III)	Renda Final** * (IV)	Var.% II/I	Var.% III/I	Var.% IV/I
Ultrapobreza (até US\$1,25/dia)	5,8%	2,7%	4,4%	-	-53%	-24%	-
Pobreza Extrema (até US\$2,50/dia)	15,1%	11,2%	16,3%	-	-26%	8%	-
Pobreza Moderada (até US\$4,00/dia)	26,2%	23,2%	31,0%	-	-11%	18%	-
Até R\$ 70/mês	6,4%	3,1%	5,2%	-	-52%	-19%	-
Até R\$ 140/mês	16,5%	12,7%	18,2%	-	-23%	10%	-
Índice de Gini	0,579	0,544	0,546	0,439	-6%	-6%	-24%

(*) Renda Disponível = Renda de Mercado + Transferências Diretas - Impostos Diretos

(**) Renda Pós-Fiscal = Renda Disponível - Impostos Indiretos

(***) Renda Final = Renda Pós-Fiscal + Gastos Sociais (Saúde e Educação)

Fonte: "The effects of Brazil's high taxation and social spending on the distribution of household income" (2014), Sean Higgins e Claudiney Pereira.

Após os impostos diretos e as transferências diretas, a desigualdade de renda, medida através do Índice de Gini, é reduzida em apenas 6% (Tabela 4.2). A título de comparação, o estudo cita que, nessa mesma base, a redução da desigualdade é, em média, de um terço na Europa. Quando se considera os gastos sociais (saúde e educação) como renda dos beneficiados, a queda da desigualdade passa a ser mais significativa⁸, atingindo o percentual de 24%.

Os autores calcularam para os programas selecionados o coeficiente de concentração, com a finalidade de mensurar quanto dos benefícios de cada programa está distribuído pelas faixas de renda. O coeficiente assume valores de (-1) (extremo no qual a faixa mais pobre recebe todos os benefícios) a 1 (extremo no qual a faixa mais rica recebe todos os benefícios). O caso intermediário em que o coeficiente assumo valor de zero corresponde à situação em que os benefícios estão igualmente distribuídos entre as faixas de renda.

(8) As edições nº 17 e nº 22 do Indicador Paulistano estimaram, respectivamente, a distribuição das despesas municipais com educação básica e com serviços de saúde entre as famílias paulistanas por faixa de renda. Ambos os trabalhos mostraram uma significativa progressividade dos gastos sociais, ou seja, as famílias mais pobres recebendo um valor comparativamente maior.

Tabela 4.3 - Coeficientes de Concentração e % do PIB - 2009

Programas	Coeficiente de Concentração	% do PIB
Bolsa Família	-0,58	0,39%
Benefícios de Prestação Continuada	-0,48	0,53%
Programa de Transferência—Leite	-0,35	0,01%
Subsídio—Energia	-0,27	0,05%
Despesas com Educação	-0,15	5,31%
Despesas com Saúde	-0,11	5,21%
Outras Transferências Diretas*	0,15	0,26%
Auxílios Desemprego	0,18	0,58%
Pensões Especiais	0,20	2,28%
Bolsas de Estudo	0,28	0,11%
TOTAL		14,73%

(*) Inclui: assistência do PIS/PASEP, Bolsa Escola, Auxílio Gás, Erradicação do Trabalho Infantil, programas de renda mínima, programa de cesta básica de alimentação.

Fonte: "The effects of Brazil's high taxation and social spending on the distribution of household income" (2014), Sean Higgins e Claudiney Pereira.

Entre as transferências e despesas sociais selecionadas, que juntas representaram 14,73% do Produto Interno Bruto - PIB do país em 2009, o programa Bolsa-Família e os Benefícios de Prestação Continuada são os mais eficientes no sentido de promoção da redistribuição da renda. O programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Benefício de Prestação Continuada - BPC assegura a transferência mensal de um salário mínimo ao idoso, acima de 65 anos, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, desde que comprovada, em ambos casos, a situação de não ter condições de garantir o próprio sustento e de renda familiar *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo.

Como destacado pelos autores, apesar do Brasil ter um gasto relativamente elevado, as transferências são pouco eficientes em destinar recursos aos mais pobres. Os programas mais eficientes neste sentido, como o Bolsa Família e o BPC, representam uma parcela pequena dentro do total do gasto social do país.

Conclusão

Ao longo desse artigo, foram apresentados resultados de estudos recentes a respeito dos efeitos da tributação e das transferências de renda sobre a distribuição de renda no país. Foram destacados dois estudos sobre o tema. O primeiro, *“Taxation, inequality and the illusion of the social contract in Brazil”* (“Tributação, desigualdade e a ilusão do contrato social no Brasil”), mostrou que os mais pobres (1º e 2º quintis) são contribuintes líquidos, ou seja, o que pagam de impostos (diretos e indiretos) é superior ao que recebem de transferências diretas (na análise, não foram incluídas as despesas sociais, por exemplo, com saúde e educação). Por meio dos impostos diretos e transferências, o índice de Gini é reduzido 7,5%, porcentagem considerada baixa pelos autores. Após considerar também os impostos indiretos, a redução do índice de Gini é de apenas 4,0%.

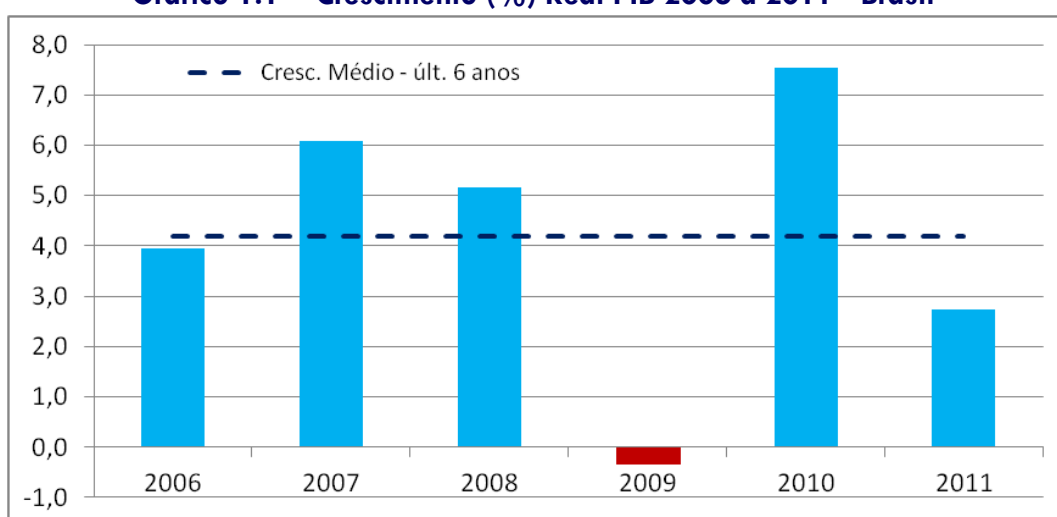
O segundo estudo, *“The effects of Brazil’s high taxation and social spending on the distribution of household income”* (“Os efeitos da alta tributação e do gasto social do Brasil sobre a distribuição da renda domiciliar”) destaca, igualmente, os efeitos regressivos dos impostos indiretos e os efeitos distributivos das despesas sociais em saúde e educação. A partir dos dados da POF 2008-2009 e PNAD 2009, o estudo estima que a ultrapobreza (US\$1,25/dia) seja reduzida em 53% por meio das transferências e impostos diretos. Após considerar também os impostos indiretos, a redução passa a ser de 24%. Nesta mesma base, o índice de Gini é reduzido em 6%. Quando se inclui na estimativa as despesas públicas em saúde e educação, a redução do índice de Gini passa a ser de 24%.

12. Produto Interno Bruto Municipal de 2011*

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em parceria com as Secretarias Estaduais e os órgãos estaduais de estatística, divulgou, no dia 17 de dezembro, as estimativas do Produto Interno Bruto - PIB dos municípios brasileiros do ano de 2011.

O ano de 2011 foi marcado pela desaceleração da atividade econômica. O PIB nacional, que havia apresentado crescimento real de 7,5% em 2010, registrou, no ano seguinte, um crescimento real de 2,7% (ou 9,9% em termos nominais) abaixo da média dos últimos 6 anos (Gráfico 1.1).

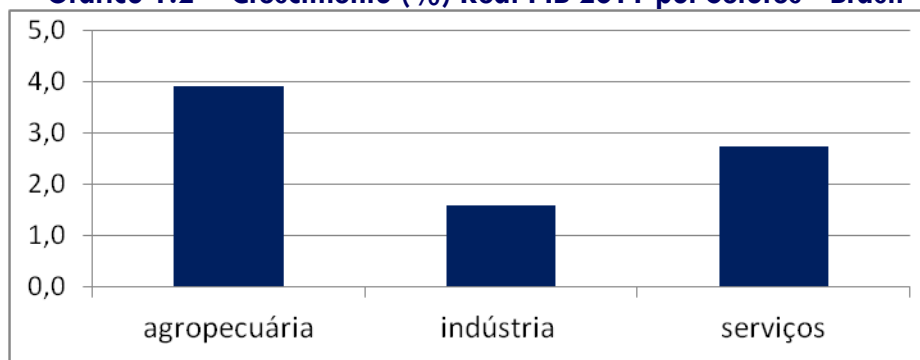
Gráfico 1.1 - Crescimento (%) Real PIB 2006 a 2011 - Brasil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Setorialmente, em 2011, a agropecuária apresentou crescimento real de 3,9%, os serviços apresentaram expansão real de 2,7%, e a indústria, de 1,6% (Gráfico 1.2).

Gráfico 1.2 - Crescimento (%) Real PIB 2011 por Setores - Brasil

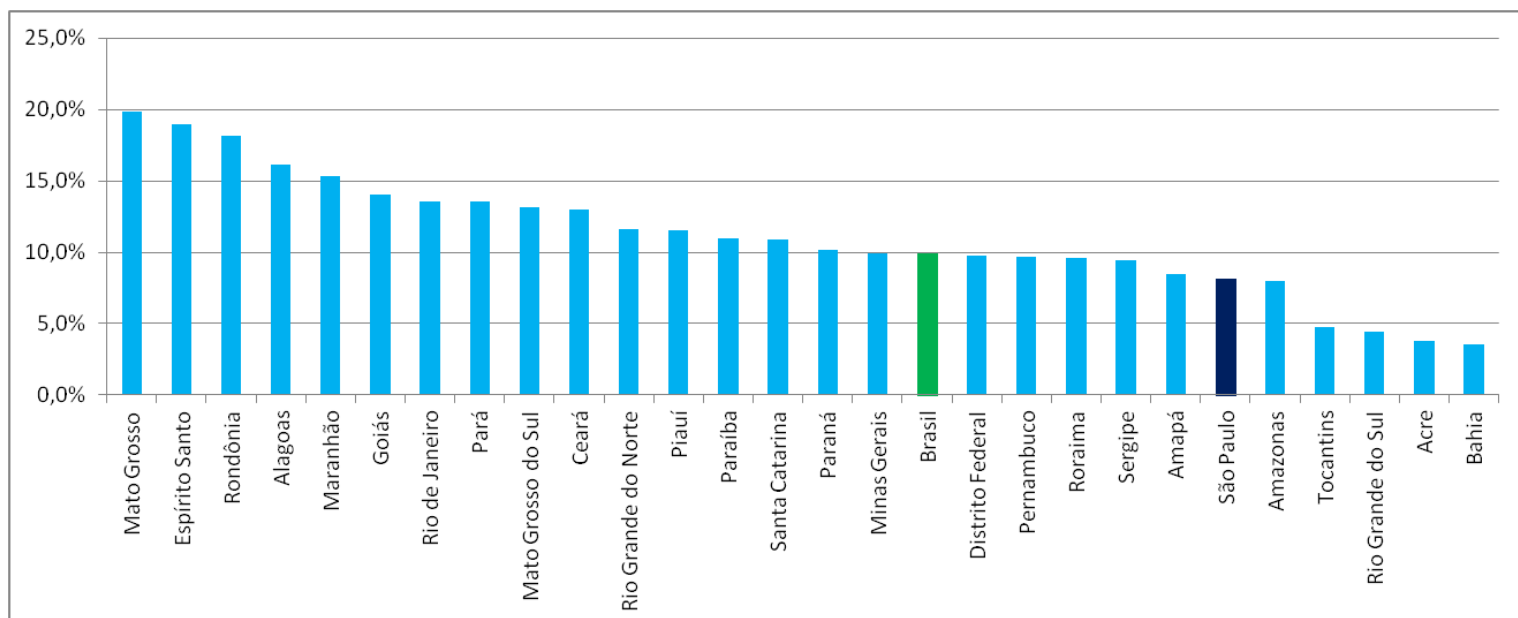


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

* Publicado no Indicador Metropolitano nº 31 - dezembro/2013.

O Gráfico 1.3 apresenta o crescimento nominal dos PIBs estaduais em 2011 em relação ao ano de 2010. O estado do Mato Grosso foi o que apresentou maior crescimento nominal em 2011, de 19,8%, puxado pela expansão da sua produção agropecuária. O maior PIB estadual (de R\$ 1,35 trilhão, representando 32,6% do PIB nacional) é o de São Paulo, que obteve em 2011 um crescimento nominal de 8,2%, abaixo da média nacional devido ao desempenho mais fraco do setor industrial.

Gráfico 1.3 - Crescimento (%) Nominal do PIB 2011/2010 por Estado da Federação



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

A Tabela 1.1 lista os valores, em reais correntes, dos 20 maiores PIBs municipais do ano de 2011 e a sua respectiva participação percentual no PIB brasileiro. O município de São Paulo, que encabeça a lista com o PIB de R\$ 477,0 bilhões, teve a maior queda de participação no PIB nacional, caindo de 11,76%, em 2010, para 11,51%, em 2011. Campos dos Goytacazes - RJ foi o município que apresentou o maior ganho na participação no PIB brasileiro, de 0,69%, em 2010, para 0,90% em 2011, devido, principalmente, às atividades de exploração de petróleo e gás natural e à alta do preço do barril de petróleo.

Tabela 1.1 - 20 Maiores PIBs Municipais 2011

Posição	Município	PIB 2011 em R\$ mil	Part. % no Total 2010	Part. % no Total 2011
1º	São Paulo - SP	477.005.597	11,76%	11,51%
2º	Rio de Janeiro - RJ	209.366.429	5,04%	5,05%
3º	Brasília - DF	164.482.129	3,98%	3,97%
4º	Curitiba - PR	58.082.416	1,42%	1,40%
5º	Belo Horizonte - MG	54.996.326	1,37%	1,33%
6º	Manaus - AM	51.025.146	1,28%	1,23%
7º	Porto Alegre - RS	45.506.017	1,14%	1,10%
8º	Guarulhos - SP	43.476.753	0,99%	1,05%
9º	Fortaleza - CE	42.010.111	0,98%	1,01%
10º	Campinas - SP	40.525.214	0,97%	0,98%
11º	Osasco - SP	39.283.027	0,97%	0,95%
12º	Salvador - BA	38.819.520	0,97%	0,94%
13º	Campos dos Goytacazes - RJ	37.205.791	0,69%	0,90%
14º	São Bernardo do Campo - SP	36.337.338	0,94%	0,88%
15º	Recife - PE	33.149.385	0,80%	0,80%
16º	Barueri - SP	31.935.455	0,74%	0,77%
17º	Santos - SP	31.544.843	0,73%	0,76%
18º	Vitória - ES	28.357.258	0,66%	0,68%
19º	Betim - MG	28.085.221	0,75%	0,68%
20º	Goiânia - GO	27.668.222	0,65%	0,67%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Entre os 20 maiores PIBs, encontram-se cinco municípios da RMSP: São Paulo (1º), Guarulhos (8º), Osasco (11º), São Bernardo do Campo (14º) e Barueri (16º). Destes, apenas os PIBs de Guarulhos e Barueri cresceram acima na média nacional, e, portanto, apresentaram crescimento na participação no PIB brasileiro.

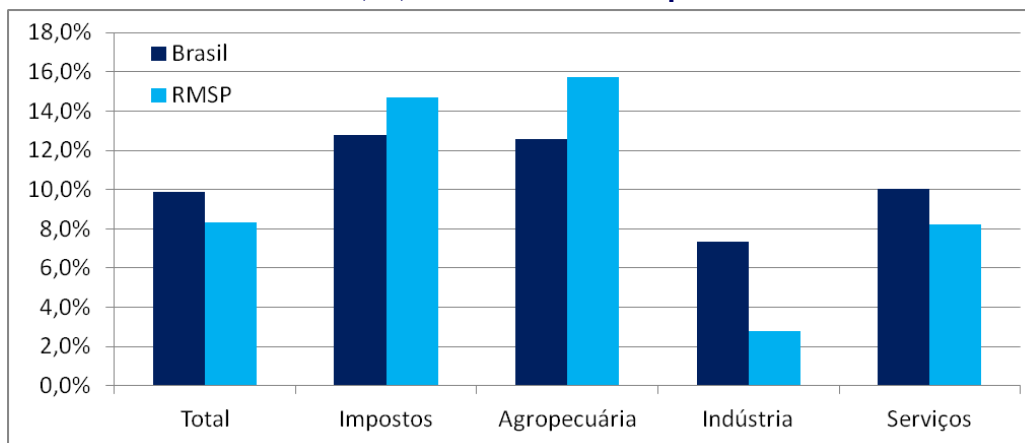
PIB da Região Metropolitana de São Paulo

O PIB da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP apresentou um crescimento nominal de 8,3%, o que representou um crescimento real de 1,2% em relação a 2010. Em termos relativos, o desempenho foi um pouco inferior ao nacional (9,9% nominal), fazendo com que caísse a participação da RMSP no PIB nacional, de 18,61% para 18,35%.

Em valores correntes, o PIB da RMSP atingiu R\$ 760,0 bilhões, valor que representa 56,3% do PIB paulista e que é superior ao PIB dos demais estados da federação.

Decompondo setorialmente, observa-se que o crescimento menor observado na RMSP em relação ao observado nacionalmente deveu-se, em maior parte, ao desempenho da indústria, que responde por 19,1% do PIB da região. Na RMSP, a produção da indústria apresentou expansão nominal de 2,8%, enquanto que, nacionalmente, o crescimento foi de 7,3%.

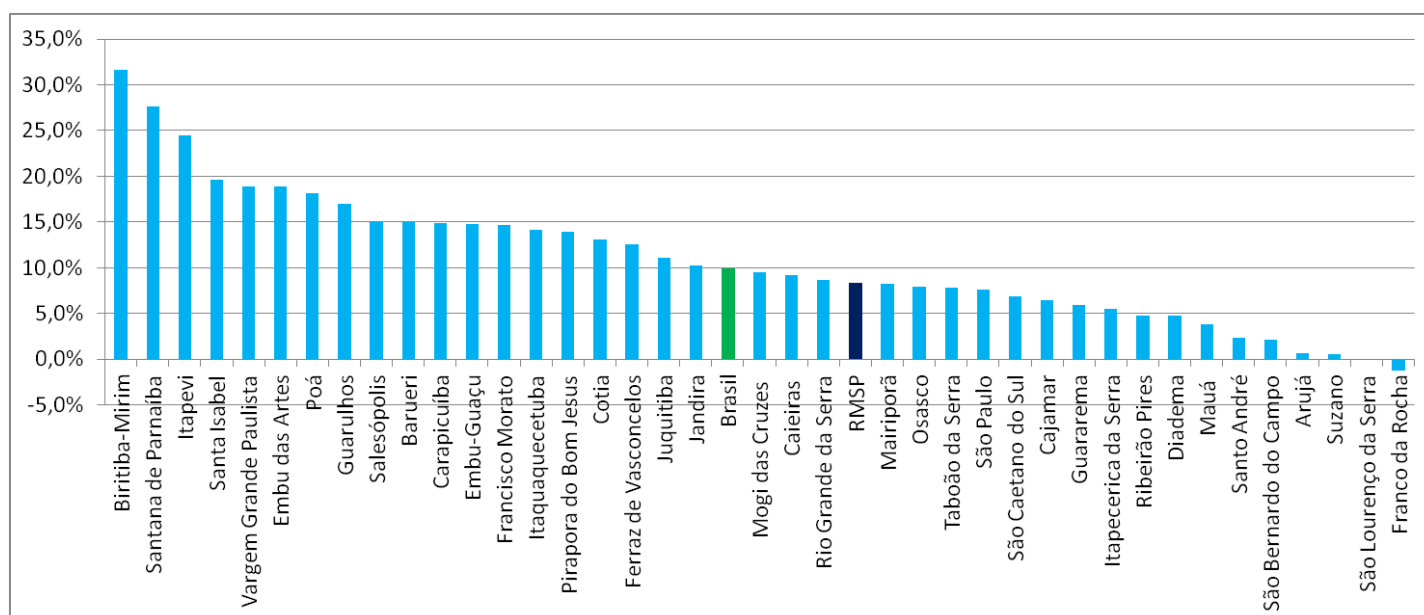
Gráfico 1.4 - Crescimento (%) Nominal PIB 2011 por Setores - RMSP e Brasil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

O Gráfico 1.5 exibe as taxas de crescimento do PIB de cada um dos municípios da RMSP em 2011 em relação ao ano de 2010:

Gráfico 1.5 - Crescimento Nominal % do PIB 2011/2010 - Municípios da RMSP



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

O município de Biritiba-Mirim foi o que apresentou a maior taxa de crescimento, 31,6%. Setorialmente, esse crescimento foi igualmente distribuído: a agropecuária expandiu 30,8%; a indústria, 31,9%; e os serviços, 32,1%. Na sequência, destacam-se os municípios de Santana de Parnaíba e Itapevi, cujos PIBs cresceram, respectivamente, 27,7% e 24,5%, impulsionados pelos seus setores de serviços, que expandiram, em ordem, 38,5% e 25,3%.

O PIB do município de São Paulo registrou expansão nominal de 7,6%. O setor de serviços cresceu, nominalmente, 6,8%; o valor da produção da indústria expandiu 3,8%; a agropecuária, 5,5% e o valor dos impostos sobre os produtos, 13,6%.

A Tabela 1.2 apresenta os valores dos PIBs de cada município da RMSP e a respectiva participação percentual no PIB metropolitano.

Tabela 1.2 - PIBs Municipais 2011 - RMSP - em R\$ mil

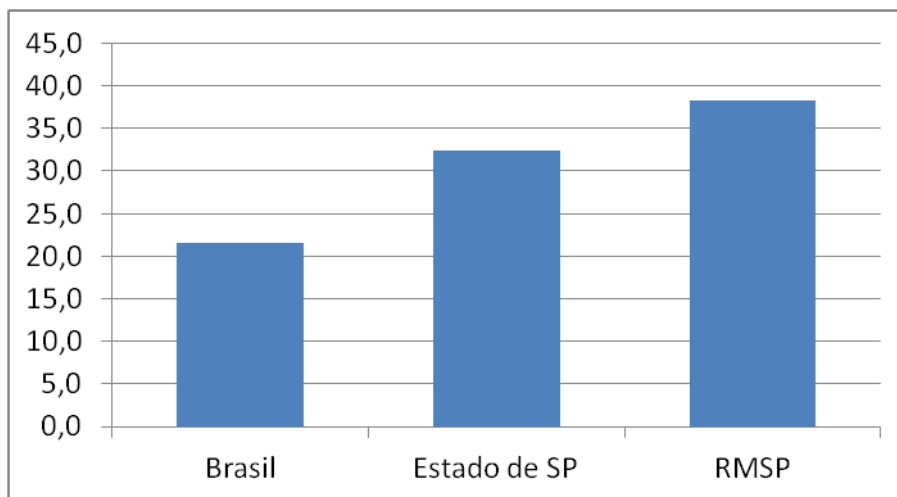
Posição	Município	PIB 2011 mil	R\$ Part. % no PIB RMSP
1º	São Paulo	477.005.597	62,76%
2º	Guarulhos	43.476.753	5,72%
3º	Osasco	39.283.027	5,17%
4º	São Bernardo do Campo	36.337.338	4,78%
5º	Barueri	31.935.455	4,20%
6º	Santo André	17.664.718	2,32%
7º	Diadema	11.786.624	1,55%
8º	São Caetano do Sul	11.762.744	1,55%
9º	Mogi das Cruzes	9.646.383	1,27%
10º	Mauá	7.633.782	1,00%
11º	Cotia	7.024.820	0,92%
12º	Itapevi	6.410.254	0,84%
13º	Cajamar	5.855.961	0,77%
14º	Suzano	5.788.817	0,76%
15º	Embu das Artes	5.285.060	0,70%
16º	Taboão da Serra	5.176.755	0,68%
17º	Santana de Parnaíba	4.647.639	0,61%
18º	Carapicuíba	3.938.953	0,52%
19º	Itaquaquecetuba	3.717.298	0,49%
20º	Itapeçerica da Serra	3.694.712	0,49%
21º	Poá	3.243.396	0,43%
22º	Caieiras	2.065.535	0,27%
23º	Arujá	2.058.998	0,27%
24º	Ribeirão Pires	1.978.256	0,26%
25º	Franco da Rocha	1.936.098	0,25%
26º	Jandira	1.818.176	0,24%
27º	Ferraz de Vasconcelos	1.805.024	0,24%
28º	Mairiporã	1.284.554	0,17%
29º	Francisco Morato	1.112.977	0,15%
30º	Santa Isabel	907.241	0,12%
31º	Vargem Grande Paulista	892.623	0,12%
32º	Embu-Guaçu	685.856	0,09%
33º	Rio Grande da Serra	529.413	0,07%
34º	Guararema	484.022	0,06%
35º	Biritiba-Mirim	379.256	0,05%
36º	Juquitiba	285.469	0,04%
37º	Salesópolis	201.364	0,03%
38º	São Lourenço da Serra	158.257	0,02%
39º	Pirapora do Bom Jesus	144.959	0,02%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

PIB per capita da Região Metropolitana de São Paulo

Empregando os dados de estimativa populacional para 2011 é possível calcular o PIB *per capita*, que representa um indicador mais preciso do desenvolvimento econômico do município. Conforme o Gráfico 1.6 mostra, o PIB *per capita* da RMSP alcançou, em 2011, R\$ 38,3 mil, valor 18,2% superior ao PIB *per capita* do Estado de São Paulo, que atingiu R\$ 32,4 mil, e 78,0% superior ao PIB *per capita* do Brasil, que foi R\$ 21,5 mil.

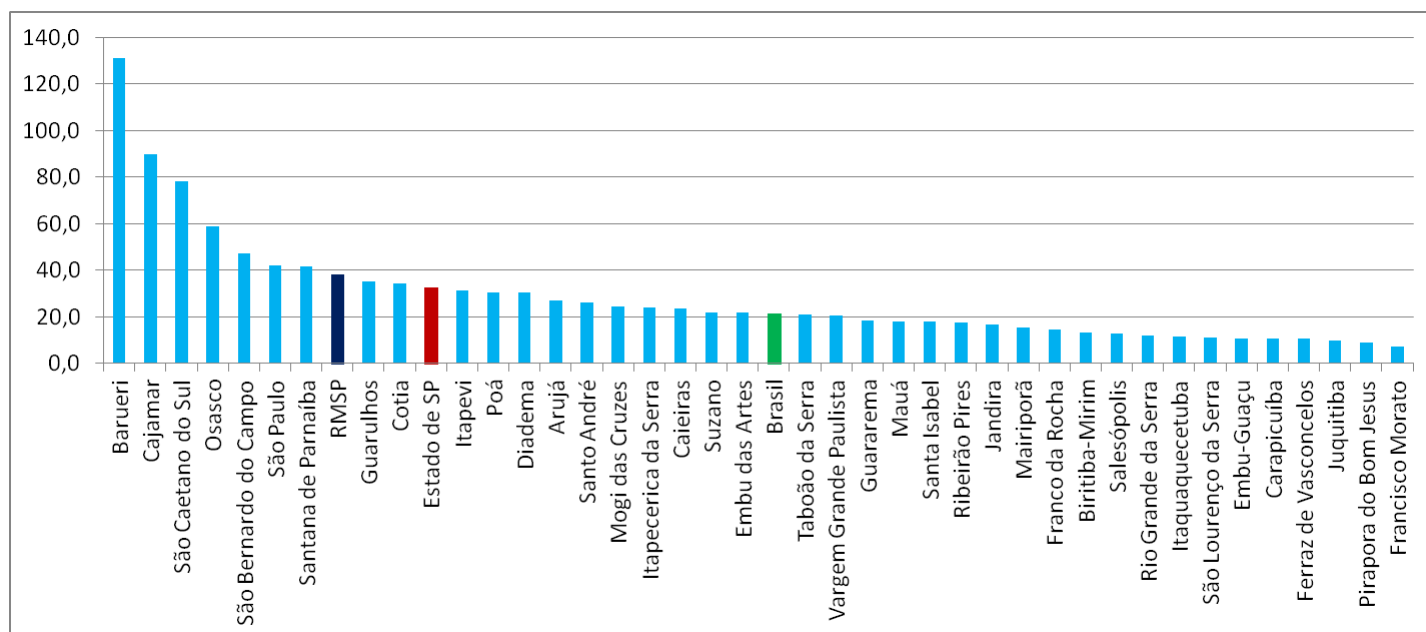
Gráfico 1.6 - PIB per capita 2011- Brasil, Estado de SP e RMSP - em R\$ mil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

O Gráfico 1.7 ilustra o PIB per capita 2011 dos municípios da RMSP.

Gráfico 1.7 - PIB per capita 2011 - Municípios da RMSP - em R\$ mil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

De acordo com o Gráfico 1.7, apesar do PIB *per capita* médio da RMSP ser significativamente superior à média nacional, em 20 municípios da RMSP o PIB *per capita* é inferior ao do país. Apenas sete municípios obtiveram PIBs *per capita* maiores que a média da RMSP: Barueri (R\$ 131,3 mil), Cajamar (R\$ 89,9 mil), São Caetano do Sul (R\$ 78,4 mil), Osasco (R\$ 58,8 mil), São Bernardo do Campo (R\$ 47,2 mil), São Paulo (R\$ 42,2 mil) e Santana de Parnaíba (R\$ 41,7 mil).

A Tabela 1.3 apresenta os valores dos PIBs per capita dos municípios da RMSP.

Tabela 1.3 - PIBs per capita 2011 - RMSP

Posição	Município	PIB 2011 R\$
1º	Barueri	131.291
2º	Cajamar	89.899
3º	São Caetano do Sul	78.438
4º	Osasco	58.822
5º	São Bernardo do Campo	47.176
6º	São Paulo	42.153
7º	Santana de Parnaíba	41.712
8º	Guarulhos	35.248
9º	Cotia	34.242
10º	Itapevi	31.467
11º	Poá	30.370
12º	Diadema	30.333
13º	Arujá	27.052
14º	Santo André	26.035
15º	Mogi das Cruzes	24.596
16º	Itapecerica da Serra	23.934
17º	Caieiras	23.551
18º	Suzano	21.838
19º	Embu das Artes	21.773
20º	Taboão da Serra	20.863
21º	Vargem Grande Paulista	20.385
22º	Guararema	18.512
23º	Mauá	18.125
24º	Santa Isabel	17.800
25º	Ribeirão Pires	17.395
26º	Jandira	16.587
27º	Mairiporã	15.560
28º	Franco da Rocha	14.513
29º	Biritiba-Mirim	13.133
30º	Salesópolis	12.798
31º	Rio Grande da Serra	11.896
32º	Itaquaquecetuba	11.420
33º	São Lourenço da Serra	11.216
34º	Embu-Guaçu	10.849
35º	Carapicuíba	10.603
36º	Ferraz de Vasconcelos	10.599
37º	Juquitiba	9.874
38º	Pirapora do Bom Jesus	9.066
39º	Francisco Morato	7.132

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

13. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal - IFDM (Edição 2014)*

1.1 - Introdução

Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM é um indicador elaborado pela FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) que procura acompanhar o desenvolvimento dos municípios brasileiros em três áreas – Emprego & Renda, Educação e Saúde. O índice é construído com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos Ministérios do Trabalho, da Educação e da Saúde, concedendo igual ponderação às três áreas analisadas. De leitura simples, varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento. Com base nessa metodologia, define-se a seguinte classificação, a depender do valor alcançado pelo índice: entre 0 e 0,4, baixo desenvolvimento; entre 0,4 e 0,6, desenvolvimento regular; entre 0,6 e 0,8, desenvolvimento moderado; e entre 0,8 e 1,0, alto desenvolvimento.

A edição 2014 do IFDM traz a atualização dos índices com dados de 2011 e algumas mudanças metodológicas, o que fez a FIRJAN “recalcular” os valores passados do indicador (até 2005), tendo em vista a possibilidade de se realizar comparações entre os anos. Este artigo faz, basicamente, um comparativo com o ano anterior (2010) e com o início da série recalculada (2005). A seguir, são apresentados os resultados tanto do índice geral (IFDM), quanto em cada uma das três áreas que compõem o índice global – quais sejam, Emprego & Renda (IFDM - Emprego & Renda), Educação (IFDM - Educação) e Saúde (IFDM – Saúde).

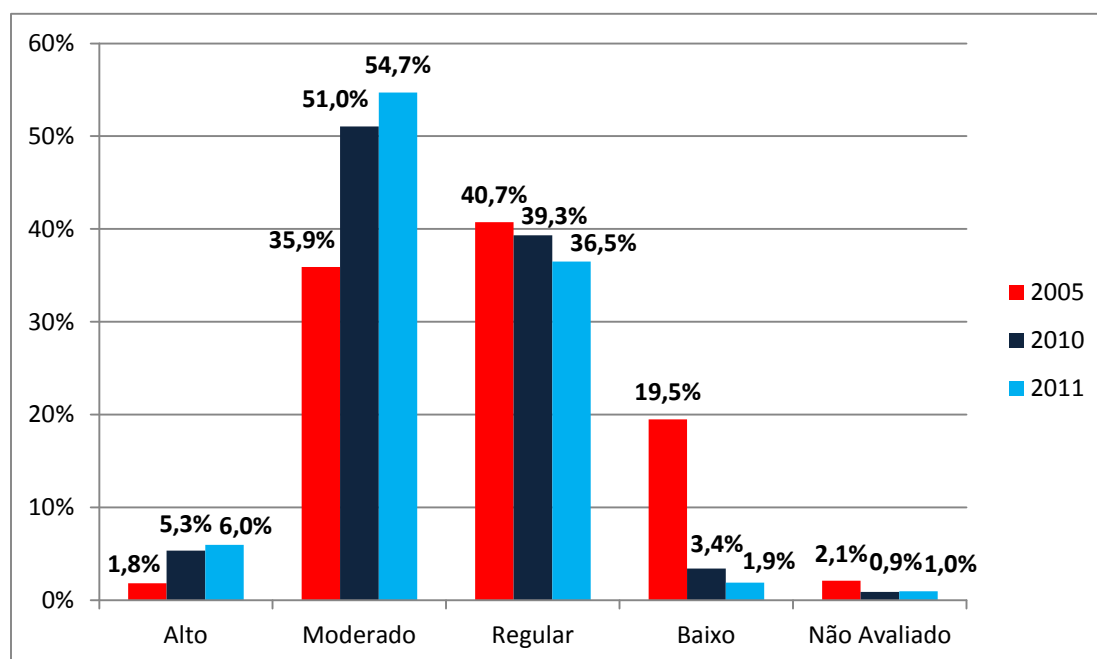
1.1 - IFDM

Em 2010 o Brasil obteve um IFDM de 0,719154, o que o classifica como um país de “desenvolvimento moderado”. Em 2011 o índice passou para 0,732024, uma melhora de 1,8%. Comparando com o início da série (2005), o índice saiu de 0,613565 para os 0,732024 já mencionados, uma melhora de 19,31% em 7 anos (uma média de 2,7% ao ano). Em 2011, 6% do total de municípios brasileiros (que totalizam 5.565 municípios) apresentaram índice de desenvolvimento alto segundo os critérios do IFDM, enquanto

* Publicado no Indicador Metropolitano nº 37 - junho/2014.

apenas 1,9% ficaram na faixa de baixo desenvolvimento, contra 3,4% em 2010. Em 2005, 19,5% dos municípios apresentavam baixo desenvolvimento, o que implica em uma queda de 82,4% no período 2005-2011. A grande massa de municípios (92,1%), apresentou desenvolvimento regular ou moderado em 2011. O gráfico 1.1 traz a distribuição dos municípios por faixa de desenvolvimento em 2005, 2010 e 2011:

Gráfico 1.1 - Distribuição dos municípios por faixa de desenvolvimento



Fonte: FIRJAN - IFDM (Edição 2014) - link: <http://www.firjan.org.br/ifdm/downloads/>

As regiões Sul e Sudeste, que juntas totalizam 51% dos municípios brasileiros, mantiveram a predominância entre os 500 maiores IFDMs com 93,2% de participação em 2011. Já o Norte e Nordeste, onde estão 40% dos municípios brasileiros, foram dominantes entre os 500 menores IFDMs, com uma participação de 96,4% em 2011. No ranking dos 10 melhores municípios, há apenas municípios paulistas, repetindo o que ocorreu em 2010. A Tabela 1.1 traz esses dados.

Tabela 1.1 - 10 Municípios com maior IFDM

Pos. em 2011	Pos. em 2010	UF	Município	IFDM
1	5	SP	Louveira	0,9161
2	2	SP	São José do Rio Preto	0,9156
3	4	SP	São Caetano do Sul	0,9041
4	10	SP	Barueri	0,9038
5	24	SP	Santos	0,9023
6	9	SP	Votuporanga	0,9016
7	1	SP	Amparo	0,9007
8	82	SP	Vinhedo	0,8985
9	3	SP	Indaiatuba	0,8969
10	16	SP	Jundiaí	0,8952

Fonte: FIRJAN - IFDM (Edição 2014) - link: <http://www.firjan.org.br/ifdm/downloads/>

Ainda no âmbito nacional, olhando para as capitais, Curitiba manteve o primeiro lugar com um índice de 0,8678 (contra 0,8636 em 2010). São Paulo, que havia caído para terceira posição em 2010, voltou ao segundo lugar com um IFDM de 0,8642 e Vitória (ES), que detinha o segundo maior IFDM em 2010 caiu para terceiro em 2011 com um indicador de 0,8462. Entre as capitais com índices mais baixos, Macapá (AP) continuou na última posição com um IFDM de 0,6374 e Maceió (AL) foi a penúltima com 0,6665. A Tabela 1.2 traz o ranking das 5 melhores e das 5 piores capitais em termos de valores do IFDM.

Tabela 1.2 - 5 capitais com maior e menor IFDM

Pos. em 2011	Pos. em 2010	UF	Capital	IFDM
MAIORES IFDM - CAPITALS				
1	1	PR	Curitiba	0,8678
2	3	SP	São Paulo	0,8642
3	2	ES	Vitória	0,8462
4	5	TO	Palmas	0,8413
5	4	SC	Florianópolis	0,8348
MENORES IFDM - CAPITALS				
23	22	RR	Boa Vista	0,7106
24	26	AM	Manaus	0,7051
25	24	PA	Belém	0,7020
26	25	AL	Maceió	0,6665
27	27	AP	Macapá	0,6374

Fonte: FIRJAN - IFDM (Edição 2014) - link: <http://www.firjan.org.br/ifdm/downloads/>

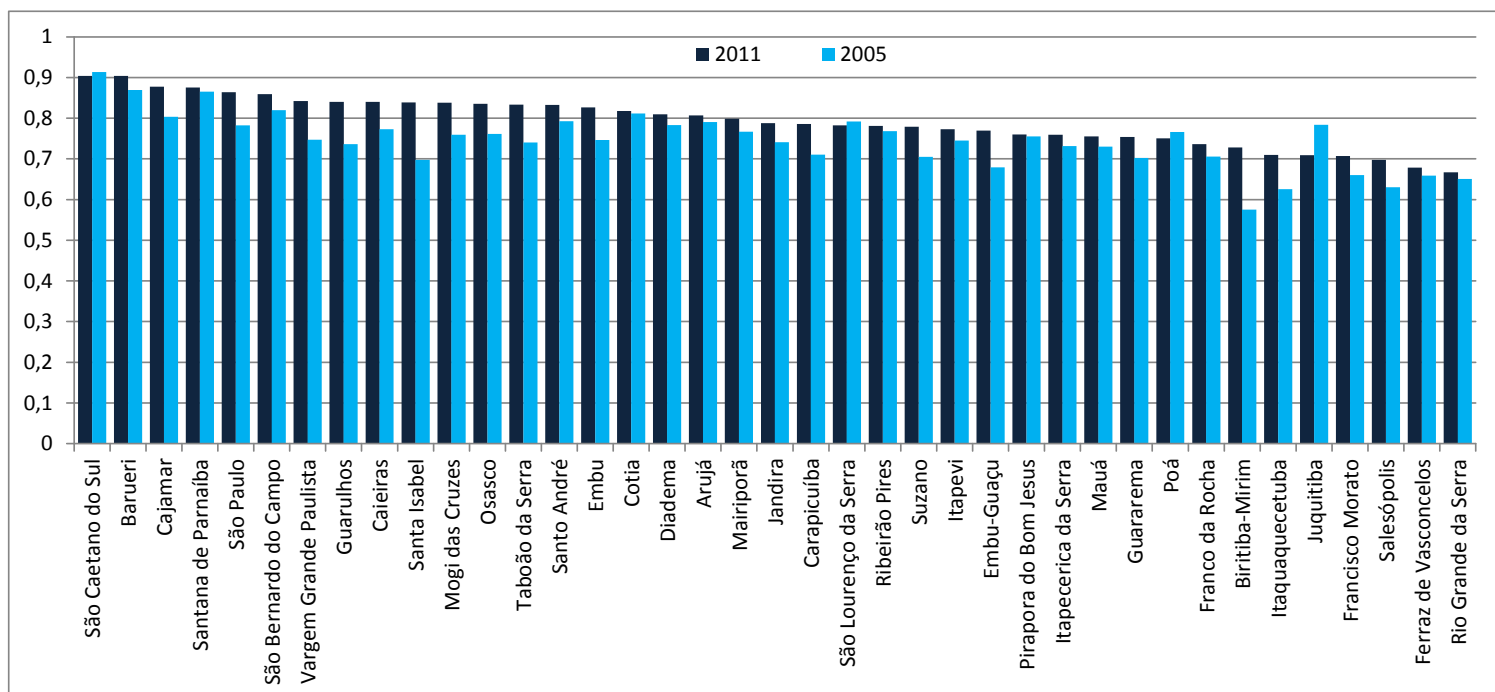
Em relação à RMSP, considerando os dados de 2011, São Caetano do Sul, apesar de ter seu IFDM levemente reduzido, continua sendo o município mais bem colocado (com IFDM de 0,9040 em 2011 contra 0,9074 em 2010), seguido de Barueri (0,9037), Cajamar (0,8777), Santana do Parnaíba (0,8753) e São Paulo (0,8642). Em 2010, 19 municípios da RMSP (de um total de 39, ou seja, 48,7% dos municípios da RMSP) apresentavam IFDMs entre (não incluso) 0,8 e 1, o que caracterizaria “alto desenvolvimento”. Em 2011 esse número caiu para 18 (46,2% do total). Os outros 20 municípios apresentam IFDM entre 0,8 e 0,6, o que os caracterizaria como tendo “desenvolvimento moderado”. Destes municípios, Rio Grande da Serra, com 0,6667 de IFDM, Ferraz de Vasconcelos, com 0,6781 e Salesópolis com 0,6976 apresentam os menores índices da RMSP. Olhando para os números de 2005, a RMSP tinha 1 município com desenvolvimento regular (2,6% do total) contra nenhum em 2011, 32 com desenvolvimento moderado (82%) contra 20 em 2011, e apenas 6 na faixa de alto desenvolvimento (15,4%); em 2011, 19 municípios estão nessa faixa.

Comparando as variações de IFDM entre 2010 e 2011, 21 municípios da RMSP apresentaram melhora dos seus respectivos índices, com destaque para Francisco Morato com variação de 9,81% (de 0,6437 em 2010 para 0,7068 em 2011), Juquitiba com 6,28% (de 0,6672 em 2010 para 0,7091 em 2011) e Embu com 6,05% (de 0,7790 para 0,8262). São Paulo obteve variação positiva de 1,55% saindo de 0,8509 em 2010 para 0,8642 em 2011. Dentre os 18 municípios que obtiveram um IFDM pior em 2011, destacam-se: Arujá, com -5,96% (de 0,8579 em 2010 para 0,8068 em 2011), Ribeirão Pires, com -5,16% (de 0,8237 para 0,7812) e Ferraz de Vasconcelos, que obteve variação negativa de 4,73% (de 0,7118 em 2010 para 0,6781 em 2011).

Olhando para o período total de disponibilidade dos dados (2005-2010), 4 municípios apresentaram piora nos seus IFDMs: Juquitiba, que em 2005 obteve um IFDM de 0,7835 e em 2011 obteve 0,7091 (queda de 9,5%), Poá, que de 0,7661 em 2005 passou para 0,7507 em 2011 (queda de 2%), São Lourenço da Serra, com queda de 1,17% (0,7919 em 2005 para 0,7826 em 2011) e São Caetano do Sul que tinha um IFDM de 0,9136 em 2005 e em 2011 obteve 0,9040 (queda de 1%). Biritiba Mirim, Santa Isabel, Guarulhos, Itaquaquetuba e Embu-Guaçu apresentaram as 5 maiores variações (todas acima de 13%, sendo a máxima, 26,53%, de Biritiba Mirim). A melhoria no desenvolvimento da RMSP pode ser mais bem observada quando se percebe que, em 2005, apenas 6 municípios apresentavam IFDM acima de 0,8 (alto desenvolvimento), enquanto os outros

33 apresentavam índices abaixo de 0,8, sendo que Biritiba Mirim, com 0,5753 figurava como município com desenvolvimento regular. Já em 2011 não há mais municípios com IFDM abaixo de 0,6 (o menor é de 0,6667 do município de Rio Grande da Serra) e 18 dos 39 municípios apresentam índice superior a 0,8 (alto desenvolvimento). O Gráfico 1.2 coloca lado a lado os IFDM de 2005 e 2011 dos 39 municípios da RMSP.

Gráfico 1.2 - IFDM - Municípios da Região metropolitana de São Paulo



Fonte: FIRJAN - IFDM (Edição 2014) - link: <http://www.firjan.org.br/ifdm/downloads/>

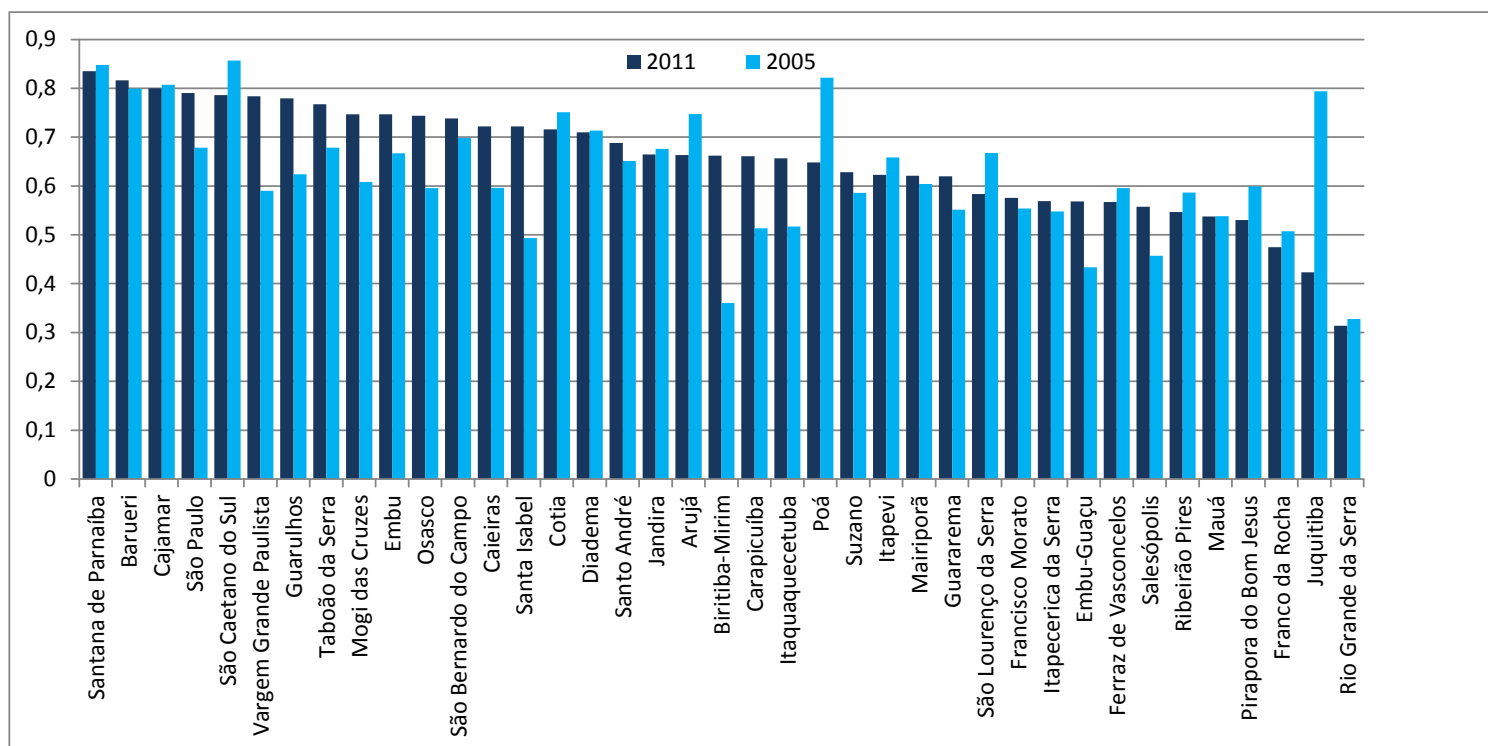
1.2 - IFDM - Emprego & Renda

O IFDM - Emprego & Renda acompanha a movimentação e as características do mercado de trabalho, com base nos dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho. Na edição de 2014 do IFDM, a FIRJAN alterou a metodologia deste componente. As vertentes emprego e renda continuam tendo o mesmo peso nesse indicador (50% cada), porém foram incluídas novas variáveis como grau de formalização no mercado de trabalho e desigualdade.

Em 2011, o IFDM – Emprego & Renda brasileiro ficou em 0,7218, uma leve queda de 0,58% frente a 2010, quando o mesmo índice chegou a 0,7260. Olhando para o período todo (de 2005 a 2011), o crescimento foi de 20,09% (crescimento médio anual de 2,65%), com o índice saindo de 0,6011 em 2005 para os já mencionados 0,7218 de 2011.

São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina são os estados com mais cidades posicionadas entre os 500 IFDMs – Emprego & Renda mais altos (130 municípios, 73 e 59 respectivamente). No caso de São Paulo, em comparação com 2010, houve um pequeno aumento nesse número (em 2010, 128 municípios paulistas estavam entre os 500 primeiros, enquanto em 2011 o número foi para 130). Minas Gerais permaneceu estável (73 municípios nos dois anos), enquanto Santa Catarina apresentou redução entre os 500 melhores (saiu de 67 para 59). Em termos relativos, o Rio de Janeiro foi o primeiro quando se considera o percentual de municípios entre os 500 primeiros (21,74% dos municípios fluminenses estão entre os 500 mais altos IFDM – Emprego & Renda). Ipojuca em Pernambuco, Itabira e Nova Lima em Minas Gerais, Louveira em São Paulo e Parauapebas no Pará são os cinco municípios com maior IFDM – E&R em 2011.

Gráfico 1.3 - IFDM Emprego & Renda - Municípios da Região metropolitana de São Paulo



Fonte: FIRJAN - IFDM (Edição 2014) - link: <http://www.firjan.org.br/ifdm/downloads/>

No que diz respeito à RMSP, o Gráfico 1.3 mostra que em 2011 somente Santana de Parnaíba e Barueri ultrapassaram a marca do 0,8, com IFDM - Emprego & Renda de 0,8352 e 0,8163 respectivamente. Olhando para a evolução dos municípios entre 2005 e 2011, Biritiba Mirim, Santa Isabel e Vargem Grande Paulista apresentam as três maiores variações (83,68%, 46,32% e 32,81% respectivamente). Municípios como Juquitiba, Poá

e São Lourenço da Serra, por outro lado, apresentaram quedas consideráveis neste índice (-46,68%, -21,13% e -12,56% respectivamente). O Município de São Paulo apresentou variação positiva para o período (16,56%), indo de 0,6781 em 2005 para 0,7904 em 2011. Olhando para 2010, o crescimento foi de 4,23% (0,7904 em 2011 contra 0,7583 em 2010). Utilizando a classificação oferecida pela FIRJAN, em 2011, apenas 2 municípios, 5,1% do total de municípios da RMSP, apresentaram IFDM – E&R acima de 0,8 (alto desenvolvimento), 25 estão entre 0,6 e 0,79 (desenvolvimento moderado), 11 com índices entre 0,6 e 0,4 (desenvolvimento regular) e 1 com baixo desenvolvimento (entre 0,4 e 0). A Tabela 1.3 mostra a evolução (em porcentagem) dessa distribuição entre 2005, 2010 e 2011.

Tabela 1.3 - Porcentagem de municípios por faixa de desenvolvimento no IFDM - Emprego & Renda

Faixa - IFDM E&R	2005	2010	2011
Baixo	5,1%	5,1%	2,6%
Regular	43,6%	15,4%	28,2%
Moderado	41,0%	64,1%	64,1%
Alto	10,3%	15,4%	5,1%

Fonte: FIRJAN - IFDM (Edição 2014) - link: <http://www.firjan.org.br/ifdm/downloads/>

1.3 - IFDM - Educação

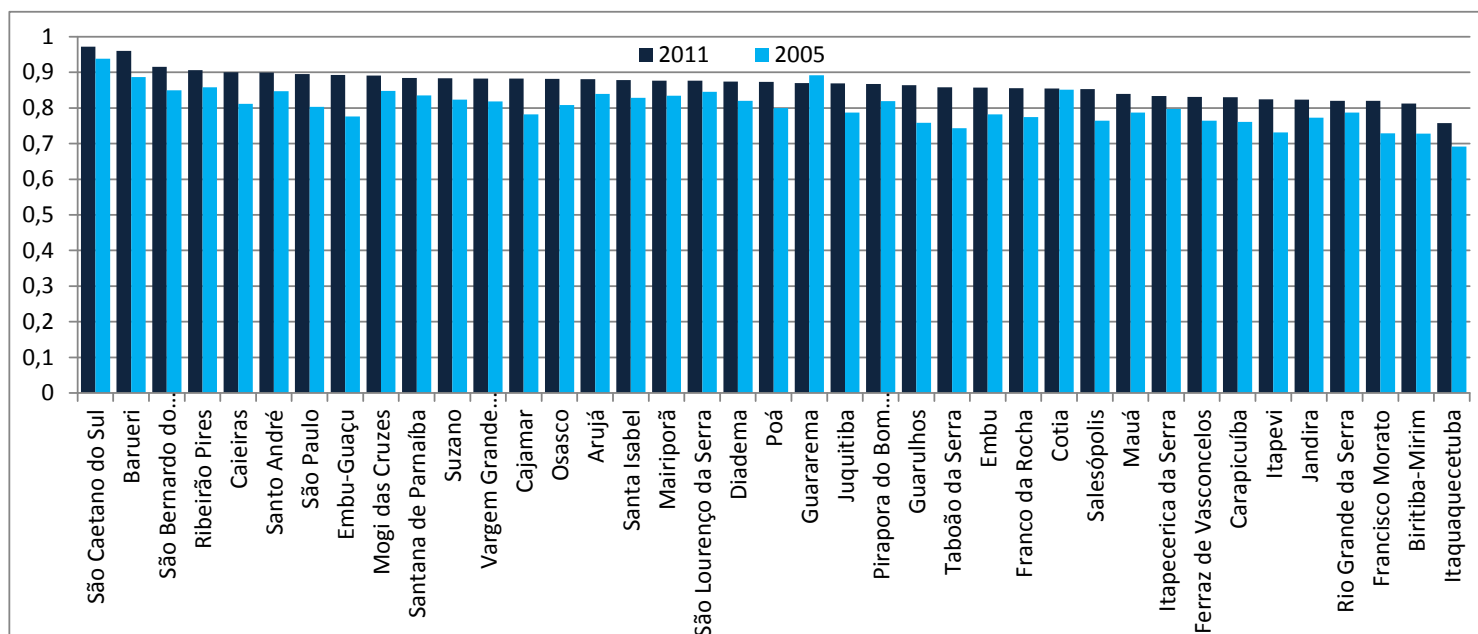
O IFDM - Educação foi idealizado para captar tanto a oferta como a qualidade da educação do ensino fundamental e pré-escolar oferecida nos municípios brasileiros, em escolas públicas e privadas, segundo as competências constitucionais de todo município. Ao ensino fundamental foi atribuído peso de 80% do IFDM e o residual de 20% foi alocado para o ensino infantil. Segundo dados disponibilizados pelo Ministério da Educação, as variáveis que compõem o cálculo do IFDM - Educação são: taxa de matrícula na educação infantil, taxa de abandono, taxa de distorção idade-série, percentual de docentes com ensino superior, média de horas-aula diárias e resultado do IDEB. Não houve inclusão de novas variáveis na revisão metodológica, porém a FIRJAN realizou uma atualização dos parâmetros de desenvolvimento em metas de governo e em padrões internacionais.

O IFDM – Educação nacional de 2011 ficou em 0,7354, maior do que o registrado em 2010, quando atingiu 0,7081 (um crescimento de 3,85%). Entre as capitais, assim como em 2010, São Paulo aparece na primeira colocação com um IFDM – Educação de

0,8948, seguido de Vitória (0,8707) e Palmas (0,8577). Completam as capitais com IFDM maior que 0,8 (alto desenvolvimento), Florianópolis (0,8400), Curitiba (0,8293), Belo Horizonte (0,8192), Rio de Janeiro (0,8118) e Brasília (0,8030). Considerando todos os municípios, os municípios paulistas dominam as primeiras colocações – dentre os 100 primeiros, apenas 3 não são paulistas. Quatro municípios obtiveram o IFDM – Educação máximo (Santa Salete, Borá, Gabriel Monteiro e Marinópolis, todos do estado de São Paulo), número maior do que o registrado em 2010, quando apenas 1 município conseguiu o feito (Fernão, SP). O menor índice neste quesito foi observado em Bagre, no Pará (0,2743).

Quanto aos municípios da RMSP, nota-se pelo gráfico 1.4 que 4 municípios da RMSP (10,2%) ultrapassavam, em 2011, o valor 0,9 do IFDM - Educação: São Caetano do Sul (0,9716), Barueri (0,9603), São Bernardo do Campo (0,9150) e Ribeirão Pires (0,9057) – os três primeiros foram os únicos a ultrapassar a casa dos 0,9 em 2010. Dos demais municípios, apenas Itaquaquecetuba (0,7576) atingiu um IFDM – Educação inferior a 0,8, todos os outros ficaram acima dos 0,8, o que significa a presença de “alto desenvolvimento” neste quesito. Em termos de variações, apenas Guararema (-3,22%), Cajamar (-1,05%) e Biritiba Mirim (-0,27%) apresentaram diminuição no seu índice. São Paulo, com 0,26%, foi a menor variação positiva. Olhando para o período 2005-2011, somente Guararema obteve variação negativa (-2,43%). Taboão da Serra e Embu-Guaçu registraram o maior crescimento; 15,46% e 15,09% respectivamente. São Paulo, que saiu de um IFDM-Educação de 0,8029 em 2005 para 0,8948 em 2011 (crescimento de 114%), alcançou a 9º maior variação dentre os municípios da RMSP.

Gráfico 1.4 - IFDM Educação - Municípios da Região metropolitana de São Paulo



Fonte: FIRJAN - IFDM (Edição 2014) - link: <http://www.firjan.org.br/ifdm/downloads/>

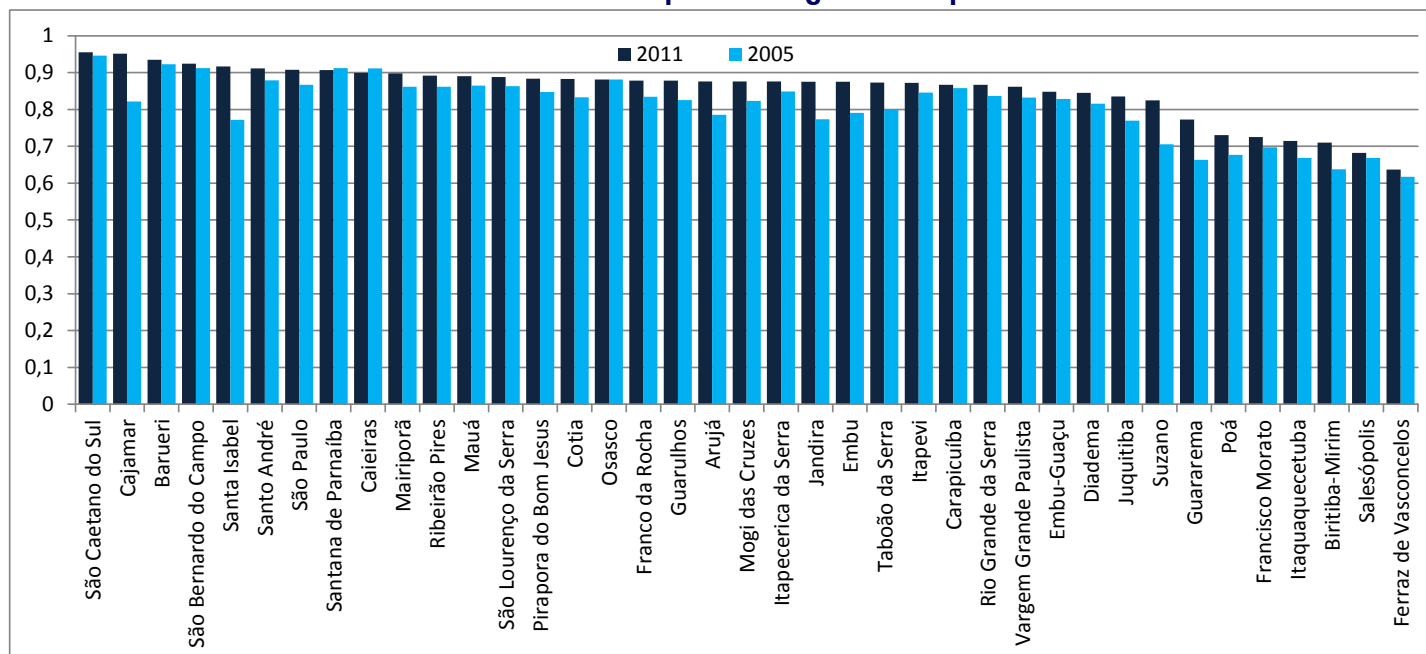
1.3 - IFDM - Saúde

O IFDM - Saúde tem como objetivo avaliar a qualidade do Sistema de Saúde Municipal referente à Atenção Básica. São utilizados os bancos de dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e do Sistema Internações Hospitalares (SIH), todos do DataSUS - Ministério da Saúde. Com a revisão metodológica realizada pela FIRJAN, esse indicador ganhou um novo componente: Internações Sensíveis à Atenção Básica, que acompanha as internações hospitalares que poderiam ter sido evitadas caso os serviços de atenção básica de saúde tivessem sido efetivos. As demais variáveis que formam esse componente são: percentual de gestantes com mais de seis consultas pré-natal; taxa de óbitos mal definidos; e taxa de óbitos infantis por causas evitáveis. Todas as variáveis tem igual peso na formação do IFDM-Saúde (25% cada).

Em 2011, o IFDM - Saúde nacional atingiu 0,7387, um pouco maior que o obtido em 2010 (0,7232 – crescimento de 2,15%). Os municípios do Rio Grande do Sul figuram no topo do ranking do IFDM - Saúde: 171 dos 500 maiores são gaúchos (em 2010 eram 186). Nos 500 melhores também há participação expressiva do Paraná e de São Paulo: 101 e 77 municípios, respectivamente (contra 96 e 80 em 2010). Em termos percentuais, o Rio Grande do Sul é o estado com o maior percentual de municípios entre os 500 maiores IFDM – Saúde (34,48%), seguido do Paraná (19,30%) e Santa Catarina (18,77%). São Paulo aparece em 4º, com 15,66% dos municípios entre os 500. Os três municípios com maior IFDM – Saúde em 2011 foram Trabiçu (SP) com 0,9997, Vila Flores (RS) com 0,9958 e Nicolau Vergueiro (RS), com 0,9954. Jacareacanga, no Pará, com 0,1622 obteve o menor índice.

No que diz respeito à RMSP, conforme demonstra o Gráfico 1.5, 8 municípios apresentaram índice IFDM - Saúde superior a 0,9 (exatamente como em 2010): São Caetano do Sul, Cajamar, Barueri, São Bernardo do Campo, Santa Isabel, Santo André, São Paulo e Santana de Parnaíba. Além desses 8 municípios, mais 24 apresentaram IFDM-Saúde indicativo de alto desenvolvimento, totalizando 82,05% dos municípios da RMSP. O restante (7 municípios – Guararema, Poá, Francisco Morato, Itaquaquecetuba, Biritiba Mirim, Salesópolis e Ferraz de Vasconcelos), foi classificado como municípios de desenvolvimento moderado nessa área (índice entre 0,6 e 0,8)

Gráfico 1.5 - IFDM Saúde - Municípios da Região Metropolitana de São Paulo



Fonte: FIRJAN - IFDM (Edição 2014) - link: <http://www.firjan.org.br/ifdm/downloads/>

Olhando para o período de 2005 a 2011, 3 municípios apresentaram leve retrocesso neste índice: Caieiras (-1,35%), Santana de Parnaíba (-0,58%) e Osasco (-0,01%). Os demais obtiveram melhoras, com destaque para Santa Isabel com 18,85% de crescimento, Suzano (16,98%) e Guararema (16,52%). São Paulo registrou 4,64% de variação, saindo de um índice de 0,8670 em 2005 para 0,9073 em 2011. Considerando os 2 últimos anos (2010 e 2011), Jandira obteve a maior variação positiva (13,46%), seguida de Suzano (4,78%) e Taboão da Serra (4,50%). Salesópolis, com -8,93%, Juquitiba (-4,13%) e Poá (-1,34%) apresentaram as piores variações.

1.4 Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo principal atualizar os dados sobre o IFDM divulgado pela FIRJAN. Na edição 2014 (referente ao ano de 2011), houve uma revisão metodológica por parte dos elaboradores do indicador visando buscar "(...) padrões de desenvolvimento encontrados em países mais avançados, utilizando-os como referência para os indicadores nacionais (...)”¹. Com isso, a série do IFDM até 2005 foi recalculada com base na nova metodologia, possibilitando a comparação com os novos valores divulgados. A atualização com informações de 2011 apenas reforçou a tendência de melhora, em termos de desenvolvimento dos municípios brasileiros nas três áreas estudadas

1 - Nova Metodologia 2014 – IFDM

(link: <http://www.firjan.org.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C908CEC462AE9DE0146727874AD08FA>)

(emprego, renda, educação e saúde). A porcentagem de municípios avaliados com desenvolvimento alto ou moderado subiu de 56,9% em 2010 para 61,2% em 2011, enquanto os municípios com desenvolvimento regular ou baixo caíram de 43,1% em 2010 para 38,8% em 2011. Olhando para o período de 2005 a 2011, em 2005, a maioria (61,48%) dos municípios registrou desenvolvimento baixo ou regular, contra os já mencionados 38,8% em 2011. Apenas 38,52% obtiveram índices de alto ou moderado desenvolvimento.

Especificamente sobre a RMSP, em 2005 51,28% dos municípios apresentavam IFDM – Educação relativo a alto desenvolvimento (superior a 0,8). Em 2011 esse número passou para 97,43% (apenas um município apresentou índice abaixo de 0,8). Para o quesito saúde, em 2005 64,1% dos municípios da RMSP apresentavam índices superiores a 0,8. Em 2011 a proporção foi para 82,05%. Em relação à área Emprego e Renda o quadro não se apresentou tão favorável. Em 2005, apenas 10,25% dos municípios da RMSP apresentavam alto desenvolvimento nessa área (4 municípios), em 2011 esse número recuou para 5,12% (2 municípios). Por outro lado, o número de municípios com desenvolvimento baixo ou regular nesse quesito, caiu de 48,7% (19 municípios) para 30,7% em 2011 (12).

Em termos gerais, em 2005, 15,4% dos municípios da RMSP (6 municípios), foram classificados como altamente desenvolvidos (IFDM superior a 0,8), enquanto em 2011 esse número subiu para 46,2% (18 municípios). Já a porcentagem de municípios com desenvolvimento baixo ou regular, que era 2,6% em 2005 (1 município), foi zerada em 2011. Comparando o ano de 2010 com 2011, houve ligeira piora na região, com 1 município saindo da classificação de “alto desenvolvimento” para “moderado” em 2011, o que reduziu a porcentagem de municípios nessa categoria de 48,7% para 46,2%.

Desenvolvimento Urbano

14. Uso do Solo Urbano no Município de São Paulo - 1991 a 2012*

Este estudo trata da evolução do uso do solo urbano no Município de São Paulo no período de 1991 a 2012. Foram utilizadas informações do endereço eletrônico <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/>, disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, que tiveram como base o Cadastro Territorial e Predial, de Conservação e Limpeza (TPCL), da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico.

O TPCL consiste num cadastro de base fiscal que permite o lançamento e cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Deve-se ressaltar que a área urbanizada coberta pelo TPCL compreende todos os imóveis cadastrados conforme seus registros legais, não cobrindo, portanto, os loteamentos clandestinos e/ou irregulares, nem as favelas, ocasionando diferenças entre o registro do cadastro e a situação real de ocupação do solo. Além disso, deve ser considerado o processo de urbanização de áreas rurais, a insuficiência de cobertura do TPCL em áreas periféricas e sua constante atualização.

Os dados disponibilizados pela secretaria estão classificados em 16 categorias de uso e padrão, incluindo “H13 - uso terreno vago”. Neste estudo, as informações sobre área construída são agrupadas em 5 grupos, assim constituídos:

Grupos	Tipologia de Uso
Residencial	H 01 - uso residencial horizontal baixo padrão
	H 02 - uso residencial horizontal médio padrão
	H 03 - uso residencial horizontal alto padrão
	H 04 - uso residencial vertical médio padrão
	H 05 - uso residencial vertical alto padrão
	H 14 - uso residencial vertical baixo padrão
Comercial e Serviços / Garagens	H 06 - uso comercial e serviços horizontal
	H 07 - uso comercial e serviços vertical
	H 15 - uso garagens não residenciais
Indústrial / Armazéns e depósitos	H 08 - uso industrial
	H 09 - uso armazéns e depósitos
Escola / Especial / Coletivo	H 10 - uso especial (hotel, hospital, cartório)
	H 11 - uso escola
	H 12 - uso coletivo (cinema, teatro, clube, templo)
Outros	H 99 - outros usos

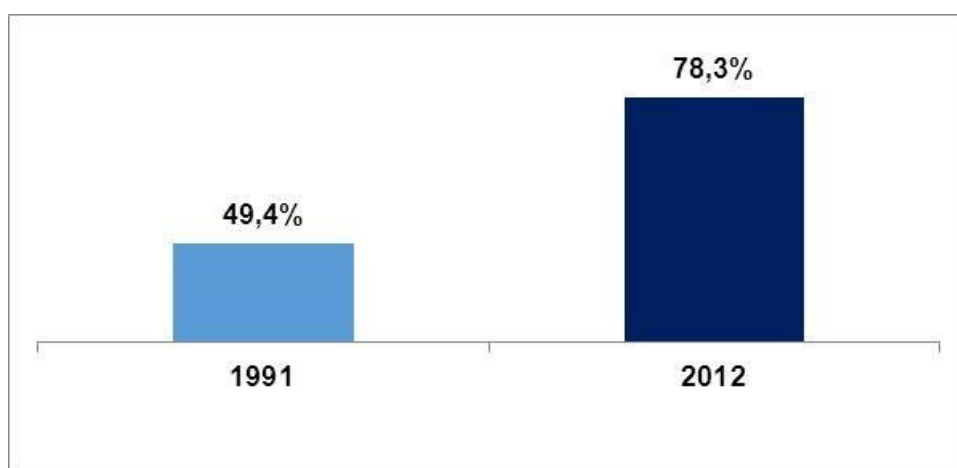
* Publicado no Indicador Paulistano n° 49 - julho/2014.

4.1 Área Construída

A área construída no Município de São Paulo no período de 1991 a 2012 aumentou mais de 175 milhões de m², um acréscimo de 60,4% em relação à área construída em 1991, totalizando 465,2 milhões de m² em 2012.

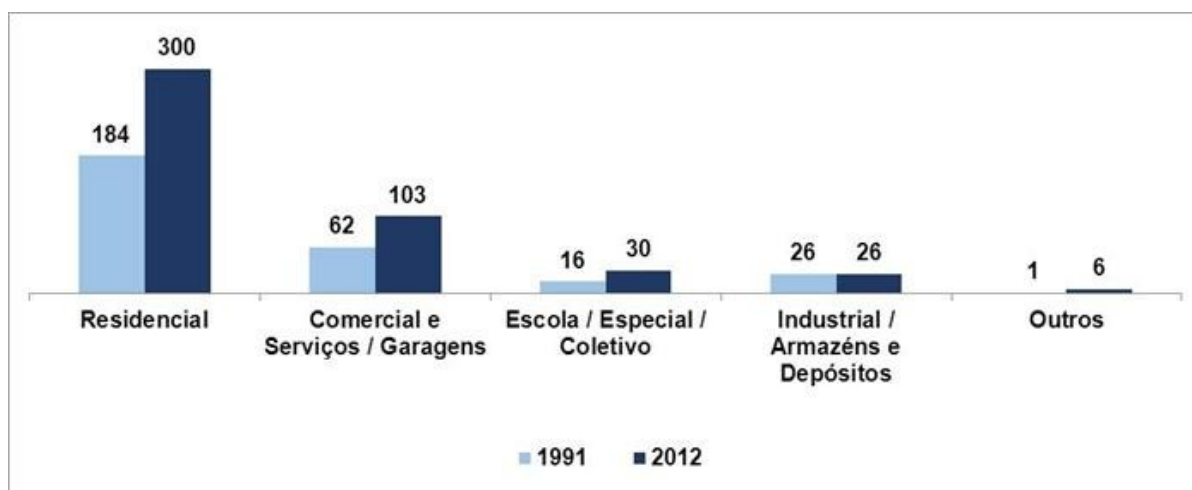
Nesse período, a relação entre área construída e área de terreno passou de 49,4% para 78,3% (gráfico 4.1).

Gráfico 4.1 - Relação entre área construída e área de terreno no Município de São Paulo.



O gráfico 4.2 mostra o total da área construída registrado nos anos de 1991 e 2012 segundo grupos. A área construída do grupo residencial aumentou aproximadamente 116 milhões de m², ou 62,8% em relação ao início do período. O incremento de área construída do grupo comercial e serviços / garagens foi de quase 41 milhões de m² (65,3%), do grupo escola / especial / coletivo, 14 milhões de m² (88,5%) e do grupo outros, 5 milhões de m² (299,7%). A área construída do grupo industrial / armazéns e depósitos permaneceu praticamente a mesma, com aumento de 71 mil m² (0,3%).

Gráfico 4.2 - Área construída por grupo (em milhões de m²) – 1991 e 2012



Fonte: Cadastro Territorial e Predial, de Conservação e Limpeza (TPCL)

Em relação ao incremento da área construída no município de São Paulo entre 1991 e 2012 no total de 175 milhões de m², 66,2% foram destinados para uso residencial, 23,3% para uso comercial e serviços / garagens, 8,1% para uso do grupo escola / especial / coletivo e 2,5% para outros usos (gráfico 4.3). O acréscimo da área construída do grupo industrial / armazéns equivale a apenas 0,04% do aumento total de área construída ocorrido no período, não sendo, portanto, representado no gráfico 4.3.

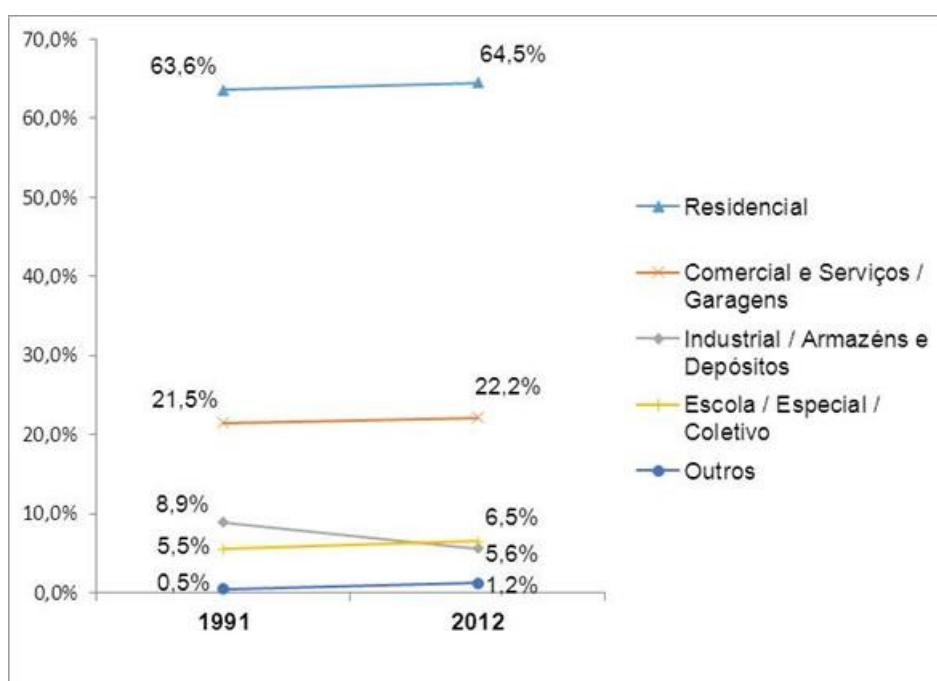
Gráfico 4.3 - Participação do grupo no acréscimo de área construída do período de 1991 a 2012 (%)



Fonte: Cadastro Territorial e Predial, de Conservação e Limpeza (TPCL)

A participação de cada grupo no total da área construída de 1991 e 2012 é exibida no gráfico 4.4. O único grupo a perder participação no total de área construída foi o grupo industrial / armazéns e depósitos, que representava 8,9% da área construída em 1991 e passou para 5,6% da área construída em 2012. Os demais grupos apresentaram aumento na participação, sendo que o grupo residencial teve aumento de 0,9 p.p, o grupo comercial e serviços / garagens, 0,7 p.p., o grupo escola / especial / coletivo, 1,0 p.p., e outros, 0,7 p.p.

Gráfico 4.4 - Participação do grupo no total da área construída (%) 1991 e 2012

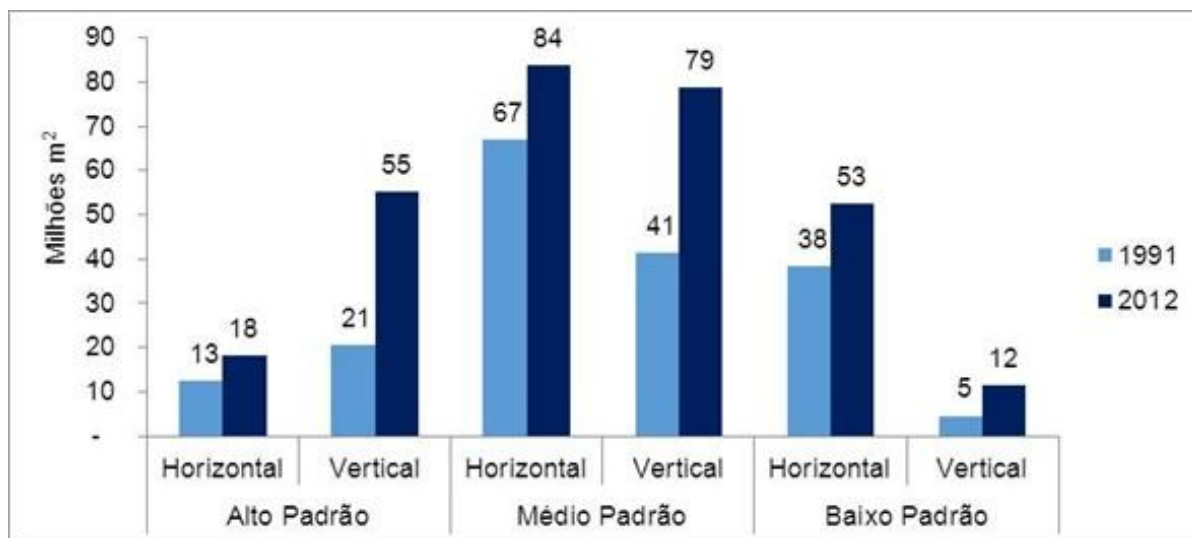


Fonte: Cadastro Territorial e Predial, de Conservação e Limpeza (TPCL)

4.2 Grupo Residencial

O aumento da área construída residencial ocorreu de forma diferenciada quando considerado o padrão e o tipo de construção, como pode ser observado no gráfico 4.5. Nota-se que nas construções de alto padrão predominou o tipo vertical, enquanto que nas construções de baixo padrão predominou o tipo horizontal de construção.

Gráfico 4.5 - Área construída residencial por padrão e tipo de construção (em milhões de m²)

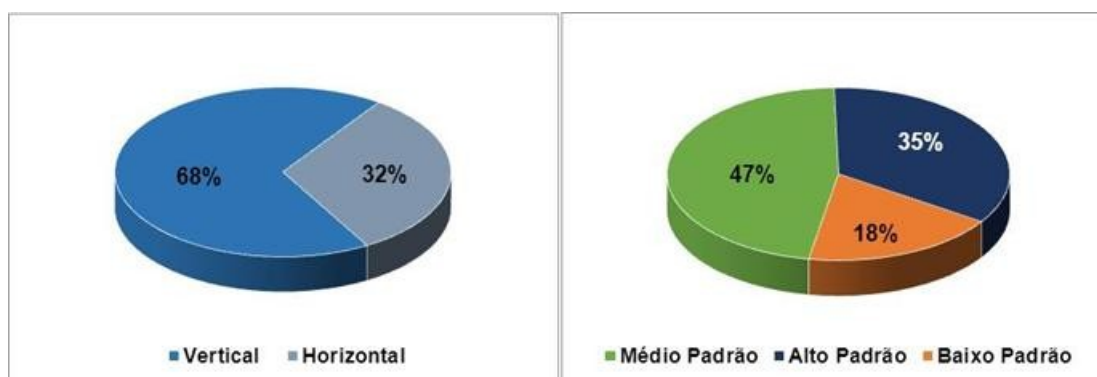


Fonte: Cadastro Territorial e Predial, de Conservação e Limpeza (TPCL)

As construções residenciais verticais tiveram aumento de 118% no período de 1991 a 2012, um acréscimo de quase 79 milhões de m², o que equivale a 68% do incremento de área construída residencial. Já a área construída residencial horizontal aumentou 37 milhões de m², variação de 32% em relação ao registrado em 1991, sendo sua participação no acréscimo da área construída residencial de 32% (gráfico 4.6).

A construção de residências de médio padrão representou 47% do aumento da área construída residencial no período. As construções de alto padrão participaram de 35%, e as de baixo padrão, de 18% desse acréscimo (gráfico 4.6).

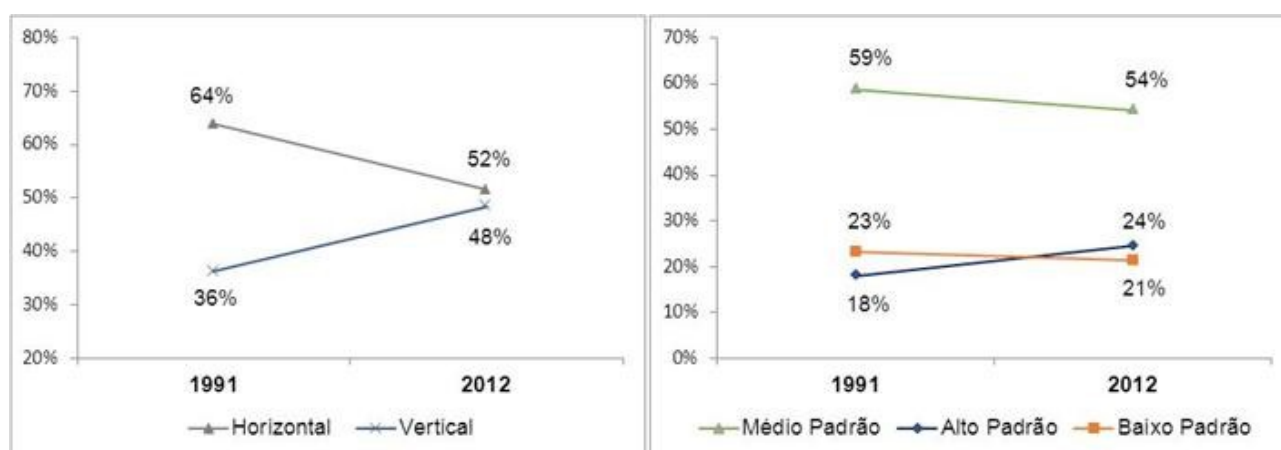
Gráfico 4.6 - Participação dos tipos e padrões de construção no acréscimo da área construída residencial no período de 1991 a 2012 (%)



Fonte: Cadastro Territorial e Predial, de Conservação e Limpeza (TPCL)

A participação das construções quanto ao tipo e padrão no total da área residencial construída é exibida no gráfico 4.7. A participação das construções verticais aumentou de 36% em 1991 para 48% em 2012, e das construções horizontais, diminuiu de 64% para 52%. A participação das construções de alto padrão teve aumento de 6 p.p. no total da área construída residencial, enquanto a participação das construções de médio e baixo padrão teve queda de 5 p.p. e 2 p.p., respectivamente.

Gráfico 4.7 - Participação dos tipos e padrões de construção no total de área construída residencial (%)



Fonte: Cadastro Territorial e Predial, de Conservação e Limpeza (TPCL)

A tabela 4.1 mostra os 5 distritos com as maiores áreas construídas e com os maiores incrementos de área construída para uso residencial. Os 5 distritos com as maiores áreas construídas do ano de 1991 continuaram os mesmos em 2012, são eles: Vila Mariana, Jardim Paulista, Moema, Itaim Bibi e Perdizes. O distrito com o maior acréscimo de área construída residencial foi o distrito de Vila Andrade, com aumento de 4,8 milhões de m².

Tabela 4.1 - 5 distritos com maiores áreas construídas e maiores acréscimos de área construída - Grupo Residencial – 1991 e 2012

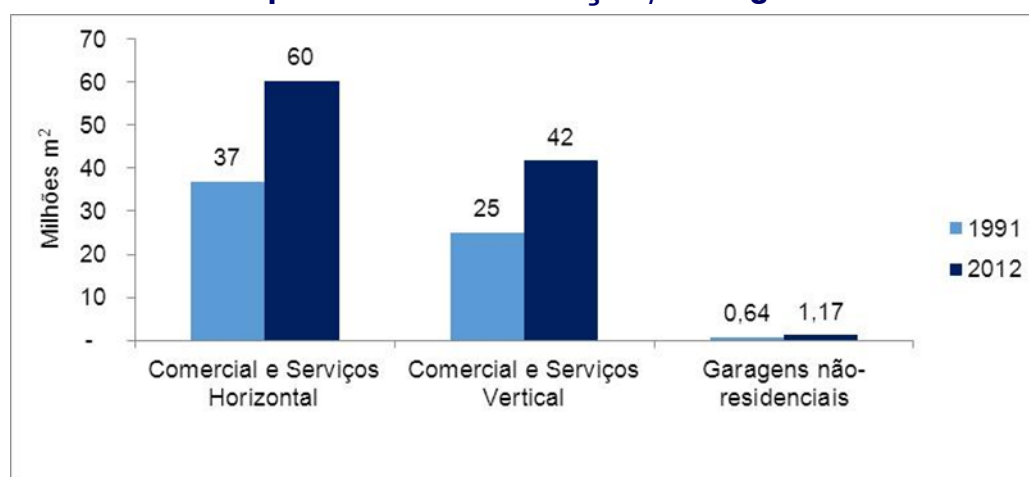
Distrito	1991 (m ²)	Posição 1991	2012 (m ²)	Posição 2012	Varição (m ²)	Varição %
Maiores áreas construídas						
Vila Mariana	5.980.136	2º	9.434.020	1º	3.453.884	58%
Jardim Paulista	7.760.955	1º	9.208.238	2º	1.447.283	19%
Moema	4.779.536	5º	8.455.590	3º	3.676.054	77%
Itaim Bibi	5.405.121	3º	7.862.312	4º	2.457.191	45%
Perdizes	4.988.079	4º	7.828.130	5º	2.840.051	57%
Maiores acréscimos de área construída						
Vila Andrade	1.420.381	57º	6.263.073	9º	4.842.692	341%
Moema	4.779.536	5º	8.455.590	3º	3.676.054	77%
Vila Mariana	5.980.136	2º	9.434.020	1º	3.453.884	58%
Perdizes	4.988.079	4º	7.828.130	5º	2.840.051	57%
Saúde	4.631.676	6º	7.410.236	6º	2.778.560	60%

4.3 Grupo Comercial e Serviços / Garagens

Quanto à área construída para uso comercial e de serviços, as construções horizontais tiveram aumento de 64% e as construções verticais, de 67% frente à área construída de 1991, atingindo, em 2012, 60 milhões de m² e 42 milhões de m², respectivamente. A participação das construções horizontais e verticais no total da área construída para fins comerciais e de serviços manteve-se praticamente a mesma (59% e 41%) em 2012.

Já a área construída de garagens não residenciais teve aumento de 82% no período, passando de 644 mil m² para 1,17 milhões de m² (gráfico 4.8).

**Gráfico 4.8 - Área construída (em milhões de m²)
Grupo Comercial e Serviços / Garagens**



Fonte: Cadastro Territorial e Predial, de Conservação e Limpeza (TPCL)

Entre os distritos com as maiores áreas construídas deste grupo, estão os distritos de Itaim Bibi, República, Sé e Pinheiros, que se mantiveram entre as quatro primeiras posições em 1991 e 2012. O distrito de Santo Amaro, que em 1991 estava na 10ª posição, passou para a 5ª posição no ano de 2012, apresentando o segundo maior acréscimo de área construída, no total de 4,26 milhões de m² (tabela 4.2). O distrito da República foi o único distrito a apresentar queda na área construída deste grupo.

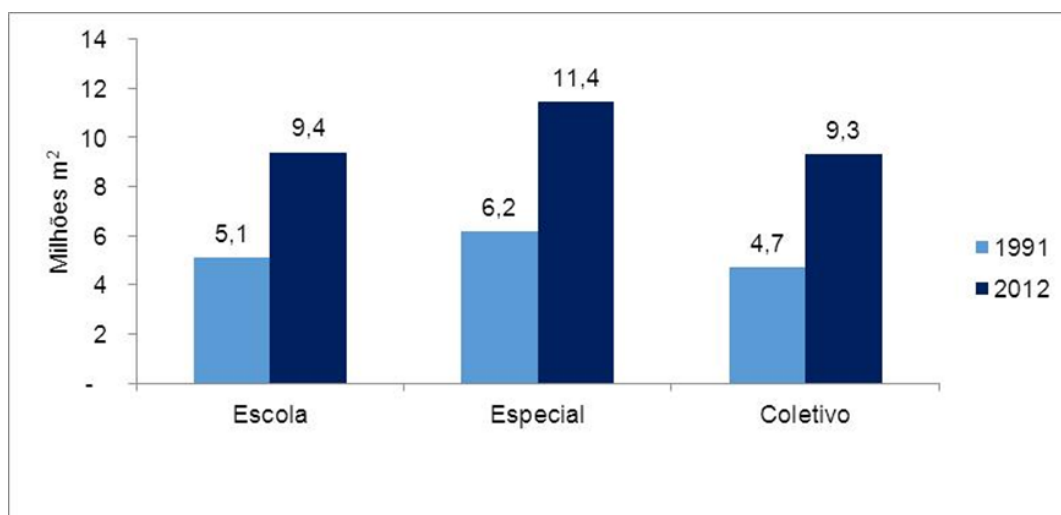
Tabela 4.2 - 5 distritos com maiores áreas construídas e maiores acréscimos de área construída - Grupo Comercial e Serviços / Garagens – 1991 e 2012

Distrito	1991 (m2)	Posição 1991	2012 (m2)	Posição 2012	Varição (m2)	Varição %
Maiores áreas construídas						
Itaim Bibi	2.202.827	4º	6.461.517	1º	4.258.690	193%
República	4.002.587	1º	3.885.595	2º	(116.992)	-3%
Sé	3.380.093	2º	3.570.518	3º	190.425	6%
Pinheiros	2.256.784	3º	3.419.591	4º	1.162.807	52%
Santo Amaro	1.532.536	10º	3.255.193	5º	1.722.657	112%
Maiores acréscimos de área construída						
Itaim Bibi	2.202.827	4º	6.461.517	1º	4.258.690	193%
Santo Amaro	1.532.536	10º	3.255.193	5º	1.722.657	112%
Pinheiros	2.256.784	3º	3.419.591	4º	1.162.807	52%
Vila Mariana	1.530.834	11º	2.551.074	7º	1.020.240	67%
Jardim Paulista	2.153.285	5º	3.018.611	6º	865.326	40%

4.4 Grupo Escola / Especial / Coletivo

A área construída de escolas teve aumento de 84% no período de 1991 e 2012, totalizando 9,4 milhões de m² em 2012. A área construída para uso especial (hospitais, hotéis, cartórios, etc.) teve crescimento de 85%, e para uso coletivo (cinemas, teatros, clubes, templos, etc.), de 98% em relação aos dados de 1991, somando, respectivamente, 11,4 milhões de m² e 9,3 milhões de m² em 2012 (gráfico 4.9).

**Gráfico 4.9 - Área construída (em milhões de m²)
Grupo Escola / Especial e Coletivo**



Fonte: Cadastro Territorial e Predial, de Conservação e Limpeza (TPCL)

Os distritos de Jardim Paulista, Vila Mariana, Butantã, Itaim Bibi e Santana estavam entre os 5 distritos com as maiores áreas construídas deste grupo. Os maiores acréscimos de área construída no período de 1991 a 2012 ocorreram no Itaim Bibi, Jardim Paulista e Vila Mariana (tabela 4.3).

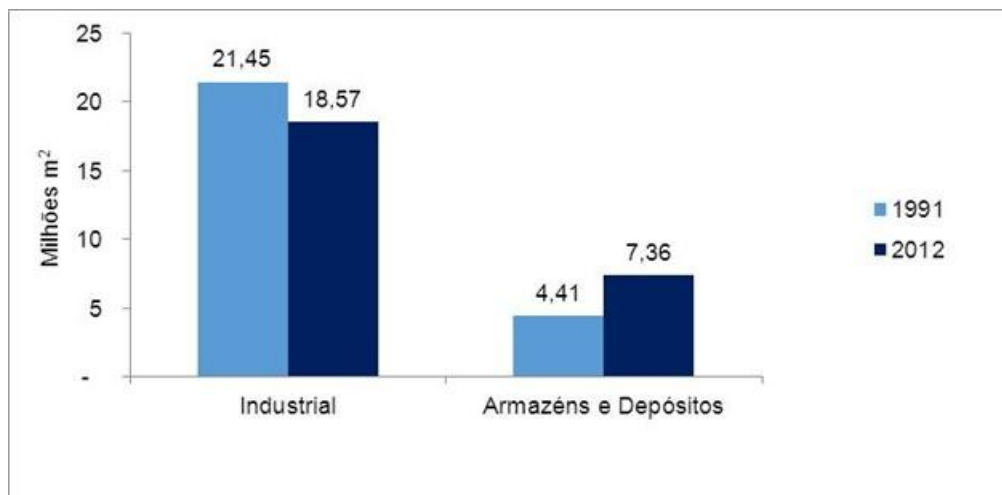
Tabela 4.3 - 5 distritos com maiores áreas construídas e maiores acréscimos de área construída - Grupo Escola / Especial / Coletivo – 1991 e 2012

Distrito	1991 (m ²)	Posição 1991	2012 (m ²)	Posição 2012	Variação (m ²)	Variação %
Maiores áreas construídas						
Jardim Paulista	680.367	2º	1.394.295	1º	713.928	105%
Vila Mariana	633.296	5º	1.276.714	2º	643.418	102%
Butantã	762.948	1º	1.233.240	3º	470.292	62%
Itaim Bibi	223.240	25º	1.028.841	4º	805.601	361%
Santana	541.652	6º	1.023.975	5º	482.323	89%
Maiores acréscimos de área construída						
Itaim Bibi	223.240	25º	1.028.841	4º	805.601	361%
Jardim Paulista	680.367	2º	1.394.295	1º	713.928	105%
Vila Mariana	633.296	5º	1.276.714	2º	643.418	102%
Santo Amaro	469.661	9º	956.443	7º	486.782	104%
Santana	541.652	6º	1.023.975	5º	482.323	89%

4.5 Grupo Industrial / Armazéns e Depósitos

Este grupo apresentou pequeno incremento de área construída entre 1991 e 2012, 71 mil m² (0,28%), sendo que o acréscimo de área construída dos armazéns e depósitos (2.955 mil m²), compensou a queda da área construída das indústrias (2.883 mil m²).

**Gráfico 4.10 - Área construída (em milhões de m²)
Grupo Industrial / Armazéns e Depósitos**



Fonte: Cadastro Territorial e Predial, de Conservação e Limpeza (TPCL)

O distrito com a maior área construída para o uso industrial / armazéns e depósitos em 2012 era o distrito do Ipiranga, seguido do distrito da Lapa e de Campo Grande. Os distritos com maior acréscimo de área construída no período foram São Mateus, Jaraguá e Sacomã, e os distritos com maior queda na área construída foram Moóca, Santo Amaro e Tatuapé (tabela 4.4).

Tabela 4.4 - 5 distritos com maiores áreas construídas e maiores variações - Grupo Industrial / Armazéns e Depósitos – 1991 e 2012

Distrito	1991 (m2)	Posição 1991	2012 (m2)	Posição 2012	Variação (m2)	Variação %
Maiores áreas construídas						
Ipiranga	1.365.770	3º	1.391.925	1º	26.155	2%
Lapa	1.328.709	5º	1.151.504	2º	(177.205)	-13%
Campo Grande	1.396.368	2º	1.060.238	3º	(336.130)	-24%
Moóca	1.537.336	1º	1.047.562	4º	(489.774)	-32%
Belém	1.078.928	6º	1.016.590	5º	(62.338)	-6%
Maiores acréscimos de área construída						
São Mateus	99.376	50º	400.348	24º	300.972	303%
Jaraguá	57.664	66º	287.469	31º	229.805	399%
Sacomã	799.270	9º	1.009.915	6º	210.645	26%
Vila Maria	794.240	10º	982.722	7º	188.482	24%
Raposo Tavares	235.818	34º	408.801	23º	172.983	73%
Maiores quedas na área construída						
Moóca	1.537.336	1º	1.047.562	4º	(489.774)	-32%
Santo Amaro	1.351.767	4º	872.397	8º	(479.370)	-35%
Tatuapé	819.673	8º	359.110	28º	(460.563)	-56%
Campo Grande	1.396.368	2º	1.060.238	3º	(336.130)	-24%
Itaim Bibi	334.131	24º	87.258	62º	(246.873)	-74%

15. Variações Populacionais e Habitacionais - 2000 a 2010*

O objetivo deste estudo é apresentar alterações populacionais e habitacionais que ocorreram no Município de São Paulo em uma década, com base nos dados dos censos de 2000 e 2010 e das informações disponibilizadas pela Prefeitura Municipal de São Paulo a respeito do cadastro de TPCL (Cadastro Territorial e Predial, de Conservação e Limpeza).

As fontes dos dados são:- dados populacionais em: <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/7_populacao_recenseada_1950_10491.html>; - dados de construção residencial em: <[http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/index.php?cat=17&titulo=Uso do Solo Urbano](http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/index.php?cat=17&titulo=Uso%20do%20Solo%20Urbano)>.

São apresentados, a seguir, dados de população e densidade populacional, por distrito e Subprefeitura, no Município de São Paulo, nos anos de 2000 e 2010:

Tabela 1 – Densidade populacional 2000 e 2010 – Município de São Paulo

Unidades Territoriais	área (km ²)	2000	2010	densidade hab. 2000	densidade hab. 2010	variação densidade
Município de São Paulo	1.523,0	10.434.252	11.253.503	6.851	7.389	7,9%
Aricanduva/Formosa/Carrão	21,5	266.838	267.702	12.411	12.451	0,3%
Aricanduva	6,6	94.813	89.622	14.366	13.579	-5,5%
Carrão	7,5	78.175	83.281	10.423	11.104	6,5%
Vila Formosa	7,4	93.850	94.799	12.682	12.811	1,0%
Butantã	56,1	377.576	428.217	6.730	7.633	13,4%
Butantã	12,5	52.649	54.196	4.212	4.336	2,9%
Morumbi	11,4	34.588	46.957	3.034	4.119	35,8%
Raposo Tavares	12,6	91.204	100.164	7.238	7.950	9,8%
Rio Pequeno	9,7	111.756	118.459	11.521	12.212	6,0%
Vila Sônia	9,9	87.379	108.441	8.826	10.954	24,1%
Campo Limpo	36,7	505.969	607.105	13.787	16.542	20,0%
Campo Limpo	12,8	191.527	211.361	14.963	16.513	10,4%
Capão Redondo	13,6	240.793	268.729	17.705	19.759	11,6%
Vila Andrade	10,3	73.649	127.015	7.150	12.332	72,5%
Capela do Socorro	134,2	563.922	594.930	4.202	4.433	5,5%
Cidade Dutra	29,3	191.389	196.360	6.532	6.702	2,6%
Grajaú	92,0	333.436	360.787	3.624	3.922	8,2%
Socorro	12,9	39.097	37.783	3.031	2.929	-3,4%
Casa Verde/Cachoeirinha	26,7	313.323	309.376	11.735	11.587	-1,3%
Cachoeirinha	13,3	147.649	143.523	11.101	10.791	-2,8%
Casa Verde	7,1	83.629	85.624	11.779	12.060	2,4%
Limão	6,3	82.045	80.229	13.023	12.735	-2,2%
Cidade Ademar	30,7	370.797	410.998	12.078	13.388	10,8%
Cidade Ademar	12,0	243.372	266.681	20.281	22.223	9,6%
Pedreira	18,7	127.425	144.317	6.814	7.717	13,3%
Cidade Tiradentes	15,0	190.657	211.501	12.710	14.100	10,9%
Cidade Tiradentes	15,0	190.657	211.501	12.710	14.100	10,9%
Ermelino Matarazzo	15,1	204.951	207.509	13.573	13.742	1,2%
Ermelino Matarazzo	8,7	106.838	113.615	12.280	13.059	6,3%
Ponte Rasa	6,4	98.113	93.894	15.330	14.671	-4,3%

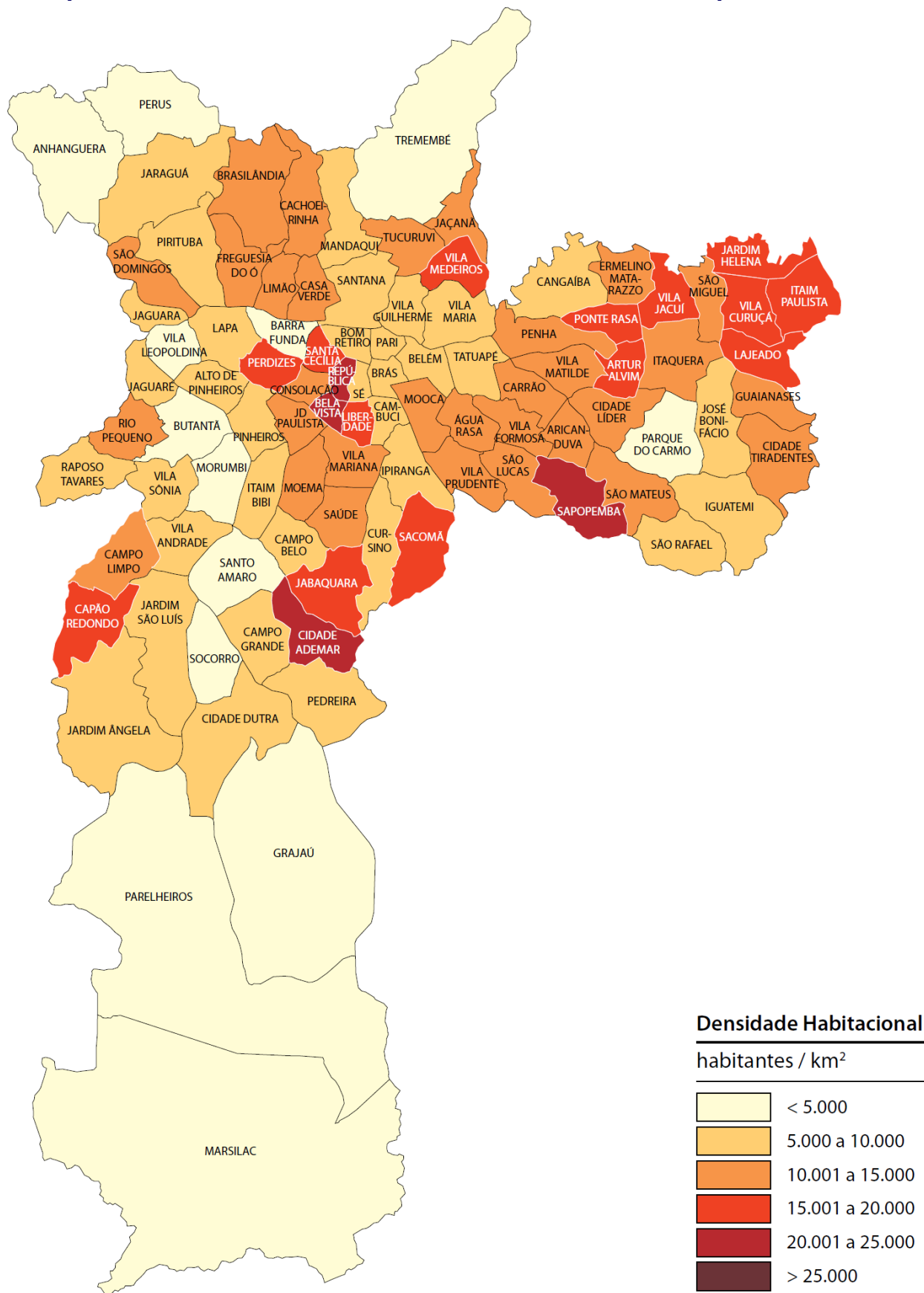
* Publicado no Indicador Paulistano n° 50 - agosto/2014.

Unidades Territoriais	área (km ²)	2000	2010	densidade	densidade	variação
Freguesia/Brasilândia	31,5	392.251	407.245	12.452	12.928	3,8%
Brasilândia	21,0	247.328	264.918	11.778	12.615	7,1%
Freguesia do Ó	10,5	144.923	142.327	13.802	13.555	-1,8%
Guaianases	17,8	256.319	268.508	14.400	15.085	4,8%
Guaianases	8,6	98.546	103.996	11.459	12.093	5,5%
Lajeado	9,2	157.773	164.512	17.149	17.882	4,3%
Ipiranga	37,5	429.235	463.804	11.446	12.368	8,1%
Cursino	12,8	102.089	109.088	7.976	8.523	6,9%
Ipiranga	10,5	98.863	106.865	9.416	10.178	8,1%
Sacomã	14,2	228.283	247.851	16.076	17.454	8,6%
Itaim Paulista	21,7	359.215	373.127	16.554	17.195	3,9%
Itaim Paulista	12,0	212.733	224.074	17.728	18.673	5,3%
Vila Curuçá	9,7	146.482	149.053	15.101	15.366	1,8%
Itaquera	54,3	489.502	523.848	9.015	9.647	7,0%
Cidade Líder	10,2	116.841	126.597	11.455	12.411	8,3%
Itaquera	14,6	201.512	204.871	13.802	14.032	1,7%
José Bonifácio	14,1	107.082	124.122	7.594	8.803	15,9%
Parque do Carmo	15,4	64.067	68.258	4.160	4.432	6,5%
Jabaquara	14,1	214.095	223.780	15.184	15.871	4,5%
Jabaquara	14,1	214.095	223.780	15.184	15.871	4,5%
Jaçanã/Tremembé	64,1	255.612	291.867	3.988	4.553	14,2%
Jaçanã	7,8	91.809	94.609	11.770	12.129	3,0%
Tremembé	56,3	163.803	197.258	2.909	3.504	20,4%
Lapa	40,1	270.656	305.526	6.750	7.619	12,9%
Barra Funda	5,6	12.965	14.383	2.315	2.568	10,9%
Jaguara	4,6	25.713	24.895	5.590	5.412	-3,2%
Jaguaré	6,6	42.479	49.863	6.436	7.555	17,4%
Lapa	10,0	60.184	65.739	6.018	6.574	9,2%
Perdizes	6,1	102.445	111.161	16.794	18.223	8,5%
Vila Leopoldina	7,2	26.870	39.485	3.732	5.484	46,9%
M'Boi Mirim	62,1	484.966	563.305	7.809	9.071	16,2%
Jardim Ângela	37,4	245.805	295.434	6.572	7.899	20,2%
Jardim São Luís	24,7	239.161	267.871	9.683	10.845	12,0%
Mooca	35,2	308.161	343.980	8.755	9.772	11,6%
Água Rasa	6,9	85.896	84.963	12.449	12.313	-1,1%
Belém	6,0	39.622	45.057	6.604	7.510	13,7%
Brás	3,5	25.158	29.265	7.188	8.361	16,3%
Moóca	7,7	63.280	75.724	8.218	9.834	19,7%
Pari	2,9	14.824	17.299	5.112	5.965	16,7%
Tatuapé	8,2	79.381	91.672	9.681	11.180	15,5%
Parelheiros	353,5	111.240	139.441	315	394	25,4%
Marsilac	200,0	8.404	8.258	42	41	-1,7%
Parelheiros	153,5	102.836	131.183	670	855	27,6%
Penha	42,8	475.879	474.659	11.119	11.090	-0,3%
Artur Alvim	6,6	111.210	105.269	16.850	15.950	-5,3%
Cangaíba	16,0	137.442	136.623	8.590	8.539	-0,6%
Penha	11,3	124.292	127.820	10.999	11.312	2,8%
Vila Matilde	8,9	102.935	104.947	11.566	11.792	2,0%
Perus	57,2	109.116	146.046	1.908	2.553	33,8%
Anhanguera	33,3	38.427	65.859	1.154	1.978	71,4%
Perus	23,9	70.689	80.187	2.958	3.355	13,4%
Pinheiros	31,7	272.574	289.743	8.599	9.140	6,3%
Alto de Pinheiros	7,7	44.454	43.117	5.773	5.600	-3,0%
Itaim Bibi	9,9	81.456	92.570	8.228	9.351	13,6%
Jardim Paulista	6,1	83.667	88.692	13.716	14.540	6,0%
Pinheiros	8,0	62.997	65.364	7.875	8.171	3,8%
Pirituba	54,7	390.530	437.592	7.139	8.000	12,1%
Jaraguá	27,6	145.900	184.818	5.286	6.696	26,7%
Pirituba	17,1	161.796	167.931	9.462	9.821	3,8%
São Domingos	10,0	82.834	84.843	8.283	8.484	2,4%

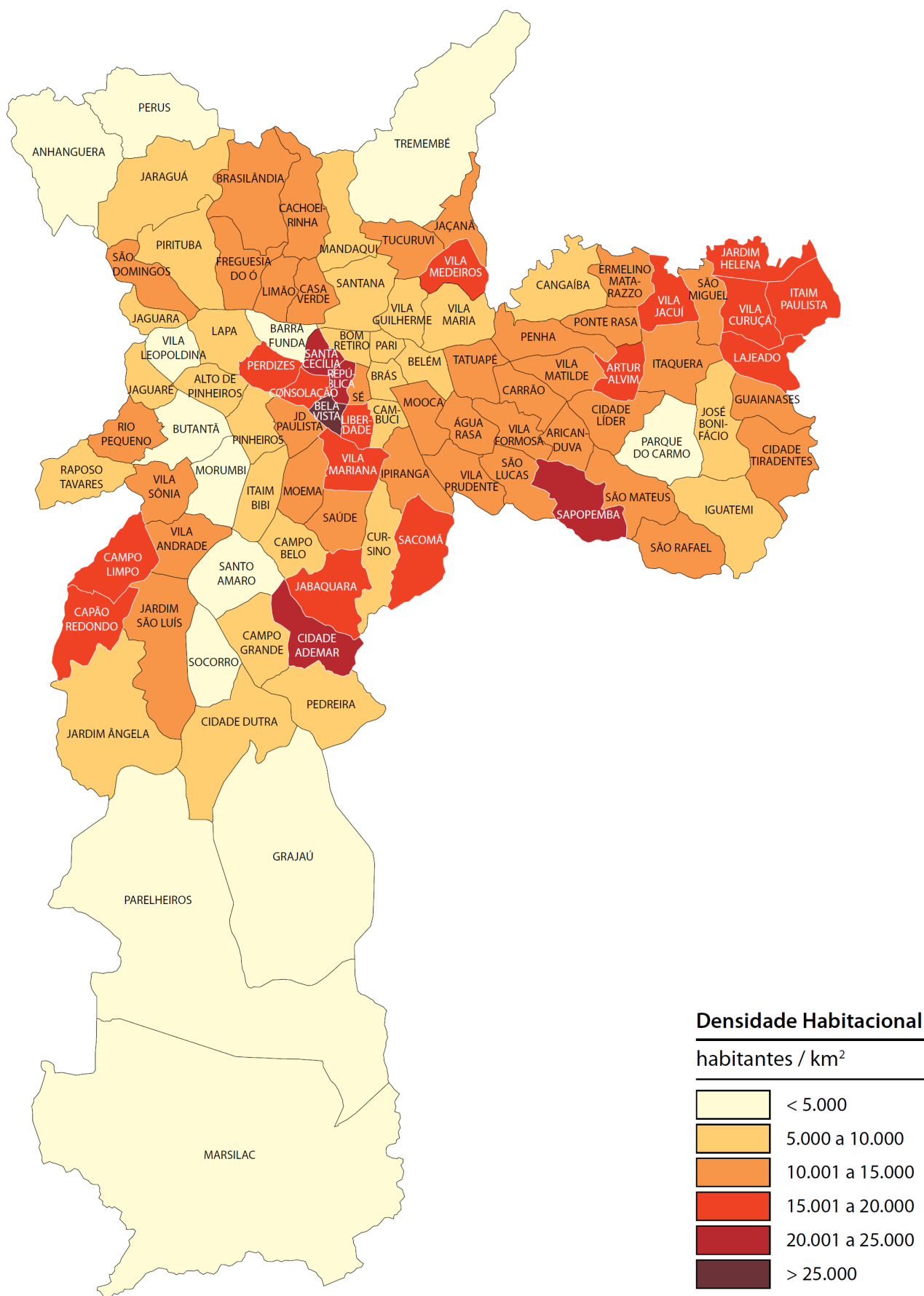
Unidades Territoriais	área (km ²)	2000	2010	densidade	densidade	variação
Santana/Tucuruvi	34,7	327.135	324.815	9.428	9.361	-0,7%
Mandaqui	13,1	103.113	107.580	7.871	8.212	4,3%
Santana	12,6	124.654	118.797	9.893	9.428	-4,7%
Tucuruvi	9,0	99.368	98.438	11.041	10.938	-0,9%
Santo Amaro	37,5	218.558	238.025	5.828	6.347	8,9%
Campo Belo	8,8	66.646	65.752	7.573	7.472	-1,3%
Campo Grande	13,1	91.373	100.713	6.975	7.688	10,2%
Santo Amaro	15,6	60.539	71.560	3.881	4.587	18,2%
São Mateus	45,8	381.718	426.794	8.334	9.319	11,8%
Iguatemi	19,6	101.780	127.662	5.193	6.513	25,4%
São Mateus	13,0	154.850	155.140	11.912	11.934	0,2%
São Rafael	13,2	125.088	143.992	9.476	10.908	15,1%
São Miguel	24,3	378.438	369.496	15.574	15.206	-2,4%
Jardim Helena	7,5	139.106	135.043	18.547	18.006	-2,9%
São Miguel	9,1	97.373	92.081	10.700	10.119	-5,4%
Vila Jacuí	7,7	141.959	142.372	18.436	18.490	0,3%
Sé	26,2	373.914	431.106	14.272	16.454	15,3%
Bela Vista	2,6	63.190	69.460	24.304	26.715	9,9%
Bom Retiro	4,0	26.598	33.892	6.650	8.473	27,4%
Cambuci	3,9	28.717	36.948	7.363	9.474	28,7%
Consolação	3,7	54.522	57.365	14.736	15.504	5,2%
Liberdade	3,7	61.875	69.092	16.723	18.674	11,7%
República	2,3	47.718	56.981	20.747	24.774	19,4%
Santa Cecília	3,9	71.179	83.717	18.251	21.466	17,6%
Sé	2,1	20.115	23.651	9.579	11.262	17,6%
Vila Maria/Vila Guilherme	26,4	304.393	297.713	11.530	11.277	-2,2%
Vila Guilherme	6,9	49.984	54.331	7.244	7.874	8,7%
Vila Maria	11,8	113.845	113.463	9.648	9.616	-0,3%
Vila Medeiros	7,7	140.564	129.919	18.255	16.873	-7,6%
Vila Mariana	26,5	313.036	344.632	11.813	13.005	10,1%
Moema	9,0	71.276	83.368	7.920	9.263	17,0%
Saúde	8,9	118.077	130.780	13.267	14.694	10,8%
Vila Mariana	8,6	123.683	130.484	14.382	15.173	5,5%
Vila Prudente/Sapopemba	33,3	523.676	531.113	15.726	15.949	1,4%
São Lucas	9,9	139.333	142.347	14.074	14.378	2,2%
Sapopemba	13,5	282.239	284.524	20.907	21.076	0,8%
Vila Prudente	9,9	102.104	104.242	10.314	10.529	2,1%

Os Mapas 1 e 2 a seguir mostram a densidade populacional por distrito no Município de São Paulo:

Mapa 1 – Densidade Habitacional no Ano de 2000 - Município de São Paulo



Mapa 2 – Densidade Habitacional no Ano de 2010 - Município de São Paulo



A tabela a seguir apresenta, por distrito do Município de São Paulo, o estoque de área construída residencial vertical e horizontal, com base em dados da Prefeitura Municipal de São Paulo. Conforme nota técnica no site da Prefeitura, "As informações utilizadas na elaboração das tabelas, mapas e gráficos sobre a Evolução do Uso do Solo Urbano tiveram como fonte o Cadastro Territorial e Predial, de Conservação e Limpeza (TPCL), mantido pelo Departamento de Arrecadação e Cobrança (DECAR) da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de São Paulo. É um cadastro de base fiscal, com a finalidade de permitir o lançamento e a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre a propriedade imobiliária"¹. Essa nota técnica também afirma, dentre outras observações, que "Certos cuidados na interpretação de fenômenos e tendências referentes à ocupação do solo e à evolução do espaço construído são obrigatórios quando se utiliza o TPCL como base de informações. Se, por um lado, é possível atribuir elevado grau de confiabilidade aos dados sobre as áreas de urbanização consolidada do município, por outro, verifica-se uma perda no grau de precisão nos dados relativos às áreas periféricas, especialmente as situadas ao sul, a leste e a noroeste do núcleo urbano central. Algumas distorções podem ocorrer na análise de séries temporais referentes a distritos e setores urbanos em processo de urbanização. Em relação a essas áreas, há uma defasagem não desprezível entre o registro do cadastro e a situação real de ocupação do solo. Áreas para as quais não há dados registrados no TPCL podem estar, na verdade, ocupadas por loteamentos clandestinos, por invasões (favelas) ou ainda por implantações urbanísticas em glebas nas quais a situação fundiária não se encontra plenamente definida quanto ao ordenamento legal municipal. Incluem-se, neste último caso, alguns conjuntos habitacionais de grande porte implantados por iniciativa do Estado ou do próprio município. Isto vale, por exemplo, para os conjuntos de interesse social situados no extremo leste da cidade de São Paulo, que abrigam dezenas de milhares de moradores e, apesar disso, estão apenas parcialmente representados nos mapas de uso do solo, uma vez que se localizam nas "zonas cegas" do cadastro. Já as favelas, localizadas frequentemente sobre áreas públicas, muitas vezes aparecem no TPCL como terrenos vagos, o que pode, numa primeira leitura, acarretar interpretação equivocada"².

(1) nota técnica em <[http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/index.php?sub=notas&cat=17&titulo=Uso do Solo Urbano&subtit=>](http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/index.php?sub=notas&cat=17&titulo=Uso%20do%20Solo%20Urbano&subtit=>)>.

(2) Idem.

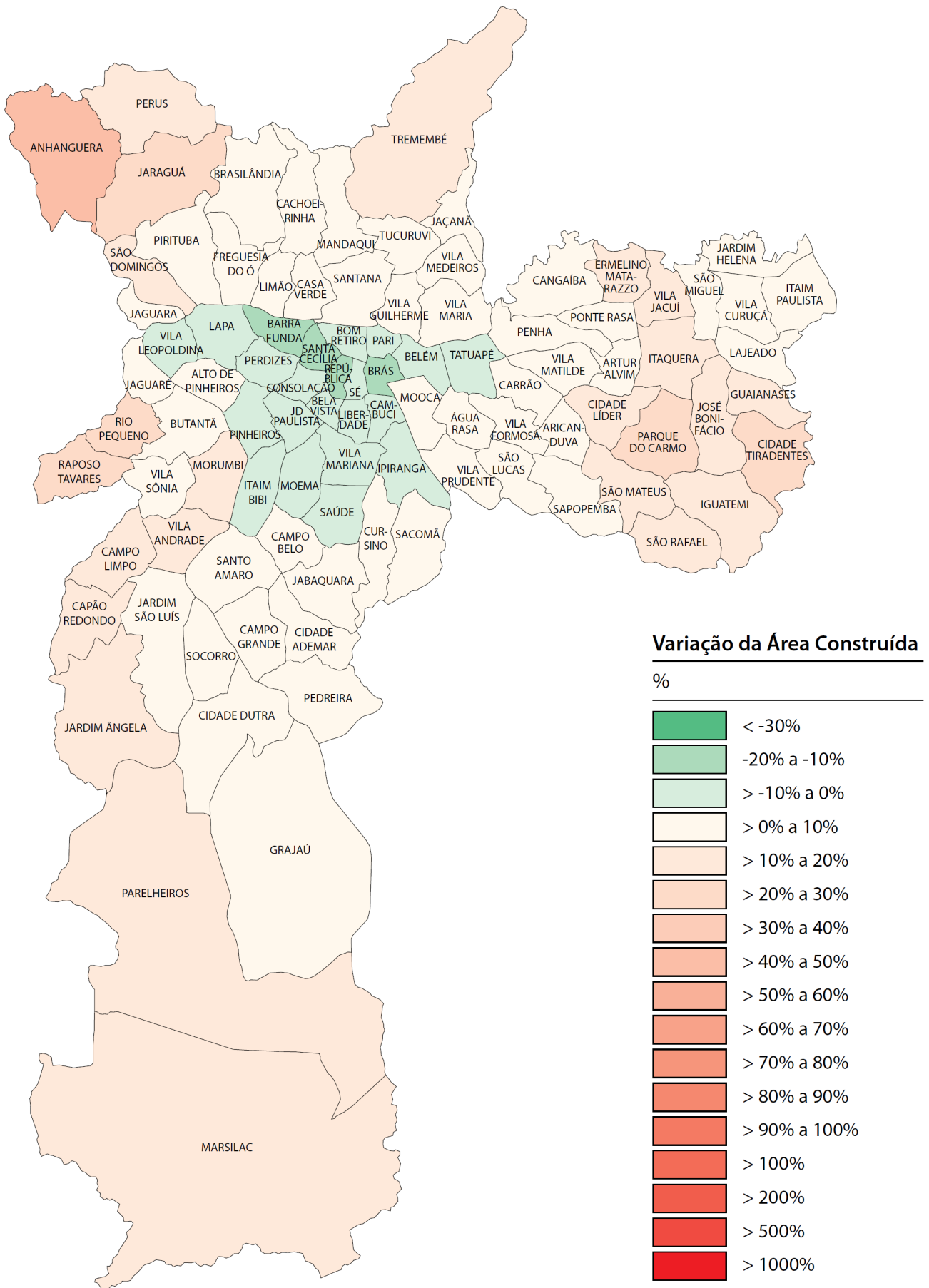
Tabela 2 - Área construída residencial por distrito do Município de São Paulo em 2000 e 2010

Unidades Territoriais	área construída residencial vertical		área construída residencial horizontal		área construída residencial total	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Água Rasa	711.017	1.165.725	2.116.537	2.211.476	2.827.554	3.377.201
Alto de Pinheiros	1.437.791	1.881.070	1.744.517	1.843.231	3.182.308	3.724.301
Anhanguera	-	-	195.125	277.064	195.125	277.064
Aricanduva	94.941	207.027	1.825.048	1.940.557	1.919.989	2.147.584
Artur Alvim	628.956	660.466	1.156.753	1.270.481	1.785.709	1.930.947
Barra Funda	399.436	612.788	137.516	115.797	536.952	728.585
Bela Vista	3.145.339	3.436.065	170.945	155.426	3.316.284	3.591.491
Belém	494.462	756.762	813.000	800.071	1.307.462	1.556.833
Bom Retiro	559.829	585.061	249.556	244.510	809.385	829.571
Brás	347.154	410.958	197.568	177.701	544.722	588.659
Brasilândia	127.422	122.818	2.084.459	2.207.112	2.211.881	2.329.930
Butantã	852.892	1.016.930	1.587.025	1.682.307	2.439.917	2.699.237
Cachoeirinha	318.766	624.813	1.436.711	1.546.048	1.755.477	2.170.861
Cambuci	414.730	745.608	604.641	594.842	1.019.371	1.340.450
Campo Belo	2.212.457	2.820.596	1.852.667	1.866.985	4.065.124	4.687.581
Campo Grande	1.767.006	2.321.506	1.682.360	1.802.662	3.449.366	4.124.168
Campo Limpo	654.164	1.013.486	1.955.980	2.266.616	2.610.144	3.280.102
Cangaíba	388.472	436.700	2.068.862	2.257.609	2.457.334	2.694.309
Capão Redondo	249.981	537.885	1.910.562	2.151.099	2.160.543	2.688.984
Carrão	543.872	1.034.243	1.895.688	1.985.252	2.439.560	3.019.495
Casa Verde	604.959	780.095	1.785.837	1.838.939	2.390.796	2.619.034
Cidade Ademar	603.217	764.286	3.095.470	3.274.734	3.698.687	4.039.020
Cidade Dutra	334.360	365.032	2.410.766	2.571.277	2.745.126	2.936.309
Cidade Líder	72.257	286.086	1.655.007	1.910.974	1.727.264	2.197.060
Cidade Tiradentes	85.032	1.015.474	147.352	182.661	232.384	1.198.135
Consolação	4.374.568	4.662.616	318.745	287.449	4.693.313	4.950.065
Cursino	1.187.035	1.703.386	2.171.085	2.199.368	3.358.120	3.902.754
Ermelino Matarazzo	84.790	199.936	1.274.027	1.425.106	1.358.817	1.625.042
Freguesia do Ó	805.142	999.048	2.537.671	2.692.218	3.342.813	3.691.266
Grajaú	135.884	129.930	1.764.165	1.913.779	1.900.049	2.043.709
Guaianases	182.180	243.567	809.153	888.788	991.333	1.132.355
Iguatemi	452	300	538.464	615.255	538.916	615.555
Ipiranga	1.209.540	1.932.911	1.913.491	1.883.381	3.123.031	3.816.292
Itaim Bibi	4.725.056	6.103.770	1.566.837	1.411.427	6.291.893	7.515.197
Itaim Paulista	71.532	168.382	2.014.030	2.117.417	2.085.562	2.285.799
Itaquera	427.797	681.184	2.129.147	2.375.316	2.556.944	3.056.500
Jabaquara	2.177.411	2.903.351	3.210.233	3.352.984	5.387.644	6.256.335
Jaçanã	155.382	171.810	1.369.820	1.424.985	1.525.202	1.596.795
Jaguara	19.815	59.628	641.419	661.170	661.234	720.798
Jaguapé	301.832	552.279	620.870	648.491	922.702	1.200.770
Jaraguá	208.408	305.355	1.118.015	1.351.188	1.326.423	1.656.543
Jardim Ângela	33.829	39.653	1.533.282	1.747.722	1.567.111	1.787.375
Jardim Helena	3.798	36.158	1.377.570	1.491.248	1.381.368	1.527.406
Jardim Paulista	7.738.517	8.301.560	816.408	758.495	8.554.925	9.060.055
Jardim São Luís	475.302	609.184	2.281.330	2.479.141	2.756.632	3.088.325
José Bonifácio	874.892	1.000.853	423.571	483.534	1.298.463	1.484.387
Lajeado	11.560	71.144	1.294.280	1.398.791	1.305.840	1.469.935
Lapa	1.185.223	1.962.552	1.608.311	1.576.572	2.793.534	3.539.124
Liberdade	2.276.611	2.715.464	609.185	572.684	2.885.796	3.288.148
Limão	326.649	527.582	1.416.830	1.495.210	1.743.479	2.022.792
Mandaqui	1.136.052	1.571.212	1.685.137	1.840.459	2.821.189	3.411.671
Marsilac	0	0	12.772	14.250	12.772	14.250
Moema	5.568.865	7.306.990	991.302	925.740	6.560.167	8.232.730
Moóca	1.551.488	2.277.386	1.342.883	1.349.833	2.894.371	3.627.219
Morumbi	1.851.627	2.325.841	2.237.457	2.596.379	4.089.084	4.922.220

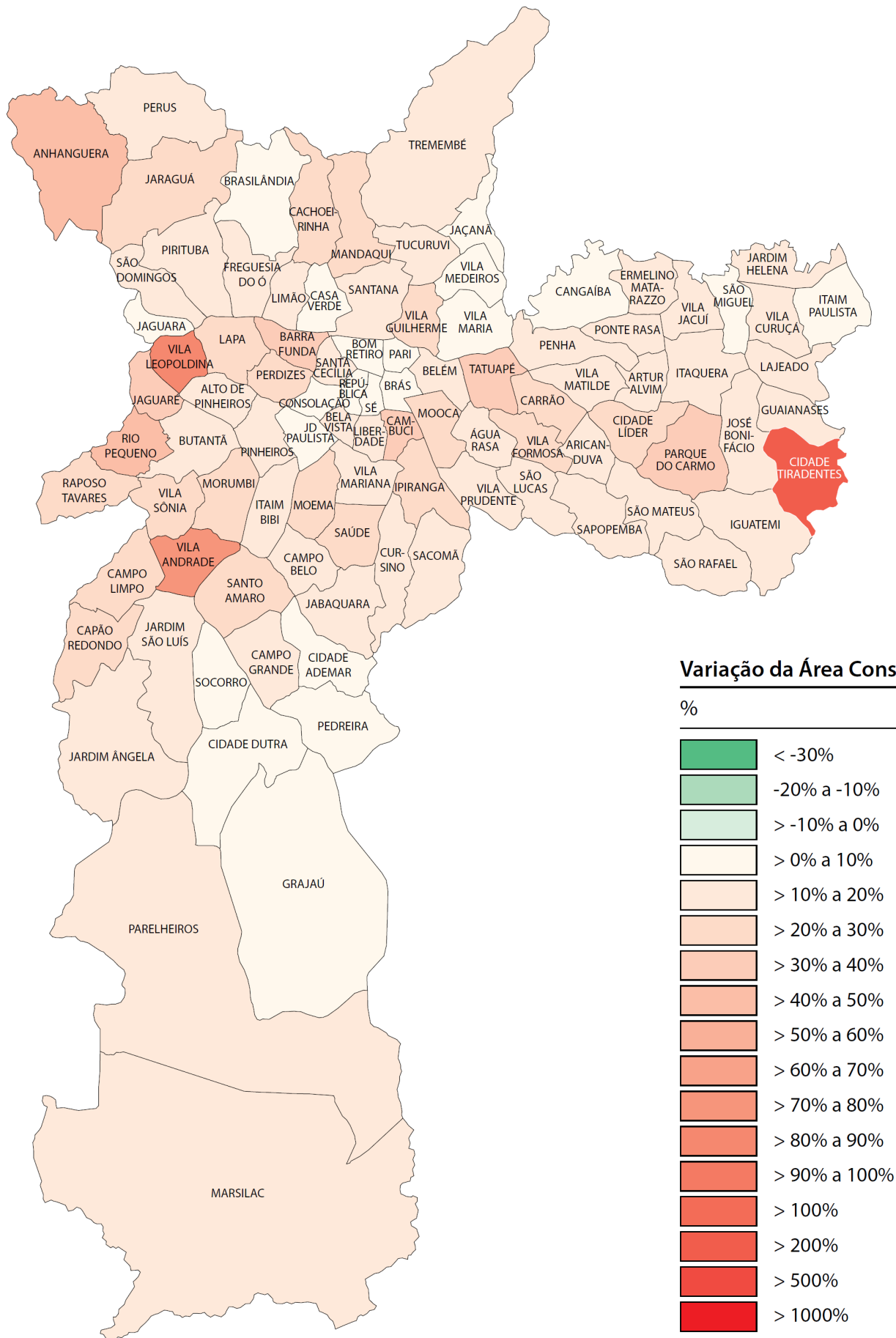
Unidades Territoriais	área construída residencial		área construída residencial		área construída residencial	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Parelheiros	-	-	457.532	524.940	457.532	524.940
Pari	94.454	141.614	311.556	304.567	406.010	446.181
Parque do Carmo	43.629	94.785	702.981	885.969	746.610	980.754
Pedreira	60.950	92.410	1.062.498	1.130.755	1.123.448	1.223.165
Penha	580.953	849.600	2.809.600	2.977.121	3.390.553	3.826.721
Perdizes	4.529.537	5.832.311	1.641.886	1.577.762	6.171.423	7.410.073
Perus	263	263	627.567	692.693	627.830	692.956
Pinheiros	3.243.404	3.948.707	1.653.209	1.603.322	4.896.613	5.552.029
Pirituba	626.372	868.574	2.629.504	2.882.916	3.255.876	3.751.490
Ponte Rasa	123.606	203.067	1.749.164	1.866.690	1.872.770	2.069.757
Raposo Tavares	230.392	389.855	994.400	1.201.386	1.224.792	1.591.241
República	1.923.408	2.007.732	33.387	29.426	1.956.795	2.037.158
Rio Pequeno	786.884	1.355.475	1.738.954	2.185.232	2.525.838	3.540.707
Sacomã	1.375.056	2.029.880	2.943.902	3.056.563	4.318.958	5.086.443
Santa Cecília	3.629.435	4.171.174	218.186	181.999	3.847.621	4.353.173
Santana	3.249.273	4.186.625	2.273.239	2.301.028	5.522.512	6.487.653
Santo Amaro	1.585.930	2.345.173	2.568.665	2.787.628	4.154.595	5.132.801
São Domingos	288.488	368.338	1.574.552	1.779.156	1.863.040	2.147.494
São Lucas	618.638	872.759	2.631.198	2.757.352	3.249.836	3.630.111
São Mateus	220.547	254.140	1.993.438	2.198.794	2.213.985	2.452.934
São Miguel	32.010	77.806	1.688.617	1.717.937	1.720.627	1.795.743
São Rafael	15.840	15.840	1.067.016	1.190.038	1.082.856	1.205.878
Sapopemba	403.498	514.841	3.073.669	3.324.018	3.477.167	3.838.859
Saúde	3.092.070	4.413.020	2.833.484	2.802.306	5.925.554	7.215.326
Sé	529.742	556.286	36.151	36.051	565.893	592.337
Socorro	220.185	301.233	1.135.739	1.175.041	1.355.924	1.476.274
Tatuapé	1.933.052	3.336.134	1.713.546	1.630.201	3.646.598	4.966.335
Tremembé	166.642	191.623	2.466.754	2.743.654	2.633.396	2.935.277
Tucuruvi	731.755	940.857	2.499.222	2.694.662	3.230.977	3.635.519
Vila Andrade	2.908.418	5.333.806	510.025	580.924	3.418.443	5.914.730
Vila Curuçá	31.903	87.684	1.634.312	1.791.523	1.666.215	1.879.207
Vila Formosa	896.095	1.390.995	1.918.299	2.054.726	2.814.394	3.445.721
Vila Guilherme	260.008	573.524	1.223.918	1.287.003	1.483.926	1.860.527
Vila Jacuí	81.780	151.374	1.290.956	1.494.617	1.372.736	1.645.991
Vila Leopoldina	509.452	1.468.357	622.585	617.218	1.132.037	2.085.575
Vila Maria	272.290	402.427	1.784.893	1.852.474	2.057.183	2.254.901
Vila Mariana	5.897.635	7.425.994	1.750.154	1.656.359	7.647.789	9.082.353
Vila Matilde	250.306	479.867	2.207.584	2.383.567	2.457.890	2.863.434
Vila Medeiros	161.914	222.052	2.525.462	2.641.393	2.687.376	2.863.445
Vila Prudente	674.032	1.010.024	2.272.167	2.450.994	2.946.199	3.461.018
Vila Sônia	1.784.249	2.473.717	1.832.310	1.999.792	3.616.559	4.473.509
Total Geral	100.213.844	134.544.455	143.109.723	152.203.608	243.323.567	286.748.063

Com base nesses dados, são apresentados, a seguir, os Mapas 4, 5 e 6 mostrando, por distrito, respectivamente a variação da área construída residencial horizontal, vertical e a soma das duas entre os anos de 2000 e 2010:

Mapa 4 – Variação da Área Construída Residencial Horizontal de 2000 a 2010 Município de São Paulo



Mapa 6 – Variação da Área Construída Residencial de 2000 a 2010 Município de São Paulo



As causas das mudanças apontadas pelos dados acima expostos são diversas. De forma preliminar, poderiam ser apontados como fatores que influenciaram essas alterações:

- crescimento vegetativo da população (diferença entre nascimentos e mortes);
- atração de pessoas tendo em vista novas construções (tanto legais como ilegais); nesse contexto, novas construções podem ter sido realizadas com recursos do próprio morador, de empreendedor privado e/ou com base em política habitacional governamental, incluindo financiamentos imobiliários;
- mudança de pessoas para outros municípios;
- movimentos de imigração (tanto de outros municípios brasileiros como de outros países).

Especificamente no que tange às alterações registradas nos dados de construção, dentre os fatores causais poderiam ser considerados:

- processo de verticalização, eventualmente com demolição de unidades habitacionais horizontais;
- ampliação de área apenas “escritural” por legislação de anistia de construções (como exemplo, no período, foi aprovada a Lei nº 13.558/2003, que dispôs sobre a regularização de edificações);
- legislação de uso e ocupação do solo, incentivando, desestimulando ou mesmo proibindo edificação.

Cada fator possível acima apontado, para verificação de sua influência, mereceria análise específica. Outros fatores com certeza existem, devendo, igualmente, ter sua validação investigada.

16. Saneamento Básico na Região Metropolitana de São Paulo – 2011*

Na edição nº 5 do Indicador Metropolitano, publicado em outubro de 2011, foram apresentadas informações sobre saneamento básico da Região Metropolitana de São Paulo com base nos dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS do ano de 2009, divulgado pela Secretaria de Saneamento Ambiental, órgão vinculado ao Ministério das Cidades. O presente trabalho atualiza as informações sobre água e esgotos da RMSP, segundo dados do SNIS do ano de 2011.

Tabela 1.1 - Prestadores do Serviço de Água e Esgoto - RMSP

Município	Empresa	Abrangência	Tipo de Serviço	Natureza Jurídica
Diadema	SANED	Local	Água e Esgoto	Soc. de economia mista
Guarulhos	SAAE	Local	Água e Esgoto	Autarquia
Mauá	SAMA	Local	Água	Autarquia
Mauá	FOZ DO BRASIL	Local	Esgoto	Empresa privada
Mogi das Cruzes	SEMAE	Local	Água e Esgoto	Autarquia
Santa Isabel	PMSI	Local	Água e Esgoto	Administração pública direta
Santo André	SEMASA	Local	Água e Esgoto	Autarquia
São Caetano do Sul	DAE	Local	Água e Esgoto	Autarquia
Demais	SABESP	Regional	Água e Esgoto	Soc. de economia mista

Fonte: SNIS 2011

* Publicado no Indicador Metropolitano nº 33 - fevereiro/2014.

Na RMSP, não houve mudança de prestadores de serviços de água e esgotos no período de 2009 e 2011. Dos 39 municípios da RMSP, 7 não têm a Sabesp - Companhia de Saneamento Básico Estado de São Paulo como concessionária de serviços de abastecimento de água e esgotos, atendendo os consumidores por meio de empresas ou autarquias ligadas às prefeituras, conforme Tabela 1.2. Estes municípios compram água no atacado da SABESP.

Tabela 1.2 - Caracterização Global - RMSP

		2009	2011	Diferença	Var.% 2011/2009
Água					
Quantidade de ligações	unid.	5.088.723	5.336.076	247.353	4,9%
Extensão da rede	km	38.681	40.041	1.360	3,5%
Volume produzido ⁽¹⁾	mil m ³	2.020.267	2.152.544	132.276	6,5%
Volume consumido	mil m ³	1.150.151	1.247.293	97.141	8,4%
Esgoto					
Quantidade de ligações	unid.	4.031.002	4.301.387	270.385	6,7%
Extensão da rede	km	26.671	27.886	1.215	4,6%
Volume de esgoto coletado	mil m ³	815.612	869.444	53.833	6,6%
Volume de esgoto tratado ⁽²⁾	mil m ³	495.540	495.848	308	0,1%

Fonte: SNIS 2009 e 2011

(1) Considerou-se o volume anual de água medido por meio de macromedidores permanentes: nas saídas das estações de tratamento, das unidades de tratamento e dos poços, bem como nos pontos de entrada de água tratada importada, se existirem.

(2) Considerou-se o volume anual de esgoto coletado na área de atuação do prestador de serviços e que foi submetido à tratamento e o volume de esgoto bruto transferido para outro(s) agentes e que foi submetido a tratamento.

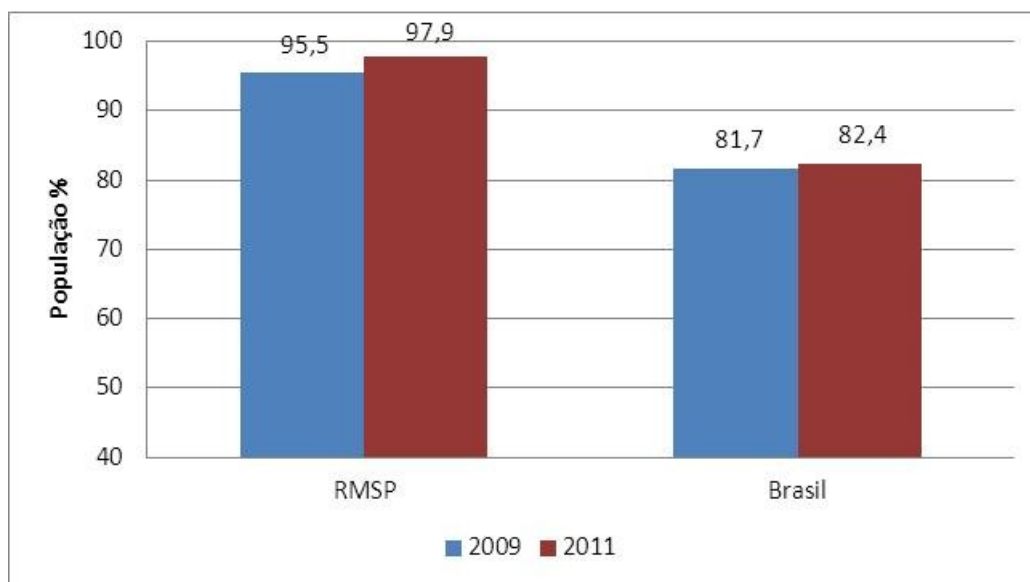
Entre 2009 e 2011, verificou-se na RMSP acréscimo de quase 250 mil ligações de água e de 1.360 quilômetros da extensão da rede de água, com aumento de 132,3 milhões de metros cúbicos da produção de água, enquanto o volume consumido na região aumentou 97,1 milhões de metros cúbicos.

Em relação ao sistema de esgotamento sanitário, no mesmo período houve aumento de 270,4 mil ligações e de 1,2 mil quilômetros de rede, sendo que o aumento do volume de esgoto coletado foi de 53,8 milhões de metros cúbicos e do volume de esgoto tratado, de 308 mil metros cúbicos (Tabela 1.2).

1.1 Cobertura dos serviços de água e esgoto

Em relação ao abastecimento de água, o índice médio da RMSP de atendimento da população aumentou 2,4 pontos percentuais (p.p.) entre 2009 e 2011, alcançando 97,9% da população total, superior ao índice nacional de 82,4% (Gráfico 1.1).

Gráfico 1.1 - Índice de Atendimento de Água (%) - RMSP e Brasil

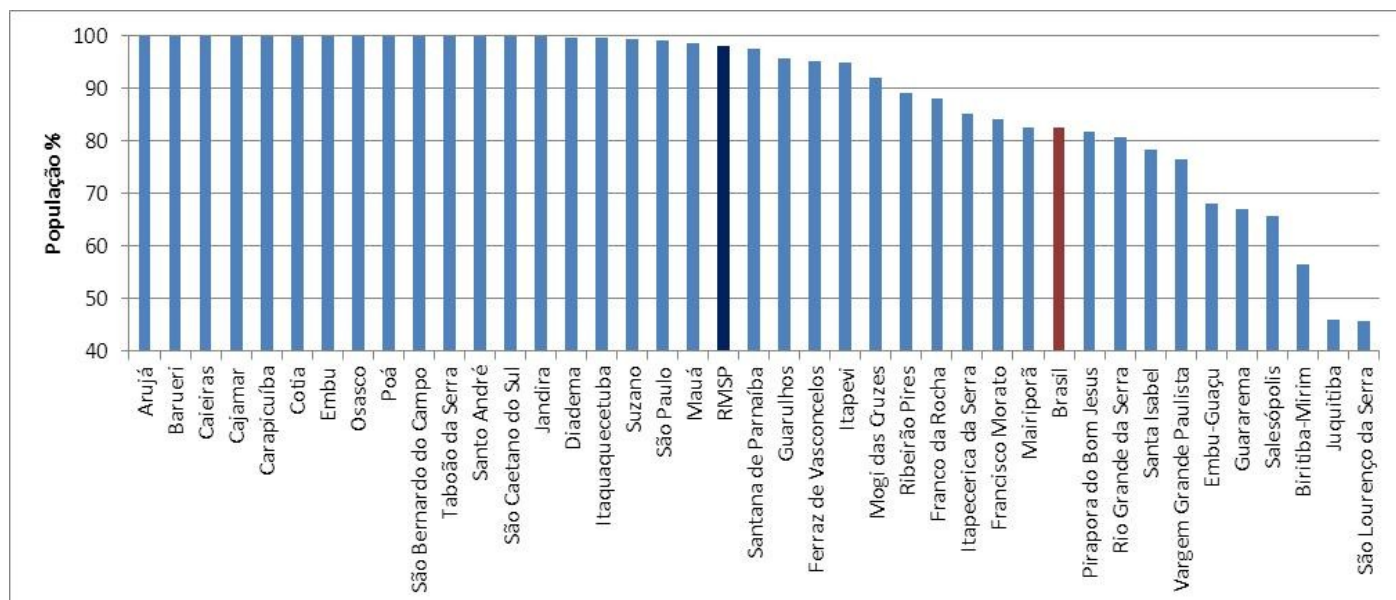


Fonte: SNIS 2009 e 2011

No mesmo período, o número de municípios da RMSP em que 100% da população é atendida pelo serviço de água passou de 4 para 13 municípios e o número de municípios com índice inferior a média nacional diminuiu de 14 para 10 municípios.

O Gráfico 1.2 apresenta o índice de atendimento de água, que reflete o percentual da população total do município que é atendida com abastecimento de água.

Gráfico 1.2 - Índice de Atendimento de Água (%) - 2011

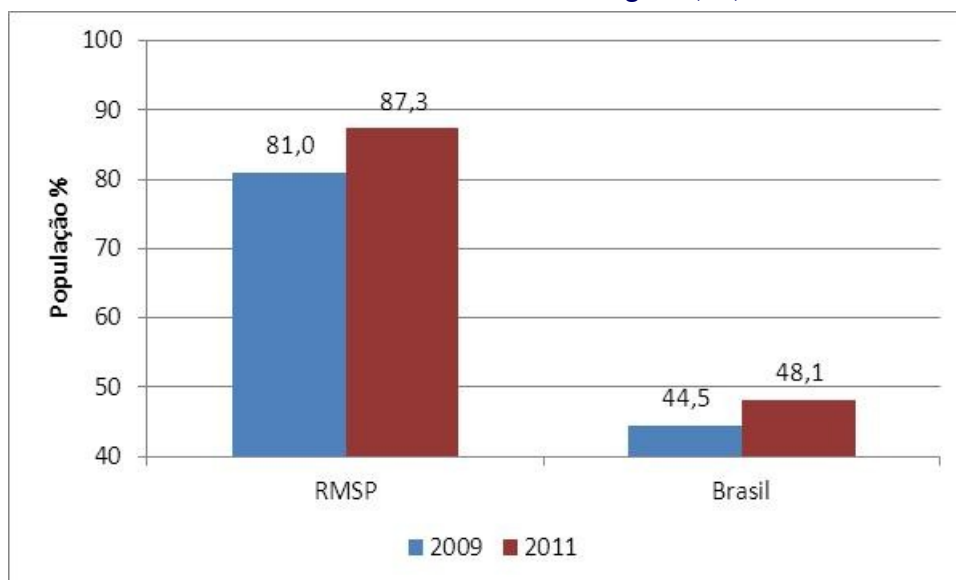


Fonte: SNIS 2011

Nos municípios de São Lourenço da Serra e Juquitiba foram verificadas os menores índices de atendimento de água, menos da metade da população possuía acesso ao serviço de água em 2011.

Quanto ao esgotamento sanitário, o índice médio da RMSP de atendimento da população aumentou 6,3 p.p. em dois anos, alcançando 87,3% da população total em 2011 (Gráfico 1.3).

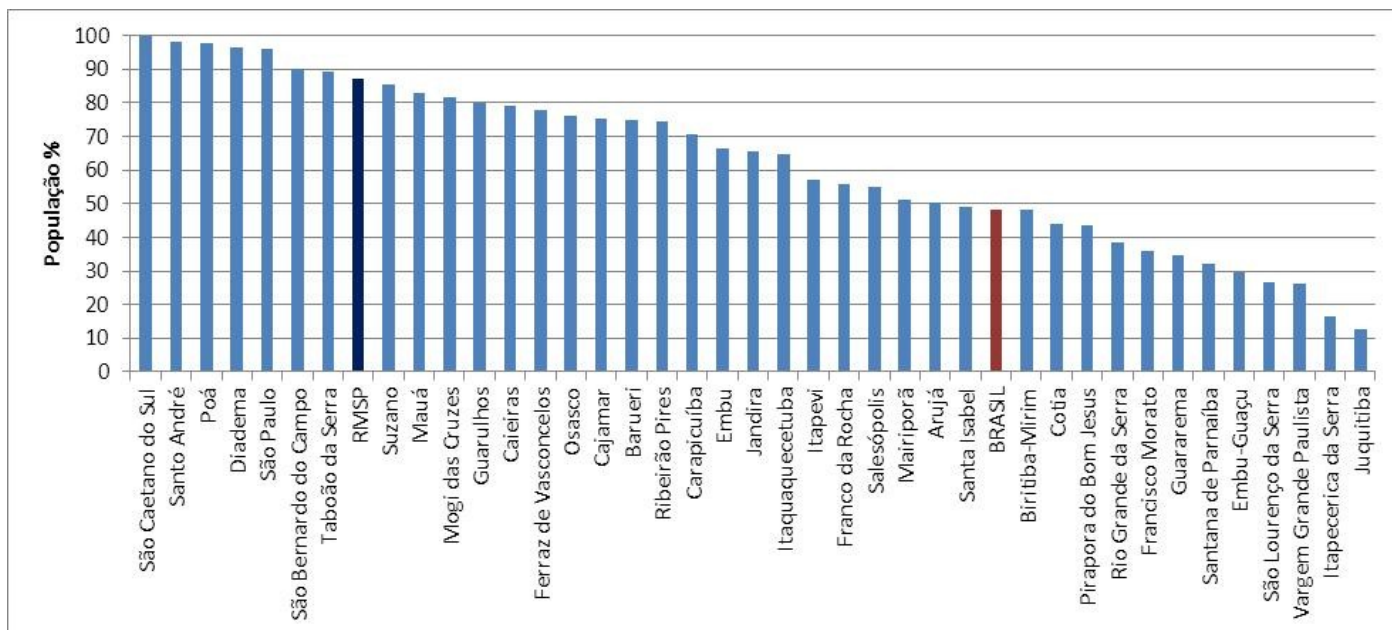
Gráfico 1.3 - Índice de Atendimento de Esgoto (%) - RMSP e Brasil



Fonte: SNIS 2009 e 2011

No Gráfico 1.4 podem ser vistos os índices de atendimento do serviço de esgoto por município da RMSP para o ano de 2011. O município de São Caetano era o único da RMSP que atendia 100% da população com coleta de esgoto. Os municípios de Juquitiba e Itapeperica da Serra apresentaram os menores índices, com menos de 20% da população atendida com coleta de esgoto.

Gráfico 1.4 - Índice de Atendimento de Esgoto (%) - 2011



Fonte: SNIS 2011

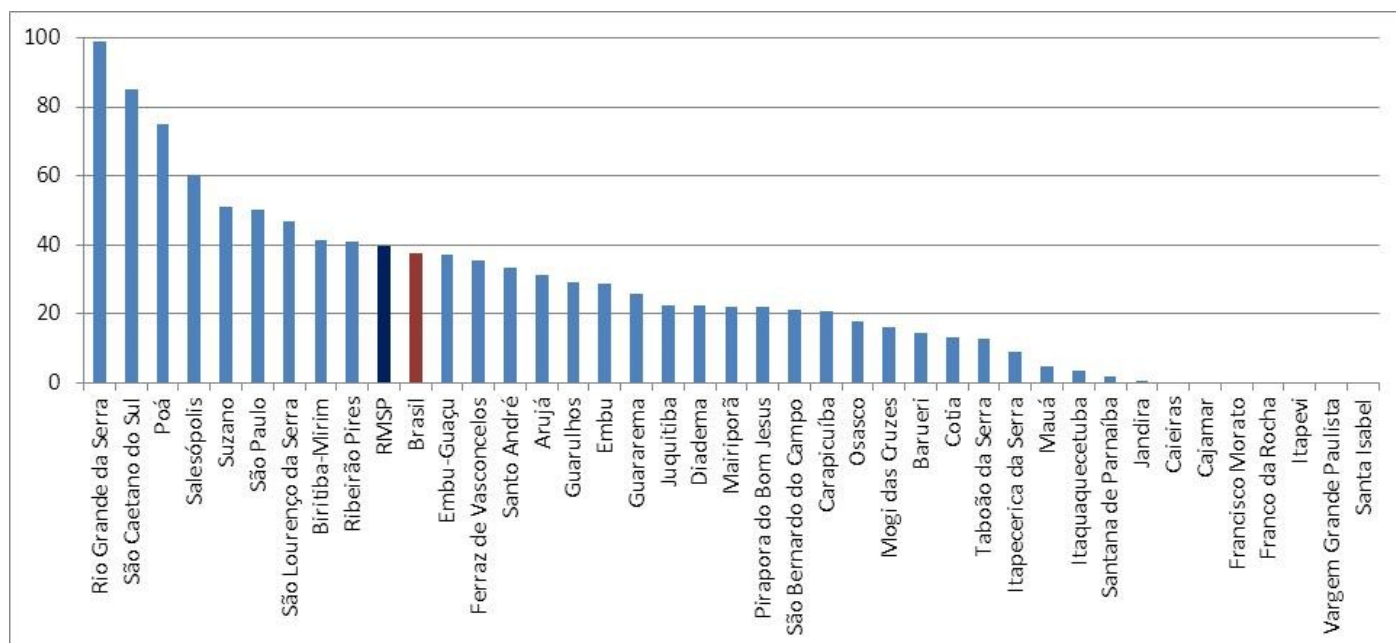
1.2 Índice de Tratamento de Esgotos Gerados

De acordo com os dados do SNIS 2011, do volume de esgotos gerados⁽¹⁾ no ano na RMSP no total de 1,2 bilhão de metros cúbicos, o equivalente a 69,8% foi coletado e 37% tratado.

O Gráfico 1.5 apresenta o índice de tratamento de esgotos gerados por município da RMSP em 2011.

(1) O volume de esgotos gerados é estimado no SNIS como sendo igual ao volume de água consumida.

Gráfico 1.5 - Índice de Tratamento de Esgotos Gerados (%) - 2011



Fonte: SNIS 2011

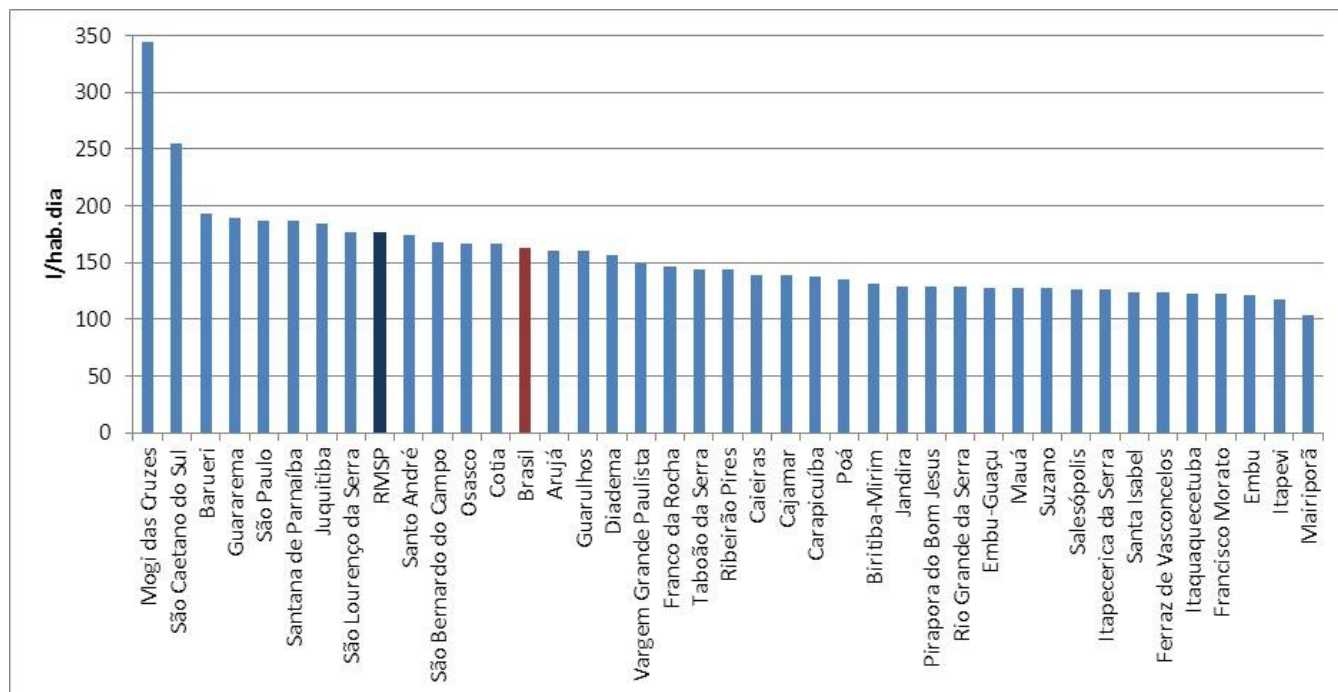
Verificou-se que o maior índice de tratamento de esgotos ocorreu no município de Rio Grande da Serra, com 99%, seguido pelo município de São Caetano do Sul, com 85%. Os municípios de Jandira e Santana de Parnaíba apresentaram índices de 0,4% e 3,5%, respectivamente. Em 7 municípios não havia tratamento do esgoto gerado.

1.3 Consumo Per Capita de Água

A média do consumo diário de água per capita na RMSP em 2011 foi de 176,3 litros, 13,7 litros a mais que a média nacional.

Valores do consumo per capita de água dos municípios da RMSP podem ser visualizados no Gráfico 1.6.

Gráfico 1.6 - Consumo médio diário de água per capita (litros/hab.dia) - 2011

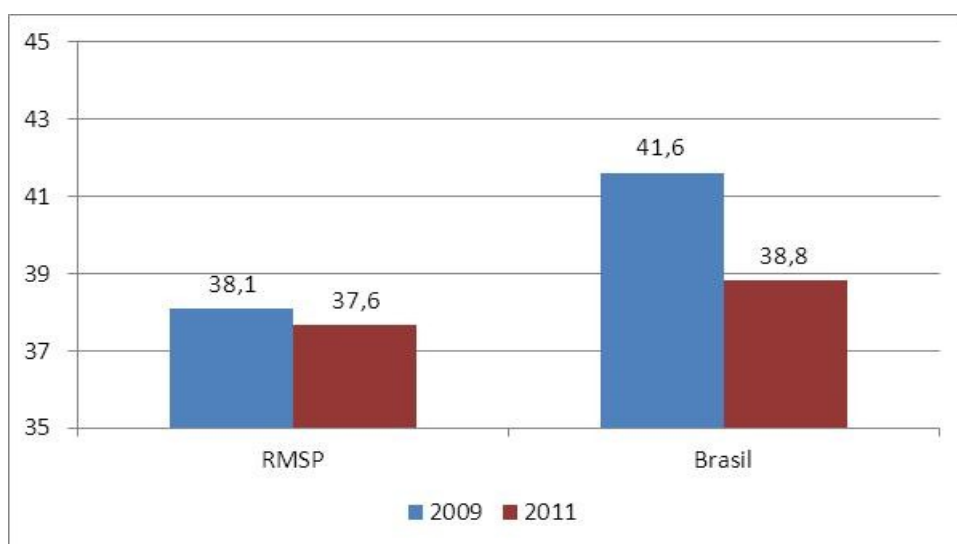


Fonte: SNIS 2011

1.4 Perdas de Água na Distribuição

O índice de perdas de água na distribuição faz a comparação entre o volume de água disponibilizado e o volume consumido. Em comparação com 2009, o índice médio de perdas na distribuição da RMSP diminuiu de 38,1% para 37,6% em 2011, enquanto que a média nacional caiu de 41,6% para 38,8% (gráfico 1.7).

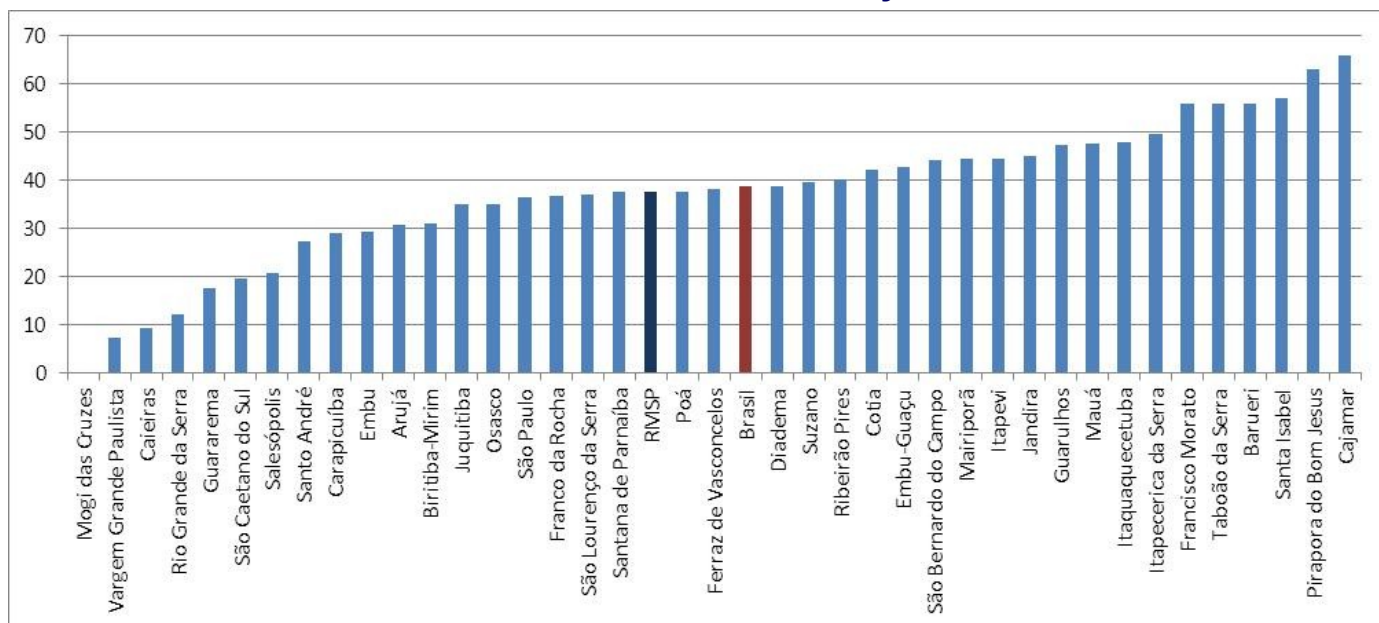
Gráfico 1.7 - Índice de Perdas na Distribuição (%) - RMSP e Brasil



Fonte: SNIS 2011

O Gráfico 1.8 apresenta o índice de perdas na distribuição por município da RMSP em 2011.

Gráfico 1.8 - Índice de Perda na Distribuição (%) - 2011



Fonte: SNIS 2011

1.5 Tarifas e Despesas Médias

A tarifa média dos serviços de água e esgoto da RMSP, calculada pela relação da receita anual operacional direta de água e esgoto (incluindo a receita derivada de água exportada e esgoto importado) e o volume anual de água e esgoto faturado, foi estimada em R\$ 2,70 por metro cúbico, enquanto que a despesa total média ficou em R\$ 2,35.

A Tabela 1.3 apresenta valores referentes à tarifa média e à despesa total média com serviços de água e esgoto por município da RMSP em 2011.

Tabela 1.3 - Tarifas e Despesas Médias com serviços de água e esgoto (R\$/m³) - RMSP - 2011

Município	Tarifa Média	Despesa Média	Município	Tarifa Média	Despesa Média
Arujá	2,75	2,68	Mauá (água)	2,49	1,77
Barueri	3,59	3,10	Mauá (esgoto)	2,17	1,79
Biritiba-Mirim	1,96	2,81	Mogi das Cruzes	2,48	2,53
Caieiras	2,38	2,49	Osasco	2,71	2,24
Cajamar	2,67	2,69	Pirapora do Bom Jesus	2,33	4,46
Carapicuíba	2,12	1,70	Poá	2,48	2,03
Cotia	2,96	2,83	Ribeirão Pires	2,40	3,13
Diadema	2,35	2,18	Rio Grande da Serra	1,85	2,41
Embu	2,27	1,95	Salesópolis	1,93	2,56
Embu-Guaçu	2,29	3,29	Santa Isabel	1,12	1,01
Ferraz de	2,29	1,94	Santana de Parnaíba	3,05	2,63
Francisco Morato	2,17	2,67	Santo André	2,45	1,66
Franco da Rocha	3,22	2,96	São Bernardo do Campo	2,42	2,03
Guararema	2,55	3,68	São Caetano do Sul	3,20	2,24
Guarulhos	2,02	1,87	São Lourenço da Serra	2,04	3,18
Itapeckerica da	2,50	2,95	São Paulo	2,84	2,45
Itapevi	2,28	2,18	Suzano	2,54	2,64
Itaquaquecetuba	2,27	2,03	Taboão da Serra	2,41	2,07
Jandira	2,32	2,23	Vargem Grande Paulista	2,63	2,77
Juquitiba	2,19	3,52	RMSP	2,70	2,35
Mairiporã	2,45	3,15	Brasil	2,30	2,22

Fonte: SNIS 2011

17. Saneamento Básico na Região Metropolitana de São Paulo RMSP - 2012*

Na edição nº 33 do Indicador Metropolitano, publicado em fevereiro deste ano, foram apresentadas informações sobre saneamento básico da Região Metropolitana de São Paulo com base nos dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS do ano de 2011, divulgado pela Secretaria de Saneamento Ambiental, órgão vinculado ao Ministério das Cidades. Recentemente o SNIS foi atualizado com dados de 2012. O presente trabalho traz algumas dessas informações atualizadas sobre água e esgotos para RMSP.

Tabela 1.1 - Prestadores do Serviço de Água e Esgoto - RMSP

Município	Empresa	Abrangência	Tipo de Serviço	Natureza Jurídica
Diadema	SANED	Local	Água e Esgoto	Soc. de economia mista
Guarulhos	SAAE	Local	Água e Esgoto	Autarquia
Mauá	SAMA	Local	Água	Autarquia
Mauá	FOZ	Local	Esgoto	Empresa privada
Mogi das Cruzes	SEMAE	Local	Água e Esgoto	Autarquia
Santa Isabel	PMSI	Local	Água e Esgoto	Administração pública direta
Santo André	SEMASA	Local	Água e Esgoto	Autarquia
São Caetano do Sul	DAE	Local	Água e Esgoto	Autarquia
Demais	SABESP	Regional	Água e Esgoto	Soc. de economia mista

Fonte: SNIS 2012

* Publicado no Indicador Metropolitano nº 40 - setembro/2014.

Na RMSP, não houve mudança de prestadores de serviços de água e esgotos no período entre 2011 e 2012. Dos 39 municípios da RMSP, sete não têm a Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo como concessionária de serviços de abastecimento de água e esgotos, atendendo os consumidores por meio de empresas ou autarquias ligadas às prefeituras, como pode ser visto na Tabela 1.1.

Tabela 1.2 - Caracterização Global - RMSP

		2011	2012	Diferença	Var(%) 2012/2011
Água					
Quantidade de ligações	unid.	5.336.076	5.460.087	124.011	2,3%
Extensão da rede	km	40.041	40.862	821	2,0%
Volume produzido ⁽¹⁾	mil m ³	2.152.544	2.210.680	58.136	2,7%
Volume consumido	mil m ³	1.247.293	1.290.740	43.447	3,5%
Esgoto					
Quantidade de ligações	unid.	4.301.387	4.548.490	247.103	5,7%
Extensão da rede	km	27.886	28.405	519	1,9%
Volume de esgoto coletado	mil m ³	869.444	882.032	12.588	1,4%
Volume de esgoto tratado ⁽²⁾	mil m ³	495.848	517.918	22.069	4,5%

(1) Considerou-se o volume anual de água medido por meio de macromedidores permanentes: nas saídas das estações de tratamento, das unidades de tratamento e dos poços, bem como nos pontos de entrada de água tratada importada, se existirem.

(2) Considerou-se o volume anual de esgoto coletado na área de atuação do prestador de serviços e que foi submetido à tratamento e o volume de esgoto bruto transferido para outro(s) agentes e que foi submetido a tratamento.

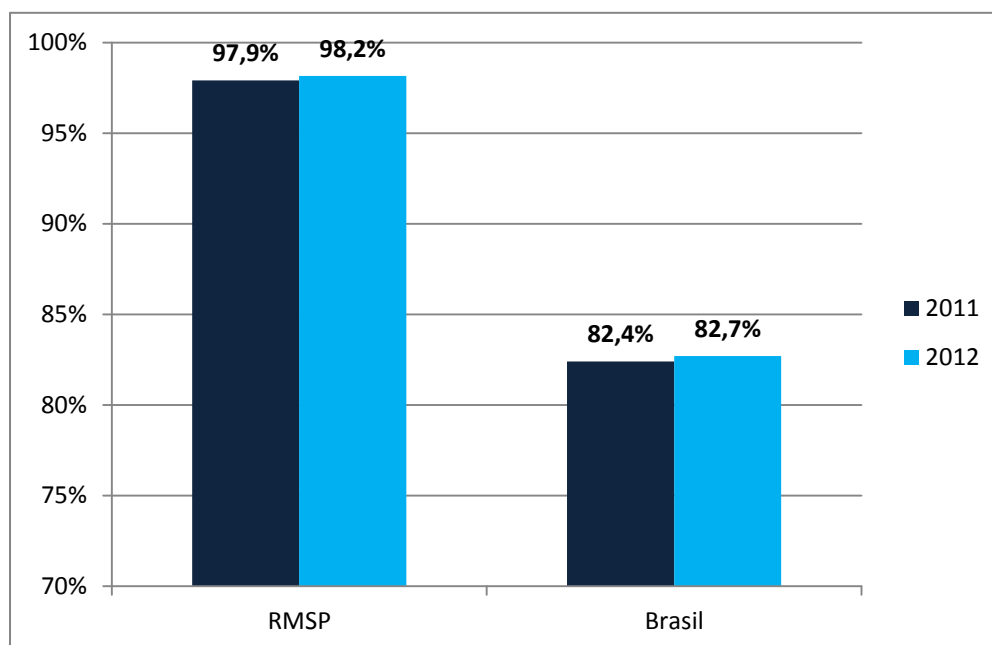
Entre 2011 e 2012, verificou-se na RMSP acréscimo de quase 124 mil ligações de água e de 821 quilômetros da extensão da rede de água, com aumento de 58,1 milhões de metros cúbicos da produção de água, enquanto o volume consumido na região aumentou 43,4 milhões de metros cúbicos.

Em relação ao sistema de esgotamento sanitário, no mesmo período houve aumento de 247,1 mil ligações e de 519 quilômetros de rede, sendo que o aumento do volume de esgoto coletado foi de 12,5 milhões de metros cúbicos e do volume de esgoto tratado, de 22 milhões de metros cúbicos. Esses dados estão apresentados na Tabela 1.2.

1.1 Cobertura dos serviços de água e esgoto

Em relação ao abastecimento de água, o índice médio da RMSP de atendimento da população apresentou um pequeno crescimento entre 2011 e 2012 (saiu de 97,9% para 98,2%). O mesmo aconteceu com o índice nacional, que saiu de 82,4% em 2011 para 82,7% em 2012 (Gráfico 1.1).

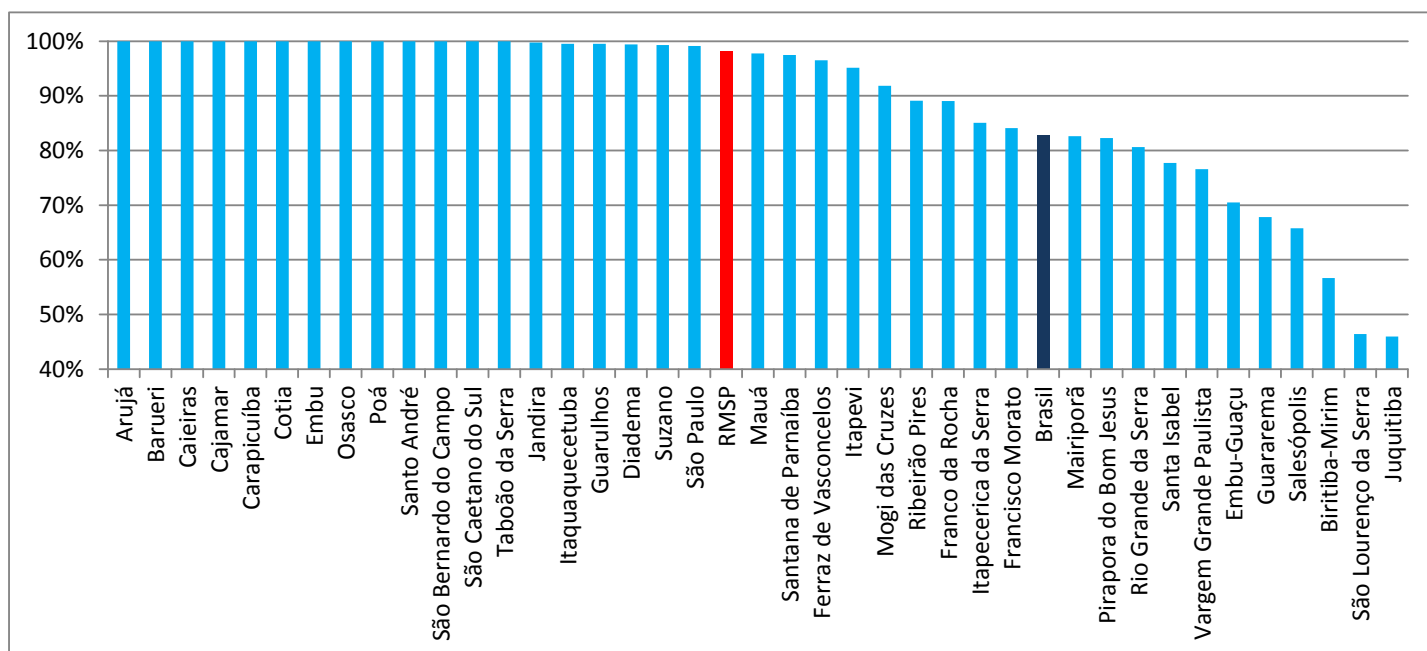
Gráfico 1.1 - Índice de Atendimento de Água (%) - RMSP e Brasil



Fonte: SNIS 2011 e 2012

Em relação aos municípios da RMSP, treze apresentaram índice de população atendida por abastecimento de água igual a 100, mesmo número de 2011. Onze municípios ficaram abaixo da média nacional de 82,7% (em 2011 eram 10 municípios nesta situação). O Gráfico 1.2 apresenta, para todos os municípios da RMSP, o índice de atendimento de água, que reflete o percentual da população total do município que é atendida com abastecimento de água.

Gráfico 1.2 - Índice de Atendimento de Água (%) - 2012

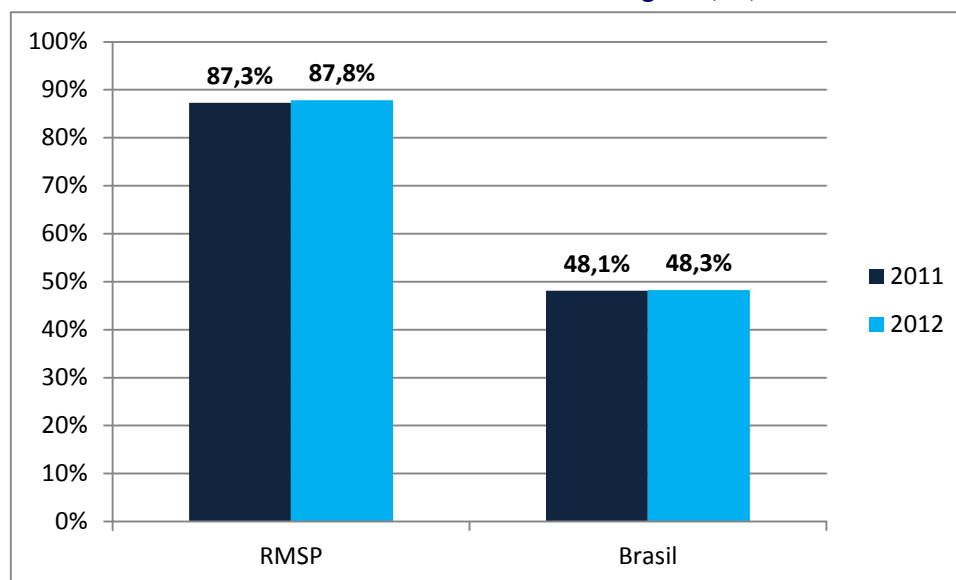


Fonte: SNIS 2012

Assim como ocorreu em 2011, nos municípios de São Lourenço da Serra e Juquitiba foram verificados os menores índices de atendimento de água, menos da metade da população possuía acesso ao serviço de água em 2012 (46,3% e 45,9% respectivamente).

Quanto ao esgotamento sanitário, o índice médio da RMSP de atendimento da população, teve um pequeno crescimento de 0,5 ponto percentual, alcançando 87,8% da população total em 2012 (contra 87,3% em 2011). Índice bem acima da média nacional, que registrou 48,3% em 2012. As informações estão no Gráfico 1.3.

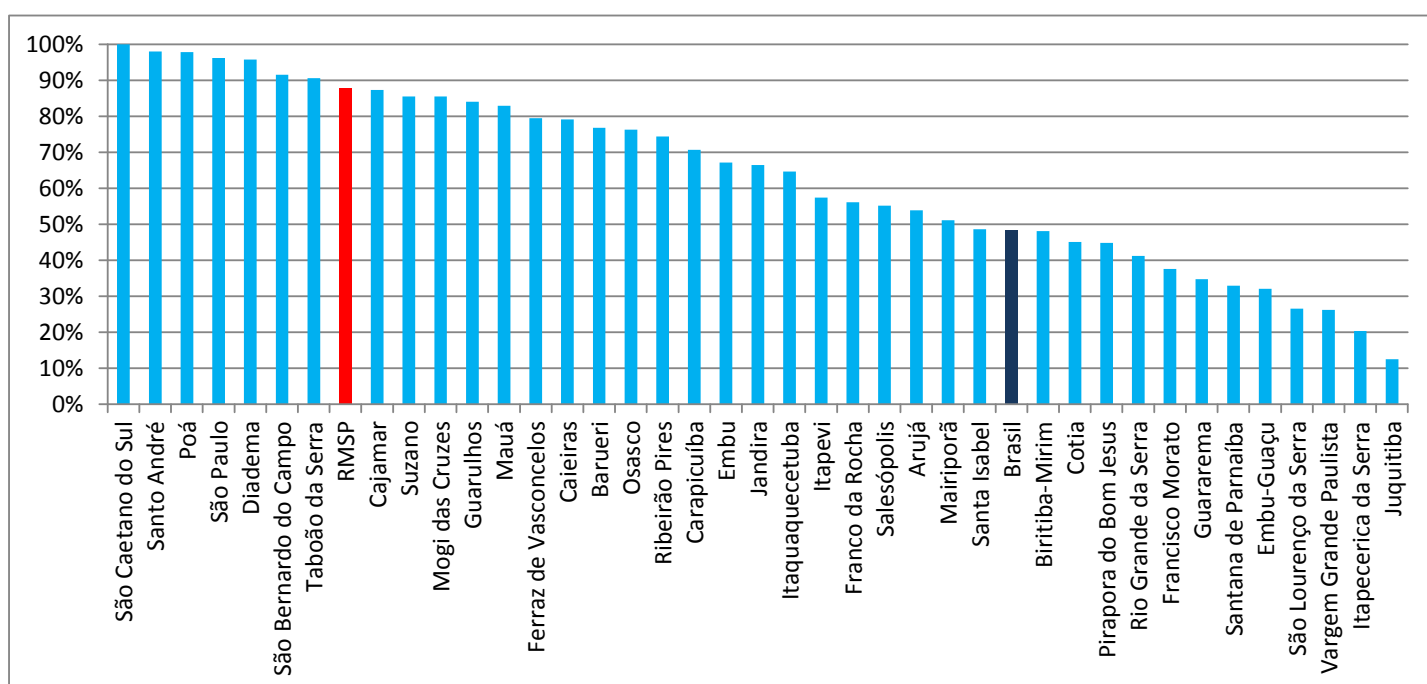
Gráfico 1.3 - Índice de Atendimento de Esgoto (%) - RMSP e Brasil



Fonte: SNIS 2011 e 2012

O Gráfico 1.4 traz os índices de atendimento do serviço de esgoto por município da RMSP para o ano de 2012. O município de São Caetano era o único da RMSP que atendia 100% da população com coleta de esgoto (seguido de Santo André e Poá com índices de 98% e 97,8% respectivamente). Os municípios de Juquitiba e Itapecerica da Serra apresentaram os menores índices, com menos de 15% da população atendida com coleta de esgoto no caso de Juquitiba. O município de São Paulo apresenta o quarto maior índice (96,1%). No total, 12 municípios da RMSP apresentam índices menores que a média nacional de 48,3%.

Gráfico 1.4 - Índice de Atendimento de Esgoto (%) - 2012



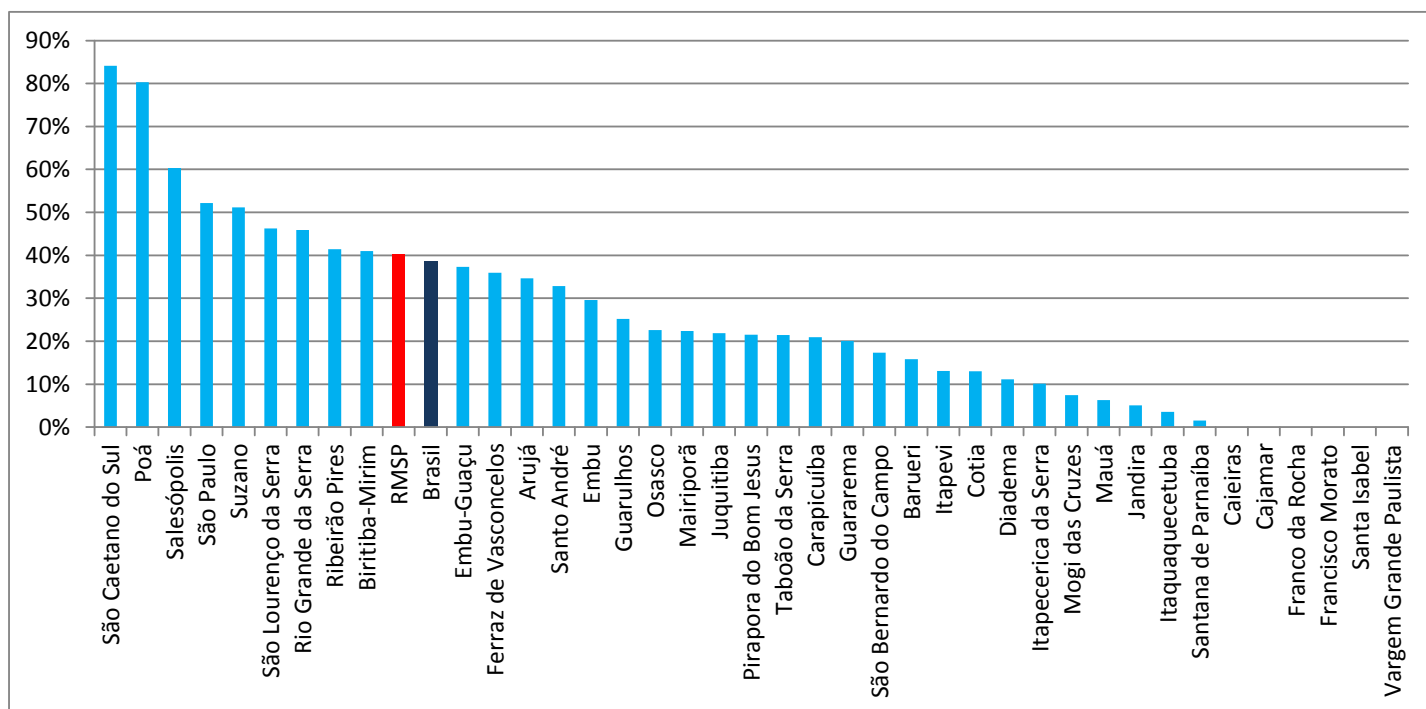
Fonte: SNIS 2012

1.2 Índice de Tratamento de Esgotos Gerados

De acordo com os dados do SNIS 2012, o volume de esgotos gerados⁽³⁾ nesse ano na RMSP foi de 1,29 bilhão de metros cúbicos, sendo o município de São Paulo responsável por aproximadamente 60,5% desse montante. O Gráfico 1.5 apresenta o índice de tratamento de esgotos gerados por município da RMSP em 2012.

(3) O volume de esgotos gerados é estimado no SNIS como sendo igual ao volume de água consumida.

Gráfico 1.5 - Índice de Tratamento de Esgotos Gerados (%) - 2012



Fonte: SNIS 2012

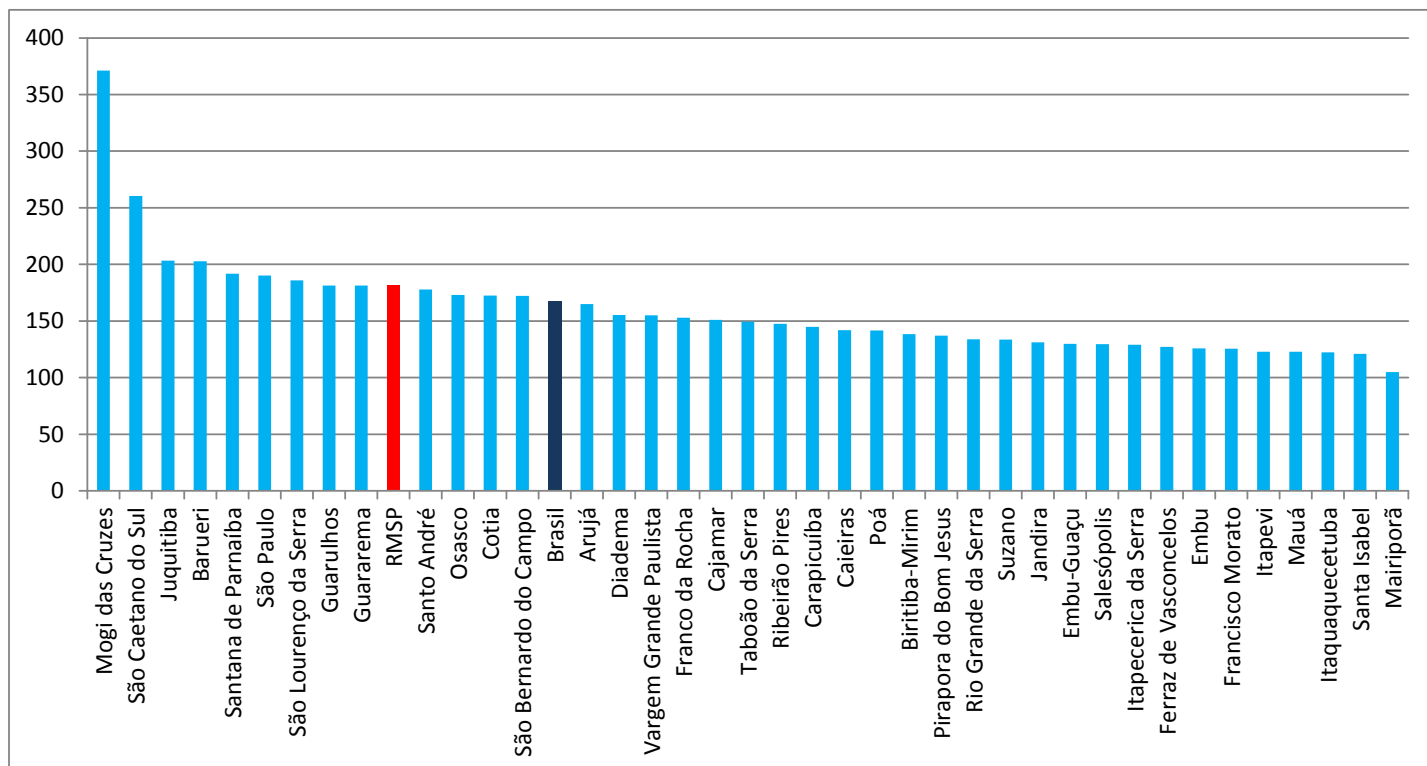
O Município com maior índice de tratamento de esgotos foi São Caetano do Sul com 84,1%, seguido de Poá (80,3%), Salesópolis (60,3%) e São Paulo (52,2%). Os municípios de Itaquaquecetuba e Santana de Parnaíba apresentaram índices de 3,5% e 1,5%, respectivamente, porém, em 6 municípios não havia tratamento do esgoto gerado.

1.3 Consumo Per Capita de Água

A média do consumo diário de água *per capita* na RMSP em 2012 foi de 181,1 litros por dia, número 2,7% maior que a média de 2011 (de 176,3 litros) e 13,6 litros a mais que a média nacional (167,5 litros).

O Gráfico 1.6 traz os valores do consumo *per capita* de água para os municípios da RMSP. Como pode ser observado, a maioria deles (26) tem um consumo per capita menor que a média nacional de 167,5 litros. Mogi das Cruzes, São Caetano do Sul e Juquitiba são os municípios que registraram o maior consumo *per capita*. São Paulo aparece na 6ª posição, com um consumo de 190,25 litros por habitante.

Gráfico 1.6 - Consumo médio diário de água per capita (litros/hab.dia) - 2012

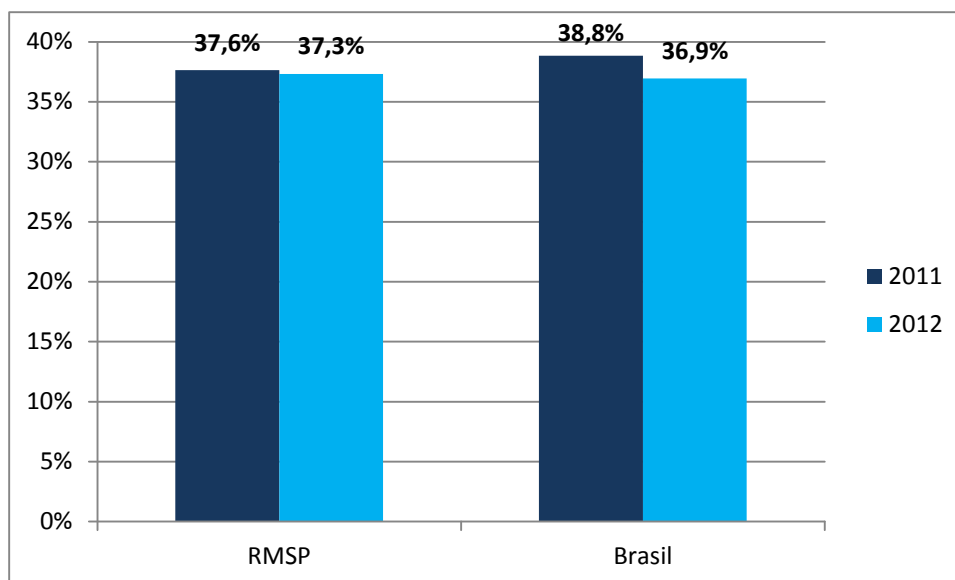


Fonte: SNIS 2012

1.4 Perdas de Água na Distribuição

O índice de perdas de água na distribuição faz a comparação entre o volume de água disponibilizado e o volume consumido. Em comparação com 2011, o índice médio de perdas na distribuição da RMSP diminuiu de 37,6% para 37,3% em 2012, enquanto a média nacional caiu de 38,8% para 36,9% (Gráfico 1.7).

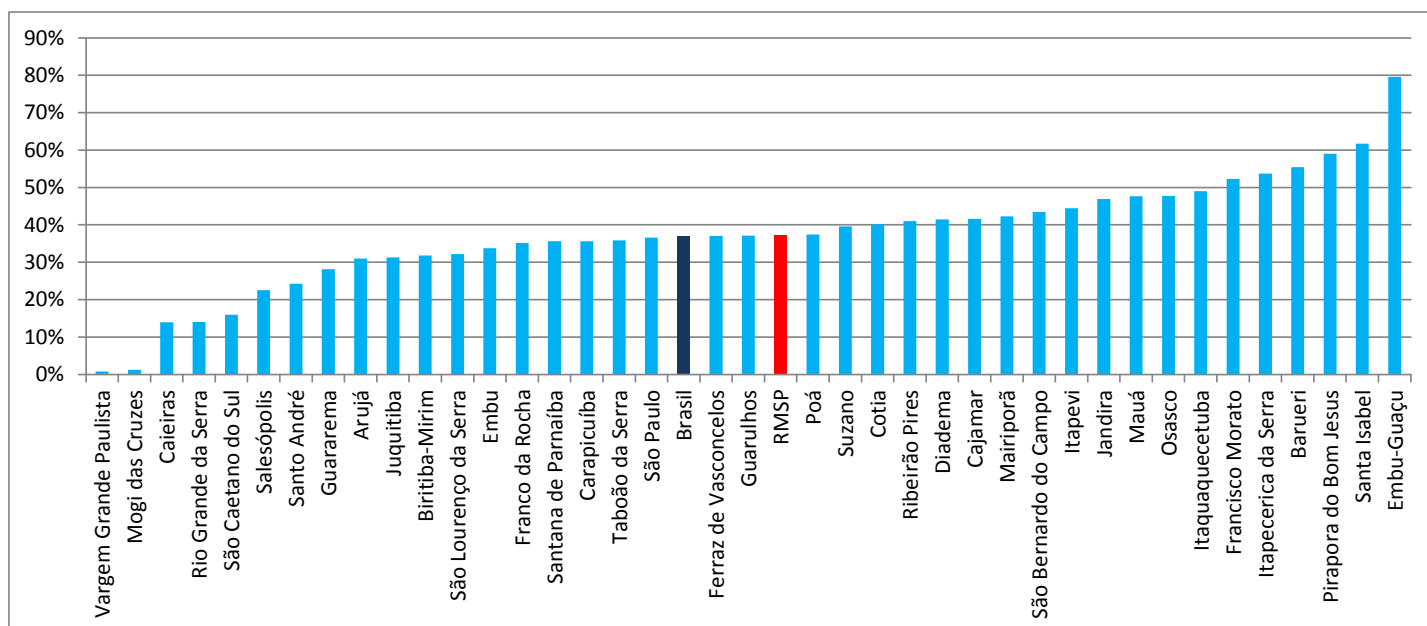
Gráfico 1.7 - Índice de Perdas na Distribuição (%) - RMSP e Brasil



Fonte: SNIS 2011 e 2012

O Gráfico 1.8 apresenta o índice de perdas na distribuição por município da RMSP em 2012.

Gráfico 1.8 - Índice de Perda na Distribuição (%) - 2012



Fonte: SNIS 2012

Dos 39 municípios, 21 apresentaram índice de perda maior que a média nacional (36,94%). Vargem Grande Paulista e Mogi das Cruzes foram os municípios com os menores índices (0,8% e 1,2% respectivamente). São Paulo aparece em 18º lugar, com índice muito próximo da média nacional (36,6%). Embu-Guaçu⁽⁴⁾ e Santa Isabel são os municípios com os maiores índices de perda (79,5% e 61,71% respectivamente).

1.5 Tarifas e Despesas Médias

A tarifa média dos serviços de água e esgoto da RMSP, calculada pela relação da receita anual operacional direta de água e esgoto (incluindo a receita derivada de água exportada e esgoto importado) e o volume anual de água e esgoto faturado, foi estimada em R\$ 2,84 por metro cúbico, enquanto que a despesa total média ficou em R\$ 2,19.

A Tabela 1.3 apresenta valores referentes à tarifa média e à despesa total média com serviços de água e esgoto por município da RMSP em 2012.

(4) Segundo reportagem do jornal "O Estado de São Paulo", o índice de Embu-Guaçu, de acordo com a SABESP, estaria errado, sendo o correto 48%. (disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,grande-sao-paulo-gastava-mais-agua-do-que-o-ideal-ja-em-2012,1163128>)

Tabela 1.3 - Tarifas e Despesas Médias com serviços de água e esgoto (R\$/m³) - RMSP - 2012

Município	Tarifa Média	Despesa Média	Município	Tarifa Média	Despesa Média
Arujá	2,98	3,11	Mauá	2,60	2,22
Barueri	3,70	2,55	Mogi das Cruzes	2,57	2,85
Biritiba-Mirim	2,10	3,35	Osasco	2,88	2,15
Caieiras	2,60	2,46	Pirapora do Bom Jesus	2,45	3,74
Cajamar	2,37	2,03	Poá	2,73	2,35
Carapicuíba	2,33	1,68	Ribeirão Pires	2,61	3,20
Cotia	3,13	2,50	Rio Grande da Serra	2,10	2,83
Diadema	2,56	2,75	Salesópolis	1,98	3,38
Embu	2,53	1,92	Santa Isabel	1,29	0,64
Embu-Guaçu	2,54	3,72	Santana de Parnaíba	3,13	2,49
Ferraz de Vasconcelos	2,38	2,27	Santo André	2,58	1,65
Francisco Morato	2,32	2,58	São Bernardo do Campo	2,81	2,10
Franco da Rocha	3,43	2,34	São Caetano do Sul	3,42	2,72
Guararema	2,71	3,37	São Lourenço da Serra	2,03	3,28
Guarulhos	2,07	1,91	São Paulo	2,97	2,21
Itapeverica da Serra	2,73	2,93	Suzano	2,74	2,09
Itapevi	2,49	2,02	Taboão da Serra	2,58	1,87
Itaquaquecetuba	2,40	1,93	Vargem Grande Paulista	2,63	2,28
Jandira	2,39	1,96	RMSP	2,84	2,19
Juquitiba	2,17	3,05	Brasil	2,45	2,23
Mairiporã	2,61	3,33			

Fonte: SNIS 2012

Em comparação com 2011, a tarifa média registrou aumento de 5,2% na RMSP (saiu de R\$ 2,7 para R\$ 2,84 por m³), enquanto a despesa média caiu 6,81% (de R\$ 2,35 para R\$ 2,19 por m³). O aumento na tarifa média foi menor que o registrado em âmbito nacional, de 6,52% (saiu de R\$2,30 em 2011 para R\$2,45 em 2012). Do lado da despesa, a média nacional ficou relativamente estável; saiu de R\$ 2,22 para R\$ 2,23 por m³ (crescimento de 0,45%).

18. – Manejo de Resíduos Sólidos na Região Metropolitana de São Paulo*

Introdução

Em edições anteriores do Indicador Metropolitano foram apresentados dados divulgados pelo SNIS (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento) sobre Água e Esgoto. Esses dados são apresentados anualmente no “Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto”. No entanto, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, ligada ao Ministério das Cidades, responsável pela administração do SNIS, também coleta dados sobre o manejo de resíduos sólidos urbanos, através das informações fornecidas pelos órgãos municipais encarregados desses serviços. A divulgação dos dados é realizada através do “Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos”, que na sua edição de 2014 traz informações do ano de 2012.

O objetivo deste artigo é apresentar alguns dados do SNIS referente ao manejo de resíduos sólidos especificamente para a região metropolitana de São Paulo, dado que a publicação do Ministério das Cidades dedica maior atenção para o quadro nacional e grandes regiões. Na edição 2012 do Diagnóstico, segundo a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, dos 5.570 municípios, 3.043 (54,6%) responderam às solicitações do SNIS, ou, em termos de população, 81,1% da população urbana (76,6% considerando a população total).

Gestores dos Serviços de Manejo de Resíduos Urbanos

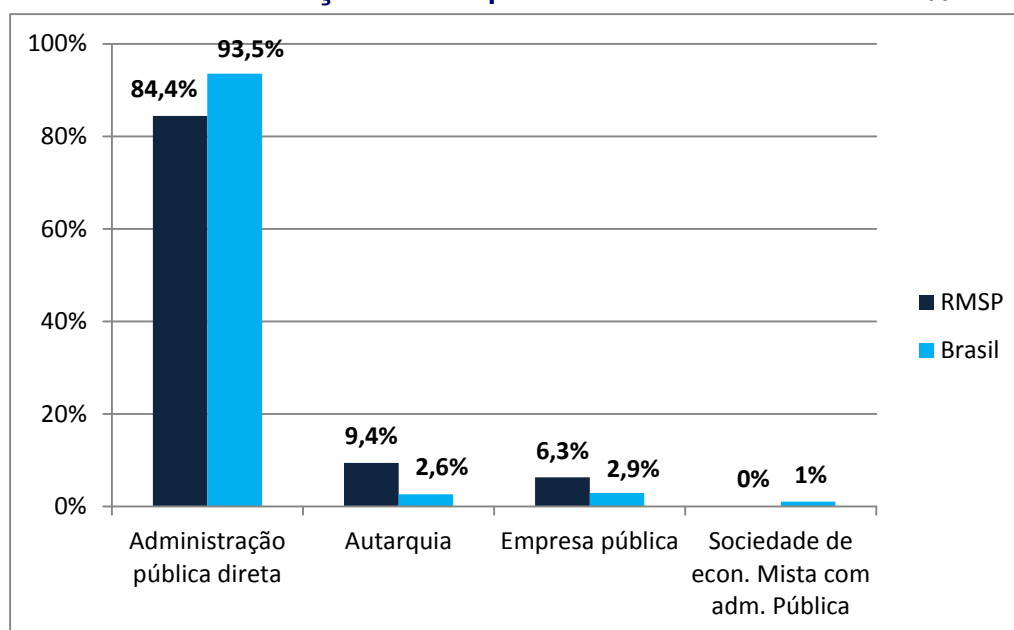
Um dos itens averiguados pelo SNIS é o órgão gestor dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos. A grande maioria dos municípios tem esses serviços sob controle direto da administração pública através de secretarias, departamentos, seções ou setores. Em 2012, 93,5% dos municípios brasileiros que responderam ao levantamento estavam nessa situação.

* Publicado no Indicador Metropolitano nº 42 - novembro/2014.

Segundo os dados do SNIS, essa porcentagem tende a se reduzir conforme a população do município cresce; por exemplo, em municípios com população entre 100.001 e 250.000 habitantes, a porcentagem cai para 88,5%. Na faixa de municípios com população entre 1.000.001 e 3.000.000 de habitantes, a porcentagem de municípios cujo gestor dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos é a administração direta cai para 57,1%, chegando a zero entre os municípios com mais de 3.000.000 de habitantes.

Na região metropolitana de São Paulo, dos 39 municípios, 32 possuem dados sobre o gestor do serviço de manejo de resíduos sólidos. Dos 32, 27 (84,4%) seguem o padrão nacional do gestor sendo a administração direta, 3 (9,4%) tem como gestor uma autarquia (Santo André, São Caetano do Sul e São Paulo) e 2 (6,3%) empresa pública (Cotia e Juquitiba). O gráfico 1.1 traz as porcentagens para o Brasil e RMSP.

Gráfico 1.1 - Gestor dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos - % de Municípios



Fonte: SNIS

Índice de cobertura do serviço de coleta domiciliar

O índice de cobertura do serviço de coleta domiciliar relaciona o número declarado, pelo órgão responsável, da população beneficiada com o serviço de coleta regular de resíduos domiciliares com a população total do município. Para o SNIS, é considerado “regular”, o serviço com frequência mínima de uma vez por semana. Também não há diferenciação sobre como a coleta é realizada (se diretamente nos domicílios, porta a porta ou indiretamente, como, por exemplo, através de caçambas)¹.

Dos 32 municípios da RMSP com respostas para 2012 no SNIS, 17 declaram atender 100% da população. Outros 8 municípios apresentaram percentuais de atendimento acima dos 90%. O município com o menor percentual foi Franco da Rocha, com 69,9%. A tabela 1.1 traz os percentuais para os municípios com respostas.

Tabela 1.1 - Taxa de cobertura do serviço de resíduos sólidos domiciliares em relação à população total

MUNICÍPIO	%	MUNICÍPIO	%
Arujá	100	Vargem Grande Paulista	100
Barueri	100	Suzano	99,5
Caieiras	100	Santo André	99,4
Diadema	100	Poá	98,4
Guararema	100	Embu	98
Guarulhos	100	Cotia	95
Itapevi	100	Juquitiba	92,8
Mauá	100	Mogi das Cruzes	92,2
Osasco	100	São Lourenço da Serra	91
Ribeirão Pires	100	Itapeçerica da Serra	89
Salesópolis	100	Santana de Parnaíba	88
Santa Isabel	100	Ferraz de Vasconcelos	84,2
São Bernardo do Campo	100	Biritiba-Mirim	82,3
São Caetano do Sul	100	Carapicuíba	80,4
São Paulo	100	Embu-Guaçu	78,6
Taboão da Serra	100	Franco da Rocha	69,9

Fonte: SNIS

Olhando para o período 2009-2012 (2009 foi o primeiro ano para o qual esse índice foi calculado), dos 20 municípios com dados para os 2 anos, 9 (45% dos 20) registraram 100% nos dois anos e, portanto, não apresentaram variação no período.

(1) Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos - 2012 (pg. 12)

Sete municípios (35% do total com respostas), apresentaram melhora em seus índices, enquanto 4 (20%) registraram piora nas suas porcentagens. A tabela 1.2 traz as porcentagens dos 20 municípios para 2009 e 2012 e a variação do período (ordenados da maior para a menor).

Tabela 1.2 - Taxa de cobertura do serviço de resíduos sólidos domiciliares em relação à população total - 2009 e 2012

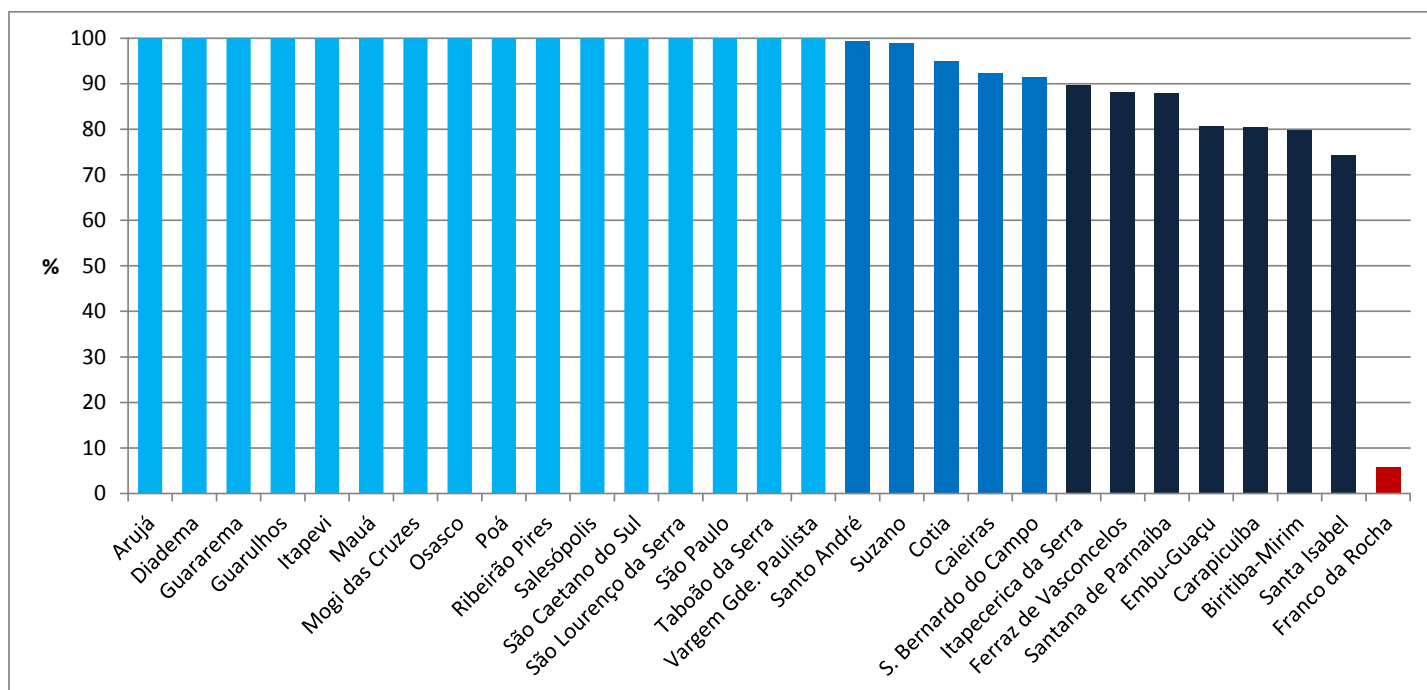
MUNICÍPIO	2009	2013	Var (%)
Ferraz de Vasconcelos	71,5	84,2	17,8%
São Paulo	94	100	6,4%
Osasco	96,8	100	3,3%
Embu	95	98	3,2%
Itapevi	97,1	100	3,0%
Taboão da Serra	98,8	100	1,2%
Diadema	99,8	100	0,2%
Barueri	100	100	0%
Guararema	100	100	0%
Guarulhos	100	100	0%
Mauá	100	100	0%
Ribeirão Pires	100	100	0%
Santa Isabel	100	100	0%
São Bernardo do Campo	100	100	0%
São Caetano do Sul	100	100	0%
Vargem Grande Paulista	100	100	0%
Santo André	100	99,4	-0,6%
Mogi das Cruzes	98,6	92,2	-6,5%
Itapecerica da Serra	100	89	-11,0%
Santana de Parnaíba	100	88	-12,0%

Fonte: SNIS

Outro índice relacionado calculado pelo SNIS é a taxa de cobertura do serviço de coleta domiciliar direta (porta a porta) da população urbana do município. Como já explicado, o indicador anterior não faz distinção entre coleta domiciliar direta e indireta, além disso a taxa é calculada em relação à população total, enquanto este considera apenas a população urbana. Dos 39 municípios, 32 apresentaram dados sobre a referida taxa, porém três (Barueri, Juquitiba e Embu)² apresentam valores bem distintos dos demais. O gráfico 1.2 traz por ordem decrescente a taxa de cobertura de coleta direta da população urbana por município da RMSP.

(2) Barueri, Juquitiba apresentam 0% e Embu 0,1% para o indicador de coleta direta (bem abaixo dos demais municípios, sendo que seus índices de população atendida por coleta regular são superiores a 92%). Esses três municípios não estão listados no gráfico 1.2

Gráfico 1.2 - Taxa de cobertura do serviço de coleta domiciliar direta (porta-a-porta) da população urbana por município



Fonte: SNIS

A maioria dos municípios (16 deles, incluindo São Paulo) registraram taxas de 100% para esse indicador. Cinco municípios (Santo André, Suzano, Cotia, Caieiras e São Bernardo do Campo) obtiveram uma porcentagem na casa dos 90% e outros 7 ficaram entre 89,9% e 70%. Além dos 3 municípios já citados, Franco da Rocha também apresentou um índice muito abaixo dos demais (5,9%).

Massa de Resíduos Coletada

O SNIS solicita, junto aos órgãos gestores dos serviços de manejo de resíduos sólidos, dados sobre massa de resíduos coletados e com base nessas informações calcula alguns indicadores como a massa de resíduos coletados *per capita* em relação à população urbana, população total ou massa de resíduos domiciliares coletados *per capita*

em relação à população atendida por serviços de coleta. Segundo o Diagnóstico 2012, o valor médio nacional de massa coletada *per capita* em relação à população urbana foi de 1kg dia por habitante. Esse indicador não considera apenas a massa de resíduos domiciliares, mas também os chamados “resíduos públicos”, que são resíduos oriundos da varrição ou limpeza de logradouros. A Tabela 1.3 traz os valores para os municípios da região metropolitana.

Tabela 1.3 - Massa coletada per capita em relação à população urbana - 2012

MUNICÍPIO	Kg dia por hab.	MUNICÍPIO	Kg dia por hab.
Arujá	1,02	Mauá	0,79
Barueri	1,13	Mogi das Cruzes	1,68
Biritiba-Mirim	0,8	Osasco	1
Caieiras	0,91	Poá	1,05
Carapicuíba	1,05	Ribeirão Pires	0,8
Cotia	0,96	Salesópolis	0,86
Diadema	0,83	Santa Isabel	0,85
Embu	0,8	Santana de Parnaíba	0,86
Embu-Guaçu	1,28	Santo André	0,94
Ferraz de Vasconcelos	0,72	São Bernardo do Campo	0,96
Franco da Rocha	0,63	São Caetano do Sul	1,51
Guararema	0,92	São Lourenço da Serra	0,44
Guarulhos	0,85	São Paulo	0,98
Itapeçerica da Serra	1,08	Suzano	1,15
Itapevi	0,84	Taboão da Serra	1,19
Juquitiba	0,19	Vargem Grande Paulista	0,84

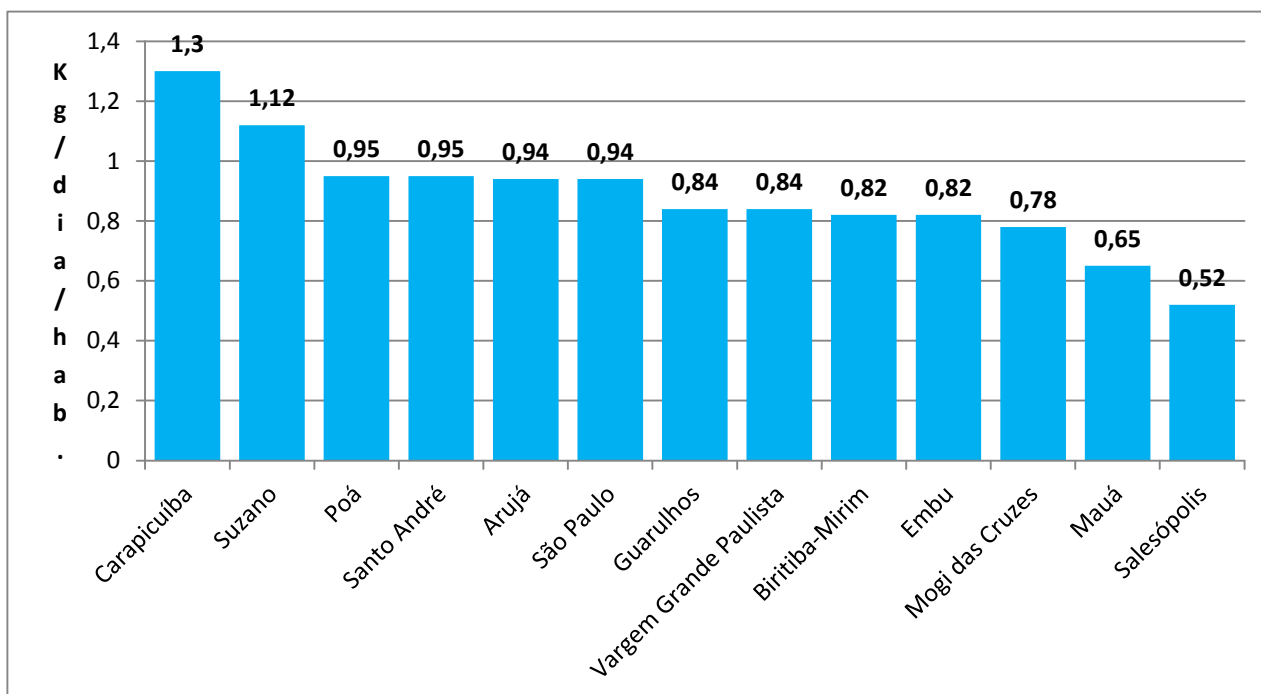
Fonte: SNIS

Dos 32 municípios da região metropolitana com resposta no SNIS - 2012, apenas 11 registraram valores acima ou igual à média nacional (de 1 kg diário por habitante) para este indicador. Juquitiba (0,19kg/dia por hab.), São Lourenço da Serra (0,44) e Franco da Rocha (0,19) foram os municípios com os menores valores, enquanto Mogi das Cruzes (1,68), São Caetano do Sul (1,51) e Embu-Guaçu (1,28) obtiveram os maiores. São Paulo com 0,98kg/dia por habitante ficou bem próximo da média nacional.

Outro indicador “próximo” calculado pelo SNIS é a massa de resíduos domiciliares *per capita* em relação à população atendida pelos serviços de coleta. Ao contrário do indicador anterior, aqui são considerados apenas os resíduos sólidos domiciliares (não inclui

os resíduos públicos). Outra diferença é que o denominador do indicador se refere apenas à população atendida por coleta (enquanto o outro se refere à população urbana), o que não permite uma comparação direta entre eles. O gráfico 1.3 traz os 13 municípios da região metropolitana (em ordem decrescente da esquerda para direita) que apresentam valores para esse indicador.

Gráfico 1.3 - Massa de resíduos domiciliares coletada per capita em relação à população atendida por serviços de coleta (kg/dia/hab) - 2012



Fonte: SNIS

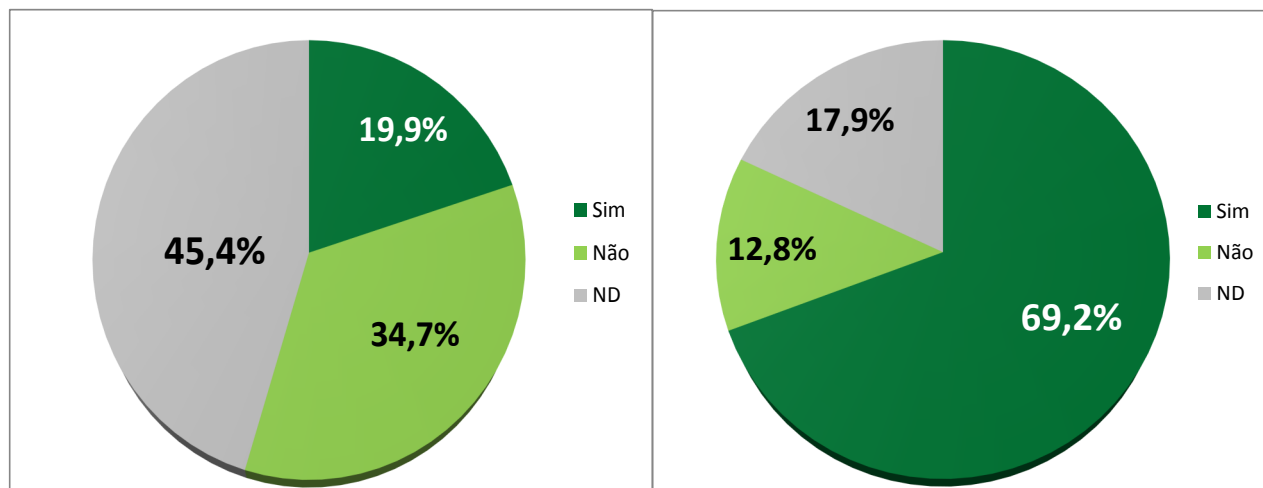
Coleta Seletiva

Dos 5.570 municípios brasileiros, 1.111 responderam para o SNIS possuir coleta seletiva, enquanto 1.932 disseram não possuir. Os municípios restantes (2.527) não informaram as suas respectivas situações. O SNIS considera nesta variável a coleta seletiva de resíduos domiciliares executado por agente público ou empresa contratada, por empresa do ramo ou sucateiro, por associações ou cooperativas de catadores, ou por outros agentes.

Em relação à região metropolitana de São Paulo, dos 39 municípios, 7 não deram resposta ao item, 5 (Caieiras, Carapicuíba, Franco da Rocha, Guararema e Itapevi) afirmaram não possuir coleta seletiva e o restante (27 municípios) responderam possuir coleta seletiva. Portanto, ao contrário do observado nacionalmente, onde a maioria dos municípios respondentes afirmaram não possuir coleta deste tipo, na região metropolitana, 69,2% dos municípios realizam o referido serviço.

Os gráficos 1.4a e 1.4b trazem as porcentagens de municípios com e sem coleta seletiva para Brasil e RMSP.

Gráficos 1.4a e 1.4b - Porcentagem de municípios com ou sem coleta seletiva no Brasil (esquerda) e na RMSP (direita) - 2012



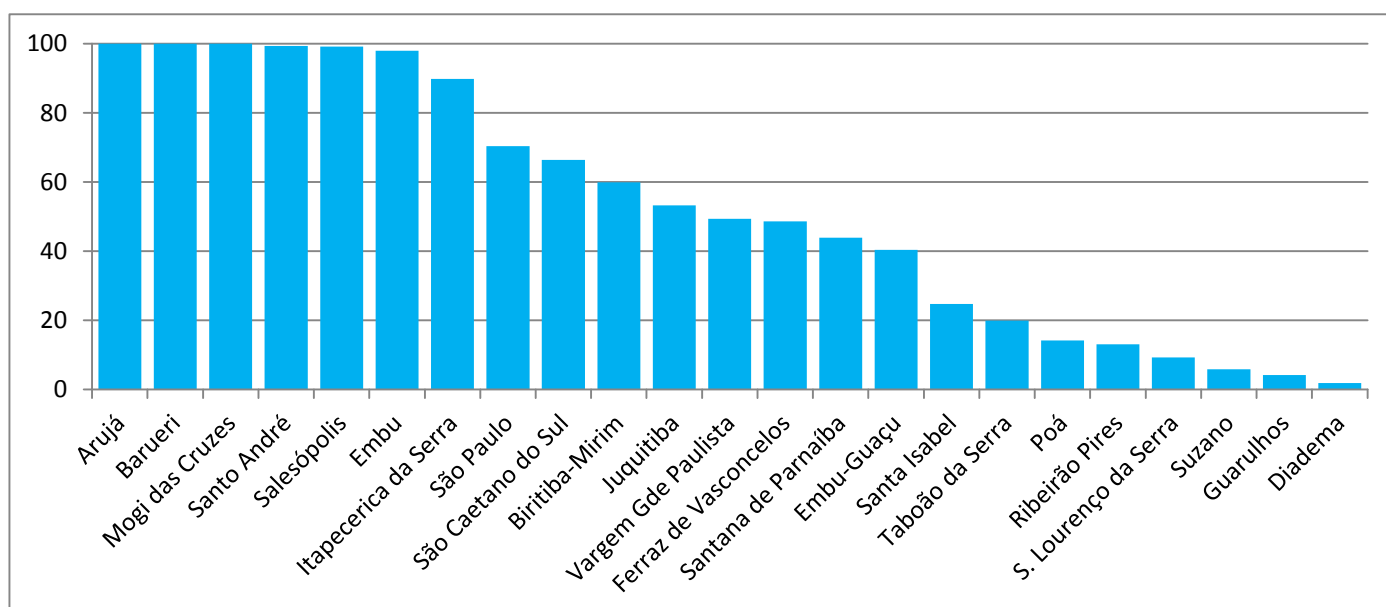
Fonte: SNIS

Considerando coleta seletiva porta a porta realizada ou pela própria prefeitura ou prestador de serviço contratado ou por associações de catadores e cooperativas em parceria ou com apoio do agente público, a porcentagem de municípios, no ano de 2012, com esse serviço, em âmbito nacional cai para 16,14% (899 municípios) enquanto na região metropolitana fica em 56,4% (22 municípios afirmaram possuir o referido serviço). O gráfico 1.5 traz a porcentagem da população urbana atendida pelo serviço de coleta porta a porta para os municípios da região metropolitana de São Paulo que dispõem desse serviço³ (ordenado da maior porcentagem para menor).

Enquanto municípios como Arujá, Barueri e Mogi das Cruzes possuem 100% da sua população urbana atendida pela coleta seletiva porta a porta, alguns municípios como São Lourenço da Serra, Suzano, Guarulhos e Diadema apresentam porcentagens bem baixas; 9,3%, 5,9%, 4,2% e 1,9% respectivamente. Segundo o SNIS, para 2012, a média nacional para essa variável foi de 31,7%. Considerando a RMSP, dos 22 municípios, 8 (36,3%) ficaram abaixo da média. O Município de São Paulo apresentou um índice de 70,4% da população urbana atendida por esse tipo de coleta.

(3) No gráfico constam 23 municípios (1 a mais do que o número citado anteriormente sobre municípios com coleta seletiva porta a porta porque Embu-Guaçu não forneceu informação na variável do SNIS que pergunta sobre a existência ou não deste serviço.

Gráfico 1.5 - Porcentagem da pop. urbana atendida por coleta seletiva porta a porta - RMSP - 2012



Fonte: SNIS

Além de dados sobre coleta seletiva e população atendida, o SNIS procura obter informações sobre o que é chamado de “massa recuperada” que consiste na recuperação de “materiais recicláveis secos” como papel, plástico, metal, vidro e outros. Um dos indicadores calculados é a taxa de recuperação de materiais recicláveis em relação à quantidade total de resíduos coletados. Segundo o Diagnóstico de 2012 (publicação do Ministério das Cidades com os dados do SNIS), a taxa média nacional foi de 1,8%⁴. A Tabela 1.4 traz essa taxa para os municípios da região metropolitana nas quais o cálculo foi possível.

Tabela 1.3 - Taxa de recuperação de materiais recicláveis em relação à quantidade total de resíduos coletados - 2012

MUNICÍPIO	%	MUNICÍPIO	%
Arujá	1,65	Mauá	0,33
Barueri	3,36	Mogi das Cruzes	0,59
Biritiba-Mirim	15,66	Ribeirão Pires	0,91
Caieiras	0,26	Salesópolis	0,01
Diadema	0,99	Santa Isabel	4,37
Embu	1,23	Santo André	0,9
Ferraz de Vasconcelos	0,21	São Bernardo do Campo	0,74
Guararema	0,12	São Caetano do Sul	0,46
Guarulhos	0,47	Suzano	0,59
Itapecerica da Serra	1,1	Taboão da Serra	0,23
Itapevi	0,01		

Fonte: SNIS

(4) Para maiores informações sobre metodologia e hipóteses no cálculo dessa taxa nacional, consulte o Diagnóstico - Resíduos Sólidos 2012 pag. 64/68.

É importante lembrar que, pelo fato de o indicador ter em seu denominador o total de resíduos coletados, o que inclui material orgânico, a taxa de recuperação tenderá “naturalmente” a ser baixa quanto a porcentagem de material orgânico for elevada frente aos materiais “secos”. Independente dessa ressalva, apenas 3 municípios (Biritiba-Mirim, Santa Isabel e Barueri) dos 21 com a taxa calculada no SNIS conseguiram bater a média nacional de 1,8%. O município de São Paulo não apresentou registros de massa recuperada e, portanto, não foi possível calcular sua taxa de recuperação. Por fim, segundo as estimativas e cálculos do Diagnóstico para esse nível de taxa de recuperação, existe uma tendência de queda dessa taxa conforme a população do município aumenta⁵.

Finanças do manejo de resíduos sólidos urbanos

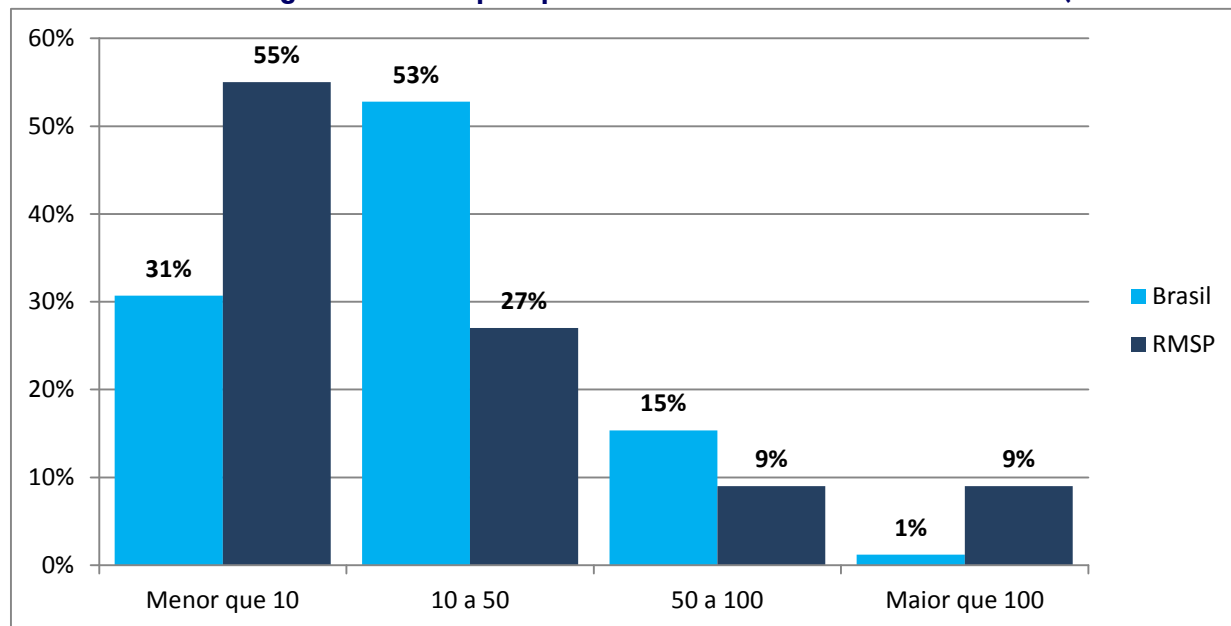
De acordo com os dados do SNIS, 58,4% dos 3.043 municípios participantes da edição 2012 não possuem cobrança pelos serviços regulares de coleta, transporte e destinação final de resíduos domiciliares. Na região metropolitana de São Paulo, dos 32 municípios participantes, 15 cobram por esses serviços, sendo que 14 o fazem através de taxa específica no boleto do IPTU e 1 através de taxa no boleto de água.

Para tentar avaliar a “autossuficiência” dos serviços de manejo de resíduos sólidos, o SNIS calcula um indicador que consiste na razão entre as receitas arrecadadas com manejo de resíduos sólidos urbanos e as despesas totais com esse mesmo manejo. As receitas consistem do valor anual de recursos arrecadados por meio da cobrança de taxas, tarifas ou outras formas vinculadas à prestação do serviço de manejo. Já as despesas consistem no valor anual das despesas dos agentes públicos realizadas com os serviços de manejo, incluindo a execução dos serviços propriamente ditos mais a fiscalização, o planejamento e a parte gerencial e administrativa. Também incluem o valor anual das despesas dos agentes públicos realizadas com agentes privados contratados exclusivamente para execução de um ou mais serviços de manejo ou para locação de mão-de-obra e veículos destinados a esses serviços. O indicador, portanto, estará entre 0 e 100 se as prefeituras gastaram mais ou o mesmo que arrecadaram com serviços de manejo e será maior que 100 se arrecadaram mais do que gastaram. Em âmbito nacional, utilizando dados do Diagnóstico 2012, de 756 municípios considerados, apenas 9 municípios atingiram um indicador maior que 100, ou seja, arrecadaram mais do que gastaram. O gráfico 1.6 traz a porcentagem de municípios, dentro do universo considerado, de acordo com faixas do indicador de autossuficiência usadas na elaboração do Diagnóstico 2012. Para a região metropolitana de São Paulo foram considerados

(5) Diagnóstico - Resíduos Sólidos 2012 - pag. 67

apenas 22 municípios, aqueles que tinham disponíveis dados sobre o índice de autossuficiência, de despesas e de receita per capita (no caso dessa última variável, desde que tendo declarado cobrar por serviços de manejo).

Gráfico 1.6 - Porcentagem de Municípios por faixa de índice de autossuficiência (Brasil e RMSP)



Fonte: SNIS

Dos 22 municípios considerados para região metropolitana de São Paulo, 2 deles (Osasco e São Lourenço da Serra) obtiveram um índice de autossuficiência maior que 100 (ou seja, arrecadam mais do que gastam com serviços de manejo). A maioria dos municípios (12 ou 55%) apresentaram índice no valor de 0, pois não cobram por serviços regulares de manejo, logo não possuem receita oriunda desses serviços. A tabela 1.4 traz os índices de autossuficiência para os 22 municípios da RMSP considerados, bem como a receita per capita e despesa per capita com serviços regulares de manejo de resíduos sólidos urbanos.

Tabela 1.4 - Índice de autossuficiência - RMSP - 2012

MUNICÍPIO	Índice	Despesas per capita (R\$/Hab.)	Receita per capita (R\$/hab.)	MUNICÍPIO	Índice	Despesas per capita (R\$/Hab.)	Receita per capita (R\$/hab.)
Arujá	0,0	109,11	Não cobra	Itapevi	0,0	121,04	Não cobra
Barueri	0,0	139,71	Não cobra	Mauá	0,0	57,21	Não cobra
Biritiba-Mirim	39,4	29,44	11,58	Mogi das Cruzes	0,0	90,32	Não cobra
Caieiras	0,0	16,55	Não cobra	Osasco	100,2	94,02	94,19
Carapicuíba	0,0	80,35	Não cobra	Poá	36,3	94,14	34,21
Diadema	24,5	84,77	20,76	Salesópolis	38,6	61,6	23,79
Embu	0,0	44,45	Não cobra	Santo André	53,3	98,54	52,57
Ferraz de Vasconcelos	14,2	74,41	10,58	São Lourenço da Serra	124,4	20,06	24,94
Franco da Rocha	90,4	93,93	84,93	São Paulo	0,0	155,07	Não cobra
Guararema	0,0	141,92	Não cobra	Taboão da Serra	30,4	132,3	40,19
Guarulhos	0,0	121,24	Não cobra	Vargem Grande Paulista	0,0	65,23	Não cobra

Fonte: SNIS

Educação

19. – Dados do INEP sobre Ensino Fundamental na Região Metropolitana de SP*

1.1 - Introdução

O INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, com o objetivo de promover estudos, pesquisas e avaliações sobre a educação brasileira visando subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral. Dentre as pesquisas realizadas pelo instituto estão o Censo Escolar, realizado anualmente, Censo do Ensino Superior, avaliações de cursos de graduação, ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e o Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica).

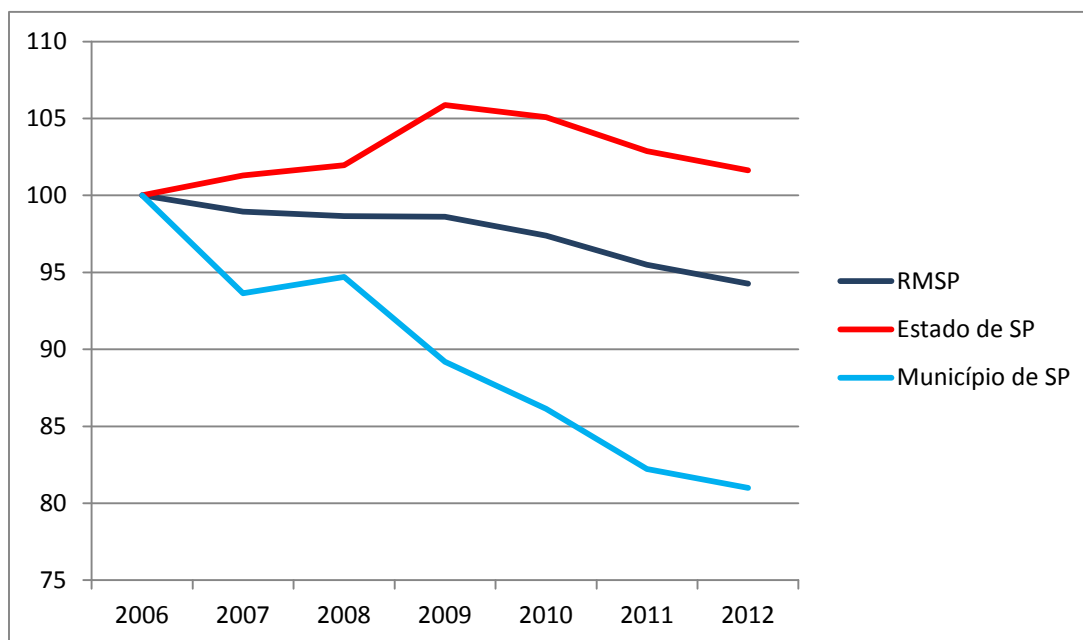
Neste artigo serão apresentados alguns indicadores da educação de nível fundamental elaborados pelo INEP para a região metropolitana de São Paulo. A escolha pelo ensino fundamental se deve ao fato de que, dentre as faixas pesquisadas pelo INEP, a maioria das despesas municipais são destinadas a esta faixa de ensino. No município de São Paulo, por exemplo, no ano de 2013 foram empenhados R\$ 8,89 bilhões para a função Educação, sendo 33% desse valor para a subfunção Ensino Fundamental (R\$ 2,98 bilhões) contra apenas R\$ 52 milhões para o Ensino Médio. Em termos de matrículas, de acordo com o Censo Escolar, em 2012, no estado de São Paulo, eram 5.670.665 matrículas no ensino fundamental regular, sendo que 42,43% dessas matrículas estavam na rede estadual, contra 40,3% na rede municipal (o restante basicamente pertence à rede privada). Já no ensino médio regular, das 1.873.712 matrículas, apenas 1,25% delas pertence à rede municipal, enquanto 84,2% vêm da rede estadual. Por esses números pode-se observar a maior importância das redes municipais no ensino fundamental comparada ao ensino médio.

* Publicado no Indicador Metropolitano nº 35 - abril/2014.

1.2 - Matrículas no Ensino Fundamental na Região Metropolitana de São Paulo

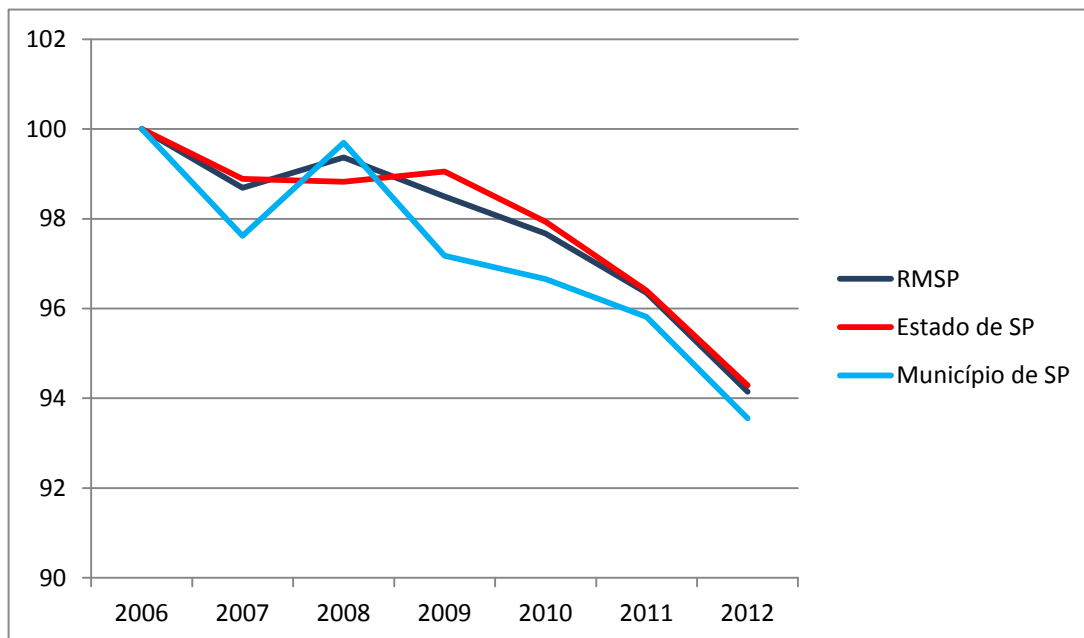
Observando-se as matrículas no ensino fundamental na região metropolitana durante o período de 2006-2012, nota-se uma queda na rede municipal de 971.008 em 2006 para 915.345 em 2012 (variação negativa de aproximadamente 5,7%). Também observa-se queda de valor próximo ao ser examinado o número de matrículas em geral (considerando todas as redes, incluindo a privada): em 2006 eram 2.989.336 matrículas contra 2.814.445 em 2012 – queda em torno de 5,8%. Essa queda “geral” pode estar relacionada a questões demográficas (redução da taxa de natalidade). Os gráficos 1.1, 1.2 e 1.3 trazem, respectivamente, a trajetória das matrículas na rede municipal para a região metropolitana, estado e município de São Paulo, na rede geral (soma das redes estadual, federal, municipal e privada) e na rede privada para as três regiões. Por questões de escala e como o destaque é para trajetória, o gráfico fixa o número de matriculados em 2006 como 100 para as três regiões para facilitar a comparação e visualização.

Gráfico 1.1 - Evolução das matrículas no Ensino Fundamental - Rede Municipal (2006=100)



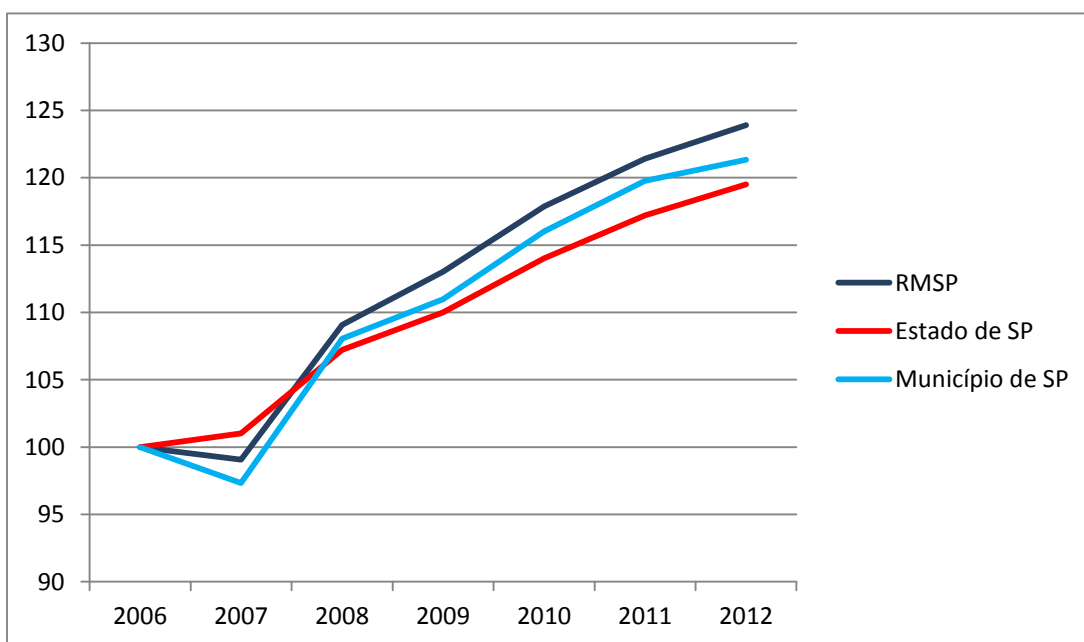
Fonte: Censo Escolar - INEP

Gráfico 1.2 - Evolução das matrículas no Ensino Fundamental - Rede Completa (2006=100)



Fonte: Censo Escolar - INEP

Gráfico 1.3 - Evolução das matrículas no Ensino Fundamental - Rede Privada (2006=100)



Fonte: Censo Escolar - INEP

Um fato interessante observado é que, embora as matrículas da rede municipal e da rede geral possuam uma trajetória de queda, há um aumento nas matrículas da rede privada, que obviamente não compensa a perda das redes públicas (dada a queda de matrículas no geral). Entre 2006 e 2012, as matrículas na rede privada na RMSP cresceram 23,91% (de 434.936 matrículas em 2006 para 538.939 em 2012), enquanto no âmbito geral, como já mencionado, houve queda de 5,8% para o mesmo período.

A transferência de matrículas da rede pública (municipal mais estadual) para a rede privada pode estar relacionada à melhora na renda da população associada à percepção de qualidade do ensino nas duas redes. Para o município de São Paulo em particular, os números mostram tendência parecida. Na rede municipal, em 2006 eram 550.450 matrículas apontadas pelo censo, já em 2012 o número caiu para 445.822 (queda de 19%). No âmbito geral (rede pública + privada), em 2006 eram 1.613.435 matrículas enquanto em 2012 o número foi de 1.509.388, queda de 6,4%. Já na rede privada, durante o período houve um crescimento de 21,33% nas matrículas (que saíram de 291.751 em 2006 para 354.004 em 2012). O gráfico 1.4 e 1.5 traz a participação percentual da rede municipal e da rede privada dentre as matrículas totais do ensino fundamental para região metropolitana de São Paulo, município de São Paulo e estado de São Paulo.

Gráfico 1.4 - Participação da rede municipal nas matrículas no Ensino Fundamental

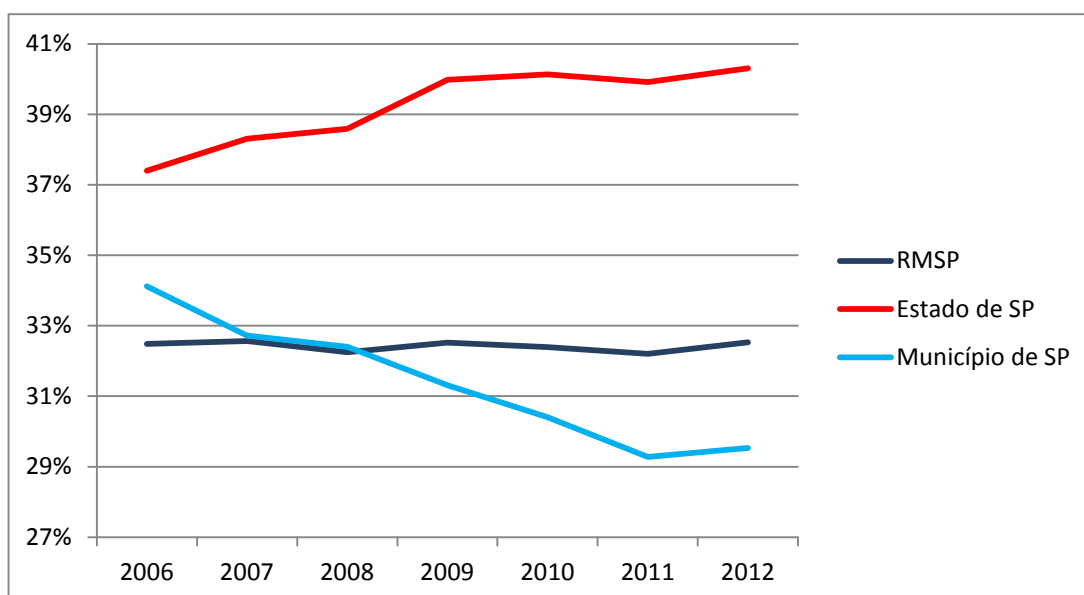
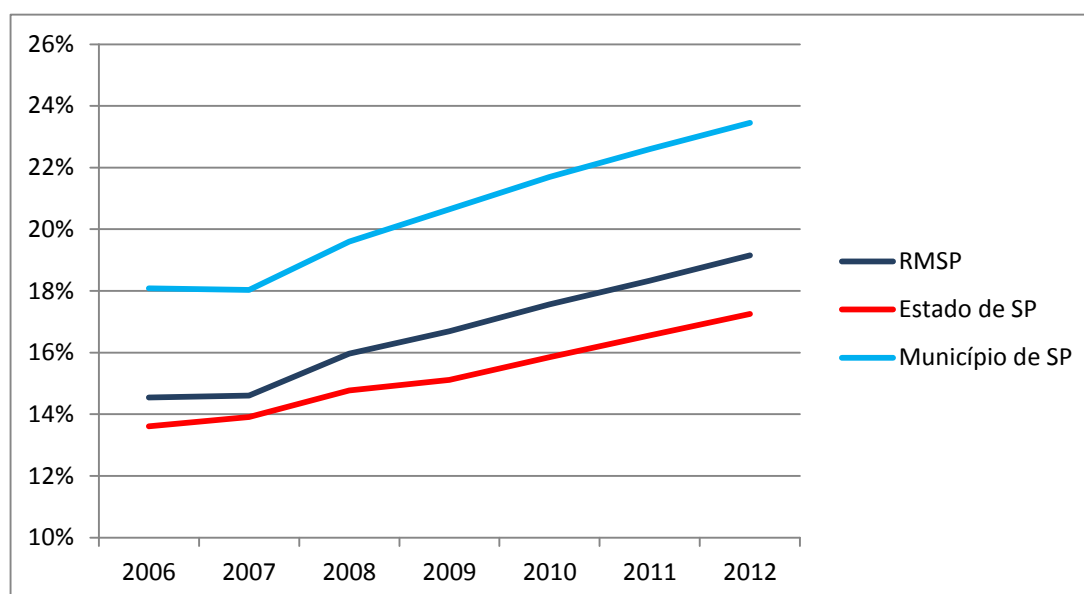


Gráfico 1.5 - Participação da rede privada nas matrículas no Ensino Fundamental



Fonte: Censo Escolar - INEP

Considerando a rede privada, sua participação¹ é maior no município de São Paulo (em 2006, 18% das matrículas da região no ensino fundamental eram na rede privada, em 2012 essa porcentagem subiu para 23,45%) do que no estado e região metropolitana (em 2012 a mesma porcentagem estava em 17,26% e 19,15% respectivamente). Já em relação à rede municipal, no estado de São Paulo e na região metropolitana o que pode ser observado através das matrículas é um pequeno aumento da sua participação. Em 2006, na região metropolitana, 32,48% das matrículas no ensino fundamental da região eram na rede municipal. Esse número subiu para 32,52%. Já no estado, o crescimento da participação das redes municipais foi maior, de 37,40% em 2006 para 40,31% em 2012 (crescimento em torno de 7,7%). No município de São Paulo, observou-se tendência oposta. A participação da rede municipal no total das matrículas da região caiu de 34,12% em 2006 para 29,54% em 2012 (queda de aproximadamente 13,4%).

Ainda em termos de participação da rede municipal nas matrículas de ensino fundamental da região, a tabela 1.1 traz os cinco municípios da região metropolitana que possuem a maior participação da rede municipal em 2012, os cinco com a menor participação em 2012. A tabela 1.2 traz as cinco maiores variações na participação da rede municipal e as cinco menores para o período 2006 – 2012.

Tabela 1.1 - 5 Municípios da RMSP com maiores e menores participações da rede municipal nas matrículas do Ensino Fundamental

5 MAIORES PARTICIPAÇÕES EM 2012							
Município	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Pirapora do Bom Jesus	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Barueri	92,4%	94,9%	95,0%	94,4%	94,4%	95,0%	94,7%
Santana de Parnaíba	89,6%	90,1%	89,3%	87,9%	87,5%	84,8%	84,0%
Cajamar	50,2%	72,7%	70,8%	74,0%	72,8%	73,7%	75,7%
São Caetano do Sul	15,7%	47,5%	48,2%	49,6%	52,4%	53,1%	55,3%
5 MENORES PARTICIPAÇÕES EM 2012							
Diadema	6,1%	13,1%	6,3%	17,0%	23,4%	21,7%	21,1%
Santo André	18,3%	17,4%	17,4%	17,6%	18,8%	19,6%	20,5%
Carapicuíba	10,5%	10,4%	10,7%	11,8%	10,9%	11,0%	11,3%
Mauá	2,2%	2,2%	2,2%	8,9%	7,1%	10,3%	7,4%
Rio Grande da Serra	0,0%	0,0%	0,0%	9,6%	7,1%	7,8%	4,8%

Fonte: Censo Escolar - INEP

1 - A participação da rede municipal nas matrículas é a soma das matrículas do ensino fundamental na rede municipal dividida pelo número de matrículas total no ensino fundamental.

Tabela 1.2 - 5 Municípios da RMSP com maiores e menores variações de participação da rede municipal nas matrículas do Ensino Fundamental

5 MAIORES VARIAÇÕES			
Município	2006	2012	Var (%)
Rio Grande da Serra	0,0%	4,8%	-
Guararema	9,0%	45,4%	402,5%
São Caetano do Sul	15,7%	55,3%	251,7%
Caieiras	8,2%	28,7%	251,4%
Diadema	6,1%	21,1%	247,0%
5 MENORES VARIAÇÕES			
Taboão da Serra	49,2%	43,4%	-11,8%
São Paulo	34,1%	29,5%	-13,4%
Mairiporã	50,5%	43,2%	-14,3%
Embu-Guaçu	24,9%	21,3%	-14,5%
Vargem Grande Paulista	53,9%	42,0%	-22,1%

Fonte: Censo Escolar - INEP

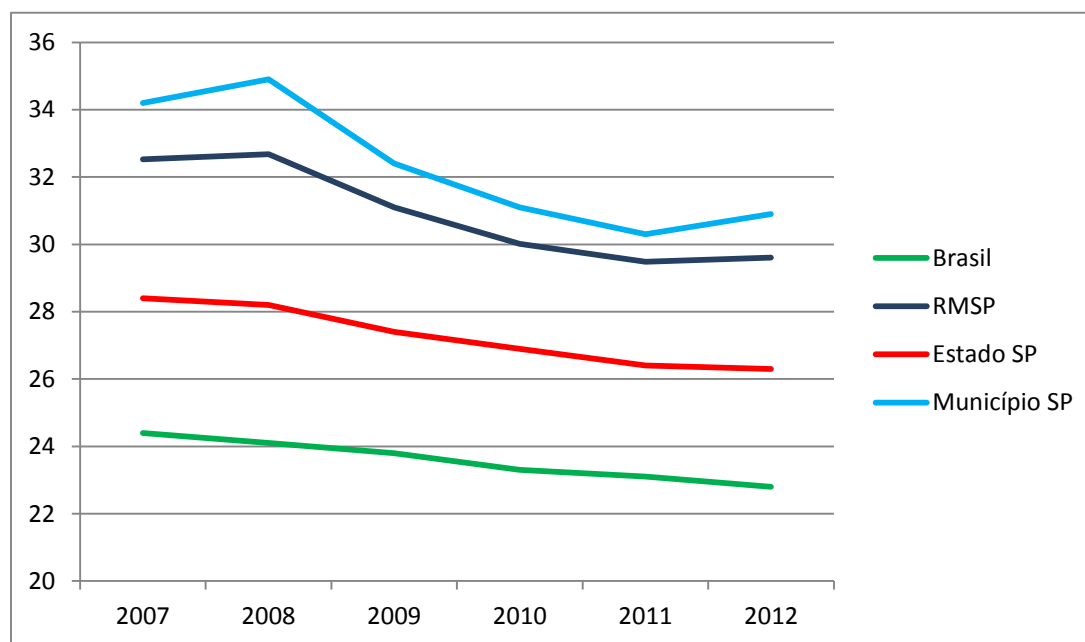
Como pode ser observado, Rio Grande da Serra, que não contabilizou matrículas na rede municipal em 2006, mas em 2012 passou a ter 4,82% de suas matrículas de ensino fundamental na rede municipal, obteve a “maior” variação, seguida de Guararema, São Caetano do Sul, Caieiras e Diadema. Dentre os municípios com retrações de participação da rede municipal, destacam-se Vargem Grande Paulista (-22,1%) e Embu-Guaçu (-14,5%), seguidos de Mairiporã, São Paulo e Taboão da Serra. Sobre o valor absoluto da participação da rede municipal, alguns municípios como Pirapora do Bom Jesus (com 100% das matrículas sendo na rede municipal), Barueri e Santana de Parnaíba obtiveram percentuais acima dos 80%, enquanto outros municípios como Mauá e Rio Grande da Serra não chegam a 10% das matrículas pertencendo a rede municipal.

1.3 - Tamanho Médio das Turmas de Ensino Fundamental na Rede Municipal da Região Metropolitana de São Paulo

O INEP também divulga o tamanho médio das turmas na educação básica, dado pelo quociente entre o número de matrículas inicial e o total de turmas informadas na data de referência do censo escolar, por série, grupo de séries e nível/modalidade de ensino. Esse dado é divulgado por municípios, estados, regiões e para o Brasil. Para obtermos um número de tamanho médio de turma para a região metropolitana, foi adotada uma média dos tamanhos médios de turma de cada município da região metropolitana de São Paulo, ponderada pela respectiva população de cada município.

O gráfico 1.6 traz a trajetória, para o período de 2007 a 2012, do tamanho médio das turmas de ensino fundamental da rede municipal para o Brasil, estado de São Paulo, município de São Paulo e região metropolitana de São Paulo (esse último, uma proxy obtida pelo método mencionado anteriormente).

Gráfico 1.6 - Evolução do tamanho médio das turmas de Ensino Fundamental na Rede Municipal



Fonte: INEP - Indicadores Educacionais : <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>

Como pode ser observado, nas quatro regiões a tendência é de queda no tamanho médio das turmas de ensino fundamental, embora o município de São Paulo tenha um crescimento desse indicador entre 2011 e 2012 (de 30,3 em 2011 para 30,9 em 2012). Como o número para a região metropolitana é obtido através da média ponderada pela população do tamanho médio das turmas dos municípios da região, é natural que sua trajetória “siga” a do município de São Paulo dado o peso deste na composição da média.

Em termos absolutos, tanto o município de São Paulo quanto a região metropolitana apresentam uma turma média maior que as encontradas no estado e no Brasil. Enquanto os dois últimos apresentaram valores máximos de 28,4 alunos por turma (em 2007 no estado), o mínimo obtido pela região metropolitana foi de 29,48 em 2011. Um parecer de 2010 do Conselho Nacional de Educação² considera que 24 alunos por classe em turmas dos anos iniciais (1º ao 5º ano) do ensino fundamental e 30 alunos por classe nos anos finais (6º ao 9º ano) são os tamanhos máximos de turma para uma aprendizagem de qualidade. Os gráficos 1.7 e 1.8 trazem o tamanho médio das turmas nos anos iniciais e finais do ensino fundamental para Brasil, estado de São Paulo, região metropolitana (utilizando a média ponderada dos dados municipais) e município de São Paulo.

2 - Participação da rede municipal nas matrículas, por exemplo, de São Paulo é a soma das matrículas do ensino fundamental na rede municipal de São Paulo dividido pelo número de matrículas total no ensino fundamental no município de São Paulo.

Gráfico 1.7 - Evolução do tamanho médio das turmas de Ensino Fundamental (anos iniciais) na Rede Municipal

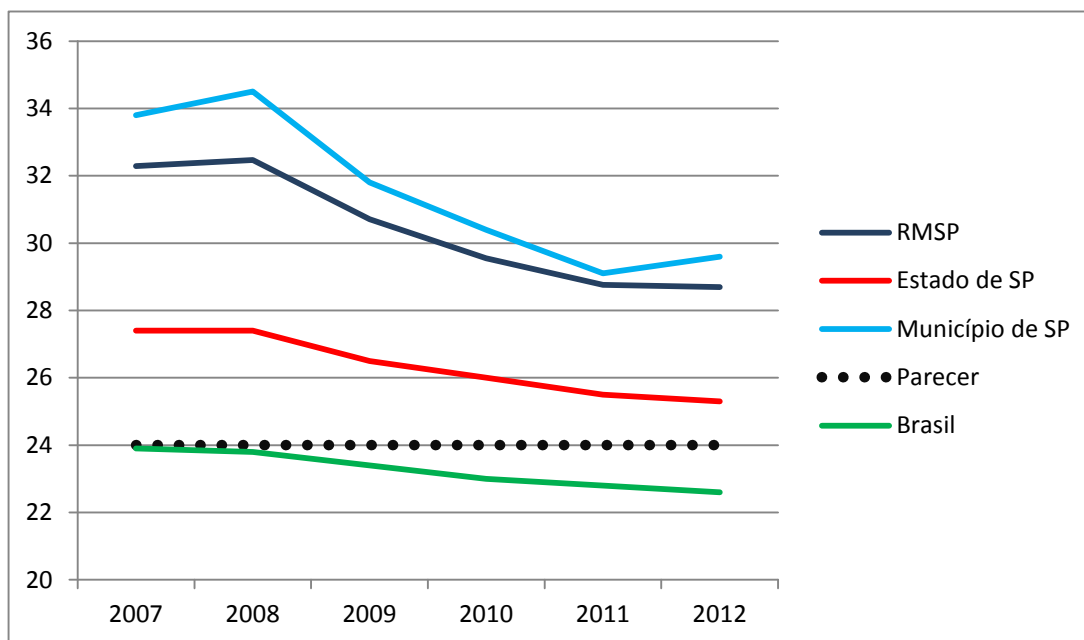
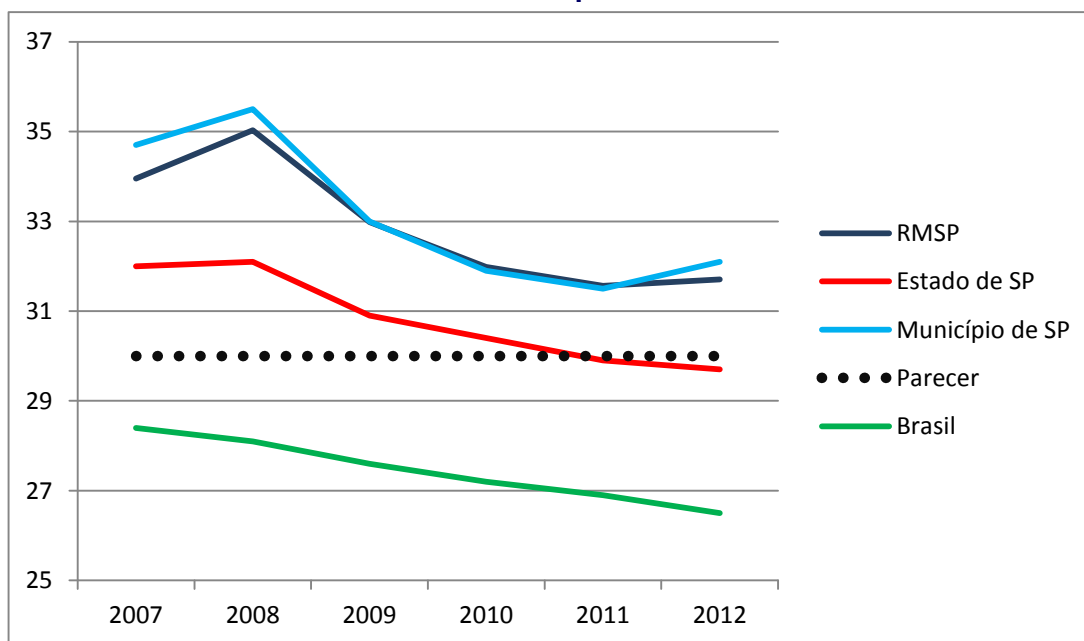


Gráfico 1.8 - Evolução do tamanho médio das turmas de Ensino Fundamental (anos finais) na Rede Municipal



Fonte: INEP - Indicadores Educacionais : <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>

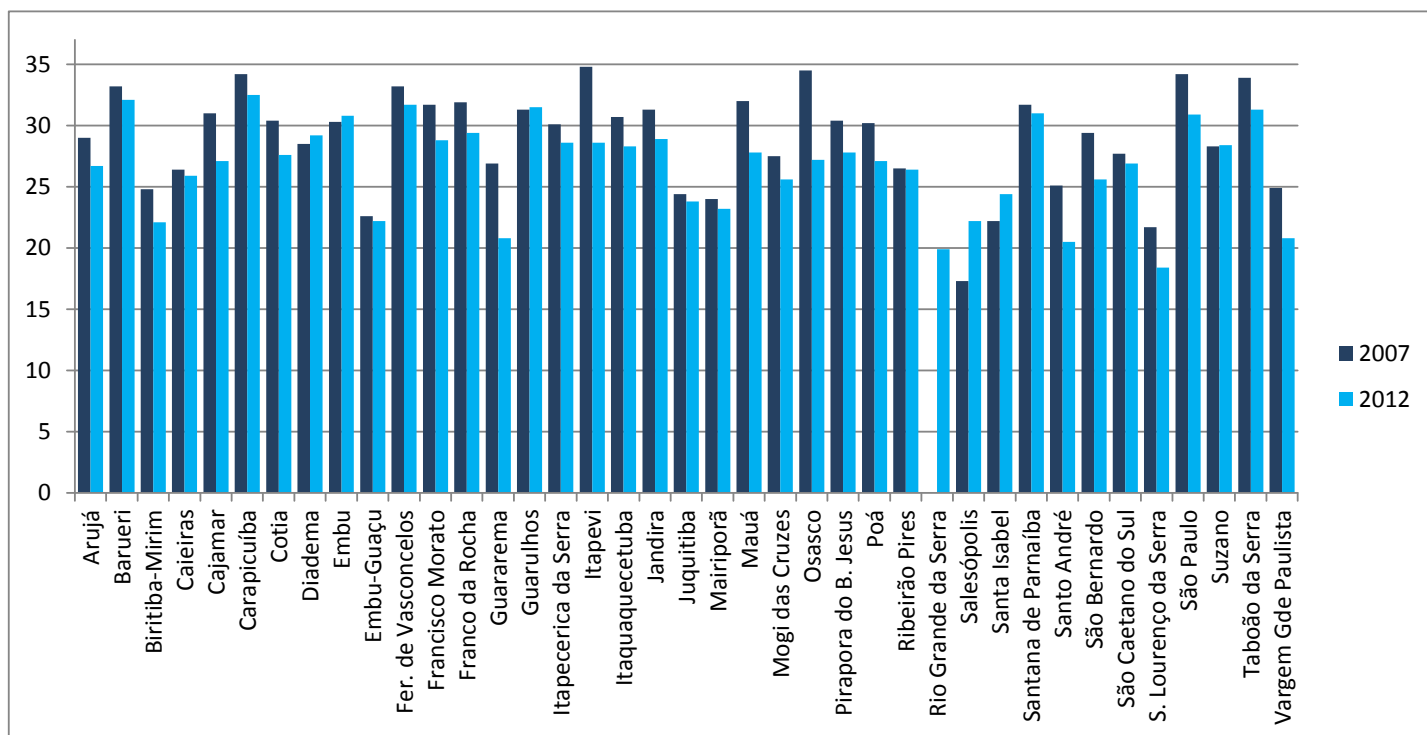
Pelos gráficos podemos observar que embora o tamanho médio das turmas nos anos iniciais esteja acima do considerado adequado pelo parecer do Conselho Nacional de Educação (considerando o período 2007 – 2012, o menor tamanho médio registrado foi 25,3 no estado em 2012), existe uma tendência de queda desse indicador e, portanto, uma aproximação do considerado adequado.

No caso dos anos finais, o estado de São Paulo em 2011 e 2012 já registrou um tamanho médio de turmas da rede municipal de ensino fundamental um pouco menor que os 30 alunos citados no parecer (em 2011 foram 29,9 e em 2012 29,7). Por outro lado, o município de São Paulo e a região metropolitana atingiram o mínimo em 2011 (31,5 no município e 31,56 na região), não alcançando os 30 alunos mencionados no parecer. Olhando para os números nacionais, desde 2007 o Brasil em geral, nas redes municipais, apresenta tamanho médio de turmas de ensino fundamental menor do que os dois valores recomendados.

Olhando especificamente para os municípios da região metropolitana, considerando o parâmetro de 24 e 30 alunos por turma nos anos iniciais e finais, em 2012, apenas 9 municípios estavam com turmas médias menores que 24 alunos – Santo André, São Lourenço da Serra, Rio Grande da Serra, Guararema, Vargem Grande Paulista, Biritiba-Mirim, Embu-Guaçu, Pirapora do Bom Jesus e Mairiporã. Em relação às turmas de anos finais, segundo o INEP, apenas 19 municípios possuem informações desse indicador para 2012. Destes 19, 8 apresentaram tamanhos médios de turmas menores ou iguais a 30 – Embu-Guaçu, Santo André, São Caetano do Sul, Ribeirão Pires, Mauá, Cajamar, Taboão da Serra e Poá.

O gráfico 1.9 traz o tamanho médio das turmas de ensino fundamental (toda a etapa) na rede municipal de 2007 e 2012 para os 39 municípios da região metropolitana de São Paulo.

Gráfico 1.9 - Tamanho médio das turmas de Ensino Fundamental - Rede Municipal em 2007 e 2012



Fonte: INEP - Indicadores Educacionais : <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>

Com exceção de Rio Grande da Serra que não possuía turmas em 2007, apenas Diadema, Embu das Artes, Guarulhos, Salesópolis, Santa Isabel e Suzano apresentaram aumento no tamanho médio das turmas. Salesópolis apresentou um crescimento de 28,3% no período, porém o tamanho médio das turmas continua “pequeno” (de 17,3 em 2007 para 22,2 em 2012). Já Guarulhos e Embu das Artes, mesmo com turmas de tamanho médio acima de 30 alunos em 2007, registraram pequeno crescimento (0,6% para Guarulhos, que saiu de 31,3 para 31,5, e 1,7% para Embu, que foi de 30,3 para 30,8).

1.4 - Taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental na Rede Municipal da Região Metropolitana de São Paulo

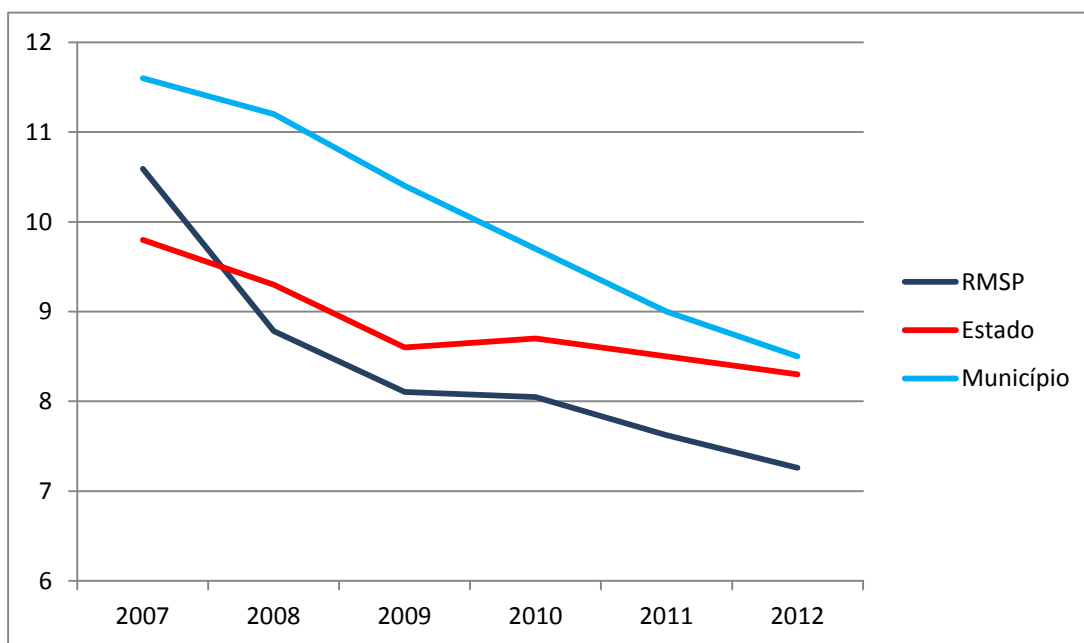
Em sistemas educacionais seriados existe uma adequação teórica entre a série e a idade do aluno. No caso brasileiro, por exemplo, considera-se a idade de 6 anos para o ingresso no ensino fundamental (na classe de alfabetização considerada o 1º ano do ensino fundamental), ensino fundamental que terá a duração de 9 anos (incluída a citada classe de alfabetização). A taxa de distorção idade-série permite avaliar o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada. Como o Censo Escolar obtém a informação sobre idade por meio do ano de nascimento, o seguinte critério é adotado para identificar os alunos com distorção idade-série: considerando o Censo Escolar do ano t e a série k do ensino fundamental, cuja idade adequada é de i anos, então o indicador será expresso pela porcentagem de alunos matriculados na série k que no ano t completam $i + 2$ anos ou mais³.

O gráfico 1.10 traz a evolução para o período de 2007-2012 da taxa de distorção idade-série no ensino fundamental da rede municipal para estado de São Paulo, município de São Paulo e região metropolitana de São Paulo. Lembrando que para este último, a metodologia usada para se obter uma única taxa para a região foi a mesma usada no indicador do tamanho médio das turmas (calculou-se uma média ponderada pela população das taxas de distorção municipais divulgadas pelo INEP).

Para as três regiões, pode-se observar uma queda da taxa de distorção no período de 2007 a 2012. O município de São Paulo, por exemplo, que tinha em 2007, 11,6% dos seus alunos de ensino fundamental da rede municipal na série “errada” (atrasados), em 2012 teve a porcentagem reduzida para 8,5%.

3 - Segundo o INEP, a justificativa para este critério é que os alunos que nasceram em $t - [i + 1]$, completam $i + 1$ anos no ano t e, portanto, em algum momento deste ano (de 1º de janeiro a 31 de dezembro) ainda permaneciam com i anos e, por isso, o critério aqui adotado, considera estes alunos como tendo idade adequada para esta série. Os que nasceram depois de $t - [i + 1]$ completam, no ano t , i anos ou menos. Link: <http://dados.gov.br/dataset/taxas-de-distorcao-idade-serie-escolar-na-educacao-basica>

Gráfico 1.10 - Evolução da taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental da Rede Municipal



Fonte: INEP - Indicadores Educacionais : <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>

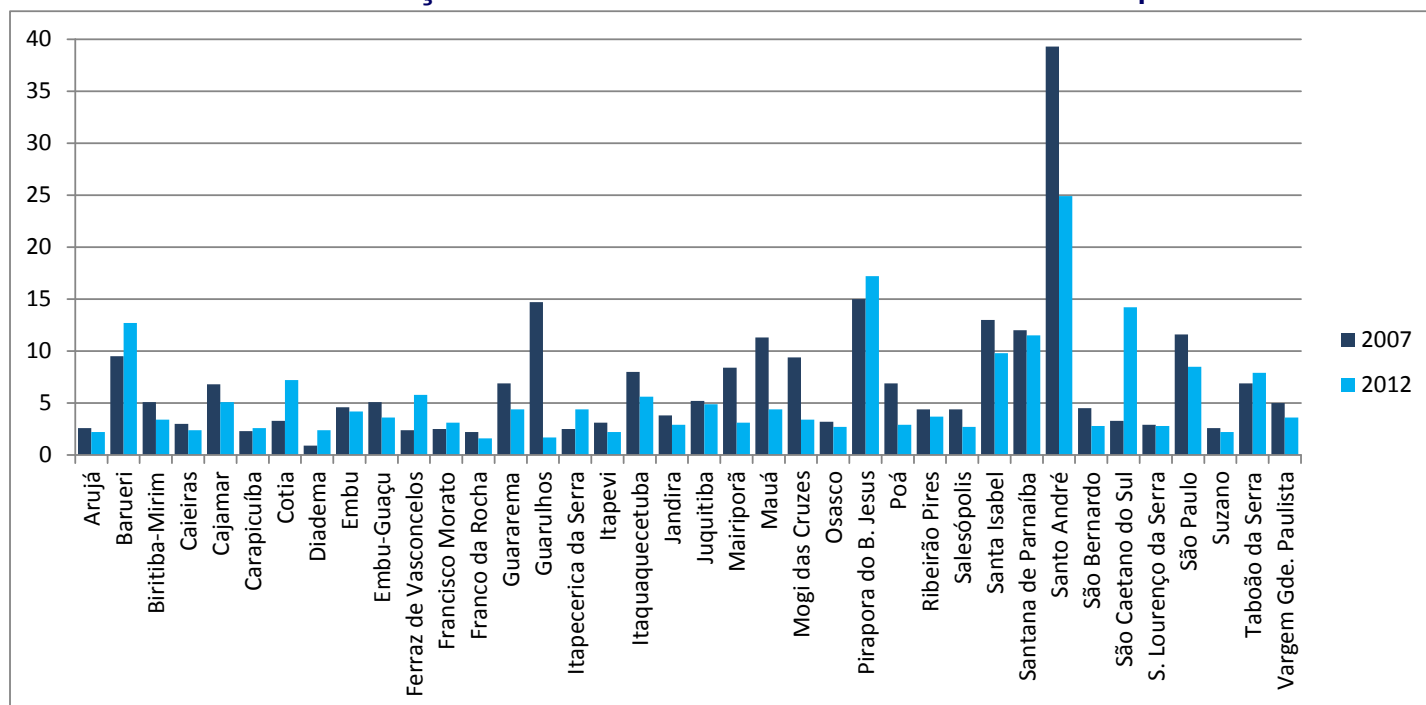
Para o estado e região metropolitana, os números são próximos – no caso do estado, em 2012 8,3% dos alunos da rede municipal estavam atrasados, enquanto na região metropolitana o número é de 7,3% (uma queda de 30% em relação a 2007, quando este número era de 10,6%). O município de São Paulo também obteve uma queda significativa desse indicador – algo em torno de 26,7% (saiu de 11,6% em 2007 para os já mencionados 8,5% em 2012).

Se na questão do tamanho das turmas os números paulistas apresentavam piores resultados que os números nacionais (talvez pela questão da densidade populacional ou presença mais forte de redes municipais que têm tido expansão mais recente nessas localidades), em relação à taxa de distorção idade-série, os números nacionais apresentam um desempenho pior. No caso brasileiro, em 2007, 31,5% dos alunos das redes municipais do ensino fundamental estavam na série errada. Em 2012 a porcentagem caiu para 25,5% (redução de 19,5%), número bem acima das taxas paulistas.

Dentre os municípios da região metropolitana, 10 apresentaram pioras na taxa de distorção idade-série no período de 2007 a 2012, sendo que alguns como Cotia, Diadema, Ferraz de Vasconcelos e São Caetano do Sul mais que dobraram suas taxas. A razão para isso pode estar em grandes ampliações da rede municipal ou critérios de avaliação mais rigorosos. Por outro lado municípios como Guarulhos, Mairiporã, Osasco, Mauá obtiveram reduções acima de 60% dos seus indicadores.

O município de São Paulo obteve aproximadamente 26% de melhora no seu indicador de taxa de distorção, que caiu de 11,6% em 2007 para 8,5% em 2012. Santo André possui a maior taxa de distorção da região, com 24,9% (em 2012), apesar de ter reduzido em 36,6% esse número (era 39,3% em 2007). O gráfico 1.11 traz a taxa de distorção idade-série no ensino fundamental da rede municipal para 38 municípios da região metropolitana⁴ em 2007 e 2012.

Gráfico 1.11 - Taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental - Rede Municipal em 2007 e 2012



Fonte: INEP - Indicadores Educacionais : <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>

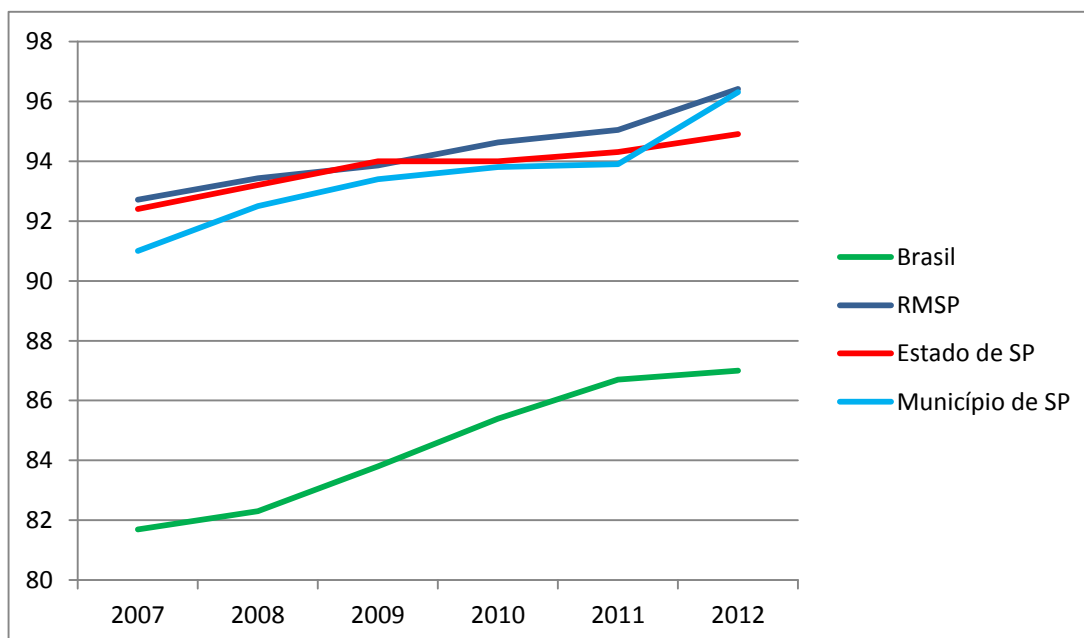
1.5 - Taxa de aprovação no Ensino Fundamental na Rede Municipal da Região Metropolitana de São Paulo

O gráfico 1.12 traz, para o período de 2007 a 2012, a evolução das taxas de aprovação no ensino fundamental da rede municipal para Brasil, estado de São Paulo, município de São Paulo e região metropolitana de São Paulo (este último utilizando-se a média ponderada pela população das taxas de aprovação municipais).

Como pode ser observado, os números paulistas são bem próximos – em 2012, a taxa de aprovação foi 94,9%, 96,41% para a região metropolitana e 96,3% para o município de São Paulo. Nos três casos, também houve melhora no período 2007-2012. Neste quesito, os números nacionais também ficam atrás dos obtidos regionalmente. Em 2012 a taxa de aprovação apurada pelo INEP foi de 87%, no entanto a melhora de 6,4% para o período 2007-2012 foi superior às registradas em São Paulo (3,99% para região metropolitana, 2,71% no estado e 5,8% no município).

4 - Rio Grande da Serra não apresentou dados para 2007

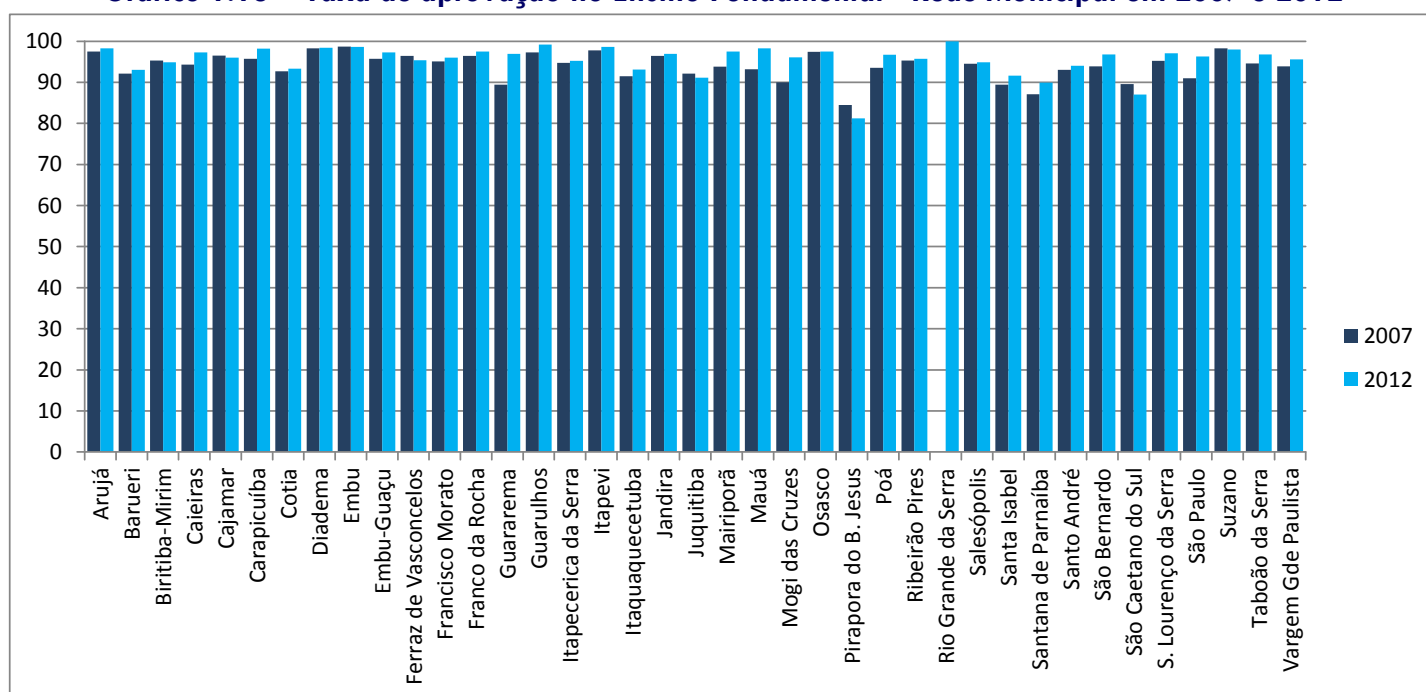
Gráfico 1.12 - Evolução da taxa de aprovação no Ensino Fundamental da Rede Municipal



Fonte: INEP - Indicadores Educacionais : <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>

Dentre os municípios da região metropolitana, apenas 8 apresentaram piora nesse indicador (Pirapora do Bom Jesus, São Caetano do Sul, Jujuitiba, Ferraz de Vasconcelos, Cajamar, Biritiba-Mirim, Suzano e Embu das Artes), sendo 3,91% a pior variação registrada (de Pirapora do Bom Jesus, que já tinha em 2007 o pior índice de aprovação – 84,5%, e passou a registrar 81,2% em 2012). Guararema, Mogi das Cruzes, São Paulo, Mauá e Mairiporã foram os cinco municípios com as maiores variações positivas neste indicador (Guararema, com 8,39% de melhora, obteve a maior variação). O gráfico 1.13 traz os índices de aprovação de 2007 e 2012 para os municípios da região metropolitana de São Paulo.

Gráfico 1.13 - Taxa de aprovação no Ensino Fundamental - Rede Municipal em 2007 e 2012



Fonte: INEP - Indicadores Educacionais : <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>

1.6 - Gastos municipais com Ensino Fundamental e resultado do IDEB

O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) visa apurar o desempenho da educação básica no Brasil. Criado em 2005 pelo governo federal, é calculado a cada dois anos através do Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e da Prova Brasil. O INEP não divulga um IDEB geral para o ensino fundamental (o índice do ensino fundamental é dividido entre “anos iniciais” e “anos finais”) e nem para a região metropolitana de São Paulo.

Existem metas para o IDEB, tanto em termos nacionais quanto municipais. No caso do Brasil, até 2021 o IDEB almejado é 6,0 na rede toda (contando escolas públicas nas três esferas federativas, e particulares). Para a rede municipal nacional a meta é 5,7. O INEP divulga metas para os municípios de 2007 a 2021. A tabela 1.3 traz os municípios da região metropolitana que cumpriram a meta, considerando apenas a rede municipal, no último IDEB divulgado (em 2011).

Tabela 1.3 - Municípios da RMSP que cumpriram suas metas do IDEB 2011

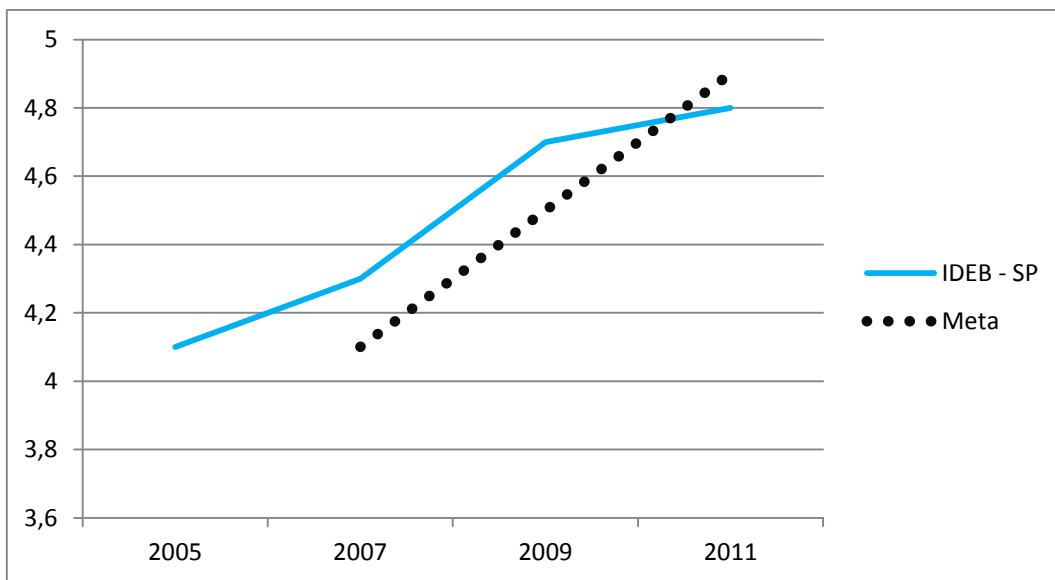
ANOS INICIAIS			ANOS FINAIS		
Município	Nota	Meta	Município	Nota	Meta
Barueri	5,9	5,3	Barueri	5,0	4,6
Embu	5,3	5,0	Cajamar	4,0	3,9
Embu-Guaçu	5,2	4,9	Embu-Guaçu	4,4	3,8
Guarulhos	5,4	5,0	Mauá	4,1	3,7
Juquitiba	5,3	5,0	Ribeirão Pires	5,4	5,3
Mauá	5,0	4,6	Taboão da Serra	5,1	4,7
Mogi das Cruzes	5,6	5,4			
Poá	5,7	5,6			
Santa Isabel	5,5	5,0			
São Bernardo do Campo	5,8	5,6			
São Caetano do Sul	6,4	6,2			
São Lourenço da Serra	5,6	5,5			
Suzano	5,4	5,2			
Taboão da Serra	5,5	5,3			

Fonte: IDEB - Resultados e Metas: <http://ideb.inep.gov.br/>

Dos 39 municípios da região metropolitana, 38 apresentaram IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede municipal, sendo que 14 deles (aproximadamente 37%) cumpriram suas metas para 2011. Em relação aos anos finais, apenas 15 municípios tiveram calculados IDEB para ensino fundamental da rede municipal. Desses 15, 6 cumpriram a meta para 2011. Barueri, Embu-Guaçu, Mauá e Taboão da Serra cumpriram suas metas tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais.

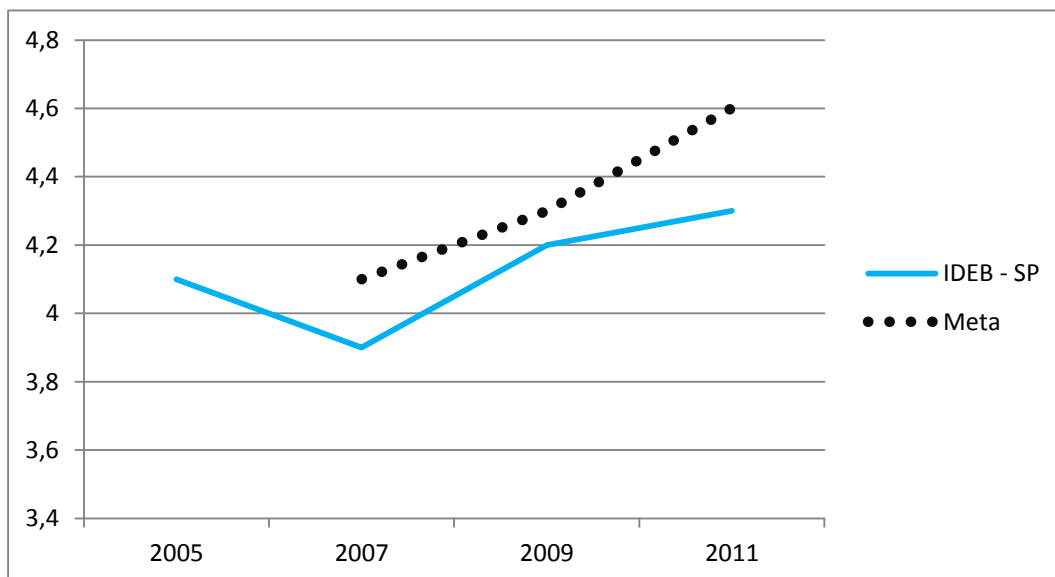
No caso do município de São Paulo, em 2011, não se cumpriu as metas nem para o ano inicial, nem para os anos finais. O gráfico 1.14 traz a trajetória, de 2005 a 2011, dos IDEBs para o município de São Paulo dos anos iniciais e finais para o ensino fundamental e as respectivas metas. Como pode ser observado, no caso dos anos iniciais, São Paulo, desde 2007, primeiro ano com metas estipuladas, vinha tendo seu IDEB acima da meta, apenas no último ano (2011), o IDEB registrado na rede municipal passou a ser menor que a meta. No caso dos anos finais, em nenhum dos anos do período de cálculo do IDEB São Paulo atingiu a meta.

Gráfico 1.14a - Evolução do IDEB do Ensino Fundamental (anos iniciais) da Rede Municipal - Município de São Paulo



Fonte: IDEB - Resultados e Metas: <http://ideb.inep.gov.br/>

Gráfico 1.14b - Evolução do IDEB do Ensino Fundamental (anos finais) da Rede Municipal - Município de São Paulo



Fonte: IDEB - Resultados e Metas: <http://ideb.inep.gov.br/>

Considerando apenas os municípios da região metropolitana com IDEBs calculados em 2005 e 2011 (30 no total), todos (exceto Carapicuíba, que ficou estável) apresentaram melhoria dos seus resultados para os anos iniciais de ensino fundamental nesse período. A tabela 1.4 traz os 5 municípios com as maiores variações de seus IDEBs (para os anos iniciais e finais) .

Tabela 1.4 - 5 municípios com as maiores variações no IDEB entre 2005 e 2011

ANOS INICIAIS			
Municípios	2005	2011	Var (%)
Mauá	3,8	5	31,6%
Barueri	4,5	5,9	31,1%
Guarulhos	4,2	5,4	28,6%
Embu-Guaçu	4,1	5,2	26,8%
Embu	4,2	5,3	26,2%
ANOS FINAIS			
Municípios	2005	2011	Var (%)
Mauá	3,3	4,1	24,2%
Taboão da Serra	4,2	5,1	21,4%
Barueri	4,2	5	19,0%
Ribeirão Pires	4,9	5,4	10,2%
Pirapora do Bom Jesus	3,4	3,7	8,8%

Fonte: IDEB - Resultados e Metas: <http://ideb.inep.gov.br/>

Para os anos finais, apenas, 7 municípios apresentaram dados para 2005 e 2011. Desses, 6 municípios, incluindo São Paulo, apresentaram melhora de seus IDEBs, e apenas Cotia apresentou piora no período, com um índice de 3,7 em 2005 e 3,6 em 2011.

O gráfico 1.15 tenta captar alguma possível relação entre o tamanho médio das turmas no ensino fundamental e o desempenho do IDEB. Para a construção deste gráfico foram usadas a média do tamanho das turmas entre 2007 e 2011 e a média dos IDEBs no mesmo período. Espera-se que turmas menores favoreçam um melhor desempenho, logo a “nuvem de pontos” deve apresentar-se negativamente inclinada.

Porém, para os municípios da região metropolitana no período analisado pelo presente artigo, através do gráfico, tanto no caso dos anos iniciais do ensino fundamental quanto nos anos finais, não é possível, visualmente, aferir nenhuma relação entre as variáveis.

Gráfico 1.15a - Tamanho médio das turmas X Resultado no IDEB - Ensino Fundamental - Anos iniciais (rede municipal)

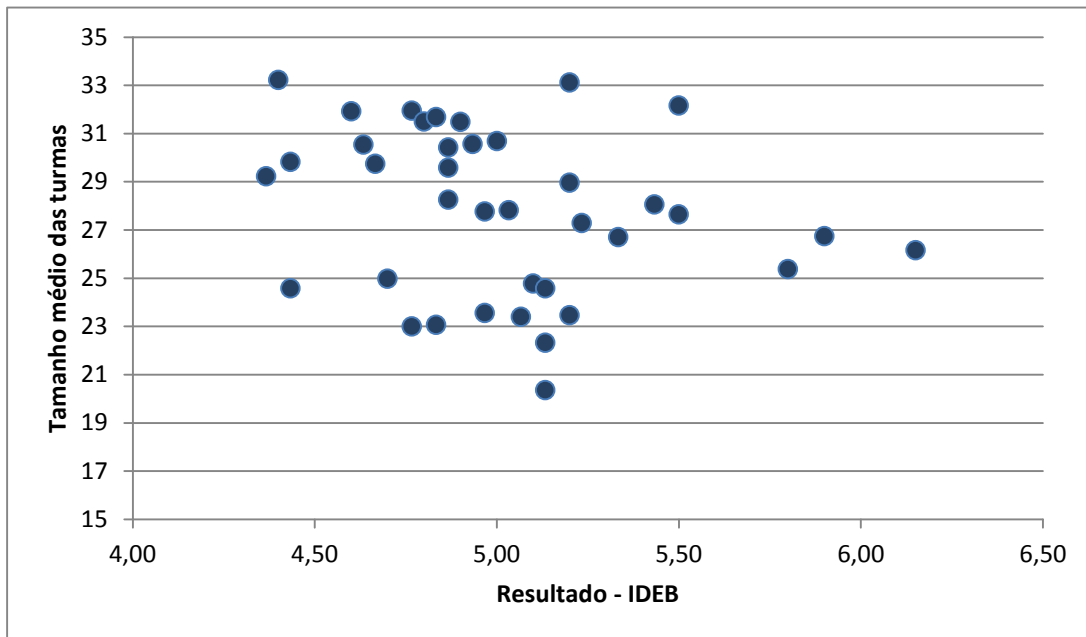
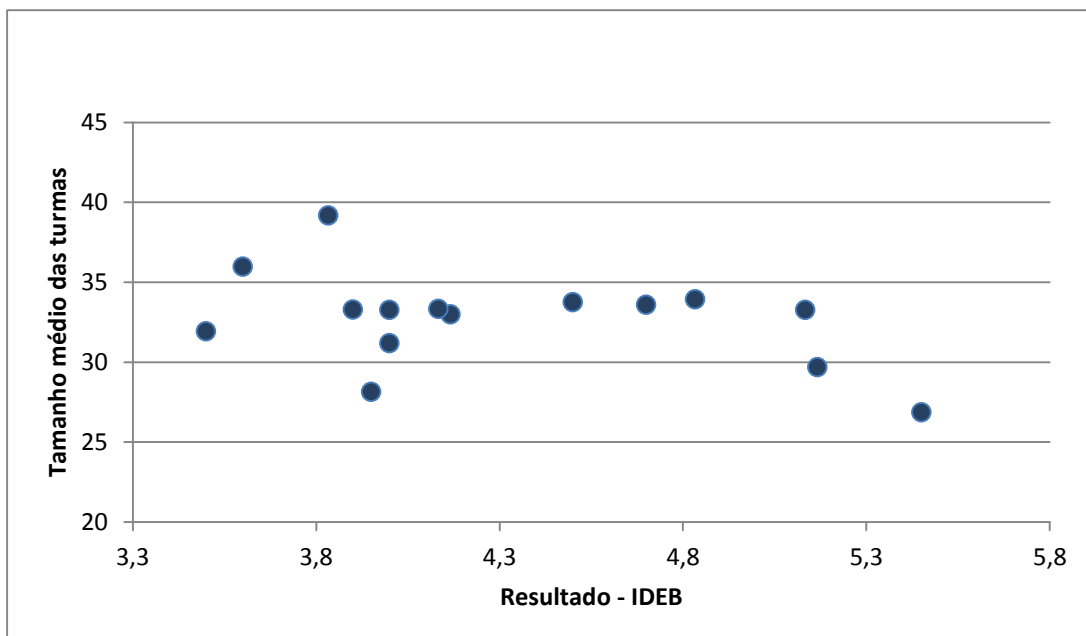


Gráfico 1.15b - Tamanho médio das turmas X Resultado no IDEB - Ensino Fundamental - Anos finais (rede municipal)



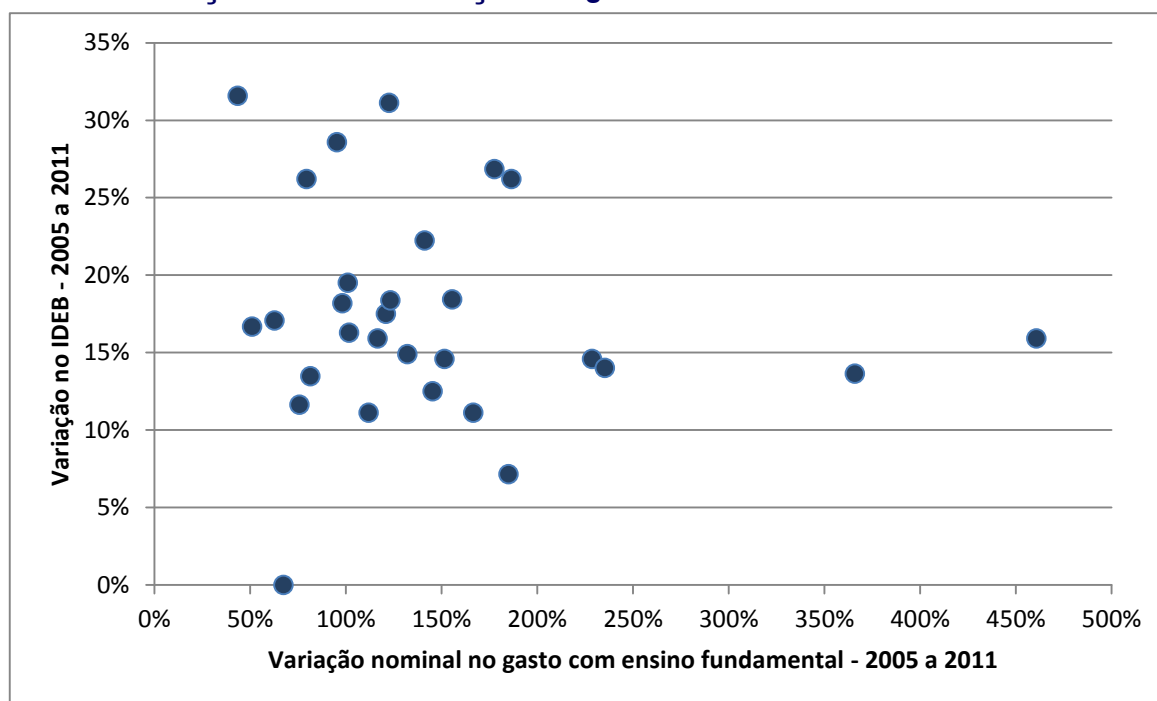
Fonte: IDEB - Resultados e Metas: <http://ideb.inep.gov.br/> e Censo Escolar - INEP

Outra variável bastante mencionada quando o assunto é o desempenho dos alunos é a quantidade de recursos investida pelo poder público no ensino (seja através de novas escolas ou melhores escolas, mais professores ou qualificação dos mesmos etc..). Para fins deste artigo, utilizaremos como aproximação para o investimento dos municípios no ensino fundamental da rede municipal o total dos empenhos da subfunção ensino fundamental dos orçamentos municipais.

Os dados foram obtidos através do FINBRA, um relatório com receitas e despesas dos municípios brasileiros divulgado pela Secretaria do Tesouro Municipal.

O gráfico 1.6 tenta captar se variações nos gastos com ensino fundamental entre 2005 e 2011 relacionaram-se com melhoras do IDEB, como seria esperado. Infelizmente, não é possível, com os dados do FINBRA de execução orçamentária, diferenciar os gastos direcionados para os anos iniciais e para os anos finais do ensino fundamental e assim fazer uma comparação direta com as notas do IDEB divulgadas, o que significa que o gráfico 1.6 deve ser encarado apenas como uma tentativa bem superficial de buscar alguma relação entre essas variáveis. Não foi elaborado um gráfico para os anos finais porque apenas 7 municípios possuíam dados de execução e IDEB para 2005 (e apenas 10 para 2007).

Gráfico 1.16 - Variação no IDEB X Variação nos gastos com Ensino Fundamental - Rede Municipal



Fonte: IDEB - Resultados e Metas: <http://ideb.inep.gov.br/> e FINBRA - STN

Espera-se que maiores gastos em educação produzam mais desempenho, o que implicaria em uma “nuvem de pontos” positivamente inclinada, o que não pode ser concluído olhando-se para o gráfico 1.16. Como mencionado anteriormente, não é possível capturar a variação dos gastos destinados apenas aos anos iniciais do ensino fundamental, o que possibilitaria uma comparação mais adequada. No caso específico do município de São Paulo, entre 2005 e 2011 o empenho nominal da subfunção “ensino fundamental” informado pelo FINBRA cresceu 62,7%, para um crescimento do IDEB de ensino fundamental de 17,07% para os anos iniciais, e de 4,88% para os anos finais.

A tabela 1.5 traz um índice obtido com a divisão do crescimento do IDEB pelo crescimento do empenho nominal no ensino fundamental. Um índice mais alto implica que um determinado crescimento do empenho nominal “produziu” mais porcentagem de crescimento do IDEB do que um índice com valor menor. No caso de São Paulo, por exemplo, esse índice é de aproximadamente 0,27 (17,07 dividido por 62,7) considerando os anos iniciais de ensino fundamental (o 5º maior dentre 30 municípios com dados disponíveis para calcular o índice) e 0,07 para os anos finais. Mauá obteve os maiores índices tanto para os anos iniciais quanto para os anos finais, principalmente devido ao baixo crescimento dos valores empenhados com ensino fundamental (43,6% entre 2005 e 2011), associado a um crescimento expressivo dos seus IDEBs tanto nos anos iniciais (31,58%) quanto nos anos finais (24%), os maiores crescimentos na região metropolitana no período de 2005 a 2011.

Tabela 1.5 - Crescimento do IDEB / Crescimento do gasto com ensino fundamental

ANOS INICIAIS	
Município	Índice
Mauá	0,724
Juquitiba	0,329
São Lourenço da Serra	0,326
Guarulhos	0,300
São Paulo	0,272
ANOS FINAIS	
Município	Índice
Mauá	0,556
Barueri	0,155
Taboão da Serra	0,152
Ribeirão Pires	0,125
São Paulo	0,078

Fonte: IDEB - Resultados e Metas: <http://ideb.inep.gov.br/> e FINBRA - STN

20. Mudanças Demográficas e o Comportamento das Matrículas no Ensino Básico*

1.1 - Introdução

O presente artigo tem por objetivo analisar alguns dados sobre matrículas na educação básica (exceto creches, referentes a crianças de 0 a 3 anos) durante o período de 2000 a 2013, com destaque para o município de São Paulo e a região metropolitana. É sabido que há uma tendência de envelhecimento da população que, no longo prazo, impactará a demanda por vagas nas escolas e conseqüentemente, afetará a necessidade de alocação de recursos orçamentários para esta área. Por uma questão de disponibilidade de dados, foi escolhido o período de 2000 a 2013 para verificar se esses impactos já começaram a se fazer presentes nas matrículas escolares. Basicamente serão apresentados dados sobre as matrículas em 2000 e 2013 para o estado de São Paulo, município de São Paulo, região metropolitana de São Paulo e Brasil, bem como alguns dados demográficos que ajudem na compreensão do movimento das matrículas no período citado.

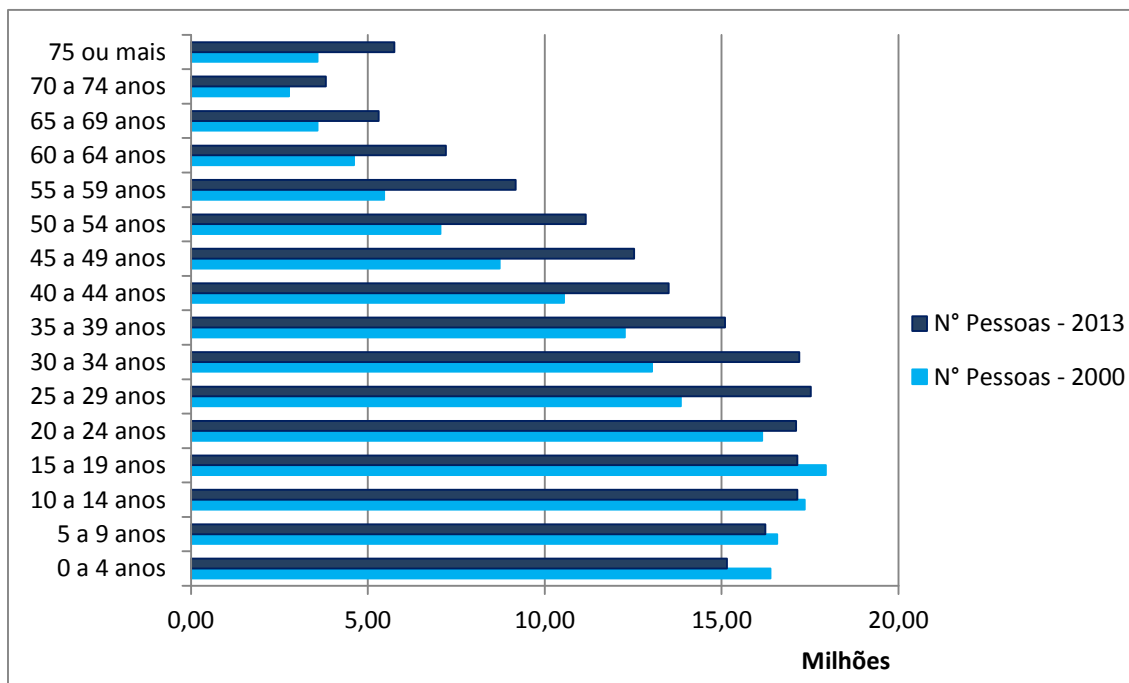
1.2 - Dados demográficos

Começando pelos dados demográficos, os gráficos 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4 trazem a estrutura etária das populações no Brasil, estado de São Paulo, região metropolitana e município de São Paulo.

Os dados de 2013 para o estado, região metropolitana e município de São Paulo são projeções populacionais da Fundação SEADE, enquanto os dados de 2000 (todas as regiões) e 2013 para o Brasil são do censo do IBGE e projeção populacional do IBGE respectivamente. Como pode ser observado, as faixas de idades mais avançadas apresentam maior número de pessoas em 2013 do que em 2000, enquanto as faixas mais baixas apresentaram redução para o período, indicando um envelhecimento da população.

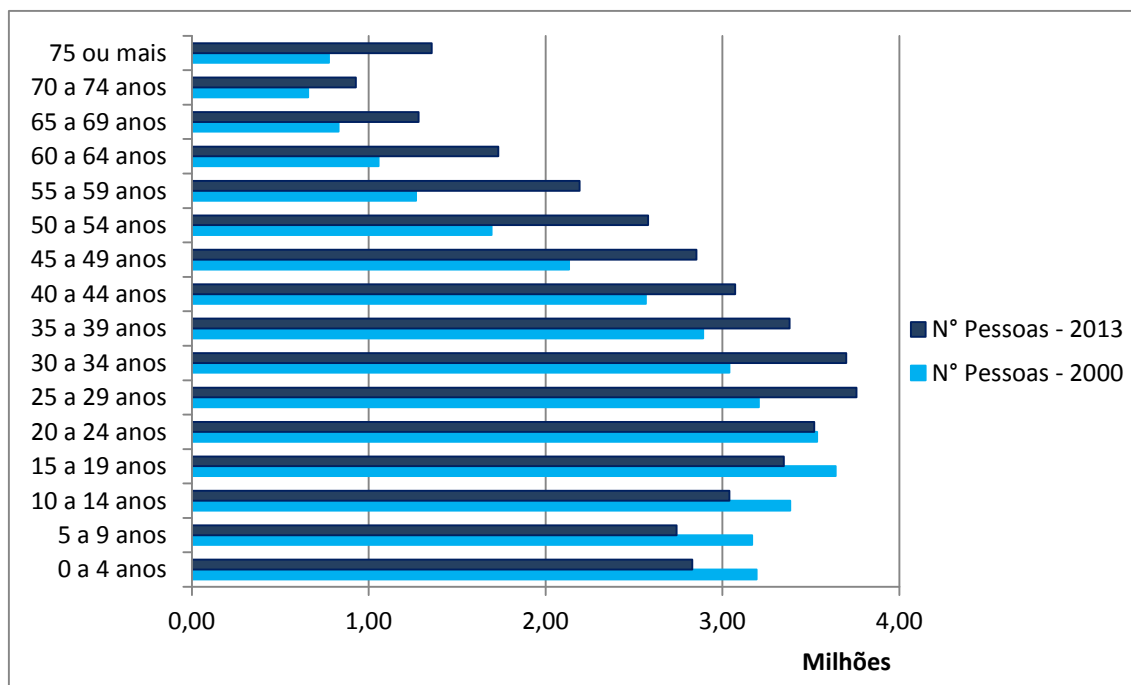
* Publicado no Indicador Metropolitano nº 36 - maio/2014.

Gráfico 1.1 - Estrutura Etária - Brasil (2000 e 2013)



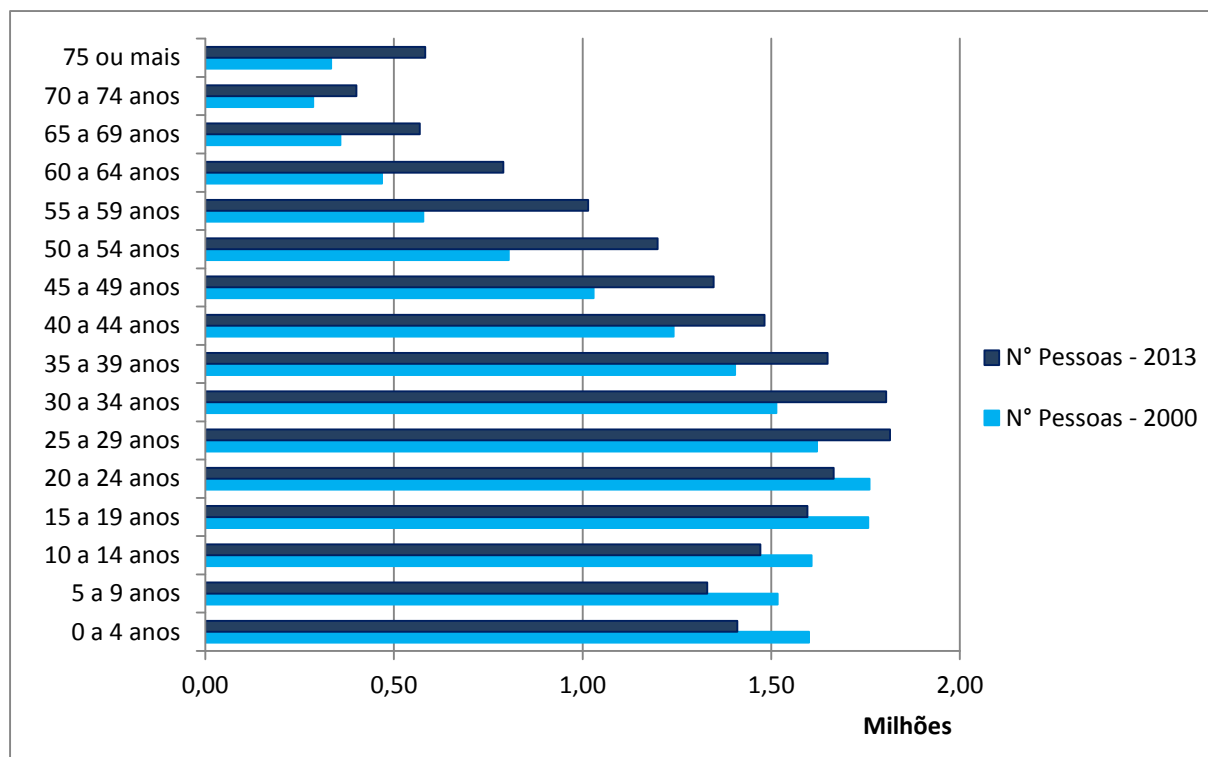
Fonte: IBGE (http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/)

Gráfico 1.2 - Estrutura Etária - Estado de SP (2000 e 2013)



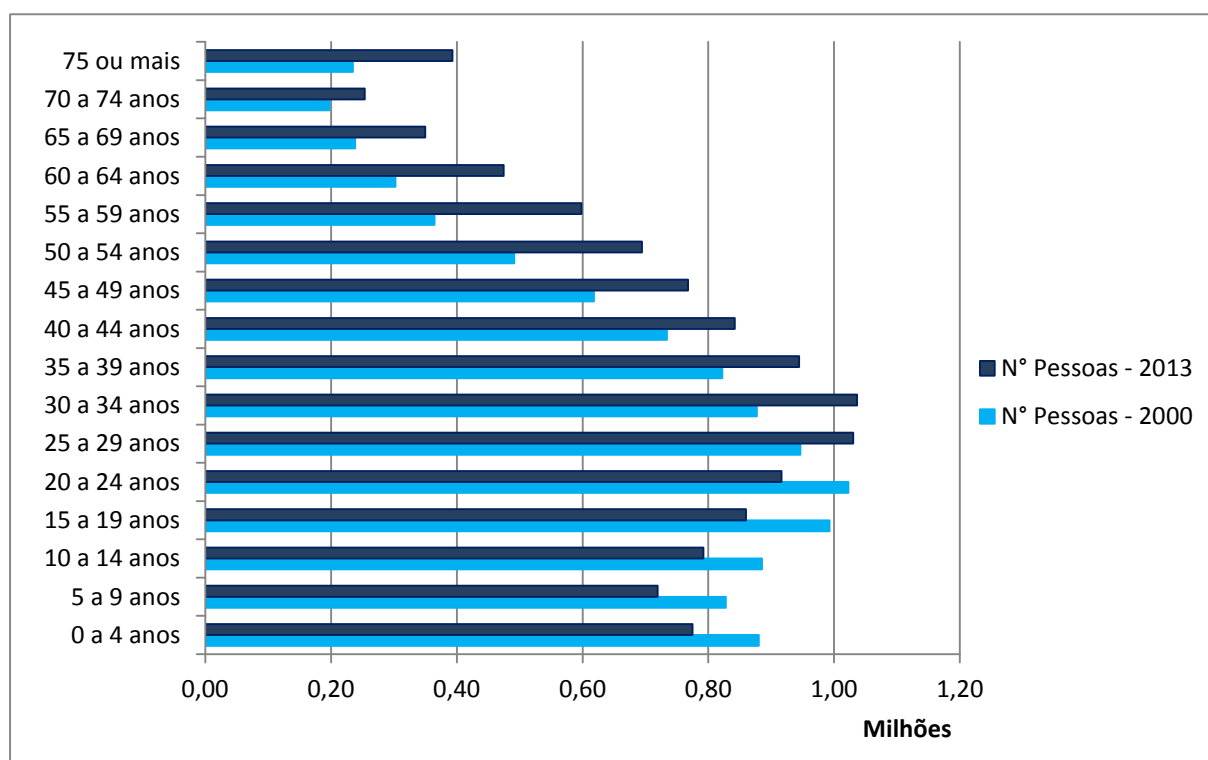
Fonte: 2000 (IBGE) e 2013 (Fundação SEADE)

Gráfico 1.3 - Estrutura Etária - Região Metropolitana de SP (2000 e 2013)



Fonte: 2000 (IBGE) e 2013 (Fundação SEADE)

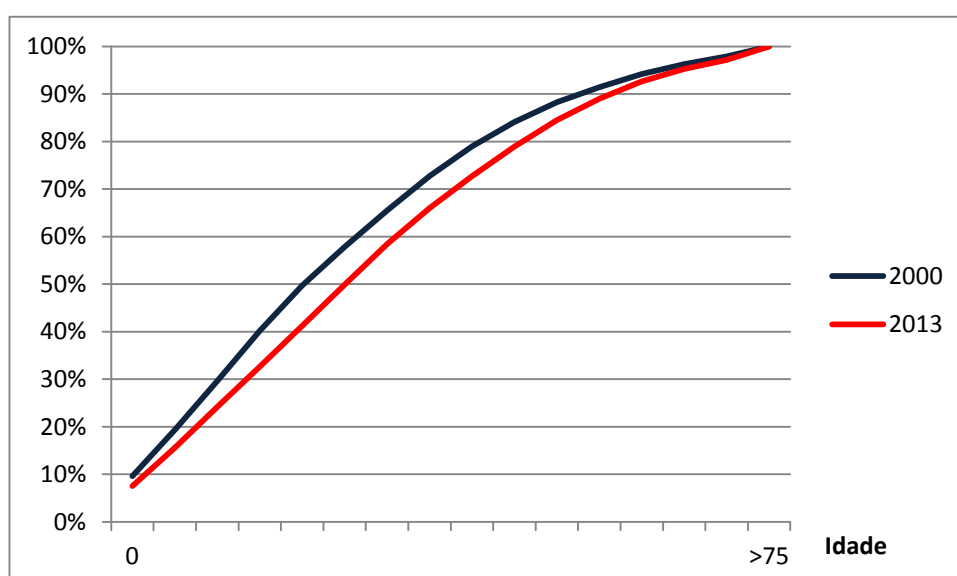
Gráfico 1.4 - Estrutura Etária - Município de SP (2000 e 2013)



Fonte: 2000 (IBGE) e 2013 (Fundação SEADE)

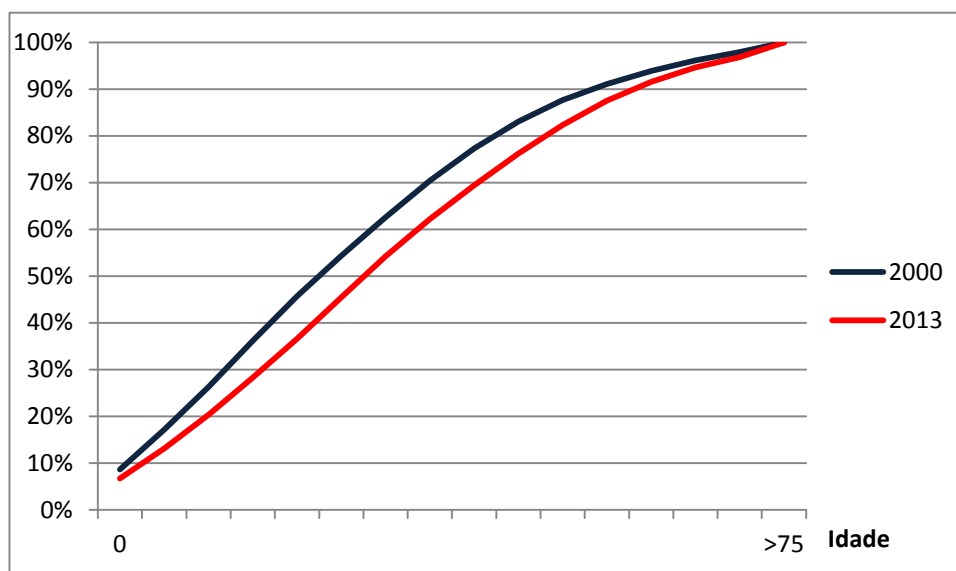
Esse fenômeno pode ser observado mais claramente nos gráficos 1.5, 1.6, 1.7 e 1.8. Estes gráficos trazem a distribuição acumulada da população para as quatro regiões (Brasil, estado de SP, RMSP e município de SP). Quanto menos côncava a curva em relação ao eixo da idade do gráfico (eixo x), mais envelhecida será a população (só são atingidos percentuais altos do total de população em faixas mais avançadas de idade); quanto mais côncava a curva, mais nova a população (as primeiras faixas já contém a maior parte da população da região).

Gráfico 1.5 - Distribuição Acumulada da População - Brasil (2000 e 2013)



Fonte: IBGE

Gráfico 1.6 - Distribuição Acumulada da População - Estado de SP (2000 e 2013)



Fonte: 2000 (IBGE) e 2013 (Fundação SEADE)

Gráfico 1.7 - Distribuição Acumulada da População - Região Metropolitana de SP (2000 e 2013)

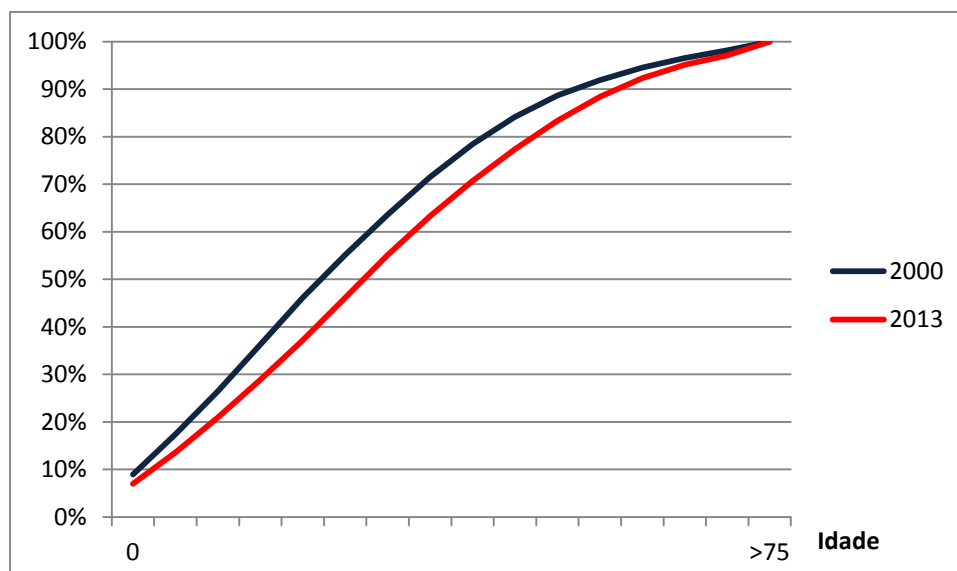
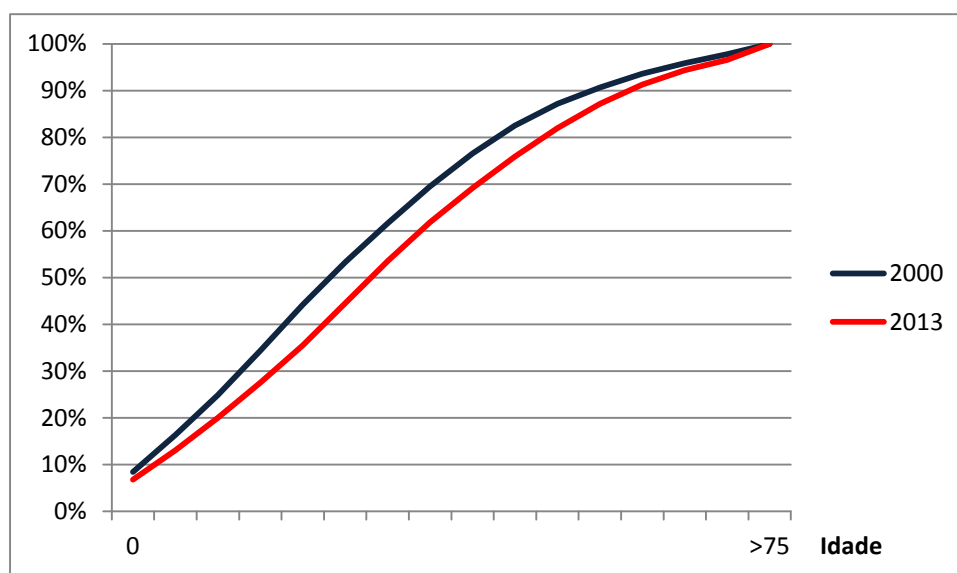


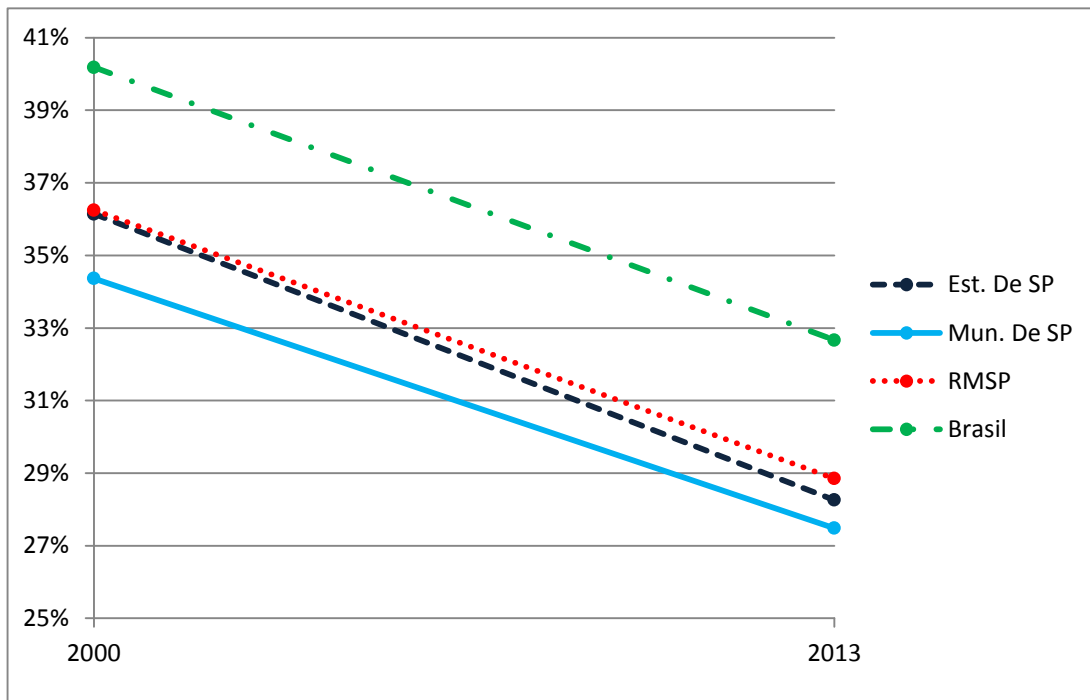
Gráfico 1.8 - Distribuição Acumulada da População - Município de SP (2000 e 2013)



As linhas representando a distribuição acumulada populacional de 2013 se “descolam” por baixo da linha de 2000, mostrando o envelhecimento citado – altas porcentagens da população só são atingidas incluindo faixas mais avançadas de idade.

Por fim, observe-se a população em idade escolar (ensino básico – 0 a 19 anos). Em 2000, esse número estava entre 34 e 40% para as quatro localidades focadas neste artigo. Em 2013 a porcentagem caiu para a faixa dos 27% a 33% (o gráfico 1.9 traz esses números para cada região), indicando que, pelo menos por questões demográficas, as demandas potenciais de serviços de educação tendem a reduzir-se.

Gráfico 1.9 - Porcentagem da Pop. em idade escolar (0 a 19 anos) - 2000 e 2013



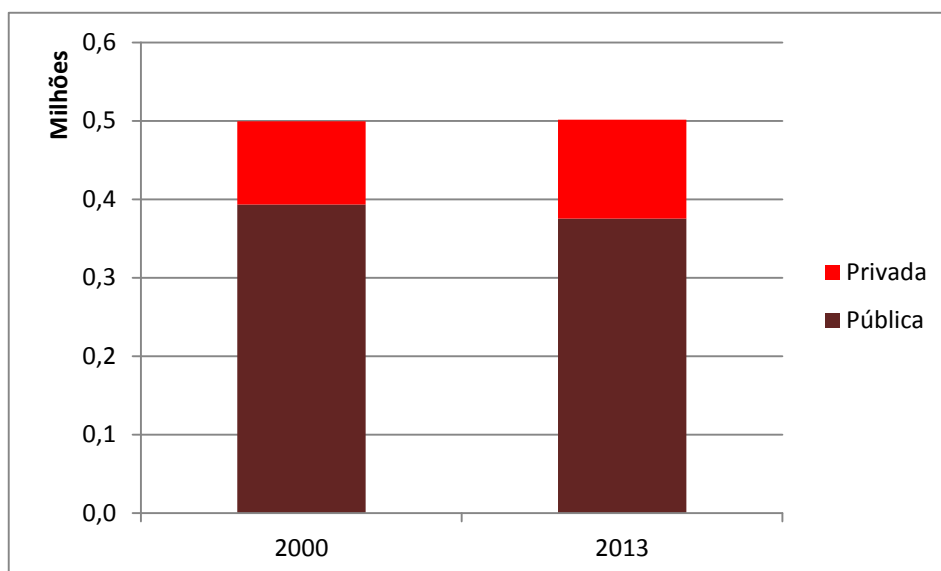
Fonte: 2000 (IBGE), 2013 - Brasil (IBGE) e 2013 - SP (Fundação SEADE)

1.3 - Matrículas

Os dados sobre matrículas foram obtidos através do Censo Escolar realizado pelo INEP. Como não há disponibilidade das matrículas em creche para o ano de 2000, apenas examinaremos as matrículas de pré-escola, ensino fundamental e ensino médio para o período de 2000 a 2013.

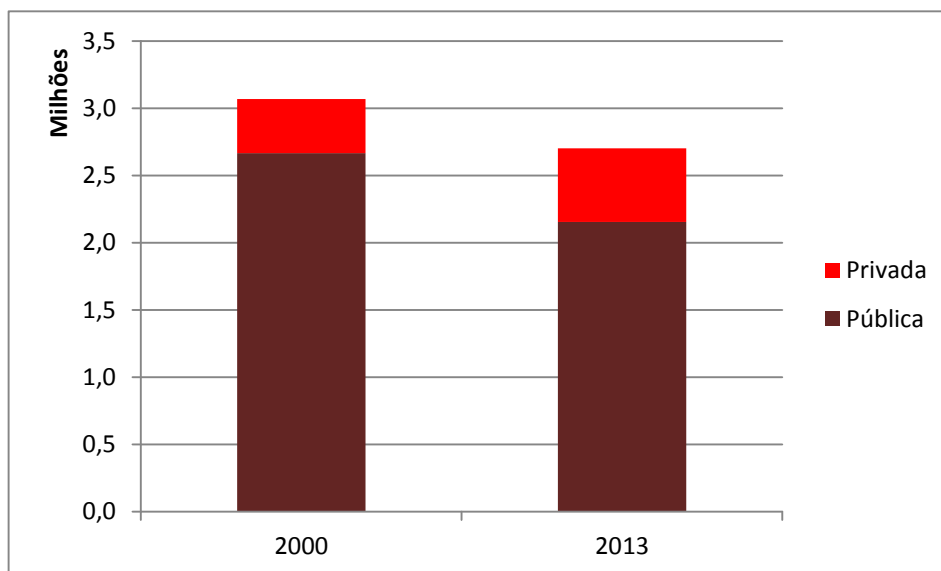
Iniciando com a região metropolitana de São Paulo (gráficos 1.10, 1.11 e 1.12), como pode ser observado, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio houve queda no número de matrículas.

Gráfico 1.10 - Matrículas Pré-Escola - RMSP - 2000 e 2013



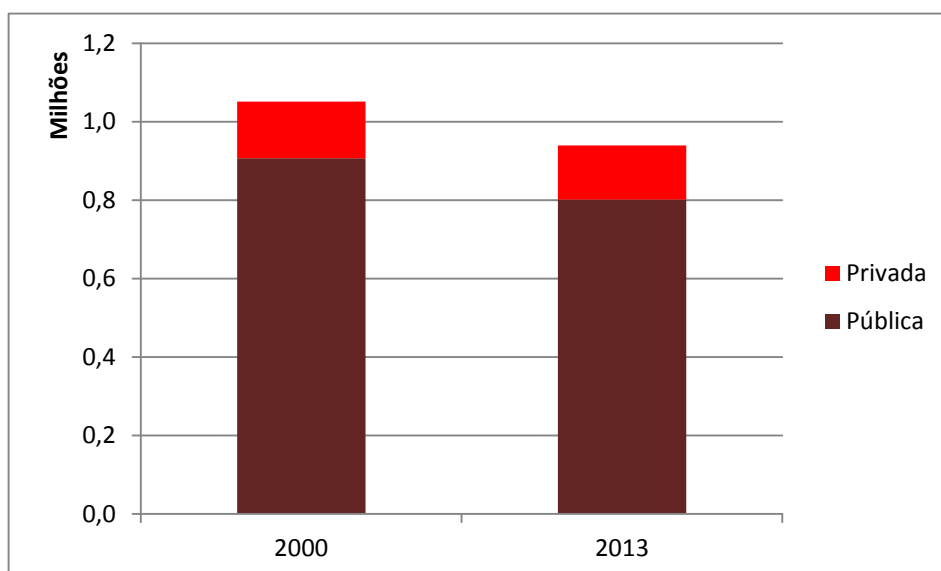
Fonte: Sistema de Consulta a Matrículas do Censo Escolar - INEP

Gráfico 1.11 - Matrículas Ensino Fundamental - RMSP - 2000 e 2013



Fonte: Sistema de Consulta a Matrículas do Censo Escolar - INEP

Gráfico 1.12 - Matrículas Ensino Médio - RMSP - 2000 e 2013



Fonte: Sistema de Consulta a Matrículas do Censo Escolar - INEP

A população da RMSP cresceu de 17,879 milhões de habitantes em 2000 para 20,128 milhões em 2013 (aumento de aproximadamente 12,6%), sendo que a população em idade escolar (0 a 19 anos) foi de 6,481 milhões em 2000 para 5,807 milhões em 2013 (queda de 10,4%). As matrículas do ensino fundamental foram de 3,068 milhões em 2000 para 2,702 milhões em 2013 (queda de aproximadamente 12%). A faixa etária aproximada considerada “ideal” para cursar o ensino fundamental vai dos 6 aos 14 anos. Infelizmente não se tem, entre os dados disponibilizados, exatamente essa faixa etária, mas podem ser usadas as faixas 05 a 09 anos e 10 a 14 anos divulgadas pelo IBGE para uma visualização do que ocorreu em termos populacionais com os potenciais estudantes dessa etapa de ensino.

Em 2000 eram 3,123 milhões de pessoas nessa faixa de idade contra 2,801 milhões em 2013 (queda de 10,3%). Segundo as projeções da Fundação SEADE, em 2013, na região metropolitana, o número de pessoas entre 06 e 14 anos era de 2,539 milhões, menor até que o número de matrículas. É importante frisar que obviamente existem alunos no ensino fundamental fora da faixa etária considerada “ideal”¹ e mesmo o número da população é uma projeção baseada nos dados do censo de 2010. Considerando as faixas do IBGE, tem-se uma relação entre matrículas e população na faixa ideal na ordem de 98,2% em 2000 e 96,4% em 2013, ou seja, números próximos de 100%.

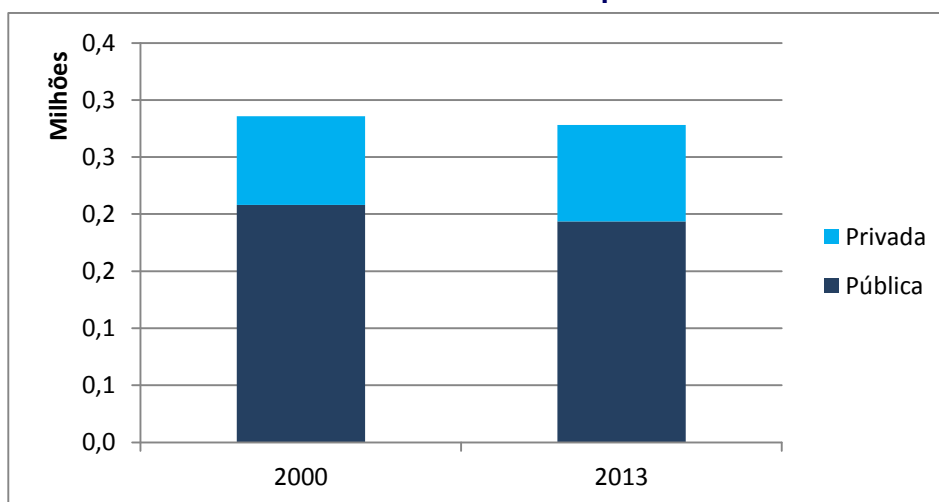
A questão em se comparar o número de matrículas com a população nessa faixa etária é ter uma idéia de quantos desses potenciais alunos, para essa faixa de ensino, estão efetivamente na escola. Se somente uma porcentagem pequena dessa faixa etária já está frequentando a escola (algo longe dos 100%) então reduções da população podem ser contrabalanceadas por tendências de aumento do acesso à educação e o resultado final pode ser até um aumento das matrículas, com uma demora bem maior para que haja a convergência entre a queda da população de determinada faixa etária e as respectivas matrículas no ensino destinado a essa faixa etária. No caso do ensino fundamental, a porcentagem estimada de potenciais frequentadores era alta em 2000 (98%), o que significa que há pouco espaço para aumento. Logo, a tendência de queda da população nessa faixa etária tende a se refletir mais rapidamente nas matrículas escolares da faixa de ensino destinada a ela. Na pré-escola, por exemplo, houve um leve aumento de 0,4% nas matrículas na RMSP para o período de 2000 a 2013 (de 499,2 mil em 2000 para 501,3 mil em 2013). No entanto, olhando-se para a população estimada pela Fundação SEADE em 2013 na faixa dos 4 a 5 anos (faixa etária considerada “ideal” para matrículas em pré-escola) tem-se 526,4 mil pessoas, o que resultaria em uma abrangência de 95%. Infelizmente os dados da mesma faixa etária para 2000 não estão disponíveis, mas dado que a população das faixas de 0 a 04 anos e 05 a 09 anos caiu entre 2000 e 2013 (ver gráfico 1.3), muito provavelmente a população entre 04 e 05 anos também deve ter caído, o que implicaria um aumento no acesso (procura) dentro dessa faixa que teria acabado por contrabalancear a queda populacional.

1 - Em um sistema educacional seriado, existe uma adequação teórica entre a série e a idade do aluno, tornando possível identificar a idade adequada para cada série. A Taxa de distorção idade-série permite avaliar o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada. Como o Censo Escolar obtém a informação sobre idade por meio do ano de nascimento, é adotado o seguinte critério para identificar os alunos com distorção idade-série: considerando o Censo Escolar do ano t e a série k do ensino fundamental, cuja a idade adequada é de i anos, então o indicador será expresso pelo quociente entre o número de alunos que, no ano t , completam $i + 2$ anos ou mais (nascimento antes de $t - [i + 1]$), e a matrícula total na série k . A justificativa desse critério é que os alunos que nasceram em $t - [i + 1]$, completam $i + 1$ anos no ano t e, portanto, em algum momento desse ano (de 1º de janeiro a 31 de dezembro) ainda permaneciam com i anos e, por isso, o critério aqui adotado considera esses alunos como tendo idade adequada para essa série. Os que nasceram depois de $t - [i + 1]$ completam, no ano t , i anos ou menos. Link: <http://dados.gov.br/dataset/taxas-de-distorcao-idade-serie-escolar-na-educacao-basica>

No futuro, quando essa porcentagem se estabilizar (ou atingir os 100%), a trajetória do número de matrículas convergirá para trajetória de variação populacional, que tende a ser de queda. No caso do ensino médio, para a RMSP, tem-se a mesma situação do ensino fundamental – queda nas matrículas, de 1,050 milhão em 2000 para 939,3 mil em 2013. Uma particularidade do ensino médio é que, em geral, as taxas de distorção série-idade costumam ser maiores. Considerando a faixa dos 15-19 anos como a faixa dos potenciais estudantes dessa etapa de ensino, durante o período de 2000 a 2013 para RMSP ocorreu uma queda populacional de 9,18% (de 1,75 milhão para 1,59 milhão em 2013). A porcentagem matrículas / faixa etária ficou praticamente estável; em 2000 era de 60% e em 2013 foi de aproximadamente 59%. Utilizando uma faixa etária mais restritiva (de 15 a 17 anos), cujos dados de 2013 são da projeção SEADE (sem dados para 2000 para RMSP), teríamos uma porcentagem de 99%. Essa faixa dos 15 a 17 anos seria a faixa “ideal” para o ensino médio tradicional (com taxa de distorção idade-série zerada). Caso se adote como faixa mais adequada dos potenciais matriculados do ensino médio a faixa mais restritiva (15 a 17 anos), tem-se, que para o futuro, na RMSP, é quase certa a queda nas matrículas do ensino médio, dada a tendência de queda populacional (afinal, a porcentagem está praticamente no máximo). No entanto, caso se considere que a faixa mais ampla é mais adequada (devido a taxas de distorção idade-série mais elevadas nessa faixa de ensino)², então há um considerável percentual de potenciais alunos fora do ensino médio, o que pode levar a um contrabalanceamento da tendência de queda populacional e um resultado mais incerto no número de matrículas futuras para essa etapa de ensino.

Os gráficos 1.13, 1.14 e 1.15 trazem os números de matrículas na pré-escola, ensino fundamental e ensino médio para o município de São Paulo.

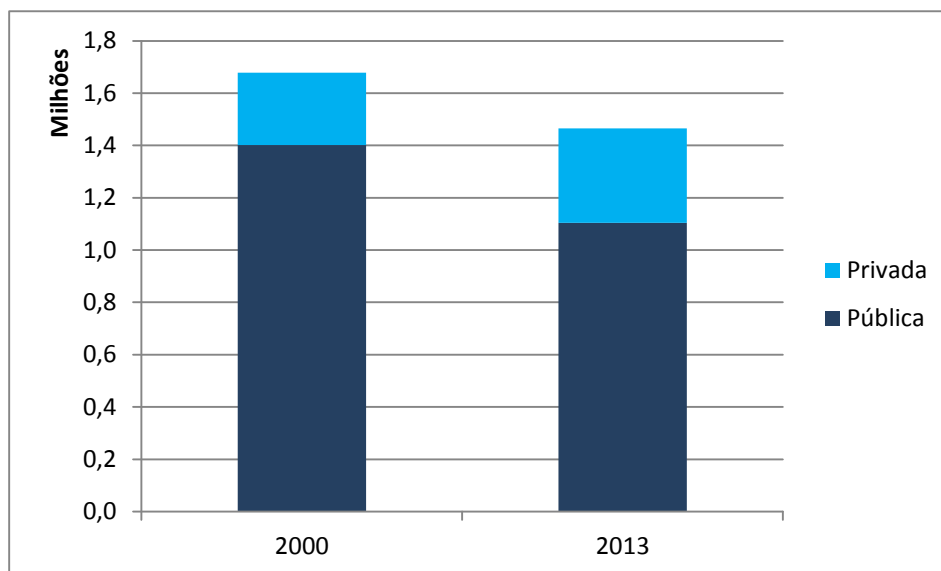
Gráfico 1.13 - Matrículas Pré-Escola - Município de SP - 2000 e 2013



Fonte: Sistema de Consulta a Matrículas do Censo Escolar - INEP

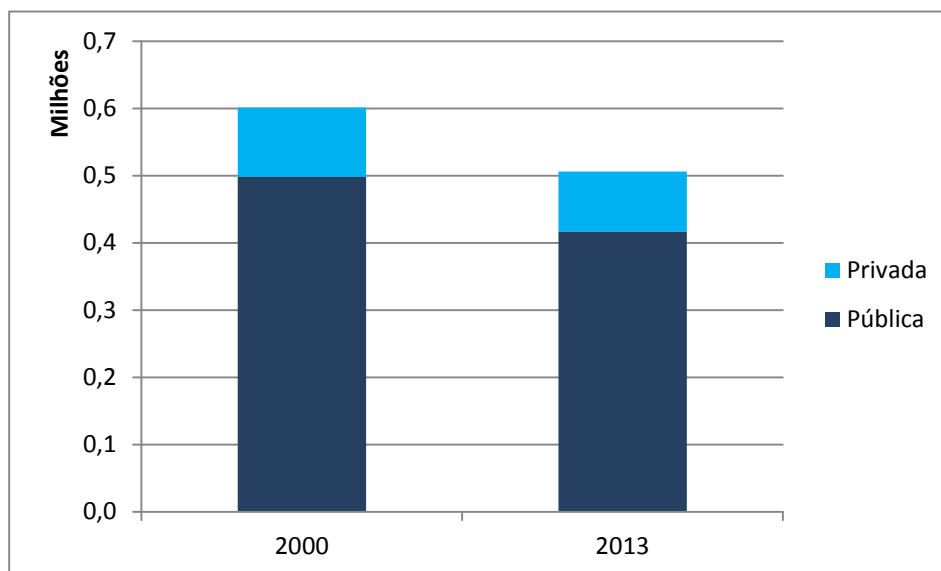
2 - Segundo o Censo Escolar 2012, para o Brasil, a taxa de distorção idade-série era de 22% no Ensino Fundamental (sendo 16,6% nos anos iniciais – 1º ao 5º ano e 28,2% nos anos finais), já no Ensino Médio esse número saltava para 31,1%. Para o estado de São Paulo, em 2012, a taxa de distorção no ensino fundamental foi de 7,8% contra 16,3% no ensino médio.

Gráfico 1.14 - Matrículas Ensino Fundamental - Município de SP - 2000 e 2013



Fonte: Sistema de Consulta a Matrículas do Censo Escolar - INEP

Gráfico 1.15 - Matrículas Ensino Médio - Município de SP - 2000 e 2013



Fonte: Sistema de Consulta a Matrículas do Censo Escolar - INEP

No caso do município, nas três etapas de ensino houve queda no número de matrículas. No caso da pré-escola, em 2000 foram computadas 285.761 matrículas, enquanto em 2013 o número caiu para 278.129 (queda de 2%). No ensino fundamental eram 1,679 milhão de matrículas em 2000, caindo para 1,465 milhão em 2013 (queda de 12,6%). Por fim, no ensino médio houve uma queda maior (15,8%) – eram 601.271 matrículas em 2000 contra 505.932 em 2013.

Olhando para as faixas etárias mais próximas da “ideal” para essa faixa de ensino, como feito para a região metropolitana de São Paulo, vê-se o mesmo padrão de redução populacional. Por exemplo, no caso do ensino fundamental, na faixa etária dos 5 aos 14 anos,

eram 1.713.244 pessoas em 2000 contra uma estimativa de 1.511.622 em 2013, queda de aproximadamente 11%. Considerando a razão entre matrículas e o número de pessoas nessa faixa etária, tem-se um percentual de 98% para o ano 2000 e de 97% para o ano de 2013, lembrando novamente que essa razão é apenas uma estimativa de quantos potenciais alunos de uma dada etapa de ensino estão realmente matriculados na escola (supostamente nessa faixa de ensino ideal). Dada a taxa de distorção idade-série, esse número na realidade tende a ser menor. Considerando a validade (pelo menos aproximada) dessa estimativa, é razoável esperar mais quedas futuras no número de matrículas, dado que o percentual de abrangência já está próximo de 100 e a tendência demográfica é de diminuição da população na faixa etária dos potenciais alunos de ensino fundamental.

O mesmo quadro ocorre na questão da pré-escola. Considerando a faixa dos 04 e 05 anos em 2013 (população estimada pela fundação SEADE), temos 286.348 pessoas contra 285.761 matrículas, uma porcentagem de 97%, o que indica que as matrículas já devem acompanhar basicamente o que ocorre na questão demográfica para essa faixa de idade. Como as faixas etárias de 0 a 04 anos e 05 a 09 anos tiveram redução populacional entre 2000 e 2013 (12% e 13% respectivamente), espera-se reduções futuras no número de matrículas para a pré-escola.

Para o ensino médio o quadro é mais incerto. Considerando a faixa etária mais ampla (de 15 a 19 anos), temos redução populacional, como nas demais faixas analisadas: em 2000 eram 992.802 pessoas contra 859.602 em 2013 (queda de 13,4%). No entanto, olhando a relação entre matrículas / faixa etária temos um percentual de 60% em 2000 e 58,8% em 2013, o que indica um espaço de crescimento considerável na questão da abrangência, o que pode contrabalancear, por um tempo ainda, a queda populacional na faixa etária de potenciais alunos do ensino médio. Por enquanto, o que os números mostram é que essa porcentagem ficou relativamente estável e o possível efeito da demografia nas matrículas predomina.

Para o estado de São Paulo, assim como ocorre no caso do município de São Paulo, houve queda nas matrículas em todas as etapas de ensino. Os gráficos 1.16, 1.17 e 1.18 trazem os dados para essa região.

Olhando para os dados populacionais do estado, temos quedas nas faixas etárias de potenciais alunos do ensino fundamental e médio. No primeiro caso (faixa de 05 a 14 anos), houve diminuição de aproximadamente 11,8% no número de pessoas (de 6,552 milhões em 2000 para 5,778 milhões em 2013), já na faixa mais ampla do ensino médio (15 a 19 anos) a redução foi por volta de 8% (de 3,640 milhões em 2000 para 3,347 milhões em 2013). Para a

pré-escola, como já salientado, não há dados específicos de 2000 e 2013 disponibilizados para a faixa dos 04 a 05 anos, mas olhando as faixas “mais próximas” (0 a 4 e 5 a 9), ambas reduziram de tamanho (queda de 11% e 13% respectivamente).

Gráfico 1.16 - Matrículas Pré-Escola - Estado de SP - 2000 e 2013

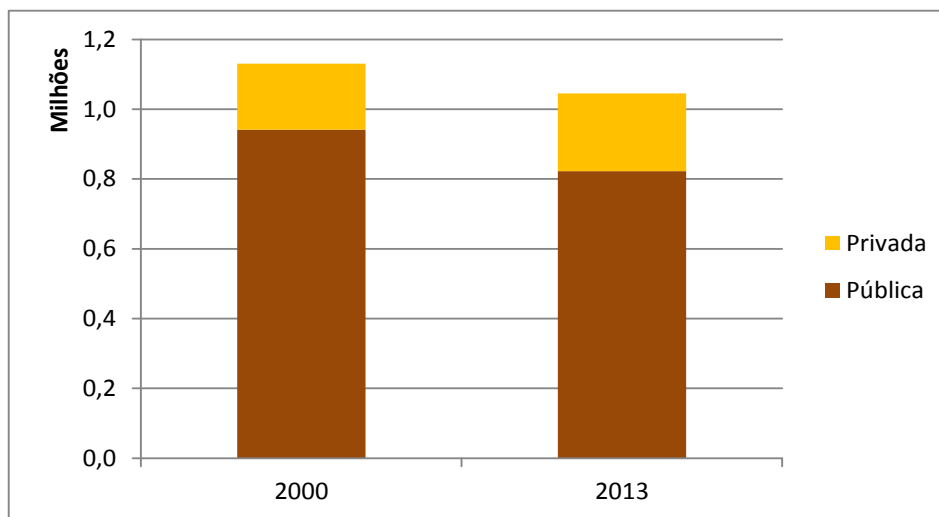


Gráfico 1.17 - Matrículas Ensino Fundamental - Estado de SP - 2000 e 2013

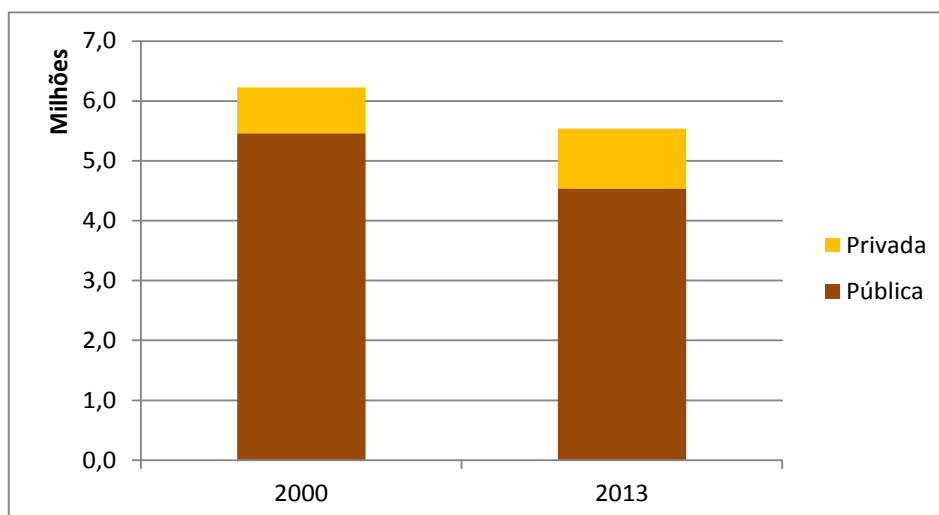
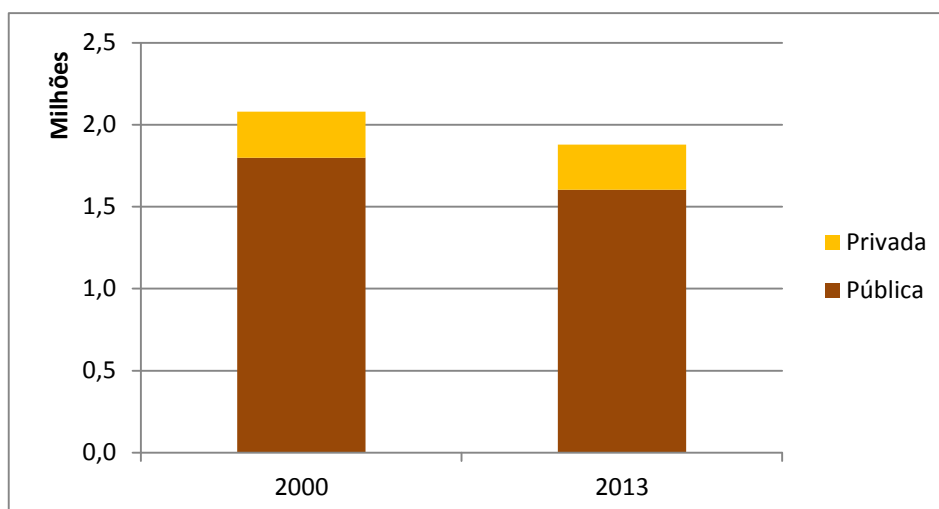


Gráfico 1.18 - Matrículas Ensino Médio - Estado de SP - 2000 e 2013



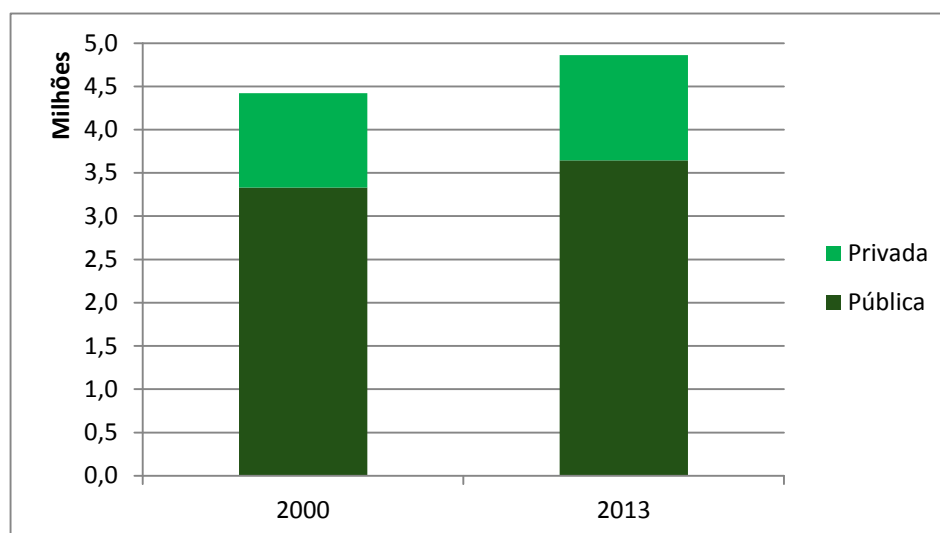
Fonte: Sistema de Consulta a Matrículas do Censo Escolar - INEP

Em termos de matrículas no estado, a pré-escola registrou queda de 7,5% (de 1,130 milhão em 2000 para 1,045 milhão em 2013). Se olharmos para a razão matrículas / faixa etária “ideal” da pré-escola em 2013 (de 4 a 5 anos – 1,078 milhão), temos uma porcentagem de 97%, portanto, próxima dos 100%, o que indica que as matrículas da pré-escola tendem, pelo menos no limite superior, a acompanhar o que ocorre em termos demográficos no estado. O quadro é semelhante para o ensino fundamental, cujas matrículas no estado caíram 11% (de 6,225 milhões em 2000 para 5,540 milhões em 2013). A razão matrículas / faixa ideal (05 a 14 anos) estimada em 2000 foi de 95%, e em 2013, 95,8%, abaixo dos percentuais registrados para a região metropolitana e para o município de São Paulo, porém próximas também dos 100 e com tendência de alta, o que indica que o fator demográfico prevalece já no presente em relação ao número de matrículas para essa faixa de ensino (mesmo com uma elevação da taxa de abrangência entre 2000 e 2013, as matrículas caíram no período, indicando um possível efeito mais forte do fator demográfico).

Em relação ao ensino médio, as matrículas caíram 9,6% entre 2000 e 2013 (de 2,079 milhões para 1,878 milhão), enquanto a população na faixa etária dos potenciais estudantes de ensino médio caiu 8% (de 3,640 milhões para 3,347 milhões), o que implica em uma queda da razão matrículas / faixa etária “ideal” – de 57,1% em 2000 para 56,1% em 2013. Como nas demais regiões já analisadas, para o ensino médio há uma incerteza maior sobre a trajetória das matrículas no futuro próximo, pois, como a taxa de abrangência é “baixa” (longe dos 100%), há um potencial grande de crescimento nesse tópico, embora os dados apontem uma queda dessa taxa (o que reforçou ainda mais o fator demográfico, puxando as matrículas para baixo).

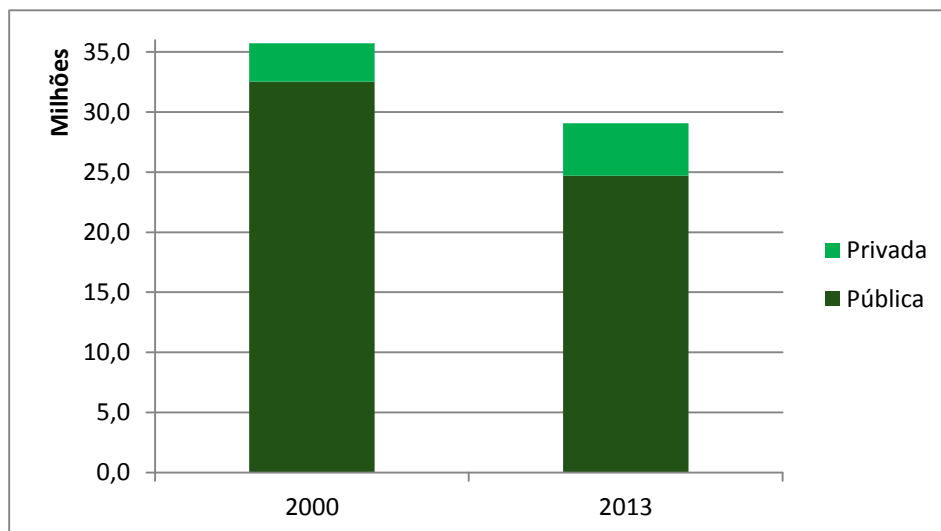
Por fim, os gráficos 1.19, 1.20 e 1.21 trazem as matrículas da pré-escola, ensino fundamental e ensino médio para o Brasil.

Gráfico 1.19 - Matrículas Pré-Escola - Brasil - 2000 e 2013



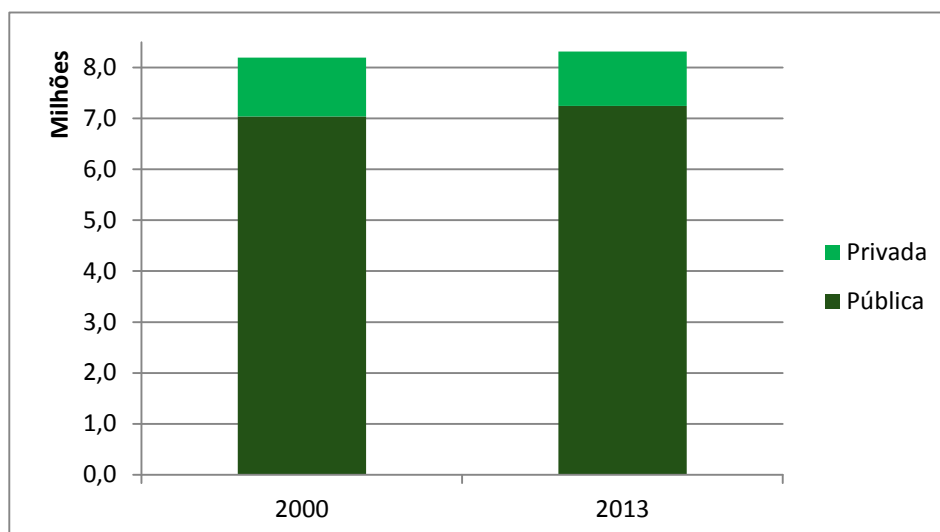
Fonte: Sistema de Consulta a Matrículas do Censo Escolar - INEP

Gráfico 1.20 - Matrículas Ensino Fundamental - Brasil - 2000 e 2013



Fonte: Sistema de Consulta a Matrículas do Censo Escolar - INEP

Gráfico 1.21 - Matrículas Ensino Médio - Brasil - 2000 e 2013



Fonte: Sistema de Consulta a Matrículas do Censo Escolar - INEP

Ao contrário da tendência apresentada nas demais regiões, para o Brasil, excetuando o ensino fundamental, tanto na pré-escola quanto no ensino médio houve aumento do número de matrículas. No caso da pré-escola, o aumento foi significativo (aproximadamente 10% - eram 4,421 milhões de matrículas em 2000 contra 4,860 milhões em 2013). Para o Brasil há dados disponibilizados pelo IBGE sobre a população da faixa etária “ideal” da pré-escola (04 e 05 anos) para 2000 e 2013. Em 2000 eram 6,9 milhões de pessoas nessa faixa de idade, contra 6,268 milhões em 2013, uma queda de aproximadamente 9,15%. Olhando para a razão matrículas / população na faixa etária ideal tem-se que em 2000, essa porcentagem estava em 64% e em 2013 saltou para 77%. Mesmo aumentando, ainda há espaço para crescimento das matrículas por esse canal (a taxa está longe dos 100%), contrabalanceando, como ocorreu no período de 2000 a 2013, a queda da população nessa faixa etária.

Portanto, pelo menos no futuro próximo, não há uma trajetória evidente nessas matrículas para o caso brasileiro.

Para o ensino fundamental o quadro do Brasil é parecido com o das demais regiões analisadas. As matrículas caíram 18,6% entre 2000 e 2013 (de 35,717 milhões em 2000 para 29,069 milhões em 2013). Dado que a taxa de distorção idade-série para o Brasil tende a ser substancialmente mais alta do que a das outras três regiões (em 2012 foi de 7,8% para o estado de São Paulo e 22% para o Brasil, sendo que nos anos finais do ensino fundamental a taxa foi de 11,1% para o estado de São Paulo, enquanto no Brasil foi de 28,2%), muitos matriculados no ensino fundamental estão fora da faixa etária ideal³. Usando o critério do INEP de calcular a taxa de distorção baseada em alunos com até 2 anos além da idade considerada ideal, e considerando uma faixa ampliada de 06 a 16 anos para o ensino fundamental, em 2000, de acordo com dados do IBGE, a população nessa faixa etária era de 38,622 milhões, enquanto em 2013 era de 37,097 milhões – queda de 3,9%. Calculando a razão matrículas / faixa etária temos um percentual de 92,4% de abrangência em 2000 e 78,35% em 2013, uma diminuição considerável. Como em 2013 a taxa de abrangência ficou bem abaixo dos 100%, pode-se ter uma recuperação nesse quesito, o que torna o resultado final sobre as matrículas, pelo menos em um futuro próximo, um tanto incerto.

Em relação ao ensino médio, as matrículas apresentaram um leve aumento – de 8,192 milhões em 2000 para 8,312 milhões em 2013 (crescimento de 1,46%). Olhando para a faixa dos 15 a 19 anos, em 2000 tem-se uma população de 17,949 milhões contra 17,141 milhões (queda de 4,5%). A proporção entre matrículas e população nessa faixa etária está bem abaixo dos 100%. Em 2000 a porcentagem foi de 45,6%, já em 2013 ficou em 48,5%. Assim como nas demais regiões, dado esse percentual baixo, é difícil prever uma tendência no futuro próximo para as matrículas no ensino médio, mesmo que a população de potenciais estudantes dessa etapa de ensino tenda a diminuir.

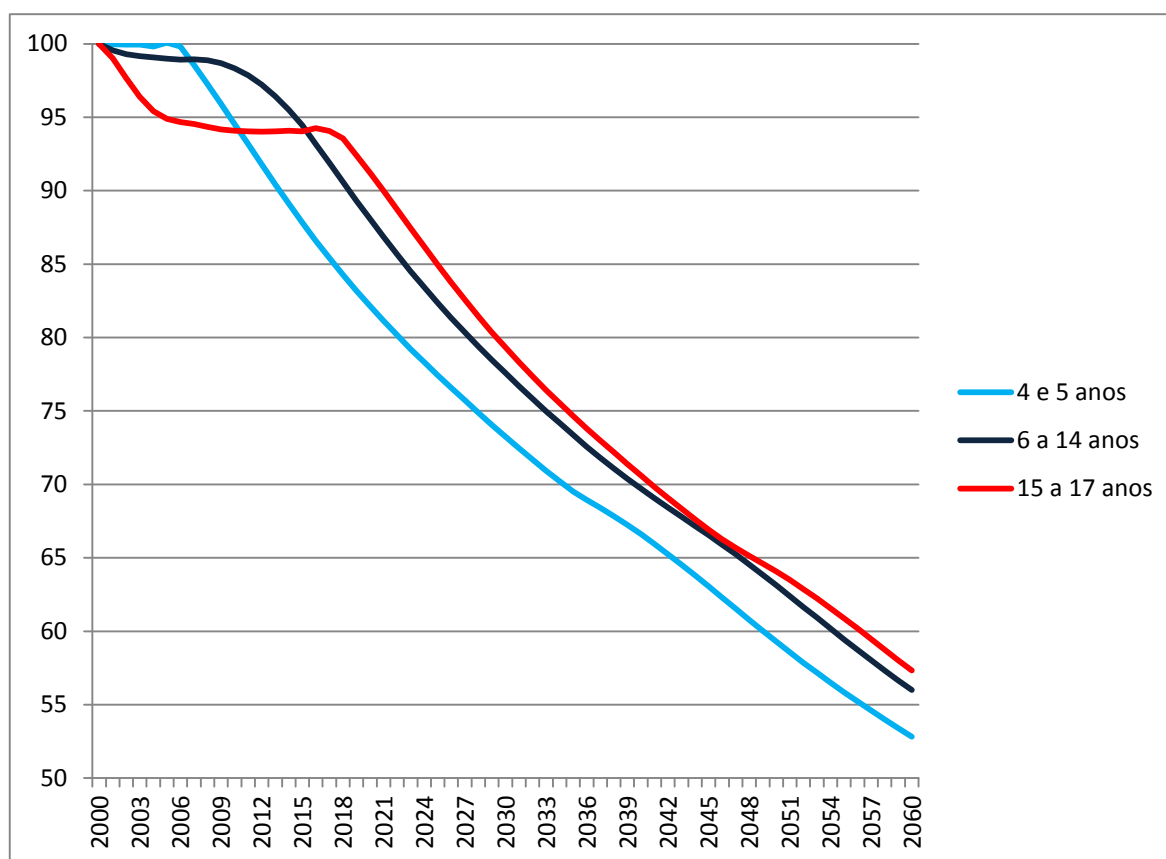
1.4 - Futuro

Segundo o IBGE, em 2030 a população brasileira será de 223,126 milhões contra os 195,497 milhões apontados pelo censo 2010. Em 2043 a população total registrará diminuição (de 228,350 milhões em 2042 para 228,343 milhões no referido ano).

3 - Se considerados os dados de população disponíveis, na faixa dos 05 a 14 anos, tem-se 33,929 milhões de pessoas em 2000 e 33,384 milhões em 2013. Para o ano de 2000 o número de matrículas no ensino superior é superior à população dentro dessa faixa etária.

O impacto em políticas públicas dessas mudanças populacionais é evidente. Gastos com previdência, por exemplo, tendem a aumentar, além de surgirem novas dificuldades para financiamento dos benefícios, com cada vez menos jovens trabalhando para gerar contribuições para um número cada vez maior de aposentados, que estarão vivendo mais. Na educação, principalmente educação básica, existirão cada vez menos potenciais estudantes demandando vagas e serviços. O gráfico 1.22 traz a trajetória da projeção do IBGE entre 2000 e 2060 para as faixas etárias consideradas “ideais” para pré-escola (4 a 5 anos), ensino fundamental (6 a 14 anos) e ensino médio (15 a 17 anos). Para fins de comparação, os valores foram convertidos em um índice onde 2000 = 100.

Gráfico 1.22 - Trajetória das faixas etárias ideais - Ensino básico - Brasil (2000 a 2060) - 2000 = 100

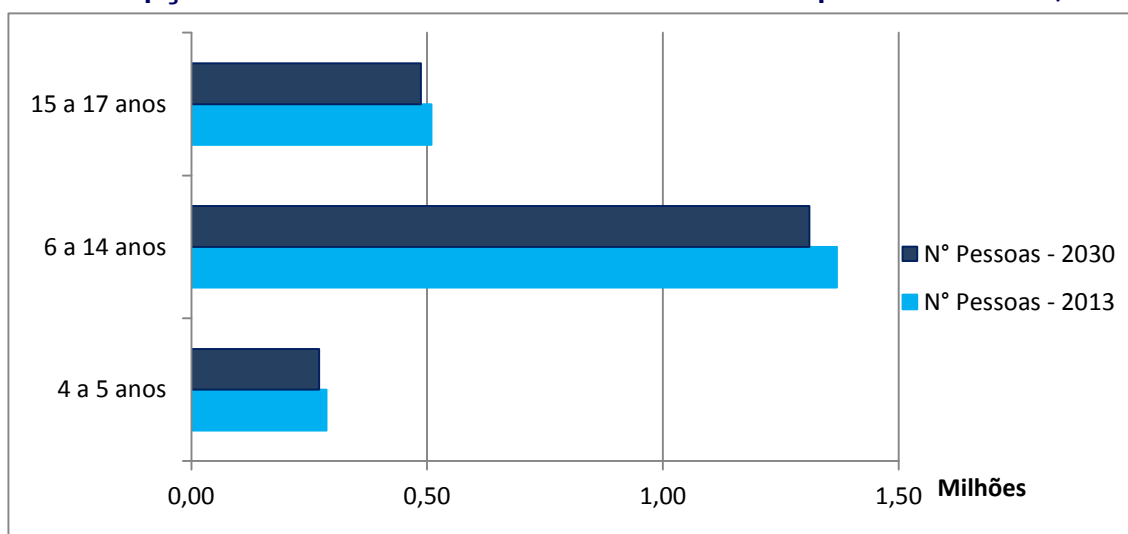


Fonte: IBGE (http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/)

O índice (que começa em 100 para todas as faixas) chega a 52,83 para a faixa dos 4 a 5 anos (queda de 47%), 56 para a faixa dos 6 a 14 anos (queda de 44%) e 57,32 para a faixa dos 15 a 17 anos (queda de 42,7%). Conforme salientado ao longo do artigo, obviamente o efeito sobre as matrículas na educação básica é mais incerto no curto prazo, devido a outras variáveis como insuficiência / ampliação de vagas na rede (demanda reprimida) e mudanças na própria procura / valorização da educação devido a exigências econômicas. Mas em algum momento futuro, supondo que essas demais variáveis tendam a atingir seus valores

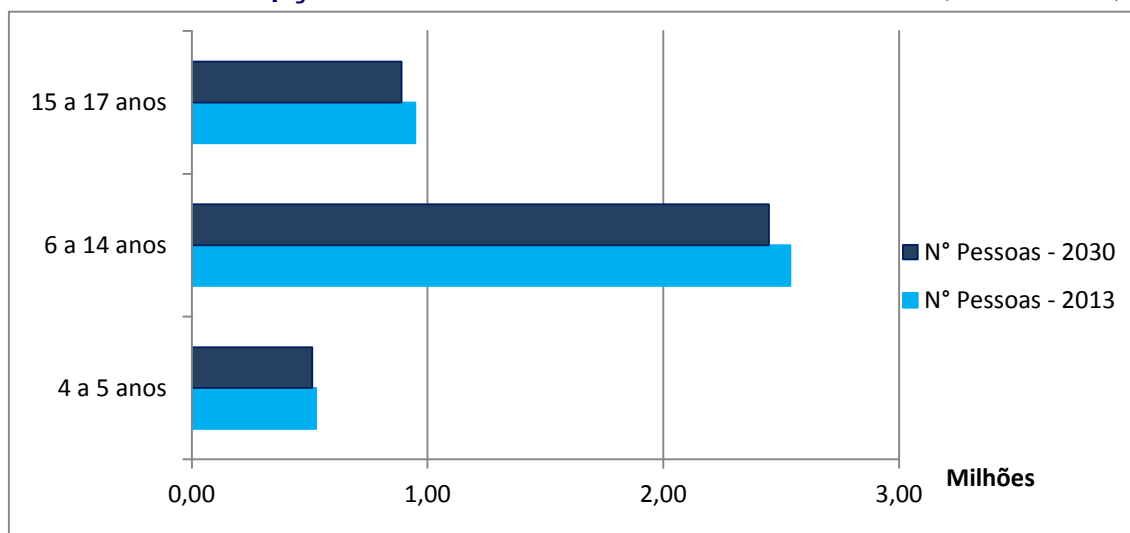
máximos (100% de abrangência dos potenciais alunos), a redução populacional servirá de teto para o número de matrículas, que então deverá cair. Como o presente artigo mostrou, em algumas regiões e etapas de ensino há uma incerteza maior sobre a trajetória das matrículas em um futuro próximo devido a essas variáveis extras, não relacionadas a efeitos demográficos, estarem em valores que possibilitam grandes alterações, como no caso do ensino médio ou pré-escola em âmbito nacional, ou o ensino médio para as regiões paulistas, que também apresentam, segundo projeções da Fundação SEADE, um cenário de redução populacional nas faixas de potenciais estudantes de ensino básico. Os gráficos 1.23 e 1.24 trazem os números da população projetada em 2013 e 2030 nas faixas etárias ideais das etapas do ensino básico para o município de São Paulo e região metropolitana de São Paulo.

Gráfico 1.23 - Projeção faixas etárias ideais - Ensino básico - Município de São Paulo (2013 - 2030)



Fonte: Fundação SEADE

Gráfico 1.24 - Projeção faixas etárias ideais - Ensino básico - RMSP (2013 - 2030)



Fonte: Fundação SEADE

Assim como ocorre no caso do Brasil, todas as faixas apresentam tendência de redução para o futuro. Para a faixa da pré-escola (04 a 05 anos) a queda projetada para 2030 em relação a 2013 é de 5,4% para o município de São Paulo, e de 3% para a RMSP. No caso da faixa correspondente ao ensino fundamental (06 a 14 anos), a queda estimada é de 4,2% para São Paulo, e de 3,6% para a RMSP. Por fim, na faixa dos 15 a 17 anos, que corresponde ao ideal para o ensino médio, estima-se redução populacional de 4,37% para o município e 6,21% para RMSP. Para essas regiões, as taxas de abrangência estavam próximas de 100 para pré-escola e ensino fundamental. Supondo que não haja algum comportamento “anormal” de redução muito drástica dessas taxas e como não há espaço para um crescimento muito grande desse índice (já estão próximos de 100%), mesmo em um futuro próximo as matrículas tendem a acompanhar o que acontecer no aspecto demográfico, o que implica redução. No ensino médio o quadro é mais incerto, pois as taxas de abrangência se mostraram menores do que no ensino fundamental e pré-escola, o que significa uma possibilidade mais plausível de que o crescimento nesse item, pelo menos no futuro próximo, compense a queda no número de potenciais estudantes para essa faixa de ensino.

21. Censo Escolar 2013 - Estrutura Física das Escolas Públicas de Ensino Básico da Região Metropolitana e Município de São Paulo*

1.1 - Introdução

Censo Escolar é um levantamento de dados educacionais de âmbito nacional realizado todos os anos e coordenado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), contando com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de Educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país.

A pesquisa abrange as diferentes etapas e modalidades de ensino básico, que são: ensino regular (educação Infantil, ensinos fundamental e médio), educação especial e educação de jovens e adultos (EJA). O Censo ainda coleta dados sobre estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar.

Segundo o INEP, essas informações são utilizadas para traçar um panorama nacional da educação básica e servem de referência para a formulação de políticas públicas e execução de programas na área da educação, incluindo os de transferência de recursos públicos como merenda e transporte escolar, distribuição de livros e uniformes, implantação de bibliotecas, instalação de energia elétrica, Dinheiro Direto na Escola e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Além disso, os resultados obtidos no censo sobre o rendimento e movimento escolar dos alunos do ensino fundamental e médio, juntamente com outras avaliações do Inep (Saeb e Prova Brasil), são utilizados para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicador que serve de referência para as metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Ministério da Educação.

* Publicado no Indicador Metropolitano nº 38 - julho/2014.

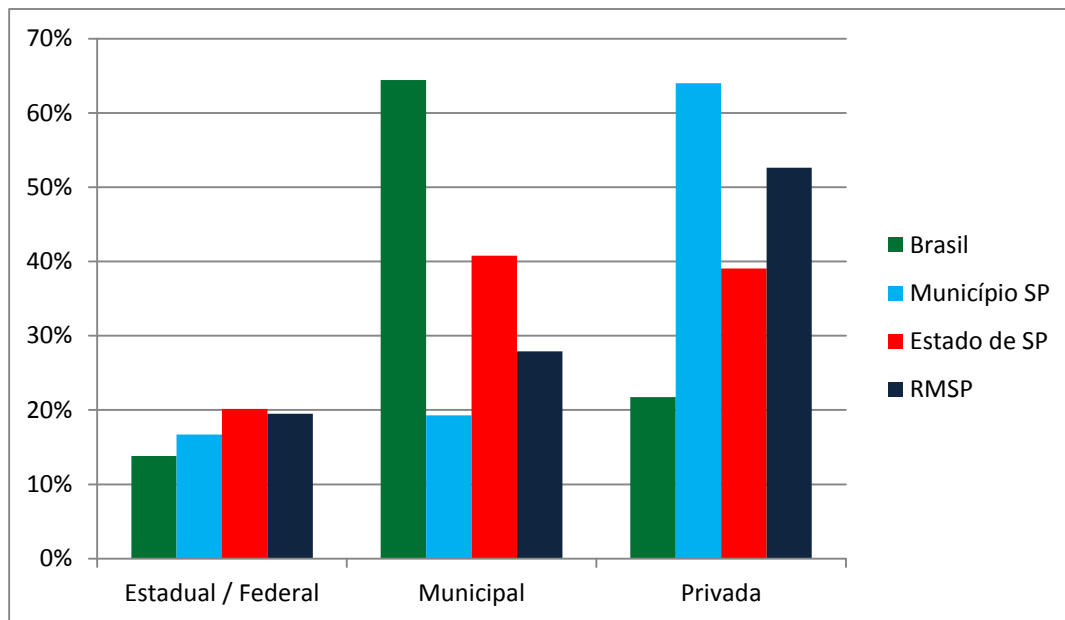
1.2 - Metodologia

Neste artigo, serão apresentados dados sobre a estrutura física das escolas da região metropolitana e do município de São Paulo, bem como do estado de São Paulo e do Brasil, para fins de comparação. A ênfase será nas escolas públicas de ensino regular, ou seja, apenas as escolas que declararam, no censo, ter turmas de, pelo menos, uma das etapas de ensino regular (infantil, fundamental ou médio) tiveram seus dados considerados no artigo. Escolas que não declaram possuir nenhum tipo dessas turmas ou que são escolas exclusivamente voltadas para, por exemplo, educação especial ou educação de jovens e adultos não foram consideradas.

Foram definidas como “escolas públicas”, apenas as escolas que declararam ser administradas pelo governo federal, estadual ou municipal. As escolas privadas que declaram ter convênios com o poder público foram excluídas dessa categoria, pois o objetivo principal do artigo é a apresentação de dados sobre a estrutura física das escolas que estão diretamente sob a administração de algum ente governamental. Para se ter uma noção da dimensão desse grupo de escolas excluídas, do total de escolas privadas que declaram possuir turmas das etapas de ensino consideradas neste artigo, 24,2% responderam ter algum convênio com o poder público, sendo que desse grupo de conveniadas, 64,7% são escolas exclusivamente com turmas do ensino infantil.

É importante frisar que, os dados sobre a rede privada apresentados neste estudo irão conter as escolas privadas com convênios com o setor público. Ou seja, escolas sob o rótulo de “Públicas” são as escolas com turmas das etapas regulares do ensino básico sob administração de uma das três esferas de governo (federal, estadual ou municipal), enquanto escolas sob o rótulo de “Privadas” são escolas com as turmas já citadas, mas sob administração privada, mesmo que façam parte da chamada “rede pública” via algum convênio estabelecido entre a escola e o poder público. O gráfico 1.1 traz a distribuição por ente administrativo das escolas elegíveis segundo os critérios de turma aqui apresentados.

Gráfico 1.1 - Distribuição das escolas elegíveis por dependência administrativa

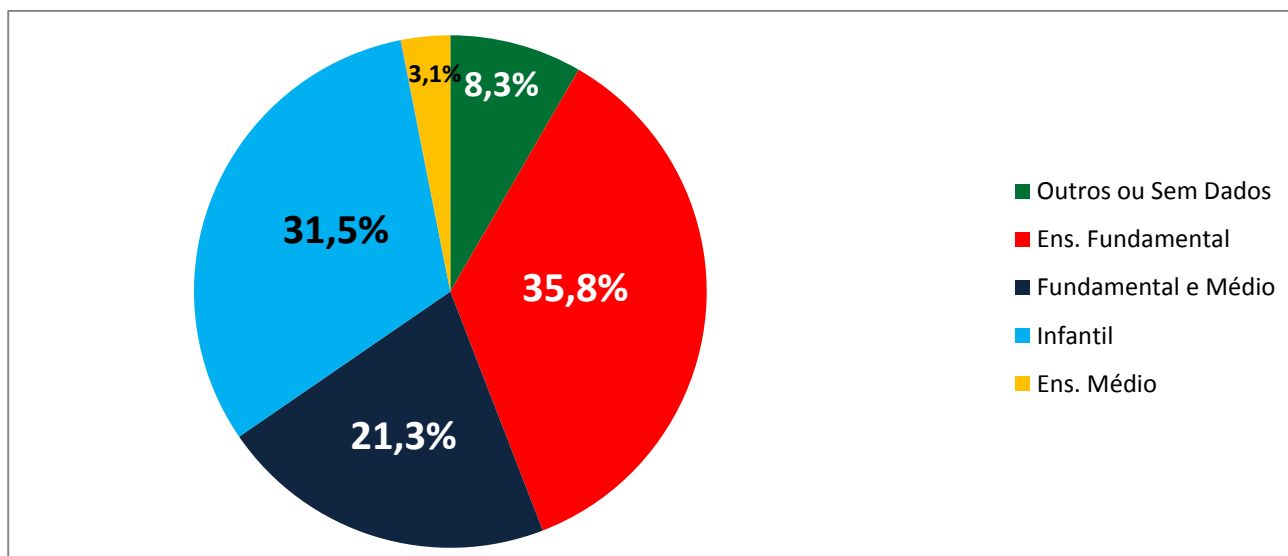


Fonte: Censo Escolar 2013 - INEP

Como pode ser observado pelo gráfico, escolas privadas são maioria na rede paulistana e da região metropolitana. No caso do município de São Paulo, 64% das escolas com turmas de alguma das três etapas regulares de ensino básico são privadas, enquanto na região metropolitana esse número é de 52,6%. Já para o estado de São Paulo e Brasil, a maior parte das escolas está sob administração pública. De acordo com o Censo Escolar 2013, das escolas elegíveis, 60,9% são administradas pelos governos no estado de São Paulo, e 78,3% das escolas são públicas no caso do Brasil.

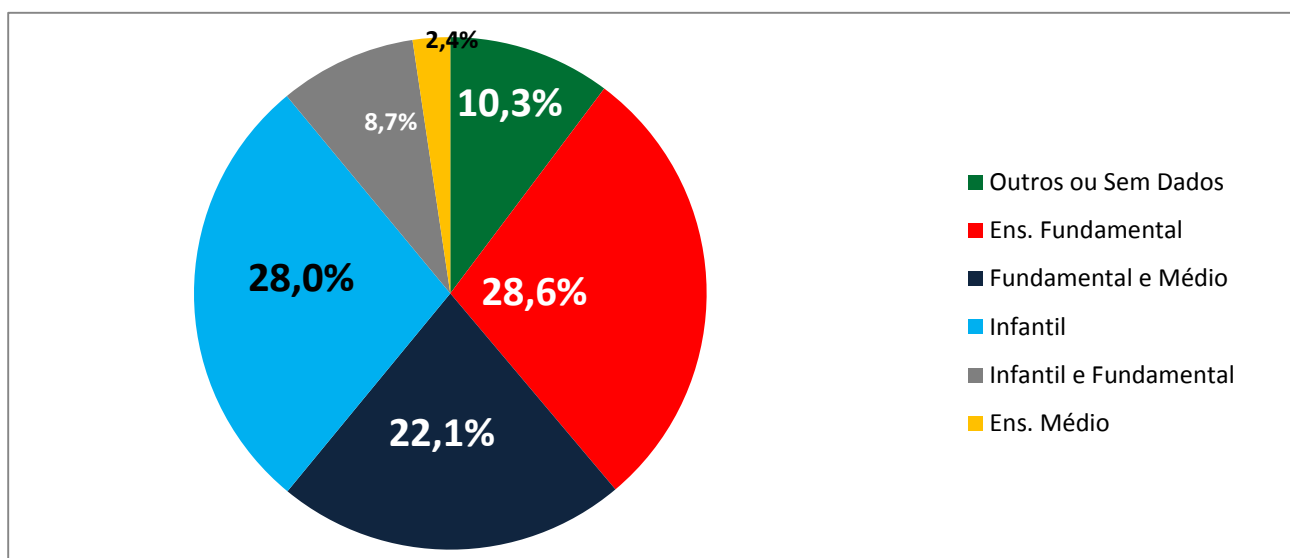
Como já mencionado anteriormente, neste artigo serão consideradas apenas as escolas com turmas de etapas regulares do ensino infantil, fundamental ou médio. No caso da região metropolitana de São Paulo, dentro do universo das escolas públicas, isso equivale a aproximadamente 89,7% das escolas presentes no censo. Para o município de São Paulo, esse número está em torno de 92%. Os gráficos 1.2 e 1.3 trazem, para o município e região metropolitana de São Paulo, a distribuição percentual entre as escolas públicas por tipo de turma que elas declararam atender. No caso do município de São Paulo, a maior parte das escolas públicas são exclusivamente destinadas ao ensino infantil (31,5% delas) ou exclusivamente destinadas ao ensino fundamental (35,8%). O mesmo quadro se repete na região metropolitana, onde 28% são escolas exclusivamente de ensino infantil, enquanto 28,6% são de ensino fundamental.

Gráfico 1.2 - Distribuição por tipo de escola - Escolas Públicas - Município de São Paulo



Fonte: Censo Escolar 2013 - INEP

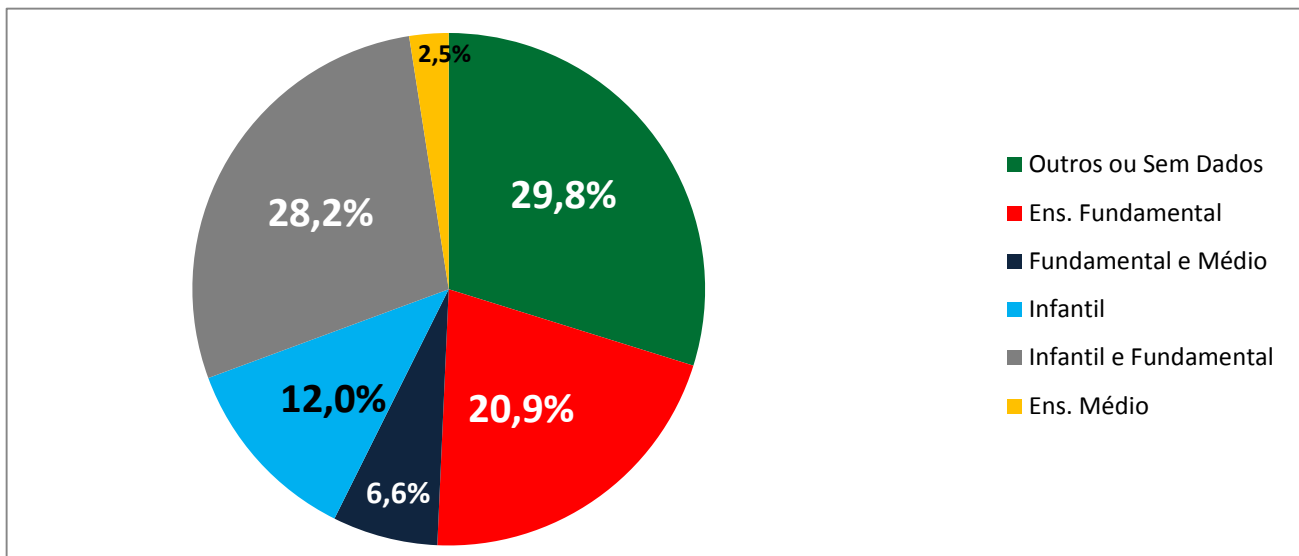
Gráfico 1.3 - Distribuição por tipo de escola - Escolas Públicas - RMSP



Fonte: Censo Escolar 2013 - INEP

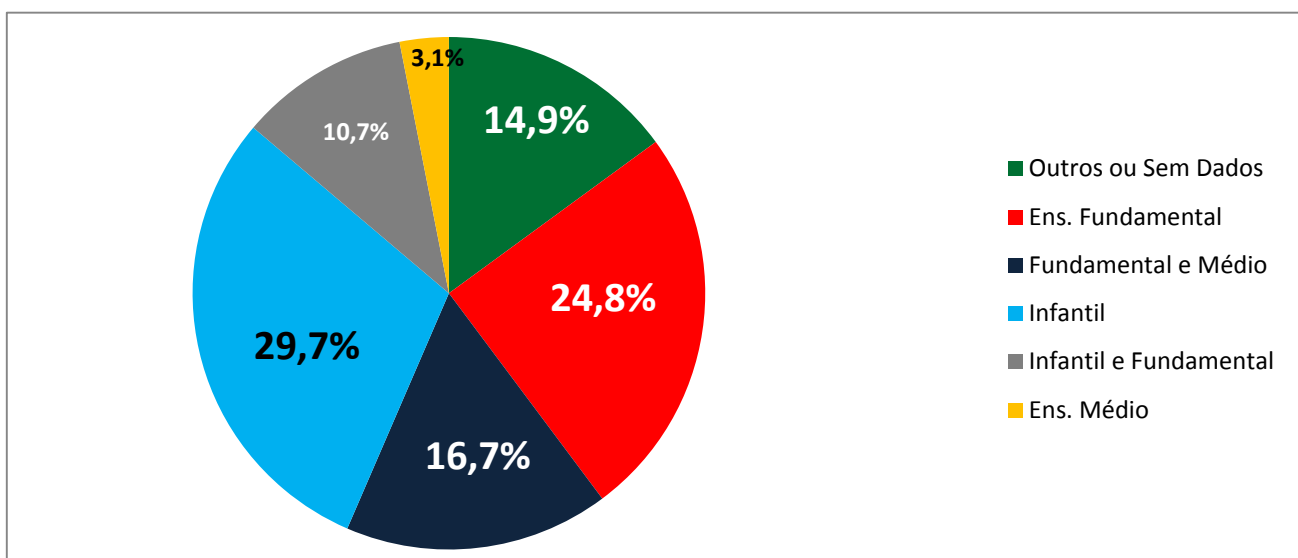
Para o Brasil, a distribuição por tipo de escola pública é bastante diferente do observado na região metropolitana e município de São Paulo. Apenas 12% das escolas públicas são exclusivamente de ensino infantil. O tipo com maior percentual é justamente o “Outros ou Sem Dados”, com 29,8%. Dos tipos que serão considerados neste artigo, o de escola mista infantil e fundamental é o que apresenta o maior percentual (28,2%), seguido de escolas exclusivas de ensino fundamental (20,9%). Já o estado de São Paulo apresenta uma situação parecida com a distribuição encontrada na região metropolitana. Os gráficos 1.4 e 1.5 trazem a distribuição por tipos de escola para Brasil e estado de São Paulo.

Gráfico 1.4 - Distribuição por tipo de escola - Escolas Públicas - Brasil



Fonte: Censo Escolar 2013 - INEP

Gráfico 1.5 - Distribuição por tipo de escola - Escolas Públicas - Estado de São Paulo



Fonte: Censo Escolar 2013 - INEP

Por fim, sobre a distribuição por tipo entre as escolas privadas, no caso do município de São Paulo, a maior parte é de escolas exclusivamente de ensino infantil. Esse tipo de escola corresponde a 40,1% do total de escolas sob administração privada. O número dessas escolas (exclusivamente infantil) sob administração privada é 127% maior que o mesmo tipo de escola sob administração pública. Outra diferença grande, entre o universo de privadas e públicas em relação às turmas atendidas, se dá nas escolas exclusivamente de ensino médio (há mais que o dobro de instituições privadas em relação às públicas nesta categoria no município de

São Paulo): nas escolas mistas de ensino infantil e fundamental e em escolas que oferecem as três etapas de ensino (dentre as privadas, 10,1% das escolas são desse tipo, enquanto apenas uma escola correspondente é encontrada no universo das públicas). As tabelas 1.1 e 1.2 trazem a distribuição das escolas privadas por tipos de turmas atendidas e a diferença percentual no número de escolas privadas em cada tipo com o número de escolas públicas na mesma categoria, para o município e região metropolitana de São Paulo.

Tabela 1.1 - Distribuição por tipo de escola - Escolas Privadas - Município de São Paulo

Tipo de Escola	Composição Privada	Diferença com o universo das públicas*
Outros ou Sem Dados	28,2%	500%
Ens. Fundamental	1,7%	-92%
Fundamental e Médio	2,4%	-80%
Infantil	40,1%	127%
Infantil e Fundamental	13,4%	67900%
3 Etapas	10,1%	-
Infantil e Médio	0,02%	-
Ens. Médio	4,1%	134%
* diferença percentual no número de escolas de mesmo tipo sob administração pública		

Fonte: Censo Escolar 2013 - INEP

Tabela 1.2 - Distribuição por tipo de escola - Escolas Privadas - RMSP

Tipo de Escola	Composição Privada	Diferença com o universo das públicas*
Outros ou Sem Dados	27,2%	197%
Ens. Fundamental	2,1%	-92%
Fundamental e Médio	3,1%	-85%
Infantil	38,4%	52%
Infantil e Fundamental	14,0%	79%
3 Etapas	10,5%	18850%
Infantil e Médio	0,01%	
Ens. Médio	4,7%	123%
* diferença percentual no número de escolas de mesmo tipo sob administração pública		

Fonte: Censo Escolar 2013 - INEP

No caso da distribuição por tipo das escolas privadas no Brasil e no estado de São Paulo, assim como ocorre na região metropolitana, chama a atenção o grande número de escolas que oferecem as três etapas de ensino, comparadas ao universo das escolas públicas (diferença de 1435% no Brasil e 17700% no estado de São Paulo). Considerando que o número de escolas públicas no Brasil é bem maior que o de escolas privadas,

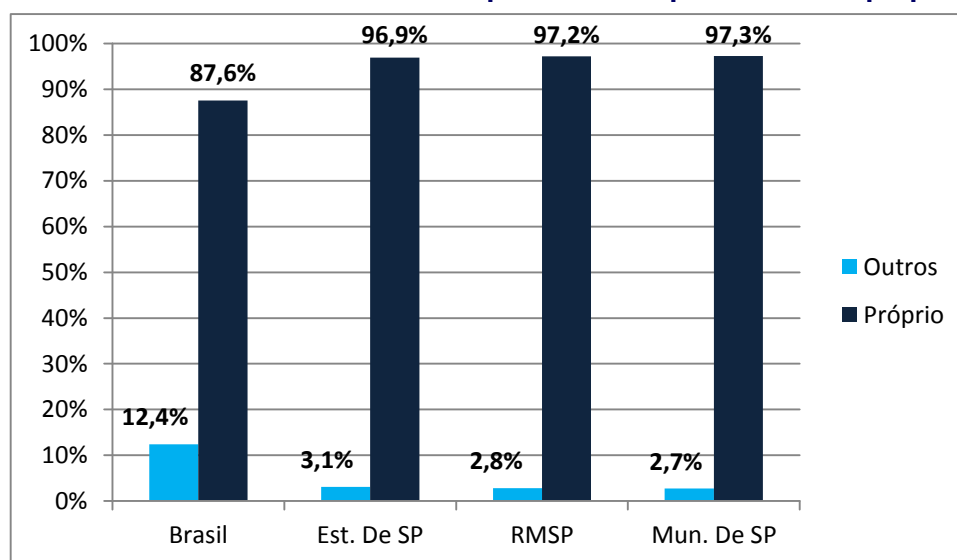
esse (e o “exótico” misto ensino infantil com ensino médio) é o único tipo de escola, dentre as divisões trabalhadas neste artigo, onde o número de instituições privadas supera o de públicas.

Com esse panorama geral sobre o universo das escolas e os critérios de seleção adotados, podemos avançar para a apresentação dos dados de estrutura física.

1.3 - Prédio Escolar

O Censo pergunta às escolas o tipo de local que as mesmas ocupam. Dentre as opções, além de um prédio/estabelecimento especificamente designado para a escola (chamado de prédio escolar), há opções como templo/igreja, salas de empresa, casa de professor, galpão, rancho, paiol, barracão, unidade prisional e outros. Dentro da opção de prédio escolar, há ainda a subdivisão próprio, alugado ou cedido. Para fins de exposição dividiu-se os grupos entre “Prédio escolar próprio” e “Outros”, o que inclui, além dos diferentes tipos de locais, o prédio escolar alugado e o cedido. O gráfico 1.6 traz a porcentagem de escolas elegíveis públicas (escolas com turmas de etapas regulares do ensino básico) com prédio escolar próprio para município, estado e região metropolitana de São Paulo e Brasil.

Gráfico 1.6 - Percentual de escolas públicas com prédio escolar próprio



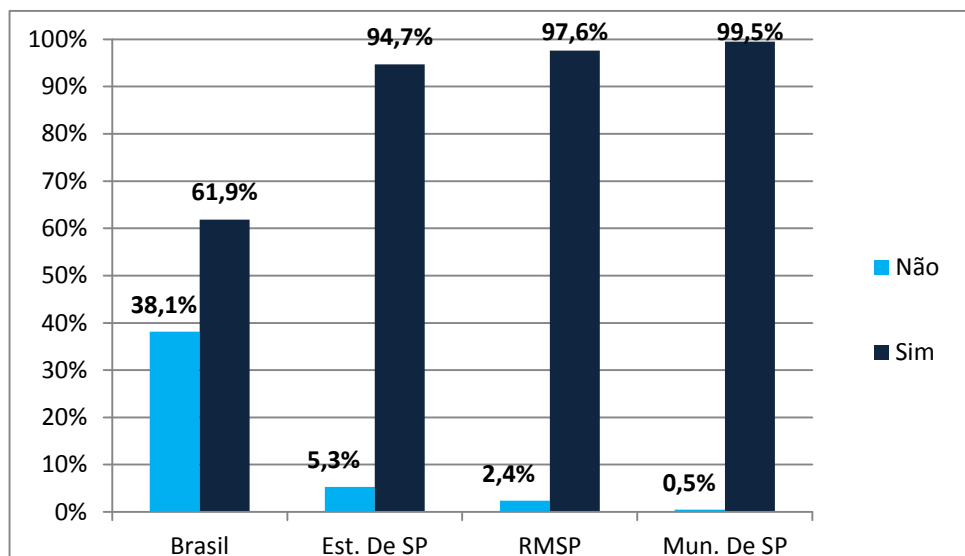
Fonte: Censo Escolar 2013 - INEP

Como pode ser observado pelo gráfico 1.6, a maioria das escolas públicas ocupam prédios escolares próprios, sendo que o percentual brasileiro (87,6%) é um pouco mais baixo que o registrado em São Paulo (96,9% para o estado, 97,2% para região metropolitana e 97,3% para o município).

1.4 - Acesso à rede pública de água

O gráfico 1.7 traz a porcentagem de escolas públicas elegíveis com acesso à rede pública de água.

Gráfico 1.7 - Percentual de escolas públicas com acesso à rede pública de água



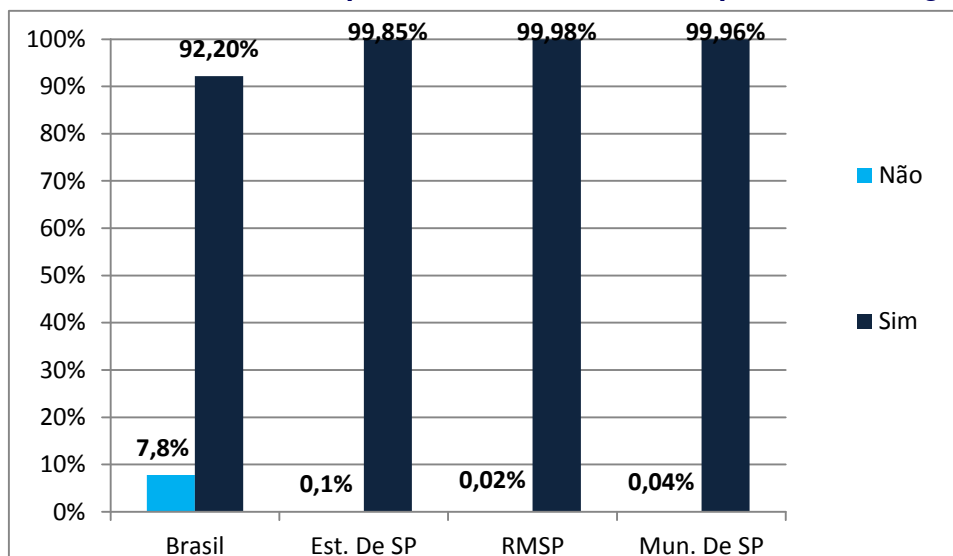
Fonte: Censo Escolar 2013 - INEP

Assim como no quesito anterior, a quase totalidade das escolas públicas paulistas possuem o item analisado (acesso à rede pública de água). No caso brasileiro, 38,1% das escolas afirmaram não ter o referido acesso. Isso não significa que essas escolas não tenham acesso à alguma fonte de água. O censo lista como fontes alternativas, poços artesianos, cacimba e rios/riachos/lagos.

1.5 - Acesso à rede pública de energia

O gráfico 1.8 traz a porcentagem de escolas públicas elegíveis com acesso à rede pública de energia elétrica

Gráfico 1.8 - Percentual de escolas públicas com acesso à rede pública de energia elétrica



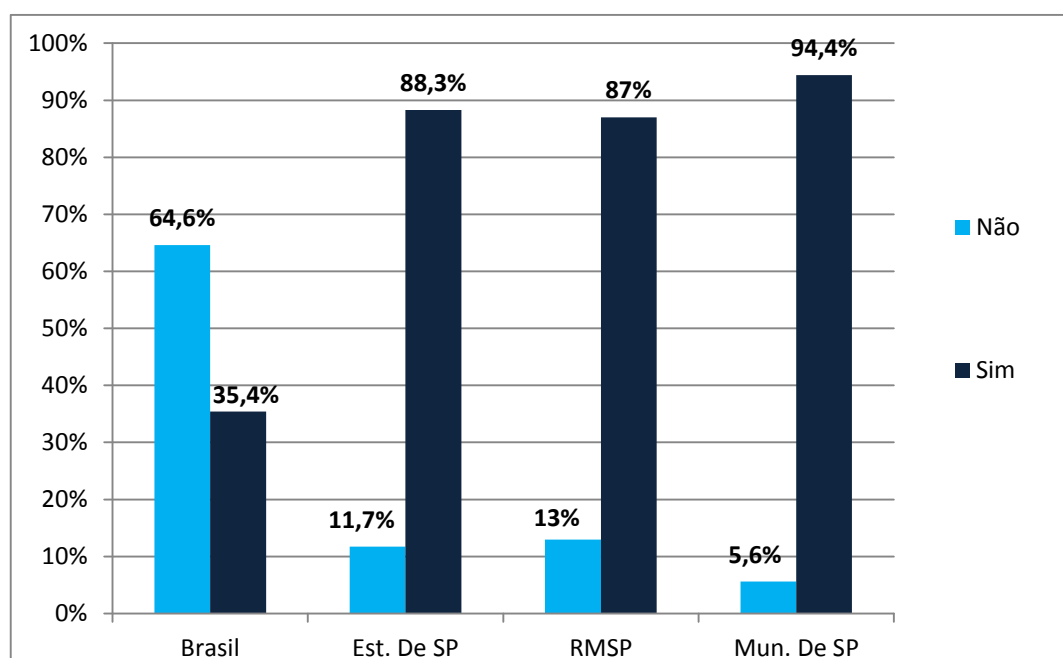
Fonte: Censo Escolar 2013 - INEP

Praticamente todas as escolas elegíveis da região metropolitana e município de São Paulo possuem acesso à rede pública de energia elétrica (apenas 1 escola declarou fazer uso de gerador). Já no âmbito nacional, 7,8% não possuem tal acesso, o que não implica não ter acesso à energia elétrica (as escolas podem fazer uso de gerador).

1.6 - Acesso à rede pública de esgoto

O gráfico 1.9 traz a porcentagem de escolas públicas elegíveis com acesso à rede pública de esgoto.

Gráfico 1.9 - Percentual de escolas públicas com acesso à rede pública de esgoto



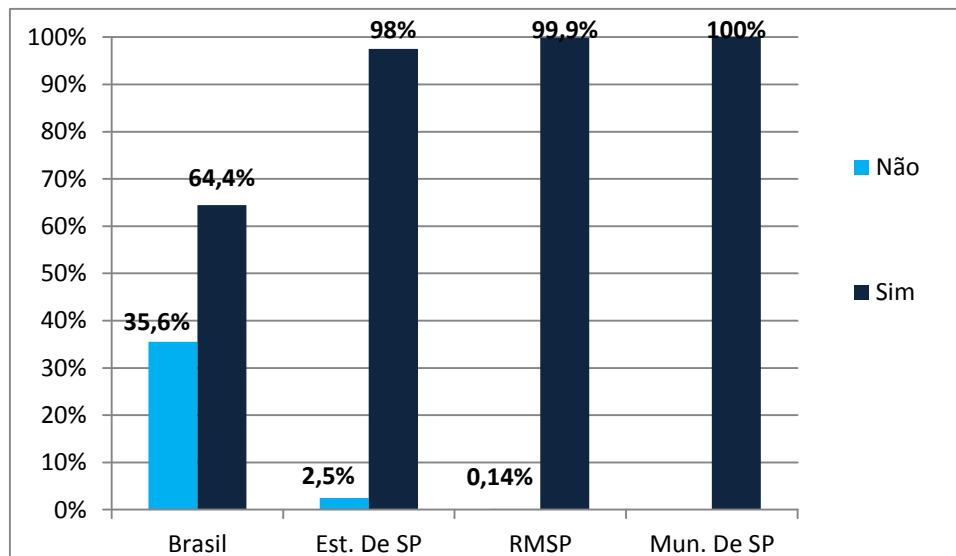
Fonte: Censo Escolar 2013 - INEP

Ao contrário das estruturas anteriores, no quesito acesso à rede pública de esgotos as porcentagens são menos elevadas no caso de São Paulo e substancialmente mais baixas em âmbito nacional. No município de São Paulo, 94,4% das escolas públicas elegíveis declaram ter o referido acesso, contra 87% para a região metropolitana e 88,3% para o estado. Considerando todo o Brasil, apenas 35,4% declaram ter acesso à rede de esgoto. Olhando para as escolas privadas elegíveis, em âmbito nacional, 83,66% possuem acesso à rede de esgoto. No caso de São Paulo (estado), 98,4% das escolas privadas têm o referido acesso, contra 98,5% na região metropolitana e 99,7% no município de São Paulo.

1.7 - Coleta periódica de lixo e reciclagem

O gráfico 1.10 traz a porcentagem de escolas públicas elegíveis servidas por coleta periódica de lixo.

Gráfico 1.10 - Percentual de escolas públicas com coleta periódica de lixo

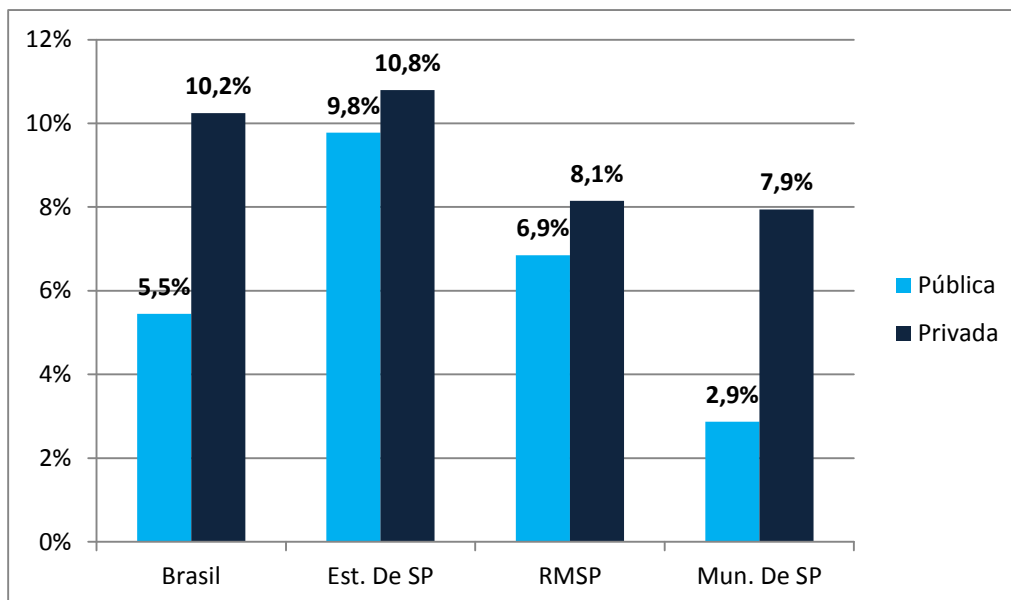


Fonte: Censo Escolar 2013 - INEP

Em relação a coleta periódica de lixo, todas as escolas públicas elegíveis do município de São Paulo, são atendidas. Já na região metropolitana 99,9% das escolas declararam possuir tal serviço. No âmbito nacional, a porcentagem é mais baixa: 64,4% das escolas públicas. O censo lista como meios alternativos de destinação do lixo a queima, “jogar em outra área”, enterrar e outros, além da reciclagem.

Considerando essa última, o gráfico 1.11 traz a porcentagem de escolas elegíveis públicas e privadas que declararam destinar parte do seu lixo para reciclagem.

Gráfico 1.11 - Percentual de escolas que destinam lixo para reciclagem



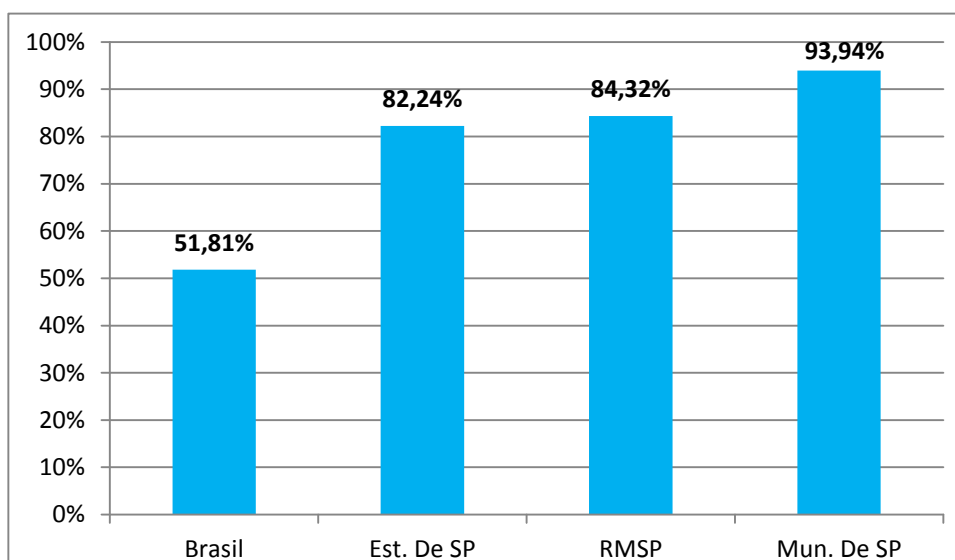
Fonte: Censo Escolar 2013 - INEP

Em todas as regiões, uma porcentagem maior de escolas públicas em relação às escolas privadas declararam destinar parte do seu lixo para reciclagem. Uma possível razão para isso pode ser o custo de se fazer essa destinação. E, ao contrário dos demais itens vistos até aqui, as escolas do município de São Paulo apresentam a porcentagem mais baixa dentre as regiões destacadas. Por sua vez, o estado de São Paulo é a região onde mais escolas, tanto privadas quanto públicas, destinam lixo para reciclagem (9,8% e 10,8% respectivamente).

1.8 - Laboratório de informática e de ciências

Diferentemente dos itens anteriores, que podem ser considerados essenciais para todo tipo de escola, ou cuja presença/ausência independe do tipo de turma que usa a escola, um laboratório de informática ou de ciência pode ser bastante essencial para escolas do ensino fundamental e médio, mas nem tanto para escolas de ensino infantil, dada a idade dos alunos matriculados. Tendo isso em mente, o gráfico 1.12 traz a porcentagem de escolas públicas que tinham turmas de ensino fundamental e médio e declararam possuir laboratório de informática (ou seja, são excluídas escolas exclusivamente de ensino infantil).

Gráfico 1.12 - Percentual de escolas públicas com turmas de ensino fundamental e médio com laboratório de informática



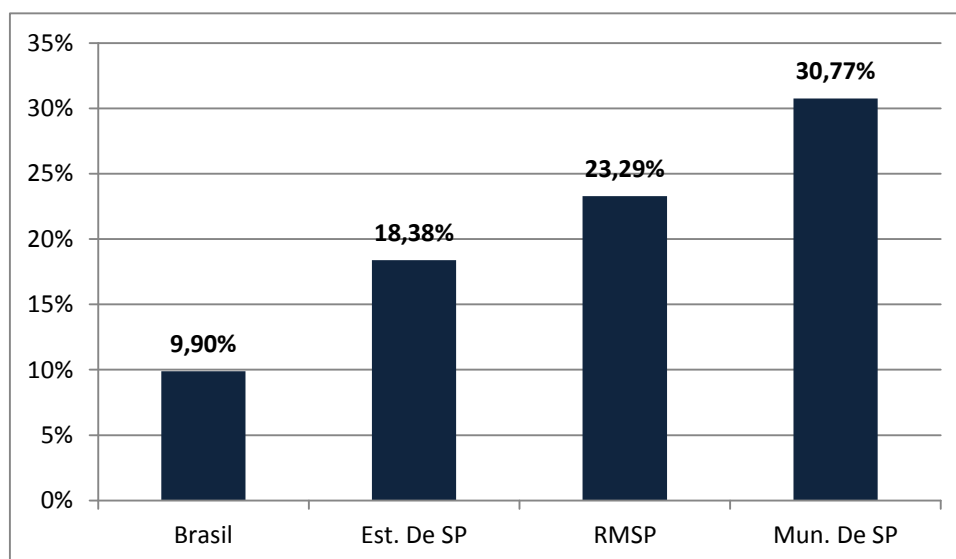
Fonte: Censo Escolar 2013 - INEP

Como pode ser observado, nas quatro regiões destacadas, mais de 50% das escolas públicas com turmas de ensino fundamental e médio possuem laboratório de informática. Nas regiões paulistas, as porcentagens são mais altas que no Brasil (83,24% no estado, 84,32% na região metropolitana e 93,94% no município contra 51,81% no âmbito nacional).

Um detalhe interessante neste quesito é que a porcentagem das escolas privadas do mesmo tipo (turmas de ensino fundamental e médio) que declaram ter laboratório de informática é sempre menor que as correspondentes públicas nas regiões paulistas. No estado, apenas 69,84% das privadas declararam ter laboratório de informática (contra 82,24% das públicas), na região metropolitana e município de São Paulo a diferença é maior ainda (68,21% das privadas contra 84,32% das públicas na RMSP e 67,54% das privadas contra 93,94% das públicas no município). Já no cenário nacional, uma porcentagem maior de privadas declarou ter laboratório de informática (58,82% contra 51,81% de públicas).

O gráfico 1.13 traz o percentual de escolas públicas com turmas de ensino fundamental e médio que declararam ter laboratório de ciências. Novamente, a exclusão de um determinado tipo de escola (no caso, escolas exclusivamente de ensino infantil) é devido a essa estrutura, normalmente, não ser “destinada” ao (ou usada pelo) público dessas escolas excluídas.

Gráfico 1.13 - Percentual de escolas públicas com turmas de ensino fundamental e médio com laboratório de ciências



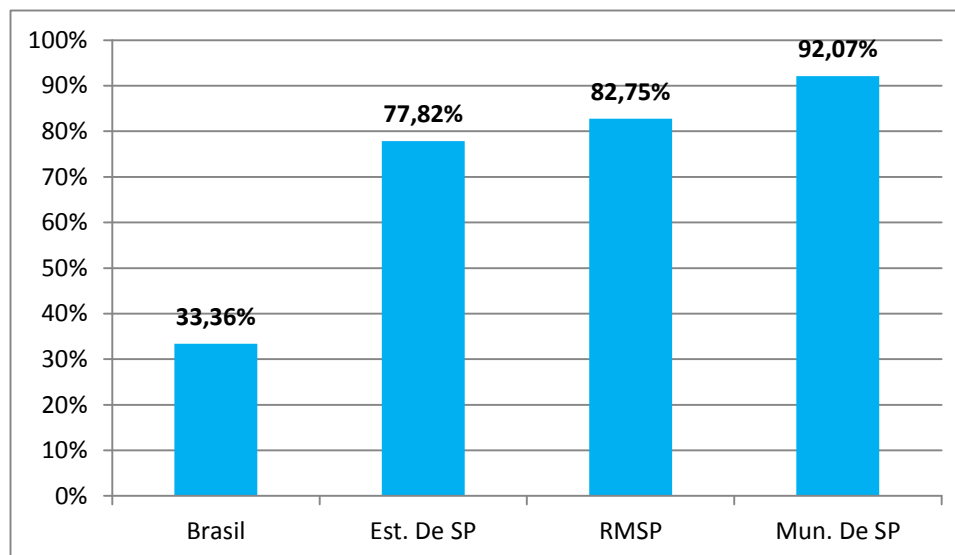
Fonte: Censo Escolar 2013 - INEP

Como pode ser observado, poucas escolas no âmbito nacional possuem um laboratório de ciências (apenas 9,9%). Mesmo no estado de São Paulo, o número continua baixo (18,38%) chegando a 23,29% na região metropolitana e a 30,77% no município de São Paulo. Esses números são maiores entre as escolas privadas de mesmo tipo; para o Brasil, 31,48% das escolas privadas com turmas de ensino fundamental e médio declararam ter laboratório de ciência. No estado de São Paulo esse número é de 47,7%, enquanto na região metropolitana e município de São Paulo é de 45,96% e 46,42% respectivamente.

1.8 - Quadra de esportes

O gráfico 1.14 traz o percentual de escolas públicas com turmas de ensino fundamental e médio que declararam possuir quadra de esporte em suas instalações.

Gráfico 1.14 - Percentual de escolas públicas com turmas de ensino fundamental e médio com quadras de esporte



Fonte: Censo Escolar 2013 - INEP

Como o gráfico indica, nas regiões paulistas, o percentual de escolas públicas com quadras de esporte é substancialmente mais alto quando comparado ao Brasil. Enquanto em âmbito nacional temos 33,36% de escolas públicas com quadra, no estado de São Paulo, que apresenta a menor percentagem entre as regiões paulistas, temos 77,82%.

1.9 - Biblioteca e sala de leitura

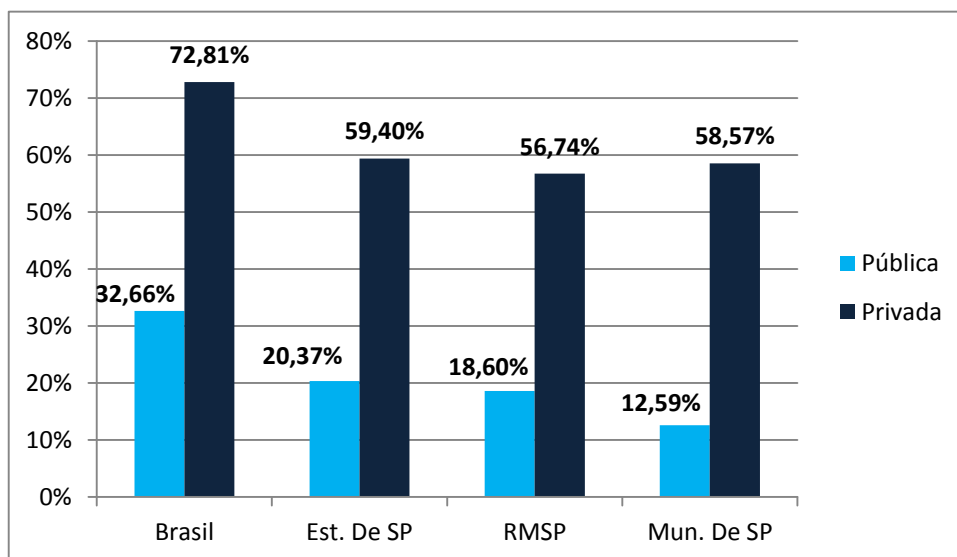
O gráfico 1.15 traz a porcentagem de escolas com turmas de ensino fundamental e médio que declararam possuir biblioteca.

O percentual de escolas privadas que possuem biblioteca é bem mais elevado que o de escolas públicas (no caso das escolas privadas, a porcentagem é sempre superior a 50% nas regiões analisadas). Um detalhe interessante é que a porcentagem nas regiões paulistas é substancialmente menor que a verificada no Brasil, mesmo no setor privado. Pode-se sugerir como possíveis explicações para isso o custo do terreno ou mesmo um acesso maior a livros fora da escola (seja em bibliotecas públicas, como também devido a renda mais alta dessas regiões).

Nesse item, assim como em alguns itens anteriores foram excluídas as escolas exclusiva-

mente de ensino infantil. A inclusão delas diminuiria as porcentagens de estabelecimentos com biblioteca, afinal, pode-se discutir a necessidade de bibliotecas nesse tipo de escola (no caso das públicas teríamos, seguindo a ordem do gráfico da esquerda para a direita, os respectivos números: 28,76%, 16,09%, 15,38% e 9,64% e no caso das privadas, teríamos 59,72%, 39,49%, 36,13% e 36,63%), mas não alteraria a ordem relativa das regiões e nem o fato do universo de escolas privadas apresentar percentuais maiores que o das públicas.

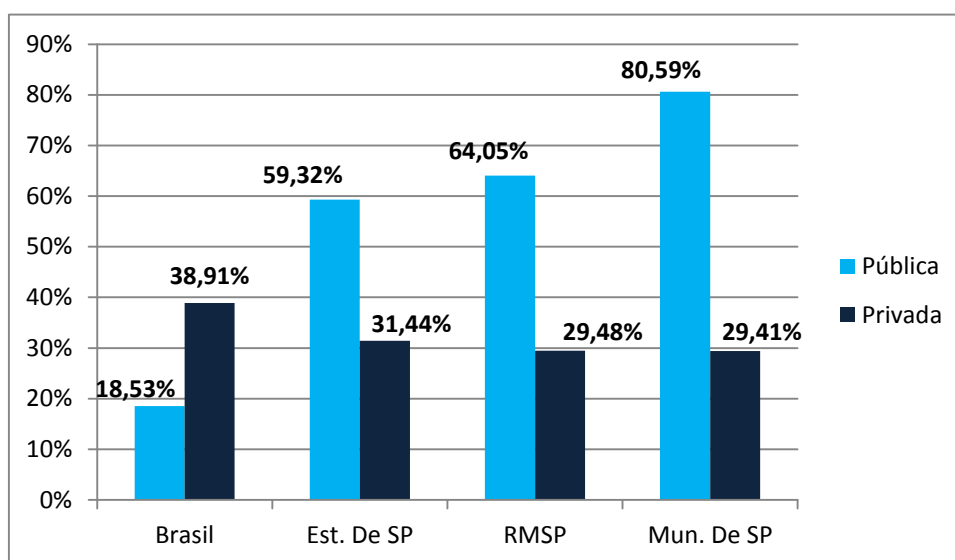
Gráfico 1.15 - Percentual de escolas com turmas de ensino fundamental e médio com biblioteca



Fonte: Censo Escolar 2013 - INEP

Em relação às salas de leitura, o gráfico 1.16 traz a porcentagem de escolas com turmas de ensino fundamental e médio que declararam possuir salas de leitura.

Gráfico 1.16 - Percentual de escolas com turmas de ensino fundamental e médio com sala de leitura



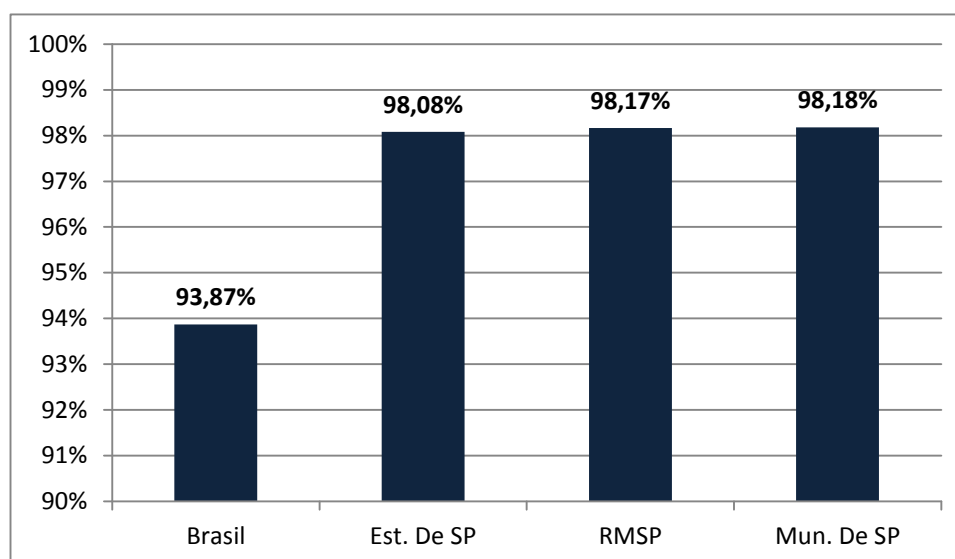
Fonte: Censo Escolar 2013 - INEP

Ao contrário do que ocorre com as bibliotecas, as escolas públicas, nas regiões paulistas, adotam com mais frequência a instalação de salas de leitura (os percentuais para essas regiões são sempre maiores entre as escolas públicas comparadas às privadas). Já no caso do Brasil ocorre o inverso - 38,91% das escolas particulares declararam ter sala de leitura, contra 18,53% das públicas.

1.10 - Cozinha e alimentação para os alunos

O gráfico 1.17 traz o percentual de escolas públicas com turmas de ensino infantil e fundamental que declararam possuir cozinha em suas instalações.

Gráfico 1.17 - Percentual de escolas públicas com turmas de ensino infantil e fundamental com cozinha



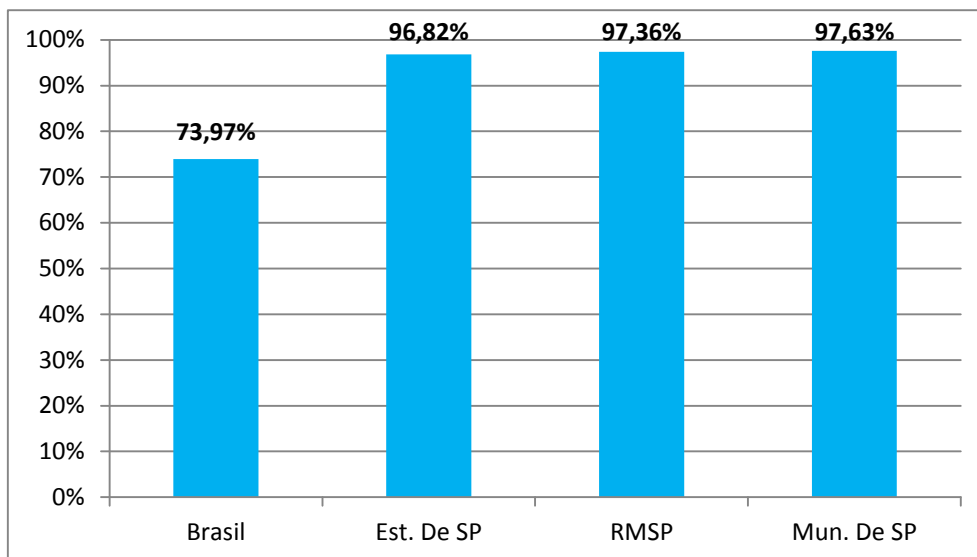
Fonte: Censo Escolar 2013 - INEP

Em todas as regiões, a maior parte das escolas públicas (mais de 90%) afirmaram possuir esse tipo de instalação. Um detalhe interessante é que todas as escolas públicas com turmas de ensino infantil e fundamental, de todas as quatro regiões destacadas, disseram oferecer alimentação para os alunos, mesmo aqueles que responderam não ter cozinha.

1.11 - Equipamentos de vídeo, som e acesso à internet

O gráfico 1.18 traz o percentual de escolas públicas elegíveis que declararam possuir pelo menos uma TV.

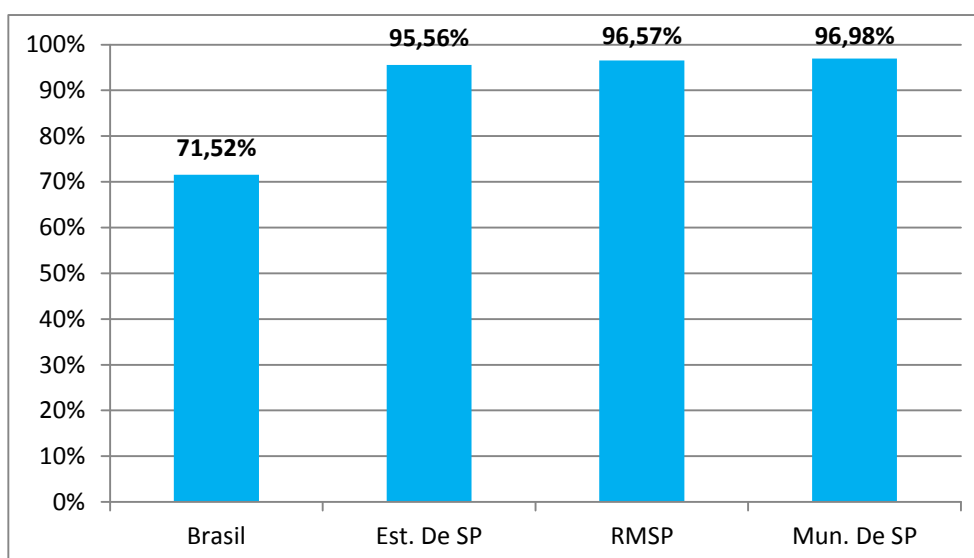
Gráfico 1.18 - Percentual de escolas públicas com pelo menos uma TV



Fonte: Censo Escolar 2013 - INEP

Como o gráfico mostra, a maioria das escolas públicas possui esse equipamento. Nas regiões paulistas, o percentual de escolas com esse item ultrapassa os 95%, enquanto no Brasil o número está na casa dos 74%. O mesmo acontece quando se verifica a presença de aparelhos de videocassete ou DVD. Nas regiões paulistas, a porcentagem de escolas públicas com esses aparelhos é sempre superior a 95%, enquanto em âmbito nacional fica na faixa dos 71,5%. O gráfico 1.19 traz esses números.

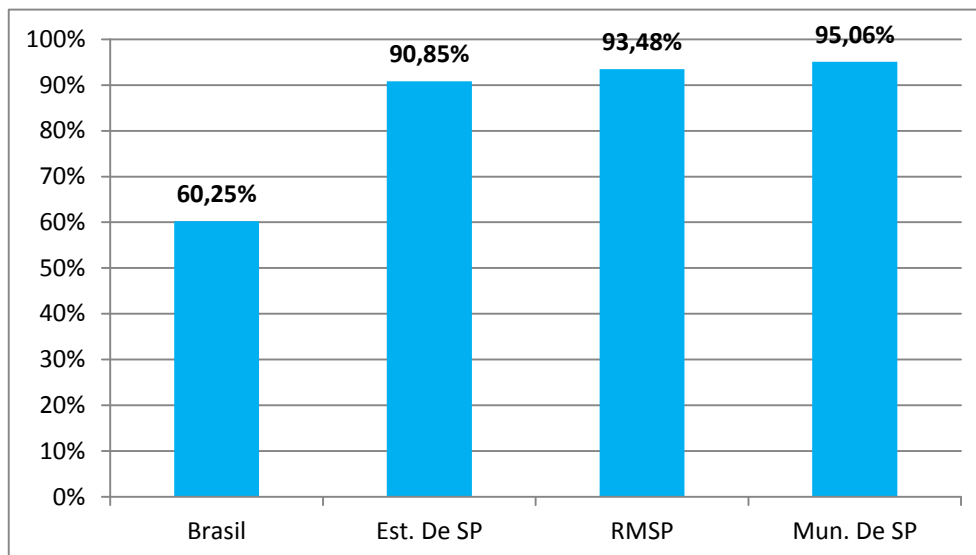
Gráfico 1.19 - Percentual de escolas públicas com pelo menos um videocassete ou aparelho de DVD



Fonte: Censo Escolar 2013 - INEP

O Censo também investiga se as escolas possuem ou não equipamentos de som. O gráfico 1.20 traz a porcentagem de escolas públicas elegíveis que responderam possuir pelo menos um equipamento de som.

Gráfico 1.20 - Percentual de escolas públicas com pelo menos um equipamento de som

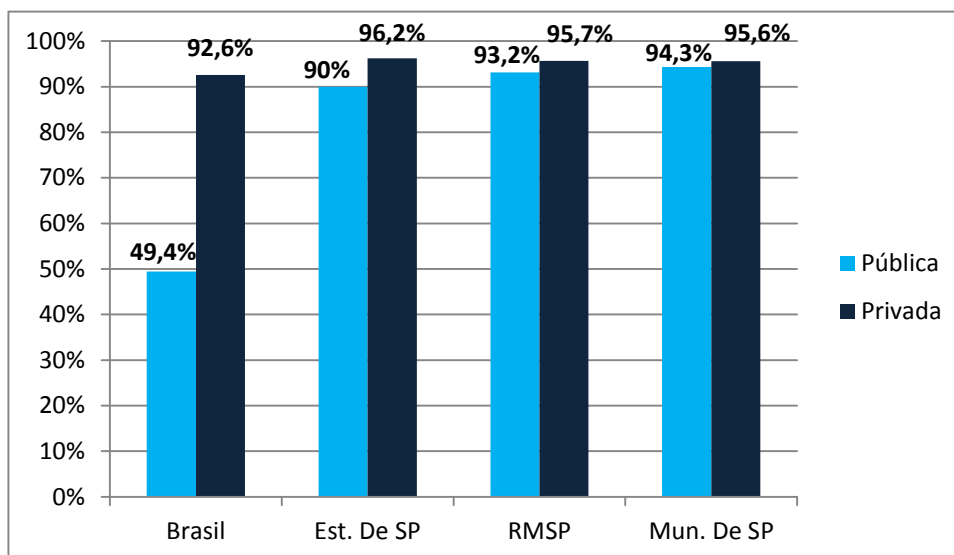


Fonte: Censo Escolar 2013 - INEP

Como pode ser observado, a maioria das escolas públicas respondeu possuir o referido equipamento. Nas regiões paulistas, o percentual de escolas com esse item ultrapassa os 90%, enquanto no Brasil o percentual é de aproximadamente 60%.

Continuando, o gráfico 1.21 traz a porcentagem de escolas públicas e privadas com turmas de ensino fundamental e médio com acesso à internet.

Gráfico 1.21 - Percentual de escolas com turmas de ensino fundamental e médio com acesso à internet

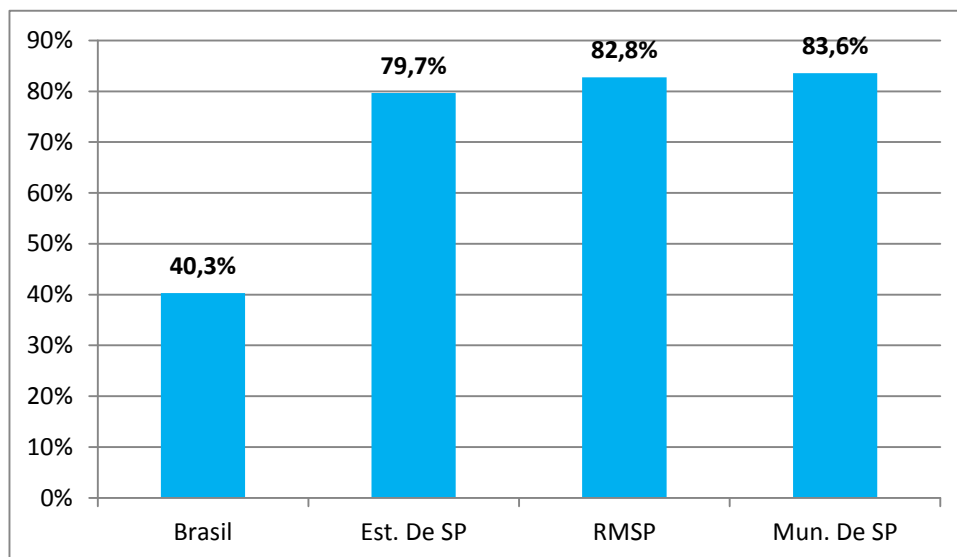


Fonte: Censo Escolar 2013 - INEP

Como pode ser visto pelo gráfico, a disparidade entre as escolas públicas e privadas, em âmbito nacional, é grande. Apenas 49,4% das escolas públicas com as turmas citadas responderam ter acesso à internet, enquanto mais de 90% das privadas tem o serviço. No caso de São Paulo, a disparidade é bem menor e nos dois setores, mais de 90% das escolas respon-

deram ter acesso à rede de computadores. Complementando o gráfico 1.21, o gráfico seguinte (1.22) traz a porcentagem de escolas com acesso à internet via banda larga. Nesse quesito, assim como no anterior, uma porcentagem bem maior de escolas públicas paulistas possuem o serviço (quase 80% no estado, 82,8% na região metropolitana e 83,6% no município) em comparação às escolas públicas pelo Brasil (apenas 40,3% responderam ter banda larga).

Gráfico 1.22 - Percentual de escolas com turmas de ensino fundamental e médio com banda larga

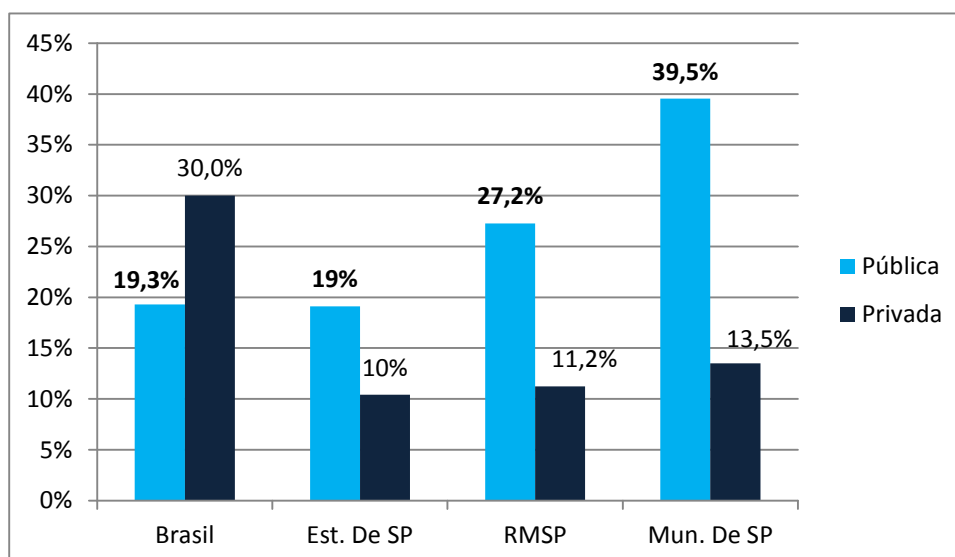


Fonte: Censo Escolar 2013 - INEP

1.12 - Dependências adaptadas a portadores de necessidades especiais e abertura no fim de semana

O gráfico 1.23 traz a porcentagem de escolas elegíveis (públicas e privadas), que declararam ter dependências e vias adequadas a alunos portadores de necessidades especiais (PNE).

Gráfico 1.23 - Percentual de escolas com dependências e vias adequadas a alunos PNE

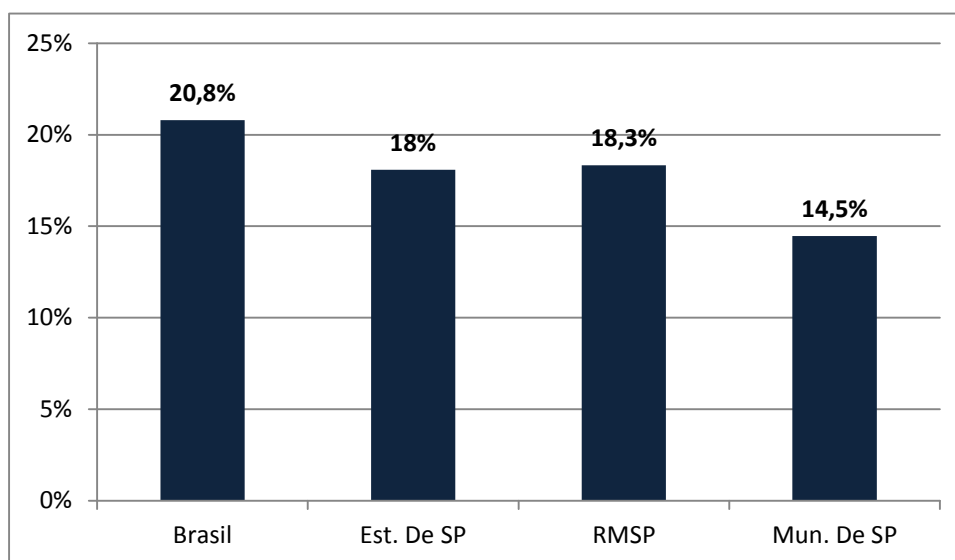


Fonte: Censo Escolar 2013 - INEP

Como indicado pelo gráfico, enquanto no Brasil o setor privado apresenta um percentual de adaptadas maior que o setor público (30% privadas contra 19,3% públicas), em São Paulo não só esse padrão é invertido (as públicas têm um percentual de adaptadas maior que as privadas), como em geral as privadas têm um percentual de adaptadas menor que em âmbito nacional (nas regiões paulistas, a porcentagem de privadas adaptadas fica em torno de 11%, e para o Brasil é de 30%). Cabe destacar que quase 40% das escolas públicas elegíveis do município de São Paulo responderam ter dependências e vias adequadas a alunos PNE.

Por fim, o gráfico 1.24 traz o percentual de escolas públicas que responderam abrir em finais de semana. Em regiões carentes de opções públicas de lazer para crianças e jovens, essa característica, principalmente quando há quadras de esportes na escola, vem sendo apontada como uma alternativa para os mesmos, além de uma maneira do poder público aumentar tais opções de lazer sem grandes despesas adicionais.

Gráfico 1.24 - Percentual de escolas públicas que abrem no final de semana



Fonte: Censo Escolar 2013 - INEP

Nesse último item, a porcentagem nacional é maior do que as verificadas em São Paulo - 20,8% contra 18% para o estado, 18,3% para região metropolitana e 14,5% para o município.

22. IDEB 2013 - Redes Municipais de Ensino Fundamental - RMSP*

Introdução

Este artigo tem por objetivo mostrar os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB obtidos pelas redes de ensino públicas municipais da região metropolitana de São Paulo, incluindo o último número divulgado (referente a 2013), bem como compará-los com as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação - MEC para tal índice. Dado que o enfoque será nas redes municipais, e considerando o escopo do IDEB (ensino fundamental e médio), os dados apresentados tratarão do ensino fundamental, que corresponde à etapa de ensino com maior presença nas escolas municipais.

Metodologia

O IDEB foi criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), visando medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino.

Por trás da concepção do IDEB está a ideia de que um sistema educacional que reprova sistematicamente seus estudantes, gerando taxas de abandono muito altas, não é desejável, mesmo que os que permaneceram atinjam pontuações elevadas em exames padronizados. Por outro lado, também não é desejado um sistema em que a taxa de aprovação seja máxima, mas os alunos acabem aprendendo muito pouco. O ideal, de acordo com os formuladores do IDEB, seria um sistema em que as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem precocemente os estudos e, ao final, aprendessem.

Para captar essas duas dimensões desejadas de um sistema de ensino, o IDEB é calculado utilizando um indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos de determinada unidade, e na média de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, obtida em exames realizados ao final da etapa de ensino.

* Publicado no Indicador Metropolitano nº 41 - outubro/2014.

A fórmula a seguir sintetiza o IDEB:

$$IDEB_{ji} = N_{ji} P_{ji} ; \quad 0 \leq N_j \leq 10; 0 \leq P_j \leq 1 \text{ e } 0 \leq IDEB_j \leq 10$$

Onde:

i = ano do exame (Prova Brasil) e Censo Escolar;

= média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos da unidade j , obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino;

= indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade j .

O exame que serve de parâmetro para o IDEB (ensino fundamental) é a Prova Brasil, que faz parte do Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), realizada bianualmente, envolvendo os alunos da 4^asérie/5^o ano e 8^aSérie/9^oano do Ensino Fundamental. Participam da prova as escolas que possuem, no mínimo, 20 alunos nas séries avaliadas. Os estudantes respondem a questões de língua portuguesa e matemática, além de um questionário socioeconômico, que também é aplicado, com diferentes questões, a professores e diretores.

O indicador de rendimento escolar é dado pelo inverso do tempo médio de conclusão de uma série. Por exemplo, se os alunos de determinada escola levam, em média, 2 anos para completar uma série do ensino fundamental, o indicador de rendimento será 0,5.

Junto do IDEB, quando da sua criação, também foram estabelecidas metas que escolas, municípios e estados deveriam atingir na avaliação com base em uma meta nacional determinada. Foi definida a meta nacional de 6,0 para o IDEB nos anos iniciais do Ensino Fundamental e 5,5 para os anos finais, a ser atingida até 2021, período estipulado tendo como base o bicentenário da independência em 2022. Esse número é o resultado de uma compatibilização entre a distribuição das notas no PISA (*Programme for International*

Student Assessment) e o Saeb, refletindo, na escala do Saeb, a média obtida pelos estudantes de países desenvolvidos (membros da OCDE) no PISA¹.

A metodologia adotada para definir as metas “individuais” (de escolas, municípios e estados) e intermediárias (a cada 2 anos a partir de 2005 e até 2021) parte do valor do IDEB obtido no primeiro ano de sua aplicação (em 2005), o qual deverá convergir para o IDEB máximo² de forma que a desigualdade entre as escolas diminua ao longo do tempo e, no limite, se torne “nula”. Portanto, no início, as metas tendem a ser mais “ousadas” para estabelecimentos/localidades em pior situação e menos exigentes para estabelecimentos/localidades em melhor situação,

Dados³

O INEP separa o IDEB divulgado do ensino fundamental em duas categorias; anos iniciais, correspondente a 4^asérie/5^oano e anos finais (8^asérie/9^oano). Dos 39 municípios da região metropolitana de São Paulo, 37 tiveram IDEBs divulgados para ensino fundamental - anos iniciais (rede pública municipal). Apenas os municípios de Rio Grande da Serra e São Paulo não tiveram seus números divulgados até o fechamento deste artigo⁴. Dos municípios com dados, somente 16, ou 43,2%, cumpriram suas metas (na rede municipal) para 2013, embora 27 municípios tenham apresentado melhora nos seus resultados se comparado ao penúltimo IDEB (em 2011).

A tabela 1.1 traz os dados do IDEB 2013 dos anos iniciais do ensino fundamental para cada município da região metropolitana de São Paulo, bem como a meta desse município para 2013. Os municípios sem resultado e/ou meta, independente do motivo (se não há rede municipal ou o dado não foi divulgado), aparecem com N/D no espaço correspondente. Em seguida um mapa da RMSP ilustra os municípios que cumpriram (em verde) ou não (em vermelho) suas metas.

(1) Uma explicação mais detalhada é exposta em: “Nota metodológica sobre a compatibilização de desempenhos do PISA com a escala do SAEB” (INEP/MEC)

(2) Maiores detalhes sobre a determinação das metas intermediárias e suas trajetórias podem ser encontrados em “ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB): METAS INTERMEDIÁRIAS PARA A SUA TRAJETÓRIA NO BRASIL, ESTADOS, MUNICÍPIOS E ESCOLAS” – Reynaldo Fernandes (INEP/MEC)

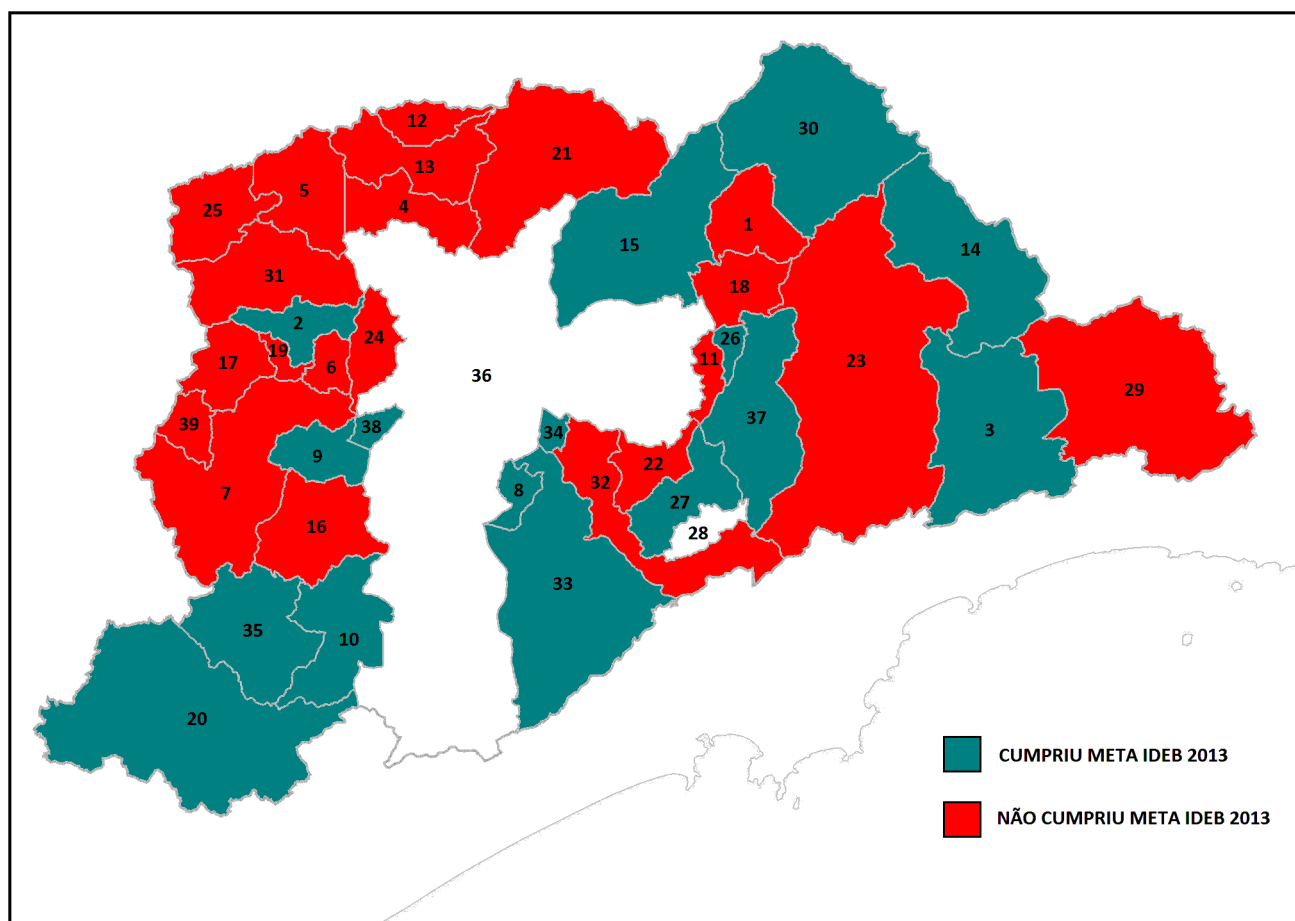
(3) Todos os dados se referem a rede pública municipal de escolas.

(4) No caso de São Paulo, o site do INEP/IDEB, consultado em 14 de outubro de 2014, informa que a não divulgação se deu devido a “Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep nº 304 de 24 de junho de 2013” (link portaria: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/legislacao/2013/portaria_n304_saeb_RevFC.pdf) . Para Rio Grande da Serra, não há dados disponíveis, provavelmente devido ao município não ter uma rede municipal de escolas de ensino fundamental.

Tabela 1.1 - IDEB 2013 - Ensino Fundamental (anos iniciais) - Rede Municipal (RMSP)

N.	Município / Brasil	IDEB 2013	Meta 2013	Cumpriu?
1	Arujá	5,7	5,8	Não cumpriu
2	Barueri	5,9	5,6	Cumpriu
3	Biritiba-Mirim	5,3	5,2	Cumpriu
4	Caieiras	5,6	6,0	Não cumpriu
5	Cajamar	5,1	5,5	Não cumpriu
6	Carapicuíba	4,8	5,4	Não cumpriu
7	Cotia	5,2	5,5	Não cumpriu
8	Diadema	5,9	5,8	Cumpriu
9	Embu	5,5	5,3	Cumpriu
10	Embu-Guaçu	5,6	5,2	Cumpriu
11	Ferraz de Vasconcelos	5,2	5,4	Não cumpriu
12	Francisco Morato	4,8	5,4	Não cumpriu
13	Franco da Rocha	5,3	5,5	Não cumpriu
14	Guararema	5,7	5,5	Cumpriu
15	Guarulhos	5,6	5,3	Cumpriu
16	Itapecerica da Serra	5,4	5,5	Não cumpriu
17	Itapevi	5,2	5,4	Não cumpriu
18	Itaquaquecetuba	4,6	4,9	Não cumpriu
19	Jandira	4,8	5,3	Não cumpriu
20	Juquitiba	6,0	5,3	Cumpriu
21	Mairiporã	5,3	5,8	Não cumpriu
22	Mauá	4,3	4,9	Não cumpriu
23	Mogi das Cruzes	5,5	5,6	Não cumpriu
24	Osasco	5,2	5,6	Não cumpriu
25	Pirapora do Bom Jesus	4,7	5,1	Não cumpriu
26	Poá	6,0	5,8	Cumpriu
27	Ribeirão Pires	6,1	6,1	Cumpriu
28	Rio Grande da Serra	N/D	N/D	N/D
29	Salesópolis	5,5	5,8	Não cumpriu
30	Santa Isabel	5,5	5,3	Cumpriu
31	Santana de Parnaíba	5,2	5,4	Não cumpriu
32	Santo André	5,6	5,8	Não cumpriu
33	São Bernardo do Campo	6,0	5,9	Cumpriu
34	São Caetano do Sul	6,6	6,4	Cumpriu
35	São Lourenço da Serra	5,8	5,8	Cumpriu
36	São Paulo	N/D	5,2	N/D
37	Suzano	5,7	5,4	Cumpriu
38	Taboão da Serra	5,9	5,5	Cumpriu
39	Vargem Grande Paulista	5,0	5,7	Não cumpriu
	Brasil	4,9	4,5	Cumpriu

Fonte: INEP (IDEB - 2013) - <http://www.inep.gov.br/>



Olhando para todo o período do IDEB (2005 até 2013) e considerando os municípios da região metropolitana com dados disponibilizados, Jucituba, Embu-Guaçu, Guarulhos, Barueri e Taboão da Serra apresentaram os maiores avanços nos seus resultados de ensino fundamental (anos iniciais), enquanto Caieiras, Francisco Morato, Mairiporã, Carapicuíba e Vargem Grande Paulista os menores. A tabela 1.2 traz os municípios com as cinco maiores e com as cinco menores variações para o período

Tabela 1.2 - IDEB 2005 - 2013 - Maiores e menores variações - Ensino Fundamental (anos iniciais) - RMSP

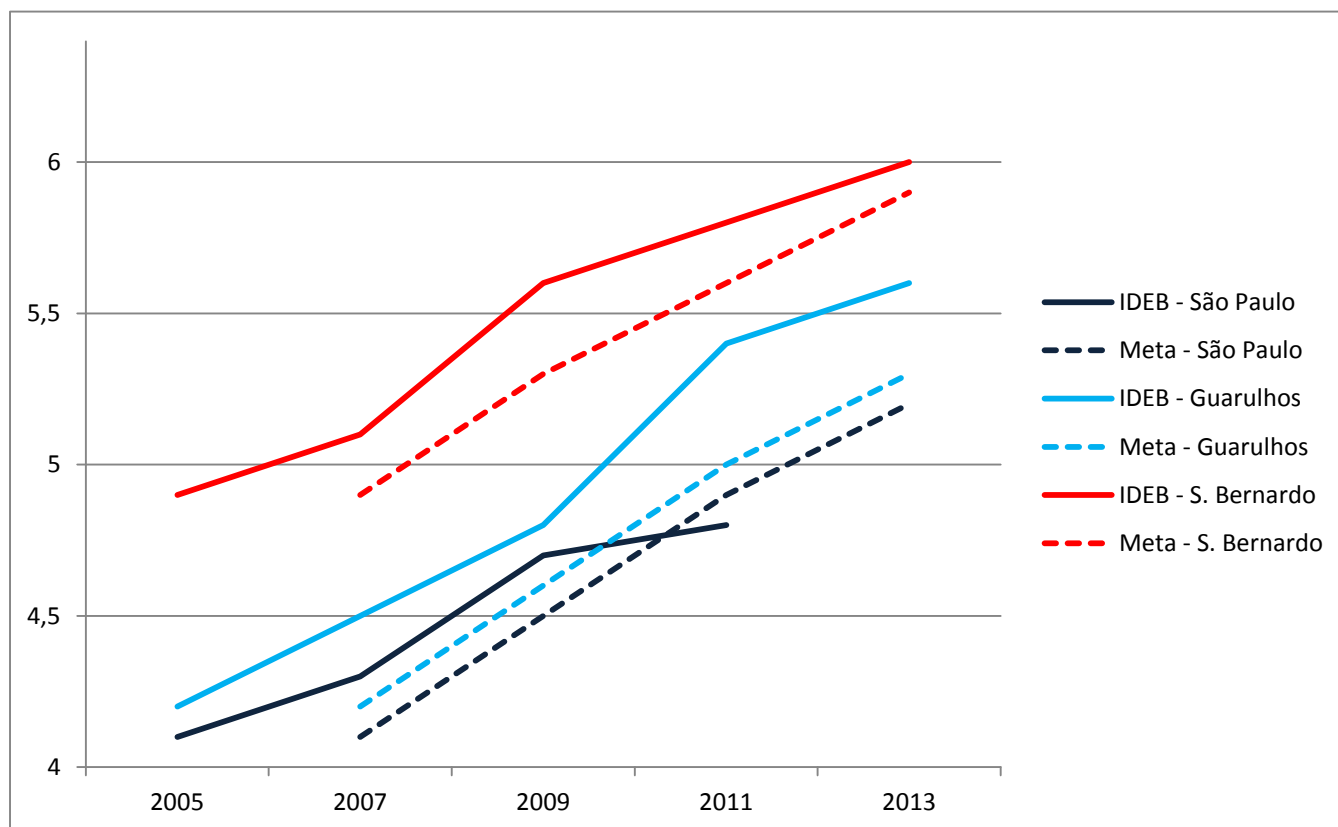
Município	IDEB		
	2005	2013	Var (%)
5 MAIORES			
Jucituba	4,2	6,0	42,9%
Embu-Guaçu	4,1	5,6	36,6%
Guarulhos	4,2	5,6	33,3%
Barueri	4,5	5,9	31,1%
Taboão da Serra	4,5	5,9	31,1%
5 MENORES			
Caieiras	5,0	5,6	12,0%
Francisco Morato	4,3	4,8	11,6%
Mairipora	4,8	5,3	10,4%
Carapicuíba	4,4	4,8	9,1%
Vargem Grande Paulista	4,7	5,0	6,4%

Fonte: INEP - <http://www.inep.gov.br/>

Considerando os três maiores municípios, em termos de população (2013), da região metropolitana; São Paulo, Guarulhos e São Bernardo do Campo, observa-se nos dados uma tendência de melhora dos resultados do IDEB do ensino fundamental (anos iniciais) para o período, embora, como mencionado anteriormente, São Paulo não tenha resultado divulgado em 2013.

Com exceção de São Paulo, que não cumpriu sua meta em 2011 (era 4,9 e o resultado obtido foi 4,8), os dois outros municípios cumpriram suas respectivas metas em todos os três anos determinados. O gráfico 1.1 traz a evolução do IDEB de ensino fundamental (anos iniciais) para os três municípios mencionados, além de suas metas. Lembrando que apesar de existir IDEB em 2005, a primeira meta só foi determinada para 2007, inclusive, como explicado no tópico de metodologia, com base nos resultados de 2005.

Gráfico 1.1 - Evolução do IDEB (2005-2013) e Metas - Ensino Fundamental (anos iniciais)



Fonte: INEP - <http://www.inep.gov.br/>

Em relação aos chamados “anos finais” do ensino fundamental (prova aplicada aos alunos da 8ª série/9º ano), apenas 15 municípios possuíam metas estabelecidas e resultados divulgados, o que pode significar que não há redes municipais de ensino fundamental significativas (em termos de número de alunos) nessas localidades.

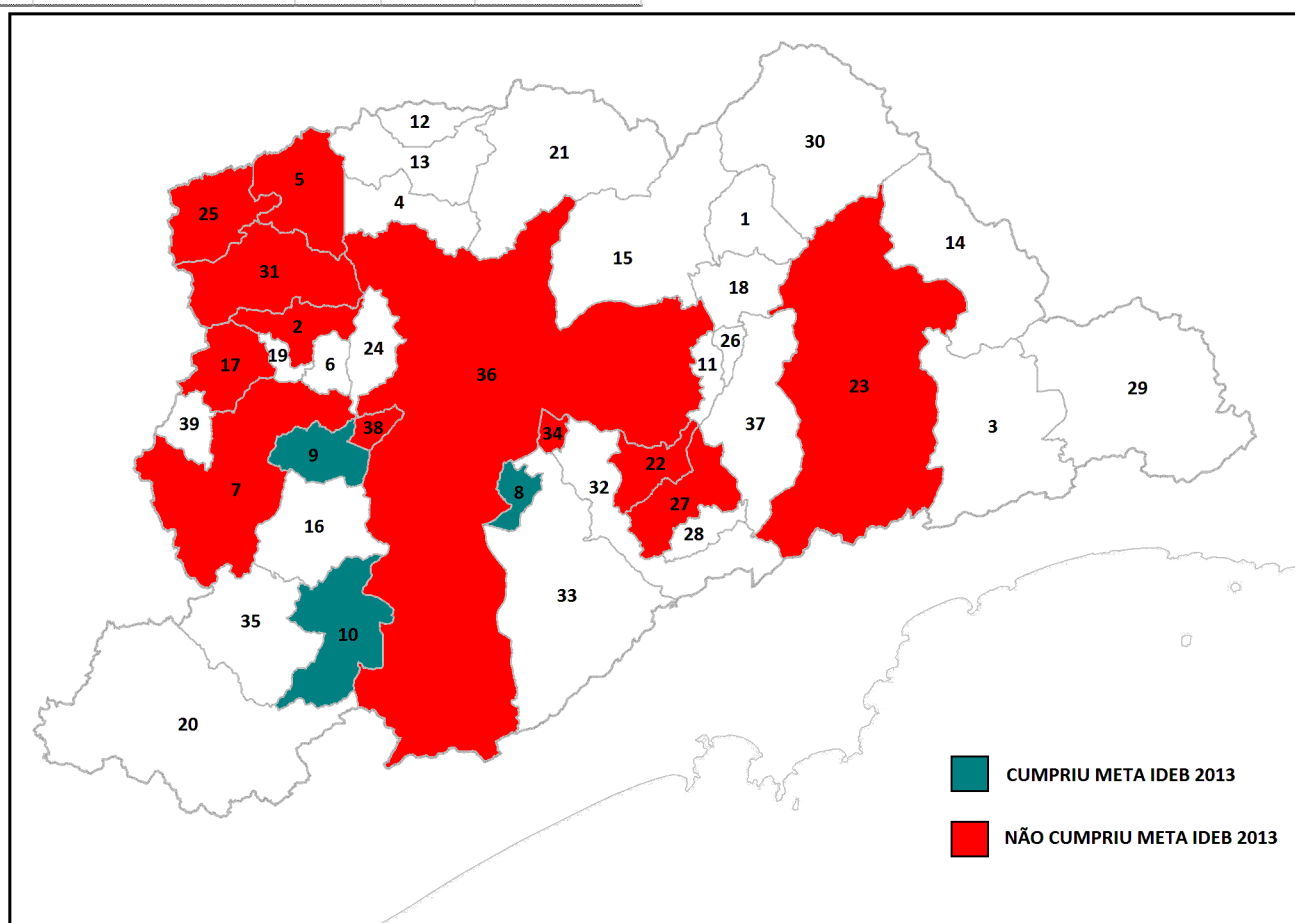
Dos 15 municípios com metas, apenas três as cumpriram: Embu, Embu-Guaçu e Ferraz de Vasconcelos. Mesmo nacionalmente, considerando as redes municipais, a meta não foi cumprida (ao contrário do que ocorreu em relação aos anos iniciais). Segundo o INEP, a meta nacional (rede municipal) para 2013 era de 3,9, enquanto o resultado obtido foi 3,8.

O município de São Paulo obteve um IDEB de 4,4 em 2013, enquanto a meta estipulada era de 5,0. A tabela 1.3 traz a lista de todos os IDEBs e metas de 2013 dos municípios da região metropolitana de São Paulo, bem como o mapa indicando o cumprimento (cor verde) ou não (vermelho) das mesmas. Lembrando que os dados se referem à rede municipal de ensino fundamental (anos finais).

Tabela 1.2 - IDEB 2013 - Ensino Fundamental (anos finais) - Rede Municipal (RMSP)

N.	Município / Brasil	IDEB 2013	Meta 2013	Cumpriu?	N.	Município / Brasil	IDEB 2013	Meta 2013	Cumpriu?
1	Arujá	N/D	N/D	N/D	22	Mauá	4,0	4,1	Não cumpriu
2	Barueri	4,7	5,0	Não cumpriu	23	Mogi das Cruzes	5,0	5,7	Não cumpriu
3	Biritiba-Mirim	N/D	N/D	N/D	24	Osasco	N/D	N/D	N/D
4	Caieiras	N/D	N/D	N/D	25	Pirapora do Bom Jesus	3,4	4,2	Não cumpriu
5	Cajamar	4,2	4,3	Não cumpriu	26	Poá	N/D	N/D	N/D
6	Carapicuíba	N/D	N/D	N/D	27	Ribeirão Pires	5,4	5,7	Não cumpriu
7	Cotia	3,6	4,5	Não cumpriu	28	Rio Grande da Serra	N/D	N/D	N/D
8	Diadema	N/D	N/D	N/D	29	Salesópolis	N/D	N/D	N/D
9	Embu	4,8	4,7	Cumpriu	30	Santa Isabel	N/D	N/D	N/D
10	Embu-Guaçu	4,8	4,1	Cumpriu	31	Santana de Parnaíba	4,1	4,6	Não cumpriu
11	Ferraz de Vasconcelos	4,3	4,2	Cumpriu	32	Santo André	N/D	N/D	N/D
12	Francisco Morato	N/D	N/D	N/D	33	São Bernardo do Campo	N/D	N/D	N/D
13	Franco da Rocha	N/D	N/D	N/D	34	São Caetano do Sul	5,3	6,1	Não cumpriu
14	Guararema	N/D	N/D	N/D	35	São Lourenço da Serra	N/D	N/D	N/D
15	Guarulhos	N/D	N/D	N/D	36	São Paulo	4,4	5,0	Não cumpriu
16	Itapecerica da Serra	N/D	N/D	N/D	37	Suzano	N/D	N/D	N/D
17	Itapevi	3,9	4,6	Não cumpriu	38	Taboão da Serra	4,4	5,0	Não cumpriu
18	Itaquaquecetuba	N/D	N/D	N/D	39	Vargem Grande Paulista	N/D	N/D	N/D
19	Jandira	N/D	N/D	N/D		Brasil	3,8	3,9	Não cumpriu
20	Juquitiba	N/D	N/D	N/D					
21	Mairiporã	N/D	N/D	N/D					

Fonte: INEP (IDEB - 2013) - <http://www.inep.gov.br/>



Considerando todo o período do IDEB (2005 até 2013), apenas 7 municípios possuem dados divulgados para o ensino fundamental (anos finais) que possibilitam calcular a variação no período. A tabela 1.3 traz os números desses 7 municípios.

Tabela 1.3 - IDEB 2005 - 2013 - Variação - Ensino Fundamental (anos finais) - RMSP

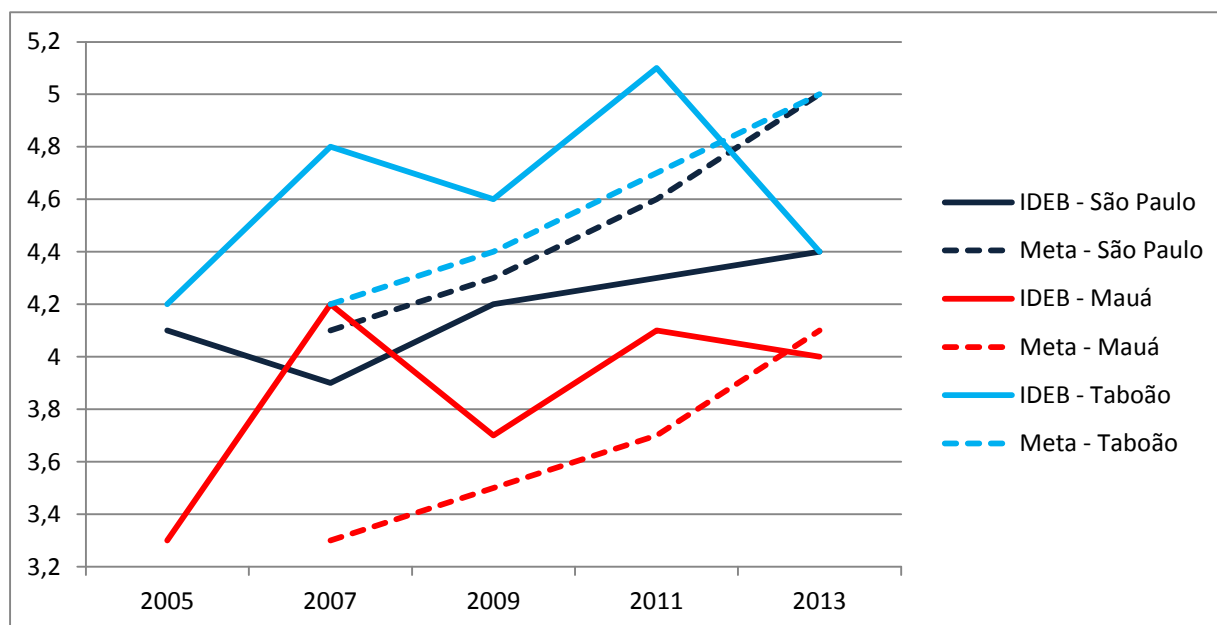
Município	IDEB		
	2005	2013	Var (%)
Mauá	3,3	4,0	21,2%
Barueri	4,2	4,7	11,9%
Ribeirão Pires	4,9	5,4	10,2%
São Paulo	4,1	4,4	7,3%
Taboão da Serra	4,2	4,4	4,8%
Pirapora do Bom Jesus	3,4	3,4	0,0%
Cotia	3,7	3,6	-2,7%

Fonte: INEP - <http://www.inep.gov.br/>

Como pode ser observado pelas tabelas 1.2 (pg. 5) e 1.3, o avanço no período para os anos finais de ensino fundamental é mais modesto do que o obtido nos anos iniciais. Com exceção de Mauá que obteve 21% de melhora no seu IDEB, o segundo município com maior variação (Barueri), obteve apenas 11,9%, praticamente igual à maior variação do grupo de cinco piores variações no ensino fundamental (anos iniciais). Cotia registrou piora no seu índice (saiu de 3,7 em 2005 para 3,6 em 2011).

O gráfico 1.2 traz a evolução do IDEB dos anos finais de ensino fundamental para os três municípios mais populosos da região metropolitana, dentre os que possuem dados entre 2005 e 2013, bem como metas no período 2007-2013.

Gráfico 1.2 - Evolução do IDEB (2005-2013) e Metas - Ensino Fundamental (anos iniciais)



Fonte: INEP - <http://www.inep.gov.br/>

Embora os três municípios não tenham cumprido suas respectivas metas em 2013, Mauá e Taboão da Serra vinham apresentando bom desempenho nos anos anteriores, cumprindo todas as metas até 2013. Já no caso de São Paulo, apesar de uma aparente convergência para meta entre 2007 e 2009, as melhoras de 2011 e 2013 não foram suficientes para alcançar o estipulado pelo INEP.

Dos três municípios da região metropolitana que cumpriram as metas 2013, Ferraz de Vasconcelos e Embu das Artes tiveram em 2013 as suas primeiras metas de rede municipal estipuladas. Já Embu-Guaçu, apesar de ter metas desde 2009, não apresentou resultado no IDEB nesse ano. Em compensação, tanto em 2011 quanto em 2013, o município conseguiu cumprir o determinado pelo INEP.

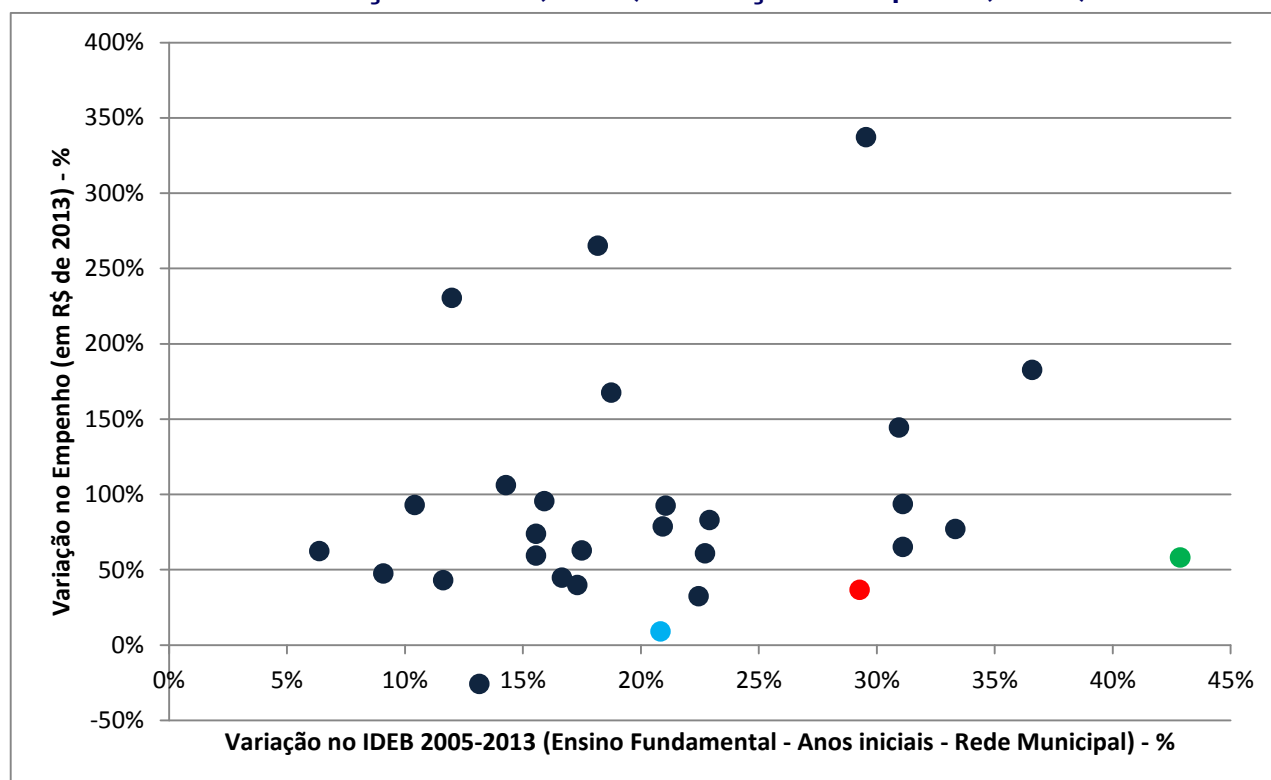
Em 2013, considerando os dados disponibilizados no sistema FINBRA (Finanças do Brasil) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os municípios da região metropolitana de São Paulo empenharam na subfunção “Ensino Fundamental”, aproximadamente R\$ 5,95 bilhões. Esse número não inclui o município de Salesópolis, que não tem dado disponível no referido sistema. Considerando o empenho de 2005, primeiro ano do IDEB (também excluindo Salesópolis para fins de comparação) e corrigindo pelo IPCA do período⁵, temos um crescimento aproximado de 41% no montante empenhado para ensino fundamental.

É difícil fazer um comparativo direto entre o aumento dos gastos na área e a melhora da qualidade (medida pelo IDEB), primeiro porque o INEP não divulga um dado agregado por região metropolitana, segundo porque há uma possível defasagem temporal entre mudanças no sistema de ensino e o impacto direto nos resultados do exame e, terceiro, vários outros fatores podem impactar no desempenho dos alunos. No entanto, espera-se que melhores condições em termos de estrutura física, professores mais bem remunerados etc. causem um impacto positivo no aprendizado dos alunos e consequentemente um resultado melhor nas avaliações. No geral, como mostrado anteriormente, os municípios da região metropolitana de São Paulo apresentaram melhora nos seus IDEBs. Nos anos iniciais do ensino fundamental, todos tiveram variação positiva nos seus resultados (a menor foi 6,4%). Nos anos finais, dos 7 municípios com dados para o período 2005-2013, um piorou.

O gráfico 1.3 traz a relação observada entre variação em termos reais do empenho na subfunção ensino fundamental no período 2005-2013 e a variação do IDEB das redes municipais (ensino fundamental - anos iniciais) no mesmo período.

(5) corrigido a preços médios entre 2005 e 2013

Gráfico 1.3 - Variação no IDEB (Eixo X) X Variação no Empenho (Eixo Y) - RMSP



Fonte: INEP - <http://www.inep.gov.br/>

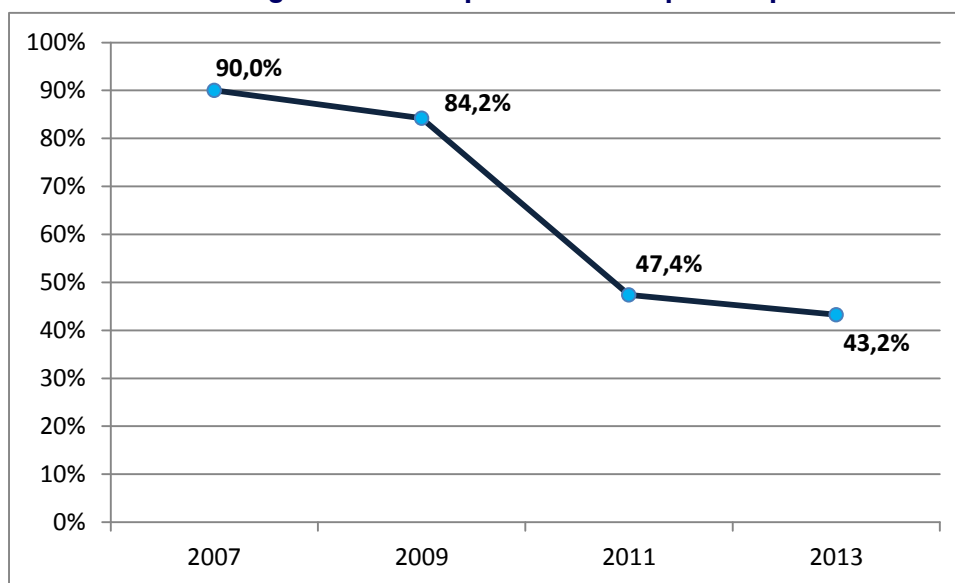
No gráfico estão plotados 29 municípios da RMSP – os que possuíam dados do IDEB e execução orçamentária no FINBRA para 2005 e 2013. Embora seja fraca, é possível observar uma correlação positiva entre variações no empenho e variações no IDEB (embora a relação esteja longe de ser conclusiva). Considerando o índice variação no IDEB / variação no Empenho, São Lourenço da Serra (azul claro no gráfico), Juquitiba (verde) e Biritiba-Mirim obtiveram o melhor resultado. No caso de São Lourenço, para cada 1% de aumento no empenho (no período 2005-2013), houve 2,28% de aumento no IDEB. Em relação a Juquitiba, para cada 1% de aumento de empenho, o IDEB subiu 0,73% e no caso de Biritiba-Mirim, para cada 1% de aumento, o IDEB subiu 0,799%. Lembrando que para 2013, os três municípios cumpriram suas metas para rede municipal (ensino fundamental - anos iniciais).

Conclusão

O IDEB foi criado visando medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Desde 2005 é calculado para o ensino fundamental e médio, com as primeiras metas definidas para 2007, visando a obtenção, em âmbito nacional, do índice 6,0 em 2022. Em 2013 foi realizada a mais recente série de avaliações para o referido índice. Este artigo trouxe alguns dados sobre os últimos resultados obtidos por municípios da região metropolitana de São Paulo no ensino fundamental, mais especificamente, nas suas redes municipais de ensino.

Dos 39 municípios da região, 37 apresentaram resultados para o ensino fundamental dos anos iniciais, sendo que 27 (73%) apresentaram melhora em relação a 2011. No entanto, apenas 16, ou 43,2%, cumpriram a meta estabelecida pelo INEP. Em 2011, de 38 municípios com dados disponíveis, 18 (47,3%) cumpriram a meta daquele ano. Uma tendência preocupante em relação aos resultados divulgados é que a porcentagem de municípios da região que cumprem a sua meta do tipo de ensino e rede focados neste artigo vem caindo sistematicamente desde a implantação das metas em 2007, o que significa que, apesar das melhoras nos resultados, elas não estão sendo suficientemente altas / rápidas como o desejado pelo INEP. O gráfico 1.4 traz essa porcentagem de 2007 até 2013 considerando os municípios com dados divulgados para o respectivo ano e que possuíam metas estabelecidas.

Gráfico 1.4 - Porcentagem de Municípios da RMSP que cumpriram suas metas



Fonte: INEP - <http://www.inep.gov.br/>

Para os anos finais do ensino fundamental, a situação parece ser bem pior. Dos 15 municípios com dados divulgados em 2013, apenas 3 (20%) cumpriram suas metas. Em 2011 essa porcentagem era de 46,1%, em 2009 de 72% e em 2007 de 57,14%. É importante mencionar que em 2007 apenas 7 municípios da RMSP tinham metas estabelecidas para rede municipal de ensino fundamental dos anos finais, em 2009 esse número subiu para 12, depois 13 em 2011 e 15 em 2013. De qualquer forma, a mesma tendência de a melhora do IDEB ao longo dos anos não acompanhar o aumento das metas parece ocorrer também no caso dos anos finais de ensino fundamental.

Saúde

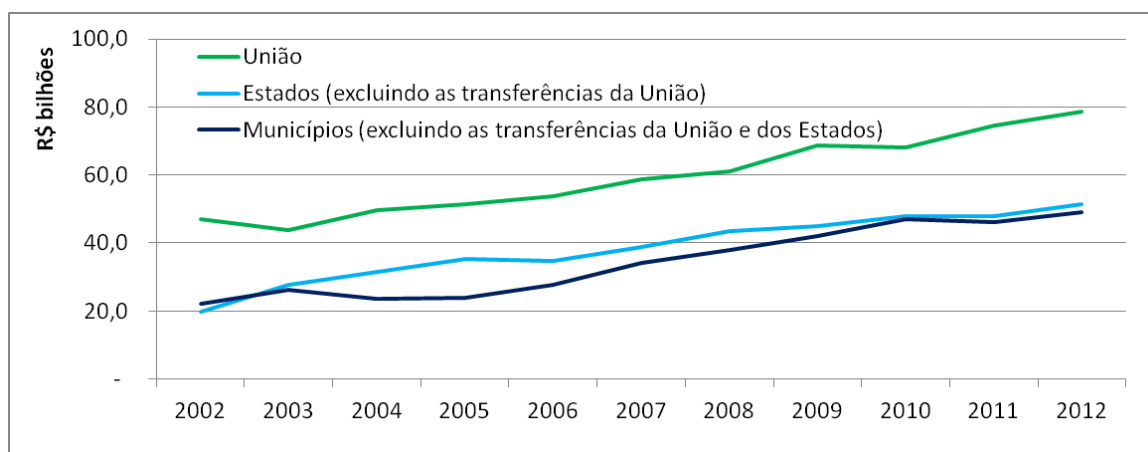
23. Despesas e Desempenho do Sistema de Saúde - São Paulo*

Este estudo mostra brevemente dados sobre a evolução recente das despesas orçamentárias na área da saúde e apresenta alguns indicadores da área no município de São Paulo.

No país, a responsabilidade pelo financiamento das ações e dos serviços de saúde é compartilhada entre as três esferas de governo. A principal financiadora é a União (Gráfico 4.1), seja executando diretamente a despesa, seja transferindo recursos para os fundos estaduais e municipais, conforme os compromissos e as metas pactuadas nos Termos de Compromisso de Gestão.

A Lei Complementar nº 141/2012 define que a União deva aplicar, no mínimo, o equivalente ao valor empenhado no exercício financeiro anterior acrescido do percentual correspondente à variação nominal do Produto Interno Bruto - PIB ocorrida no ano anterior. Os estados e municípios devem aplicar, respectivamente, 12% e 15% das suas bases de receita¹.

Gráfico 4.1 - Despesas na Função Saúde por Esfera de Governo - 2002 a 2012 em R\$ de 2012



Fonte: Consolidação das Contas Públicas 2012. Disponível em: www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/balanco-do-setor-publico-nacional

(1) Para os estados, a base de receita é a arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam o art. 157, a alínea "a" do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios. Para os municípios, a base de receita é arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea "b" do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

* Publicado no Indicador Paulistano nº 46 - abril/2014.

Somando os recursos das três esferas, registrou-se, de 2002 a 2012, um crescimento real de 100% nos gastos consolidados na função saúde (de R\$ 89 bilhões para R\$ 179 bilhões - em R\$ de 2012). Em 2012, a União financiou despesas na função saúde no valor de R\$ 78,6 bilhões, o equivalente a 43,9% no total, sendo que parte deste montante é transferido para estados e municípios aplicarem em saúde (Gráfico 4.1).

A Tabela 4.1 mostra o gasto *per capita* em 2012 com ações e serviços públicos de saúde por Unidade da Federação, discriminando o gasto federal, estadual e municipal.

Tabela 4.1 - Gasto Público *per capita* com Ações e Serviços Públicos de Saúde - 2012
em R\$ de 2012

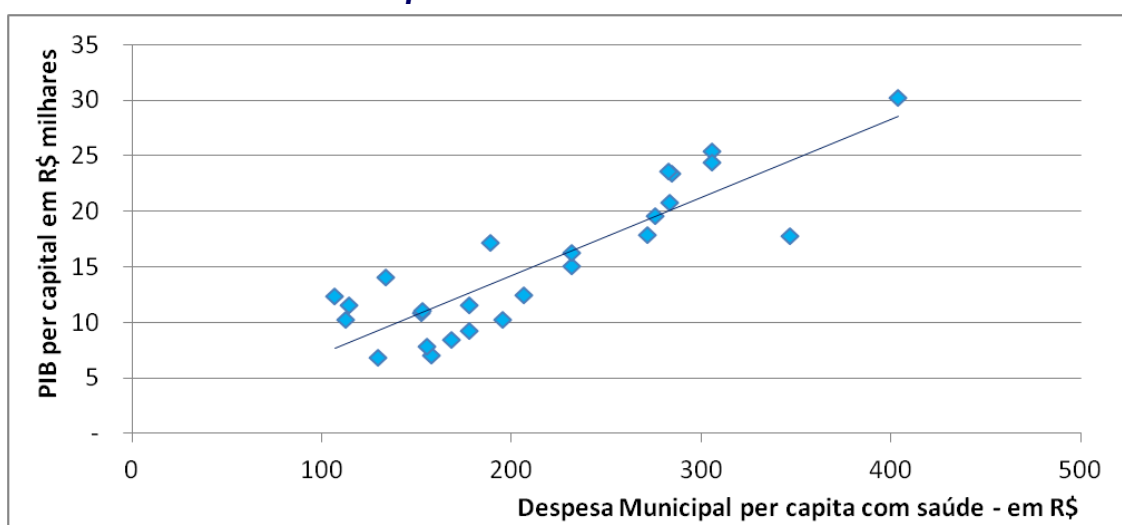
UF	Gasto Total <i>per capita</i> (I)	Gasto Federal <i>per capita</i> (II)	% Fed. (II/I)	Gasto Estadual <i>per capita</i> (III)	% Est. (III/I)	Gasto Municipal <i>per capita</i> (III)	% Mun. (III/I)
Acre	1.046,92	315,42	30%	616,79	59%	114,71	11%
Tocantins	1.040,92	298,20	29%	536,13	52%	206,59	20%
Roraima	987,49	260,56	26%	592,71	60%	134,22	14%
Mato Grosso do Sul	924,83	304,34	33%	273,23	30%	347,27	38%
São Paulo	924,70	241,13	26%	279,79	30%	403,77	44%
Amapá	865,39	262,77	30%	495,83	57%	106,80	12%
Espírito Santo	858,92	250,88	29%	323,16	38%	284,88	33%
Distrito Federal	858,40	231,03	27%	627,37	73%	-	-
Rio de Janeiro	856,61	340,26	40%	210,56	25%	305,78	36%
Amazonas	843,79	231,91	27%	422,61	50%	189,28	22%
Rio Grande do Sul	812,97	347,24	43%	182,83	22%	282,91	35%
Mato Grosso	795,28	255,82	32%	263,28	33%	276,18	35%
Santa Catarina	794,11	259,62	33%	228,81	29%	305,67	38%
Rondônia	774,30	236,83	31%	305,51	39%	231,97	30%
Sergipe	760,32	303,00	40%	279,2	37%	178,12	23%
Rio Grande do Norte	737,62	283,57	38%	258,52	35%	195,54	27%
Paraná	733,42	279,81	38%	170,15	23%	283,47	39%
Minas Gerais	730,65	267,91	37%	191,07	26%	271,68	37%
Pernambuco	667,86	281,54	42%	233,7	35%	152,62	23%
Paraíba	662,73	286,24	43%	207,62	31%	168,87	25%
Goiás	625,40	242,06	39%	151,34	24%	232,01	37%
Piauí	622,82	290,17	47%	174,85	28%	157,79	25%
Ceará	618,12	259,99	42%	180,01	29%	178,12	29%
Alagoas	584,20	280,17	48%	148,43	25%	155,60	27%
Bahia	582,49	273,26	47%	155,99	27%	153,24	26%
Maranhão	519,11	242,96	47%	146,19	28%	129,95	25%
Pará	482,63	194,26	40%	175,69	36%	112,68	23%
Brasil*	903,52	412,75	46%	230,52	26%	260,25	29%

Fonte: Ministério da Saúde/Secretaria Executiva/Área de Economia da Saúde e Desenvolvimento/Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS (Gasto Estadual e Municipal); SPO/SE e Fundo Nacional de Saúde - FNS (Gasto Federal). Dados disponíveis em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ldb2012/e0602.def>

* Para minimizar a distorção do gasto público federal com saúde entre os estados optou-se por contabilizar esta despesa com pessoal na rubrica "Nacional".

Conforme os dados da Tabela 4.1 mostram, a participação federal no gasto *per capita* com ações e serviços públicos de saúde tende, com algumas exceções, a ser maior nos estados com os menores valores de gasto público *per capita*, o que atenderia a um dos objetivos para o rateio dos recursos da União, que é a progressiva redução das disparidades regionais. A participação municipal está bastante relacionada à renda econômica do estado. Municípios economicamente mais ricos tendem a dispor de mais recursos orçamentários e, consequentemente, maiores serão as receitas destinadas à saúde. O Gráfico 4.2 ilustra essa correlação positiva entre PIB *per capita* e gasto municipal *per capita* em saúde.

Gráfico 4.2 - Estados Brasileiros - PIB *per capita* e Despesa Municipal *per capita* com saúde - 2012



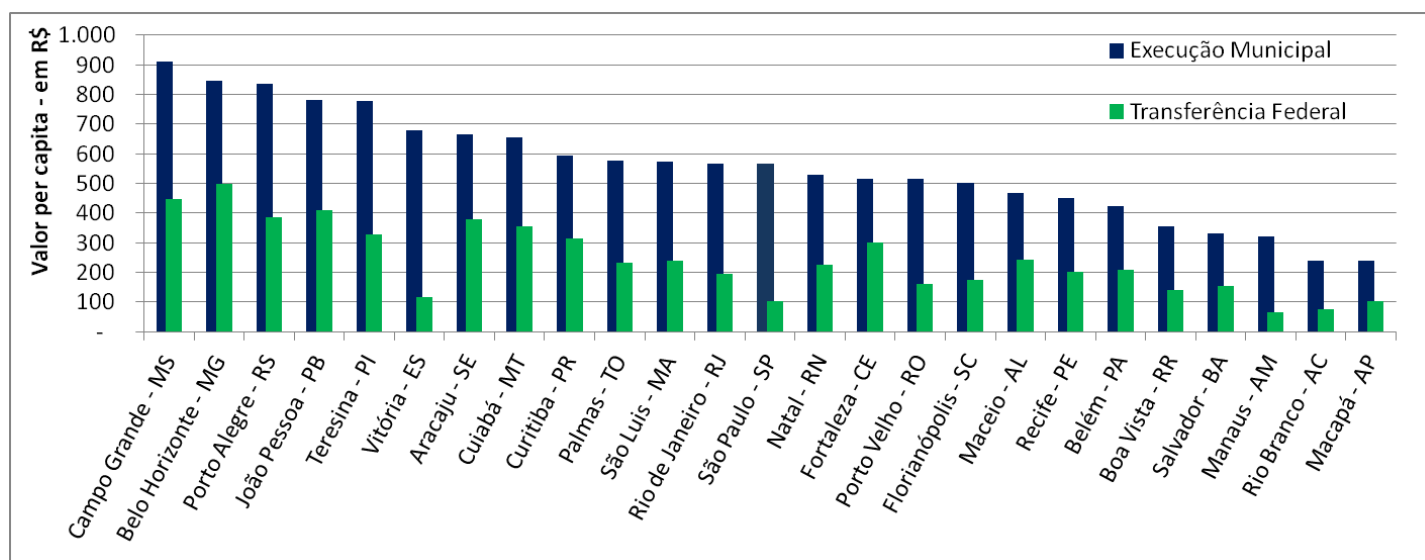
Fonte: PIB per capita estadual - IBGE.. Despesa Municipal per capita com saúde: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS

A participação da despesa estadual, por sua vez, não apresentou a mesma correlação vista no gasto municipal. Isso ocorreu pois, nos estados com as maiores participações estaduais (Acre, Roraima, Tocantins, Amazonas), observou-se uma despesa com saúde significativamente superior ao limite constitucional de 12% da base de receita², o que torna o gasto percentual desses estados superior ao de estados com renda maior, mas que aplicaram em saúde percentual próximo ao limite constitucional.

(2) Em 2012, no estado do Acre, a despesa das ações e dos serviços de saúde corresponderam a 16,3% da base de receita; em Roraima, 14,2%; Tocantins, 18,5%; Amazonas, 21%.

Com relação à execução orçamentária das capitais do país, observa-se uma ampla dispersão dos gastos municipais *per capita* na função saúde. O Gráfico 4.3 ilustra em ordem decrescente os valores *per capita* executados, em 2012, pelas prefeituras das capitais dos estados. De acordo com os dados do Finanças Brasil - FINBRA 2012, parte importante desta dispersão deve-se à contribuição dada pelas transferências federais do Sistema Único de Saúde - SUS.

Gráfico 4.3 - Execução Municipal 2012 na Função Saúde e Transferências Federais SUS - per capita - em R\$ de 2012 - Capitais*



Fonte: FINBRA 2012/ Secretaria do Tesouro Nacional - (*) não inclui Goiânia - GO

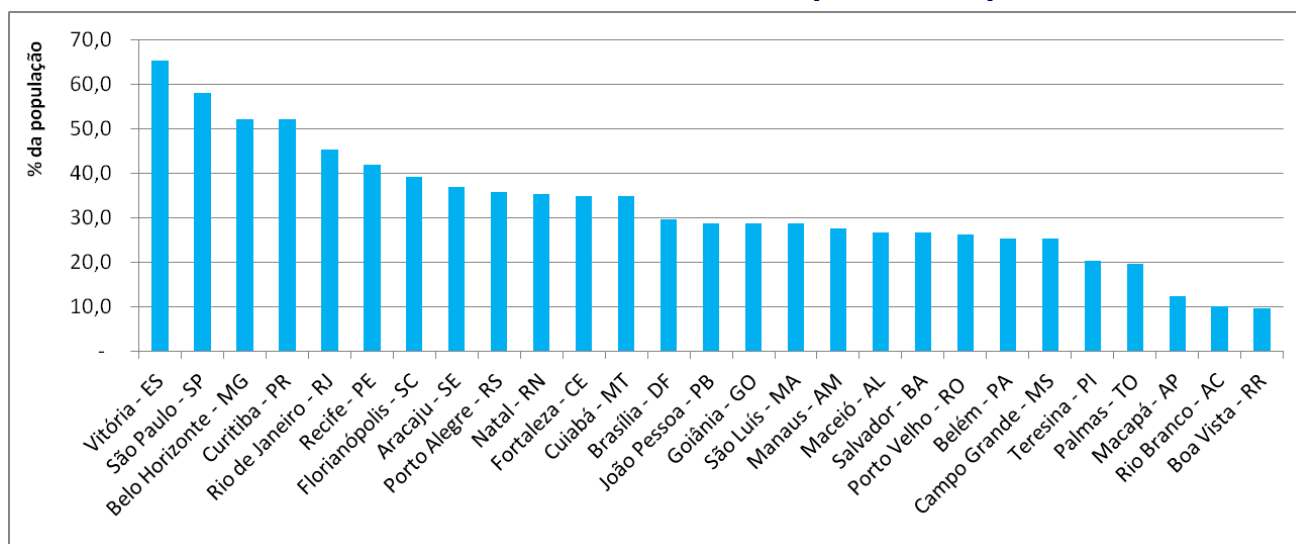
O maior valor *per capita* (Campo Grande - MS) é 3,8 vezes superior ao menor valor *per capita* (Macapá - AP). Da mesma forma, as transferências federais, em termos *per capita*, recebidas por Campo Grande correspondem a 4,4 vezes as recebidas por Macapá.

Com relação ao município de São Paulo, apesar de a sua despesa *per capita* executada (R\$ 565,53) situar-se em um nível intermediário entre as capitais, o valor de transferências federais - SUS recebido pelo município foi, entre as capitais, um dos menores em termos *per capita*, assim como Vitória - ES.

Deve-se, aqui, ressaltar que o país convive com um sistema público e outro privado de saúde. Nas cidades em que a parcela da população usuária do sistema privado é relativamente maior, a demanda pelo sistema público tende a ser menor, desconsiderando outros fatores que possam também influir sobre a demanda sobre o sistema público. Assim, cidades com determinado nível de gasto per capita, mas com alta parcela da população usuária do sistema privado, estão destinando na prática mais recursos para a população que efetivamente usa o

sistema público do que cidades com o mesmo nível de gasto per capita e com uma parcela menor da população usuária do sistema privado. Este pode ser o caso de cidades como São Paulo - SP e Vitória - ES. Como pode ser observado no Gráfico 4.4, essas cidades apresentam, entre as capitais, as maiores parcelas de população cobertas por planos de saúde privados de saúde, o que significa, em termos proporcionais, uma menor demanda pelo serviço público, o que pode explicar, em parte, as menores transferências de recursos federais do SUS.

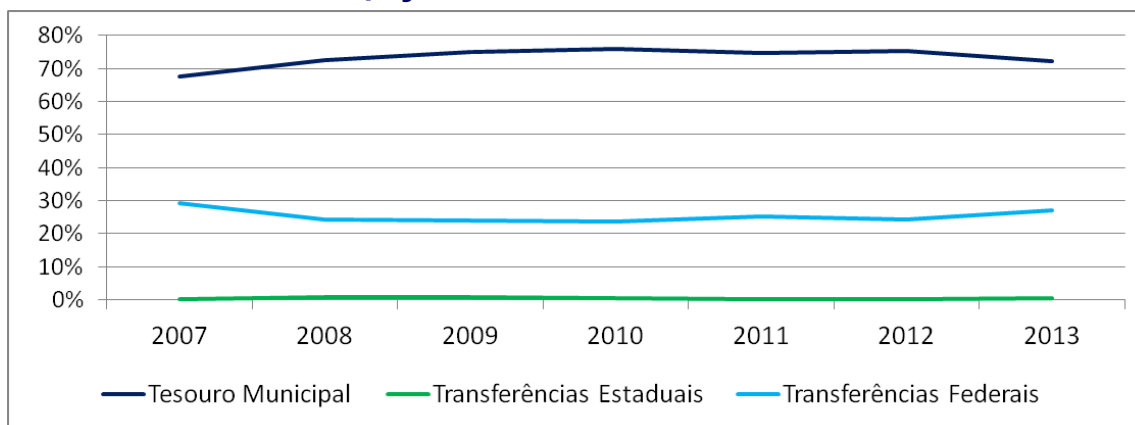
Gráfico 4.4 - Proporção da população coberta por planos privados de saúde – Assistência médica ambulatorial mais hospitalar - Capitais 2012



Fonte: Agência Nacional de Saúde - ANS

Conforme o Gráfico 4.5 mostra, nos últimos 7 anos, a participação dos recursos federais na execução das despesas na função Saúde, no município de São Paulo, oscilou entre 24% e 29%. Os recursos próprios do tesouro municipal são a principal fonte de financiamento das despesas na função Saúde, variando no período entre 67% e 76%.

Gráfico 4.5 - Execução na Função Saúde 2007 a 2013 - Município de São Paulo Participação % de cada Fonte de Recursos



Fonte: Sistema Ábaco / TCMSP

A Tabela 4.2 apresenta a evolução *per capita* das despesas na função Saúde entre o período de 2007 a 2012 nas capitais.

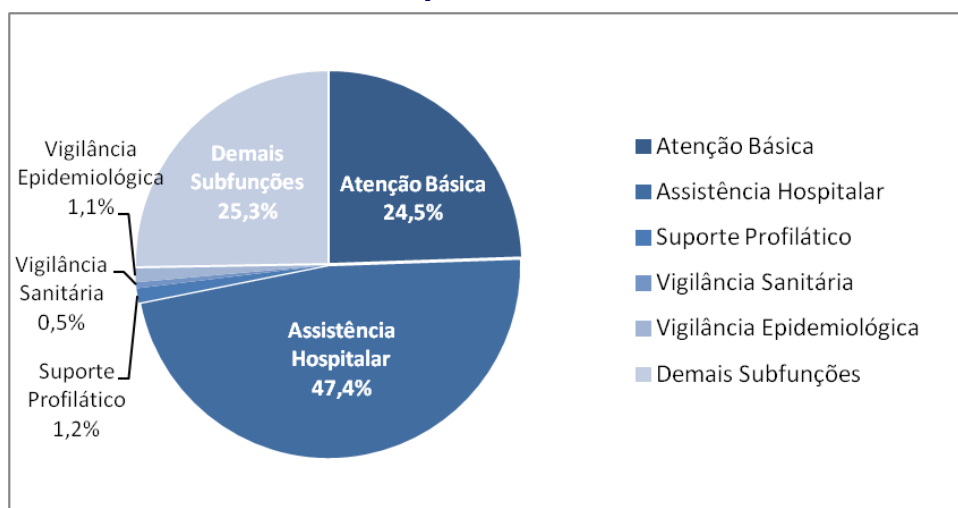
Tabela 4.2 - Evolução da Despesa Municipal per capita na Função Saúde Capitais * - em R\$ de 2012

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Var% 2012/2007
Campo Grande - MS	661,75	748,21	737,89	759,66	828,43	911,62	38%
Belo Horizonte - MG	598,94	643,67	730,52	741,35	781,48	847,13	41%
Porto Alegre - RS	613,65	631,67	672,20	674,07	713,01	834,38	36%
João Pessoa - PB	402,53	535,63	553,92	603,22	713,94	781,46	94%
Teresina - PI	486,54	547,91	649,29	695,98	760,23	778,01	60%
Vitória - ES	617,06	625,99	665,31	593,29	627,78	678,44	10%
Aracaju - SE	518,90	565,95	591,52	556,11	646,65	665,75	28%
Cuiabá - MT	465,06	532,51	594,47	334,07	664,05	653,69	41%
Curitiba - PR	458,08	476,02	523,88	512,39	541,90	595,09	30%
Palmas - TO	509,28	575,67	490,84	402,14	477,36	577,56	13%
São Luis - MA	439,58	461,66	519,77	572,84	562,26	572,88	30%
Rio de Janeiro - RJ	370,09	389,61	386,15	412,74	474,11	566,65	53%
São Paulo - SP	400,57	472,37	504,50	519,07	547,28	565,53	41%
Natal - RN	346,99	375,49	418,30	440,08	505,85	530,68	53%
Fortaleza - CE	414,46	442,44	469,10	464,65	481,30	516,03	25%
Porto Velho - RO	271,10	291,97	343,30	378,59	428,41	514,85	90%
Florianópolis - SC	303,20	378,13	439,65	452,77	476,66	502,15	66%
Maceió - AL	310,71	348,22	389,12	393,20	456,75	466,97	50%
Recife - PE	303,08	335,79	359,03	387,46	407,08	452,26	49%
Belém - PA	368,64	376,10	410,01	423,92	406,58	422,52	15%
Boa Vista - RR	419,94	389,38	466,59	441,90	325,23	355,24	-15%
Salvador - BA	267,54	276,13	308,95	373,83	356,76	330,01	23%
Manaus - AM	245,13	251,93	278,23	285,59	295,09	323,11	32%
Rio Branco - AC	209,35	224,38	220,25	207,75	215,49	240,96	15%
Macapá - AP	170,27	238,32	230,00	242,81	244,46	238,96	40%
Média - Capitais	401,66	441,67	473,02	486,49	521,82	561,08	40%

Fonte: FINBRA/STN - 2007 a 2012 - (*) não inclui Goiânia - GO

Na média das capitais, observou-se um expressivo crescimento real de 40% entre 2007 a 2012 (Tabela 4.2). Na capital paulista, a evolução anual dos gastos *per capita* foi próxima da média observada nas capitais, apresentando um crescimento real de 41% no mesmo período. O elevado crescimento observado nas despesas da função saúde pode ser decomposto entre as principais subfunções típicas que compõem a função saúde, destacando-se a “Assistência Hospitalar e Ambulatorial” e “Atenção Básica”, que representam, respectivamente,

Gráfico 4.5 - Distribuição das Despesas da Função Saúde entre as Subfunções Capitais 2012

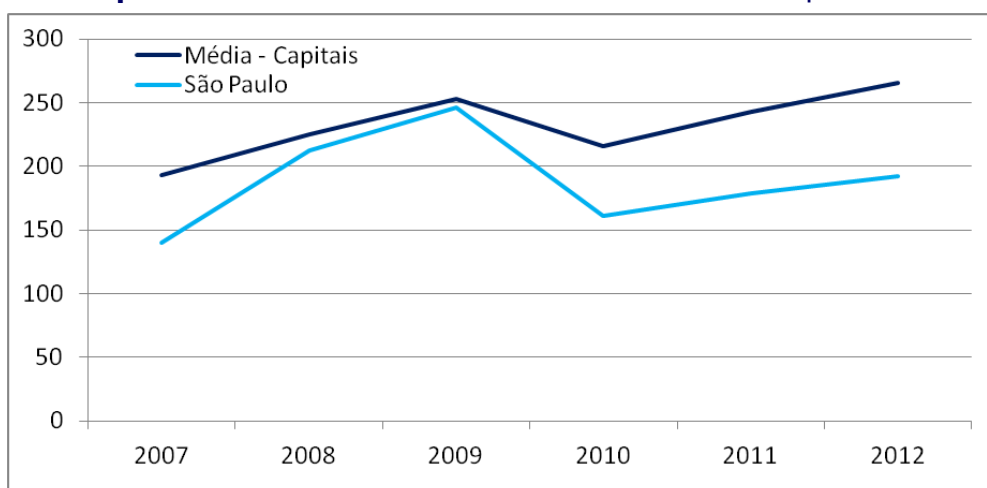


Fonte: FINBRA/STN - 2012

47,4% e 24,5% das despesas na função saúde entre as capitais (Gráfico 4.5).

A maior subfunção, a “Assistência Hospitalar e Ambulatorial”, abrange as ações destinadas à cobertura de despesas relativas a internações hospitalares e ao tratamento ambulatorial, incluindo exames de laboratório necessários ao diagnóstico e tratamento de doenças³. Em São Paulo, o dispêndio público municipal nesta subfunção apresentou, nos últimos anos, um crescimento real *per capita* de 37,5%, percentual próximo da média observada entre as outras capitais, de 37,8%. Em termos absolutos, de 2007 a 2012, o valor *per capita* aplicado pelo município de São Paulo ficou abaixo da média entre as capitais (Gráfico 4.6).

Gráfico 4.6 - Despesa Pública Municipal *per capita* - Subfunção Assistência Hospitalar e Ambulatorial - 2007 a 2012 - em R\$ de 2012

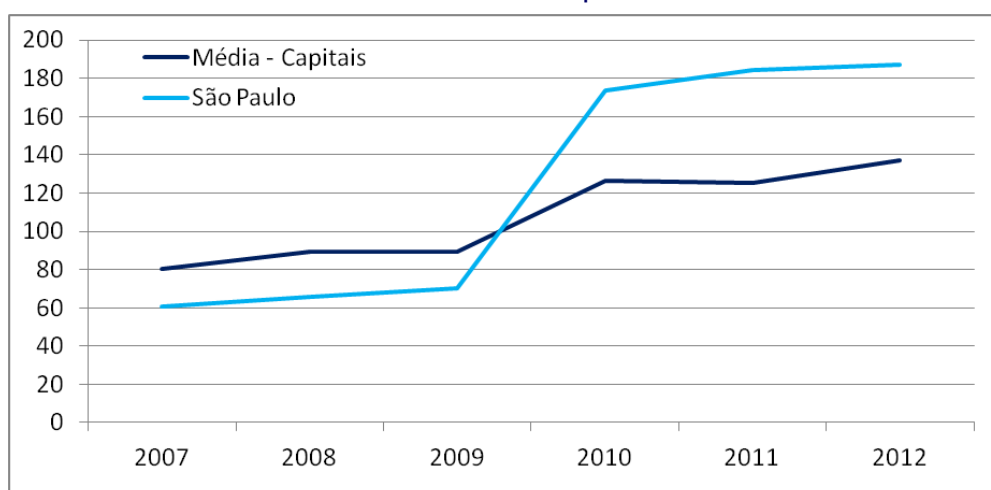


Fonte: FINBRA/STN - 2007 a 2012

(3) Relatório Sistemático de Fiscalização - FISCISAÚDE. Tribunal de Contas da União (TC 032.624/2013-1) disponível em: http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/imprensa/noticias/noticias_arquivos/032.624-2013-1%20Fisc%20Saude.pdf

O crescimento da despesa municipal de São Paulo na função saúde foi impulsionado principalmente pela subfunção “Atenção Básica”, que abrange as ações desenvolvidas para atender as demandas básicas de saúde, tais como divulgação de medidas de higiene, acompanhamento domiciliar das condições de saúde da população de baixa renda e outras medidas e ações preventivas ou curativas³. Em São Paulo, o dispêndio público municipal *per capita* nesta subfunção apresentou, de 2007 a 2012, um crescimento real de 207%, superando, em termos absolutos, o valor *per capita* médio aplicado nas capitais, que cresceu 70% no mesmo período (Gráfico 4.7).

Gráfico 4.7 - Despesa Pública Municipal *per capita* - Subfunção Atenção Básica - 2007 a 2012 - em R\$ de 2012



Fonte: FINBRA/STN - 2007 a 2012

Desempenho do Sistema de Saúde

Em contrapartida à observada elevação das despesas, espera-se uma correspondente aumento dos serviços de saúde oferecidos pelo sistema público municipal. São apresentadas a seguir a evolução de alguns indicadores de desempenho geral do sistema.

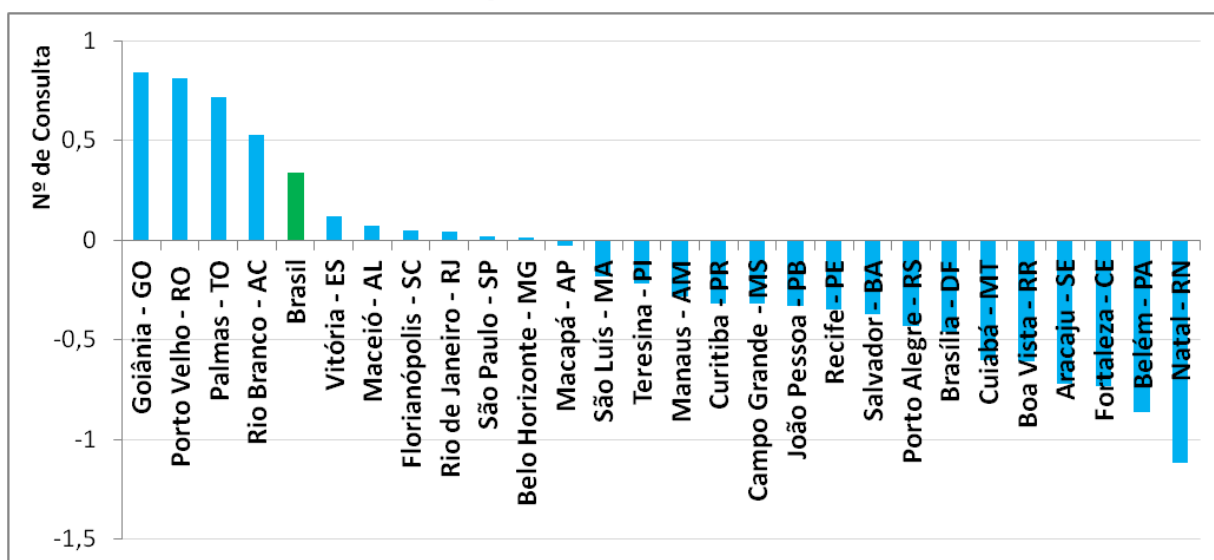
Uma importante fonte de informações é a pesquisa elaborada pelo Ministério da Saúde “*Indicadores e Dados Básicos para a Saúde - IDB*”, que compreende um amplo conjunto de indicadores de saúde desagregados em regiões, estados e capitais.

(3) Relatório Sistêmico de Fiscalização - FISCISAÚDE. Tribunal de Contas da União (TC 032.624/2013-1) disponível em: http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/imprensa/noticias/noticias_arquivos/032.624-2013-1%20Fisc%20Saude.pdf

Na sequência são apresentadas as evoluções dos indicadores: número de consulta por habitante, número de internações por habitante e a cobertura de consultas de pré-natal.

O Gráfico 4.8 apresenta a variação do número médio de consultas médicas por habitante no Sistema Único de Saúde (SUS) nas capitais entre os anos de 2007 e 2012. Este indicador mede a relação entre a produção de consultas médicas no SUS e a população residente no município.

Gráfico 4.8 - Variação do nº de Consultas SUS por habitante - Capitais - 2007 a 2012

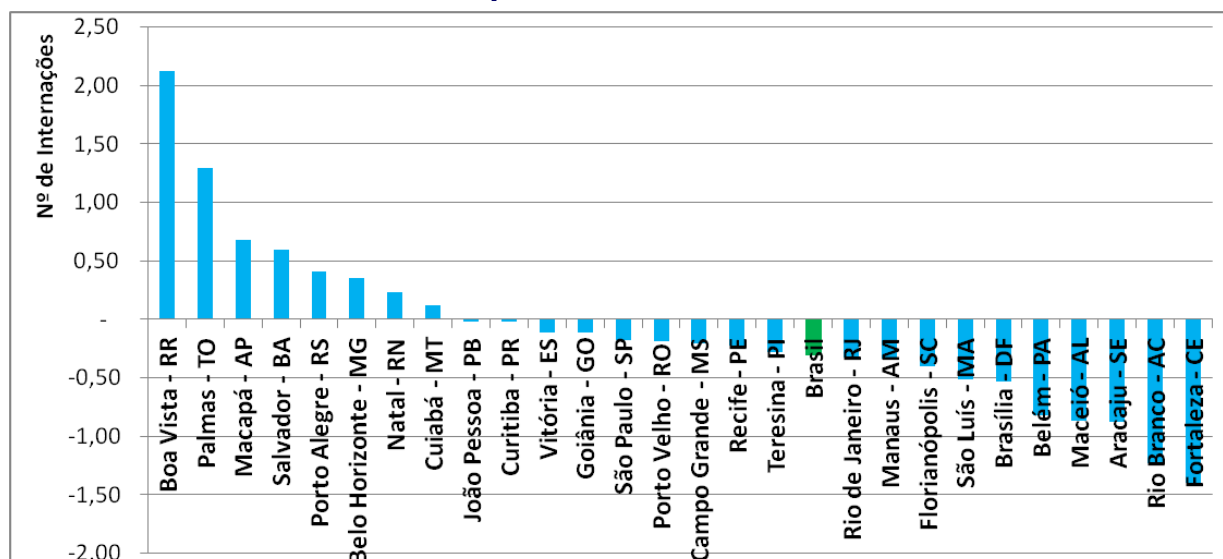


Fonte: Indicadores e Dados Básicos - 2008 e 2013 – disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2012/matriz.htm>

Das 27 capitais analisadas, em apenas 10 houve aumento do número médio de consultas por habitante entre 2007 e 2012. No Brasil como um todo, observou-se um aumento de 0,34 no número médio de consultas por habitante e, em São Paulo, houve um pequeno aumento deste número (de 0,02), passando de 3,02 para 3,04 consultas por habitante.

Outro indicador do sistema de saúde é o número médio de internações hospitalares (SUS) por habitante. Este indicador mede a relação entre a produção de internações hospitalares com financiamento pelos SUS e a população residente do município.

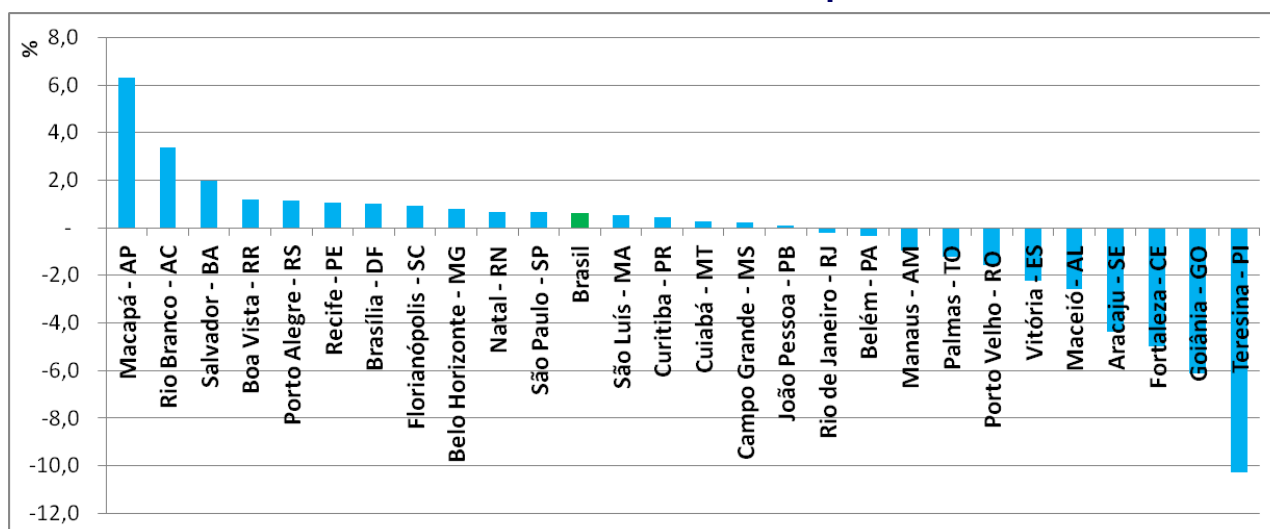
Gráfico 4.9 - Variação do nº de Internações SUS por habitante - Capitais - 2007 a 2012



Fonte: Indicadores e Dados Básicos - 2008 e 2013 – disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2012/matriz.htm>

O Gráfico 4.9 apresenta a variação do número de internações pelo SUS por habitante nas capitais entre os anos de 2007 e 2012. Entre as 27 capitais analisadas, em apenas 8 houve aumento do número de internações/habitante entre 2007 e 2012. No Brasil, observou-se um queda de 0,3 no número médio de internações SUS por habitante. Em São Paulo, houve uma redução de 0,18 do número de internações SUS por habitante, passando de 5,13 para 4,95. A seguir, utiliza-se como indicador de cobertura de consultas de pré-natal a porcentagem de mulheres com filhos nascidos vivos que passaram por pelo menos 4 consultas de pré-natal⁴.

Gráfico 4.10 - Variação do Percentual de Mulheres com mais de 4 consultas de Pré-Natal - 2006 a 2011 - Capitais



Fonte: Indicadores e Dados Básicos - 2008 e 2013 – disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2012/matriz.htm>

(4) O Ministério da Saúde (Portaria nº 570, de 1º de Junho de 2000) estabeleceu como padrão mínimo a realização de 6 consultas de pré-natal.

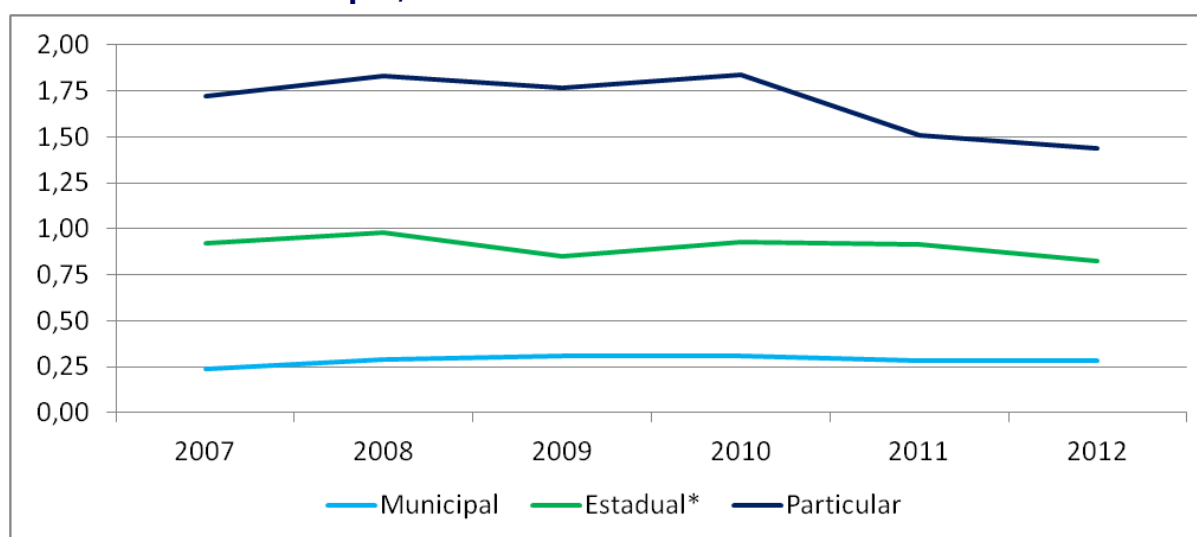
O Gráfico 4.10 apresenta a variação, entre 2006 e 2011, do percentual de mulheres nesta situação residentes nas capitais. Entre as 27 capitais analisadas, em 16 observou-se aumento no percentual de mulheres que passaram por pelo menos 4 consultas do número de internações habitante entre 2007 e 2012. No país, houve um aumento de 0,60% neste percentual de mulheres. Em São Paulo, o aumento foi de 0,65%, percentual um pouco acima da média nacional, passando de 93,96% para 94,61%.

Além dos indicadores nacionais do IDB, a Secretaria Municipal de Saúde divulga⁵, no âmbito do município de São Paulo, outros indicadores, dos quais apresentam-se: leitos hospitalares por habitante e mortalidade infantil.

Leitos por Habitante

Entre 2007 a 2012, houve no município de São Paulo uma redução do coeficiente de leitos hospitalares por mil habitantes. Este coeficiente que era de 2,88 em 2007, passou para 2,55 em 2012. O Gráfico 4.11 mostra a evolução anual desse coeficiente nas redes municipal, estadual e particular no município de São Paulo.

Gráfico 4.11 - Coeficiente Leitos Hospitalares por mil habitantes – Redes Municipal, Estadual* e Particular - 2007 a 2012



(*) Na Rede Estadual está computado o hospital da rede federal

Fonte: Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde/CNES, Secretaria Municipal da Saúde/SMS e Secretaria de Estado da Saúde/SES em Infocidade (http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/10_hospitais_leitos_e_coeficiente_por_rede_2000_10593.html)

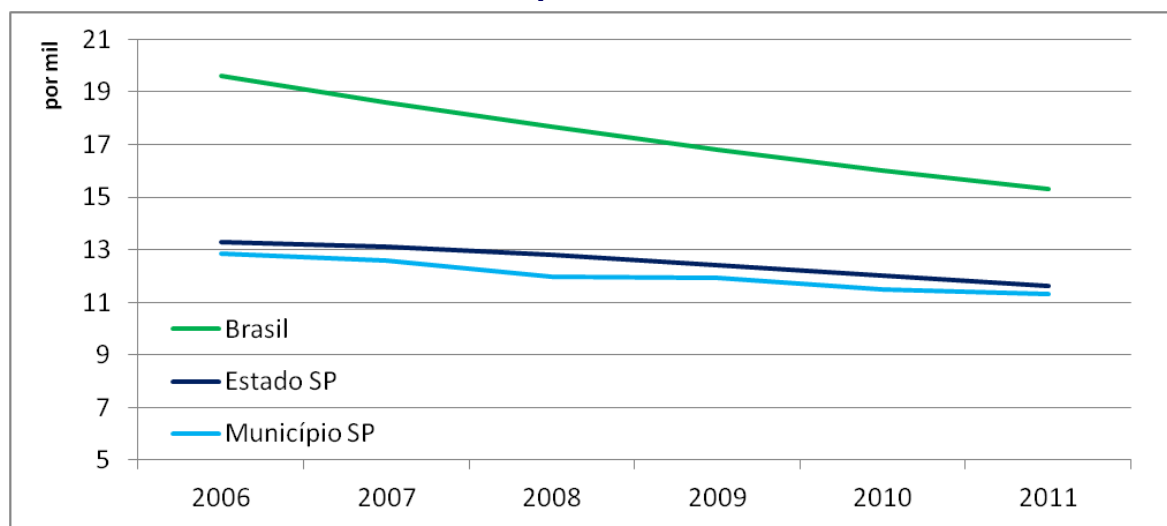
(5) <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/index.php?cat=10&titulo=Sa%FAde>

Entre 2007 e 2012, observou-se aumento do coeficiente apenas na rede municipal, tendo passado de 0,24 para 0,28, o que representa um aumento de 18%. Na rede estadual, houve uma redução de 0,92 para 0,82 (-10%); e, na rede particular, uma queda de 1,72 para 1,44 (-16%).

Taxa de Mortalidade Infantil

A taxa de mortalidade infantil representa o número de óbitos de menores de um ano de idade por mil nascidos vivos. É um indicador que reflete, de maneira geral, o acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para a atenção à saúde materna e da população infantil. Entre 2006 e 2011, observou-se uma significativa redução desse índice no âmbito nacional, estadual e municipal.

Gráfico 4.12 - Taxa de Mortalidade Infantil – Brasil, Estado de SP e Município de SP 2006 a 2011 – por mil nascidos vivos



Fonte: Brasil e Estado de SP (MS/SVS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC e MS/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM); Município de São Paulo (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE - Informações dos Municípios Paulistas IMP)

Nacionalmente, a taxa de mortalidade infantil apresentou queda de 19,6 para 15,3 por mil, o que representa uma redução de 22% entre 2006 e 2011. No estado de SP, a taxa caiu de 13,3 para 11,6, uma redução de 13%. O município de São Paulo, que das três esferas tem o menor nível para a taxa, apresentou redução de 12,9 para 11,3 (redução de 12%).

Conclusão

Este estudo procurou mostrar dados sobre a evolução das despesas orçamentárias na área da saúde e apresentar alguns indicadores da área no município de São Paulo. Observou-se, nos últimos anos, um significativo aumento real das despesas *per capita* na função saúde entre as capitais do país. Na capital paulista, o aumento real foi próximo ao da média entre as capitais; no entanto, em São Paulo o aumento foi mais concentrado na “Atenção Básica”. Entre os indicadores apresentados, São Paulo apresentou resultados superiores à média entre as capitais em: variação do número de internações SUS por habitante, variação do percentual de mulheres com mais de 4 consultas de pré-natal e variação do coeficiente leitos hospitalares por habitante.

Consultoria Técnica de Economia e Orçamento

Consultor Geral de Economia e Orçamento

Gilberto Rodrigues Hashimoto

Supervisores de Equipe

Assessoria e Consultoria Econômico-Financeira do Processo Legislativo - CTEO 1

Adriano Nunes Borges

Assessoria e Consultoria de Controle Externo - CTEO 2

Rodrigo Mantovani Policano

Assessoria e Consultoria Administrativa e de Planejamento Orçamentário - CTEO 3

Regina Eiko Kimachi

Consultores Técnicos Legislativos - Economia

Alexandre Henrique Cardoso

Bruno Nunes Medeiro

Emerson Rildo de Araújo de Carvalho

Márcia Akemi Endo

Sidney Richard Sylvestre

Thiago de Carvalho Alves

Suporte Administrativo

Isabel Paes Silva Hanashiro